

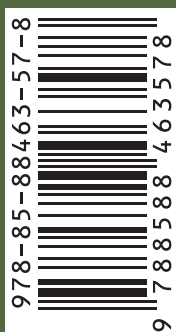
INTERCÂMBIOS POLÍTICOS E MEDIAÇÕES CULTURAIS NAS AMÉRICAS

José Luis Bendicho Beired

Maria Helena Capelato

Maria Ligia Coelho Prado

(organizadores)



FCL – Assis – UNESP Publicações
LEHA – USP

INTERCÂMBIOS POLÍTICOS E MEDIAÇÕES CULTURAIS NAS AMÉRICAS

José Luis Bendicho Beired

Maria Helena Capelato

Maria Ligia Coelho Prado

(organizadores)

FCL – Assis – UNESP Publicações
Laboratório de Estudos de História das Américas (Leha)
FFLCH – Universidade de São Paulo

- I61 Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas /
José Luis Bendicho Beired, Maria Helena Capelato, Maria
Lígia Coelho Prado (organizadores). Assis : FCL-Assis-UNESP
Publicações ; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das
Américas – FFLCH – USP, 2010
556 p.
Vários autores
ISBN 978-85-88463-57-8
1. América. 2. América – Política e cultura. 3. Historiografia. 4.
Viajantes. I. Beired, José Luis Bendicho. II. Capelato, Maria Helena. III.
Prado, Maria Lígia Coelho. IV. Título.

CDD 980.5

Preparação e revisão de texto Carlos Villarruel

Revisão de espanhol Mônica Cossalter

Diagramação Andrea Yanaguita

Sumário

APRESENTAÇÃO 9

RELAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS NO ESPAÇO ATLÂNTICO 11

- 1** O hispano-americanismo na imprensa espanhola: a trajetória de *Unión Ibero-Americana e Revista de las Españas* (1885-1936) 13
José Luis Bendicho Beired
- 2** Proyectos americanistas españoles en la primera mitad del siglo XX 39
Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla
- 3** Entre a Europa e o Atlântico: o Estado Novo português e seus dois mundos 69
Francisco Carlos Palomanes Martinho

SOBRE VIAGENS E VIAJANTES 87

- 4** A primeira viagem de circunavegação norte-americana (1838-1842) e a instituição dos Estados Unidos como local de saber 89
Mary Anne Junqueira
- 5** Latino-americanas na Europa e nos Estados Unidos: relatos sobre as tradições e as condições das viagens no século XIX 113
Stella Maris Scatena Franco
- 6** Ronald de Carvalho e *Toda a América*: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América 143
Kátia Gerab Baggio

CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS E DIÁLOGOS POLÍTICOS E CULTURAIS 191

- 7** Leituras políticas e circulação de ideias entre a França e as Américas: Francisco Bilbao e a *Revue des Deux Mondes* 193
Maria Lígia Coelho Prado
- 8** A *Revue des Deux Mondes* em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais 207
Gabriela Pellegrino Soares

- 9** Voces y presencia europeas en México. Lecturas y publicaciones en el siglo XIX 221
Laura Suárez de la Torre
- 10** Diálogos e circuitos entre os intelectuais latino-americanos: olhares sobre Cuba nas revistas *Plural* e *Vuelta* 245
Sílvia Cezar Miskulin
- PRODUÇÃO CULTURAL E DILEMAS POLÍTICOS 271
- 11** A experiência brasileira e sul-americana de David Alfaro Siqueiros 273
Carlos Alberto Sampaio Barbosa
- 12** Vozes da nação: a *folclorização* da música popular no Brasil e no Chile, nos anos 1940 e 1950 287
Tânia da Costa Garcia
- 13** Vanguardia, cultura de masas y resistencia cultural en San Pablo y Santiago en los años ochenta 319
Juan Pablo González
- 14** Na sintonia *bananorítmica*: cinema e cultura política durante a Era da Boa Vizinhança 333
Ana Maria Mauad
- 15** As redes de resistência mundiais ao neoliberalismo: intelectuais e engajamento na América Latina contemporânea 361
Antonio Carlos Amador Gil
- PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS 389
- 16** América indígena e América africana – uma divisão problemática? 391
Barbara Weinstein
- 17** El “otro” en el centro de lo “propio”: visiones de la alteridad en los nacionalismos iberoamericanos tempranos 419
Guillermo Palacios
- 18** Para além das barreiras das fronteiras geopolíticas na construção historiográfica: a região platina no sul da América do Sul 441
Heloísa Reichel
- 19** Novas aproximações entre “centro” e “periferia”: intelectuais e ativistas norte-americanos pensam a América Latina 459
Cecília Azevedo

IMAGINÁRIOS E TRADIÇÕES 489

- 20** Imagens da nação no Museu Nacional da Colômbia 491
Camilo Mello Vasconcellos
- 21** Tradições barrocas e emergência iluminista: questões políticas e culturais em tempos de transição na América hispânica (XVIII-XIX) 505
José Alves de Freitas Neto
- 22** Identidade, heterogeneidade, diferença e semelhança no ocaso do mundo colonial 527
Janice Theodoro da Silva
- 23** A produção da memória: análise de um quadro jesuítico 555
Leandro Karnal

Apresentação

Este livro está composto por textos inéditos preparados para o Seminário Internacional *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*, organizado pelo Projeto Temático – Fapesp, *Cultura e política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX)*. Realizado nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2008, nas dependências do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), recebeu o indispensável apoio da Fapesp, do Programa de História Social da USP e da FFLCH da USP.

O Encontro foi pensado no formato de mesas-redondas com três ou quatro integrantes, distribuídas pelos três dias mencionados. Contou com a participação dos pesquisadores do Projeto e de especialistas convidados do Brasil e do exterior.

É preciso salientar que o Seminário congregou pesquisadores em História das Américas, constituindo-se em espaço privilegiado para o diálogo acadêmico, já que, no Brasil, são raras as oportunidades para uma ampla discussão de pesquisas nessa área de estudos. Para os pesquisadores do Projeto Temático, foi estimulante a possibilidade de apresentar e discutir os resultados de suas pesquisas com interlocutores nacionais e internacionais.

Os temas centrais das mesas-redondas se relacionam às amplas questões sobre as quais os pesquisadores do Projeto

vêm se dedicando: a circulação de ideias e saberes e a construção de identidades culturais e políticas nas Américas.

Consideramos fundamental a produção deste livro eletrônico para que um público mais amplo possa ter contato com estes artigos que, em nossa opinião, se constituem em contribuição relevante para os debates sobre temas fundamentais da História das Américas.

RELAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS
NO ESPAÇO ATLÂNTICO

O hispano-americanismo na imprensa espanhola:
a trajetória de *Unión Ibero-Americana* e
Revista de las Españas (1885-1936)

*José Luis Bendicho Beired*¹

O estreitamento de relações da Espanha com as suas ex-colônias americanas foi um objetivo perseguido por diversos agentes da sociedade espanhola a partir da segunda metade do século XIX. Como resultado, configurou-se um movimento pan-hispanista cuja meta era o estabelecimento de uma coalizão de nações de língua espanhola que permitisse a consecução de fins de natureza econômica, política e cultural. Nesse sentido, a burguesia espanhola almejava incrementar o intercâmbio comercial com um mercado americano que considerava naturalmente seu, mas dominado por outros países; politicamente buscava-se o apoio dos governos latino-americanos contra os Estados Unidos de modo a preservar a condição colonial de Cuba e Porto Rico; em termos culturais, era fundamental preservar o caráter hispânico das nações americanas em relação a outras influências, assim como reivindicar o papel histórico da Espanha na América contra os seus críticos.

A celebração de relações diplomáticas entre a Espanha e os países latino-americanos foi o resultado de um longo e tortuoso

1. Professor de História da América no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

processo, apenas concluído com o reconhecimento da independência de Cuba em 1898.² Em que pesem os obstáculos, diversas iniciativas foram tomadas, sobretudo por intelectuais e membros da burguesia espanhola que se mobilizaram para promover empreendimentos de natureza cultural, política e comercial.

Agindo de forma paralela ou aliando-se entre si, os intelectuais e os interesses comerciais contribuíram para promover um ambiente propício ao que o republicano Rafael Maria de Labra denominou uma maior “*intimidad hispano-americana*” e que se traduziu sob a forma de criação de publicações, a fundação de associações voltadas para o fortalecimento das relações entre os dois lados do Atlântico, a assinatura de acordos entre governos e a promoção de eventos internacionais, dos quais sobressaíram as comemorações do IV Centenário do Descobrimento da América.³

Pouco antes, em janeiro de 1885, um grupo de políticos e intelectuais que habitualmente se reunia na redação da revista *La América* fundava a sociedade Unión Ibero-Americana (UIA). Instalada no mês de março, essa organização desempenharia, nas cinco décadas seguintes, um papel decisivo na organização e divulgação do hispano-americanismo, tanto pela

-
2. Os primeiros tratados assinados para o estabelecimento de relações diplomáticas foram com o Equador (1840), Chile (1844), Venezuela (1845) e Bolívia (1847), mas acabaram por sofrer suspensões durante alguns anos do século XIX em função de litígios. O tratado com a Argentina foi assinado apenas em 1859, com o Peru em 1865 e com a Colômbia em 1881. Assim mesmo, deviam ser ratificados em Madri, ato que podia levar alguns anos (cf. Rama, 1982, p.162).
 3. Entre as publicações, destacaram-se: *Revista Española de Ambos Mundos* (1853-1855), *La América. Crónica Hispanoamericana* (1857-1886), *La Ilustración Española y Americana* (1869-1921), *El Imparcial. Revista Hispanoamericanista* (1867-1870), *Revista Hispanoamericana* (1866-1872) e *La Raza Latina. Periodico Internacional* (1874-1884).

sua continuidade ao longo do tempo quanto pelo *status* político conquistado em função do seu reconhecimento como entidade de “fomento e utilidade pública” pelo Estado espanhol em 1890. Isso lhe permitiu receber uma subvenção anual do governo⁴ e desempenhar ações articuladas às diretrizes oficiais, das quais a mais imediata foi coordenar as atividades do já mencionado IV Centenário.

No mesmo ano da criação da entidade, teve lugar o lançamento do seu órgão oficial, também denominado *Unión Ibero-Americana*. Publicado inicialmente como boletim, tornou-se revista em 1893 e, em 1926, sofreu uma reformulação, passando a denominar-se *Revista de las Españas* até o fim das suas atividades, em 1936. A publicação guarda um conjunto de informação que a tornam uma fonte privilegiada para o estudo de diversos aspectos da história do hispano-americanismo. Em suas páginas, repercutiram os tópicos mais importantes da trajetória dessa corrente internacional de ideias, permitindo a compreensão do papel específico da UIA na promoção de campanhas e no estabelecimento de vínculos concretos entre os países do espaço ibero-americano.

Embora a revista *Unión Ibero-Americana* e a *Revista de las Españas* tenham sido utilizadas como fonte em estudos anteriores sobre o hispano-americanismo, elas ainda não mereceram uma análise que as abordasse como objeto específico. Nesse sentido, buscaremos aqui desenvolver uma primeira aproximação com vistas a analisar as suas características editoriais e programáticas: autores, campanhas, temas e irradiação na América Latina. Dessa forma, pretendemos contribuir para a compreensão das condições de produção e circulação das ideias que deram suporte ao hispano-americanismo no espaço

4. Em 1895, a UIA recebeu uma subvenção de 5.000 pesetas que ascendeu a 30.000 pesetas em 1921 (Velez, 2007, p.122).

atlântico, da lógica interna das representações veiculadas e do papel das publicações na conformação de uma opinião pública internacional pautada pelo imaginário hispano-americano (cf. Sirinelli, 1988, p.201).

Quais eram a finalidade e a estrutura da UIA? Os seus estatutos sintetizavam os objetivos nos seguintes termos:

La Unión Ibero-Americana es una Asociación internacional que tiene por objeto estrechar las relaciones de afecto, sociales, económicas, científicas, artísticas y políticas de España, Portugal y las naciones americanas, procurando que exista la más cordial inteligencia entre estos pueblos hermanos. (Unión Ibero-Americana, 1893, p2-8).

Tendo por sede um centro geral estabelecido em Madri, a sociedade previa a constituição de centros correspondentes situados nas províncias ibéricas e de ultramar, em outros países, para a consecução de fins qualificados como obrigatórios. Tais centros foram rapidamente criados em todos os países hispano-americanos, incluindo o Brasil.⁵ Obrigavam-se a: estudar assuntos relativos relacionados aos tratados de comércio, propriedade intelectual e industrial, arbitragens, legislação civil e penal; redigir, apresentar e cuidar da tramitação de projetos junto a outros governos; realizar gestões para o reconhecimento recíproco dos títulos obtidos nos estabelecimentos oficiais de ensino e para o livre exercício das profissões nos países vinculados à associação; procurar facilitar o serviço de telégrafos e correios e a celebração de tratados postais para agilizar a circulação de livros e jornais; promover conferências, reuniões e festejos culturais; organizar congressos capazes de oferecer resultados práticos; e empregar os meios mais eficazes e oportunos para o incremento das rela-

5. Criaram-se centros nas Filipinas, em Cuba e Porto Rico.

ções entre os países ibero-americanos, suavizando asperezas e infundindo amor e confiança mútua.⁶ Tais fins expressavam o rol de preocupações presentes nas diversas iniciativas anteriores de aproximação da comunidade ibero-americana, cuja síntese manifestava-se na criação de quatro comissões permanentes: 1. de relações comerciais, 2. de ciências e letras, 3. de ensino e 4. de política, legislação e jurisprudência. Dessa maneira, a UIA constituía uma organização efetivamente de caráter internacional, em que a sede madrilenha coordenava as atividades de uma rede de seções americanas e espanholas subordinadas.

A entidade estipulou várias categorias de sócios: protetores, de honra, fundadores, de número, cooperadores e correspondentes. Estabeleceu que eram sócios-protetores todos os chefes de Estado dos países vinculados à UIA. Por sua vez, a presidência de honra caberia ao ministro das Relações Exteriores da Espanha, tendo como vice-presidentes de honra os representantes diplomáticos dos Estados latino-americanos e de Portugal junto ao Estado espanhol.⁷ Em suma, o núcleo fundador buscou for-

-
6. Tais funções, sobretudo no início, foram assumidas frequentemente pelas representações diplomáticas da Espanha na América. O ano de 1887 foi pródigo na fundação de tais centros na América Latina, empreendimento que contou com as gestões da diplomacia do governo mexicano. Nesse sentido, o centro de Guayaquil foi estabelecido, tendo como presidentes honorários o general Porfírio Diaz, além do presidente equatoriano José Maria Plácido Caamaño. No mesmo ano, foram abertos outros centros: Equador, Colômbia, Chile, Venezuela, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, El Salvador, República Dominicana e Guatemala. O centro brasileiro foi estabelecido no Rio de Janeiro sob a presidência honorária de Pedro de Bragança. A iniciativa de fundar um centro em Buenos Aires acabou adiada em função de uma epidemia de cólera, mas foi retomada em seguida. (cf. Rajo Serventich, 2008).
 7. Pouco antes da Guerra Civil Espanhola, a UIA teve um quadro de 222 sócios espanhóis e de 239 dos demais países ibero-americanos, incluindo Portugal (Unión Ibero-Americana, 1934).

talecer o prestígio e respaldar as atividades da associação por meio do comprometimento de um extenso e importante rol de autoridades públicas.

A trajetória da entidade e da sua publicação refletiu as tendências e conflitos da sociedade espanhola. Formada por intelectuais e políticos pertencentes aos partidos dominantes no Parlamento espanhol, a UIA foi dirigida por um grupo cuja composição reuniu conservadores, liberais e republicanos ao longo dos anos. Seu primeiro presidente foi Mario Cancio Villamil, ex-governador de Cuba, deputado liberal e depois senador vitalício. Em 1893, foi sucedido por Faustino Rodríguez de San Pedro, deputado e senador conservador que dirigiu diversos ministérios. Em 1900, sob o impacto da guerra hispano-americana, uma reforma da entidade conduziu a uma maior presença de quadros liberais, tal como Rafael Maria de Labra, político hispano-cubano e presidente do Ateneo de Madri, que alcançou a presidência da sociedade em 1910. Por sua vez, a concessão de subvenções particulares traduzia-se na influência de importantes empresários sobre a entidade, dos quais o maior financiador foi o marquês de Comillas, proprietário da Transatlântica, uma importante companhia de navegação da época. Em 1926, a UIA passou por nova reestruturação que refletia a orientação da política externa da ditadura do general Miguel Primo de Rivera. A entidade incorporou a Asociación Hispano-Americana, cujos membros tomaram a direção da UIA e imprimiram uma perspectiva conservadora, sob a presidência do duque de Alba e a condução da secretaria-geral pelo diplomata José Antonio Sangróniz.⁸ Com a instauração da Segunda República em abril de 1931 e a formação de um

8. O elenco de vogais abrigava algumas figuras de extração liberal, tais como o historiador Rafael Altamira ou o diplomata mexicano Rodolfo Reyes, irmão do escritor Alfonso Reyes.

governo dominado pelos socialistas, produziu-se um choque entre a ala progressista e a direção majoritariamente monarquista, cuja consequência foi a redução do auxílio econômico estatal à associação, a interrupção da publicação da revista e o cancelamento da maior parte dos programas culturais durante 1933. Apenas no início de 1934, com a eleição de um governo republicano de direita, a produção da revista foi retomada até o seu fechamento no primeiro trimestre de 1936.

UNIÓN IBERO-AMERICANA E REVISTA DE LAS ESPAÑAS: PERFIS E DIFUSÃO

Como órgão oficial de uma associação, a revista refletia os interesses, a inserção social e as posições político-ideológicas do seu grupo dirigente. A publicação oficial da UIA veio a público em agosto de 1885 sob a forma de boletim mensal, com uma média de trinta páginas, até sua transformação em revista a partir de 1893. Ao longo dos anos, a despeito de algumas oscilações, o número de páginas aumentou como reflexo do crescimento das atividades da entidade, de tal modo que a revista ascendeu a mais de cem páginas quando passou a denominar-se *Revista de las Españas*⁹ como parte das mudan-

9. Se, em abril de 1894, a revista contava com 66 páginas, declinou para uma média de 32 em 1909, ascendendo a 60 em 1924, antes da mudança de nome. As características gerais da revista mantiveram-se ao longo do tempo, exceto por um intervalo em 1899, quando voltou à forma de boletim, e pela mudança de periodicidade, que passou para quinzenal entre março de 1909 e 1911, e bimensal entre 1924 e 1926. A direção da *Revista de las Españas* foi dividida entre José Antonio Sangróniz, Andrés Pando e Lorenzo Luzuriaga. Por sua vez, o conselho de redação da revista foi composto por Américo Castro, Ramiro de Maeztu, Eugenio d'Ors, Ramón Menéndez Pidal, José Casares Gil, José Maria Salaverria, Florestón Aguilar e Luis Olarriaga.

ças da política exterior da ditadura do general Miguel Primo de Rivera.

As seções que compunham a revista demonstram quais eram os principais vetores da aproximação entre a península e a América. Na reestruturação de 1893, os conteúdos foram reorganizados em torno das seguintes seções: “Oficial”, “Literária”, “Agricultura, indústria e comércio”, “Legislativa”, “Estatística” e “Bibliográfica”. Era patente o interesse de compatibilizar duas grandes linhas de ação, a econômica e a cultural, com a preponderância da primeira, como instrumentos para o estreitamento de laços materiais e afetivos entre a Espanha e a América. Longe de ser uma ruptura, tais opções representavam o aprofundamento das iniciativas que desde a década de 1850 haviam animado outras publicações sob o patrocínio de intelectuais e de segmentos da burguesia espanhola, só que agora sob uma maior estrutura organizativa e com o apoio do Estado espanhol. Nos anos seguintes, a divisão em seções variou de acordo com as mudanças na direção da revista e com o próprio foco de preocupações da associação e do seu programa americanista. Uma das mudanças mais evidentes foi o esvaziamento das matérias sobre as relações comerciais entre a Espanha e a América Latina, ao lado do crescente predomínio daquelas sobre os assuntos culturais a partir da primeira década do século XX.

Os assuntos tratados eram amplos e muito interessantes: relações culturais; iniciativas para a promoção do hispano-americanismo; panorama político espanhol e americano; as relações dos Estados Unidos com a América Latina; a situação da Espanha no cenário internacional; relações econômicas; artes, literatura, arquitetura e poesia; história, educação e ciência; conferências e comemorações relevantes para a afirmação do hispano-americanismo, tais como a Festa da Raça. Eram veiculados desde os mais importantes intelectuais da época

até figuras pouco conhecidas, de ambos os lados do Atlântico, incluindo diplomatas, historiadores, escritores, embaixadores, políticos.

O seu papel foi dos mais relevantes para estimular o hispano-americanismo junto aos governos, empresários, políticos, jornalistas e intelectuais, enfim os setores dirigentes das nações ibero-americanas. Serviu para articular os interesses da burguesia e as inquietações dos intelectuais peninsulares com a política exterior do Estado espanhol, de forma conjugada a atrair os governos, empresários, emigrados espanhóis e órgãos formadores da opinião pública latino-americana.

O variado leque de temas publicados oferece uma perspectiva privilegiada para a compreensão das relações entre Espanha e a América, tendo como pano de fundo as transformações do cenário internacional mais amplo. Dessa forma, o historiador pode, a um só tempo, desenvolver uma análise dos fatores que estimularam o hispano-americanismo, de seus atores, dos instrumentos utilizados e do alcance das iniciativas, e analisar as ideologias e representações subjacentes. Os elementos de que dispomos permitem afirmar que a difusão da revista no espaço americano foi muito significativa.

Com frequência eram divulgados os locais onde os clientes podiam comprar a revista, fazer assinaturas e solicitar a publicação de anúncios. Em 1928, informava-se que, na Espanha, havia 27 pontos, cifra que, na América Latina, ascendia a 195 locais, dos quais 17 no México, 15 no Peru, 14 na Argentina, 10 no Brasil e 8 na Colômbia e no Uruguai. No entanto, as pistas sobre a tiragem mostram-se escassas. Um anúncio sobre assinaturas publicado em 1910 estampava com destaque a informação de que *“Es la revista española de mayor circulación en la América Latina”* (*Unión Ibero-Americana*, 1915, p.30). E em uma das raras indicações sobre a tiragem da revista, a memória de 1914 informava que 10.000 exemplares do número come-

morativo da Festa da Raça haviam sido destinados aos países americanos, além daqueles vendidos em território espanhol.¹⁰ Tais números indicam não somente a importância conferida à venda da publicação, mas também que efetivamente existia uma rede de distribuição capaz de promover a circulação das suas ideias pelos diversos países latino-americanos (“Puntos de venta, suscripciones y anuncios”, 1928).¹¹

A difusão também pode ser dimensionada pela elevada quantidade de representações que recebiam a revista no exterior¹² e pela lista de instituições e órgãos de imprensa com os quais a publicação estabelecia permutas. O intercâmbio da revista com outras publicações periódicas – jornais, revistas e boletins – constituiu uma prática permanente que contribuiu para a difusão dos trabalhos da entidade na América, e permitiu compor uma biblioteca situada em Madri com os exemplares de todas as publicações recebidas. Em 1909, foram recebidos da América Latina 322 diferentes títulos de jornais diários, 126 títulos de revistas e 23 de boletins, os quais, contando cada um com vários exemplares, perfaziam um conjunto que alcançava a casa dos milhares. Nesse ano, a sociedade informava ter recebido um total de 22.993 exemplares de jornais e 4.009 de revistas, incluindo as publicações espanholas (“Memoria correspondiente a 1909”, 1910). Duas décadas depois, a prática da permuta mantinha-se viva, com as seguintes cifras de publicações recebidas da América Latina no ano de 1931: 162 diferentes

10. A matéria regozijava-se de esse número ser superior àquele costumeiramente enviado à América.

11. Os demais pontos de venda eram: 6 em Cuba, 4 no Paraguai e Panamá, 3 no Chile e na Venezuela, 2 na Guatemala, em El Salvador e Porto Rico, além de 1 em Portugal.

12. Em 1903, o número de delegações e centros correspondentes da UIA atingia a marca de 230 (Martin Montalvo et al., 1985).

títulos de diários, 473 de revistas e 93 boletins (“Periódicos diários, revistas y boletines...”, 1931). Comparando-se os números de publicações recebidas em 1909 e 1931, nota-se a diminuição pela metade de títulos de jornais, ao lado do forte crescimento de revistas e boletins, fenômeno para o qual não temos uma resposta conclusiva. Possivelmente era decorrente das mudanças do perfil do mercado editorial latino-americano, conjugadas ao crescente interesse de publicações oficiais e de entidades associativas em estabelecer permuta com a revista da UIA.

No rol dos títulos permutados, figuraram tanto as mais importantes publicações das capitais como aquelas das cidades do interior dos diversos países americanos, evidenciando, dessa forma, a pronunciada capilaridade da difusão da UIA na região. A maior parte dos títulos recebidos era proveniente da Argentina e do México, seguidos de Cuba, Colômbia, Uruguai, Chile e Venezuela. O Brasil, embora minoritário, estava sempre presente com jornais, revistas e boletins do Rio de Janeiro, de São Paulo, Petrópolis, Salvador, Belém, Manaus, entre outras cidades.¹³ Como parte da política da UIA de fomentar a sua biblioteca, tais publicações foram sendo incorporadas ao acervo e colocadas à disposição do público ao longo dos anos. Paralelamente, a UIA pautou-se pelo estímulo à difusão do livro americano na Espanha, solicitando o envio de livros para sua biblioteca, os quais eram anualmente relacionados na revista. Em 1930, a Biblioteca Hispano-Americana alcançava a marca de 12.000 livros, constituindo, dessa maneira, um dos mais importantes acervos da Espanha sobre assuntos ibero-americanos contemporâneos

13. Em 1909, haviam sido recebidos seis títulos de jornais diários e seis de revistas do Brasil. Em 1931, o número era mais significativo, com seis jornais, trinta e duas revistas e dois boletins.

(“Memoria correspondiente al año 1930”, 1931).¹⁴ Para o fomento do livro americano, a UIA prestava serviços gratuitos de distribuição para facilitar a sua aquisição no território espanhol. Por exemplo, os autores e as editoras podiam deixar exemplares depositados na sede da entidade à disposição de livreiros e particulares interessados na sua compra. Além disso, a entidade também divulgava anúncios de publicações americanas na sua revista, assim como vendia outras publicações espanholas de interesse do público americano (*Unión Ibero-Americana*, 1931).

A PRESENÇA LATINO-AMERICANA

Um dos aspectos mais notáveis do órgão de imprensa da UIA foi o constante, numeroso e diversificado conjunto de autores latino-americanos, assim como de matérias a respeito dos assuntos americanos, conformando um fórum para a divulgação e o debate de ideias em escala internacional, sobretudo entre a Península Ibérica e a América Latina.

Entre os autores ali publicados, destaca-se uma plêiade de latino-americanos de renome como Ruben Dario, Rufino Blanco Fombona, Manuel Ugarte, Victor Raul Haya de La Torre, Emilio Ravignani, os irmãos Rodolfo e Alfonso Reyes, Alberto Zum Felde, Gabriela Mistral, Nicolas Repeto e Ricardo Levene. Além dos espanhóis Angel Ganivet, Ramiro de Maeztu, Ernesto Gimenez Caballero, Rafael Altamira, Miguel de Unamuno, Eduardo Gomez de Baquero, Tomás Navarro Tomás, Ramón Menéndez Pidal, Américo Castro, Guillermo de Torre, Salvador de Madariaga, Ramón Perez de Ayala, Luis Araquistáin, Antonio Fabra Rivas, entre outros. Ao lado dos intelectuais latino-americanos mais renomados, figuravam outros que iam

14. Provavelmente houve uma elevação da taxa de exemplares recebidos, pois só em 1930 foram doados 1.660 livros.

desde presidentes da República até aficionados à causa hispano-americana, passando por diplomatas, presidentes de associações, jornalistas, membros de academias históricas e literárias, enfim figuras partícipes da conformação da opinião pública na América Latina.

As matérias relativas a aspectos variados dos países latino-americanos eram abundantes e contribuíam para compor um quadro rico e dinâmico das relações hispano-americanas. As propostas americanas que visavam ao estreitamento de relações eram objeto de enorme atenção, e as notícias sobre a América tinham lugar específico em seções tais como “Informação política e social”, “Informação econômica” e “Informação cultural de España e Ibero-America” (*Unión Ibero-Americana*, 1924). A Argentina era sempre um país cujas notícias mereciam destaque. Em 1921, uma longa matéria relatava a jornada do 25º aniversário da Associação Patriótica Espanhola de Buenos Aires; uma outra informava a abertura de uma agência do jornal portenho *La Nación* na cidade de Madri, afirmando com satisfação que a nova sucursal se propunha a fortalecer o sentimento de fraternidade hispano-americana (“*La Nación* de Buenos Aires en Madrid”, 1921).

Da mesma forma, as atividades desenvolvidas em prol do hispano-americanismo eram sistematicamente relatadas, sobretudo quando se tratava dos centros correspondentes da UIA, das associações de imigrantes espanhóis, de instituições culturais hispanistas e dos governos latino-americanos. O volume desse tipo de notícias permite afirmar que havia um conjunto muito significativo de atividades desenvolvidas de forma permanente na América em favor do estreitamento de laços com a Península Ibérica. Exemplos disso foram a comemoração do Dia da Raça em diversos países americanos a partir da década de 1910, a criação da Associação Patriótica Espanhola em Buenos Aires, que editou por décadas uma revista, a criação da Asso-

ciação Cultural Espanhola de Buenos Aires em 1914, além de inúmeras associações e publicações similares em diversos países da América.

A lealdade e o amor filial à Espanha eram objeto de muitos textos elaborados por hispano-americanos, sob a forma de ensaios literários, poemas, análises históricas e análises de conjuntura. A crítica ao expansionismo norte-americano em chave ariologista era predominante, ao lado de reflexões históricas que buscavam exaltar os vínculos da América com as glórias do passado espanhol sob perspectivas idealizadas, que encontravam sua máxima expressão em poemas transbordantes de lirismo ou na letra do “Hino de la Raza” (*Unión Ibero-Americana*, 1919). Por exemplo, Alfonso Reyes teve transcrito um discurso proferido no Paraguai. Nele exaltava as peculiaridades do caráter da “raça espanhola” e elogiava a lei do governo republicano espanhol de concessão da nacionalidade espanhola para os nascidos na Ibero-América que residissem na Espanha, confessando que: “*Yo me embriago con el sueño de una España como el Sol, rodeada de veinte repúblicas*”.¹⁵

O “DESASTRE” E A ÊNFASE NA INTIMIDADE CULTURAL

Em abril de 1898, a Espanha era derrotada pelos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba, e, pelo Tratado de Paris, assinado no final desse ano, o Estado espanhol abria mão de suas possessões na América e no Oriente. O desfecho suscitou uma infinidade de debates na Espanha e na América e repercutiu na mudança de orientação da UIA em relação às estratégias para o estreitamento das relações ibero-americanas. Ao

15. Como encarregado de negócios do México no Paraguai, Alfonso Reyes proferiu o discurso na Sociedad España, em Assunção, em 12 de outubro de 1935 (“Espanña y las Américas”, 1935).

longo do conflito, a UIA manteve uma clara posição contrária à causa da independência cubana, postura pessoalmente compartilhada pelo seu presidente, Faustino Rodríguez de San Pedro. Um editorial da revista acusava os separatistas de menosprezarem os laços de confraternidade que uniam os povos irmãos de origem de história, ao mesmo tempo que reivindicava a obra civilizadora da Espanha na América (“Editorial”, 1895). Outro número anunciava a criação de uma comissão executiva destinada a desenvolver uma campanha de propaganda na América Latina contra o separatismo cubano, cuja primeira iniciativa foi o despacho de 600 comunicados e cerca de 10.000 circulares aos centros correspondentes americanos, às câmaras de comércio, às corporações e aos indivíduos simpatizantes dos ideais da associação. No texto da circular, em que repudiava o apoio de grupos norte-americanos aos separatistas, conclamava a mobilização dos centros correspondentes e dos governos americanos no sentido de coibirem as iniciativas favoráveis à rebelião.

O chamado da UIA traduziu-se rapidamente na criação de juntas patrióticas na América destinadas a angariar recursos financeiros e apoio político em favor da Espanha contra os separatistas. Um editorial de março de 1896 anunciava o especial apoio do México, em que, além da solidariedade do general Porfírio Díaz, diversas entidades associativas também haviam se manifestado no mesmo sentido. O editorial chamava a atenção para a criação da Associação Patriota Espanhola do México, a qual estabeleceu um imposto voluntário de dez anos consagrado à compra de navios para a esquadra espanhola, e cujos princípios organizativos foram transcritos na revista (“Editorial”, 1896). No mesmo ano, uma entidade homóloga formou-se na Argentina, a qual foi responsável pela arrecadação de recursos também destinados à compra de um navio de guerra para a Espanha, entregue apenas após o término do conflito. “*España para los españoles*” (Donón, 1896) era o lema que animava a

luta titânica de uma potência colonial decadente em face de uma potência emergente, de um país ao qual, sem os recursos materiais suficientes para afirmar suas posições, somente restava a opção de reivindicar uma legitimidade amparada nas tradições e nas glórias do passado. Pouco antes da explosão do encouraçado Maine, a UIA repudiava as pressões norte-americanas pela independência de Cuba e afirmava que a Espanha não estava defendendo em Cuba apenas os seus interesses e direitos, mas algo ainda maior, *“la civilización europea y los derechos de la raza latina en America”* contra as pretensões da nação de diferente raça (*“Mensaje elevado por la Unión...”*, 1898).

A derrota abriu uma nova etapa na campanha americanista da UIA. As limitações não apenas militares, mas sobretudo econômicas, da Espanha para fazer frente à crescente influência dos Estados Unidos e de outras potências europeias na América Latina eram obstáculos intransponíveis para qualquer projeto realista de formação de uma aliança aduaneira sob a liderança espanhola, segundo os moldes do *Zollverein* alemão. Tais motivos, mais o fato de que havia outras publicações e entidades espanholas voltadas especificamente para as relações comerciais com a América, fizeram que o *âmbito cultural* constituísse o novo eixo da estratégia da associação. Francisco Navarro y Ledesma (1898) comparava a situação da Espanha com a do sumo pontífice quando perdeu o poder temporal, reconhecendo que a única saída cabível era desenvolver o poder espiritual sobre a América:

Nuestro poder temporal ha cesado: hagamos cuanto nuestras fuerzas permitan para que nuestro prestigio espiritual aumente en los países en donde se habla nuestro idioma y estrechemos cuanto nos sea posible las relaciones con aquellos pueblos de América en los cuales yacen amortiguados los ódios contra nuestra dominación y concluirán por completo muy pronto. Es necesario que cultivemos con especialísimo celo esa especie de

hegemonia espiritual que debemos ejercer sin mengua ni protestas de los pueblos hispano-americanos [...].

Esse diagnóstico não era uma novidade e já fora anteriormente assinalado por Angel Ganivet, personagem com o qual Navarro y Ledesma mantinha estreita amizade. Em “Idearium español”, Ganivet (1957, p.98-100), ao estabelecer uma análise sobre o prostração da Espanha do final do século XIX, condenava a proposta de formação de uma confederação política de todos os Estados hispano-americanos e propunha a recuperação do prestígio intelectual da Espanha, sem nenhuma aspiração utilitária. A única confederação possível era a “intelectual e espiritual”. Não se tratava de ideia de fraternidade universal, quimera utópica, mas antes de realizar uma realista fraternidade entre verdadeiros irmãos.

A retificação do programa americanista da UIA refletiu-se tanto na nova direção da entidade quanto nas matérias da sua revista. A direção da entidade adquiriu um tom politicamente liberal que permitiu o desenvolvimento de uma linha de trabalho inspirada no regeneracionismo americanista. Embora a presidência continuasse nas mãos do conservador Faustino Rodríguez de San Pedro, a secretaria-geral da entidade passou para José Pando y Valle, tendo José Maria de Labra – então presidente do *Ateneo* – como vogal da Junta Diretiva e Luis de Armiñan na direção da revista.

Embora as questões comerciais continuassem presentes entre as preocupações da associação, estas declinaram, tornando-se evidente a nova prioridade conferida às relações culturais como eixo de aproximação entre a Espanha e a América. As relações culturais passaram a ser a plataforma principal para o fomento de outros aspectos do hispano-americanismo, sobretudo econômicos, políticos, diplomáticos e migratórios (Delgado, 1991). Como exemplo da mudança de estratégia, a realização

de um Congresso Social e Econômico Hispano-Americano em Madri foi a primeira iniciativa importante da UIA depois da guerra hispano-americana. Programado para ocorrer em novembro de 1900 e contando com um sólido apoio financeiro do governo espanhol, visava antecipar-se à Conferência Pan-Americana que haveria de realizar-se em 1901, no México. O jornal *El Correo Español*, do México, congratulava a UIA pela promoção do evento, assinalando que a política expansionista dos Estados Unidos deveria ser contida pelos países europeus, do contrário toda a América se tornaria uma colônia *yankee*.¹⁶ A escolha da data foi pensada para coincidir com a exposição universal de Paris, de forma a aproveitar o fluxo dos americanos que para lá se dirigiram. Nesse sentido, a revista manifestava a sua satisfação com a intenção do presidente Porfírio Diaz em participar do congresso no retorno de Paris e aproveitava para desfiar grandes elogios à sua pessoa, ressaltando a sua popularidade no México e na Espanha (“Excmo. Sr. D. Porfírio Diaz”, 1900). O congresso reuniu trinta e quatro delegados oficiais de quase todos os países latino-americanos, com a exceção do Brasil e de Cuba,¹⁷ além de representantes de instituições e associações espanholas e americanas. Os delegados indicados pelos governos não eram, em sua maioria, nem diplomatas nem funcionários dos governos, mas intelectuais comprometidos com a unidade ibero-americana, os quais se subdividiram em comissões que deixaram uma extensa agenda de trabalho a ser

16. A carta era assinada pelo diretor do jornal, José Artola (cf. *Unión Ibero-Americana*, 1900).

17. Cuba passara para a área de influência norte-americana e o Brasil desenvolvia uma política de aproximação aos Estados Unidos, materializada no empréstimo de navios a esse país durante a guerra hispano-americana.

implementada nos anos seguintes.¹⁸ Logo em seguida, a revista da UIA divulgava a criação de uma Comissão Internacional Permanente, destinada à implementação das resoluções do congresso e à organização de uma segunda reunião (“Congreso Hispano-Americano...”, 1901).

Dessa forma, tomava corpo o desenvolvimento de uma campanha em prol de um pan-hispanismo de cunho espiritual que serviria de guia para as ações futuras da UIA. Em 1907, o editor da revista afirmava preferir o termo panlatinismo, pois, dessa forma, incluía Portugal, afirmando que a Espanha era a base fundamental da propaganda para combater o imperialismo norte-americano (“El viaje del rey Don Alfonso a América”, 1907). Porém, no final da Primeira Guerra Mundial, quando o sistema internacional encontrava-se em recomposição, a revista abandonava definitivamente o panlatinismo e voltava a abraçar o pan-hispanismo, para assim afastar as pretensões francesas e italianas sobre a região que a Espanha considerava exclusiva para si (“Panhispanismo y panamericanismo”, 1921).

UMA FESTA PARA A RAÇA HISPANO-AMERICANA

A consagração de 12 de outubro como dia comemorativo do descobrimento da América foi provavelmente a campanha de maior êxito da UIA. A primeira comemoração oficial do descobrimento da América teve lugar no IV Congresso de Americanistas, em 1881, e, dois anos depois, o duque de Vergara, descendente direto de Cristovão Colombo, organizava um banquete em homenagem ao descobrimento no Teatro Real de

18. As comissões subdividiram-se em: arbitragem, jurisprudência e legislação, econômica pública, ciências, arte e letras, ensino, relações comerciais, transportes, correio e telégrafos, exposições permanentes, imprensa e relações bancárias e bursáteis.

Madri. No entanto, somente a partir da criação da UIA, essa data encontrou militantes dispostos a torná-la uma celebração oficial da Espanha e dos países latino-americanos, quando a entidade lançou uma ampla campanha para as comemorações do IV Centenário de 1892 (“Centenario del descubrimiento de América...”, 1890).¹⁹ Tornou-se a primeira festividade oficial do governo espanhol a reunir as autoridades de Espanha e Portugal com os representantes dos governos americanos, em torno de um ato de congraçamento que colocava em segundo plano os antigos ressentimentos. Nos anos seguintes, a celebração foi realizada anualmente pela UIA na Espanha e, de forma nem sempre regular, nos países americanos pelos centros correspondentes e pelas associações da coletividade de imigrantes espanhóis.

O sentido hispânico da celebração na América sofreu a concorrência do significado conferido pela comemoração do *Columbus Day*, que a partir dos Estados Unidos buscava entrelaçar essa celebração com a promoção do pan-americanismo. Nada mais distante da perspectiva da UIA que considerava o *Columbus Day* a deturpação de uma comemoração que deveria render menos um tributo a Colombo do que ao país que havia patrocinado o empreendimento do descobrimento. Em 1912 e nos anos seguintes, a UIA lançou uma nova ofensiva destinada a consagrar o dia 12 de outubro como uma celebração cívica conhecido como *Fiesta de La Raza* a ser encampada pelos governos ibero-americanos. Por meio de circulares publicadas na sua revista, instava associações, corporações e órgãos de imprensa de todos os países ibero-americanos a realizar gestões para essa finalidade. Em 1922, a revista congratulava-se com o novo quadro. Enquanto até 1912 apenas Brasil, Costa Rica, Nicarágua e

19. No entanto, apenas alguns países associaram-se ao chamado, decretando festa nacional: Estados Unidos, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Nicarágua.

Panamá haviam decretado a data do descobrimento como feriado nacional, em 1922 todos os países latino-americanos haviam feito o mesmo, utilizando em geral a denominação “Fiesta de la raza”: República Dominicana (1912); Guatemala e Porto Rico (1913); Bolívia, Honduras e Paraguai (1914); Equador, El Salvador e Uruguai (1915); Argentina e Peru (1917); Colômbia e Espanha (1918); Chile e Venezuela (1921); e Cuba (1922) (“La fiesta de La Raza y su desenvolvimiento”, 1922). Papel especial havia sido desempenhado pela Argentina, que estabeleceu oficialmente o 12 de outubro como *Dia de La Raza*. A decisão do presidente Hipólito Yrigoyen estava diretamente ligada aos pedidos emanados do Congresso Bibliográfico Americano, realizado em Buenos Aires, em 1916, ao lado de uma petição entregue por uma comissão da Sociedade Patriótica Espanhola da Argentina. Entretanto, expressava um processo mais amplo de recomposição das relações hispano-argentinas com forte apoio na opinião pública. Com um sentido integralmente hispanófilo, o decreto presidencial rendia homenagem à coragem e ao valor de seus guerreiros, exploradores, missionários, sábios e artistas, comparando a conquista a um autêntico milagre realizado em nome da civilização (Marcilhacy, 2006, p.333). Em suma, era uma peça que demarcava tanto a identificação quanto a aproximação política e diplomática em relação à Espanha, ao mesmo tempo que demarcava o distanciamento em relação aos Estados Unidos e mostrava sua diferença em relação ao Brasil, em vista da aliança informal do seu governo com a nação do norte.

Um dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, em que tanto a Espanha quanto a maioria dos países latino-americanos mantiveram uma postura neutra, foi produzir um realinhamento das forças internacionais e fomentar sentimentos de conquista e de temor entre as nações. Em 1915, o diretor da revista da UIA, Luis de Armiñan (1915, p.LXXX), ponderava que, se as mais importantes nações do mundo necessitavam unir-se para

sobreviver, isso seria tão mais importante para as menos poderosas, para daí justificar:

Todo nos demuestra que, si queremos ser independientes los ibero-americanos, hemos de ser fuertes y que para llegar a ser fuertes y vernos respectados en el orden internacional debemos estar unidos [...]. La Fiesta de la Raza debe ser, por tanto, a más de fiesta de recuerdo, de homenaje y de afecto, acto de exteriorización de una solidaridad anhelada e indispensable y momento propicio para concretar ante los poderes públicos, la petición de que se traduzcan en hechos reales (las) aspiraciones entusiastas y legítimas de los ibero-americanos.

Portanto, não era casual que o gabinete conservador liderado por Antonio Maura apresentasse às Cortes espanholas o projeto de lei instituindo o feriado sob o nome de *Fiesta de la Raza*, em maio de 1918. Conjugavam-se assim dois objetivos, um interno e outro externo. Esperava-se alçar a Espanha a uma posição de liderança internacional de um bloco de países ibero-americanos neutros, ao mesmo tempo que o chefe de governo, Antonio Maura, buscava conjurar a crise política da sua gestão por meio de uma festa de exaltação da nação e do patriotismo (Marcilhacy, 2006, p.342).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extinção da *Revista de las Españas* foi o resultado dos conflitos políticos internos dos governos da Segunda República, de cuja subvenção dependiam tanto a UIA quanto o seu órgão oficial. Com a República, estabeleceu-se a tensão entre os projetos da Junta de Relações Culturais, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, cujo titular, Luis de Zulueta, ordenou a subordinação de todas as entidades privadas subvencionadas aos planos do seu ministério. A defesa da autonomia da associação e as posições majoritariamente conservadoras e monár-

quicas chocaram-se com o objetivo do ministério de empregar as associações particulares para alavancar os projetos de aproximação cultural da Espanha com a América Latina. A subvenção da Junta de Relações Culturais para a UIA reduziu-se drasticamente em 1933, para aumentar moderadamente em 1934, e ser finalmente suprimida no ano de 1936, diante das negativas da entidade em seguir as diretrizes do ministério (Tabanera, s. d.). No primeiro trimestre de 1936, circulariam os últimos números da revista, coincidentemente com a formação de um novo governo, dirigido pela Frente Popular, cuja composição de centro-esquerda colidia com o perfil de direita da UIA. A entidade sobreviveria à Guerra Civil, mas seria absorvida por um novo órgão burocrático do regime franquista, o Conselho da Hispanidade, criado em 1941, que monopolizaria a promoção oficial americanismo ao fechar e incorporar todas as entidades privadas com fins análogos ao novo conselho.

Em suas duas fases, a publicação foi um importante agente não só para o desenvolvimento de uma comunidade imaginária (Anderson, 1982) de âmbito ibero-americano, mas também responsável pela disseminação de representações de teor imperial sobre a América Latina e suas relações com a Espanha. Tais representações traduziam sob diversas formas uma visão idealizada da colonização espanhola na América: do papel de Colombo e dos reis que promoveram o descobrimento, da ação civilizatória espanhola e do catolicismo, do colonialismo benévolo, da pátria geradora de um idioma e cultura universais, da progenitora de nações e da mãe exaurida pela dedicação à prole, entre outros mitos, aos quais a América deveria render eterna e inabalável gratidão.

Politicamente foi conservadora tanto em relação à realidade espanhola quanto aos assuntos latino-americanos, embora tal posição ficasse geralmente encoberta pela adoção de uma postura de neutralidade em face dos assuntos de política in-

terna e externa dos governos. Tais temas eram abordados segundo um filtro ideológico que apenas deixava vislumbrar os aspectos positivos da realidade espanhola e da América Latina, deixando-se de lado assuntos desabonadores para os dois lados, tais como os vícios da política oligárquica, as desigualdades sociais, os conflitos de classe e o racismo. A parcialidade não era um apanágio dos editores da publicação aqui analisada nem dos articulistas espanhóis, mas estendia-se também aos autores latino-americanos, geralmente selecionados entre os menos críticos em relação àqueles tópicos. Consequentemente, os pontos de vista discordantes em relação ao programa sustentado pela UIA foram completamente ignorados, desde os defensores da aproximação aos Estados Unidos, tal como o cubano Fernando Ortiz (1910),²⁰ até as correntes de esquerda, a exemplo dos socialistas argentinos, ou de José Carlos Mariátegui (1982), para quem o futuro da civilização não residia em Madri, mas em Nova York, Londres e Berlim.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1982.
- ARMIÑAN, L. de. Fiesta de la raza. *Unión Ibero-Americana*, sep./oct. 1915.
- CENTENARIO DEL descubrimiento de América. Proyecto de programa redactado por La junta directiva de La Unión Ibero-Americana. *Unión Ibero-Americana*, 1º nov. 1890.
- CONGRESO Hispano-Americano. Comisión Internacional Permanente. *Unión Ibero-Americana*, n.181, p.9-12, ene. 1901.

20. Ortiz (1910) escreveu ácidos artigos contrários às iniciativas dos intelectuais espanhóis, em especial Rafael Altamira, interpretando nisso um novo tipo de expansionismo que denominou "*rehispanización tranquila*" e "*neoperialismo manso*".

- DELGADO, L. Identidad nacional y proyección transatlántica: América Latina en clave española. *Nuova Rivista Storica*, fasc. II, p.277, 1991.
- DONÓN, J. España para los españoles. *Unión Ibero-Americana*, n.126, 10 mar.1896.
- EDITORIAL. *Unión Ibero-Americana*, n.122, p.497-9, 4 nov. 1895.
- EDITORIAL. *Unión Ibero-Americana*, n.126, p.545-9, 10 mar. 1896.
- EL VIAJE del rey Don Alfonso a América. *Unión Ibero-Americana*, n.11, p.14, nov. 1907.
- ESPAÑA y las Américas. *Unión Ibero-Americana*, n.98-99-100, p.389, oct./nov./dic. 1935.
- ESTATUTOS de la Sociedad Unión Ibero-Americana. *Unión Ibero-Americana*, n. 90, p. 2, 01 ene. 1893.
- EXCMO. Sr. D. Porfirio Diaz. *Unión Ibero-Americana*, n.168, p.2, 15 jun. 1900.
- GANIVET, A. Idearium español In: _____. *Idearium español y el y el porvenir de España*. Madrid: Espasa-Calpe, 1957.
- LA FIESTA de La Raza y su desenvolvimiento. *Unión Ibero-Americana*, n.10, p.5, sep./oct. 1922.
- LA NACIÓN de Buenos Aires em Madrid. *Unión Ibero-Americana*, p.46, mayo/jun. 1921.
- MARCILHACY, D. *Une histoire culturelle de l'hispano-americanisme (1910-1930)*. L'Espagne a la reconquete d'un continent perdu- I. Paris: Université de Paris III. (Mimeogr.). 2006.
- MARIÁTEGUI, J. C. O Ibero-americanismo e o pan-americanismo. In: BELLOTTO, M. L.; CORRÊA, A. M. M. (Org.) *José Carlos Mariátegui: política*. São Paulo: Ática, 1982. p.130-3.
- MARTIN MONTALVO, C. et al. El hispanoamericanismo, 1880-1930. *Quinto Centenario (Madrid)*, n.8, 1985.
- MEMÓRIA correspondiente a 1909. *Unión Ibero-Americana*, n.2, p.22, 28 feb. 1910.
- MEMORIA correspondiente al año 1930. *Unión Ibero-Americana*, n.55-56, p.320, abr./mayo 1931.
- MENSAJE elevado por la Unión Ibero-Americana al gobierno de S. M. *Unión Ibero-Americana*, n.150, mar. 1898.
- NAVARRO Y LESDESMA, F. F. Grandmontagne. *Unión Ibero-Americana*, n.154, p.340, oct. 1898.

- ORTIZ, F. *La reconquista de América*. Reflexiones sobre el panhispanismo. Paris: Libreria Paul Ollendorff, 1910.
- PANHISPANISMO y panamericanismo. *Unión Ibero-Americana*, sep./oct. 1921.
- PERIÓDICOS diarios, revistas y boletines que se reciben en la Unión-Iberoamericana al finalizar el año 1931. *Unión Ibero-Americana*, n.63-64, p.623-7, nov./dic. 1931.
- PUNTOS DE venta, suscripciones y anuncios. *Unión Ibero-Americana*, n.22-23, p.327-8, jun./jul. 1928.
- RAJO SERVENTICH, A. Las dimensiones del hispanismo e hispanoamericanismo. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos (México)*, n.47, jul./dic. 2008.
- RAMA, C. *Historia de las relaciones culturales entre España y América Latina*. Siglo XIX. México: FCE, 1982.
- SIRINELLI, J.-F. Les intellectuels. In: RÉMOND, R. (Dir). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.
- TABANERA, N. La Junta de Relaciones Culturales Del Ministerio de Estado, 1931-1936. Una imagen de América Latina en un organismo oficial bajo la Republica. In: SANTOS, M. H.; NIÑO, A.; PEREZ HERRERO, P. (Coord.) *La formación de la imagen de América Latina en España*. 1898-1989. Madrid: OEI, 1989. p.57-61.
- UNIÓN IBERO-Americana, n.90, p.2-8, 1º ene; 1893; n.168, p.2, 15 jun. 1900; n.1, p.30, 31 ene. 1915; p.32-3, ago. 1919; n.24, ago. 1924; n.63-64, p.622, nov./dic. 1931; n.77-78-79, p.126, ene./feb./mar. 1934.
- VELEZ, P. *La historiografía americanista en España*. 1755-1936. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2007.

2

Proyectos americanistas españoles en la primera mitad del siglo XX

*Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla*¹

En las décadas iniciales del siglo XX diversos sectores de la sociedad española tomaron la iniciativa de impulsar las relaciones con América Latina. Los intelectuales ocuparon la vanguardia de aquel proceso, marginal en sus orígenes a los centros de decisión política. A medida que los proyectos americanistas despertaban la atención de quienes ejercían el poder, los intelectuales iban tomando partido; algunos apoyando la visión conservadora y paternalista que hizo suya la dictadura de Primo de Rivera, otros apostando por una relación más equilibrada y progresista, que trató de desplegarse durante el intervalo republicano. Durante la guerra civil esa polarización se acentuó. Tras la victoria del bando sublevado y el advenimiento del régimen franquista, los núcleos intelectuales que respaldaban el estrechamiento de relaciones con América subordinaron sus actuaciones a los intereses del Estado.

1. Investigador del Instituto de Historia del Centro de Ciencias Humanas y Sociales – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid).

AMÉRICA Y LA REGENERACIÓN ESPAÑOLA: EL PAPEL DE LOS INTELLECTUALES

La pérdida de Cuba y Puerto Rico en 1898 significó el fin de la presencia colonial española en América. A partir de entonces se iba a desarrollar de forma paulatina un cambio importante en el imaginario colectivo latinoamericano: la hispanofobia que había servido como un mecanismo de afirmación en negativo de las jóvenes repúblicas durante el siglo XIX, fue remplazada por una emergente yanquifobia. En el transcurso de las primeras décadas del siglo XX iban a multiplicarse en América Latina los alegatos a favor de una reformulación de la relación con España. En algunas ocasiones, se buscaba marcar distancias frente a la arrolladora pujanza norteamericana; en otras, tomar posiciones ante un presente agitado por profundas transformaciones económicas y sociales. En cualquier caso, suponía un mecanismo de respuesta frente a las mutaciones que provocaban la modernización de las fuerzas productivas y el creciente cosmopolitismo de la población latinoamericana. Ese reencuentro con la *esencia hispánica* no solía llevar aparejada una identificación con la España coetánea, a la que se veía como un país atrasado y con escasa proyección de futuro.

También desde España se produjo un proceso paralelo de replanteamiento de las relaciones con América. La derrota frente a Estados Unidos y la pérdida de las colonias ultramarinas alentaron una corriente de crítica intelectual y política que comúnmente partía de un rechazo al sistema político vigente por considerarlo incapaz de modernizar al país. Los remedios para reformarlo incluían el fomento de la educación, la democratización del Estado, junto al abandono del caciquismo y su red de control social. Para fundamentar ese proceso, se emprendió una revisión histórica de los principios del nacionalismo español, de las claves de la identidad nacional (cf. Pérez Garzón, 2000, p.95

ss.; Niño Rodríguez, 2007, p.199 ss.). Una de sus aspiraciones era reaccionar frente al ensimismamiento y el aislamiento que habían sumido al país en la atonía y lo habían llevado hacia el *desastre*.

Para una parte importante de los emergentes grupos intelectuales el desafío de incorporar a España al tren de la modernidad y el progreso pasaba por la *europización* del país. Terminada su presencia colonial en América y Extremo Oriente, los intereses políticos y económicos de España se decantaban inexorablemente hacia Europa. En esa dirección se orientaron los círculos intelectuales que tenían su origen en la Institución Libre de Enseñanza, desde cuya óptica liberal se consideraba fundamental la sincronía con este continente. La europización suponía la fórmula para construir un país moderno, liberal y tolerante, que emprendiese una reforma interior para acabar con el sistema oligárquico y las estructuras arcaicas en que se apoyaba, que promoviese la extensión educativa, el progreso científico, el desarrollo económico y la apertura política.

¿Qué lugar ocupaba América en aquel horizonte de transformación nacional marcado por la europización? España necesitaba a América para superar su estado de postración, como un espacio alternativo de afirmación y expansión, sobre todo cultural y en menor medida económica. Resignarse exclusivamente a la dimensión europea implicaba la aceptación de una posición supeditada a los intereses de las potencias hegemónicas continentales. El recurso a América daría vigor a la reforma interior en España y valor añadido a su proyección europea.

Tanto entre los partidarios de la europización como en el movimiento hispanoamericanista, tuvieron un marcado protagonismo los intelectuales de raigambre institucionista, aunque existió una variedad de registros en su seno. Los intelectuales se movilizaron para elaborar y propagar un proyecto que, ajeno en principio a los canales de la política oficial, intentó impreg-

nar a la sociedad española de una dirección moral y unos objetivos de regeneración nacional (Mainer, 1977; Niño Rodríguez, 1993). El papel asignado a América era el de catalizador de la renovación interior, un terreno donde encontrar afinidades en el proceso reformista, un espacio donde dotarle de un alcance supranacional. América se concebía como un estímulo para la modernización, se la asociaba a vitalidad y recursos naturales aún por explotar, era una apuesta por el futuro sin renunciar al pasado.

Según los planteamientos del hispanoamericanismo progresista, los intelectuales formaban la vanguardia del proceso de reencuentro. A ellos competía la recuperación y propaganda de las señas de identidad, su defensa frente a la amenaza de dominación política, económica y espiritual que venía del norte. Quedaba descartada toda aspiración política, característica de otra corriente de signo conservador heredera de los proyectos panhispanistas formulados en el siglo XIX y dirigidos a recuperar el liderazgo español en América. Para la corriente liberal no se trataba de lograr una unión política, sino de restablecer los nexos comunes, la conciencia colectiva hispánica. La cultura compartida y una aproximación por la vía de la educación constituían los instrumentos para avanzar en el terreno de la reconciliación hispánica. Los intelectuales debían trabajar en ese sentido, favoreciendo la formación de esa conciencia colectiva y la promoción de un sentimiento asociativo en el seno de las sociedades, que se impusiera a la inercia o a la indiferencia de los gobiernos.

La recuperación del prestigio nacional formaba parte de la necesidad de autoafirmación, de ahí que la réplica frente al estereotipo negativo de *lo español* se convirtiese en algo indispensable. Si se consideraba que la historia era la forja del espíritu de los ciudadanos, América tenía un valor inapreciable para el ejercicio de reconstrucción de la memoria que permitiese a la comunidad una identificación positiva orientada hacia

el futuro. La lucha contra la leyenda negra, la defensa de la colonización española en su dimensión global y comparativa, resultaban trascendentales en ese ajuste con el pasado que diese elementos de optimismo para afrontar la tarea de construir una nación moderna, superadora del corsé oligárquico, atrasado y clerical de entonces.

Al mismo tiempo, América Latina era también el sobrevalor exterior que, debidamente promocionado, contribuiría a que España dejase de ser una parte, periférica y relativamente apartada, de la Europa del progreso. El afán de erigirse en portavoz de un conjunto territorial mucho más amplio, con mayores capacidades y recursos, siempre estuvo presente, aunque de forma atenuada, como plataforma para alcanzar una dimensión internacional más influyente. Pero si existía un horizonte común en cuanto al *estímulo* que representaba América, las coincidencias eran menores al definir las líneas de conducta. Algunas de las figuras representativas del movimiento hispanoamericanista liberal se mostraban proclives a convertir a España en guía intelectual de la comunidad cultural hispánica. Otros de sus miembros, menos optimistas, tenían serios reparos ante la capacidad de expansión española, o ante la vía cultural como medio idóneo para impulsarla.

Si bien cabe reconocer a esa corriente liberal una mayor iniciativa en este ámbito, hay que señalar también la existencia de otra corriente paralela, a veces incluso superpuesta, de tendencia conservadora. Ambas corrientes compartían los planteamientos sobre el resurgimiento del país con el aporte americano, pero diferían en las claves del reencuentro.² La búsqueda de

2. La variedad de manifestaciones de aquellos medios intelectuales puede apreciarse en los estudios ya citados de Mainer (1977) y Niño Rodríguez (1993), junto a los trabajos de Pike (1971), Halperin Donghi (1987), Tabanera (1997), Sepúlveda Muñoz (2005) y Marcilhacy (2006).

una tradición específicamente española segregada del proceso de modernización de otras sociedades occidentales, su apego al catolicismo frente al liberalismo, constituían dos de las principales señas de diferenciación de esta corriente conservadora. América aparecía identificada con la grandeza histórica, con la misión religiosa de España en el mundo, con la añoranza de un pasado de resonancias míticas, cuya versión más elaborada se propagó a partir de los años treinta con la doctrina de la Hispanidad.

Las principales revistas americanistas de la época reflejaron en sus páginas esa disparidad en la forma de ubicar a América en el panorama intelectual español. En algunas, como *Cultura Hispano-Americana* o *Raza Española*, solían abordarse los temas americanos privilegiando la perspectiva española, con un interés concentrado en el pasado. Resultaba perceptible una reivindicación historicista, conservadora y nostálgica, según la cual América era una resultante de la proyección española en el mundo. En otras, como *Unión Ibero-Americana* (luego *Revista de las Españas*), *Mercurio, España y América*, *Unión Hispano-Americana* y *Revista de Ambos Mundos*, se trataban los asuntos americanos desde una óptica más contemporánea. Se ponía el acento en la intercomunicación entre ambas orillas del Atlántico, en la superación del monólogo español por el diálogo hispanoamericano y, como muestra de ello, se contó con la presencia regular de escritores, pensadores y políticos americanos. Estas publicaciones incluían un mayor porcentaje de artículos y crónicas sobre geografía humana y física, economía o materias políticas. Entre las últimas, se aludía con cierta reiteración a la amenaza de los Estados Unidos como un acicate para la cohesión.

Todas esas publicaciones testimoniaban la efervescencia que adquirió el movimiento hispanoamericanista en las primeras décadas del siglo XX. La sociedad civil se adelantó a la ini-

ciativa oficial en el estrechamiento de los lazos transatlánticos. Sus principales impulsores fueron:

- núcleos intelectuales de cuño institucionista, que desplegaron sus actividades desde la Universidad de Oviedo – promotora de los viajes a América de los profesores Rafael Altamira y Adolfo Posada ;
- el Museo Pedagógico Nacional y la Junta para Ampliación de Estudios, a través de diversas actuaciones;
- junto a la colaboración con las Instituciones Culturales Españolas creadas en la región por iniciativa de los emigrantes españoles – en 1914 en Argentina, y en los años siguientes en Uruguay, Cuba y México (cf. Niño Rodríguez, 2001).³

También realizaron una notable contribución a la difusión de esas inquietudes hispanoamericanistas los medios de negocios catalanes, interesados en la ampliación de mercados para sus productos, que fundaron en 1910 la Casa de América en Barcelona y patrocinaron al año siguiente la I Asamblea de Sociedades y Corporaciones Americanistas – embrión de la futura Junta Nacional del Comercio de Ultramar establecida en 1923. A lo que habría que añadir la aportación de un conjunto de asociaciones americanistas, con intereses y campos de acción diversos, entre las que tuvo mayor incidencia la labor de la Unión Iberoamericana.⁴

3. El despliegue de algunas de aquellas iniciativas ha sido tratado recientemente en el monográfico sobre “La Junta para Ampliación de Estudios y América Latina: memoria, políticas y acción cultural (1907-1939)” (2007).

4. Creada en 1884 con apoyo oficial, participó en los actos conmemorativos del IV Centenario del descubrimiento de América en 1892, cooperó en el Congreso Social y Económico Hispanoamericano celebrado en 1900, y editó la revista de mayor eco en este ámbito.

Si con el discurrir del siglo XX se amplió paulatinamente la audiencia de los partidarios de intensificar las relaciones con América, la coyuntura de la I Guerra Mundial tuvo una especial significación. El hispanoamericanismo encontró entonces una mayor receptividad, tanto en la sociedad como en esferas gubernamentales, gracias a las expectativas comerciales y políticas que parecían abrir el conflicto bélico. Los objetivos del movimiento fueron recopilados en una serie de medidas sistematizadas por Altamira (1917, p. 62-8) en forma de “programa mínimo y urgente”. Las demandas que contenía afectaban a la reforma del Ministerio de Estado y de los servicios consulares: la atención a la formación de los emigrantes y a sus problemas más acuciantes; la regulación y promoción de los intercambios económicos y comerciales con la zona; la mejora de las comunicaciones de todo tipo, y la intensificación de las relaciones culturales con América.⁵

Durante los años siguientes se emprendieron diversas medidas, todavía de impacto limitado. En 1917 se elevó la Legación en Buenos Aires al rango de Embajada – primera representación española de esta categoría en la región. En 1918 se proclamó fiesta nacional la fecha del 12 de octubre, correspondiendo a la decisión tomada el año anterior por el gobierno argentino (Rodríguez, 2004). Entre 1921 y 1923 se celebraron en España varias reuniones hispanoamericanas de temática dispar, pero con el objetivo común de estrechar los vínculos entre ambas orillas del Atlántico. La proyección hacia América también estuvo presente en la génesis de la política cultural exterior española. En suma, los órganos institucionales, sin hacer grandes alardes de voluntad política, mostraban una mayor receptividad ante las perspectivas de un acercamiento a las repúblicas del

5. Sobre la obra americanista de Altamira y sus repercusiones al otro lado del Atlántico, ver Prado (2005).

otro lado del océano. Pese a ello, la proyección hacia América representó hasta entonces una opción más teórica que práctica. Esa dimensión aspiraba sobre todo a actuar como un resorte que incentivase la regeneración interior, como un revulsivo que contribuyese a generar una nueva conciencia nacional.

EL ESTADO ENTRA EN ESCENA

El variado elenco intelectual y político en que fueron calando las propuestas hispanoamericanistas pudo observarse en la repercusión que tuvieron durante la dictadura del general Primo de Rivera, en el posterior intervalo republicano, o más tarde en el transcurso del régimen franquista. Esa evolución refleja además las distintas lecturas que se hacían sobre las relaciones con aquella región y la paulatina diferenciación de posturas que se produjo con el discurrir del siglo.

La dictadura del general Primo de Rivera desplegó una política de prestigio en el terreno internacional, planteando reivindicaciones como la incorporación de Tánger o la concesión de un puesto permanente en el Consejo de la Sociedad de Naciones. En esa línea hay que situar la adopción de una política más activa hacia América Latina, que se plasmó en una serie de iniciativas. Se creó una sección dedicada al análisis y seguimiento de las relaciones con América en el seno del Ministerio de Estado. Se incrementó la representación diplomática y consular española en la región, estableciéndose otras dos embajadas en Chile (1927) y Cuba (1930). Se fundó una Junta de Relaciones Culturales encargada de promover la aproximación hispanoamericana. Se nombró embajador en Buenos Aires a Ramiro de Maeztu, uno de los pocos intelectuales de relieve que apoyaron a la dictadura. En fin, se intentó configurar un bloque hispanoamericano en la Sociedad de Naciones, articulado en torno a España. Mayor alcance inmediato tuvieron otras

actuaciones, como la mejora de las comunicaciones navieras o la instalación del servicio telegráfico directo, del radiotelegráfico y del correo aéreo con los principales países del otro lado del Atlántico.

Tales medidas encontraron un notable eco en la publicística de la época, punteado por acontecimientos como la primera travesía aérea del Atlántico Sur realizada por el Plus Ultra, la construcción de la Ciudad Universitaria de Madrid concebida como un futuro enclave cultural hispanoamericano, o la celebración de la Exposición Iberoamericana de Sevilla en 1929.⁶ Al concluir aquel período el Estado había comenzado a implicarse definitivamente en la elaboración de una política exterior hacia la región. Sus frutos todavía eran modestos y sus insuficiencias evidentes, en parte por la necesidad de tiempo para que cuajaran algunas de las iniciativas emprendidas, en parte porque su desarrollo en aquellos años había estado demasiado condicionado por los anhelos de prestigio del régimen primorriverista.

El establecimiento de la II República aparejó un intento de configurar un marco de relaciones asentado sobre el respeto mutuo y la estricta igualdad de trato, poniendo el acento en el fortalecimiento de los nexos de afinidad y en la aplicación del principio de *neutralidad fraternal* ante los litigios interamericanos. Esa política tuvo reconocimiento cuando estallaron algunos conflictos entre países americanos, pues los representantes españoles fueron requeridos para que desplegaran su gestión conciliadora y pacificadora en el seno de la Sociedad de Naciones. Simultáneamente, otra de las primeras medidas adoptadas por el régimen republicano en 1931 fue dotarse de una embajada en México, estrechándose las relaciones bilaterales durante aquel período, a la que siguió unos años después la embajada en Brasil – 1934.

6. Sobre esta última, ver Lemus López (1986).

Los dirigentes republicanos eran conscientes de la debilidad comercial y financiera del país, pero estaban convencidos de la existencia de una comunidad cultural hispanoamericana, por ello cimentaron su política sobre la cooperación en este ámbito. No en vano eran los herederos de la corriente liberal de principios de siglo, que veía en América un estímulo para la regeneración nacional y la recuperación del protagonismo internacional. Antes de concluir 1931, se fundó, vinculado a la Universidad de Sevilla, un Centro de Estudios de Historia de América. Algo más tarde, en respuesta a los debates parlamentarios suscitados sobre el tema, se acometió el diseño de un "Plan de Actuación Cultural en Hispanoamérica", cuya responsabilidad correspondió a la Junta de Relaciones Culturales del Ministerio de Estado.

Aquel plan cultural acabó plasmándose en la creación de la Sección de Estudios Hispanoamericanos en el Centro de Estudios Históricos, que desarrolló una intensa labor de investigación y edición de obras históricas y lingüísticas sobre el acervo colectivo de los pueblos hispánicos, reediciones de crónicas antiguas y la publicación de la revista *Tierra Firme*. También se organizaron y enviaron a América Latina siete bibliotecas de cultura superior y once bibliotecas populares. Asimismo, se proyectó instalar depósitos de libros en aquella región como una medida destinada a impulsar la exportación de publicaciones, al tiempo que se constituyó el Instituto del Libro Español (Martínez Rus, 2002, 2003). Otras propuestas como la fundación de Institutos de Cultura Española, de Institutos de Segunda Enseñanza para los emigrantes, o de museos itinerantes con reproducciones de obras clásicas y de otros productos de la cultura popular, nunca llegaron a ver la luz. No corrió mejor suerte el deseo de promover la convergencia hispanoamericana en la Sociedad de Naciones (Niño Rodríguez, 1992, 1993; Tabanera, 1996).

El intervalo republicano permitió un interesante contraste de pareceres en España sobre las distintas formas de concebir las relaciones con América. El clima de libertad de expresión favoreció su difusión, más allá de que llegaran a influir sobre la política gubernamental. Fue entonces cuando Ramiro de Maeztu formuló en las páginas de *Acción Española* sus postulados sobre una Hispanidad reaccionaria, forjada en torno al sedimento de la catolicidad y la nostalgia del imperio hispánico (Pérez Montfort, 1992; Egido León, 1993; González Cuevas, 1998). Una construcción que iba a tener notable éxito poco después, ya que sus principios conservadores y su evanescencia ideológica encajaron a la perfección con los mutables intereses de la dictadura franquista.

GUERRA CIVIL ESPAÑOLA Y MOVILIZACIÓN IDEOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

El estallido de la guerra civil en España tuvo una resonancia dispar al otro lado del océano, dependiente en buena medida de la presencia y volumen de las colonias de emigrantes españoles radicadas en cada país. En el seno de esas colonias se vivió a veces una guerra civil diferida, sobre todo en los países de mayor asentamiento de emigrantes. En los casos de Argentina, Cuba, Brasil, Venezuela o Uruguay, donde las comunidades españolas alcanzaban un importante volumen o cuya instalación había sido más reciente, la mayoría de sus integrantes respaldaron la causa republicana. En otros países donde los núcleos de españoles eran más reducidos o donde su presencia era más antigua, con posiciones sociales más consolidadas y mayor sintonía con las oligarquías locales, el grueso de la colonia apoyó al bando rebelde, como ocurrió en México, Chile, Paraguay, los países andinos y centroamericanos.

En términos generales, la guerra civil española provocó un incremento de la polarización ideológica, al movilizar a la

opinión pública, las fuerzas sociales y los partidos políticos.⁷ La causa republicana encontró eco sobre todo entre las capas medias urbanas, los intelectuales y el movimiento obrero organizado. Los soportes de la causa franquista se localizaron entre los terratenientes y grandes comerciantes, cuadros militares, jerarquías eclesiásticas, aparato gubernamental y administrativo. Los primeros contaron con la colaboración de los partidos políticos de izquierda y los sindicatos de clase, los segundos recurrieron a una prolongación del partido unificado creado en la península – la Falange Exterior – para que aglutinase a los diversos focos de apoyo. Para ganar esa batalla de la opinión, los dos bandos situaron el epicentro de sus actividades propagandísticas en Argentina, que albergaba con mucho la mayor concentración española del continente y donde se produjo una movilización social más intensa. Si el principal argumento de la campaña republicana fue la lucha por la libertad y la democracia contra el embate del fascismo, en el bando franquista la defensa de los valores reaccionarios se realizó mediante la cobertura de la Hispanidad, simbolizada por la alianza de la cruz y la espada, la fe católica y la tradición imperial (González Calleja, 2001).

Las reacciones que se produjeron en América apenas afectaron al desenvolvimiento del conflicto, más allá del embargo de armas decretado por el gobierno de Estados Unidos y de su política de no-intervención, respaldada solidariamente por la mayor parte de los ejecutivos latinoamericanos. Los gobiernos de la región procuraron distanciarse en la medida de lo posible de los sucesos españoles. Era una manera de prevenir efectos colaterales no deseados, pues lo que allí ocurría era susceptible

7. Sobre la repercusión global que tuvo el conflicto español en las repúblicas americanas, ver Falcoff y Pike (1982), Quijada, Tabanera y Azcona (1992) y Tabanera (1996). Existen además un buen número de estudios que han analizado las repercusiones de la guerra en varios países de la región.

de extrapolarse a sus propias disputas internas. Salvo México, que apoyó incondicionalmente al gobierno legítimo republicano, y algunas repúblicas centroamericanas que reconocieron tempranamente a las autoridades del bando sublevado, el resto de los países optaron por actuar con una cierta flexibilidad.

Los representantes republicanos continuaron siendo los interlocutores oficiales, a la vez que se mostraba una abierta tolerancia hacia las actividades de sus antagonistas. En aquella coyuntura prevalecían en América Latina los gobiernos de tendencia conservadora que compartían una mayor afinidad ideológica con los insurrectos, encubierta bajo la postura de neutralidad. Además, el grueso de los diplomáticos españoles en la zona, con buenos contactos entre los estratos dirigentes latinoamericanos, se decantó por el bando franquista. La República perdió la guerra pero ganó el combate por las conciencias, el más importante de los librados en suelo americano, logrando el respaldo mayoritario de la opinión pública de aquellas naciones. Sus adversarios franquistas nunca pretendieron nada similar, su acción fue más selectiva pero no menos influyente.

En lo sucesivo el nuevo Estado franquista asumió las formulaciones sobre la Hispanidad como armazón ideológico de sus relaciones con América Latina. Sus presupuestos aportaron la base doctrinal de la propaganda irradiada al continente americano, sirviendo como soporte a la aspiración de recuperar un papel protagonista en aquella región. A ellas recurrió la Falange en sus intentos de captación y encuadramiento de la emigración española, y también se trasladaron al diseño incipiente de la política cultural que debía colaborar al reforzamiento de la identidad del mundo hispánico.⁸

8. Más detalles sobre la acción desarrollada por el bando sublevado en su dimensión americana en Delgado Gómez-Escalonilla (1992, p.117-56),

Si durante la guerra civil se había contado con importantes apoyos entre las esferas influyentes de los países latinoamericanos, su conclusión no se tradujo en la coyuntura favorable que esperaban los dirigentes del bando franquista. La política de Buena Vecindad, promovida por el gobierno norteamericano de Franklin D. Roosevelt, tuvo como complemento una oposición frontal a la difusión en América de la propaganda y actividades de la Alemania nazi y la Italia fascista, que pronto afectó también al régimen franquista (Gellman, 1979; Humphreys, 1981). La dictadura española pese a su fragilidad podía suponer una amenaza potencial, bien como punta de lanza de las potencias totalitarias europeas, o bien por el efecto de emulación que podía provocar entre las élites conservadoras latinoamericanas.

En una coyuntura de crisis política de porvenir incierto, los valores reaccionarios de la Hispanidad tenían cierto predicamento entre algunos grupos políticos latinoamericanos que se oponían a Estados Unidos y a los proyectos de unidad continental bajo su liderazgo. De ahí que se incluyese al franquismo dentro de la campaña contra las potencias del Eje y sus simpatizantes (Pardo Sanz, 1995, p.172-89). Simultáneamente, la integración del exilio español en el mundo cultural e informativo de los países latinoamericanos fue asociada a una labor de denuncia contra la dictadura instaurada en España. El exilio actuó como fermento antifascista y favoreció que tanto el gobierno español como sus acólitos en América fueran incluidos en la dinámica de rechazo al fascismo.

Pardo Sanz (1992, p.211-38; 1995, p.45-82), González Calleja y Limón Nevado (1988) y González Calleja (1994).

EL FRACASO DE LA HISPANIDAD BELIGERANTE

Los nuevos dirigentes españoles sobrevaloraron sus posibilidades de sacar partido de las afinidades que habían encontrado en América durante la guerra civil. La amalgama de ingredientes conservadores, católicos y fascistas agrupados bajo la cobertura de la Hispanidad, recibió la adhesión circunstancial de sectores de las élites políticas y sociales de los países latinoamericanos. Los problemas llegaron cuando se intentó rentabilizar aquellas simpatías para intensificar las relaciones con la región, en un contexto de enfrentamiento bélico en Europa que adquirió poco después dimensiones mundiales.

La España franquista contaba con escasos recursos a su alcance. La carencia de intereses comunes de índole económica o comercial, la debilidad de su implantación diplomática, o las dificultades para acometer una acción política directa a través de las organizaciones falangistas allí establecidas, hacían de la proyección cultural la vía más asequible para fomentar un relanzamiento de las relaciones con la zona. La dimensión cultural permitía obviar la debilidad del régimen, al tiempo que se ejercía una irradiación ideológica encubierta y atenta a la evolución internacional.

Por entonces las tropas del Eje avanzaban a paso firme por la geografía europea. Sus camaradas españoles pensaban que había llegado la hora de sacar partido de los cambios en la estructura del poder mundial que parecían avecinarse. Una nación asolada por una guerra reciente no tenía muchos triunfos en su mano. Para equipararse siquiera fuera en términos simbólicos a Alemania e Italia era necesario dotar de un valor estratégico a la posición española. Su localización geográfica la convertía en una avanzadilla hacia África del norte, sus vínculos históricos y culturales con América Latina hacían de ella una cabeza de puente hacia aquella región. Conforme sus potenciales aliados

arrumbaron las pretensiones territoriales del régimen en el espacio africano, la dimensión americana fue perfilándose como una baza alternativa de negociación para subir la cotización española.

La España franquista trató de erigirse en interlocutor entre América Latina y el *Nuevo Orden* fascista europeo y factor de erosión del panamericanismo de Estados Unidos. El Consejo de la Hispanidad, creado en 1940, fue el principal instrumento de aquella propaganda ideológica y cultural con aspiraciones políticas apenas encubiertas. En su composición se apreciaba un marcado protagonismo de los sectores falangistas agrupados en torno a Ramón Serrano Suñer, Ministro de Asuntos Exteriores en la fase más pro-Eje de la política española durante la guerra mundial.⁹ La actividad de aquel organismo durante la guerra mundial fue poco más allá de las declaraciones de principios. Diversas iniciativas para atraer a grupos intelectuales y políticos latinoamericanos, bien fuera a una reunión fundacional que preveía organizarse en España, bien como colaboradores habituales de una revista dirigida específicamente hacia la región, obtuvieron un rotundo fracaso. La existencia del Consejo de la Hispanidad sólo sirvió para dar la impresión de que existía una ambiciosa política americanista española.

Simultáneamente, se tomaron otras medidas para potenciar las relaciones culturales con la región, entre ellas la convocatoria de las "Becas de la Victoria", la fundación del Museo de América, o la constitución del Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Las primeras cayeron en el olvido poco después de anunciarse. El segundo tardó bastante tiempo en organizarse. La trascendencia del último fue mayor y, junto a otras entidades creadas

9. Sobre los postulados y componentes del grupo intelectual falangista, ver Saz Campos (2003) y Juliá (2004, p.317 ss.).

años después, sentó las bases del americanismo español de posguerra, atento a las demandas de legitimación historiográfica del régimen y a sus necesidades propagandísticas.

La pretensión de rivalizar con Estados Unidos tuvo un saldo claramente negativo: hizo disminuir el núcleo de simpatizantes del franquismo en América, temerosos de situarse a contracorriente con las tendencias políticas imperantes o de engrosar las listas negras que empezó a confeccionar la administración estadounidense. Más grave aún, acentuó la imagen totalitaria y antidemocrática de la dictadura española que fue percibida como una prolongación de los regímenes fascistas europeos. A las organizaciones falangistas y al Consejo de la Hispanidad se les acusó de desarrollar actividades quintacolumnistas en la zona, con la finalidad de propagar una versión de *fascismo criollo*.¹⁰ Tales críticas se utilizaban también para atacar a los sectores nacionalistas y conservadores latinoamericanos que tiempo atrás se habían solidarizado con la causa franquista y, en aquellos momentos, se mostraban recios a aceptar la hegemonía del panamericanismo impulsado por Estados Unidos y a abandonar una posición neutralista ante la contienda bélica.

Una serie de factores llevaron al replanteamiento de aquella política: el fracaso de la Hispanidad beligerante, la entrada de Estados Unidos en la contienda y, sobre todo, el cambio de signo de la guerra mundial. Desde mediados de 1943, la política americanista comenzó a aparecer como una manifestación de la neutralidad y la autonomía españolas respecto al Eje, a la vez que pretendía ir limando asperezas con las potencias anglosajonas. Se asumió un repliegue frente a Estados Unidos, reconociéndose que la actuación española en América habría de ceñirse a corto plazo a los terrenos cultural y católico. Por otro

10. Ver, entre otros, Carmona Nenclares (1942), Diffie (1943), Chase (1943) y Bristol (1943).

lado, su sintonía con Argentina, cuyos dirigentes se desmarcaron de los moldes hemisféricos de Estados Unidos y mantuvieron la neutralidad, permitió al régimen ir tejiendo una red de intereses comunes que le sería de suma utilidad unos años más tarde (Quijada, 1994; González de Oleaga, 2001).

El cambio de política consistió en identificar a la España franquista con la tradición – los valores del siglo de Oro y el pasado imperial –, el catolicismo – una seña de diferenciación respecto a otros regímenes totalitarios –, y el anticomunismo – justificación de su apoyo circunstancial al Eje en la lucha contra la Unión Soviética. La aplicación de ese giro estratégico se llevó a cabo mediante una política de propaganda cultural que, más allá de discursos y actos públicos, se reflejó en las publicaciones del Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo y el Consejo de la Hispanidad, junto a la creación de la Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla y de los cursos de verano de Santa María de la Rábida. El americanismo, impregnado de catolicismo militante y anticomunista, se convirtió desde entonces en una de las bazas de la dictadura para sortear las secuelas del desenlace bélico.¹¹

CONDENA INTERNACIONAL Y DIPLOMACIA CATÓLICA

En la posguerra mundial el franquismo fue objeto de una fuerte campaña de reprobación internacional, con América Latina como uno de los principales focos de oposición. En México se inició la reconstitución de las instituciones políticas republicanas en el exilio, cuya legitimidad fue reconocida por varias

11. Una exposición más pormenorizada de los objetivos y evolución de la política exterior franquista hacia América Latina durante la guerra mundial en Delgado Gómez-Escalonilla (1992, p.237-418), Pardo Sanz, (1995, p.191-310) y Rein (2001).

naciones latinoamericanas que rompieron sus relaciones diplomáticas con el gobierno español. Las sanciones impuestas al régimen en la Asamblea General de Naciones Unidas de fines de 1946 fueron apoyadas por la mayoría de los países de la región, sólo tres de ellos se negaron a secundar la condena internacional – Argentina, El Salvador y República Dominicana.

Si la situación en ese escenario no parecía la más propicia, tampoco en otros se presagiaban expectativas más prometedoras. Casi todos los gobiernos europeos tenían en común la lucha previa contra el fascismo o la necesidad de distanciarse de su pasado inmediato asociado a los regímenes derrotados en la guerra. El franquismo tan sólo contaba con el respaldo del Portugal salazarista. Estados Unidos también mostraba un patente deseo de desembarazarse de aquel incómodo vestigio del pasado.

Para afrontar esa delicada coyuntura exterior, se acudió a la política de propaganda cultural como un medio para ganar adeptos en el exterior, dotándola de un mayor volumen de recursos económicos. Su aplicación se puso en manos de los sectores católicos, los únicos entre los apoyos de la dictadura que disponían entonces de capacidad para actuar como interlocutores internacionales. Su red de contactos con el exterior permitió contar con una diplomacia paralela que despertaba menos reticencias que los emisarios oficiales del régimen español.¹²

El predicamento de esos medios católicos con sus homólogos americanos fue una de las claves del relanzamiento de las relaciones con América Latina. También influyó la postura de no interferir en la política interior de otros países adoptada por la mayor parte de los gobiernos de aquella región. No menos relevante fue el cambio del mapa político acaecido en la zona durante la posguerra, con el progresivo deslizamiento hacia go-

12. Sobre la actuación de esos medios católicos, ver Tusell (1984, p.52 ss.), Ferrary (1993, p.222 ss.) y Redondo (1999, p.815 ss.).

biernos conservadores y autoritarios auspiciados por Estados Unidos dentro del clima de guerra fría que impregnó las relaciones internacionales.

Inicialmente, se tomaron diversas medidas encaminadas a intensificar la corriente cultural con las repúblicas latinoamericanas: concesión de becas a estudiantes y sacerdotes; subvenciones a los Colegios Mayores de las Universidades Pontificias que formaban a religiosos hispanoamericanos; estímulo a la publicación de obras que ensalzaran la colonización y evangelización de América; exposiciones de libros españoles y establecimiento de depósitos bibliográficos en varias capitales americanas; remisión de lotes de obras a centros culturales y religiosos, etc. (cf. *América en España...*, 1947).

A comienzos de 1947 empezó a funcionar el Instituto de Cultura Hispánica, a cuyo cargo quedó la planificación y ejecución de una política americanista destinada a afrontar la etapa de ostracismo internacional. Erigido tras la disolución del desacreditado Consejo de la Hispanidad, la piedra de toque para su arranque institucional la constituyó el XIX Congreso Mundial de Pax Romana, celebrado en España en el verano de 1946. Aquel evento puso de manifiesto la capacidad de convocatoria de los círculos católicos españoles entre las organizaciones equivalentes americanas. Esos sectores católicos actuaban en coordinación con el entonces Ministro de Asuntos Exteriores – Alberto Martín Artajo –, que de hecho era uno de sus principales dirigentes.

En los años siguientes el Instituto de Cultura Hispánica se convirtió en un intermediario cultural y político de las relaciones con América Latina.¹³ Para lograrlo, puso en práctica un

13. Sobre el proceso de gestación y actividades del Instituto de Cultura Hispánica, ver Delgado Gómez-Escalonilla (1988, p.149 ss.; 2001. p.373 ss.) y Escudero (1994, p.107 ss.).

conjunto de iniciativas destinadas a demostrar el interés español por América Latina y a atraer hacia España los medios universitarios y culturales de aquella región. Una de sus aportaciones más relevantes fue la edición de varias colecciones de libros y la publicación de revistas – *Mundo Hispánico* y *Cuadernos Hispanoamericanos*, fundamentalmente –, que abordaban los aspectos más diversos de aquella comunidad de naciones (*La huella editorial...*, 2003). No menos importante fue la creación de una biblioteca y una hemeroteca hispánicas, junto al establecimiento de premios anuales a libros, artículos y películas cinematográficas. También se mantuvo la concesión de becas a estudiantes y sacerdotes latinoamericanos, al tiempo que se organizaron cursos para estudiantes norteamericanos. Para disponer de foros de reflexión y encuentro se establecieron la Cátedra Ramiro de Maeztu, y los Colegios Mayores Nuestra Señora de Guadalupe y Hernán Cortés, a la par que se favoreció la colaboración del americanismo académico – del CSIC y las Universidades. Además, se realizaron congresos sobre distintas materias – educación, historia, seguridad social, derecho internacional, bibliotecas y propiedad intelectual, cooperación económica, lengua y literatura, etc. –, que dieron origen a organismos de enlace para ocuparse de las recomendaciones adoptadas en su transcurso. En el esfuerzo por incentivar los contactos personales y profesionales entre ambas orillas del Atlántico se concedió asimismo especial atención a las invitaciones a periodistas, profesores universitarios y personalidades políticas y religiosas latinoamericanas para que visitaran España.

La actuación sobre el terreno, en los distintos países de América Latina, fue mucho más limitada. Se promovieron los desplazamientos a América de profesores españoles de prestigio, las giras de compañías de teatro y grupos de los Coros y Danzas, y la organización de bienales hispanoamericanas de arte (Cabañas Bravo, 1996). Igualmente se impulsó la funda-

ción de Institutos de Cultura Hispánica en casi todos los países latinoamericanos, teóricamente independientes de sus interlocutores españoles aunque en la práctica animados por éstos, si bien en muchos casos apenas pasaron de una existencia testimonial. Más tardía fue la puesta en marcha de programas de colaboración económica y asistencia técnica.

Uno de sus objetivos básicos de aquel despliegue consistía en lograr la colaboración en defensa del régimen franquista de grupos políticos de derechas, sectores católicos y círculos sociales conservadores. De ahí que tales iniciativas se dirigieran preferentemente hacia sectores restringidos de las capas dirigentes americanas o de las colonias españolas, acompañadas de una diplomacia personalista, sustentada en contactos privados, invitaciones y concesión de condecoraciones. En los informes reservados quedaba patente ese deseo de “lograr amigos a toda costa”, sobre todo entre personas con influencia en las organizaciones internacionales, la prensa, las universidades y las cancillerías latinoamericanas.

El Instituto de Cultura Hispánica resultó muy útil, en efecto, para agrupar a los aliados potenciales y alentarles a prestar su concurso en la eliminación de la condena internacional de las Naciones Unidas. También tuvo un activo protagonismo a la hora de presentar a la dictadura española como un baluarte católico y anticomunista, en un mundo cada vez más influido por el enfrentamiento bipolar entre los Estados Unidos y la Unión Soviética. La intensificación de las relaciones culturales trató igualmente de recuperar las simpatías de las colonias de emigrantes españoles, trayéndolas de la acción opositora de los núcleos de exiliados. No menor fue su contribución en términos de política interior, al proporcionar un sucedáneo de reconocimiento exterior que se divulgó ante una opinión pública manipulada por los medios de comunicación controlados por el régimen. Por otro lado, el gobierno argentino se convirtió en un

inapreciable aliado y valedor del franquismo en diversos foros internacionales e interamericanos, que además prestó una ayuda económica vital en graves momentos de desabastecimiento alimenticio y de materias primas (Rein, 1995).

Sin ánimo de infravalorar los efectos mencionados, tampoco puede obviarse que los intereses políticos superpuestos a las relaciones culturales redujeron su capacidad de irradiación más allá de los círculos proclives al entendimiento con la dictadura española. Pese a todo, a mediados de los años cincuenta se había superado la fase álgida de la marginación exterior, como demostraban los pactos militares firmados con Estados Unidos y la paulatina integración en una serie de organismos internacionales – Unesco, ONU, etc.

En aquel contexto se lanzó la idea de articular a todos los países hispánicos en un proyecto común: la Comunidad Hispánica de Naciones. Tal agrupación se consideraba una respuesta ante la tendencia hacia la formación de bloques regionales que se apreciaba en diversos escenarios internacionales (Mercado Común Europeo, Organización Panamericana, Liga Árabe) (Alcalá, 1957, 1961). Con las miras puestas en aquel proceso de convergencia, se buscó una acción coordinada con los países latinoamericanos en los organismos internacionales, cimentada en torno a cuestiones como la defensa del castellano y de los valores católicos. También se ensayó la colaboración con la Cepal y la OEA mediante la participación en sus programas de asistencia técnica. Simultáneamente, se elevaron al rango de embajadas buena parte de las legaciones españolas existentes en América Latina, para testimoniar el relieve que se les concedía desde España, y se negociaron textos jurídicos sobre doble nacionalidad, convenios migratorios y de seguridad social, acuerdos culturales, o tratados más amplios de paz y amistad. Incluso llegaron a esbozarse proyectos para constituir una unión de pagos y otras medidas tendentes a configurar un espacio eco-

nómico iberoamericano, avanzándose entre tanto en la negociación de acuerdos comerciales (Prados Arrarte, 1955; Hipola, 1956; Enrich, 1989; González Calleja y Pardo Sanz, 1993).

Con aquella perspectiva convergente como horizonte, el Instituto de Cultura Hispánica prestó singular interés a la formación profesional y técnica de los cuadros latinoamericanos: médicos, abogados, ingenieros, universitarios, líderes sindicales, religiosos, periodistas, etc. Esa actuación selectiva pretendía ir constituyendo núcleos hispanófilos entre las élites dirigentes de los países latinoamericanos. En suma, la vía formativa y los contactos personales e institucionales derivados de la misma se concebían como una manera complementaria de reforzar el contenido político de la acción cultural (cf. Sánchez Bella, 1956, 1957).

El problema radicaba en que todas aquellas actuaciones tenían una credibilidad y un eco limitados en América Latina. Por un lado, resultaba sintomático que las propuestas de confluencia partieran del único país de la hipotética comunidad que estaba fuera de tales agrupamientos regionales. Por otro lado, buena parte de las actividades organizadas sólo funcionaban en un sentido, de España hacia América Latina, así que no existía reciprocidad. Las diversas modalidades de formación se realizaban íntegramente en centros españoles, sin que hubiese después una continuidad sobre el terreno al carecerse de infraestructura en la zona, dado que los Institutos de Cultura Hispánica allí establecidos eran inoperantes. Finalmente, el reflejo pro o antifranquista mantuvo su vigencia, aunque se tratasen de atenuar las referencias católicas y anticomunistas en beneficio de postulados más técnicos.

Lo cierto es que América Latina, más allá de las expectativas de algunos grupos intelectuales de extracción falangista o católica, tan sólo fue un espacio subsidiario de la política exterior franquista, cuyos polos de referencia básicos eran Europa occidental y Estados Unidos. Tanto la clara apuesta por la integración en

Europa, a partir de los años sesenta, como el interés por preservar el vínculo estratégico con la potencia norteamericana dejaron patente aquella escala de prioridades. A la postre, al menos hasta el período democrático, el proyecto comunitario entre países hispanicos siempre fue una baza de segundo orden, una salida de emergencia para amortiguar ante la opinión pública española los desaires que se producían ocasionalmente en los dos Ejes principales de las relaciones internacionales del país.

REFERENCIAS DOCUMENTALES Y BIBLIOGRÁFICAS

- ALCALÁ, M. Comentarios en torno a la Comunidad Hispánica de Naciones. *Cuadernos Hispanoamericanos*, v.86, p.229-41, 1957.
- _____. Iberoamérica, al encuentro de sí misma. *Revista de Política Internacional*, v.56-57, p. XXI-XXXVI, 1961.
- ALTAMIRA, R. *España y el programa americanista*. Madrid: Editorial América, 1917.
- AMÉRICA EN ESPAÑA. Actividades culturales americanistas en España desde 1940 a 1947. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1947.
- BRISTOL, W. B. Hispanidad in South America. *Foreign Affairs*, v.XXI, n.2, p.312-21, 1943.
- CABAÑAS BRAVO, M. *Política artística del franquismo*. El hito de la Bienal Hispano-Americana de Arte. Madrid: CSIC, 1996.
- CARMONA NENCLARES, F. Hispanismo e Hispanidad. *Cuadernos Americanos*, v.III, p.43-55, 1942.
- CHASE, A. *Falange*. El Ejército Secreto del Eje en América. La Habana: Caribe, 1943.
- DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, L. *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica, 1939-1953*. Madrid: CSIC, 1988.
- _____. *Imperio de papel*. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo. Madrid: CSIC, 1992.

- _____. La cultura como vanguardia de la política exterior. Francia, España y América Latina en la postguerra mundial. In: *L'Espagne, la France et l'Amérique latine. Politiques culturelles, propagandes et relations internationales, XXe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- DIFFIE, B. W. The Ideology of Hispanidad. *The Hispanic American Historical Review*, v.XXIII, p.457-82, 1943.
- EGIDO LEÓN, A. La Hispanidad en el pensamiento reaccionario español de los años treinta. *Hispania*, año LIII, v.2, n.184, p.651-73, 1993.
- ENRICH, S. *Historia diplomática entre España e Iberoamérica en el contexto de las relaciones internacionales (1955-1985)*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989.
- ESCUADERO, M. A. *El Instituto de Cultura Hispánica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994.
- FALCOFF, M.; PIKE, F. B. (Ed.) *The Spanish Civil War 1936-1939. American Hemispheric Perspectives*. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 1982.
- FERRARY, A. *El franquismo: minorías políticas y conflictos ideológicos 1936-1956*. Pamplona: Eunsa, 1993.
- GELLMAN, I. F. *Good Neighbour Diplomacy U.S. Policies in Latin America, 1933-1945*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1979.
- GONZÁLEZ CALLEJA, E. El Servicio Exterior de Falange y la política exterior del primer franquismo: consideraciones previas para su investigación. *Hispania*, v.186, p.279-307, 1994.
- _____. Instrumentos y estrategias en tiempo de conflicto: acción cultural y propaganda hacia América Latina. In: *L'Espagne, la France et l'Amérique latine. Politiques culturelles, propagandes et relations internationales, XXe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- GONZÁLEZ CALLEJA, E.; LIMÓN NEVADO, F. *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e Imperio en la prensa franquista durante la guerra civil española*. Madrid: CSIC, 1988.
- GONZÁLEZ CALLEJA, E.; PARDO SANZ, R. M. De la solidaridad ideológica a la cooperación interesada (1953-1975). In: *España/América Latina: un siglo de políticas culturales*. Madrid: Aietí, Síntesis-OEI, 1993. p.137-80

- GONZÁLEZ CUEVAS, P. C. *Acción española: teología política y nacionalismo autoritario en España (1913-1936)*. Madrid: Tecnos, 1998.
- GONZÁLEZ DE OLEAGA, M. *El doble juego de la Hispanidad. España y la Argentina durante la Segunda Guerra Mundial*. Madrid: Uned, 2001.
- HALPERIN DONGHI, T. España e Hispanoamérica: miradas a través del Atlántico. In: *El espejo de la historia. Problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987. p.65-110.
- HIPOLA, J. L. Relaciones económicas entre España e Iberoamérica. *Cuadernos Hispanoamericanos*, v.77, p.132-42, 1956.
- HUMPHREYS, R. A. *Latin America and the Second World War*. Athlone: Institute of Latin American Studies, 1981. v.I.
- JULIÁ, S. *Historias de las dos Españas*. Madrid: Taurus, 2004.
- LA HUELLA editorial del Instituto de Cultura Hispánica. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, Ministerio de Asuntos Exteriores, 2003.
- LA JUNTA para Ampliación de Estudios y América Latina: memoria, políticas y acción cultural (1907-1939). *Revista de Indias*, v.239, 2007.
- LEMUS LÓPEZ, E. *La exposición ibero-americana: la dictadura de Primo de Rivera (1923-1929)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1986.
- MAINER, J. C. Un capítulo regeneracionista: el hispanoamericanismo (1892-1923). In: *Ideología y sociedad en la España contemporánea*. Por un análisis del franquismo. Madrid: Edicusa, 1977, p.149-203.
- MARCILHACY, D. *Une histoire culturelle de l'hispano-américanisme (1910-1930). L'Espagne à la reconquête d'un continent perdu*. Paris: Université Paris III, Sorbonne Nouvelle, 2006.
- MARTÍNEZ RUS, A. La industria editorial española ante los mercados americanos del libro 1892-1936. *Hispania*, v.212, p.1021-58, 2002.
- _____. *La política del libro durante la Segunda República*. Gijón: Trea, 2003.

- NIÑO RODRÍGUEZ, A. La II República y la expansión cultural en Hispanoamérica. *Hispania*, v.181, p.629-53, 1992.
- _____. Hispanoamericanismo, regeneración y defensa del prestigio nacional (1898-1931). In: *España/América Latina: un siglo de políticas culturales*. Madrid: Aietí, Síntesis-OEI, 1993. p.15-48.
- _____. Orígenes y despliegue de la política cultural hacia América Latina. In: *L'Espagne, la France et l'Amérique latine. Politiques culturelles, propagandes et relations internationales, XXe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- _____. El protagonismo de los intelectuales en los proyectos de reforma educativa y modernización cultural. In: *Modernizar España. Proyectos de reforma y apertura internacional (1898-1914)*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- PARDO SANZ, R. M. Hispanoamérica en la política nacionalista. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Contemporánea*, t.V, p.211-38, 1992.
- _____. *¡Con Franco hacia el Imperio! La política exterior española en América Latina, 1939-1945*. Madrid: Uned, 1995.
- PÉREZ GARZÓN, J. S. La creación de la historia de España. In: *La gestión de la memoria. La historia de España al servicio del poder*. Barcelona: Crítica, 2000.
- PÉREZ MONTFORT, R. *Hispanismo y Falange*. Los sueños imperiales de la derecha española y México. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- PIKE, F. B. *Hispanismo 1898-1936*. Spanish conservatives and liberals and their relations with Spanish America. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame, 1971.
- PRADO, G. H. *Rafael Altamira, el Hispanoamericanismo liberal y la evolución de la Historiografía Argentina en el primer cuarto del siglo XX*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2005.
- PRADOS ARRARTE, J. Proyecto de una Unión Iberoamericana de Pagos. *Cuadernos de Política Internacional*, v.21, p.25-41, 1955.
- QUIJADA, M. España y Argentina durante la Segunda Guerra Mundial. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Contemporánea*, t.7, p.231-57, 1994.

- QUIJADA, M.; TABANERA, N.; AZCONA, J. M. Actitudes ante la guerra civil española en las sociedades receptoras. In: *Historia general de la emigración española a Iberoamérica*. Madrid: Historia 16, 1992. v.1, p.461-556.
- REDONDO, G. *Política, cultura y sociedad en la España de Franco, 1939-1975*. La configuración del Estado español, nacional y católico (1939-1947). Pamplona: Eunsa, 1999.
- REIN, R. *La salvación de una dictadura*. Alianza Franco-Perón 1946-1955. Madrid: CSIC, 1995.
- _____. Francoist Spain and Latin America, 1936-1955. In: *Fascism Outside Europe: The European Impulse against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism*. New York: Columbia University Press, 2001. p.116-52.
- RODRÍGUEZ, M. *Celebración de "la Raza"*. Una historia comparativa del 12 de octubre. México: Universidad Iberoamericana, 2004.
- SÁNCHEZ BELLA, A. Diez años de cultura hispánica. *Cuadernos Hispanoamericanos*, v.83, p.133-8, 1956.
- _____. Finalidades, organización y orientaciones fundamentales de los Institutos de Cultura Hispánica. *Cuadernos Hispanoamericanos*, v.94, p.3-12, 1957.
- SAZ CAMPOS, I. *España contra España*. Los nacionalismos franquistas. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- SEPÚLVEDA MUÑOZ, I. *El sueño de la madre patria*. Hispanoamericanismo y nacionalismo. Madrid: Marcial Pons, Fundación Carolina, 2005.
- TABANERA, N. *Ilusiones y desencuentros*. La acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939). Madrid: Cedeal, 1996.
- _____. El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v.8, n.2, p.67-87, 1997.
- TUSELL, J. *Franco y los católicos*. La política interior española entre 1945 y 1957. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

Entre a Europa e o Atlântico: o Estado Novo português e seus dois mundos

*Francisco Carlos Palomanes Martinho*¹

INTRODUÇÃO

Na historiografia portuguesa, nomeadamente aquela que se utiliza da longa duração, há um consenso segundo o qual Portugal se digladiou, desde a formação de seu Estado Nacional, entre correntes *tradicionalistas*, por um lado, e *modernizadoras*, por outro (Sergio, 1976; Secco, 2004, p.25-32). *Grosso modo*, as primeiras estariam identificadas com uma alternativa (política, cultural e/ou econômica) mais endógena, enquanto as segundas seriam propensas a uma proximidade maior com a Europa. Foi assim no século XIII com a influência da poesia provençal sobre a língua portuguesa, ampliada no Renascimento. O confronto entre um e outro campo foi mais nítido ainda no debate entre os que defendiam uma intervenção no Marrocos e aqueles que propunham a aventura do ultramar. Tornou-se aguda na polêmica, dessa feita de forma bastante desigual, entre conservadores agrupados em torno da Inquisição e as simpatias europeias de Damião da Góis, posteriormente, como era de se esperar, perseguido pelo Santo Ofício. Saltando para o século XIX, o debate reaparece quando da guerra civil

1. Professor de História Ibérica do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do CNPq.

com José Agostinho e Acúrsio das Neves² entre os *tradicionalistas* e Alexandre Herculano e Almeida Garret representando os *européistas*. Na geração seguinte, novos ventos de modernização com os protagonistas das Conferências do Casino: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, entre outros, todos defensores do realismo de matriz francesa, por um lado, e Camilo Castelo Branco mais “português”, por outro. No século XX, como conclusão, podemos citar a tensão na Primeira República entre o universalismo da *Seara Nova* e o nacionalismo do integralismo lusitano (Castilho, 2000, 160-1).

Muitas vezes, o que não deixa de ser curioso, a disputa entre campos opostos se deu em torno do mesmo personagem. Foi assim quando, durante o Estado Novo, se comemorou o centenário de nascimento de Eça de Queirós, em 1945. Eram tempos de esperança renovada. A oposição ao salazarismo considerava possível uma transição democrática em um quadro internacional de derrota dos regimes fascistas.³ O centenário de Eça vinha a calhar. As homenagens da oposição exaltavam aquele autor crítico e mesmo sarcástico com relação a Portugal. O escritor que não perdoava o cinismo de suas elites e de suas instituições, incluindo aí, claro, a Igreja Católica. Em outras palavras, o Eça da oposição era aquele de *O crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio* ou *Os Maias*. Na contracorrente, o governo fazia loas ao que parecia um homônimo, de tão distinto era do primeiro. O Eça de Queirós do Estado Novo havia se reconciliado com Por-

2. Acúrsio das Neves foi, provavelmente, uma das figuras mais controversas da história portuguesa no século XIX. Miguelista e convicto defensor do Antigo Regime, no que concerne à economia, entretanto, foi ele sempre um defensor da industrialização e da mecanização (Mendes, 1996, p.203).

3. Para uma discussão a respeito da crise do Estado Novo em meados da década de 1940, ver Rosas (1994, p.301-408).

tugal, com a vida campesina e até mesmo com certa ingenuidade na forma de viver: tratava-se, então, do autor de *A cidade e as serras* ou de *A ilustre casa de Ramires*. Oportunismos à parte, de ambos os lados, o fato é que muito provavelmente Eça de Queirós tenha sido um pouco dos dois: tradicionalista e moderno, português e europeu (Mónica, 2001, p.444-5). Entre um e outro, um equilíbrio nem sempre viável. Às vezes até impossível. E a tensão na obra daquele que foi o mais importante escritor português talvez reflita a própria tensão de uma nação que se via incompleta: nem totalmente europeia, nem totalmente atlântica. Assim, se a questão nacional portuguesa não se assemelhava às questões de Estados com identidades nacionais distintas, como a vizinha Espanha,⁴ isso não significa que não houvesse na “ocidental praia lusitana” um problema nacional a ser resolvido.

MARCELLO CAETANO: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

A dicotomia entre um e outro projeto pode ser percebida em uma figura-chave do regime do Estado Novo: Marcello Caetano. Tanto em sua trajetória intelectual quanto na política. Caetano foi, ao mesmo tempo, como diria Norberto Bobbio (1997), um *ideólogo* e um *expert*, ou seja, teve momentos de sua carreira guiada pela ética das convicções e momentos em que se viu compelido a seguir a ética das responsabilidades. No primeiro caso, refiro-me aos períodos em que esteve à margem das decisões de poder e dos cargos públicos. Sobretudo como professor de direito da Universidade de Lisboa. No segundo caso, falo de quando esteve à frente de importantes postos no

4. Sobre a questão espanhola e, em particular, sua relação com Portugal, ver Álvarez (1996, p. 373-87), Dios (1996, p.149-65) e Gómez (1985,1998).

primeiro escalão do regime. O que pretendo mostrar neste trabalho é que, no caso de Caetano, há um ponto de tensão que aproxima *ideólogo* e *expert*. Esse ponto é exatamente a relação que, no século XX, Portugal procurou estabelecer com as ideias de Europa e de ultramar. Em outras palavras, o ponto não resolvido da questão nacional portuguesa no século XX.

Em 1934, Marcello Caetano, então professor da Universidade de Lisboa, recebeu um convite do ditador Antonio Oliveira Salazar para fazer parte da Comissão Executiva da União Nacional, o partido único do regime. Em sua resposta, recusou o convite afirmando que sua verdadeira e única vocação era a universidade.⁵ Curioso é que, a despeito da recusa, Caetano participou de inúmeros cargos no Estado Novo, podendo mesmo ser considerado a segunda figura de maior importância no regime, logo a seguir ao próprio Salazar. Antes do referido convite, havia sido consultor do Ministério das Finanças e redator (juntamente com outros dois juristas, Fezas Vital e Quirino de Jesus) da Constituição do Estado Novo. Posteriormente, foi membro da Comissão Executiva da União Nacional, comissário nacional da Mocidade Portuguesa, ministro das Colônias, ministro da Presidência e, por fim, após dez anos em que esteve afastado de qualquer cargo político, entre 1958 e 1968, foi chamado, para a surpresa de muitos, para presidir o Conselho de Ministros em substituição a um agonizante Salazar.

Caetano, entretanto, foi também um dos mais destacados intelectuais portugueses de sua época. Além de professor universitário, foi um importante historiador do Direito e das Instituições, autor de diversos livros sobre Direito Administrativo, reitor da Universidade de Lisboa e articulista de jornal. Nesta última função, destaca-se seu trabalho no *Jornal do Commercio*

5. Correspondência de Marcello Caetano a Antonio Oliveira Salazar, de 22 de novembro de 1934 (cf. Antunes, 1994, p.96).

e das Colônias, para o qual, na década de 1930, escreveu duas crônicas políticas por semana. Como intelectual e como político, procurou manter certa autonomia tanto com relação ao regime quanto ao próprio Salazar. Assim, quando foi indicado para substituir o presidente do Conselho, uma aura de esperança e otimismo pairou sobre os portugueses. Era, para muitos, um “moderno”, principalmente se comparado ao velho e ultrapassado ditador. Um ditador tão provinciano que, ao longo de toda a sua vida, saiu de Portugal apenas duas vezes: quando jovem para um encontro de estudantes católicos em Louvain, na Bélgica, e no final da década de 1930 para se reunir, *na fronteira*, com o ditador espanhol Francisco Franco (Rosas, 1996, p.861-76).

Na segunda metade da década de 1960, ainda que afastado do regime, viu diversos de seus principais aliados (os “marcelistas”) ocuparem cargos ministeriais: Baltasar Rebelo de Sousa, João Dias Rosas, César Moreira Baptista, Melo e Castro, entre outros. Assim, as esperanças quanto a uma possível transição pelo alto em uma eventual distensão, a partir da entrada de Caetano no Executivo do regime, eram concretas. Os retornos a Lisboa de Mário Soares (exilado em São Tomé) e D. António Ferreira Gomes, o bispo do Porto (exilado na França), confirmavam essas expectativas. Entretanto, a despeito das esperanças de alteração do quadro político e institucional, a transição não veio. As frustrações diante da chamada “primavera marcelista” decorreram da recusa do novo presidente do Conselho em alterar, significativamente, a política ultramarina em uma conjuntura de guerra colonial que, iniciada em 1961, corroía anualmente cerca de 40% da economia portuguesa (Rosas, 1999, p.43).

O COLONIALISMO

Qual era, então, a relação que o Estado Novo estabelecia com os territórios do ultramar? Do ponto de vista jurídico, o sistema colonial esteve, durante o Estado Novo, submetido a duas legislações. Em primeiro lugar, o Acto Colonial, aprovado pelo Decreto nº 18.570, de 8 de julho de 1930. De pendor autoritário e centralizador, ele tinha, segundo Salazar, quatro traços fundamentais: a ideia de império, uma maior concentração de poderes, a forte reivindicação de ordem nacional e a integração das colônias e metrópole “na unidade pluriforme da nação portuguesa” (Duarte Silva, 1989, p.127-31). Em segundo lugar, duas décadas depois, o Acto Colonial seria revogado em consequência da revisão constitucional de 1951. As colônias passam a se chamar províncias ultramarinas, e, em um quadro no qual Portugal esforçava-se para aderir à Organização das Nações Unidas (ONU), o que veio a acontecer apenas em 1955, o regime preocupa-se em convencer os organismos internacionais de que os territórios do ultramar nada mais eram que extensões do território de Portugal localizados fora da Europa (Duarte Silva, 1989, p.146-52; Martinho, 2004, p.45-60). Essa nova determinação, que inaugurava uma original ideia de *unidade nacional*, teve consequências importantes quando da defesa das colônias durante as guerras de independência e os debates a respeito de uma maior ou menor integração portuguesa na Europa.

Marcello Caetano foi, desde os referidos artigos da década de 1930, um renhido defensor do colonialismo. Em artigo que respondia a uma proposta de Benito Mussolini de repartir as colônias, Caetano apresentou uma defesa do domínio ultramarino a partir de dois argumentos básicos:

- As colônias não poderiam servir como solução para uma crise que pertencia à Europa e não a Portugal. Nesse

argumento, Caetano distingue e mesmo afasta Portugal da Europa. Vê, provavelmente, Portugal como uma nação ultramarina, antecipando-se à observação de Gilberto Freyre (1953a, 1953b, 1961) a respeito do “sistema ultramarino uno e indivisível”.

- As colônias “de facto e de direito” pertenciam a Portugal em razão das descobertas, da exploração e da civilização cristã oferecida aos nativos.⁶ Esse argumento, entretanto, não passava de uma “tradição inventada” (Hobsbawm; Ranger, 1984), haja vista que a preocupação em ocupar efetivamente a África ocorreu apenas após a Independência do Brasil em 1822. No dizer de Valentim Alexandre (2000), tratava-se da tarefa premente de construir um “novo Brasil”.

Coerente com sua defesa do sistema ultramarino, Caetano era um forte defensor do Acto Colonial e de sua tendência centralizadora, ao mesmo tempo que criticava com virulência o legislador liberal, tendente à descentralização. A defesa de um modelo centralizado, entretanto, não significava uma recusa à autonomia colonial. Ao contrário, Caetano defendia-a abertamente, desde que por autonomia não se entenda independência.⁷ De certa forma, o anúncio da autonomia colonial renunciava a já citada legislação de 1951. Ainda que elaborada às pressas, para dar conta de um problema concreto, a admissão na ONU, não se pode dizer que as alterações processadas com a reforma constitucional significaram uma ruptura com o passado. A reforma era vista, ao menos desde a década de 1930, como uma possibilidade.

6. “Rumores sobre as colônias” (Arquivo Marcello Caetano, s. d., caixa 1, artigos de imprensa, n.39).

7. “A nova legislação colonial” (Arquivo Marcelo Caetano, s. d., caixa 1, artigos de imprensa, n.59).

O tema das colônias voltou à vida e às preocupações de Caetano a partir do momento em que este foi indicado para a sucessão de António Oliveira Salazar. A escolha de seu nome, conforme já dito, foi uma surpresa. Em primeiro lugar, porque um “moderno” Caetano havia sido afastado do cargo de ministro da Presidência em 1958 quando de uma disputa com Santos Costa,⁸ um “conservador”, pelo controle do regime e maior proximidade com Salazar. Daquela data até 1968, ano de sua posse, Caetano não participou de nenhum organismo político do Estado. Cargo público, apenas o de reitor da Universidade de Lisboa, do qual se afastou em protesto contra a violência policial quando da famosa “crise acadêmica de 1961”. Em segundo lugar, porque seu retorno à política se deu sob as bênçãos de um notório conservador: o almirante e à época presidente da República Américo Tomás. “Moderno” para muitos, Caetano era visto como uma possibilidade de transição pelo alto. Os fatos, entretanto, frustraram as expectativas.

Vamos a eles.

Nos anos em que Marcello Caetano esteve afastado da política, os acontecimentos internacionais alteraram significativamente a vida de Portugal. Em 1961, em Angola, tinha início a guerra colonial que imediatamente se espalhou por outros territórios como Moçambique e Guiné. Esforços envidados por diversos países, principalmente Estados Unidos, Espanha, Brasil e até mesmo a diplomacia do Vaticano, não encontraram eco entre as elites governamentais portuguesas. Assim, quando de sua posse,

8. Ministro da Guerra nos anos 1930 e da Defesa Nacional na década de 1950, foi a grande referência de oposição às correntes reformistas lideradas por Marcello Caetano. Quando da declaração de incapacidade de Salazar, foi uma voz quase isolada na defesa de que um novo presidente do Conselho não poderia ser nomeado enquanto o primeiro estivesse vivo (cf. Telo, 1996, p.233-5).

as guerras tinham já sete anos de existência. Sete anos responsáveis por profundos desgastes do regime tanto interna quanto externamente. Mas havia, conforme dissemos, a firme resolução em manter as colônias sob o domínio de Portugal.

Caetano desde cedo deu mostras de que, ao menos no que dizia respeito ao tema das colônias, as coisas não mudariam. Não havia como fazer que alguma coisa mudasse para que tudo permanecesse como estava.⁹ A “primavera” resultou em frustração e desesperança. Em larga medida, Caetano foi diretamente responsável por esses sentimentos. A intransigência quanto à questão colonial, anunciada desde a década de 1930, se mantinha. E dessa vez nem havia espaço para algum tipo de defesa da autonomia. Um exemplo da intransigência do novo presidente do Conselho pode ser observada em uma conversa que teve com o general Antonio de Spínola, à época governador da Guiné, exatamente o único território colonial em que a guerrilha nacionalista obtinha êxitos contra o Exército português. A independência guineense era questão de tempo e terminou por ocorrer antes mesmo do 25 de Abril. A proposta apresentada por Spínola havia sido elaborada pelo presidente do Senegal, Leopold Senghor, e consistia em uma saída gradual e negociada. Em um futuro de médio prazo, a independência. A resposta de Caetano estarreceu o velho general. O diálogo foi reproduzido pelo próprio Caetano (1974, p.191) em seu livro *Depoimento*, publicado no Brasil, onde passou seu exílio:

– Para a defesa global do ultramar é preferível sair da Guiné com uma derrota militar com honra que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho para outras negociações.

9. Parafrazeio aqui a famosa frase de Tancredo, personagem de Tomasi di Lampedusa (s. d., p.24): “Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.

– Pois V. Exa. preferia uma derrota militar na Guiné? – exclamou escandalizado o general.

– Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro de suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do governo é defender todo o Ultramar. É isso que eu quero dizer.

A opção portuguesa implicou, a um só tempo, a perda de todas as suas colônias, como também o fim mesmo do regime do Estado Novo. Pertencente ao processo de transições democráticas ocorridas no sul da Europa, aliando-se assim à Espanha e à Grécia,¹⁰ a Revolução dos Cravos deve também ser vista como o fim de um longo período em que Portugal se equilibrava entre a Europa e o Atlântico. Como disse Lincoln Secco (2004), o fim da ditadura representou também o fim de uma era.

ENTRE A EUROPA E O ATLÂNTICO

A crise do colonialismo ocorreu concomitantemente a outro problema de grande envergadura para Portugal: o processo de consolidação de uma Europa cada vez mais unificada. Portugal foi, desde sua fundação, em 1960, membro da Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc). Os demais fundadores foram: Reino Unido, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que originalmente não aderiram à Comunidade Econômica Europeia (CEE). Pela Aelc, os produtos importados de Estados-membros não estavam sujeitos ao pagamento de impostos aduaneiros, o que naturalmente serviu para fomentar as trocas internacionais no espaço desses países. Ao mesmo

10. Sobre o tema, ver O'Donnell et al. (1988).

tempo, as unidades territorial e nacional estavam garantidas. O problema maior consistia no fato de que, no final da década de 1960, após a morte do marechal De Gaulle, a Inglaterra, principal parceira econômica de Portugal, anunciou sua intenção de participar da CEE. Com a entrada britânica, o novo Mercado Comum Europeu passava a representar 55% dos negócios portugueses (Castilho, 2000, p.223). A “questão europeia” era, assim, uma imposição determinada pelas circunstâncias.

Nesse contexto, havia um problema: as elites políticas responsáveis pela estabilidade do regime defendiam abertamente a permanência da política colonial. As relações privilegiadas com as colônias por meio de um mercado fácil e relativamente pouco exigente eram uma menina dos olhos para aqueles que se acostumaram com esse tipo de vantagem e abdicavam de disputas mais competitivas no mercado europeu (ibidem, p.103). A adesão à Europa em circunstância alguma poderia significar a abdicação dos territórios ultramarinos.

Quando Marcello Caetano assumiu a chefia do Executivo, optou por manter a estrutura herdada do governo anterior, exceção feita às pastas diretamente vinculadas à presidência do Conselho. Tal escolha pode ser entendida como precaução, na medida em que evitava ferir suscetibilidades, ou como convicção da necessidade de permanência da política que vinha sendo adotada por Salazar. Estou convicto, e procurarei demonstrar a seguir, que a segunda opção é a mais acertada.

Nesse aspecto, vale uma observação a respeito das relações estabelecidas por Caetano com a Europa. Ainda que aparentasse uma possibilidade de mudança, sua biografia desmente esse tipo de expectativa. Em sua atividade política, esteve fortemente ligado ao sistema colonial, chegando inclusive a ocupar o Ministério das Colônias entre 1944 e 1947. De seu percurso acadêmico, destacam-se as relações com a Espanha e com o Brasil. Por fim, de sua vasta bibliografia, poucos são os títulos

relacionados à Europa. A exceção à regra é um pequeno texto intitulado “Europa” (Caetano, 1964). Concebido originalmente como uma conferência pronunciada no dia 28 de agosto de 1964 no Congresso Europeu de Enfermeiras Católicas, o texto é uma clara defesa da unidade entre cristianismo e civilização, a seu ver os dois grandes legados do continente europeu. Publicado na revista *Ultramar*, não deixa de fazer referência às colônias. Lamentava que, em clara referência às guerra coloniais, tendo a Europa cumprido a tarefa de estender a civilização ocidental para além de seus limites geográficos, o argumento racional agora voltava-se contra o criador:

Em nome dos princípios que exportou e usando os próprios processos que ensinou, os povos amotinam-se contra a sua influência, expulsam de seus territórios aqueles que até agora eram guias e colaboradores desejados e manifestam a preocupação violenta de negar os benefícios de uma cultura de que repudiam os valores embora conservando e utilizando os resultados. (Caetano, 1964)

O ultramar para Caetano era, assim, uma forma de defesa do Ocidente. Para além da Europa como um valor, predominava uma ideia de civilização ocidental a ser defendida a partir do velho Continente. O perigo se avizinhava tanto a leste como a oeste:

Esta sublevação anti-europeia não se restringe, porém, ao campo político. Dilacerada e empobrecida por duas grandes guerras, privada de uma orientação comum, entregue a constantes rivalidades internas, esquecida da sua alma, a Europa vê-se cercada de rivais ou de inimigos. Uns apostados em destruí-la, outros interessados em suceder-lhe, todos divorciados do seu espírito. A Oriente, o materialismo socialista. A Ocidente, o materialismo capitalista. Ao Sul, um campo de batalha onde cada palmo abandonado pelas nações europeias passa a ser disputado àsperamente por cobiças ávidas de dominação. (ibidem)

Como se dava, então, esse olhar “ocidental” ante o imperativo da CEE? Esta, ainda que inevitável, deveria ser vista como um espaço de ampliação das possibilidades econômicas de Portugal, sobretudo no que dizia respeito às necessidades de fomento para a indústria. Nada mais. Protegendo-se de eventuais defesas de uma integração federada à Europa, afirmava Caetano (1971, p. 19): “Orgulhamo-nos de pertencer à Europa mas não nos esquecemos que somos, também, Atlânticos”.

Dois argumentos eram utilizados em defesa da integridade de Portugal ante uma Europa vista com permanente desconfiança. Em primeiro lugar, a seu ver, a Europa deveria ser uma “Europa das pátrias” e não uma federação política. Já em 1964, na conferência já citada, fazia menção a esse fato. A unidade europeia não podia, sob nenhuma hipótese, significar a derrocada do Estado-Nação:

Cada europeu nasce condicionado pelo seu meio, onde se fala certa língua, se praticam certos costumes, se veneram certas tradições e se alimentam determinados ideais colectivos. é impossível ignorar esses condicionamentos de estruturação secular, e por vezes milenária. A Nação não se escolhe: impõe-se a cada um de nós. É obra nossa unicamente na medida em que com humildade colaboramos na obra comum das gerações. Seria estulto pensar que pudéssemos construir, ao menos por ora, algum edifício político duradouro com desprezo das comunidades que vinculam, caracterizam e amparam os homens. Essas comunidades constituem, por via de regra, nos nossos dias, Estados soberanos. (Caetano, 1964)

O outro argumento de Caetano dizia respeito ao fato de que a CEE se organizou a partir de um primado democrático. Por esse motivo, a ingerência em assuntos internos a Portugal era inadmissível. Para além dos condicionamentos econômicos, em larga medida aceitos, o *princípio democrático*, tão enfaticamente defendido pelos líderes da CEE, leva a uma aproximação

apenas tangencial, a mínima possível. Uma ligação quase que exclusivamente sob o prisma da economia. Nesse aspecto, a política de Caetano em nada se afastava daquela defendida por Salazar. Vale lembrar a oposição do velho ditador ao conteúdo ideológico, de retórica democrática, do Pacto do Atlântico que Portugal terminou por subscrever:

A definição dessa ideologia é manifestamente infeliz no preâmbulo do Pacto [...]. Sentimo-nos ligados pelas obrigações do Pacto e pela sua finalidade geral, mas não por afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos sobre cujas virtudes no nosso país estamos suficientemente esclarecidos. (Salazar, 1951, p.410-1)

Discursos que se assemelham. Conservadores e modernos que se encontram. É bem verdade que, muito gradual e marginalmente, uma equipe de colaboradores de Caetano se distanciava do discurso ultramarino. Mas o acirramento da crise política não deu espaço para reformas eventuais. Quando da assinatura dos acordos com a CEE, em 1972, a grande maioria já estava de saída do governo, oficializando, assim, o fim da renovação prometida e significando a cristalização do regime em um bloco rígido. A ideia de uma Europa como realidade cultural e política minguou. Melhor: nunca fez parte da cultura política do marcelismo. Por isso, o movimento português em direção à Europa foi ditado pelo mais puro pragmatismo.

Quando foram assinados os acordos com a CEE, todos de natureza estritamente econômica, a distância entre Portugal e Europa não era diferente daquela que existia em 1960 quando da assinatura formal de adesão à Aelc. Por esse motivo, ao menos no que tange à tensão entre Europa e Atlântico, o marcelismo deve ser visto pura e simplesmente como uma continuidade em relação ao salazarismo.

CONCLUSÃO

1) A tensão entre modernidade e tradição em Portugal no século XX permaneceu a mesma dos períodos anteriores, ou seja, continuou a ser o problema de ser mais ou menos português. De certa forma, a canção popular, se me permitem esse tipo de referência, expressava um sentimento de conservação quando dizia: “Lisboa não sejas francesa/ Com toda certeza/ Não vais ser feliz/ Lisboa, que ideia daninha/ Deixar alfacinha/ Casar com Paris/ Lisboa tens cá namorados/ Que dizem coitados/ Com as almas na voz/ Lisboa, não sejas francesa/ Tu és portuguesa/ Tu és só pra nós”.¹¹ E é bom enfatizar que, no século XX, ser português significava também manter intacto o sistema colonial.

2) Marcello Caetano foi, em diversos aspectos, um moderno se comparado a Oliveira Salazar. Principalmente no que dizia respeito à necessidade de diversificação da economia e na adoção de uma política de fomento industrial mais ousada.

3) No que concerne a uma relação mais aprofundada com a Europa e a uma revisão da política ultramarina, entretanto, eram ambos muito parecidos. Talvez Salazar se considerasse um pouco menos europeu que Caetano. Mas a rigor ambos se viam como atlânticos e desse legado não abriam mão.

4) A constituição de um Portugal menos atlântico e mais europeu não era possível com um quadro vindo do regime, mesmo que um reformista para os padrões portugueses. Principalmente considerando as carreiras política e intelectual de Caetano, ambas intimamente ligadas às colônias e à antiga colônia da América. Nesse caso, o *ideólogo* e o *expert* em muito se assemelhavam.

11. “Lisboa, não sejas francesa”: letra de José Galhardo e música de Raúl Ferrão.

5) A Revolução dos Cravos, uma ruptura, foi necessária para a construção de uma identidade portuguesa fundamentalmente a partir da Europa. Uma identidade que, se está ou não ainda em construção, é um debate em aberto. Mas seguramente ela acontece sem os constrangimentos advindos do ultramar.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, V. O império colonial. In: COSTA PINTO, A. *Portugal contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 2000.
- ÁLVAREZ, E. Iberismo, hispanismo e hispanofilia em Portugal en la ultima década. *Revista de História das Ideias (Coimbra)*, v.18, 1996.
- ANTUNES, J. F. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994.
- ARQUIVO MARCELLO CAETANO. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, s. d.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- CAETANO, M. Europa. *Ultramar (Lisboa)*, v.IV, n.16, 1964.
- _____. *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo, 1971.
- _____. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- CASTILHO, J. M. T. *A ideia de Europa no marcelismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2000.
- DIOS, A. M. de. A lusofilia espanhola. *Revista de História das Ideias (Coimbra)*, v.18, 1996.
- DUARTE SILVA, A. E. Salazar e a política colonial do Estado Novo (1930-1951). In: ROSAS, F.; BRANDÃO DE BRITTO, J. M. (Org.) *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, 1989.
- FREYRE, G. *Aventura e rotina*. Lisboa: Livros do Brasil, 1953a.
- _____. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b.
- _____. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- GÓMEZ, H. de La T. *Do "perigo espanhol" à amizade peninsular*. Portugal e Espanha, 1919-1930. Lisboa: Estampa, 1985.

- GÓMEZ, H. de La T. *A relação peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAMPEDUSA, T. di. *O leopardo*. Lisboa: Bertand, s. d.
- MARTINHO, F. C. P. Ditadura e ordem internacional: das guerras coloniais à transição democrática portuguesa. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; COSTA, D. *Mundo latino e mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2004.
- MENDES, J. M. A. Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento. *Revista de História das Idéias (Coimbra)*, v.18, 1996.
- MÓNICA, M. F. *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. *Transições do regime autoritário: sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ROSAS, F. Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940-1949). In: MATTOSO, J. (Dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. v.7.
- _____. Salazar, António de Oliveira (1889-1970). In: ROSAS, F.; BRANDÃO DE BRITO, J. M. (Dir.) *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. v.II.
- _____. O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo. In: BRITO, J. M. B. de. *Do marcelismo ao fim do império*. Braga: Círculo de Leitores, 1999.
- SALAZAR, A. O. *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. v.IV.
- SECCO, L. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SERGIO, A. *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*. 3.ed. Lisboa: Sá da Costa, 1976.
- TELO, A. J. Costa, Fernando dos Santos (1889-1982). In: ROSAS, F.; BRANDÃO DE BRITO, J. M. (Dir.) *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. v.I.

SOBRE VIAGENS E VIAJANTES

A primeira viagem de circunavegação norte-americana (1838-1842) e a instituição dos Estados Unidos como local de saber

*Mary Anne Junqueira*¹

Em 1838, levantava âncoras do porto de Norfolk, na Virgínia, a primeira expedição científica de circunavegação norte-americana, após debates acalorados no Congresso e dois anos de preparação.² Levada a cabo pela U. S. Navy, era a maior operação científica realizada pela Marinha de guerra dos Estados Unidos em tempos de paz. A operação foi grandiosa para a época: enquanto os europeus realizavam as suas viagens de volta ao mundo com um ou dois navios, os norte-americanos saíram com seis veleiros. Tal número de embarcações, embora resultasse em uma viagem mais lenta, em razão dos cuidados tomados em administrar o percurso das naves e os homens a bordo, fez com que, em determinadas paradas, os navios se dividissem para tarefas similares em lugares diferentes, como nas ilhas do

-
1. Professora de História da América do Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP).
 2. Entre 1836, ano da aprovação da expedição no Congresso, e 1838, quando ela de fato levantou âncoras, os navios de guerra foram reformados para adequarem-se aos procedimentos de uma expedição científica e para que houvesse cabines suficientes para oficiais e cientistas. Foi realizada também uma viagem para Europa com a finalidade de adquirir instrumentos de precisão a serem utilizados pelos oficiais durante a viagem.

Pacífico. As indicações são de que procuravam coletar o maior número de informações possível em uma única empresa.

Comandava a viagem exploratória o jovem capitão-tenente Charles Wilkes, e a ele se reportavam 346 homens entre marinheiros, oficiais e cientistas (civis). Além do capitão – cartógrafo e interessado num campo que ainda carecia de contornos, o da Meteorologia –, foram embarcados na expedição 37 oficiais, alguns deles também cartógrafos (muitos em treinamento) e qualificados em Matemática, Astronomia, Física e Ciências Náuticas. Eram eles os responsáveis pela operação de mapeamento da expedição. O governo dos Estados Unidos preocupava-se em garantir outros conhecimentos no intuito de apreender algo mais sobre o globo, e, aproveitando a rara oportunidade, oito cientistas e dois artistas participaram da viagem exploratória, com os serviços pagos pelo governo. Esse tipo de procedimento não era novidade em jornadas desse tipo. As expedições científicas de circunavegação da época, voltadas para o mapeamento, eram empresas oficiais, financiadas pelos governos e realizadas pelas respectivas Marinhas. Em geral, levavam a bordo um ou dois cientistas, ou mesmo um naturalista, embora o trabalho dos oficiais estivesse em primeiro plano com relação ao dos cientistas. Esse foi o caso da famosa viagem de circunavegação do *Beagle* (1831-1836), também uma expedição de circunavegação com fins cartográficos, capitaneada por Robert FitzRoy, mas que entrou para a história por causa da publicação, em 1859, de *On origin of species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life* – a teoria da evolução das espécies, formulada por Charles Darwin.

Interessa-me, sobretudo, compreender as intenções do governo dos Estados Unidos em acumular esses saberes, ainda que aborde o tema de forma preliminar neste texto. Havia conhecimentos que interessava ao Estado acumular, particularmente os estratégicos e geopolíticos. Embora se saiba da importância

do Estado para elaboração, instituição e circulação de saberes locais, é fato que o conhecimento não era financiado exclusivamente por ele. Contudo, no caso de uma expedição de circunavegação como a que me refiro – levada a cabo por um país recém-independente do Novo Mundo, construindo o Estado nacional e em plena expansão territorial –, o governo concentrava as condições para financiar a grande e custosa operação. Como veremos, os Estados Unidos empenhavam-se em formar quadros e constituir um saber próprio. Pretendiam, sobretudo, construir um conjunto de saberes estratégicos que beneficiasse o comércio norte-americano e que fornecesse a instrumentação própria para o domínio da geopolítica.

A partir de algumas das contribuições da crítica pós-colonial, procuro compreender a questão do saber posta pela U. S. Exploring Expedition. Em outras palavras, empenho-me em entender os objetivos da viagem no que diz respeito ao conhecimento que eles buscavam apreender e com quais intenções. É incontestável que, quando se relacionam a crítica pós-colonial e a questão do saber, o primeiro nome lembrado é o de Edward Said (1990) e o seu celebrado *Orientalismo*. A contribuição de Said é inegável. Ao perscrutar a forma como os especialistas – os orientalistas – investigaram o Oriente, ele considerou que estes acabaram por construir uma espécie de Oriente na imaginação ocidental. Salienta que muitos desses mesmos ocidentais procuraram “orientalizar” o Oriente para que este “coubesse” dentro da perspectiva esperada. O trabalho de Said (1990) repercute ainda hoje, uma vez que suscitou inúmeras questões que permitiram e estimularam seguidores e pesquisadores a se debruçar sobre os vários temas relacionados ao conhecimento e ao saber.³

3. Por sua vez, os intelectuais que se vinculam à crítica pós-colonial reconhecem, dentre outros, o pioneirismo dos trabalhos de Michel Foucault

Ricardo Salvatore (2007), em um livro recente, afirma que a questão dos saberes e os seus locais de enunciação são criados pelos debates sobre o universalismo das teorias. Simultaneamente, procurava-se internacionalizar os resultados das disciplinas científicas, humanísticas e sociais, enquanto havia uma demanda pela constituição de saberes com cores locais e a serviço da comunidade nacional. Salvatore trata da questão entre local e global e da disposição do conhecimento como rede. Neste texto, sugiro que, na primeira metade do século XIX, os Estados Unidos buscavam construir um saber local, adquirindo independência em termos científicos com relação à Europa e inserindo-se no debate acadêmico-militar ocidental.

OS OBJETIVOS CIENTÍFICOS DA EXPEDIÇÃO

Embora interessasse ao governo, à parte dos comerciantes e aos meios acadêmicos, o debate para a aprovação de uma viagem científica de grande porte além-mar foi exaltado, pois não havia unanimidade quanto aos resultados da empresa. Os que rechaçavam o projeto temiam que os Estados Unidos pudessem se aventurar pelo mundo como faziam as potências europeias e se pusessem a anexar colônias em continentes distantes; já os entusiastas defendiam que o jovem país se equiparasse aos europeus em termos de conhecimento acumulado sobre outras partes do mundo, particularmente no que se referia ao mapeamento que se fazia na época e ao conhecimento em bases iluministas do mundo físico e natural. Tal argumento contou com o apoio de oficiais, cientistas e negociantes, principalmente com o empenho dos responsáveis pela caça à baleia, rentável comércio na época, e homens que reivindicavam mais segurança para

em questionar a autoridade de determinados campos do saber. Eles se remetem especialmente à obra *As palavras e as coisas* (Foucault, 1995).

os seus negócios em termos de conhecimento de mares, costas, ilhas, correntes etc. (cf. Philbrick, 2005).

Se o comércio fora o principal argumento para que a expedição obtivesse a aprovação e o devido financiamento, o esforço em nome da ciência veio em seguida. Desde 1828, a instituição de uma expedição científica financiada integralmente pelo governo ganhava corpo e circulava em jornais e nos meios acadêmicos e militares (cf. Wilkes, 1978, p.216-24; Wilford, 2000, p.321). Jeremiah Reynolds, jovem editor e influente jornalista, foi um dos lobistas que insistiram, junto ao Congresso, para que fosse realizada a viagem científica. Reynolds era partidário da ideia de John Symmes – ex-oficial do Exército, interessado em Física e Geologia – que propunha que fossem verificados os polos da Terra. Segundo o cientista amador, havia indicações da existência de enormes buracos nos polos do globo, em razão da semelhança dos animais que habitavam as duas extremidades. Symmes deduzia que a Terra era uma esfera sólida, achatada nos seus extremos e oca em seu centro, o que indicava a possibilidade de vida no seu interior. Symmes muito divulgou a sua teoria e chegou mesmo a arrecadar fundos para uma possível viagem comprobatória ao Polo Norte. Reynolds encampou o projeto e, em nome da ciência, reivindicava que a expedição de circunavegação conferisse a suposição de Symmes.⁴

Hoje, tal teoria nos parece desmedida e demasiado fantástica. Apesar de infundada, a ideia de Symmes – por causa da divulgação que teve e da repercussão que alcançou – foi considerada tanto por cientistas como por interessados em geral. Mais relevante do que as hipóteses pouco plausíveis da época é o que o fato em si revela: o planeta era ainda desconhecido na primeira metade do século XIX, incidindo em demandas pelo domínio de saberes – o que certamente cobriria de glória os

4. Sobre o tema, ver Philbrick (2005) e Stanton (1975).

autores de determinadas especulações e o país que financiasse a comprovação.

A U. S. Exploring Expedition chegou até a Antártida, mas o que ali se verificou estava muito longe da especulação de Symmes. Wilkes constatou que a Antártida era um continente separado dos demais, e este é considerado um dos grandes feitos da expedição exploratória, pois, a partir de então, os mapas utilizados pelos países ocidentais foram reformulados para incluir a “descoberta” do capitão.

Apesar das pressões dos lobistas para a comprovação de teorias e hipóteses sobre o globo, a expedição levantou âncoras com o objetivo central de confeccionar novas cartas náuticas de acidentes geográficos submersos, identificar correntes, construir mapas de costas consideradas desconhecidas (ou conferir os já utilizados), além de verificar portos com uma determinada profundidade que não oferecessem riscos aos calados dos navios. Tal tarefa garantiria mais segurança aos navios comerciais do país, diminuindo o número de acidentes e consequentes perdas financeiras. Evitaria ainda que o governo adquirisse mapas elaborados por europeus e passasse a construir os seus próprios, pois muitas informações e principalmente algumas cartas, produto final das viagens científicas de circunavegação, eram mantidas em segredo. Constituir a sua própria cartografia náutica era dominar aspectos do globo que os países centrais mantinham sob sigilo em nome da segurança nacional, num mundo disputado acirradamente.

Desde a segunda metade do século XVIII, com as viagens do capitão inglês James Cook, e de posse de acurados cronômetros, Inglaterra, França, Rússia e Espanha vinham reconstruindo suas cartas e estavam voltadas, sobretudo, para as regiões do Pacífico, muitas delas desconhecidas até então.⁵ Em meio a essa

5. Portugal, embora não tenha realizado uma viagem de circunavegação como as potências mencionadas, era país que financiava uma diversidade de “co-

corrida, os Estados Unidos, inspirando-se nas viagens científicas europeias, buscavam construir o seu próprio sistema cartográfico, o qual garantiria poder à U. S. Navy e segurança aos navios comerciais do país.

É certo que, para o governo norte-americano, uma expedição de grande porte como a instituída não se circunscrevia exclusivamente ao mapeamento, mesmo que ele fosse primordial. Já me detive em tratar dos outros interesses do governo dos Estados Unidos na época, como o de buscar um lugar no mundo que era esquadrihado e disputado pelas potências europeias (cf. Junqueira, 2008). As viagens de circunavegação eram operações especiais para época por causa dos riscos e da tecnologia envolvidos. Como já indicado, faziam-se necessários um corpo de oficiais treinados em Cartografia e um corpo de cientistas para garantir a boa realização da empreitada. Tal congregação de quadros treinados não era tarefa fácil para um país recém-independente, buscando colorir as “instituições recém-criadas com as tintas nacionais”. Veremos que algumas das profissões estavam se constituindo nos Estados Unidos nas décadas de 1830 a 1850; por exemplo, cientistas amadores se profissionalizavam, graças aos investimentos norte-americanos em alguns campos do conhecimento.

A FORMAÇÃO DE QUADROS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Na primeira metade do século XIX, os norte-americanos distinguiam os contornos de determinados campos do saber, inspirando-se nas matrizes europeias e, conseqüentemente, investindo na profissionalização de quadros tanto na área mi-

nhocimento ilustrado” por causa de sua tradição marítima e, nos séculos XVIII e XIX, e de suas possessões ultramarinas (cf. Raminelli, 2008).

litar (Exército e Marinha)⁶ quanto na acadêmica. Sabe-se que as relações entre oficiais e cientistas eram estreitas e que, em muitos casos, ambos serviam o país em operações oficiais, mantendo um convívio cotidiano, como foi o caso da U. S. Exploring Expedition. Em geral, militares e civis cientistas faziam parte do grupo dos *gentlemen* da jovem república. Não raro, casavam entre si, e os homens frequentavam as mesmas instituições (igrejas, sociedades científicas etc.). Por exemplo, vários deles eram membros da American Philosophical Society of Philadelphia,⁷ associação científica que acompanhava com interesse a expedição e que muniu o capitão, oficiais e cientistas com informações e indicações para a viagem. Participaram da exploração: James Dwight Dana (mineralogista), Titian R. Peale (naturalista), Charles Pickering (naturalista),⁸ Joseph Pitty Couthouy (naturalista e especialista em conchas), William Rich (botânico), William Dunlop Brackenridge (botânico assistente, especialista em horticultura), John W. W. Dyes (taxidermista), Horatio Hale (filólogo),⁹ Alfred Thomas Agate (artista) e Joseph Drayton (artista).

-
6. Os engenheiros do Exército dos Estados Unidos e cartógrafos de instituições governamentais foram os principais responsáveis pelo mapeamento do interior do país, durante e após a Conquista do Oeste. Com esse fim, realizaram-se muitas expedições científicas para o interior. A esse respeito, ver Stanton (1991).
 7. Sociedade com finalidades científicas com origem na colônia da Pensilvânia, fundada sob os princípios iluministas da época. Após a Independência, transformou-se em sociedade que congregava os interessados em ciência de todo o país. Sobre o tema, ver Dupree (1976).
 8. O naturalista preocupava-se tanto com fauna e flora quanto com os grupos humanos. Titian Peale voltou-se para fauna, enquanto Charles Pickering preocupava-se com a distribuição dos grupos humanos pelo globo.
 9. Embarcou também na expedição o intérprete F. L. Davenport, mas abandonou a viagem ao chegar ao Rio de Janeiro. Charles Wilkes (1845, v.1,

Quando os nomes para congregar o corpo de cientistas estavam para ser indicados, uma das recomendações era a de que todos os escolhidos fossem nascidos em território nacional, fato que reforça o que examino aqui: a intenção dos norte-americanos em qualificar quadros e instituir um saber próprio, tornando-se independentes dos europeus em determinados campos do conhecimento. Mas a carência de especialistas fez com que se indicasse o escocês William Brackenridge, horticulturista e único membro do corpo civil de cientistas nascido fora do território norte-americano. A dificuldade em conseguir montar o corpo dos cientistas é relatada por Charles Wilkes na sua autobiografia, escrita, em 1871, e publicada, em 1978, pela Divisão de História da U. S. Navy.

Quanto à seleção dos cientistas, não tive, posso dizer, escolha. Como já observei, nomes foram apontados e eu deveria fazer a seleção entre eles. Este Sr. Couthoy estava entre o único citado como especialista em conchas. Eu nunca o tinha visto e o pouco que sabia sobre ele não era satisfatório. Ele nada mais era do que um coletor de espécies. Não era homem de ciência. Foi mestre em navios em Boston e era envolvido com os negócios [...]. (p.382)

Wilkes era considerado um homem difícil, irascível e metódico. Fez muitos inimigos a bordo e, ao desembarcar em praias norte-americanas, em vez das glórias que esperava, foi levado a cortes marciais por causa dos maus-tratos impostos aos marinheiros, porque excedeu e muito ao número de chicotadas determinadas pela Marinha (cf. Philbrick, 2005). A posição do capitão sobre Couthoy deve ser considerada com

p.XXXIV-XXXVI) incluiu, entre o corpo de cientistas, John W. Brown, matemático e especialista em instrumentos de alta precisão, voltado, portanto, para um trabalho mais técnico.

cuidado, mas o excerto apresentado nos mostra que a jovem nação carecia de determinados especialistas e que a U. S. Exploring Expedition era uma oportunidade para a formação de alguns desses quadros.

A respeito da profissionalização em determinados campos do saber, um bom exemplo é o do campo de Botânica, praticamente inexistente nas Universidades dos Estados Unidos antes da viagem de circunavegação. Foram convidados a integrar o corpo de cientistas Asa Gray e Charles Pickering, que eram médicos e, nas horas vagas, dedicavam-se ao estudo das plantas. Gostavam mais do *hobby* do que da medicina, mas ainda não havia postos para botânicos nos Estados Unidos. Como a expedição atrasava por causa dos preparativos, Asa Gray declinou do convite, pois aceitara o que foi considerado um dos primeiros postos de professor de Botânica na nova Universidade de Michigan. Em 1842, Asa Gray foi convidado para lecionar na Universidade de Harvard, onde fez carreira, tornando-se conhecido e respeitado nos meios científicos nacional e internacional. Para o seu lugar, fora convidado William Brackenridge que, com William Rich, se firmou como botânico após o retorno da expedição exploratória (cf. Eyde, 1985).

Já Charles Pickering aceitara de bom grado o posto de naturalista da expedição. Era homem preocupado com a distribuição das populações humanas pelo globo e com as suas respectivas regiões climáticas (determinados grupos mais “evoluídos e civilizados” habitavam geografias de climas temperados, e os de clima tropical eram, em geral, pouco dados ao engenho do trabalho, conformando outro “estágio de evolução”). A viagem ofereceu a Pickering a oportunidade de “constatar” determinadas teorias sobre a distribuição de populações pelo planeta. Em 1848, após viagem que fez à Índia e à África, lançou o livro pelo qual seria reconhecido na área de Etnologia, campo

que também se formava na época,¹⁰ de título *Races of man and their geographical distribution*, originalmente um dos volumes científicos da expedição (o de número 9).

Diferentemente desses cientistas, James Dwight Dana já atuava como professor assistente no laboratório de química, na Universidade de Yale. Fora indicado para participar da U. S. Exploring Expedition como geólogo. Os volumes apresentados por Dana, após alguns anos de estudos ao fim da expedição, tornaram-se reconhecidos rapidamente e ele se tornou um dos mais preeminentes especialistas em mineralogia dos Estados Unidos. O seu *Manual of Mineralogy*, publicado pela primeira vez em 1848, ganhou revisões, acréscimos e várias edições, permanecendo como referência até os dias atuais.

Alguns dos cientistas deveram a sua carreira à expedição exploratória graças às observações e análises, realizadas durante muitos anos, do que foi coletado. Além do já citado *Manual of mineralogy*, o relatório de Dana sobre os vulcões do Hawaí e outros arquipélagos sobre as ilhas da Polinésia foi considerado referência em Geologia. Assim como a profissionalização inicial em determinados campos, a expedição foi responsável pela formação de oficiais nos campos da Cartografia, Astronomia, Física e Ciências Náuticas.

10. A American Ethnological Society, a mais antiga associação que reunia interessados na Etnologia e línguas dos nativos dentro e fora do país, foi fundada por Albert Gallatin e John Russell Bartlett em 1842. Gallatin foi, todavia, o responsável por orientar cientistas e oficiais da U. S. Exploring Expedition quanto aos procedimentos a serem adotados em relação às línguas indígenas. Logo após a fundação, a associação científica incorporou a questão do negro e da escravidão entre os seus temas de interesse (cf. Fredrickson, 1971; Banton, 1998). Para um trabalho sobre as ideias raciais nos Estados Unidos e a resposta de parte dos negros às teorias formuladas, ver Dain (2002).

A formação de quadros qualificados em distintos ramos das ciências, nas áreas acadêmicas e militares, é notada por George Daniels (1984), segundo o qual, entre 1812 e 1842, a ciência nos Estados Unidos tem o seu *start* – a sua arrancada. De acordo com Daniels (1984, p.7), os cientistas norte-americanos evoluíram de um “desorganizado grupo de amadores sem direcionamentos precisos para se constituírem, já em 1850, em um corpo recém-organizado de cientistas profissionais, ocupando cargos em Universidades e em instituições públicas”.

A TAREFA DO MAPEAMENTO

Charles Wilkes, antes de aceitar o posto de comandante da expedição, havia sido chefe do *Dépot of Charts and Instruments* de Washington, órgão responsável por manter a acuidade dos instrumentos náuticos, particularmente os cronômetros. Como se sabe, mínimos erros nas medições feitas com o cronômetro marítimo significam muitas milhas náuticas.

Wilkes apurou a sua técnica cartográfica quando foi responsável pelo mapeamento de Narragansett Bay em 1833, estuário entrecortado no litoral de Rhode Island. Ele havia estudado, na década de 1820, com o conhecido suíço Ferdinand Hassler, matemático, cartógrafo e interessado em Geodésia. Hassler chegara aos Estados Unidos pelas mãos do então presidente Thomas Jefferson (1801-1809), após aceitar o convite para instalar no país o U. S. Coast Survey, órgão responsável pelo mapeamento acurado da costa leste norte-americana, uma vez que o trânsito de navios comerciais ali demandava maior segurança (Wilkes, 1978, p.216-24; Wilford, 2000, p.100). Vale ressaltar que tal prática de mapeamento preciso das costas foi realizada em muitos países, inclusive no Brasil, com os novos instrumentos de alta precisão que garantiam menos erros nos

cálculos e por meio dos modernos métodos de mapeamento, como veremos a seguir.

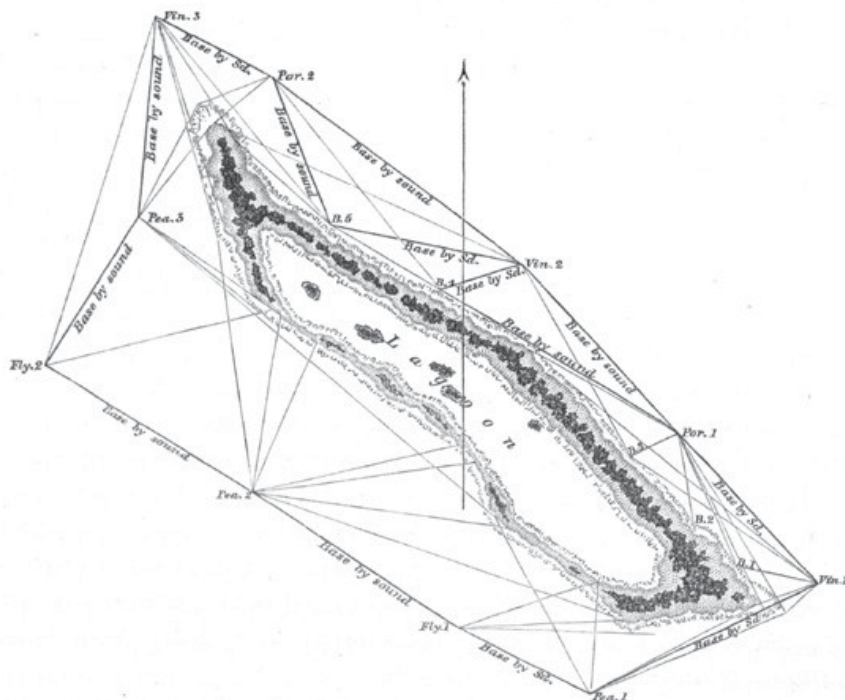
Wilkes (1978, p.326-7) também estudou com Nathaniel Bowditch, conhecido matemático norte-americano, que, impressionado com a acurácia dos mapas elaborados pelo colega, era um entusiasta de sua indicação para o comando da viagem exploratória. A curiosidade, o apego à disciplina e ao método, e o aprendizado com especialistas externos à academia naval garantiram ao capitão a ampliação de conhecimentos e a aplicação do método de triangulação para a fabricação de mapas em outras águas que não as nacionais, já amplamente utilizado por Ferdinand Hassler.

Os ingleses, desde o início do século XVIII, estimularam o desenvolvimento de cálculos nas medições das navegações marítimas para a fabricação de cartas mais precisas. O oitante (ou octante) – assim chamado devido ao formato do instrumento que fora construído no formato de um oitavo de círculo – foi proposto pelo inglês John Hadley à Royal Geographical Society em 1731. O aparato permitia calcular a longitude, tendo-se como referência a altura dos astros divisados a partir de dois espelhos. Era o primeiro instrumento de dupla reflexão capaz de ler ângulos de até 90°. Ainda em 1714, o Parlamento inglês propusera uma recompensa, conhecida como *o prêmio da longitude*, para quem inventasse um instrumento capaz de medir com precisão as longitudes, pois erros ainda eram as causas de inúmeras imprecisões das cartas e de desastres marítimos que, indubitavelmente, geravam perdas financeiras consideráveis. Em 1754, John Harrison, depois de muito insistir, chegou ao cronômetro marítimo de alta precisão, garantindo a acurácia nas medições das longitudes nas viagens de marítimas de longo curso. Uma das primeiras expedições científicas a utilizar o novo invento foi a segunda viagem de circunavegação de James Cook que levantou âncoras em 1772.

Nos procedimentos de medição e mapeamento, Wilkes orientou os seus oficiais a utilizar o conhecimento e a tecnologia que circulavam dos dois lados do Atlântico: mapas adquiridos principalmente de ingleses, franceses e russos, instrumentos de precisão fabricados na Europa e o conhecimento que desenvolvera quando do levantamento costeiro da costa leste do país. Isso posto, é possível considerar que não apenas os cientistas estavam se profissionalizando, mas que os oficiais estavam igualmente em treinamento nas artes do mapeamento e em outras funções para viagens de longo curso. Em outras palavras, o governo dos Estados Unidos investia na formação de quadros não só entre os cientistas civis que comporiam o universo acadêmico, mas também financiava a formação de quadros científicos no interior da U. S. Navy. Sobre a seleção de oficiais, Wilkes (1978, p.345) revela, em sua autobiografia, as tarefas que competiam a estes:

Na seleção [dos civis cientistas], não me manifestei com relação aos departamentos de Física, Cartografia (*surveying*), Astronomia ou Ciência Náutica, os quais determinei que fossem encarregados por mim e pelos oficiais selecionados como meus assistentes.

A seguir, é apresentado um exemplo do trabalho de mapeamento, a partir da trigonometria e de outros cálculos que conformavam o método de triangulação, utilizado para a cartografia de ilhas, retirado do primeiro volume do relato de viagens da U. S. Exploring Expedition (cf. Wilkes, 1845, v.1, p.431).



Para o levantamento costeiro (continentes e ilhas), a prática utilizada era construir uma estrutura de triângulos sobre a região a ser mapeada, formando uma base para o trabalho dos cartógrafos. Os triângulos eram calculados e traçados um a partir do outro. As medidas eram tomadas a bordo, no mar, mas tendo como referência um ponto de observação fixo na praia (espécie de teodolito), estabelecendo uma rede trigonométrica regular, a qual cobria toda a porção a ser mapeada. Os navios se deslocavam e fundeavam em outra posição, oficiais seguiam de bote até a praia, conferindo medidas enquanto novos triângulos iam sendo desenhados. Com essa técnica, a costa ou ilha podia ser delineada com precisão e era possível estabelecer os pontos entrecortados do seu perímetro (cf. Ehrenberg; Wolter; Burroughs, 1985).

Wilkes foi o responsável pelo mapeamento de áreas imprecisas nas costas dos continentes e mais de 280 ilhas (a maioria

delas no Pacífico). Estima-se que os oficiais tenham desenhado cerca de 180 cartas (cf. Viola, 1985, p.9). Tanto para a U. S. Navy como para a Marinha Mercante, houve mais segurança na navegação após a expedição, e alguns dos mapas de Wilkes, por causa de sua precisão, foram utilizados pelas duas instituições até a Segunda Guerra Mundial.

AMBIGUIDADES COM RELAÇÃO À EUROPA

O conhecimento foi constituído a partir da viagem em si, mas também como texto por meio dos conhecidos mecanismos que davam sustentação ao saber, como os impressos que noticiavam o feito para o público mais amplo (notícias em jornais e revistas), a narrativa oficial, incluindo os volumes científicos e outros relatórios, e textos elaborados por oficiais e cientistas. Além disso, apresentações e leituras sobre distintos campos do conhecimento eram promovidas, especialmente em instituições científicas da época, que, por sua vez, remetiam ao material impresso e conferiam ao autor-cientista-viajante a autoridade sobre o assunto (Pratt, 1999). Ademais, o conhecimento era também consubstanciado por meio dos suportes visuais: os governos ou as instituições científicas promotoras dessas expedições científicas, em geral, propunham exposições especiais das peças coletadas ou mesmo as expunham em museus já consagrados, enquanto espécimes de plantas iam compor os jardins botânicos.

O relato da U. S. Exploring Expedition é composto por uma narrativa de cinco volumes e mais 23 volumes científicos, ricamente ilustrados. Os da narrativa foram escritos por Charles Wilkes, a partir das suas próprias anotações e das dos outros oficiais, e o capitão responsabilizou-se igualmente pelos volumes relativos à Hidrografia e Meteorologia. Já os outros 21 foram elaborados pelos cientistas citados. Eram ordens expressas

da U. S. Navy que todas as notas tomadas pelos embarcados passassem às mãos do comandante para a elaboração da narrativa, pois, como o Estado promovera a expedição – garantindo o pagamento de cientistas e oficiais –, a ele pertencia tudo o que fora anotado a bordo. Tal procedimento era comum em viagens similares, confirmando que parte das informações e conhecimento apreendido era considerada como segredo de Estado.

Ao chegar à costa leste do país em 1842, os expedicionários haviam reunido espécimes de dois mil pássaros, 150 mil mamíferos, mil corais, crustáceos e moluscos, 50 mil espécies de plantas, centenas de fósseis, minerais e rochas, e cinco mil objetos manufaturados pelas culturas visitadas (Adams, 1985, p.7). Tal material deu origem aos museus de Washington, o Smithsonian Institution, principalmente ao Museu de História Natural e ao jardim botânico da capital.

As viagens de circunavegação, como outras expedições científicas da época, eram operações coloniais que pretendiam investigar um mundo considerado como “classificável”, mensurável, explorável; em outras palavras, passível totalmente de verificação e apreensão (Penhos, 2007). Convictos da racionalidade e dos preceitos modernos da ciência, alicerçavam-se no empirismo de Francis Bacon (1561-1626), filosofia que dominava particularmente os meios científicos ingleses e adotada com entusiasmo pelos norte-americanos, além da taxonomia proposta por Carl Linnaeus (1707-1778), renomado por instituir uma nomenclatura que tornava possível a classificação do mundo natural (Pratt, 1999).

A distinção da U. S. Exploring Expedition pode ser medida não com relação aos seus métodos e características, uma vez que a viagem exploratória era devedora das dos europeus, principalmente das três expedições de James Cook, e seus respectivos relatos, da segunda metade do século XVIII. A particularidade da exploração estava no fato de os norte-americanos se utilizarem

dos padrões científicos instituídos pelos europeus para buscarem independência, em termos da construção de um corpo de saberes, da própria Europa. Em outras palavras, a viagem exploratória de Wilkes é uma indicação da busca dos norte-americanos em estabelecer um saber local, com cientistas e oficiais capazes de manter interlocução com os seus pares europeus.

Se, por um lado, os norte-americanos procuravam se distanciar da Europa, instituindo um saber nacional, buscavam, por outro, reconhecimento dos europeus. A admiração pelos cientistas ingleses é digna de nota. Charles Wilkes, após aprovada a U. S. Exploring Expedition pelo Congresso, viajou para a Inglaterra para a compra dos instrumentos de precisão e lá permaneceu por cinco meses. Na Inglaterra, teve contato com cientistas, naturalistas e oficiais da Royal Navy, inclusive com o capitão Robert FitzRoy, o comandante do Beagle, já citado. Foi convidado a participar de um jantar na Royal Astronomical Society, onde conheceu Peter Barlow, grande especialista em magnetismo da época, e Francis Baily, vice-presidente da Sociedade. De acordo com Wilkes (1978, p.324):

O Departamento [U. S. Navy] encarregou-me da compra necessária para equipar a Expedição com instrumentos astronômicos, com aparatos magnéticos e físicos, incluindo o pêndulo, com relógios e cronômetros, os quais procurei nos melhores fabricantes, na Inglaterra, França e Alemanha.

Quando na Inglaterra, Wilkes escreveu carta à sua mulher, revelando um enfático entusiasmo em frequentar as rodas da elite científica mundial, particularmente as daquele país que tinha a maior Marinha da época e com oficiais treinados em vários ramos da ciência. “Sinto-me mais à vontade com esses gigantes”, escreveu ele à Jane Wilkes (apud Philbrick, 2005, p.58). Verifica-se claramente que, embora o objetivo da expedi-

ção fosse construir uma espécie de saber nacional, a admiração de oficiais e cientistas pela Europa, e pela Inglaterra em particular, era notável.

Os norte-americanos buscavam se posicionar como um local de saber, contudo um local que carregava uma relação ambígua com essa mesma Europa. Como bem mostrou Dipesh Chakrabarty (2000), é difícil a tarefa de “desnaturalizar” a Europa. Para esse autor, os ideais universais que a Europa buscou compartilhar com o resto do mundo são, de fato, “verdades provincianas”, porque são exclusivamente europeias e não universais como em geral ventiladas.

No entanto, como nos relatos de viagem europeus, a narrativa de Wilkes apresenta um discurso de autoridade com relação às outras culturas encontradas. A U. S. Exploring Expedition deixou as praias da costa leste para, além de mapear costas e ilhas, compreender um mundo considerado desconhecido: as populações das Américas (onde conviviam não sem conflito e dominação brancos, índios e negros), os asiáticos, os aborígenes do Pacífico etc. A seguir, transcrevo um excerto da narrativa na qual Charles Wilkes (1845, v.5, p.182-3) trata da região da Califórnia, na época da viagem pertencente ao México, e a relação desta com o possível domínio do Pacífico:

A situação na alta Califórnia causará sua separação do México em pouco tempo... É muito provável que essa região se una com o Oregon, a qual talvez forme um Estado que seja destinado a controlar os destinos do Pacífico. Esse futuro Estado, admiravelmente situado, pode se tornar uma poderosa nação marítima, com dois dos mais excelentes portos do mundo – um no Estreito de Juan de Fuca e outro em São Francisco. Essas duas regiões apresentam características que poderiam manter um intercuro com toda a Polinésia, tanto quanto com os países da América do Sul, China, Filipinas, Nova Holanda, Nova Zelândia, entre outros. E mais tarde, mas em pouco tempo, pode ser incluído o Japão. Os

vários climas da região forneceria um intercâmbio de produtos e um intercurso que deve, ao seu tempo, tornar-se imenso, uma vez que, nessa costa oeste, encontra-se um clima, em muitos aspectos, superior a qualquer outro do Pacífico. Sob a posse, como deve ser, da raça anglo-normanda, e sem entrar em rivalidade com os indolentes habitantes dos climas quentes, é evidentemente destinado a preencher um grande espaço na história futura do mundo.

Embora Wilkes tenha mantido relações com missionários e com a elite política, militar e científica dos países visitados pela expedição, bem nos moldes da sua época, o capitão atribuía superioridade aos anglo-saxões, à religião protestante e aos governos republicanos. O relato de viagem de Charles Wilkes é atravessado por questões relativas à geopolítica, e nota-se visivelmente a cultura imperial presente desde os primórdios da nação.¹¹ Convicto do determinismo climático que caracterizava um povo em detrimento de outro, o escritor destaca que apenas a raça anglo-normanda era a capaz de conduzir de forma apropriada o desenvolvimento da civilização. Como não podia deixar de ser, Wilkes incluía orgulhosamente os Estados Unidos entre os pertencentes à raça anglo-normanda, bem próximos dos ingleses, a quem admirava e considerava extraordinariamente.

Dentro da perspectiva que venho encaminhando, esta é outra distinção que percorre o relato de Charles Wilkes com relação aos produzidos por europeus em viagens similares. Cruzam

11. Recentemente historiadores norte-americanos propuseram que os Estados Unidos demonstrem uma espécie de “cultural imperial” desde a fundação do seu Estado Nacional – posição com a qual me alinho. Essa perspectiva se contrapõe aos especialistas que creditavam o imperialismo norte-americano apenas nos últimos anos do século XIX, com a guerra hispano-americana (1898) – quando o país invadiu Cuba – e nas duas primeiras décadas do século XX, quando da política do *Big Stick* e *Diplomacia do Dólar* (cf. Joseph; Legrand; Salvatore, 1998; Kaplan; Pease, 1993).

o texto tensões e dissonâncias. Se, por um lado, buscavam se tornar independentes da Europa em termos de conhecimento científico, por outro, colocavam-se como parte da raça anglo-saxã, a única capaz de levar a cabo a “tarefa da civilização”. A relação com a Europa mostra-se ambígua: em determinados momentos se colocavam ao lado dos ingleses, em outros se distanciavam e concorriam com eles. Embora sejam nos dias de hoje a maior potência do planeta, é inegável que, no seu passado, os Estados Unidos se debateram, como outros países das Américas, com as “marcas da colonização”.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, R. M. Foreword. In: VIOLA, H.; MARGOLIS, C. (Ed.) *Magnificent voyagers*. The U. S. Exploring Expedition, 1838-1842. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.
- BANTON, M. The American School. In: *Racial theories*. London: Cambridge University Press, 1998.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe*. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- DAIN, B. *A hideous monster of the mind*. American race theory in the early republic. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- DANIELS, G. H. The pursuit of science in América 1815-1845. In: *America Science in the Age of Jackson*. Tuscaloosa-Alabama: The University of Alabama Press, 1984.
- DUPREE, H. The national pattern of American learned societies, 1769-1863. In: OLESON, A.; BROWN, S. (Org.) *The pursuit of knowledge in the early American republic*. American scientific and learned societies from colonial times to the Civil War. Baltimore: John Hopkins University Press, 1976.
- EHRENBERG, R.; WOLTER, J.; BURROUGHS, C. Surveing and charting the Pacific basin. In: VIOLA, H.; MARGOLIS, C. (Ed.) *Magnificent voyagers*. The U. S Exploring Expedition, 1838-1842. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.

- EYDE, R. Expedition botany: the making of a new profession. In: VIOLA, H.; MARGOLIS, C. (Ed.) *Magnificent voyagers*. The U. S. Exploring Expedition, 1838-1842. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FREDRICKSON, G. Science, polygenesis, and pro-slavery argument. In: *The black image in the white mind*. The debate on Afro-american character and destiny, 1817-1914. New York: Harper & Row, 1971.
- JOSEPH, G. M.; LEGRAND, C. C.; SALVATORE, R. (Org.) Close encounters: toward a new cultural history of U. S.-Latin American Relations. In: *Close encounters of empire*. Writing the cultural history of U. S. – Latin American relations. Durham: Duke University Press, 1998.
- JUNQUEIRA, M. A. Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). In: *Tempo (Niterói)*, n.25, jul./dez. 2008.
- KAPLAN, A.; PEASE, D. (Org.) *Cultures of United States imperialism*. Durham: Duke University Press, 1993.
- PENHOS, M. De la exactitude y la incertidume del conocimiento. Malaspina em la Patagônia (1789). In: SALVATORE, R. D. *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales em la formación del conocimiento moderno. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 2007.
- PHILBRICK, N. *Mar de glória*. Viagem americana de descobrimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PRATT, M. L. Ciência, consciência planetária, interiores. In: *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
- RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.
- SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SALVATORE, R. D. Introducción e los lugares del saber. In: *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 2007.

- STANTON, W. *The Great United States Exploring Expedition of 1838-1842*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- _____. *American scientific exploration, 1803-1860*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1991.
- VIOLA, H. J. The story of the U. S. Exploring Expedition. In: : VIOLA, H.; MARGOLIS, C. (Ed.) *Magnificent voyagers*. The U. S. Exploring Expedition, 1838-1842. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.
- WILFORD, J. N. *The mapmakers*. New York: Vintage Books, 2000.
- WILKES, C. *Narrative of the United States Exploring Expedition 1838-1842*. Philadelphia: Lea & Blacard, 1845. 5v.
- _____. *Autobiography of Rear Admiral Charles Wilkes*. U. S. Navy 1798-1877. Washington: Naval History Division, 1978.

Latino-americanas na Europa e nos Estados Unidos:
relatos sobre as tradições e
as condições das viagens no século XIX

*Stella Maris Scatena Franco*¹

Este texto analisa os relatos de viagem de três latino-americanas que viveram no século XIX: a brasileira Nísia Floresta, a cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda e a argentina Eduarda Mansilla. Nosso propósito é entender em que tradição de viagem elas se inseriram, examinar os tipos de passeios preferidos e analisar as condições materiais das viagens, numa tentativa de identificar as formas como selecionavam os locais visitados e elencar os meios de transporte utilizados. Quanto a esse último ponto, abordamos a questão da introdução de novas técnicas, a fim de sentir seu impacto e identificar possíveis interferências nas formas de apreender a experiência da viagem. Antes de entrarmos propriamente nas temáticas apontadas, cabe uma breve apresentação das autoras, das circunstâncias de suas viagens e dos contextos específicos de elaboração dos seus relatos.

1. Professora de História da América da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Guarulhos.

AS “VIAJANTES”

Nísia Floresta (1810-1885) nasceu e viveu até parte de sua juventude no Rio Grande do Norte.² Filha de pai português e mãe brasileira, casou-se aos 13 anos com um homem de posses, num casamento de conveniência. Deixou o marido pouco tempo depois e foi acusada de adúltera. Passou a conviver com Manuel Augusto de Faria Rocha, um jovem estudante de Direito de Olinda, com quem teve dois filhos. É considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil e se tornou célebre pela publicação, em 1832, do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, supostamente uma tradução livre de *Vindication of rights of woman* (1792), da feminista inglesa Mary Wollstonecraft.³ Nísia Floresta escreveu outras obras dedicadas à temática feminina, como *Conselhos à minha filha* (1842) e *A mulher* (1859), o que está em consonância com sua atuação como educadora, professora e dona de escola para moças. Trabalhou como professora no Rio Grande do Sul, onde viveu por curta temporada antes de mudar-se para Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Augusto.

O fato de trabalhar para sobreviver é demonstrativo de sua condição de pertencimento à elite intelectual do país, mais do que à econômica. Suas condições de vida material constituem, aliás, uma faceta obscura de sua biografia. Nísia Floresta empreendeu muitas viagens e não tinha um marido que a susten-

-
2. Há vários trabalhos de caráter biográfico que enfatizam sobretudo o papel da autora como pioneira do feminismo brasileiro: Seidl (1933), Câmara (1997), Mariz (1982) e Trindad (1981). Para um trabalho mais amplo e crítico acerca da vida e obra da autora, ver Duarte (1995).
 3. Recentemente, descobriu-se que o conteúdo dessa obra não corresponde àquele que a autora afirmou ter traduzido. Para hipóteses a respeito das razões pelas quais Nísia Floresta teria indicado Mary Wollstonecraft como autora do livro traduzido, ver Pallares-Burke (1996).

tasse.⁴ A questão que muitos de seus biógrafos se colocaram foi: de onde provinha o dinheiro usado em suas viagens? Não há certezas sobre isso. Cogita-se que o financiamento se deu por herança familiar, recebida após a morte da mãe, embora seja difícil acreditar que a posse de terras no Rio Grande do Norte pudesse custear tantas viagens internacionais, que começaram em 1849, com sua partida para a França. O pretexto dessa primeira viagem foi um acidente sofrido pela filha. Alguns biógrafos, entretanto, encontram, em sua origem, razões políticas: a escola para moças sofria críticas na imprensa por ministrar cursos que iam além das aulas de boas maneiras. Além disso, Nísia Floresta escrevera uma obra com conteúdo político, defendendo os líderes vencidos da Revolução Praieira, o que representaria uma ofensa ao poder monárquico.⁵

Nísia permaneceu na França até 1852, quando voltou para o Brasil. Três anos depois, após a morte da mãe, partiu para a Europa para uma temporada mais longa. Residiu em Paris e daí empreendeu duas viagens que deram origem aos seus dois relatos. A primeira, de cerca de um mês pela Alemanha, ocorreu em 1856 e resultou em seu livro *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. A outra durou três anos, durante os quais percorreu a Itália e a Grécia, resultando em um relato intitulado *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. O relato sobre a Alemanha foi escrito em forma de “diário epistolar”. É composto de trinta e quatro cartas, redigidas quase cotidianamente, com as quais pretendia “entreter” o filho e os irmãos que ficaram no Brasil. O relato sobre a Itália é composto em forma de diário. São dois grossos volumes dedicados a descrever sua intensa jornada pela Itália e Grécia. Depois dessas viagens, Nísia

4. Manuel Augusto Rocha faleceu aos 25 anos de idade, em 1833.

5. Trata-se de *A lágrima de um Caeté*, longo poema-denúncia à perseguição aos líderes da revolta liberal iniciada em novembro de 1848.

Floresta, que se radicara na França, retornou apenas uma vez ao Brasil, na década de 1870, mas logo voltou à sua “segunda pátria” – a França –, onde viveu até o resto de seus dias.

Gertrudis Gómez de Avellaneda era cubana e viveu de 1814 a 1873.⁶ Filha de pai espanhol e mãe *criolla*, era oriunda de uma família que gozava de privilegiada condição socioeconômica. Seu pai morreu quando ela tinha 9 anos e sua mãe logo se casou novamente com outro espanhol. Em 1836, quando Avellaneda tinha 22 anos, a família decidiu se mudar para a Espanha. Diferentes versões foram apontadas por Avellaneda para a mudança da família. Relembra que tratava-se de um sonho antigo de seu pai, que temia, ademais, uma revolta escrava em Cuba, como a que se processara no Haiti tempos antes – fato preocupante para uma família proprietária de terras e escravos (Gómez de Avellaneda, 1914a, p.42). A saúde do padrasto e o clima cubano também foram apontados como motivos para a partida (ibidem, p.63-4). Tomada a decisão, a família desfez-se dos pertences, vendeu os escravos e partiu para a Espanha, onde Avellaneda constituiu sua trajetória de escritora, publicando romances, poesias e várias peças de teatro. O mais conhecido de seus livros é um romance de caráter abolicionista, intitulado *Sab*, que retrata a relação de amor inter-racial entre um escravo mulato e sua senhora branca.⁷

Na Espanha, teve uma vida tumultuada no campo amoroso, mas ao fim acabou se casando duas vezes com homens influentes no universo da política.⁸ Retornou a Cuba apenas

6. Para conhecer a trajetória biográfica de Avellaneda, ver Cotarelo y Mori (1930), Ballesteros (1949) e Bravo-Villasante (1986).

7. Vários são os trabalhos da crítica literária que têm como foco de análise o romance *Sab*, como Sommer (2004), Casanova-Marengo (2002) e Méndez-Rodenas (2002).

8. Em 1846, casou-se com Pedro Sabater, governador civil de Madri. O casamento durou apenas cerca de três meses, em razão da morte do marido.

uma vez, acompanhando seu segundo marido, que fora designado para exercer cargo político na ilha. Seu marido faleceu em Cuba, em 1863, e Avellaneda retornou à Espanha depois disso, onde permaneceu até a sua morte.

São dois os seus relatos de viagem. No primeiro, narra a sua estada na Europa, entre os anos de 1836 e 1838. Aborda o momento da partida de Cuba, a passagem pela França, por Portugal e Espanha. É escrito em forma de cartas para uma prima cubana e foi publicado somente em 1914, na ocasião do centenário de seu nascimento, com o título *Memorias inéditas de la Avellaneda*. O segundo relato foi escrito em 1859 e retrata uma viagem pelos Pirineus franceses. Foi publicado pela primeira vez em Cuba, no retorno da autora à ilha, em formato de folhetim, pelo *Diario de la Marina*.

Eduarda Mansilla (1838-1892) era argentina e pertencia a uma família que gozava de confortável condição econômica, além de exercer forte influência na política. Sua mãe, Agustina Rozas, era irmã do político federalista Juan Manuel de Rosas, sendo Eduarda, portanto, sobrinha do ditador. Seu pai, o general Lucio Norberto Mansilla, atuou politicamente em diferentes contextos, como nas invasões inglesas de 1806 e 1807 e em batalhas pela independência. Apoiou o governo de Bernardino Rivadavia na década de 1820 e depois participou de maneira ativa no governo de Juan Manuel de Rosas, passando, portanto, do apoio aos unitários à adesão ao federalismo rosista, o que o fez cair no ostracismo após a queda de Rosas.

Em meados da década de 1850, casou-se com Domingo Verdugo, ajudante do rei e deputado das cortes. Verdugo foi também coronel do Exército de Cuba – quando acompanhou a comitiva do general Francisco Serrano, capitão-geral da ilha –, além de tenente-governador nas jurisdições de Cienfuegos, Cárdenas e Pinar del Río.

Eduarda casou-se aos 18 anos com Manuel Rafael García, advogado e diplomata, proveniente de uma família de posses e de clara filiação unitária. Em razão desse casamento, viajou acompanhando seu marido, designado para ocupar cargos diplomáticos na Europa e nos Estados Unidos.

A autora tem uma produção diversificada. Escreveu romances, peças de teatro e contos infantis.⁹ Produziu também um relato de viagem, intitulado *Recuerdos de viaje*. Nele, narra sua estada nos Estados Unidos, às vésperas da guerra civil, mas traz elementos também de um período posterior, tendo em vista que voltou aos Estados Unidos na década de 1870. Seu relato é escrito em forma de memórias e foi publicado na década de 1880, isto é, certo tempo depois da viagem.

TRADIÇÕES DAS VIAGENS

O continente americano recebeu um grande número de viajantes europeus no século XIX. Muitos deles encontravam-se vinculados a missões científicas ou culturais, bem como a empreendimentos comerciais. Ao visitarem as terras do Novo Mundo, cientistas, comerciantes e artistas europeus sentiam, num misto de atração e repulsa, como se experimentassem uma aventura exótica, fosse entrando em contato com as culturas nativas e mestiças, ou ao surpreenderem-se com um espaço natural deslumbrante. Procedia-se com isso a uma espécie de recuperação das convenções edênicas do Novo Mundo

9. Seu principal livro é o romance *Pablo o la vida en las Pampas*, de 1869, no qual um jovem *gaucho* se apaixona pela filha de um estancieiro. O romance é repleto de representações, muitas das quais se referem diretamente ao processo de constituição da identidade nacional na Argentina. A obra de Eduarda Mansilla vem sendo estudada recentemente sobretudo por autores da crítica literária, como Lojo (1999, 2002).

propaladas nos tempos da conquista. Entretanto, as viagens à América (e a outras regiões do globo), da emergência do Iluminismo em diante, foram também marcadas pela tentativa de catalogação da natureza, que envolvia a flora, a fauna e as populações nativas das regiões visitadas, as quais eram entendidas como parte de um mundo exótico passível de classificação e hierarquização.¹⁰

Vale remarcar, entretanto, que os europeus também viajavam para o interior da própria Europa, e, segundo algumas apreciações, esses viajantes tinham em vista outras finalidades quando realizavam seus périplos. Segundo Paul Hazard (1961), no século XVII, os europeus bradavam pela ordem e estabilidade, clamor resultante de um certo esgotamento generalizado sentido depois de movimentos que representaram fortes “aventuras” no espírito dos europeus, como o Renascimento e a Reforma. Esse desejo de estabilidade, entretanto, não tardou por encontrar também seu próprio esgotamento, de forma que, em finais desse século, a Europa voltava a entrar em “movimento”. Nesse processo, a viagem e os relatos triunfavam. Passou-se a

10. Heloisa Reichel (1999, p.57-77) destaca diferentes viagens de europeus à América que ocorreram entre os séculos XVI e XIX: as de “de caráter náutico ou geográfico, de ação missionária ou colonizadora”, no início da época moderna, relatadas por meio de crônicas por “funcionários da Coroa ou particulares que tinham a missão de descrever e dar a conhecer o território e os povos conquistados”; as de caráter científico, a partir do século XVIII, quando os viajantes por meio do “racionalismo e do cientificismo buscavam o conhecimento da realidade através da observação do empírico, da natureza”; na mesma época, aquelas feitas sob impulso do movimento romântico, o que é visível no culto da natureza presente nos relatos; outras, de naturezas variadas, realizadas sobretudo no momento pós-independência, tais como as de comerciantes (em grande parte britânicos), diplomatas e artistas. Vale destacar também, entre uma vasta produção sobre o tema, a importante obra de Pratt (1999).

viajar internamente, para dentro da própria Europa, mas os europeus buscaram também mundos desconhecidos, aventurando-se rumo a outros continentes, em cuja empresa retratariam, por meio de relatos com diferentes características, dos mais aos menos eruditos, os modos de vida dos povos visitados. Assinala uma diferença entre as viagens para dentro da própria Europa e para os outros continentes. Tratava-se, no primeiro caso, da busca do prazer. Esse gosto pela viagem moveu a produção de uma infinidade de publicações de “guias e itinerários”, destinados àqueles que desejavam também viajar pela Europa, ou mesmo livros especializados sobre certas cidades, como Roma, Veneza, Nápoles, Paris. Entre esses livros, Hazard (1961, p.7) destaca ainda um gênero particular que, segundo suas palavras, não pode ser lido sem se entrever um horizonte cheio de doces promessas. São livros que mostram as “delícias” e as “maravilhas” da Europa. As viagens para fora da Europa, por sua vez, guardariam outras características: a busca do pitoresco, do exótico. Em discrepância, umas com as outras, inspiravam as primeiras a tranquilidade, ao passo que as últimas, a paixão e a aventura (ibidem, p. 22).

Os europeus pareciam ter, assim, no século XIX, já arraigado em sua cultura o hábito de viajar pelo continente. Desde o século XVII, e com mais intensidade no século seguinte, faziam o *grand tour*, prática de viagem comum entre filhos da aristocracia inglesa, que com o tempo veio a se disseminar entre a classe média urbana ligada aos serviços e à indústria (Salgueiro, 2002, p.292). Viajava-se com intuito formativo, educacional, locais históricos eram visitados, apreciavam-se lugares considerados fontes de cultura, aliavam-se conhecimento e prazer. Além das viagens com caráter histórico-cultural acentuado, consideradas como parte do “*grand tour* clássico”, passaram também a ser realizadas, sobretudo no século XIX, sob o influxo do movimento romântico, as viagens a locais onde a natureza se

mostrava exuberante, as quais eram feitas para o desfrute das paisagens naturais: eis o “*grand tour* romântico”.¹¹

Essa diferenciação também é apontada por Valéria Salgueiro (2002), mas, para essa autora, o “*grand tour* clássico”, do século XVIII, era ainda realizado sem a estrutura material e as condições tecnológicas que os viajantes passaram a usufruir no século XIX. Salgueiro (2002, p.291) lembra as imensas distâncias, o relevo acidentado e os transportes precários, que foram marcas presentes no século XVIII, superadas no século vindouro pelas facilidades conferidas pela navegação a vapor e pela estrada de ferro. Ainda no exame dessa autora, o “*grand tour* clássico” envolvia em maior medida os ingleses, franceses e alemães, que tinham como destino Paris e as principais cidades italianas: Roma, Veneza, Florença e Nápoles. Os viajantes partiam em suas jornadas para saciar o gosto pela arte e arquitetura dos antigos, para apreciar as ruínas e contemplar a paisagem, imbuídos dos valores estéticos sublimes. Salgueiro (2002, p.302) qualifica essas viagens como “viagens por prazer” e explica que carregam esse nome não somente pelo espírito de aventura ou pela mera fruição, mas também pelo valor histórico e cultural agregado às excursões realizadas.

Pode-se afirmar que as latino-americanas que viajaram para a Europa no século XIX tentaram trilhar os passos dos europeus que viajavam pelo interior do próprio continente, com vistas à aquisição de cultura e conhecimento e ao desfrute das paisagens naturais. Assim, o que buscavam na Europa não era propriamente o exótico, mas as práticas e os costumes dos povos ditos “civilizados”, e pretendiam com isso introduzir-se no

11. Essa distinção entre *grand tour* “clássico” e “romântico” é apropriada de Barbosa (2002).

cerne e na matriz da cultura ocidental.¹² Era preciso apropriar-se de uma gama de conhecimentos que só os ambientes e a história europeia podiam conferir. Além disso, quando aportavam em terras europeias visando conhecer e compartilhar hábitos e costumes civilizados, precisavam, antes de tudo, descobrir o que visitar, por onde circular, como ver ou apreciar os lugares conhecidos. Eram leitores, para tanto, de viajantes europeus que narraram suas viagens pela Europa e, conseqüentemente, apropriavam-se de certas condições e convenções já tradicionalmente articuladas por eles.

VIAJAR E CONHECER

Nos relatos analisados, ao buscarmos identificar as formas como as autoras justificam suas viagens, notamos que elas não aparecem como frutos do desejo individual. Nos casos de Avellaneda e Mansilla, acompanhavam suas famílias. No caso de Nísia, a partida para a França tem como pretexto a busca de tratamento para a filha, alegando, nos outros casos, a necessidade de “distrair o espírito” em momentos como os aniversários de mortes da mãe e do marido. A despeito das alegações pautadas nas razões domésticas, é inegável que essas mulheres encontraram outras motivações em suas viagens. Sem sombra de dúvidas, consideraram suas viagens momentos para aquisição de conhecimento, como possibilidades de estudo e incremento cultural e como oportunidades para admirar as paisagens naturais. Sendo assim, parece que se adaptam à tradição das viagens que os próprios europeus realizavam pelo continente, na esteira do *grand tour*.

12. Tal afirmação é válida, de acordo com Noé Jitrik (1969, p.12-3), para os argentinos que viajaram à Europa no século XIX.

Dentre as três autoras, Nísia Floresta foi a que realizou viagens mais próximas a essa tradição. A própria autora destaca os atrativos da Itália, que ela chama de “terra clássica”. É levada para lá pelo clima, pela poesia, pela história, pela arte e pelas ruínas. Seguiu Nísia Floresta os passos de vários outros viajantes, desde os *grand tourists*, que já vinham percorrendo aquele trajeto. Como lembra Constância Lima Duarte (1998, p.12):

Goethe, por exemplo, escreveu *Viagem na Itália* (1788), e Stendhal é autor de *Roma, Nápoles e Florença* (1817) e *Passeios através de Roma* (1829). Além desses, Lord Byron, Victor Hugo, Chateaubriand, Gerg Sand, Alfred de Musset, Michelet, Lamartine e Mérimée também registraram em livros as impressões de suas andanças em terras italianas.

A viagem pela Alemanha também carrega tal interesse sobre o universo histórico e cultural. Essa característica está presente em praticamente todo o relato, mas, a título de exemplo, pode-se destacar o momento em que contempla a vista às margens do Reno, na altura de Koblenz, e descreve uma paisagem marcada pelos vestígios da mão humana, como ruínas, castelos, cidades e aldeias, que se encontram encravados nas montanhas que ladeiam o rio (Floresta, 1998a, p.95-6).

Os dois relatos de Avellaneda também trazem mostras de um gosto pela história e um desejo de aquisição de conhecimentos. Quanto ao primeiro, por França, Portugal e Espanha, vale lembrar o gosto pelas visitas às igrejas. Bordeaux foi a primeira cidade que visitou no Velho Continente; ali, igrejas e catedrais lhe causaram forte impressão, “*sin duda porque fueron las primeras*” (Gómez de Avellaneda, 1914b, p.7). Deslumbrou-se logo depois com a catedral de Santiago de Compostela e imaginou ser impossível encontrar “*cosa más magnífica*”, mas apenas até – conclui depois – conhecer a Catedral de Sevilha (ibidem, p.16). Mesmo na viagem de veraneio aos Pirineus,

mais marcada pela descrição da natureza, há momentos para a contemplação dos monumentos antigos: *“aunque no somos apasionados por la arqueologia comenzamos por examinar los restos de monumentos romanos que nos dijieron existían [em Bigorre]”* (Gómez de Avellaneda, 1914c, p.30).

Nesse sentido, o relato de Eduarda Mansilla é o que menos se destaca, tendo em vista que os Estados Unidos são vistos como um “país novo”. Mas a importância atribuída ao passado e à história se apresenta justamente quando a autora evidencia a ausência de objetos de valor histórico, artístico cultural. Para ela, era na Europa que se concentravam os melhores teatros, os pintores consagrados, as famosas companhias de ópera, os importantes monumentos históricos, as mais impressionantes construções arquitetônicas. A autora se encontra imbuída dos padrões do gosto artístico europeu e os elege como referência central, utilizando-os como parâmetro em sua crítica sobre os Estados Unidos. Mesmo assim, locais de interesse para a ampliação do universo cultural são visitados por Mansilla, como livrarias e monumentos.

Assim, tomados numa visão geral, os relatos descrevem, com mais ou menos ênfase, visitas a lugares que representam uma possibilidade de incremento ao conhecimento histórico, artístico e cultural das autoras, como castelos, igrejas, teatros, catedrais, monumentos, palácios com obras artísticas, cemitérios, livrarias, academias de ciência, ruínas e ainda lugares frequentados ou habitados por personagens célebres, como cientistas, artistas e filósofos.

CONTEMPLAÇÃO DA NATUREZA

Lugares históricos, construções arquitetônicas e ruínas não foram, entretanto, as únicas atrações que fizeram parte dos roteiros das viajantes. A contemplação da natureza, bem ao gosto

do espírito romântico, também integrava a programação das viagens. A estética do sublime, que inspirou os viajantes do *grand tour*, ainda permanecia como um valor quando as autoras realizaram suas viagens. No plano artístico, essa estética se distinguia, de acordo com Márcia Naxara (2001, p.439), pela transmissão de sentimentos fortes, ambíguos e ambivalentes, contrapondo-se ao pitoresco, que eram paisagens capazes de transmitir sensações agradáveis e tranquilizadoras.

As três viajantes vivenciaram situações de contato com a natureza, descrevendo-as com base na estética do sublime. A escalada ao Vesúvio, narrada por Nísia Floresta, é uma manifestação disso. A própria narração é marcada por uma forte carga dramática. A autora faz questão de vencer sozinha todas as adversidades e tormentas do caminho. Dispensa ajuda dos guias e o transporte dos cavalos, e chega infatigavelmente ao cume da montanha de onde contempla a infinita e exuberante natureza:

[...] o que me impressionou profundamente foi a imponente perspectiva do belo horror que ostentam as duas largas bocas da cratera atual, vomitando chamas que se elevam a uma altura prodigiosa, seguidas, em intervalos, de terríficas detonações, acompanhadas de fragmentos de lavas e de pedras mais ou menos volumosas. Não tentarei descrever tudo que senti em presença desses dois grandes espetáculos que subjugarão intensamente meu espírito. Minha palavra é excessivamente estéril para externar minha emoção em toda a sua profundidade. (Floresta, 1998b, p.214-7)

Vale a ressalva, entretanto, de que, em seu relato, a natureza brasileira – frequentemente lembrada – é retratada como incomparavelmente mais exuberante do que a europeia. Nesse aspecto, Nísia Floresta compartilha as representações presentes na literatura romântica brasileira, construída em diálogo com os viajantes científicos europeus que visitaram o Brasil no sé-

culo XIX, destacando a prodigalidade de sua natureza.¹³ Isso não a impede, no entanto, de contemplar, admirar e descrever cenas da natureza europeia.

Um paralelo pode ser estabelecido em relação à visita às cataratas do Niágara, nos Estados Unidos, feita por Eduarda Mansilla. Sensações despertadas pela vista da cachoeira deviam se inscrever na convenção estética de apreciação da natureza que valoriza o sublime. É justamente nesse sentido que aponta preferir a visão das quedas d'água do lado americano, e não do canadense: *“El espectáculo es incomparablemente más grandioso desde la orilla americana; pero menos pintoresco y armonioso, si la expresión es aquí permitida”* (Mansilla, 1996, p.153). É curioso ainda ressaltar que as mesmas sensações descritas pela autora encontram-se também no relato de outro argentino, Domingo F. Sarmiento (1996), que visitou os Estados Unidos em 1847. Sarmiento (1996, p.378) assim se pronuncia em uma das passagens sobre sua visita ao Niágara:

Salido de aquel húmedo infierno, volviendo a ver de nuevo el sol i el cielo, puede decirse que el corazón ha apurado la sensación de lo sublime. Una batalla de doscientos mil combatientes no causará emociones más profundas.

Visitava-se o Niágara para se sentir “pavor” e “delírio” (ibidem, p.377). Uma expressão – usada tanto por Sarmiento como por Mansilla – traduzia a sensação que o viajante devia ter ao visitar a catarata: era *“la fiebre del Niágara”*. Segundo Sarmiento (1996), ela fazia as pernas tremerem e o sangue

13. A respeito do diálogo entre os textos dos viajantes naturalistas e da produção literária brasileira na primeira metade do século XIX, ver Süsskind (1990).

subir à cabeça;¹⁴ segundo Mansilla (1996), ela gerava palpitações, espanto e delírio.¹⁵ Embalados, portanto, pelas leituras românticas da natureza, novos viajantes acorriam às cataratas do Niágara em busca de “emoções terríficas”. Note-se ainda que alguns aspectos da narração apontam para a utilização de recursos e alternativas auxiliares na exploração do ambiente natural. Mansilla (1996, p.153-4) escreve a respeito de uma ponte suspensa sobre a Catarata, para os viajantes mais corajosos, bem como um *ferry*, construído em formato de casca de noz, que transportava os aventureiros à Caverna dos Ventos, de onde se podia contemplar “*en toda su infernal sublimidad las convulsiones de la catarata*”. Para embarcar nessa aventura, o viajante dispunha de uma roupa especial, capaz de protegê-lo um pouco da intensa umidade. A autora narra que esses passeios eram conduzidos por cocheiros sagazes e profissionais, que cobravam dos desavisados dólares e mais dólares (ibidem, p.152). Poder-se-ia cogitar, assim, que, paralelamente à busca do sublime na apreciação da natureza, procurava-se vivenciar também um tipo de viagem de entretenimento e aventura, existindo já alguns aparatos para acolher os viajantes dispostos a explorar esses espaços menos acessíveis. Em contrapartida, aqueles que não queriam viver tão perigosamente podiam optar por admirar as cataratas de um grande binóculo instalado num saguão

14. “*La vista de las otras cascadas me habia hecho sonreir de placer; mas en la del Niágara sentia que las piernas me temblaban, i aquella sensacion fiebrosa que indica que la sangre se retira de la cara*” (Sarmiento, 1996, p.377).

15. “*Aquella masa espumante que ruge y se desploma con vertiginosa rapidez, acelera los latidos del corazón, produze espanto y evoca pensamientos que parecen ajenos a este planeta. [...] la fiebre del Niágara me poseía como a pocos*” (Mansilla, 1996, p.153).

do hotel, o que gerava a forte ilusão de proximidade do local (ibidem, p.154).

Na viagem de Avellaneda pelos Pirineus, realizada no final da década de 1850, pode-se também evidenciar o gosto pelos passeios para os ambientes naturais. Está presente a retórica do exílio em meio à natureza. A viajante buscava os pontos onde a vista era mais apropriada para o vislumbre da paisagem natural. Em Pau, ao se encontrar em uma esplanada que lhe propiciava ampla visão, afirma poder gozar ali *“uno de los más notables puntos de vista de los muchos que ofrece aquel país incomparable”* (Gómez de Avellaneda, 1914c, p.17). Em diferentes momentos, destaca os esforços que eram necessários para atingir um determinado local onde a vista era privilegiada. O espetáculo da natureza e a fruição da paisagem, entretanto, compensavam todos os desgastes físicos e perigos, como aponta na descrição de suas excursões nos arredores de Gavarnie (ibidem, p.24-5). Do alto das montanhas dos Pirineus, Avellaneda realiza suas mais inspiradas descrições. No “Pico do Meio Dia”, que alcança cerca de três mil metros de altitude, afirma que a solidão das grandiosas alturas desperta o caráter filosófico do homem (ibidem, p.41). Na descrição do Circo de Gavarnie – depressão em meio a um maciço montanhoso onde se encontram elevadas paredes calcárias e uma cascata –, sente a presença divina na natureza (ibidem, p.25-6).

“BOCA A BOCA”, GUIAS, CICERONES E A ÂNSIA DE TUDO VER

Como mencionamos anteriormente, as viagens, no século XIX, começaram a se estender a uma população mais ampla, sobretudo em razão das facilidades trazidas pelos incrementos tecnológicos aos meios de transporte. Certos lugares passaram a ser tradicionalmente visitados, e a divulgação da fama do local se projetou pelo próprio “boca a boca” dos que por ali passavam.

Não é à toa que com tanta frequência as autoras afirmem ter “ouvido falar” deste ou daquele lugar ou curiosidade. Segundo Nísia Floresta (1998a, p.146), “diz-se” das estufas dos jardins do castelo de Heidelberg que Luís XIV as tomou como modelo para as de Versalhes. Ainda na viagem à Alemanha, sobre a Catedral de Colônia, afirma ser “superior a tudo o que dela se tem dito” (ibidem, p.85). No caminho de Santiago a Pontevedra, Gómez de Avellaneda (1914b, p.17) visita uma igreja, “*que dicen es muy milagrosa, pero yo no puedo decir sino que es bonita*”. Nos Estados Unidos, Eduarda Mansilla (1996, p.113) fala da penitenciária da Filadélfia, como um lugar frequentemente citado por quem visita o local: “*Su penitenciaría celular, una de las primeras del mundo, se cita siempre*”.

As informações não raramente eram também fornecidas por guias ou pelos famosos *cicerones*. Quando em Gênova, Nísia Floresta (1998b, p.30) contou, em seu diário, que contratou, junto com outras famílias, um guia para conhecer “as curiosidades da cidade”. E assim recomendava explicitamente: “Informações, dadas por pessoas sérias, sobre os costumes e hábitos de seu país, quando nele chegamos, não podem deixar de ser-nos úteis, se pretendemos ficar ou nos esclarecer, mediante pesquisas, para falarmos dele com exatidão” (ibidem, p.67). Mas nem sempre se podia contar com guias tão especializados, sendo forçoso muitas vezes tomar informações com guias improvisados, como porteiros e cocheiros, como acontece com Nísia Floresta (1998a, p.90, 198), respectivamente, em Bonn e em Montbéliard.

O aumento do fluxo de viajantes e a montagem de uma certa estrutura para recebê-los foram acompanhados por uma ansiedade, da parte dos próprios viajantes, de se cumprir um rol de visitas que parecia tornar-se cada vez mais extenso quanto mais os lugares, as atrações e curiosidades eram propagandeados no “boca a boca”, entre os guias e cicerones.

Impressionava às viajantes a rapidez com que se passava de cidade a cidade, de um a outro objeto de observação. Elas percorriam diferentes lugares em curto espaço de tempo, e as visitas a determinados locais eram fugazes em relação à quantidade de detalhes que havia para se absorver e registrar. Essa era uma das fontes de suas angústias, frequentemente assinaladas nos relatos. “*Como apuntar siquiera los numerosos sitios deliciosos que recorrimos sucesivamente en el breve curso de una semana?*” – questiona-se Gómez de Avellaneda (1914c, p.31) em seu relato sobre os Pirineus. Era a mesma a queixa de Nísia Floresta (1998a, p.43) quando se encontrava de passagem pela Bélgica, em direção à Alemanha: “Não tenho tempo disponível para lhes escrever a história de Bruxelas [...]; indicarei apenas o que mais me atrai a atenção e, à noite, lhes comunicarei minhas impressões do dia”. Na primeira viagem da escritora cubana, também foi um desafio retratar uma série de monumentos visitados. A Catedral de Sevilha possuía uma grande quantidade de compartimentos, guardando cada qual uma infinidade de detalhes, o que dificultava a tarefa da viajante. Assim, comentava que “*seria empresa difícil u prolija describir todo lo que contiene de rico y magnifico*” em apenas uma das sacristias da Catedral (Gómez de Avellaneda, 1914b, p.33). Por causa da profusão de locais a visitar, a reclamação em relação à falta de tempo torna-se uma constante. Gómez de Avellaneda (1914b, p.9) considerou os dezoito dias passados em Bordeaux insuficientes para conhecer bem a cidade, afirmando sair de lá “*sin haber visto ni una vigésima parte de cuanto contiene digno de verse* [...]”. A descrição de alguns monumentos que se colocavam sob os olhares das viajantes às vezes demandava mais de uma visita, o que nem sempre era possível, em razão da falta de tempo. Por esse motivo, a autora se ressentia de não conseguir descrever duas catedrais de Bordeaux, pelo fato de não tê-las visitado “*mas que dos veces, siempre de prisa*” (ibidem, p.7).

Cada cena observada era rapidamente sobreposta por novas imagens e, ao mesmo tempo, novas sensações, contribuindo os meios de transporte modernos para a rapidez das viagens. Ao comunicar suas impressões de dentro de uma igreja em Gênova, antes de iniciar uma nova narração sobre uma catedral, Nísia Floresta (1998b, p.35) exclama: “as impressões do viajante que passa se substituem rapidamente, em presença dos objetos variados e sempre novos que se oferecem ao olhar”. Tentando resistir a um novo modelo de viagens, diz concordar com Goethe em sua conclusão de que, para bem se conhecer Roma, o viajante deveria, primeiramente, ali ficar “durante anos em silêncio pitagórico”. Ao mesmo tempo, discorda de um “turista” que afirmava não saber o que fazer para gastar oito dias em Roma (ibidem, p.157-8). Essa parecia, entretanto, ser uma luta vã. Afinal, a autora, pouco tempo antes de viajar pela Itália, percorrera de norte a sul a Alemanha, em apenas um mês.

MEIOS DE TRANSPORTE: NOVOS OLHARES SOBRE O TEMPO E A PAISAGEM

Quando, em 1858, Nísia Floresta partiu da França em direção à Itália para realizar sua viagem de três anos, mostrava-se disposta a trilhar um longo e clássico caminho entre Paris e Roma.¹⁶ A pressa, entretanto, de chegar a tempo para as come-

16. De acordo com Valéria Salgueiro (2002, p.293), Roma, no século XVIII, era o ponto alto do *grand tour*, e havia alguns caminhos possíveis para quem partia de Paris. De acordo com a autora, era mais comum seguir a Lyon e daí a Turim cruzando os Alpes. Esse caminho era extremamente difícil em razão do relevo, o que muitas vezes exigia a desmontagem da carruagem e o transporte das bagagens em lombo de mulas. Outra possibilidade era pelo Mar Mediterrâneo, que também não era uma viagem tranquila, tendo em vista as chances de mau tempo e a pirataria.

morações da Semana Santa levou a viajante a tomar um trem em Paris – o “expresso das oito da noite” –, que a transportou desta cidade a Marselha em vinte e uma horas. De Marselha a Gênova foi de barco a vapor pelo Mediterrâneo; de Gênova a Livorno, a travessia por mar se fez por um paquete e durou cerca de dez horas. Uma vez em Livorno, um trem a transportou em trinta minutos a Pisa, cidade que visitou rapidamente, voltando logo a Livorno, para seguir viagem por mar até Civitavecchia e continuar de carruagem, num percurso de sete horas, em estrada de terra, até Roma (Floresta, 1998b, p.24-52).

Essa era uma rota menos longa e para a qual se podia lançar mão de meios de transporte modernos, como os trens e a navegação a vapor. É possível afirmar que esses meios de transporte passaram a ser usados cada vez com mais frequência ao longo do século XIX, mas não se pode garantir que isso tenha sido uma regra durante esse tempo. Há, na verdade, uma grande diversidade no uso das embarcações durante esse século, e as alternâncias são identificáveis em razão dos momentos históricos particulares, bem como dos locais visitados, variando, assim, de acordo com o tempo e o espaço.

A análise dos relatos indica uma predominância de veículos mais ágeis a partir da segunda metade do século. Dentre os relatos contemplados, o único no qual há uso de embarcações a vela é o que retrata a primeira viagem de Avellaneda, saindo de Cuba em direção à Europa, ainda na primeira metade do século XIX, mais especificamente em 1836, isto é, antes de a navegação a vapor se tornar uma prática generalizada.

Na parte da narração da travessia, a autora mescla informações sobre as condições do tempo e de navegação com descrições das sensações proporcionadas pelo cruzamento do oceano. Sua viagem foi feita numa fragata francesa – *Le Bellochan* –, equipada com velas, e que dependia, portanto, da ação dos ventos. Nesse sentido, a falta de ventos é lembrada diversas ve-

zes, indicando a morosidade da viagem. O relato da travessia se arrasta por quatro longas páginas, como que acompanhando o ritmo lento da navegação. Mas os temporais e os perigos do mar são também mencionados. A contagem dos dias a bordo da fragata é, enfim, associada ao bom ou mau tempo: tendo a partida ocorrido na noite de 9 de abril de 1836, na manhã seguinte Avellaneda afirmava ainda poder distinguir perfeitamente a baía de Cuba, em razão da “débil brisa” que soprava. Avançando a fragata no oceano, o vento, que então soprava mais forte, era favorável à navegação, e assim continuou até o dia 24 de abril, quando se encontrava na altura das Ilhas Bermudas. No dia 25, um temporal: “*negras nubes que cubrían el sol dieron una noche anticipada*”. Passado o temporal, a calmaria impediu por três dias a movimento da fragata. Nos primeiros dias de maio, o tempo estava calmo, e, no dia 6, enfrentava nova tempestade. Em 9 de maio, quando da passagem pelos Açores, voltou a luzir o sol, com vento favorável. Em 15, a calmaria; em 20, um vento débil; em 21, novamente a calmaria. Logo, bons ventos indicam a mudança de sorte: “*por remate de impaciencia se declaró luego un viento fuerte por proa, que casi a la vista de la costa nos tubo barloventeando hasta el 23*”. Nos primeiros dias de junho, o vento continuou propício, e, no dia 3 desse mês, abordava Gómez de Avellaneda (1914b, p.2-5) as costas da França “*con un sol hermoso, un mar bonacible y un viento fresco por popa [...]*”.

A falta de ventos realmente era um dos sérios problemas da navegação a vela, o que não significa que o uso do vapor tenha trazido uma imediata substituição dos veleiros.¹⁷ Efetiva-

17. As origens da navegação a vapor remontam ao século XVII, quando houve as primeiras tentativas da utilização do vapor como força motriz de uma nave. Entretanto, esses intentos tiveram pouca repercussão prática. Somente depois da melhora da máquina a vapor de James Watt (1775) é

mente, a navegação a vapor se intensificou com a abertura de canais (Suez, em 1866, e Panamá, em 1914), mas ainda assim os veleiros continuaram em cena. A tendência, entretanto, era de uma lenta substituição destes últimos pelos vapores (Céspedes del Castillo, 1992, p.250).

À parte a impaciência, havia também os temores, como bem a autora expressa quando se lembra do mau tempo. Outros perigos podiam despontar no horizonte de possibilidades na vida em alto-mar, mas, na realidade, desde a segunda década do século XIX a navegação oceânica começou a ser tornar uma atividade mais segura, tendo contribuído para isso o papel da Marinha Real Britânica (*Royal Navy*), que buscou aumentar a segurança da navegação como forma de proteger seus interesses comerciais. Uma das providências importantes nesse senti-

que o invento ganhou impulso, e o primeiro resultado prático verificou-se apenas em 1801, quando William Symington empregou uma peça, usada para gerar movimento circular no êmbolo da máquina a vapor, acionando o primeiro barco, um rebocador que navegou em canais da Escócia. Várias modificações logo foram empreendidas em experiências em navegações fluviais, como pelo Rio Sena, na França, e pelo Hudson, entre Nova York e Albany, rota que logo se transformaria numa linha regular e com sucesso comercial. Mas foi em 1827 que ocorreu a travessia do Atlântico em um barco totalmente movido a vapor. Ainda assim, a navegação a vela continuava sendo uma alternativa, se não integral, acionada em momentos específicos da viagem: como para zarpar, sem necessidade de esperar uma mudança de vento, ou para manobrar em canais, portos e outros espaços limitados. A navegação a vapor também não pode ser vista como uma solução milagrosa para todos os problemas da navegação, pois, a despeito das vantagens, trazia riscos e problemas, como o grande espaço ocupado para o armazenamento de combustível, a falta de reservas de combustível em alto-mar – o que demandava o esforço extremo de queima de madeira da própria embarcação até atingir algum porto – e perigos de incêndio (Céspedes del Castillo, 1992, p.250-3).

do era combater a pirataria organizada no Atlântico, objetivo que os britânicos perseguiram tenazmente, alcançando êxito no fim do século XIX (ibidem, p.244). Outros aparatos de segurança foram também empreendidos pelos ingleses, e logo seguidos por empresas de outras nações. Destaca-se, nesse sentido, o uso de faróis, boias e sinalizações marítimas (ibidem, p.244-5).

Com razão afirma-se que foram intensas as tentativas de superação empreendidas pelas diferentes empresas de diversas nações nas técnicas de navegação, com o propósito de obter mais velocidade e maior segurança. Guillermo Céspedes del Castillo (1992) lembra o papel da Cunard Line, empresa fundada na década de 1830, subsidiada pelo governo inglês, que alcançaria a meta de travessia do Atlântico em quinze dias e implementaria serviços regulares para passageiros e cargas. Segundo o autor, outras empresas entraram na disputa, iniciando uma verdadeira concorrência entre os transatlânticos (ibidem, p.254).

O ar competitivo das empresas foi descrito por Eduarda Mansilla (1996), que, como viajante experiente, pretendia mostrar aos seus leitores as vantagens e desvantagens de se viajar da Europa aos Estados Unidos com companhias de navegação inglesas e francesas. Na década de 1860, essas viagens eram realizadas, do lado francês, pela Companhia Transatlântica Francesa, saindo do Porto de Havre, e pelo lado inglês, pela já citada Cunard Line, partindo de Liverpool. As viagens duravam, segundo a autora, de doze a treze dias e eram inseguras fosse no verão, por causa da neblina e dos temíveis *icebergs*, fosse no inverno, por causa dos ventos, que, ademais, balançavam as embarcações, provocando terríveis náuseas. Na competição, a companhia francesa ganha em conforto e elegância: encontra-se uma sociedade cosmopolita a bordo, há contato do comandante e dos oficiais com os passageiros, e há comida e vinho em abundância. Já os ingleses são descritos como monótonos nos divertimentos e pouco generosos e criativos no que se refere à alimentação. A despeito disso, pa-

recem inspirar a confiança da autora, pois, justamente na estação mais delicada para se viajar – o inverno –, recomenda os buques ingleses (ibidem, p.17-22).

Conforto e técnica, entretanto, nem sempre foram aspectos destacados nos relatos. A existência de maior ou menor infraestrutura referente aos meios de transporte utilizáveis se devia, como afirmamos anteriormente, aos momentos específicos vivenciados pelas autoras em questão, mas não só. As regiões visitadas também devem ser levadas em consideração; e a depender do lugar, os meios existentes se alteravam visivelmente. Na Galícia, considerada no século XIX uma região pobre da Espanha, os meios de transporte eram bem rudimentares. No caminho de Santiago de Compostela a Pontevedra, Gertrudis Gómez de Avellaneda nos descreve o penoso trajeto realizado por meio de liteiras. Esta era, segundo a autora, a única forma de cumprir o percurso, já que ali não existiam diligências. Desconforto e lentidão são as palavras mais adequadas para traduzir o que a autora pensava sobre as liteiras. Entretanto, há um dado curioso: a paisagem talvez não pudesse ser mais bem descrita se o trajeto não fosse realizado por esse meio de transporte. Eis como Gómez de Avellaneda (1914b, p.17) vê a paisagem:

Sin embargo de lo molestados que íbamos en las literas [...] nos encantó la hermosura de aquellas campiñas, que son las más risueñas y románticas a proporción que uno se aproxima a Pontevedra. A medida que nos alejábamos de Santiago nos parecía notar un cielo más despejado y hermoso y mas labrados los campos, y al llegar a Pontevedra [...] se cree uno transportado a los jardines del Eden.

A viagem de Eduarda Mansilla pelos Estados Unidos foi basicamente realizada por meio das embarcações a vapor e ferrovias, diferentemente das viagens de Nísia Floresta à Itália e

Alemanha e de Avellaneda pela Espanha e região dos Pirineus franceses. Nesses dois últimos casos, há uma mescla entre veículos modernos e rústicos, mas é possível afirmar que ainda é muito frequente o uso de viaturas conduzidas a tração animal, como diligências e carruagens, que dividem espaço com os trens e vapores.¹⁸

O uso cada vez maior dos veículos modernos certamente assinalou uma tendência que se desenvolveu ao longo do século XIX e segue até os dias atuais. Passa-se a aderir a esses meios em razão do conforto e da rapidez que conferem à viagem. Isso não quer dizer que, em nossa análise, visualizemos um processo inexoravelmente evolutivo, que associa o advento de novas tecnologias necessariamente a “melhorias” nos meios de transporte e na viagem. É tentador, ao estudioso da história das condições concretas das viagens – e sobretudo a quem analisa os meios de transporte –, realizar comparações entre o viajar “ontem e hoje”. Essas comparações nos pregam algumas armadilhas. Frequentemente somos chamados a nos deslumbrar com a ideia de “evolução” nas formas do viajar, propiciada pelas “facilidades tecnológicas” que o mundo contemporâneo nos legou. Mas é preciso lembrar que, a despeito da ampliação do número de passageiros e dos inquestionáveis inventos capazes de superar o tempo e as distâncias, nem todos podem usufruir dos recursos disponíveis. Por serem extremamente dispendiosos, seguem majoritariamente os grupos mais abonados sendo os principais beneficiários das viagens realizadas de maneira mais confortável.

Além disso, a ideia de aumento extremo da segurança é por vezes enganosa. Os acidentes não são sempre evitáveis, e

18. Para uma visualização maior dos meios de transportes utilizados pelas autoras, remetemos aos mapas presentes na parte “Itinerários”, nos anexos de nosso livro (Franco, 2008).

o aumento da velocidade implica também ampliação das chances de letalidade. Nísia Floresta, em sua viagem de três anos à Itália e Grécia, foi vítima de um acidente, na estrada de ferro do Piemonte, no caminho que levava de Susa a Turim. No acidente, teve uma mala de dinheiro incendiada, perdendo toda a quantia, que posteriormente foi indenizada pela companhia da estrada de ferro. Perdeu também as malas e as roupas, que ficaram entre escombros em um incêndio resultante do acidente (Floresta, s. d., p.251).

Talvez, mais interessante do que focar as diferenças entre o passado e a atualidade seja evidenciar as mudanças nas formas de apreender a viagem, transformações impulsionadas pelas condições materiais destas. Parece ser possível afirmar que tais condições implicam uma modificação na maneira de visualizar a paisagem. Eduarda Mansilla (1996) traz uma passagem flagrante a respeito. Como indica essa autora, François-René Chateaubriand foi uma das fontes por ela consultada para descrever as impressões sobre sua excursão às cataratas do Niágara, nos Estados Unidos. Se, por um lado, Mansilla elogia as potencialidades da estrada de ferro, sobretudo no que diz respeito à rapidez dos translados, por outro, lamenta não poder usufruir a paisagem da mesma maneira que os viajantes mais antigos, como Chateaubriand. De acordo com Mansilla, o autor afirmava que, numa viagem de diligência, era possível escutar o som das águas a duas léguas de distância, o que – comprova a autora – era já impossibilitado pela viagem barulhenta de trem. Esse fato é lamentado por ela: *“El autor de René, cuando fué al Niágara llegó en la clásica diligencia; pero yo me acerqué y me alejé en el ferrocarril, que devora las distancias y cubre todos os sonidos. Lo que el viajero gana en rapidez, lo pierde en inspiración el artista”* (ibidem, p.151).

O curioso é que, a despeito de românico, Chateaubriand era um entusiasta da modernização dos transportes, justamente

a característica que, avançando um pouco no tempo, Mansilla acusará de ser a *causa mortis* de todo o romantismo nas viagens e na apreciação da paisagem. Chateaubriand (s. d., p.41), em *Voyages en Amérique*, afirmava de forma enfática que o mundo havia mudado e que, diferentemente dos tempos de Colombo, era possível chegar rapidamente de uma cidade próspera dos Estados Unidos a outra da Europa. Além disso, remarcava que:

[...] no lugar de navios grosseiros, sujos, malcheirosos, úmidos, onde se vivia apenas carne salgada, onde o escorbuto devorava, os navios elegantes oferecem aos passageiros quarto decorado com painéis de mogno, tapetes, flores, bibliotecas, instrumentos musicais, e todas as sutilezas da boa vida [...] As tempestades? Nós rimos disso. As distâncias? Eles desapareceram.¹⁹

Escrevendo a respeito do transporte de liteira, Avellaneda reclamava da morosidade, mas admitia ser esse meio de transporte indicado para admirar o cenário natural. Da janela do trem, nos Estados Unidos, Mansilla olhava o mundo de forma diferente: os problemas associados ao tempo e à distância pareciam superados, mas a contemplação da paisagem ficava limitada.

Procuramos mostrar, ao longo deste texto, que, ao realizarem suas viagens, as autoras parecem ter se apropriado de uma tradição das viagens europeias que visava à aquisição de conhecimento e cultura, bem como à apreciação das paisagens naturais. No plano da execução das viagens, procuraram cumprir um certo padrão já adotado pelos europeus e assimilado por elas por meio do que ouviam contar sobre os lugares, por guias, cicerones ou outros viajantes, e também pelo que liam a respeito. Não queremos dizer, com isso, que simplesmente “copiaram” os europeus. Em suas bagagens, carregavam uma

19. Tradução nossa.

formação cultural que influenciava na leitura da realidade sobre os países visitados, mas, ao entrarem efetivamente no território estrangeiro, procuravam cumprir um roteiro que já era praticado pelos próprios europeus.

Outra questão que nos pareceu central na leitura dos relatos é a de que a substituição de antigos meios de transporte por outros, com novas tecnologias – como os trens e as embarcações a vapor –, não se dá de maneira imediata, generalizada e homogênea, sendo seu uso, ao contrário, ainda bastante irregular no século XIX. A despeito disso, é possível sentir que a utilização desses novos veículos trouxe um impacto considerável nas formas de apreender a experiência da viagem e a apreciação da paisagem.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTEROS, M. *Vida de la Avellaneda*. Madrid: Cultura Hispánica, 1949.
- BARBOSA, Y. M. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- BRAVO-VILLASANTE, C. *Una vida romántica: la Avellaneda*. Madrid: Cultura Hispánica, 1986.
- CÂMARA, A. da. *História de Nísia Floresta*. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1997.
- CASANOVA-MARENGO, I. *Sab: el color mulato de la Cuba colonial*. In: _____. *El interstício de la colonia*. Ruptura y mediación en la narrativa antiesclavista cubana. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuet, 2002.
- CÉSPEDES DEL CASTILLO, G. *La exploración del Atlántico*. Madrid: Mapfre, 1992.
- CHATEAUBRIAND, F.-R. *Voyages en Amérique*. In: _____. *Ouvres complètes de Chateaubriand*. Paris: Garnier, s. d. t. VI.
- COTARELO Y MORI, E. *La Avellaneda y sus obras*. Ensayo biográfico y crítico. Madrid: Tipografía de Archivos, 1930.

- DUARTE, C. L. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- _____. Apresentação. In: FLORESTA, N. *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. Natal: Editora da UFRN, 1998. v.1.
- FLORESTA, N. *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Florianópolis: Editora Mulheres, 1998a.
- _____. *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. Natal: Editora da UFRN, 1998b. v.1.
- _____. *Trois ans en Italie suivis d'un voyage en Grèce*. Paris: E. Dentu: s. d. v.2.
- FRANCO, S. M. S. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- GÓMEZ DE AVELLANEDA, G. *Autobiografía y cartas (hasta ahora inéditas) de la ilustre poetisa Gertrudis Gómez de Avellaneda*. Madrid: Imprenta Helenica, 1914a.
- _____. *Memorias inéditas de la Avellaneda*. Epistolario a su prima Eloisa Arteaga y Loinaz. La Habana: Imprenta de la Biblioteca Nacional, 1914b.
- _____. Mi última excursión por los Pirineos. In: _____. *Obras*. La Habana: Imprenta de Aurelio Miranda, 1914c. t.VI.
- HAZARD, P. *La crise de la conscience européenne. 1680-1715*. Paris: Fayard, 1961.
- JITRIK, N. *Los viajeros*. Buenos Aires: Jorge Álvarez, 1969.
- LOJO, R. M. El imaginario de las Pampas en francés: de Eduarda Mansilla a Guillemette Marrier. In: RODRÍGUEZ PASQUÉS, P. D. *La función narrativa y sus nuevas dimensiones*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Narratología, Universidad de Buenos Aires, 1999.
- _____. Naturaleza y ciudad en la novelística de Eduarda Mansilla. In: NAVASCUÉS, J. de (Ed.) *De Arcadia a Babel*. Naturaleza y ciudad en la literatura hispanoamericana. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2002.
- MANSILLA, E. *Recuerdos de viaje*. Madrid: Ediciones El Viso, 1996.
- MARIZ, Z. M. B. *Nísia Floresta Brasileira Augusta*. Natal: Editora Universitária, 1982.

- MÉNDEZ-RODENAS, A. Nación, mujer y otredad en Gertrudis Gómez de Avellaneda. In: _____. *Cuba en su imagen: historia e identidad en la literatura cubana*. Madrid: Verbum, 2002.
- NAXARA, M. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.) *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- PALLARES-BURKE, M. L. *Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- REICHEL, H. J. Relato de viagens como fonte histórica para estudos de conflitos étnicos na Região Platina (século XIX). In: VÉSCIO, L. E.; SANTOS, P. B. (Org.) *Literatura e história: perspectivas e convergências*. Bauru: Edusc, 1999.
- SALGUEIRO, V. *Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. *Revista Brasileira de História*, v.22, n.44, 2002.
- SARMIENTO, D. F. *Viajes en Europa, Africa i América (1845-1847)*. Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Lima: Alca XX, 1996.
- SEIDL, R. *Nísia Floresta (1810-1885)*. Rio de Janeiro: s. n., 1933.
- SOMMER, D. *Sab c'est moi*. In: _____. *Ficções de fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TRINDAD, S. *Feminino, feminino*. Natal: Editora Universitária, 1981.

Ronald de Carvalho e *Toda a América*: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América

*Kátia Gerab Baggio*¹

Este texto é parte de um conjunto de trabalhos nos quais venho buscando analisar os laços estabelecidos entre intelectuais brasileiros e hispano-americanos, de fins do século XIX às primeiras décadas do XX, como também recuperar as representações construídas sobre a América Latina, no Brasil, no mesmo período. Para esse fim, tenho utilizado fontes variadas: ensaios, relatos de viagem, textos de caráter político e diplomático, correspondências, artigos publicados na imprensa, conferências, memórias e, no caso específico deste texto, o discurso poético, com todas as suas particularidades.

A diplomacia, no período enfocado, foi um dos caminhos mais frequentes entre os que possibilitaram o estabelecimento ou aprofundamento de relações intelectuais entre brasileiros e hispano-americanos. Um desses intelectuais-diplomatas que manifestaram vivo interesse pelas outras Américas foi Ronald de Carvalho.²

-
1. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
 2. Neste trabalho, adoto a perspectiva teórica da história intelectual e história dos intelectuais. Sobre essa perspectiva, ver Sirinelli (1996), Silva (2002, 2003) e Altamirano (2005).

O poeta, ensaísta e diplomata carioca Ronald de Carvalho – nascido em 1893 e falecido precocemente, em 1935, com apenas 41 anos, em decorrência de um grave acidente de carro no centro do Rio de Janeiro – iniciou-se na carreira diplomática em 1914, ainda muito jovem, e foi participante ativo da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo.

Em sua trajetória, estabeleceu pontes importantes entre o Brasil e a Hispano-América. Pretendo resgatar alguns desses contatos intelectuais e políticos, além de discutir o lugar de Ronald de Carvalho como mediador cultural entre o Brasil e outros países do continente.

Sua vida iniciou-se com um fato trágico: em 1894, seu pai e tio, oficiais da Marinha, foram fuzilados em Santa Catarina, na repressão contra a Revolta da Armada, que havia sido desencadeada em oposição ao governo do marechal Floriano Peixoto. Descendente de famílias com destaque nos quadros administrativos do Império, Ronald – era mais conhecido pelo primeiro nome – estudou em tradicional colégio do Rio de Janeiro, ingressando a seguir, com apenas 15 anos, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde obteve o título de bacharel em Direito em 1912. Na faculdade, foi aluno de figuras importantes da intelectualidade da época, como Sílvio Romero, Afonso Celso, Rodrigo Otávio, Inglês de Sousa, entre outros, além de colega de Alceu Amoroso Lima e Renato Almeida. Assim o descreveu Amoroso Lima, referindo-se a essa época: “Vivo, esperto, baixinho, gordinho, olhos fuzilantes, palavra pronta, resposta rápida, teoria literária, sempre luminoso na conversa...”³

3. Ver Botelho (2005, p. 95, nota 11) e Bueno (2002, p.286). O livro de André Botelho (2005) é o único trabalho de maior fôlego, recente e publicado, sobre Ronald de Carvalho, fruto de sua tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida em 2002, na Unicamp, com o título *Um ceticismo inte-*

Ronald iniciou-se como escritor ainda na época de estudante. Foi um dos principais colaboradores da revista da faculdade, *A Época*, então dirigida por Alceu Amoroso Lima, e do jornal *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa, dois personagens que estiveram presentes em sua trajetória. Apenas no ano de 1911, Ronald de Carvalho publicou cerca de 50 textos no jornal, entre artigos e poemas, inclusive peças satíricas de crítica a personalidades políticas da época, em particular, desafetos de Rui Barbosa, como o marechal Hermes da Fonseca, que havia vencido o político baiano nas eleições presidenciais de 1910 (cf. Botelho, 2005, p.83-5). A farta produção de Ronald para a imprensa chama a atenção, dada a juventude do autor, que contava, então, com apenas 18 anos de idade. Em tudo o autor foi precoce, adquirindo, ainda muito cedo, reconhecimento e prestígio em seu meio.

Após terminar o curso de Direito, Ronald foi completar sua formação na Europa, como muitos jovens de sua geração e condição social. Viveu em Paris – então considerada a capital cultural do mundo e a “meca dos intelectuais” – e Lisboa entre 1913 e 1914, voltando ao Brasil com o advento da Primeira Guerra Mundial. Na capital francesa, publicou seu livro de estreia, *Luz gloriosa*, reunião de poemas marcados por um “estilo híbrido entre o neoparnasianismo [...] e o neo-simbolismo”, tão frequente na produção poética do período (Bueno, 2002, p.286-7).

Na sua temporada parisiense, buscou contatos com os artistas de vanguarda e frequentou os concorridos cursos, no Collège de France, de Henri Bergson e Émile Boutroux, de

ressado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20, sob a orientação de Elide Rugai Bastos. Sobre o escritor carioca, existem também referências em obras sobre o modernismo ou sobre a intelectualidade brasileira das décadas de 1910 a 1930, além de alguns poucos artigos específicos sobre sua obra e/ou trajetória.

quem o primeiro foi discípulo. As concepções bergsonianas estão relacionadas, como se sabe, à crítica ao cientificismo e ao materialismo e à defesa dos *fatores espirituais* e da *intuição* na experiência humana, tendo sido um dos primeiros pensadores a fazer referência ao inconsciente. A crítica bergsoniana à tradição iluminista, fundada no primado da razão, exerceu forte influência em uma época convulsionada, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Essas ideias tiveram visível e significativo impacto na obra de Ronald de Carvalho, como veremos mais adiante (Botelho, 2005).

Em Lisboa, o poeta brasileiro ligou-se ao movimento vanguardista português, aproximando-se de escritores como Mário de Sá-Carneiro, José de Almada Negreiros e Fernando Pessoa. De volta ao Rio de Janeiro, contribuiu com os poetas portugueses para a criação da revista *Orpheu*, publicada em Lisboa, em 1915, considerada um marco na história do modernismo lusitano. Ronald chegou a ocupar a direção de *Orpheu* no Brasil, como aparece no frontispício do primeiro número da revista. Do poeta carioca, nesse número inaugural, foram publicados cinco sonetos de filiação simbolista.⁴

Em agosto de 1914, pouco depois de seu retorno ao Rio de Janeiro, ingressou na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, como praticante de secretaria. E sua ascensão nos quadros do Itamaraty foi rápida. Em 1916, foi nomeado terceiro oficial; dois anos depois, segundo; e, em 1924, primeiro. Nesse mesmo ano, foi nomeado diretor da Seção de Negócios Políticos e Diplomáticos da Europa. Em 1930, após a Revolução, respondeu

4. A revista *Orpheu* só teve dois números publicados, além de um terceiro que ficou nas provas, mas sua importância é inegável, em razão de ter abrigado obras-primas da moderna poesia portuguesa, como “Opiário”, “Ode triunfal” e “Ode marítima”, de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa (cf. Bueno, 2002, p. 289-92).

interinamente pelo Ministério das Relações Exteriores, sendo, a seguir, indicado para a Embaixada Brasileira em Paris, no cargo de primeiro secretário (posto dos mais cobiçados na época), que ocupou até novembro de 1933. Seu ingresso e ascensão no Itamaraty relacionam-se a vários fatores: suas influentes relações familiares e intelectuais, sua sólida formação e seu destaque crescente nos meios culturais e na imprensa. Ao voltar ao Brasil, foi nomeado, em 1934, para a chefia da Casa Civil da Presidência da República, no governo constitucional de Getúlio Vargas. Foi durante sua gestão no ministério, menos de um ano depois de seu início, que sofreu o acidente que o levou à morte (cf. Botelho, 2005, p.95-6; Bueno, 2002, p.285-308).

No que se refere às suas atividades literárias, em 1920, Ronald já tinha publicado dois livros de poemas – o mencionado *Luz gloriosa*, de 1913, e *Poemas e sonetos*, de 1919 –, além da *Pequena história da literatura brasileira* (1919), e, pelos dois últimos, recebeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras. Teve participação ativa na famosa Semana de 1922, ocasião em que proferiu a conferência “A pintura e a escultura moderna no Brasil” e declamou poemas seus, de Ribeiro Couto, além de “Os sapos”, de Manuel Bandeira, crítica satírica aos poetas parnasianos que se tornaria “uma espécie de hino nacional dos modernistas” (Holanda, 1996, p.276). O amigo Alceu Amoroso Lima viu em Ronald “um clássico que fez modernismo anacronóstico ou energético, para estar com o seu tempo” (apud Villaça, 1976, p.14).

A guerra na Europa significou, para a geração de Ronald, uma manifestação da “decadência” do “Velho Continente”. Segundo Amoroso Lima – companheiro de viagem de Ronald à Europa, juntamente com Álvaro Moreyra e Rodrigo Otávio Filho –, “a guerra fez o Brasil cair em si” (apud Botelho, 2005, p.89). O impacto do conflito e de seus desdobramentos significou, para Ronald de Carvalho, uma inclinação inequívoca para o

antiliberalismo. Membro ativo do movimento modernista, Ronald tinha, entretanto, evidentes traços políticos e estéticos vinculados a vertentes mais conservadoras. Cultuava o moderno sem abrir mão da tradição, tendo no nacionalismo um elemento unificador de suas preocupações estéticas, filosóficas e políticas. Como muitos outros intelectuais de sua época, preocupava-se com o mimetismo da produção cultural europeia pelos intelectuais e artistas brasileiros, buscando valorizar a “autêntica cultura brasileira”. Nessa busca pelo “autêntico”, voltou-se, também, para a produção cultural hispano-americana, na qual percebia as mesmas preocupações que as suas, em vários escritores e artistas. Além de ensaios sobre a expressão artística e literária, Ronald produziu trabalhos sobre história e diplomacia brasileira, preocupado em compreender os “problemas nacionais” a partir de uma perspectiva “nacional” e “americana”.

Comparada à de outros expoentes do modernismo, sua obra tem uma dimensão relativamente modesta, destacando-se a poesia;⁵ a crítica literária e artística; ensaios; textos de caráter político, histórico e diplomático; uma prolongada e sistemática contribuição à imprensa diária e semanal do Rio de Janeiro (cujos artigos ainda não foram reunidos); além de seu livro mais conhecido, o já citado *Pequena história da literatura brasileira*, referência didática em muitas escolas brasileiras, durante anos.⁶ Foi reconhecido por intelectuais da época como

-
5. Sua poesia teve uma primeira fase predominantemente simbolista (1913-1919) e uma segunda fase que pode ser considerada modernista (1922-1926).
 6. A *Pequena história da literatura brasileira* tornou-se referência para os estudos literários que contavam, até então, com as sínteses de Sílvio Romero (*História da literatura brasileira*, 1888) e José Veríssimo (*História da literatura brasileira*, 1916). Durante décadas, a *Pequena história da literatura brasileira* foi utilizada como manual para o ensino de literatura

um excelente “vulgarizador” de ideias – conforme opinião, por exemplo, de Mário de Andrade e Manuel Bandeira –, em razão de suas inúmeras conferências e artigos para jornais e revistas, desfrutando de certa popularidade junto ao público leitor daqueles anos. Ao mesmo tempo, era considerado por muitos um escritor talentoso, de escrita fluente e expressiva (Botelho, 2005, p.204-8). Além disso, apesar de autor bem menos visitado pela crítica posterior do que outros modernistas, Ronald foi uma figura central nos círculos intelectuais cariocas dos anos 1920 e 1930 (cf. Botelho, 2005; Prado, 1983; Gomes, 1999).

As vertentes modernistas de São Paulo acabaram por diversas razões, sendo as mais visitadas pelas análises sobre as vanguardas brasileiras dos anos 1920 e 1930, destacando-se, em particular, o lugar ocupado por Mário de Andrade. Entretanto, como se sabe, o movimento não se restringiu aos círculos paulistas, tendo surgido grupos importantes, também, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros Estados. No meio intelectual carioca, integrantes de diferentes vertentes modernistas publicaram livros e revistas, escreveram para os jornais e participaram das polêmicas literárias da época. Nesse espaço cultural, Ronald de Carvalho exerceu um papel relevante, como articulador, divulgador e publicista das “ideias novas”. Além disso, a casa de Ronald, no bairro do Humaitá, serviu como ponto de encontro de muitos intelectuais, poetas, escritores e músicos dos anos 1920 e 1930: Afonso Arinos, Graça Aranha, Prudente de Moraes Neto, Álvaro Moreyra, Rodrigo Otávio Filho, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Felipe d’Oliveira, Villa-Lobos, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Foi na casa do Humaitá que Mário de Andrade leu,

brasileira nas escolas. Antonio Candido (1964, p.3) registra que o livro de Ronald de Carvalho foi por ele intensamente utilizado nos seus tempos de ginásio. Ver Botelho (2005, p.206-7).

em 1921, *Paulicéia desvairada*; Manuel Bandeira, *Berimbau*; e Felipe d'Oliveira, os poemas de seu *Lanterna verde* (Villaça, 1976, p.14).

Defensor de uma “arte brasileira”, de “raízes nacionais”, Ronald também valorizou, em poemas e textos em prosa, a incorporação, na produção artística, da “vida americana”. Como diplomata, atuou em missões no México, Peru e Cuba, além dos Estados Unidos e, por um período mais longo, na França. Publicou, entre outros, os livros *Toda a América* (poemas, 1926) e *Imagens do México* (1930), sobre os quais trataremos mais adiante.

Em junho de 1923, o jurista e escritor Rodrigo Otávio visitou a Universidade Nacional do México. Em sua companhia, viajou Ronald de Carvalho, que havia sido seu aluno no curso de Direito e seu auxiliar de gabinete no Itamaraty. Foram recebidos pelo reitor, o filósofo Antonio Caso, e pelo advogado e futuro reitor Manuel Gómez Morín, figuras importantes no meio intelectual mexicano. Nessa ocasião, Ronald pronunciou quatro conferências sobre o Brasil na Universidade Nacional: “Bases da nacionalidade brasileira”, “Literatura brasileira”, “Arte brasileira” e “A psique brasileira”.⁷ O conferencista brasileiro foi recebido, também, pelo ex-reitor Ezequiel A. Chávez, que então exercia a direção da Escola de Altos Estudos da Universidade Nacional. Com o objetivo, por parte do governo mexicano, de promover o estreitamento das relações entre os dois países, Alberto J. Pani, titular da Secretaria de Relações Exteriores, e José Vasconcelos, secretário de Instrução Pública – cargo equivalente, no Brasil, ao de ministro da Educação –, ofereceram jantares ao diplomata e poeta brasileiro. Além dessas home-

7. A palestra sobre a “Arte brasileira” foi uma retomada da conferência pronunciada na primeira noite da Semana de Arte Moderna de 1922: “A pintura e a escultura moderna no Brasil”.

nagens, José Vasconcelos acompanhou pessoalmente Ronald de Carvalho em uma viagem por várias cidades do país. Para finalizar, o presidente Álvaro Obregón ofereceu a Ronald um jantar particular de despedida no Castelo de Chapultepec (cf. Palacios, 2008, p.213-4). Todas as honrarias recebidas, além das atividades desenvolvidas e das relações políticas e intelectuais que se estabeleceram, contribuíram, evidentemente, para a construção do olhar favorável de Ronald ao país asteca.⁸

As conferências que Ronald pronunciou na Universidade Nacional do México deram origem, no ano seguinte, ao livro *Estudos brasileiros: primeira série*, dedicado a José Vasconcelos, chamado pelo ensaísta brasileiro de “construtor do México Moderno”. Uma das conferências, “Bases da nacionalidade brasileira”, também foi incluída na importante obra coletiva organizada por Vicente Licínio Cardoso, *À margem da história da República* – publicada no mesmo ano de 1924 –, e se tornou um dos ensaios mais conhecidos de Ronald de Carvalho. Dada a relevância dessa obra, serão feitas breves considerações sobre ela.

Na folha de rosto da primeira edição de *À margem da história da República*, acima dos nomes de todos os colaboradores, aparece a seguinte frase: “Inquérito por escritores da geração nascida com a República” (Cardoso, 1924).⁹ Ou seja, o organi-

-
8. É importante registrar que José Vasconcelos, Antonio Caso, Pedro Henriquez Ureña e Alfonso Reyes – de quem Ronald também será amigo –, entre outros intelectuais, foram membros do famoso Ateneu da Juventude, que, no início do século XX, na cidade do México, promovia atividades culturais e debates filosóficos de evidente inspiração bergsoniana. Manuel Gómez Morín, por sua vez, foi membro da chamada “geração de 1915”, considerada herdeira intelectual dos ateneístas (cf. Crespo, 2005, p.64-7).
 9. Os autores que escreveram para o “inquérito” foram Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Tasso da Silveira,

zador pretendeu marcar uma mudança de olhar em relação às gerações que vivenciaram o ocaso do Império. Os autores do livro eram intelectuais que, conforme o próprio Licínio Cardoso,

[...] não viram o Imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são pois republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias.

No prefácio à primeira edição, o organizador do volume destaca a independência de pensamento dos colaboradores, mas faz questão de ressaltar que a admiração pelo nacionalista Alberto Torres unia todos eles. Ainda que nenhum deles tenha se intitulado discípulo do autor de *A organização nacional*, puderam verificar, segundo Licínio Cardoso, que “tinham um ascendente espiritual comum”. Os autores do “inquérito republicano” eram intelectuais que pensavam como “brasileiros, americanos, latinos e tropicais”. E procuraram reagir à “gravidade” daquele momento histórico, evitando, porém, “os desatinos das correias revolucionárias perigosas e intempestivas”, defendendo o “progresso dentro da ordem” e buscando construir a “consciência nacional”, ainda “inexistente” (Cardoso, 1990, p.12-3). Não restam dúvidas de que muitos dos diagnósticos dos problemas brasileiros e das soluções apresentadas na obra organizada por Vicente Licínio Cardoso estarão presentes, posteriormente, nos discursos e ações políticas da “era Vargas”.

Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), além de Ronald de Carvalho e do próprio Vicente Licínio Cardoso. Os ensaios tratam de temas como as instituições políticas, o clero e a república, as finanças nacionais, a necessidade de uma revisão constitucional, a nacionalidade brasileira, a consciência nacional, a política e as letras, entre outros.

Os artigos contidos em *À margem da história da República* – e a obra em seu conjunto – são exemplos claros das ideias de uma vertente político-intelectual crítica dos “vícios políticos” da república oligárquica, das concepções liberais inscritas na Constituição de 1891, da distância entre a legalidade e a realidade do país e, não menos importante, da “imitação artificial” de instituições e valores estrangeiros. Os intelectuais nacionalistas, inspirados nas ideias de Alberto Torres, preocupavam-se com a integração geográfica e cultural da nação e com as reformas que julgavam necessárias para “modernizar” e dar um contorno propriamente “nacional” ao país. Segundo os autores que escreveram para a coletânea, era necessário consolidar as “bases da nacionalidade brasileira”, título, aliás, do ensaio de Ronald de Carvalho (1990) incluído no livro.

A ideia, central no pensamento de Alberto Torres, de que os “problemas brasileiros” exigiam respostas e “soluções brasileiras” norteou vários intelectuais das décadas de 1920 e 1930, entre eles, muitos integrantes do “modernismo carioca”.¹⁰ Ronald de Carvalho teria chegado a declarar, explicitando essa filiação, que “a nossa geração, com essa floração magnífica de escritores, sociólogos, jornalistas, orientados todos no sentido da suprema política de que depende a vida dos povos, é a geração que Alberto Torres sonhou” (apud Costa, 1956, p.396-7). Ou seja, de intelectuais preocupados fundamentalmente com os rumos e a consolidação da nação.¹¹

Em seu artigo “Bases da nacionalidade brasileira”, Ronald buscou no período colonial as raízes da nacionalidade, como ou-

10. Como demonstrado por Gomes (1999), Botelho (2005) e Prado (1983).

11. Vários dos colaboradores da obra vão marcar presença nos quadros do governo Vargas, em diferentes ministérios, órgãos públicos ou na diplomacia, como Gilberto Amado, Carneiro Leão, Oliveira Vianna e Pontes de Miranda, além do próprio Ronald de Carvalho.

tros antes dele já tinham feito. O tema da suposta “melancolia” brasileira, que já aparecia em cronistas coloniais, está presente no ensaio de Ronald, antes de ser retomado por Paulo Prado (1998) em seu famoso livro *Retrato do Brasil*. Mas a preocupação central do ensaio está voltada para a conformação da unidade do povo, a expansão e ocupação do território, em suma, para a “formação do espírito nacional” (Carvalho, 1990, p.185). Nesse processo, a luta e a vitória contra os holandeses que ocupavam Pernambuco, em meados do século XVII, ganham especial relevo: “brancos, negros e índios morreram, confundidos na justiça e na beleza da mesma causa”, fazendo triunfar com eles a “própria causa da nacionalidade”. E a “epopéia sem par” dos bandeirantes, segundo Ronald, superaria a da “libertação do território”, pois “empreendida contra o ignorado”. O autor segue tratando da mineração no século XVIII, da independência, do período monárquico, da abolição e do início da República, para concluir com um chamado à ação, a fim de dar continuidade à obra inconclusa da independência política e afirmar a nacionalidade.

É notável, já no ensaio sobre as “bases da nacionalidade”, uma perspectiva americanista que irá reaparecer em ensaios, impressões de viagens e poemas publicados posteriormente – não se esquecendo de que o texto foi originalmente lido no México. Esse americanismo de Ronald soma-se ao seu nacionalismo, numa vertente de defesa, não só do “caráter nacional”, como também da “civilização latino-americana”. Em seu ensaio, Ronald aborda também as relações do Brasil com os países vizinhos. Para o autor, a campanha da Cisplatina teria sido um “desatino”, e o reconhecimento da independência uruguaia, uma satisfação aos “impulsos liberais do nosso povo, sempre infenso às expansões do imperialismo colonial”. Entretanto, teria sido uma forma de evitar que “o caudilhismo platino invadisse aquele Estado” (ibidem, p.191). Como tantos outros autores brasileiros do século XIX e inícios do XX, condenou a

Farroupilha, considerando-a uma “revolta indigna e repugnante” causada pelo “ambicioso e infame caudilhismo de alguns chefes bravíssimos” e estimulada pela “anarquia nascente, que nos entrava como um tufão pelas fronteiras”. Elogiou a obra de manutenção da unidade nacional, efetivada pela Regência e por D. Pedro II, o “mais liberal de todos os aristocratas do Universo”. E chegou a afirmar, em relação ao monarca, que “em toda a América Latina nunca houve presidente mais democrático que o nosso imperador”. A presença das repúblicas vizinhas, segundo ele, alimentava, entretanto, o desgaste do Império. Mas, com a instauração do regime republicano, faltava ao Brasil, segundo Ronald, uma aproximação efetiva com os demais “povos latino-americanos”. Ou seja, Ronald passa de uma crítica veemente ao federalismo hispano-americano para a defesa da integração das repúblicas da Ibero-América. Rechaça nosso isolamento e o olhar exclusivo para a Europa, e proclama:

Basta de fecundação artificial! Não tenhamos receio de que nos tachem de bárbaros. Amemos a nossa barbaria, da qual os europeus não podem mais prescindir. [...] O nosso dever é destruir o preconceito europeu, o pior, o mais nocivo de todos os nossos males. Demos à história dos povos americanos o lugar de eminência que, em nossas cogitações, ocupa a das nações de outros continentes. Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americano. Temos o prejuízo das fórmulas, dos postulados e das regras que não se adaptam ao nosso temperamento. O nosso dever é combater todos esses desvios, completando com a do pensamento, a obra da nossa independência política. O nosso dever é erguer, dentro da nossa comunhão, na generosidade e no esplendor da beleza e da força, a civilização latino-americana, gerada em nossa carne e fruto do nosso sangue. (Carvalho, 1990, p.196-7)

A ideia de uma América Latina “autêntica”, com uma força advinda das suas raízes e tradições mais profundas – herdei-

ras das populações indígenas e da mestiçagem com europeus e africanos –, na qual o Brasil deveria se inserir intelectual e “espiritualmente”, aparece claramente nos poemas de *Toda a América*.

Como afirma Alexei Bueno (2002), “parte do melhor modernismo saiu da experiência simbolista”, não só no Brasil, com Manuel Bandeira e Cecília Meireles, mas em vários outros países. A adesão estética de Ronald ao modernismo deu-se com o lançamento, em 1922, dos *Epigramas irônicos e sentimentais*, com o uso de versos livres e temática nacionalista, mas ainda com laivos classicistas.¹² Essas oscilações estéticas são evidentes em vários dos modernistas de primeira hora. Seu livro *Toda a América* foi lançado no mesmo ano que o seu *Jogos pueris*, ambos os livros de poemas com versos livres e belas ilustrações de Nicola de Garo, sendo o segundo considerado um dos livros de produção gráfica mais sofisticada entre os já publicados no Brasil (Bueno, 2002, p.292-301, passim).

Antes de elaborar seus poemas americanistas, Ronald fez outras viagens pelo continente. Em 1923, além do México, visitou os Estados Unidos e as Antilhas, experiências que também vão marcar a sua obra. No ano seguinte, foi ao Peru, designado pelo Itamaraty para assistir às comemorações do centenário da batalha de Ayacucho,¹³ e visitou também o Chile e a Argentina. Em 1926, fez novas viagens pelas Américas: Cuba e, mais uma vez, Estados Unidos e Peru (ibidem, p.298-301). As viagens pelo continente estimularam Ronald a escrever seu livro

12. Alguns dos poemas desse livro foram musicados por seu amigo Villalobos.

13. A batalha de Ayacucho, ocorrida no Peru, em dezembro de 1824, com a vitória dos independentistas comandados por Antonio José de Sucre, marcou o fim das grandes campanhas sul-americanas contra a Espanha.

de poemas mais conhecido, o já mencionado *Toda a América*, de 1926, inspirado pela perspectiva de valorização do “autenticamente” americano. Segundo os críticos, é sua obra poética mais representativa e importante, e alguns apontam para uma notável influência de Walt Whitman (ibidem, p.301).¹⁴ O livro também foi publicado na Espanha, em 1930 – com prólogo e tradução do poeta, nascido na Andaluzia, Francisco Villaespesa, um admirador da obra de Rubén Darío –, na França e na Itália, em 1933.

Ronald inicia o livro com uma “Advertência” aos europeus. Cito alguns trechos do poema:¹⁵

-
14. Segundo o também poeta Bueno (2002), em *Toda a América* seria perceptível “uma influência atenuada de Whitman”, já que, segundo ele, teria “fôlego intrinsecamente mais curto e menos épico...”. Bueno vincula Ronald de Carvalho a uma linhagem de “poetas da América”, em que se encontram o próprio Walt Whitman (1819-1892), o poeta e diplomata peruano José Santos Chocano (1875-1934) e, posteriormente, o chileno Pablo Neruda (1904-1973).
 15. Esclareço que, sem desconsiderar as especificidades do discurso poético, não tenho a intenção, neste texto, de fazer uma análise estética dos poemas de *Toda a América*, mas sim de relacionar o sentido de seus versos à visão de Ronald de Carvalho sobre a América e o lugar do Brasil no continente, visão esta presente também em ensaios e impressões de viagem. Como Octavio Paz (1982), considero que o ato poético, apesar de “irredutível”, se “insere no mundo”. Segundo o grande poeta mexicano, “o que caracteriza o poema é sua necessária dependência da palavra tanto como sua luta por transcendê-la”. Assim, a poesia é inseparável da história – por ser criada em um tempo e lugar – e, ao mesmo tempo, irredutível a ela. Ou, ainda mais claramente: “a história não esgota o sentido do poema; mas o poema não teria sentido – nem sequer existência – sem a história, sem a comunidade que o alimenta e à qual alimenta” (ibidem, p.225-6).

[...]

Europeu!

Filho da obediência, da economia e do bom senso,
tu não sabes o que é ser Americano!

[...]

Alegria de inventar, de descobrir, de correr!

Alegria de criar o caminho com a planta do pé!

Europeu!

Nessa maré de massas informes, onde as raças e as línguas
de dissolvem,

o nosso espírito áspero e ingênuo flutua sobre as coisas,
sobre todas as coisas divinamente rudes,

onde bóia a luz selvagem do dia Americano!

(Carvalho, 2001, p.25-31)

Os poemas que celebram o continente americano se sucedem: “Brasil”, “Mercado de Trinidad”, “Noturno das Antilhas”, “Barbados”, “Broadway”, “Tonalá”, “Puente del Inca”, “Uma noite em Los Andes”, “Cristal Marinho”, “Entre Buenos Aires e Mendoza”, “Jornal dos Planaltos” – composto por: “Fronteira do Rio Grande”, “Xochimilco”, “San Agustín Acólmán”, “Cholula”, “Puebla de Los Angeles”, “Puebla”, “Querétaro”, “México (D.F.)”, “Guadalajara” –, até o último e mais longo, que dá título ao livro: “Toda a América”. O autor dedica a maioria dos poemas a expoentes das letras e das artes, como, entre outros, Felipe d’Oliveira, Ribeiro Couto, Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Agripino Grieco, além dos mexicanos Carlos Obregón Santacilia, arquiteto; Carlos Pellicer, poeta; e os pintores Diego Rivera e Roberto Montenegro. O poema “Toda a América” foi dedicado ao amigo Renato Almeida. Os mexicanos homenageados por Ronald de Carvalho eram todos ligados, de alguma maneira, a José Vasconcelos e aos movimentos de vanguarda, e o arquiteto Obregón Santacilia, Carlos Tarditi e o muralista

e cenógrafo Roberto Montenegro foram os responsáveis pelo projeto arquitetônico e pela decoração do Pavilhão do México na Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro, que comemorou o centenário da independência (cf. Ortega, 2009). Carlos Pellicer, por sua vez, acompanhou José Vasconcelos na sua viagem ao Brasil, em 1922, que, como se sabe, inspirou seu famoso ensaio *La raza cósmica*.

Os poemas de *Toda a América* fazem elogios à natureza “selvagem” e à “selva urbana” das Américas. Retomam a visão utópica de um continente “que se cria e que se inventa”, que “só é se é utopia” (Paz, 1982, p.365, grifo do autor). Os poemas dedicados às Américas são tomados pelo ritmo, pelas enumerações e pelo sentido de movimento. Revelam um sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, certo estranhamento em relação aos elementos culturais e naturais dos demais países americanos. Depois da “Advertência” aos europeus, aparece “Brasil”:

[...]

Eu ouço o canto enorme do Brasil!

[...]

Eu ouço todo o Brasil cantando, zumbindo, gritando, vociferando!

[...]

vozes de todas as raças que a maresia dos portos joga no sertão!

[...]

Mas o que eu ouço, antes de tudo, nesta hora de sol puro

[...]

é o canto dos teus berços, Brasil, de todos esses teus berços, onde dorme,

com a boca escorrendo leite, moreno, confiante,

o homem de amanhã! (Carvalho, 2001, p.33-41)

O Brasil de “todas as raças”, confiante no futuro, abre a celebração americanista de *Toda a América*. Entretanto, no conti-

nente, a conquista da soberania ainda era uma obra incompleta, como transparece no poema “Mercado de Trinidad”:

[...] sobre as livres solidões selvagens,
entre araras, tucanos, goiabeiras e coqueirais,
passeia gravemente, de capacete branco,
a ruiva sentinela do Forte colonial... (ibidem, p.43-7)

Nos poemas sobre as Antilhas, a imagem construída é a da América “selvagem, livre, autêntica, plena de sensações; terra da imaginação, dos sentidos e da sensualidade”, controlada pelo colonizador europeu.

Em contraste, o único poema inspirado nos Estados Unidos em todo o livro, “Broadway” – dedicado, sintomaticamente, a Mário de Andrade –, destaca o embate do cinza urbano, do sentido prático, com o movimento vibrante, a mistura de culturas, ritmos e sons. O que Ronald de Carvalho (2001, p.59-64) celebra em Nova York é o que a cidade tem de cosmopolita, de universal, sem deixar de mencionar o choque entre a modernidade e o passado escravista dos Estados Unidos:

Chato, pardo-cinzeno, o chão flutua lento, mole, o chão es-
corre vagaroso,
contraí-se em blocos súbitos, estica-se em flechas longas,
trepidantes,
dispara, de repente, em riscos elásticos, gira, rodopia,
turbilhona e ferve num vapor sutil de linhas e movimentos.

Aquele chão carrega todas as imaginações do mundo!
[...]
luzes do trópico, luzes do pólo, desertos, civilizações...
Aquele chão é uma paisagem em marcha.
Chão que mistura as poeiras do Universo e
onde se confundem todos os ritmos do passo humano!

Chão épico, chão lírico, chão idealista, chão indiferente de
Broadway,
largo, chato, prático e simples como este *roof* liso, suspenso
no ar, este *roof*,
onde um saxofone derrama um morno torpor de senzala
debaixo do sol.¹⁶

As alturas andinas também exercem uma forte impressão sobre o poeta brasileiro, vistas como uma mescla de profundidade, grandeza e violência, como no poema “Puente del Inca”:

Aqui nestes grandes silêncios das cordilheiras é que eu te
sinto, América!
[...]
Que cidade imensa nascerá de todos esses milhões de mãos
que se agitam em ti?
Aqui nestas solidões brutas é que eu te sinto, América!
Aqui está a tua virgindade.
A tua virgindade que não podemos fecundar!
Ah! Como será bela a dança do homem livre, que ainda es-
peras,
A dança do homem livre sobre o teu ventre violado... (ibi-
dem, p.71-7)¹⁷

-
16. Mário de Andrade também dedicou um poema a Ronald, “Descobrimen-
to”, de 1927, cujos versos finais fazem uma alusão ao poema “Brasil” de
Toda a América. Ronald proclama: “é o canto dos teus berços, Brasil, de
todos esses teus berços, onde dorme, com a boca escorrendo leite, moreno,
confiante, o homem de amanhã!”; e Mário: “Não vê que me lembrei que lá
no norte, meu Deus!, muito longe de mim, na escuridão ativa da noite que
caiu, um homem pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos, depois de
fazer uma pele com a borracha do dia, faz pouco se deitou, está dormindo.
Esse homem é brasileiro que nem eu” (cf. Botelho, 2005, p.209-10).
17. A Puente del Inca é uma formação rochosa que constitui uma ponte na-
tural sobre o Rio Las Cuevas, ao noroeste da província de Mendoza, na
Argentina.

O poeta pernoita em Los Andes, no Chile, onde “de repente, um cheiro de bogari, um cheiro de varanda carioca balançou no ar...” e ele ficou “olhando, longo tempo, no céu da noite chilena, as quatro estrelas de um cruzeiro pendurado fora do lugar...” e amou “como nunca o Brasil”. Aqui, o poeta manifesta a sensação de estar e, ao mesmo tempo, não estar em seu próprio lugar. Pode-se imaginar uma alusão ao lugar ambíguo que o Brasil ocupa no continente, como parte integrante e, ao mesmo tempo, isolada da América Latina (ibidem, p.79-82).

No poema “Entre Buenos Aires e Mendoza”, Ronald joga com a oposição “eu vi/eu não vi” para realçar o contraste entre a Argentina moderna, técnica, dos imigrantes, e a Argentina *gauchesca* e *criolla*, das construções épicas e míticas. É a modernidade que ofusca e elimina a tradição:

Eu vi o pampa!

[...]

Eu vi a manhã do pampa, com filas negras de caminhões
rolando pelos trigais,
num alegre rumor de *klaxons*,¹⁸ relinchos, mugidos, apitos,
assobios e ladridos;

[...]

Eu vi as estradas do pampa, cheias de automóveis e locomotivas,
de máquinas compressoras, tubos, turbinas, chaminés e caldeiras!

Eu vi calabreses, genoveses, florentinos,
siracusianos de calças de veludo, debulhando espigas;

[...]

Eu não vi nem um *payador*.

18. Evidente homenagem à revista modernista *Klaxon*, publicada em São Paulo de maio de 1922 a janeiro de 1923. O nome da revista é uma referência à buzina externa dos automóveis.

Eu não vi nem um *criollo* vestido de couro.
 Eu não vi a sombra de Facundo, nem o punhal de Facundo,
 nem o cavalo de Facundo varando os silêncios do ar..
 Eu vi o pampa!
 O pampa claro de aços e metais, luzindo todo nos raios lim-
 pos dos arados,
 nas rodas lentas dos tratores, nos trilhos brunidos,
 que disparam, retos, debaixo do céu! (ibidem, p.91-6)

O país que mais inspirou Ronald em seus poemas, epigra-
 mas e impressões sobre as Américas foi, sem dúvida, o México,
 fonte de tradições e mistura de raças e culturas. Os breves poe-
 mas que compõem o “Jornal dos Planaltos”, dedicados a Carlos
 Pellicer, foram escritos durante a estada de Ronald no México,
 entre junho e agosto de 1923, e são os últimos antes do poema
 que fecha e dá título ao livro. As cidades e paisagens mexicanas
 inspiraram versos em que se revelam sentidos aguçados, olha-
 res atentos, emoções compartilhadas. Sobre a cidade do México,
 anuncia: “Índia da Avenida Juárez, toda florida de ritmos, tu és
 o México, ou Deus não existe!” (ibidem, p.111-2).

No poema “Toda a América”, dividido em cinco partes, Ro-
 nald faz sua declaração de amor ao continente. Em razão da
 extensão e significado do poema, segue uma citação mais longa
 que as anteriores.

[...]
 América de todas as imaginações,
 [...]
 Eu vivo todas as tuas indisciplinas, a tua cultura e tua bar-
 baria,
 as tuas pirâmides e os teus arranha-céus, as tuas pedras de
 sacrifício e
 os teus calendários, os teus pronunciamentos e a tua boa fé
 puritana,
 América livre do terror,
 América dos meus avós guerreiros e construtores,

América do meu Pai que morreu pelo Rei!¹⁹

[...]

O mundo nasce outra vez em ti, e o homem diante de ti
sorri ingenuamente como um deus.

[...]

Os homens verticais, América, sobem nos horizontes, em
todos os teus horizontes varados pelo sol!

[...]

Onde estão os teus poetas, América?

Onde estão eles que não se debruçam sobre os trágicos
suores das tuas sestas bárbaras?

No teu sangue mestiço crepitam fogos de queimadas,
juízes, tribunais, leis, bolsas, congressos, escolas, bibliotecas,
tudo se estilhaça em clarões, de repente, nos teus pesadelos
irremediáveis.

Ah! Como sabes queimar todos esses troncos da floresta
humana,

e refazer, como a Natureza, a tua ordem pela destruição!

Onde estão os teus poetas, América?

[...]

Teus poetas não são dessa raça de servos
que dançam no compasso de gregos e latinos,
teus poetas devem ter as mãos sujas de
terra, de seiva e limo,
as mãos da criação!

[...]

Teu poeta será ágil e inocente, América!

A alegria será a sua sabedoria,
a liberdade será a sua sabedoria,

[...]

África, Europa e Ásia vieram dançar na tua noite.

19. Referência à execução do pai, fuzilado pelos florianistas na repressão à Revolta da Armada, em 1894, ano seguinte ao de seu nascimento.

[...]

Oh! América, o teu poeta será um construtor,

[...]

ele terá a rude imaginação do inventor.

E, diante da sua obra de granito e de ferro,

de madeira e de argila,

diante da sua obra áspera e nova, cheia de

homens e animais, de águas, plantas e pedras,

América

o teu poeta caminhará no milagre da criação. (ibidem, p.115-54)

“Toda a América”, poema que finaliza e dá título ao livro, sintetiza as concepções de Ronald que aparecem no conjunto da obra. A América é o continente da utopia, do futuro em aberto, da modernidade mesclada à história e à tradição. É o espaço da criação, da imaginação, do novo, da invenção e da superação da Europa, percebida como decadente. Seu livro de poemas é uma saudação à mistura de culturas e raças, à mescla de primitivismo e modernidade, ao contraste da natureza com a tecnologia, ao território de solidões e tumultos. É uma celebração do trabalho e da produção, da pulsação cultural da América, da “liberdade do novo mundo”. E a busca por capturar os ritmos, sons, cores, movimentos e sentimentos do continente americano. A obra revela uma necessidade de afirmar o nacionalismo e, ao mesmo tempo, de se abrir ao “outro”, mas um outro visto, ao mesmo tempo, como igualmente americano (cf. Cruz, 2008). No livro, há um predomínio dos poemas dedicados ao México e aos Andes, na evidente busca pela América indígena e mestiça, a América “autêntica”, com as suas raízes e tradições.

Estimulado pelas viagens, o autor também publicou, em 1930, *Imagens do México*, originalmente escrito na forma de conferências, em dezembro do ano anterior. O livro é constituído por quinze pequenos textos sobre o México: suas paisagens, cultura, história e política. No ano de sua morte, como

obra póstuma, a Companhia Editora Nacional publicou o livro *Itinerário: Antilhas, Estados Unidos, México*, que reuniu os textos de *Imagens do México* – sob o novo título de *Gravuras do México* – e mais sete textos sobre as Antilhas e os Estados Unidos.

Itinerário é composto por textos breves, e, entre os que abordam as Antilhas e os Estados Unidos, a maioria pode ser considerada poesia em prosa. O livro, edição de 111 páginas, tem início com “Três momentos das Antilhas”: prosas poéticas que revelam evidentes instantes de ironia em torno dos contrastes culturais entre Anglo e Latino-América, entre Europa e América, enquanto o autor navega pelo mar do Caribe:

[...] miss Garrett, americana de St. Louis Missouri, [...] fala mal dos judeus, não acredita na South America, tem sardas do trópico, e é amiga íntima de miss O'Bryen, campeã de tênis de San Antonio do Texas. [...] viajam na mesma cabine, vestem os mesmos vestidos brancos, têm, de manhã, o mesmo cheiro de pasta dentifrícia e dizem “darling”, uma para a outra [...].

[...]

Branco e pretos ressonam.

Doçura da paz “yankee”.

O ar das Antilhas belisca o mar.

A única aventura de bordo é a minha imaginação! (Carvalho, 1935, p.13-6)²⁰

A ironia também aparece em torno do tema da fixação do colonizado pelos valores do colonizador, como ao abordar a ilha de Guadalupe, colônia francesa:

Mademoiselle Blanche Durant é sobrinha do mais rico perfumista da rua Bonaparte, na Ilha de Nossa Senhora de Guadalupe.

20. Optei por atualizar a grafia dos textos citados.

[...]

Dentro da rede clara, mademoiselle Durant é toda a sesta lasciva das Antilhas.

Mademoiselle Durant mostra, no estojo das gengivas roxas, os dentinhos pontudos como pontinhos de luz.

Sonha com as modas de Paris.

A rede não se mexe...

E a sua mãozinha chata, pendente de um montão de rendas, parece a cabeça de uma cobra negra, espiando a sombra quieta dos coqueiros sobre o chão... (ibidem, p.17-9)

Os recursos poéticos que evidenciam as ambiguidades e os contrastes da condição colonial aparecem com clareza e, ao mesmo tempo, revelam ternura e lirismo: a rica jovem negra Blanche, na rede clara, envolvida em vestes parisienses, sonha com a “cidade luz”, envolta na atmosfera antilhana.

Sobre os Estados Unidos, são quatro textos que, apesar de enxutos, revelam claramente o olhar de Ronald sobre o país do norte. Em “Filosofia do arranha-céu”, os altíssimos edifícios das metrópoles norte-americanas são percebidos como “um índice sociológico, uma representação de valores políticos”, o valor da igualdade: “O arranha-céu é filho da Revolução. Seu primeiro arquiteto foi o Emilio, de Rousseau”. Nova York é vista como uma cidade “plantada sem raízes no granito insensível [...]. Invenção do cálculo. Equação urbana” (Carvalho, 1935, p.31-6). Segundo Ronald de Carvalho (1935, p.37-9):

Só o negro sentiu e transmitiu o lirismo da terra, nos Estados Unidos. Somente ele conseguiu transpor a fronteira da imaginação criadora. [...] O *jazz* e o *blue* constituem, até agora, as expressões humanas de maior potencial inventivo norte-americano. [...] A alma do negro infiltra-se e possui os corpos saxões. Quando o americano dança ou canta, o negro, recalcado por vários séculos de opressão, vem à tona e escraviza os senhores... *I too am America*, disse o poeta.

Numa perspectiva arielista,²¹ considera o norte-americano um povo de “alma algébrica”. E afirma: “O yankismo é uma adaptação, em planos desmesurados, da técnica européia. É uma grandeza material, de caráter provisório. [...] O espírito ainda não lhe insuflou vida própria” (ibidem, p.41-6). Nesse sentido, elogia a cultura afro-americana, pois somente ela, nos Estados Unidos, revelaria a existência de uma “alma” profunda.

De Laredo, Texas, Ronald atravessou a fronteira do Rio Grande rumo ao México. Todos os demais textos do livro tratam desse país. A travessia revela, para o poeta brasileiro, “o choque de um contraste fulminante”: para trás, “a fartura, a economia, o bom senso medíocre das contas em ordem”; em frente, “o deserto primitivo”, onde “está o mexicano, com a sua coragem, a sua resignação e o seu heroísmo espontâneo”. Seu olhar para a cultura, o povo e a história do México revela empatia: ressalta a tenacidade e energia, necessárias para a fixação em um território de natureza tão áspera; elogia o povo de “alma profunda”, que “se desforra da melancolia, vestindo-se de luz”. Segundo Ronald de Carvalho (1935, p.49-60), o misticismo do mexicano era “solar”; possuía o “instinto do guerreiro, do santo e do artista”, de “Cuauhtémoc, Inés de la Cruz ou Diego Rivera”.

Trata, em breves passagens, da história mexicana e da Revolução de 1910. Considera que, durante os três séculos de colonização, “o espanhol não pôde subjugar o indígena”, cujo “instinto de liberdade, embora amortecido, continuava latente”. Após a independência, o convulsionado século XIX e a ditadura porfirista, “o problema fundamental” do México persistia: a acentuada “desigualdade de fortuna”, a concentração da terra e a exclusão social da “quase totalidade do povo”. A Revolução, portanto, era previsível. Mas, para Ronald – como para outros

21. Evidentemente, refiro-me às concepções do uruguaio José Enrique Rodó, expressas em seu famoso ensaio *Ariel*, de 1900.

intelectuais da época –, Carranza, Pancho Villa e Zapata não eram mais do que caudilhos em disputa pelo poder. O exemplo de homem público, para ele, era Álvaro Obregón: “sempre em contato com o povo, [...] sua mestra [...] foi a vida”. Teria conseguido capturar a “verdadeira realidade étnica e histórica” do país e dar ao governo mexicano “feição nacional”. Segundo o diplomata brasileiro, Obregón teria compreendido que era “imprescindível”, para consolidar a nacionalidade, a “participação direta do elemento autóctone nos negócios públicos”. A homens como Obregón – juntamente com intelectuais como José Vasconcelos –, caberiam as tarefas de “preparar as massas para a defesa dos seus direitos” e “nacionalizar o México”. Elogia a repartição da terra, a organização de sindicatos, a defesa das riquezas nacionais, a abertura de escolas, a ampliação do sistema educacional, o estímulo à produção artística e intelectual da nação. Chega a afirmar que “nem um chefe de Estado me impressionou tanto pela simplicidade, como esse que soube morrer na vanguarda do seu povo”. Vale lembrar, como já mencionado, que o presidente Álvaro Obregón ofereceu a Ronald, em 1923, um jantar em sua homenagem, ocasião em que o brasileiro pôde confirmar sua admiração pelo “caráter”, “singeleza” e “nobreza humana” do líder mexicano (*ibidem*, p.61-84 *passim*).

A partir de sua visão sobre a Revolução Mexicana e o governo Obregón, não é de admirar que Ronald tenha se tornado, nos anos 1930, um homem forte do governo Vargas, posição rompida apenas por sua morte precoce. Não se pode, entretanto, esquecer que Ronald morreu antes da instauração do Estado Novo.

Os demais textos do livro são impressões sobre a paisagem e as cidades visitadas: Guadalajara, San Pedro Tlaquepaque, Tonalá – no Estado de Jalisco – e Puebla. Os pequenos textos transmitem a força das tradições, da arte, da cultura indígena; dos trajés, ritmos, instrumentos musicais, cantos, danças

e festas populares; da culinária; do sincretismo religioso; em suma, da “nacionalidade mexicana”. Ronald chega a declarar que, “antes do bárbaro ocidental penetrar os vales de Jalisco, tinha ela [a mão indígena] criado o fogo e inventado a arte”, referindo-se à produção de cerâmica de Tlaquepaque e Tonalá (ibidem, p.85-9). É, novamente, um discurso de celebração do nacional e do “autenticamente americano”, que transforma o México em um exemplo para o Brasil, ainda, segundo o autor, obcecado pelos valores importados.

Além das publicações já citadas, Ronald tratou da América Hispânica na “Terceira série” dos *Estudos brasileiros*, publicada em 1931. São textos com um caráter muito distinto dos anteriores, com um evidente viés diplomático, de análise das relações internacionais do Brasil. O autor debruçou-se sobre a Guerra da Cisplatina, o papel de Bolívar nas relações entre as repúblicas hispano-americanas e o Império do Brasil, a Guerra do Paraguai, entre outros temas.²²

Com o uso de extensas citações de documentos diplomáticos, principalmente do Arquivo do Itamaraty, Ronald procura demonstrar, com detalhes, a centralidade dos interesses britânicos – contrariados pelos prejuízos que a guerra causava aos seus negócios na região – nas negociações que levaram ao encerramento da disputa entre Brasil e Buenos Aires pela Cisplatina, como também à constituição da República Oriental do Uruguai em 1828. Sobre o papel de Bolívar na contenda, o autor discorre acerca da tentativa, em 1825, por parte de Buenos Aires, de conseguir apoio militar das tropas do general caraquenho aos argentinos, em razão da disputa com o Brasil pela Banda Oriental. A recusa de Bolívar em interferir na Guerra da Cisplatina gerou, segundo Ronald, muitas especulações em torno de suas

22. Segundo Antonio Carlos Villaça (1976, p.9), Ronald deixou dois livros inéditos: *O Império do Brasil e as fronteiras do Prata e Iguçu*.

motivações: a grave situação na política interna da Grã-Colômbia, as divergências com o governo platino, entre outras. Ronald, ao final do texto, conclui que, “se Bolívar capitaneasse [...] uma conjuração sul-americana contra o nascente Império, teria, possivelmente, derrubado, com o trono, a própria unidade brasileira”. Segundo o brasileiro, Bolívar soube avaliar os altíssimos riscos de um possível conflito entre, de um lado, uma coligação das repúblicas sul-americanas e, de outro, o Império do Brasil. Conflito esse que, se consumado, poderia, segundo Ronald, provocar uma intervenção das potências europeias na América do Sul, desestabilizando os jovens Estados recém-constituídos. A imagem que o autor constrói de Bolívar é a de um “grande guerreiro” e “estadista de gênio”, que soube ver, com clareza, todos os interesses e riscos envolvidos na questão da Cisplatina. Sobre a guerra, Ronald de Carvalho (1976a, p.165-94 *passim*) também considera que, mesmo o Império tendo, na época, “indisputável hegemonia na América Latina”, as incursões portuguesas e brasileiras na Banda Oriental tinham sido um grave erro e o Uruguai tinha, segundo ele, o direito de conquistar sua autonomia perante brasileiros e argentinos.

Em textos sobre a Guerra do Paraguai, recusa a tentativa, feita por alguns autores, de imputar “levianamente” ao Brasil a responsabilidade pelo conflito, acusando o país de se portar como uma “potência imperialista”. Para Ronald, foram os interesses do governo *blanco* uruguaio, somados aos de Solano López, que levaram à guerra. O discurso de Ronald, nesses textos, como era de se esperar, é construído em defesa da nação brasileira. Critica o desconhecimento que os europeus têm do Brasil e as “calúnias” dos sul-americanos; enumera os “serviços” prestados pelo Brasil às repúblicas vizinhas: a vitória sobre o ditador Rosas, em Monte Caseros, e sobre Oribe, no Uruguai; tece elogios ao Exército brasileiro e critica o caudilhismo hispano-americano. Ronald de Carvalho (1976a, p.217) repete

a ideia, já fartamente defendida pela maioria dos pensadores brasileiros do século XIX e inícios do XX, de que

[...] só o Império seria capaz de criar o artifício da unidade brasileira, em face da demagogia pseudodemocrata dos Estados hispano-americanos. [...] Se os sonhos republicanos do começo do século XIX lograssem vingar, estaríamos, agora, irremediavelmente separados [...]. Só o Império nos salvou [...] da absorção hispano-americana.²³

Proclama, entretanto, que os “povos americanos” deveriam alterar seu comportamento em relação aos demais, passando a promover um maior conhecimento mútuo. E o Brasil, país mais isolado e ignorado da América do Sul, ante os vizinhos, deveria deixar esse isolamento (ibidem, p.194-214 passim).

O diplomata Ronald de Carvalho, em seus ensaios sobre a história da política externa do Brasil no século XIX, sustenta, como esperado, a defesa da unidade territorial e cultural do país. Contudo, diversamente de outros intelectuais brasileiros do século XIX e primeiras décadas do XX, reconhece alguns erros da política externa brasileira no passado e defende a integração ibero-americana, como fundamental para o fortalecimento da região ante as grandes potências.

A instauração da República, segundo Ronald, teria dado início a uma fase de transição e aprendizado, acentuado com a experiência da Primeira Guerra Mundial. Para o autor, surgia, então, o “espírito do homem novo do Brasil”, de exame e avaliação consciente da nação, dos seus problemas e necessidades, a partir dos seus próprios valores e tradições, para a obra de consolidação da nacionalidade (ibidem, p.218-9).

23. Sublinhe-se que Ronald considera que a “unidade nacional” ainda era um “artifício”.

A valorização que Ronald faz das tradições e da autenticidade já tinha aparecido em textos bem anteriores à “Terceira série” dos *Estudos brasileiros*. Em 1923, o autor publicou o livro intitulado *O espelho de Ariel*, que revela a sua versatibilidade e ampla formação cultural. A obra contém ensaios sobre literatura e arte, nos quais trata de temas, obras e autores tão diversos como Dante Alighieri, Balzac, Oscar Wilde, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Villa-Lobos, poesia japonesa e francesa, entre outros (Carvalho, 1976b).²⁴ No mesmo livro, dedica um ensaio a Graça Aranha, em que faz uma defesa do espiritualismo, inspirado no filósofo irlandês George Berkeley. Crítico do materialismo e do utilitarismo, Ronald volta ao tema em texto sobre “o espiritualismo de Farias Brito”, filósofo brasileiro que combateu vigorosamente o materialismo e defendeu a necessidade da fé religiosa. Dedicou também um ensaio ao romancista, ensaísta e poeta argentino Manuel Gálvez (1882-1962). Inicia o texto inserindo Gálvez entre outros “brilhantes” intelectuais argentinos da época: José Ingenieros, Leopoldo Lugones, Ricardo Rojas, Atilio Chiappori, Arturo Capdevila e Hugo Wast. No ensaio, dedica-se à análise do romance de Gálvez intitulado *El mal metafísico* (1916), no qual, segundo a leitura de Ronald, transparece a crítica ao utilitarismo, que “vai aos poucos minando o espírito e o caráter” de Carlos Riga, personagem principal da narrativa. Riga é um jovem aspirante a poeta numa época de transição entre as modas literárias do final do XIX e o advento das vanguardas, ou seja, exatamente a situação vivenciada por Ronald no início de sua juventude (ibidem, p.98-103, 105-9, 111-5). Vale ressaltar que Manuel Gálvez fez parte de um grupo de intelectuais argentinos que promoveu, no

24. Dado o conhecimento de Ronald acerca da produção ensaística platina, não é difícil supor uma inspiração, na escolha do título, não só em *A Tempestade*, de Shakespeare, como também em *Ariel*, de Rodó.

início do século XX – impactados pela Guerra Hispano-Americana e pela leitura dos filósofos espanhóis da chamada geração de 1898, como Miguel de Unamuno, e da geração de 1914, como José Ortega y Gasset –, uma recuperação da herança cultural hispânica e dos “autênticos valores nacionais”, ao lado de um acentuado espiritualismo, como fez o próprio Gálvez, entre outras obras, em seu romance *El solar de la raza*, de 1913.²⁵ Entretanto, como observa Angela de Castro Gomes (1999, p.39), a tradição simbolista, mística e espiritualista de certos grupos intelectuais dos anos 1910 e 1920 “não pode ser mecanicamente associada ao *boom* de militância católica que então começa a se desenvolver”.

As escolhas de Ronald expressas em *O espelho de Ariel* posicionam o autor de *Toda a América*, inequivocamente, junto àqueles setores mais conservadores do modernismo brasileiro, que manifestam uma posição ambígua entre a defesa da tradição e a aceitação da modernidade. No caso de Ronald de Carvalho, se é possível afirmar seu conservadorismo, no que se refere à defesa das tradições e à busca da “alma nacional”, suas concepções e seus posicionamentos político-ideológicos e estéticos nem sempre são de fácil enquadramento ou classificação. E afirmações como a de Antonio Carlos Villaça (1976, p.9), que considera que Ronald aderiu ao movimento modernista “num ato de violência consigo mesmo”, são, no mínimo, muito discutíveis.

25. Em mais de um aspecto, pode-se aproximar Ronald de Carvalho de Manuel Gálvez, inclusive pelo fato de Ronald, posteriormente, ter apoiado o varguismo, e Gálvez, abraçado a defesa do peronismo, como mostra Maria Helena Capelato (1996) em artigo sobre *El uno y la multitud*, obra de Gálvez publicada em período bem posterior, 1955. Sobre a intelectualidade latino-americana de inícios do século XX, incluindo referências ao hispanismo de Manuel Gálvez, ver, entre outros, Zanetti (1994).

Para explicitar, com mais clareza, o lugar do chamado “grupo do Rio” dentro do modernismo, vale mencionar alguns antecedentes na trajetória desses intelectuais. Em agosto de 1921, apenas seis meses antes da famosa Semana de Arte Moderna, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro – entre os quais Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Gustavo Barroso, Álvaro Moreyra, Agrippino Grieco, Rodrigo Otávio, Celso Vieira e Felipe d’Oliveira – participou de um jantar em homenagem a Elysio de Carvalho.²⁶ O ensaísta alagoano Elysio de Carvalho (1880-1925) teve uma trajetória peculiar. Anarquista e ateu na juventude, Elysio chegou a criar, em 1904, no Rio de Janeiro, a Universidade Popular de Ensino Livre, de curta existência, que contou, entre os seus colaboradores, com intelectuais como Rocha Pombo e José Veríssimo. Tornou-se, posteriormente, um nacionalista militante e simpatizante de concepções fascistas, autor de obras como *Brasil, potência mundial* (1919), *Brava gente* (1921), *Os bastiões da nacionalidade* (1922) e o opúsculo *A realidade brasileira* (1922), nas quais é notória a proximidade com muitas das ideias de Alberto Torres, em defesa de um nacionalismo não só econômico e político, como também cultural. E foi este Elysio nacionalista o homenageado em 1921. Em discurso na ocasião, Ronald de Carvalho manifestou-se da seguinte maneira: “vosso nacionalismo é o nome moderno de um sentimento cheio de antiguidade. É apenas o patriotismo” (apud Nunes, 1997, p.39).²⁷

26. Ronald, Renato Almeida, Gustavo Barroso e Álvaro Moreyra foram os organizadores do banquete. Graça Aranha, de Paris, saudou o homenageado (cf. Botelho, 2005, p.173, nota 1).

27. Sobre Elysio de Carvalho, ver também Chacon (1997) e Prado (1983, 1994). Apesar do mesmo sobrenome, pelo que se sabe, não há nenhum parentesco entre o alagoano Elysio e o carioca Ronald.

Elysio de Carvalho, assim como Ronald, também cultivou o interesse pelas letras espanholas e hispano-americanas. Foi um admirador do poeta Rubén Darío, escreveu sobre o romanista espanhol Juan Valera, sobre o escritor venezuelano Rufino Blanco Fombona, entre outros. Elysio também fundou e dirigiu, de 1921 a 1924, a revista mensal *América Brasileira*, de cunho nacionalista e latino-americanista.²⁸ Nos primeiros números, os nomes de Ronald de Carvalho e Renato Almeida aparecem como diretores literários da publicação, junto com o poeta Jorge Jobim.²⁹ Ribeiro Couto era o secretário de redação. Além de notícias de várias partes do mundo, em particular da Europa, nas seções “A vida internacional” e “Homens e coisas estrangeiras”, a revista possuía uma seção fixa intitulada “Da América Espanhola”, com diversas notícias sobre a região. Além da seção mencionada, a revista publicava artigos sobre autores hispano-americanos. Entre os anúncios, a revista trouxe, no número 24, de dezembro de 1923, um da Editorial América, de Madri, dirigida por Rufino Blanco Fombona.

Ao lado de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Renato Almeida, publicaram na revista dirigida por Elysio nomes como Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Rocha Pombo, João Ribeiro, Oliveira Vianna, Hildebrando Accioly, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Em vários números, Di Cavalcanti colaborou com as ilustrações de capa. Ou seja, intelectuais e artistas de diferentes gerações e de concepções

28. *América Brasileira. Resenha da atividade nacional*. O subtítulo também aparece, em vários números, como *Resenha da vida nacional*. Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921 (dez.) a 1924. Em 1922, a revista publicou números especiais dedicados às comemorações do centenário da independência do Brasil.

29. Jorge Jobim (1889-1935) foi diplomata, jornalista, crítico literário e poeta parnasiano, além de pai do músico Tom Jobim.

políticas e estéticas muito diversas colaboraram para *América Brasileira*. Nas notas presentes na revista – escritas, muito provavelmente, pelo próprio Elysio de Carvalho –, aparecem vários textos favoráveis ao fascismo italiano e a movimentos congêneres em outros países, além de textos de oposição ao bolchevismo. A revista também possuía uma seção denominada “A defesa da raça”, de apoio a políticas eugênicas no Brasil. Vale registrar que o patriotismo de Elysio, apesar de seu americanismo, carregou junto um evidente sentimento antiargentino, como aparece em *Os bastiões da nacionalidade* e, ainda antes e de forma mais explícita, no livro *Em caminho da guerra: a cilada argentina contra o Brasil* (1917) (cf. Chacon, 1997, p.65). Em *América Brasileira*, vários artigos evidenciam a disputa regional entre Brasil e Argentina.³⁰ Elysio de Carvalho foi, portanto, uma figura polêmica, que passou da defesa do anarquismo, na juventude, para a adesão a concepções fascistas, na maturidade. No entanto, suas amplas relações sociais e intelectuais, além de seu nacionalismo exacerbado, foram ingredientes que atraíram muitos intelectuais ao seu entorno.

Antonio Arnoni Prado (1983) inicia suas reflexões sobre o que ele denomina “falsa vanguarda” analisando a obra e a trajetória de Elysio de Carvalho, bem como dos autores vinculados à revista criada pelo jovem Elysio, em 1899, *A Meridional*. Segundo Arnoni Prado (1983, p.16), é por intermédio de Elysio que “entram em circulação muitos dos clichês autoritários que funcionarão depois como motivos decisivos do reformismo integralista” e do modernismo de direita. Em seu livro *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira* (Garnier,

30. Ver, por exemplo, o artigo “O Doutor Zeballos”, escrito pelo sargento Albuquerque, em que o ex-ministro das Relações Exteriores da Argentina é considerado um “inimigo tradicional e constante do Brasil”. In: *América Brasileira* (Rio de Janeiro), n.8, p.1-8, jul. 1922.

1907), Elysio elogia Graça Aranha, considerando-o a grande vocação renovadora das letras brasileiras no período. Segundo Prado (1983), é da aliança de Graça Aranha com o grupo de Elysio que nascerá a vertente “dissidente” do modernismo. Prado (1983, p.61-2) situa o pensamento e a obra de Ronald de Carvalho, inclusive *Toda a América*, junto ao “movimento dissidente”, cujos membros defendiam a arte que busca a “alma nacional” e se converteram em simpatizantes do “nacionalismo da ordem, parafascista e disciplinador”, “tendência à parte e ostensivamente contrária ao movimento modernista de São Paulo”.³¹ Arnoni Prado procura traçar os vínculos entre as concepções nacionalistas de Ronald de Carvalho às de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e demais integrantes do “grupo verde-amarelo”. Aponta para uma “permanência de fluxo contínuo” que liga as concepções integralistas de Plínio Salgado às ideias e concepções anteriores de Elysio de Carvalho, do “grupo de Graça Aranha” (aqui, incluído, Ronald de Carvalho), dos demais integrantes do verde-amarelismo e dos intelectuais ligados à Sociedade Felipe d’Oliveira e ao seu boletim anual, *Lanterna Verde* (1934-1944),³² que, segundo Arnoni Prado, foi o “último reduto dissidente”.³³

31. A ideia de “nacionalismo da ordem” foi buscada por Arnoni Prado em Faoro (2000, p.299-300).

32. Sobre a Sociedade Felipe d’Oliveira e seu boletim anual *Lanterna Verde*, ver Gomes (1999, p.77-103).

33. Uma concepção simplificadora distingue um “grupo do Rio”, constituído por “modernistas da ordem”, de um “grupo paulista”, considerado efetivamente vanguardista. De fato, nas duas cidades, as vertentes modernistas não podem ser avaliadas sem que se considerem as especificidades, como também as convergências entre elas. Além disso, deve-se atentar para as particularidades dos diferentes intelectuais e artistas dentro de um mesmo “grupo”. Não se pode esquecer, também, que o movimento Verde-Amarelo ou da Anta era constituído por paulistas, como é o

Arnoni Prado também afirma que, diversamente dos “melhores talentos” da Semana de Arte Moderna, que defendiam “uma liberdade ilimitada para a criação literária”, Ronald, em 1922, ainda que se posicionasse contra as amarras à criação, defendia a sujeição dela a “uma grande lei de lirismo cerebral”, o que significaria o não rompimento com “a harmonia ou o equilíbrio da linguagem”. Segundo Prado (1983, p.53), Ronald pregava um “radicalismo comedido” e uma “contestação sem ruptura”. Em relação aos debates literários e artísticos das décadas de 1920 e 1930, é de se notar que as avaliações estéticas que os integrantes de diferentes grupos modernistas realizavam sobre a produção de outras vertentes, inclusive dentro do chamado modernismo, estavam evidentemente mescladas às concepções político-ideológicas. As disputas estéticas misturavam-se às divergências políticas, e as avaliações feitas na época, no calor dessas disputas, serviram de referência para grande parte da produção crítica posterior, provocando o esquecimento ou a negligência em relação a intelectuais que, em sua época, foram atores fundamentais do debate político, intelectual ou estético, ainda que não tenham se tornado referências importantes *a posteriori*.

Há, entretanto, grandes riscos quando se reúnem figuras que não representaram e/ou militaram pelas mesmas causas. Designar inúmeros e distintos personagens como modernistas, de fato, não ajuda a esclarecer a diversidade do “conjunto”. E unir vertentes com características particulares, ainda que próximas em aspectos importantes – como o “grupo de Graça Aranha”, o

caso de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e Alfredo Élis. Na década de 1930, o “grupo verde-amarelo” se dividiu: Plínio Salgado fundou, em 1932, a Ação Integralista Brasileira, enquanto Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e Menotti del Picchia iriam se posicionar contra o comunismo e o fascismo, tornando-se ideólogos do Estado Novo e ocupando cargos no regime instaurado em 1937.

“grupo de *Festa*”, os integrantes da Sociedade Felipe d’Oliveira ou o “grupo do Verde-Amarelismo” –, em um mesmo bloco indistinto, considerando-os “dissidentes” e “falsos vanguardistas”, também não esclarece devidamente como se processaram a constituição, as alianças e as rupturas entre esses vários grupos. Não há como negar as convergências, apontadas por Arnoni Prado (1983, p.93-104 *passim*), entre as concepções, proclamadas pelos grupos citados, de defesa das tradições, da “autenticidade” e do “espírito nacional” consideradas por esse autor como o “ideário dissidente” da “falsa vanguarda”. Entretanto, ao enfatizar as permanências, a perspectiva de Arnoni Prado dilui e ofusca as diferenças estéticas e políticas entre esses grupos e tendências.

Angela de Castro Gomes (1999), em seu livro sobre o modernismo carioca, trabalha em perspectiva diversa. Não parte do princípio de que há uma “verdadeira” e uma “falsa” vanguarda. Na vertente da história dos intelectuais – adotada por Castro Gomes –, conceber a existência de movimentos de ideias “falsos” ou “verdadeiros”, a partir de pressupostos estéticos e/ou políticos, não se sustenta. Castro Gomes analisa o modernismo carioca sem recusar o epíteto de modernistas aos seus vários grupos e tendências. E leva em consideração “questões como a da própria centralidade que os modernistas paulistas atribuíram a si mesmos e a da duração da memória que construíram sobre seu papel de vanguarda intelectual hegemônica” (*ibidem*, p.12). Reconhece que os intelectuais ligados a Graça Aranha, à revista *Festa* e à Sociedade Felipe d’Oliveira eram defensores de um “outro modernismo”, diverso daquele identificado a partir de lideranças intelectuais paulistas como Mário de Andrade ou Oswald de Andrade. Mas, ao mesmo tempo, demonstra também os pontos de contato entre esses vários “modernismos”, ainda que, política e esteticamente, tenham tido muitas e agudas divergências. Entre as convergências, porém, são evidentes a valorização da “cultura nacional”, a crítica à “cultura do empréstimo e da imitação” da

Europa e a defesa de uma maior intervenção dos intelectuais na vida pública, com o objetivo de contribuir para a “construção e consolidação da nação”. Nesse sentido, modernistas do Rio e de São Paulo compartilharam propostas e projetos não apenas em 1922, mas, inclusive, após 1930.

Em relação ao americanismo, além da revista dirigida por Elysio de Carvalho, outras publicações acentuaram essa vertente, como *América Latina*, revista publicada, de agosto de 1919 a fevereiro de 1920, pelos intelectuais e amigos paranaenses, radicados no Rio de Janeiro, Tasso da Silveira³⁴ e Andrade Muricy. Tasso e Muricy também foram os diretores das revistas *Árvore Nova* (1922), *Terra de Sol* (1924) e *Festa* (com duas fases: 1927-1929 e 1934-1935), e a última foi a mais importante das quatro.

América Latina, com o subtítulo *Revista de arte e pensamento*, contém artigos sobre temáticas variadas, incluindo, como era de se esperar, o americanismo, por exemplo, em um texto de Tasso da Silveira sobre José Enrique Rodó. Traz também textos sobre o nacionalismo no Brasil, de autores como Ronald de Carvalho e Rocha Pombo, além de artigos sobre a obra de Alberto Torres. A presença do espiritualismo católico também é forte em textos de Jackson de Figueiredo e do filósofo Farias Brito. Na revista *Terra de Sol*, os temas de *América Latina* permanecem: a militância nacionalista, o espiritualismo católico e o americanismo, assim como a colaboração de Ronald de Carvalho, Elysio de Carvalho, Renato Almeida, Rocha Pombo, entre outros (cf. Gomes, 1999, p.45-55 passim). Artigos de Ronald continuaram a aparecer em *Festa*, publicação que mantém a perspectiva nacionalista, como nas revistas anteriores de

34. Tasso da Silveira foi um dos autores do livro organizado por Vicente Licínio Cardoso, *À margem da história da República*, com o artigo “A consciência brasileira”.

Tasso e Muricy, mas que procura compatibilizá-la com uma concepção artística universalista. Os integrantes de *Festa* designavam-se “modernistas espiritualistas” e procuravam conciliar modernismo e tradicionalismo. Como reconhece Angela de Castro Gomes (1999), uma posição “difícil e ambígua”, como ocorria com outros intelectuais do “grupo do Rio”, como o próprio Ronald.³⁵ O autor de *Toda a América* também vai integrar a Sociedade Felipe d’Oliveira, criada em 1933, em homenagem ao poeta gaúcho de mesmo nome, radicado no Rio e morto precocemente no início daquele ano. Ronald – morto igualmente em razão de acidente de automóvel, ocorrido apenas dois anos depois, e com a mesma idade de Felipe, 41 anos – tem sua vaga na Sociedade ocupada por Alceu Amoroso Lima, velho amigo dos tempos da faculdade e colega no Itamaraty. Nas páginas dos números de *Lanterna Verde* – o boletim anual da Sociedade – de 1935 e 1936, Ronald foi homenageado como um dos precursores do modernismo, na busca por trazer para o Rio de Janeiro um lugar de destaque na eclosão do movimento.³⁶ Como afirma Angela de Castro Gomes (1999, p.78-103 passim), se o Rio “não fora, nos anos 20, propriamente modernista, não fora

35. Em *Festa*, foram também publicadas traduções de poemas de Walt Whitman, admirado pelos editores da revista desde os tempos de *América Latina*.

36. Alfonso Reyes, embaixador do México no Brasil de 1930 a 1936, foi membro honorífico da Sociedade Felipe d’Oliveira e estabeleceu relações de amizade com vários intelectuais ligados à Sociedade. Em 1932, Reyes tinha abrigado Felipe d’Oliveira na Embaixada do México, após o poeta gaúcho ter voltado ao Rio, vindo de São Paulo, onde havia participado do movimento constitucionalista ao lado dos insurgentes derrotados. Felipe foi, então, para a França, onde morreu num desastre automobilístico no ano seguinte. As mortes inesperadas dos amigos Felipe e Ronald abalaram o escritor e diplomata mexicano, conforme ele revelou em seu diário (cf. Ellison, 2002, p.137-9).

o tûmulo das inovações, como então advogavam vozes paulistas desejosas de afirmação nacional”.

As divergências agudas entre diversas vertentes artísticas e intelectuais modernistas se manifestaram, entre outros momentos, em outubro de 1926, quando Sérgio Buarque de Holanda publicou, na *Revista do Brasil*, o artigo “O lado oposto e outros lados”, no qual classificou os intelectuais do “grupo Graça Aranha-Ronald-Renato Almeida” – incluindo o poeta campineiro Guilherme de Almeida – como “acadêmicos *modernizantes*”. Segundo Buarque de Holanda (1996), os poetas Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida, “de certo modo, continuaram a tradição da poesia, da literatura ‘bibelô’, que nós detestamos. São autores que se acham situados positivamente *do lado oposto* e que fazem todo o possível para sentirem um pouco a inquietação da gente da vanguarda”. Nesse mesmo artigo, ao se referir aos livros de poemas *Raça* (1925), de Guilherme de Almeida, e *Toda a América* (1926), de Ronald, afirma tratar-se de obras trabalhadas “conforme esquemas premeditados”, em que se revela “a intenção dos autores de criarem dois poemas geniais. Essa intenção é sobretudo manifesta em *Toda a América*”, aspecto “lamentável e pretensioso”. Afinal, conclui: “Houve tempo em que esses autores foram tudo quanto havia de bom na literatura brasileira. No ponto em que estamos hoje, *eles não significam mais nada para nós*” (ibidem, p.225, grifos do autor).

O artigo de Sérgio Buarque, contundente e agressivo, revela muito claramente o clima de dissensão e ruptura, em meados dos anos 1920, entre diferentes correntes do modernismo, inclusive envolvendo escritores que participaram da Semana de 1922, como foi o caso de Ronald e Guilherme de Almeida. Evidentemente, as divergências não se restringiam às escolhas estéticas, mas se estendiam às convicções políticas. Foi a partir desse momento que os intelectuais atuantes na antiga capital federal passaram a ser chamados pelos seus antagonistas como

o “grupo do Rio”, marcando a “ruptura” dos paulistas com a “hegemonia carioca” na vida cultural brasileira (cf. Gomes, 1999). Ao que parece, Ronald não respondeu diretamente ao artigo de Sérgio Buarque.³⁷ Ainda sobre essa polêmica, é possível afirmar que Antonio Arnoni Prado (1983, 1994) incorporou essa avaliação de Sérgio Buarque, expressa no calor da hora, às suas análises muito posteriores.

Crítico dos “excessos” de liberalismo e democracia na América Latina, Ronald de Carvalho acabou por aproximar-se de intelectuais com os quais se identificava estética e/ou politicamente. Teve relações mais ou menos estreitas com Graça Aranha, Renato Almeida, Ribeiro Couto, Álvaro Moreyra, Alceu Amoroso Lima, Elysio de Carvalho, Felipe d’Oliveira, Rodrigo Otávio Filho, Agrippino Grieco, entre outros. Destes, além de Ronald, os quatro primeiros também participaram da Semana de Arte Moderna de 1922. Ronald, além disso, estabeleceu vínculos com o grupo que criou a revista *Festa* e com os intelectuais que fundaram a Sociedade Felipe d’Oliveira (1933-1945), vários deles identificados com concepções antiliberais e antissocialistas.³⁸ Além de Alberto Torres, como já mencionado, outro autor que inspirou Ronald de Carvalho em seus ensaios nacionalistas foi Oliveira Vianna – colaborador também do livro *À margem da história da República* –, ambos defensores do Estado centralizado e forte como o protagonista na tarefa de ordenar e modernizar a sociedade, sob inspiração das “tradi-

37. Pelo menos, nas fontes e na bibliografia, não localizei nenhuma indicação de que tenha havido alguma resposta de Ronald ao artigo de Sérgio Buarque.

38. Em seu livro, Angela de Castro Gomes (1999) analisa a trajetória e o significado político-cultural dos grupos da revista *Festa* e da Sociedade Felipe d’Oliveira. Nos meios modernistas e intelectuais cariocas das décadas de 1920 e 1930, focalizados pela autora nesse trabalho, a presença de Ronald de Carvalho é uma constante.

ções nacionais”. Sendo assim, não há dúvidas acerca da adesão de Ronald a concepções políticas nacionalistas e autoritárias, situadas à direita.³⁹ Entretanto, vale registrar que Ronald não esteve entre aqueles que assinaram o manifesto *Nhengaçu Verde-Amarelo*, de maio de 1929. Mas é interessante lembrar que o “Manifesto do Verde-Amarelismo” faz referência explícita ao mexicano José Vasconcelos e a seu ensaio *La raza cósmica*, ao defender o potencial do Brasil para se transformar em uma “grande nação”, onde iria nascer a “quinta raça”, que realizaria a “concordia universal” (cf. Schwartz, 1995, p.148-52).

Como já mencionado, Ronald assumiu interinamente o Ministério das Relações Exteriores após a Revolução de 1930, nos meses finais daquele ano, e, em 1934, depois de exercer funções diplomáticas na Europa, foi nomeado chefe da Casa Civil do governo Vargas, posição de onde defendeu o Estado centralizado. Na homenagem póstuma que prestou ao amigo Ronald, Alceu Amoroso Lima não perdeu a oportunidade de ressaltar que, nos “últimos tempos, quando de novo nos aproximamos, depois de sua volta [de Paris], era ele o nacionalista integral, apologista do Estado forte, fazendo o elogio da atitude reacionária” (apud Botelho, 2005, p.201).

No que se refere às relações com intelectuais da Hispano-América, sua atuação como diplomata ocupou um lugar fundamental. Nos anos 1920 e 1930, Ronald conheceu muitos intelectuais hispano-americanos, entre eles, além de José Vasconcelos, o mexicano Alfonso Reyes. Com este último, conviveu e tornou-se amigo durante o período em que Reyes viveu no Rio de Janeiro, como embaixador de seu país no Brasil, na década

39. Sobre as afinidades ideológicas entre Ronald de Carvalho e Oliveira Vianna, ver Botelho (2005, p.176, 184-5, 194, 202-3). Sobre os intelectuais autoritários, ver Beired (1999).

de 1930.⁴⁰ Anos antes, em 1924, o diplomata brasileiro desempenhou a função de primeiro secretário da delegação brasileira que foi ao Peru para as comemorações do centenário da Batalha de Ayacucho. Ronald também estabeleceu relações com intelectuais platinos, entre os quais o uruguaio José Antuña, político e escritor que, apesar de simpatizante de concepções arielistas e hispanistas, foi defensor da proposta pan-americanista dos Estados Unidos. Antuña liderou uma missão intelectual uruguaia que veio ao Brasil em 1934 e tornou-se amigo do poeta brasileiro.⁴¹ Ou seja, Ronald exerceu, em sua época, um relevante papel como mediador cultural entre o Brasil e a América Hispânica.

Como afirma Alexei Bueno (2002, p.285), Ronald de Carvalho obteve a “consagração pelos seus contemporâneos e um parcial e paulatino mergulho no esquecimento após a sua morte inesperada”. Ocupou um importante lugar na constituição de uma rede de intelectuais modernistas, particularmente no Rio de Janeiro. Antonio Arnoni Prado (1983), apesar das duras críticas à “modernidade ambígua” e “conservadora” de muitos modernistas cariocas, admite que “falar de Ronald, no entanto, é ainda hoje aceitar um exercício de contradições”. Se exerceu uma inegável liderança intelectual junto aos “modernistas da ordem” – e até mesmo um “verdadeiro fascínio sobre alguns companheiros de geração, como Renato Almeida e Álvaro Moreyra”, conforme Prado (1983, p.38-53) –, não foi incorporado, efetivamente, como se sabe, aos grupos liderados por Mário ou

40. Sobre as presenças de José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil, ver Crespo (2003) e Elisson (2002). Especificamente sobre as relações de amizade entre Reyes e Ronald, ver Elisson (2002, p.45-51, 81-90).

41. José Antuña ministrou conferências no Itamaraty e na Universidade do Rio de Janeiro, além de estabelecer contatos com políticos e intelectuais brasileiros. Agradeço as informações sobre Antuña e suas relações com Ronald de Carvalho a Mateus Fávoro Reis. Sobre José Antuña, ver Reis (2008).

Oswald de Andrade. Em se tratando das polêmicas modernistas, vale citar o próprio Mário de Andrade, que, em carta de 1924 a Manuel Bandeira, questionou:

E o chamado Modernismo? Mas eu quero saber quem no mundo poderá definir o Espírito Moderno sem incluir dentro dele as orientações mais díspares! Como afirmar que Ronald e Gui [Guilherme de Almeida], incluída e lembrada mesmo a parte formalista das obras deles, não são modernistas? (Moraes, 2000 apud Botelho, 2005, p.211-2)

Em suma, Ronald esteve no centro das principais polêmicas artísticas e políticas de sua época. Como poeta, ensaísta, diplomata e ministro do governo Vargas, sua trajetória e obra foram marcadas pela defesa dos valores nacionais e ibero-americanos. E há em Ronald uma inequívoca filiação às vertentes críticas, no entreguerras, ao liberalismo e ao “excesso” de materialismo. Foi um defensor do “espírito criador” e dos valores culturais e nacionais “autênticos”. Seus vínculos a concepções bergsonianas e orteguianas são evidentes.

O latino-americanismo cultivado por vários intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, ligados a diferentes vertentes, teve frequentemente inspiração arielista e vasconcelista.⁴² Pensaram a “unidade latino-americana” de uma forma “essencialista” e cultivaram uma visão “espiritualista” e idealizada da América Ibérica. Foi também com esses olhos que Ronald de Carvalho mirou a América Latina.

42. Estou me referindo, evidentemente, às concepções de José Enrique Rodó, em seu *Ariel*, de 1900 (como já mencionado na nota 21), e de José Vasconcelos, em *La raza cósmica*, de 1925.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAMIRANO, C. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- BEIRED, J. L. B. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOTELHO, A. *O Brasil e os dias: Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: Edusc, 2005.
- BUENO, A. A vida breve de Ronald de Carvalho. In: COSTA E SILVA, A. (Org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 285-308
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1964.
- CAPELATO, M. H. R. "El uno y la multitud": conflito de identidades num turbilhão de paixões. *Revista de História (São Paulo)*, n.134, p.49-60, 1996.
- CARDOSO, V. L. (Org.) *À margem da história da República (ideais, crenças e afirmações)*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.
- _____. (Org.) *À margem da história da República*. 3.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1990.
- CARVALHO, E. de. *Ensaio*. Brasília: Universa, Fundação Casa do Penedo, 1997.
- CARVALHO, R. de. *Imagens do México*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1930.
- _____. *Itinerário: Antilhas, Estados Unidos, México*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935
- _____. *Estudos brasileiros: terceira série*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976a.
- _____. *O espelho de Ariel e poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976b.
- _____. Bases da nacionalidade brasileira. In: CARDOSO, V. L. (Org.) *À margem da história da República*. 3.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1990. p. 179-98.
- _____. *Toda a América*. 3.ed., Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2001.
- CHACON, V. Elysio de Carvalho: do individualismo anárquico ao nacionalismo cultural. In: CARVALHO, E. de. *Ensaio*. Brasília: Universa, Fundação Casa do Penedo, 1997. p.43-66.

- COSTA, J. C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- CRESPO, R. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História (São Paulo)*, v.23, n.45, p.187-208, jul. 2003.
- _____. *Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. 2.ed. México: Ccydel-Unam, 2005.
- CRUZ, A. D. da. Identidade e alteridade em *Toda a América*, de Ronald de Carvalho: a vinculação do global e do local. *Espéculo. Revista de Estudios Literarios (Madrid)*, n. 38, mar./jun. 2008. Disponível em: <www.ucm.es/info/especulo/numero38/rcarvalh.html>. Acesso em: 9 maio 2009.
- ELISSON, F. P. *Alfonso Reyes e o Brasil: um mexicano entre os cariocas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. 10.ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. v.2.
- GOMES, A. de C. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- HOLANDA, S. B. de. *O espírito e a letra: estudos e crítica literária I*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MORAES, M. A. de (Org.) *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Edusp, IEB-USP, 2000.
- NUNES, C. Elysio de Carvalho e o espírito do seu tempo. In: CARVALHO, E. de. *Ensaio*. Brasília: Universa, Fundação Casa do Penedo, 1997. p.13-41
- ORTEGA, N. S. Carlos Obregón Santacilia. Disponível em: <www.uam.mx/e_libros/biografias/OBREGON.pdf>. Acesso em: 6 maio 2009.
- PALACIOS, G. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp; México: Secretaría de Relaciones Exteriores, México, 2008.
- PAZ, O. *O arco e a lira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PRADO, A. A. 1922 – *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Nacionalismo literário e cosmopolitismo. In: PIZARRO, A. (Org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. v.2, p.597-613

- PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- REIS, M. F. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- RODÓ, J. E. *Ariel*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- SCHWARTZ, J. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Edusp, Iluminuras, Fapesp, 1995.
- SILVA, H. R. da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.
- _____. A história intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-25.
- SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.231-69.
- VASCONCELOS, J. *La raza cósmica*. 4. ed. México: Espasa Calpe Mexicana, 1976.
- VILLAÇA, A. C. Nota editorial; Ronald, o clássico modernista. In: CARVALHO, R. de. *O espelho de Ariel e poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976. p.9-15
- ZANETTI, S. Modernidad y religión: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, A. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. v. 2, p.489-534.

CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS E
DIÁLOGOS POLÍTICOS E CULTURAIS

Leituras políticas e circulação de ideias entre a França e as Américas: Francisco Bilbao e a *Revue des Deux Mondes*

*Maria Ligia Coelho Prado*¹

A *Revue des Deux Mondes* foi criada em 1829. Em 1831, François Buloz, considerado seu verdadeiro fundador, assumiu a direção e, em 1833 comprou-a, financiado por Félix e Florestan Bonnaire. A revista tinha a finalidade de promover vínculos culturais, políticos e econômicos entre o mundo europeu e o “outro” mundo – extraeuropeu – americano, asiático e africano. O olhar universalista que guiava a publicação se voltou também para a América Latina, objeto, além das narrativas de viagem, de artigos sobre acontecimentos políticos e dados econômicos ou sobre as relações que esta guardava com a França.

Este texto é parte de uma pesquisa maior – que Gabriela Pellegrino Soares e eu desenvolvemos – sobre o lugar da *Revue* na produção e circulação de ideias entre a França e a América Latina do século XIX e princípio do XX. Visa entender as representações de América Latina, pensar as projeções francesas sobre a região, perceber as diferenças entre as Américas latina e anglo-saxônica e analisar as apropriações pelos latino-americanos de certas visões e interpretações francesas.

A *Revue* tem sido objeto de muitos pesquisadores, pois oferece um manancial de temas a serem explorados: atitudes

1. Professora Titular de História da América Latina do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

diante do realismo literário, do naturalismo, romance russo, literatura norte-americana, ou a questão alemã entre 1905 e 1940, ou as tomadas de posição diante do Irã, a visão sobre a Guerra do Pacífico, apenas para citar alguns. Há ainda trabalhos mais abrangentes sobre a revista como a tese de doutorado de Thomas Loué, *La Revue des Deux Mondes de Buloz à Brunetière: de la belle époque de la Revue à la Revue de la Belle Époque*, sob a orientação do Prof. Alain Corbin e defendida em 1998. Nela, o autor estuda as condições de produção material da revista e busca entender as estruturas lógicas em que ela se insere. Outros trabalhos que merecem ser citados sobre essa importante revista são os de Anne Karakatsoulis (1995), Gabriel de Broglie (1979), Jean-Marie Gobert (1984-1985) e Kátia Aily Franco de Camargo (2005).

De maneira geral, pode-se afirmar que a *Revue* não é um produto de um pequeno grupo de intelectuais marginais e não conhece, no século XIX, grandes desventuras econômicas ou vacilações ideológicas. Encontra seu lugar como importante revista de cultura geral e se dirige a uma elite intelectual. No período sobre o qual estou trabalhando – desde sua fundação, em 1829, até 1874 (início de sua terceira fase) –, ela se posiciona como defensora da monarquia e do grupo orleanista. Num amplo espectro político, a revista se coloca no campo da direita moderada e constitucional.

Feita esta brevíssima introdução, indico as duas questões centrais desta apresentação. Em primeiro lugar, destacarei a perspectiva imperial francocêntrica da *Revue* e, posteriormente, as leituras políticas dos textos franceses realizadas pelo chileno Francisco Bilbao.

A PERSPECTIVA IMPERIAL FRANCOCÊNTRICA DA *REVUE*

Ao olharmos para a França a partir da América Latina, concluimos que, no século XIX, esse país europeu foi entendido e aceito como polo irradiador de ideias políticas e de modelos culturais para os países latino-americanos, aparecendo como principal referência no que concerne ao mundo literário e artístico em geral. A França, assim, ocupa um lugar privilegiado nas ideias latino-americanas.

No entanto, se dirigirmos nossos olhares para a América Latina a partir da França, mais especificamente a partir da *Revue*, notaremos uma situação diferente. Para a América Latina está reservado um lugar secundário. No cenário internacional, alguns países da Europa e mesmo os Estados Unidos ganham destaque. É fácil perceber esse lugar pela pequena produção de artigos da revista sobre a região. Para a já citada Anne Karakatsoulis (1995, p. 522), tese que se refere ao século XX, mas que se aplica ao XIX: “A América Latina é o exemplo típico da dissociação absoluta que a *Revue* opera entre sua redação e seu público”.

Essa perspectiva se reflete também nos arquivos. Visitamos os Bureaux et Bibliothèque do Institut de Mémoire de l’Edition Contemporaine (Imec) em Paris e os arquivos da *Revue* administrados por essa instituição, depositados na abadia de Ardenne, nos arredores de Cäen na Normandia. A parte essencial dos documentos refere-se à economia e à gestão da revista, com muitos documentos contábeis e inventários. Não havia materiais que respondessem a algumas de nossas perguntas, em especial as concernentes às listas de assinantes latino-americanos da revista. A lista mais antiga é de 1899 e está incompleta. Além disso, não encontramos também números da tiragem da revista. Existe, entretanto, uma relação das livrarias distribuidoras da *Revue*, com data de 1889/1890. Esse documento é revelador, pois indica a existência de numerosas casas distribuidoras na

Europa (5 na Inglaterra e Alemanha, 6 na Itália, 2 na Espanha), mas apenas uma nos Estados Unidos, a *International News* de Nova York, e simplesmente nenhuma na América Latina. Num quadro de contatos de negócios de Buloz no estrangeiro, entre 1848 e 1852, além dos europeus, aparecem 4 nos Estados Unidos e nenhum na América Latina.

A *Revue* olha para o mundo com uma fortíssima fixação francocêntrica. As abordagens sobre o mundo extraeuropeu têm como ponto central de referência os interesses nacionais franceses. A *Revue* que assume uma visão imperial se coloca como representante da França – o emprego do pronome *nós* e do possessivo *nosso* é constante. Os artigos políticos da *Revue* sobre o mundo extraeuropeu nos permitem acompanhar suas posições sobre o desejado – e pensado como legítimo e merecido – lugar da França no cenário internacional, não apenas em termos de hegemonia cultural, mas também de geopolítica e de domínio de mercados.

Há dois movimentos que se completam nesses discursos, um defensivo e outro agressivo; o primeiro carrega no tom melancólico e frustrado que lamenta o fato de a França não ocupar mais o lugar de preeminência internacional que alcançara no século anterior. O segundo enfatiza a importância de a França não perder o que ainda estava em suas mãos e defende diretrizes para um programa de política externa mais agressiva. Nesse contexto, há dois constantes adversários: a Grã-Bretanha – a grande potência que persegue o objetivo de controlar os mercados mundiais – e os Estados Unidos – mostrados como o país americano que quer marcar e ampliar sua presença mundial.

Os longos artigos trazem informação histórica e muitos dados sobre o momento e se estendem das Ilhas Falklands à Argélia. O que me permite passar das Américas à África é a constatação de um discurso semelhante sobre esse “segundo”

mundo. A Argélia e as Ilhas Falklands fazem parte do território extraeuropeu sobre o qual a França deveria exercer influência.

Escolhi apenas alguns artigos ordenados cronologicamente.

O primeiro artigo analisado, “De la conservation d’Alger”, do historiador liberal Eugene Lerminier (1836), foi escrito em um contexto no qual a França havia invadido a Argélia em 1830 e em 1836 e enfrentava dura resistência por parte dos argelinos. Em sua reflexão, Lerminier (1836, p.608) é claro:

A posse do litoral africano é necessária não apenas ao brilho (*éclat*), mas à segurança do nosso império. Nós precisamos de uma posição forte para contrabalançar Gibraltar, canhão sempre aberto, sempre armado... Importa à nossa liberdade e a nosso comércio no Mediterrâneo sermos proprietários de um vasto território africano. Argel protege Marselha... Assim a agricultura, a guerra e a Marinha, essas três vocações da França, precisam ser guardadas na África.

Ainda segundo esse autor:

A conservação da Argélia é tão necessária quanto justa, pois nossos interesses, dos mais particulares aos mais gerais, aí se encontram. É assim que as conveniências do sul da França combinam com as da França inteira e com as da Europa. [...] Há na conquista e na conservação da Argélia uma preciosa mistura de grandeza e de utilidade, de poesia e de razão. (ibidem, p.614)

De acordo com Lerminier (1836, p.616), a França não poderia abandonar a Argélia, porque senão outra potência europeia iria tomá-la: “A Inglaterra construiria uma segunda Gibraltar, se ela não for antecipada pela América, que trata neste momento com o império de Marrocos para adquirir um porto na costa da África”.

Em suas “Lettres sur l’Amérique”, do mesmo ano do texto de Lerminier, o famoso engenheiro, político e economista libe-

ral Michel Chevalier (1836, p.87), que havia visitado os Estados Unidos, relembrando o século XVIII, canta as glórias de Luís XIV, afirmando que:

Então nossa língua podia pretender ser a língua universal. O nome francês tinha, então, boas chances de se tornar o primeiro, não apenas como o dos gregos, no mundo das ideias, em virtude da literatura e das artes, mas também, como o dos romanos, no mundo material e político, em função do número de homens que orgulhosos levavam o nome francês pelos imensos territórios que sua dominação cobria.

Afirma que, naquele momento, só restavam aos franceses arrependimentos amargos e impotentes. Os ingleses haviam derrotado os franceses tanto na América quanto nas Índias Orientais. O idioma francês se perdia; os nomes das cidades e das regiões que eles exploraram se desfiguravam e se anglicanizavam a ponto de ficarem irreconhecíveis. Segundo Chevalier (1836, p.87), “nós mesmos nos esquecemos de que houve um tempo quando poderíamos ter sido reis do Novo Mundo”.

No artigo do historiador e germanista Paul Grimblot, “Politique Coloniale de l’Angleterre”, publicado em 1843, um dos temas centrais é a conquista inglesa sobre as Ilhas Falkland. Naquele ano, os ingleses se instalaram nas ilhas e um orçamento ia ser votado pelo Parlamento, tendo em vista sua colonização. Tal fato, segundo Grimblot (1843, p.781), “marca um novo passo do engrandecimento colonial que a Inglaterra persegue incessantemente sobre todos os pontos do globo”. O autor ainda nos informa que o nome francês de Malouines (o espanhol transformou em Malvinas) foi dado por Bougainville “num tempo em que a França era menos desinteressada do que é hoje nas grandes questões de política colonial e colocou as bases de um estabelecimento cujo abandono foi uma das tarefas do reino de Luís XV” (ibidem, p.782). De acordo com seu relato, os projetos

britânicos nas ilhas interessavam particularmente aos Estados Unidos. Saíam por ano 300 navios de caça a baleias e focas da Nova Inglaterra que usavam as ilhas livremente. Os ingleses permitiriam que isso continuasse?

É penoso perceber que os empreendimentos da Inglaterra toquem tão mediocrementemente os interesses franceses. Enquanto as potências marítimas, nossas rivais, estendem em concorrência seu comércio sobre todos os mares do globo, nossos armadores parecem se fechar nos estreitos benefícios de um monopólio condenado a não durar para sempre. (Grimblot, 1843, p.813)

Ainda segundo Grimblot (1843), os empreendimentos comerciais da França estavam num estado de torpor, a bandeira francesa era quase estrangeira nos mares nos quais seus pais mais ousados e industriosos recolheram grandes lucros. Suas relações com a América do Sul eram estacionárias e se restringiam ao litoral do Atlântico, onde lutavam com dificuldade contra a concorrência da Inglaterra e dos Estados Unidos. Grimblot (1843, p.814) elogiava, nesse sentido, o governo da Inglaterra: “Não condenemos na Inglaterra o que nós admiramos na política de Richelieu, de Luís XIV e de Napoleão, que fizeram da França sucessivamente o árbitro dos destinos do mundo”.

Xavier Raymond, especialista em questões da Marinha francesa e britânica, em artigo de 1853, intitulado “De la rivalité de l’Angleterre et des États-Unis: les anglais et les américains au Mexique et dans l’Amérique Centrale”, muda o tom dos discursos que vinham sendo construídos pela revista. Se até aqui o tom era defensivo, nesse artigo encontramos uma postura mais agressiva. Creio, nesse sentido, que as lamentações, desde a década de 1830, sobre a perda de poder da França nas Américas, prepararam o terreno para a polícia intervencionista de Napoleão III, na década de 1860 no México.

O artigo versa sobre a rivalidade entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Xavier (1853, p.299) inicia seu texto afirmando que, depois de um século, “todos os povos de raça latina ou de religião católica” estão em decadência se comparados ao extraordinário desenvolvimento da “raça anglo-saxônica”. Cita como exemplos a Espanha, Portugal, a triste Itália, a infeliz Polônia e a deplorável Irlanda. A única exceção é a França que, “entre suas irmãs de sangue”, continua como “potência de primeira ordem”. Sem dúvida, ela perdeu imensas possessões e ricas colônias, sem dúvida ela viu desaparecer a preponderância fugidia que Dupleix conquistou por um momento na Índia, mas, apesar das catástrofes, ela não cessou de trabalhar, de aumentar suas riquezas internas e de desenvolver os recursos de seu admirável território; ela é sempre a mãe fecunda de inumeráveis e intrépidas legiões: ela ainda é poderosa por sua influência nos costumes, nos gostos e nas ideias.

Nesse texto, discorre ainda sobre o progresso dos Estados Unidos e sua crescente intervenção no resto da América. Demonstrando grande familiaridade com os assuntos navais, apresenta as negociações entre a Inglaterra e os Estados Unidos para a abertura de um canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico através da América Central. Expõe as tratativas entre os dois países sobre a abertura do canal pela Nicarágua e pormenoriza as negociações que terminaram com a assinatura do tratado Clayton-Bulwer. A França seria a grande ausente nas conversações. Indica que quem tinha o domínio da situação eram os Estados Unidos. Termina seu texto dizendo que esse país iria levar sua bandeira e ocupar o istmo, o que lhe permitiria aspirar à preponderância sobre os dois oceanos. Isso, segundo Xavier (1853), seria apenas uma questão de tempo, e nem a Inglaterra, nem a França, nem ninguém teria condição de impedi-los.

Charles de Mazade, figura importante na *Revue*, autor de diversos artigos sobre a América Latina, entre os quais uma

“resenha” sobre o clássico *Facundo* do argentino Domingo F. Sarmiento, escreveu, em 1852, um artigo extraordinário para a análise que desenvolvemos aqui, “Le socialisme dans l’Amérique Latine”. É uma síntese de várias questões espalhadas em outros artigos. Aqui se concentra a visão desse importante articulista sobre o lugar da França no mundo, assim como sua visão sobre a América Latina. De um lado, canta a glória da França, afirmando seu desprezo pelo socialismo; de outro, mostra a América Latina como lugar “curioso”, “bizarro”, com homens destemperados, e indica os adversários franceses: Grã-Bretanha e Estados Unidos. Em um primeiro momento, glorifica a França, que, segundo Mazade (1852, p.641), “é o ministro universal das nações, a reguladora soberana de seus movimentos e de seus pensamentos”, ela lhes providencia “sistemas e novidades”.

Ao discorrer sobre o socialismo na América do Sul, considera que este estava presente especialmente no Chile e na Colômbia; é um “bizarro prolongamento das revoluções europeias; pueril e absurdo eco dos problemas que nos oprimem” (ibidem, p.643). Afirma ainda que “as ideias democráticas [invoca o argentino, líder da independência, Bernardo de Monteagudo] e o socialismo são absolutamente sem relação com os fundos reais das sociedades americanas” (ibidem, p.647). É importante notar aqui, ainda em meados do século XIX, uma precoce análise da inadequação das ideias “importadas” em relação à realidade latino-americana.

Segundo Mazade (1852, p.649), o Chile seria o teatro dessa “curiosa experimentação socialista”. O autor faz referências, em seu texto, a outros intelectuais e políticos latino-americanos, mas dedica bastante espaço ao chileno Francisco Bilbao. Para Mazade (1852, p.652), Bilbao é “uma das mais curiosas figuras da América atual”; “é o tipo juvenil e rutilante, dono de uma destas imaginações quase completamente loucas”. Para o autor,

como pensar em socialismo se, em Santiago, não há indústria, nem comércio, nem entrada ou saída de barcos, nem teatros.

Nas palavras de Mazade (1852, p.664), “na América, os nomes são civilizados, as coisas são bárbaras”. É uma “raça que flutua entre as sugestões selvagens e os excessos intelectuais”. A América Latina teria, segundo ele, uma inaptidão prática em face de um mundo a conquistar. Nesse sentido, “eles” precisariam não das teorias e dos sistemas europeus, mas sim de seus missionários, seus engenheiros, seus operários, sua indústria, seus capitais, coisas capazes de fazer da civilização uma realidade consistente (ibidem, p.665).

No final do artigo, passa a discorrer sobre o perigo que os Estados Unidos representam para a América do Sul e, naturalmente, para a França. Diz: “A raça anglo-saxônica ameaça Cuba, devora as províncias como Texas e Califórnia, entra no coração do México que está à beira da dissolução”. Afirmar ainda que “hoje é o Panamá, na Nova Granada mesma em que ele põe o pé. [...] O Panamá pertence já aos anglo-americanos [...] O Panamá é a chave do continente sul-americano. [...] O socialismo da Nova Granada não vai impedir esse avanço”. Por fim, pergunta-se: “o sangue está tão frio nas veias da Europa para que nós deixemos acontecer esta lenta e progressiva tomada de possessões de um continente por uma raça ambiciosa?” (ibidem, p.666).

LEITURAS POLÍTICAS DOS TEXTOS FRANCESES REALIZADAS PELO CHILENO FRANCISCO BILBAO

O chileno Francisco Bilbao (1823-1865) se constitui em figura paradigmática para pensarmos a questão da circulação e apropriação de ideias no espaço latino-americano. Ele foi um homem de ideias radicais e profundamente anticlericais, a ponto de ser excomungado pela Igreja Católica. Na década de 1840,

fundou, em Santiago, a Sociedade da Igualdade, que congregava setores pobres da sociedade e defendia ideias de igualdade social. Viajou para a Europa, tomando conhecimento dos textos de Quinet, Michelet e, especialmente, Lamennais. Foi até mesmo alcunhado de o Lamennais da América.

Minha hipótese é a de que, por suas ligações com a França, Bilbao era leitor da *Revue* e, por isso, estava tão bem informado sobre diversas questões americanas, entre as quais estavam as discussões sobre a abertura de um possível canal no Panamá e o papel dos Estados Unidos. Na minha perspectiva, só assim se entende o texto de Bilbao (1993), “Iniciativa de la América: idea de un Congreso Federal de las Repúblicas”, de 1856, no qual faz referências precisas ao Panamá e ao perigo representado pelo avanço dos interesses econômico-políticos dos Estados Unidos em direção à América Latina.

Nesse texto, Bilbao repete várias informações encontradas em artigos da *Revue*, como no de Charles de Mazade, publicado em 1852. O chileno afirma que, naquele momento, viam-se impérios que pretendiam renovar a velha ideia da dominação do globo: o império russo e os Estados Unidos. A Rússia estava longe, mas os Estados Unidos, perto. E estes, em sua visão, estendiam suas garras em direção ao sul: “Já vimos cair fragmentos de América nas mandíbulas saxônicas. Ontem o Texas, depois o norte do México e o Pacífico saúdam a um novo amo”.

Faz referência a William Walker, aventureiro norte-americano, que andou pelo México, aparecendo em artigo de Gabriel Ferry escrito especialmente para a *Revue* e depois tomou o poder na Nicarágua, sendo finalmente derrotado e fuzilado. Diz Bilbao (1993, p.61):

Walker é a invasão, Walker é a conquista, Walker são os Estados Unidos. Esperaremos que o equilíbrio da força se incline de tal modo ao outro lado que a vanguarda de aventureiros e de

piratas de territórios chegue a assentar-se no Panamá, para pensarmos em nossa união?

Como Charles de Mazade, ocupa-se do Panamá, então território colombiano. Afirmo Bilbao (1993, p.62):

Panamá é o ponto de apoio que busca o Arquimedes ianque para levantar a América do Sul e suspender nos abismos para devorá-la aos pedaços. Nem a antiga Colômbia bastaria para conter o avanço saxão, uma vez rotos os diques que são os donos das chaves dos grandes rios. Depois o Peru é o ameaçado, como já o é o Amazonas.

Entretanto, o que deve ser enfatizado é que Bilbao inverte a perspectiva francesa. Lendo a *Revue* e utilizando-se de suas informações, transforma-as em uma tese inversa àquela advogada pelos textos da revista. Os Estados Unidos são o perigo, porém a solução não é fazer avançar os interesses franceses, nem colocar-se sob a guarda e proteção da França “civilizada”. A resposta é a autonomia e a unidade latino-americana. O chileno propõe que se “unifique a alma da América”; que se “identifique seu destino com o da República”. Diz Bilbao (1993, p.65): “Chegou o momento histórico da unidade da América do Sul”.

Em suma, duas questões centrais me interessaram neste texto. Primeiro, mostrar que a *Revue* fala em nome da França firmemente identificada como centro irradiador de cultura e modelo de civilização. Suas ambições políticas são justificadas pela revista que lamenta o poder perdido da França e sonha com novas conquistas. O segundo ponto é elaborar uma reflexão sobre a circulação de ideias entre a França e a América Latina, indicando, como no caso de Francisco Bilbao, que houve uma apropriação das informações veiculadas pela revista e uma significativa reelaboração dessas ideias em consonância com os problemas latino-americanos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- BILBAO, F. Iniciativa de la América: idea de un Congreso Federal de la Repúblicas. In: ZEA, L. (Org.) *Fuentes de la Cultura Latino-Americana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. v.1, p.52-66.
- BROGLIE, G. de. *Histoire politique de la Revue de Deux Mondes de 1829 à 1979*. Paris: Perrin, 1979.
- CAMARGO, K. A. F. de. *A Revue des Deux Mondes: intermediária entre dois mundos*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo.
- CHEVALIER, M. Lettres sur l'Amérique. *Revue des Deux Mondes*, série IV, v.VIII, 1836.
- GOBERT, J.-M. *Itinéraire intellectuel et politique de la Revue des Deux Mondes de 1848 à 1893*. Paris, 1984-1985. Thèse (Doctorat) – Institut d'Études Politiques de Paris.
- GRIMBLOT, P. Politique Coloniale d'Angleterre. *Revue des Deux Mondes*, v.III, 1843.
- KARAKATSOULIS, A. *La Revue des Deux Mondes de 1920 à 1940: une revue française devant l'étranger*. Paris, 1995. Thèse (Doctorat en Histoire) – École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- LERMINIER, E. De la conservation d'Alger. *Revue de Deux Mondes*, série IV, v.VI, 1836.
- LOUÉ, T. *La Revue des Deux Mondes de Buloz à Brunetière: de la belle époque de la Revue à la Revue de la Belle Époque*. Paris, 1998. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université Paris I.
- MAZADE, C. de. Le socialisme dans l'Amérique Latine. *Revue des Deux Mondes*, v. XIV, avr./mai/juin 1852.
- RAYMOND, X. De la rivalité de l'Angleterre et des États-Unis: les anglais et les américains au Mexique et dans l'Amérique Centrale. *Revue des Deux Mondes*, série II, v.II, avr./mai/juin 1853.

A *Revue des Deux Mondes* em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais

Gabriela Pellegrino Soares¹

INTRODUÇÃO

Em *Cultura e imperialismo*, Edward Said (1995, p.266) afirma que, nas sociedades colonizadas, “a lenta recuperação, muitas vezes amargamente disputada, do território geográfico, a qual se encontra no cerne da descolonização”, tem como contrapartida o “mapeamento do território cultural”. Depois do período de “resistência primária”, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, “quando se tenta reconstituir uma ‘comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial’ [...]”.

Obter reconhecimento implica, enfim,

[...] remapear e então ocupar o lugar nas formas culturais imperiais reservado para a subordinação, ocupá-lo com autoconsciência, lutando por ele no mesmíssimo território antes governado por uma consciência que supunha a subordinação do Outro designado como inferior. *Reinscrição*, portanto. (Said, 1995, p.266-7)

1. Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

Mas, nesse processo de reinscrição, as sociedades emancipadas necessariamente depararam com “formas já estabelecidas” ou pelo menos “permeadas pela cultura do império”.

Essa dinâmica pode ser percebida nas inúmeras interpretações que, no século XIX, os emancipadores e construtores dos Estados nacionais hispano-americanos forjaram a respeito dos contornos culturais e territoriais do universo social a que se reportavam.²

O processo de reinscrição envolveu, em verdade, a busca por novas referências europeias, e mais tarde também de outras partes, fundamentalmente não espanhóis. Envolveu também a busca por respaldo externo para as escolhas que se faziam.

Os impressos, em crescente circulação internacional no século XIX – com o desenvolvimento dos empreendimentos comerciais no campo de jornais, revistas e livros –, constituíram um canal importante para a projeção de novos repertórios de ideias, que se prestavam à análise dos grupos dirigentes hispano-americanos. Apenas em menor escala constituíram um canal para encontrar a aprovação de certas fontes de autoridade sobre sucessos dos caminhos abraçados.

A *Revue des Deux Mondes*, um dos mais renomados e vigorosos periódicos europeus a atravessar o século XIX, desde a sua criação em 1829, desempenhou um papel particularmente relevante nesse sentido.

2. Mary Louise Pratt (1999), por exemplo, propôs uma sugestiva análise sobre como a visão de Humboldt sobre o Novo Mundo permeou as leituras de Simón Bolívar e Andrés Bello – que chegaram a conhecê-lo – sobre a América, ainda quando se empenhavam, como Bello, na revista *Repertorio Americano* criada em Londres, em 1826, em produzir algo “rigorosamente” americano, propiciando conhecimento e visão para a tarefa de fundar as novas repúblicas.

A REVUE DES DEUX MONDES DE FRANÇOIS E CHARLES BULOZ

No início dos anos 1830, assumiu a direção da *Revue des Deux Mondes* o lendário editor francês François Buloz, responsável por imprimir o perfil e a importância que marcariam a publicação ao longo das décadas seguintes. Após sua morte, em 1877, Buloz foi sucedido por seu filho Charles Buloz. Tal inflexão inaugurou um processo de perda de vitalidade da empresa, que se traduziu na redução do número de assinantes com que contava na época da transição, estimado em 25 mil, e culminou na demissão de Charles Buloz, em 1893.

Nos anos de maior *frisson*, a revista colocou em prática a finalidade de promover vínculos culturais, políticos e econômicos entre o mundo europeu e o “outro” mundo – extraeuropeu. Reunindo colaborações de prestigiosos escritores e pensadores da época, enfocava temas literários e artísticos, questões filosóficas, históricas e científicas, temas de política e economia, e muitos relatos de viagens a terras distantes.

No que diz respeito à América Latina, objeto de muitos artigos com as mais variadas perspectivas (dos acontecimentos políticos às informações estratégicas sobre os potenciais naturais), a *Revue* procurava destacar a difusão das ideias liberais e humanistas, assim como de expressões literárias francesas, entre os “espíritos cultivados” das jovens repúblicas. Embora a revista não fosse um órgão de comunicação governamental, acredito que estivesse empenhada em afirmar o lugar da França como modelo civilizacional a ser seguido. Do ponto de vista político, esteve muito enfronhada nas altas esferas do poder, especialmente entre 1830 e 1848, durante o reinado de Louis-Philippe d’Orleans.

O esforço febril de François Buloz assegurou que os vínculos com o “outro” mundo não ficassem restritos às informações

e representações sobre regiões longínquas contidas nos longos artigos. O editor tinha clareza dos cadafalsos econômicos que vitimaram muitos periódicos de qualidade nos Oitocentos.

Era, pois, preciso explorar os mercados leitores que a revista englobava em suas projeções simbólicas, por intermédio de uma eficiente rede de distribuição internacional e, sobretudo, de venda de assinaturas. O volume de correspondências trocadas entre Buloz e seus representantes mundo afora expressa a importância que adquiriram os vínculos comerciais, paralelamente aos culturais e políticos, que a *Revue* buscou fomentar.

CHARLES DE MAZADE E DOMINGO F. SARMIENTO: INTERCESSÕES

Em visita aos arquivos da *Revue* hoje reunidos na Abbaye d'Ardenne, na Normandia, Maria Ligia Prado e eu constatamos que são poucos os registros sobre a distribuição e a origem dos assinantes da revista na América Latina do século XIX. Entretanto, há sinais de que figuras proeminentes do mundo intelectual e político dos diferentes Estados nacionais em formação conheciam, valorizavam e incorporavam referências veiculadas pela *Revue* em seus esforços de reinvenção das sociedades emancipadas.

Expressão singular do *status* gozado pela *Revue* na região do Prata foi o empenho de Domingo F. Sarmiento para conquistar um honroso comentário sobre seu então recém-publicado *Facundo: civilização ou barbárie*, em um artigo assinado por Charles de Mazade, em 1846, intitulado “De l'Américanisme et des Républiques du Sud” (cf. Terán, 2006, p.42-78). Escreveu Mazade (1846, p.625):

O livro de Sarmiento é uma das obras excepcionais da nova América onde pulula alguma originalidade; trata-se de um es-

tudo vivo, de uma análise profunda e vigorosa de todos os fenômenos da sociedade americana e, particularmente, da sociedade argentina. [...]

O senhor Sarmiento torna claros vícios hereditários, perturbações e paixões dissolventes que teriam o efeito de reconduzir a América à vida selvagem. Por mais triste que seja o presente, o combate hoje levado a cabo além do Atlântico deve ser considerado como uma das provas solenes por meio das quais se forma a virilidade de um povo.³

A menção foi pouco mais tarde celebrada na autobiografia que Sarmiento escreveu durante o exílio no Chile, em 1850. Os comentários de Mazade sobre o *Facundo* na “*Revista de Ambos Mundos*”, como a chamou Sarmiento, ficaram pois registrados em *Recuerdos de Provincia*.

Gostaria de ressaltar a posição ocupada por Charles de Mazade na estrutura da *Revue des Deux Mondes*, ao longo dos 47 anos, iniciados em 1845, em que atuou como colaborador. Mazade não tardou em conquistar a confiança de François Buloz, que lhe delegou crescentes responsabilidades, dentre as quais a redação da “*Chronique*”, prestigiada seção da *Revue*. Ao mesmo tempo, provavelmente em virtude das temporadas que passava em sua casa de campo em Flamarens, nos Pirineus, para desespero de Buloz, Mazade tornou-se fonte de artigos que a *Revue* dedicava à Espanha. Não por acaso, seu foco de interesses se estendeu, vez por outra, às ex-colônias espanholas no Atlântico.

3. Tradução livre do francês, de minha autoria. A partir daí, Mazade recupera diferentes passagens de *Facundo*, como a descrição feita por Sarmiento de diferentes tipos sociais do universo *gaucho* argentino, como o rastreador, o *baqueano* e o cantor.

CHARLES DE MAZADE E ESTÉBAN ECHEVERRÍA

Em “De l’Américanisme et des Républiques du Sud”, ao fazer notar as afinidades entre os jovens letrados argentinos e os referenciais civilizatórios franceses, Mazade (1846) também chamou a atenção para outro autor argentino que considerava paladino do projeto civilizador – Estéban Echeverría (1805-1851), prestigiado representante da *Geração de 1837*, que se antepôs ao governo ditatorial instituído por Juan Manuel Rosas entre os anos 1830 e fevereiro de 1852.

Echeverría, retornando a seu país em 1830, após uma temporada na França, logo alçado a símbolo do jovem romântico conhecedor das novas tendências literárias e das ideias socialistas utópicas, belo e sofisticado, tornou-se uma das figuras centrais na oposição à ditadura rosista, em Buenos Aires e, pouco depois, no exílio no Uruguai, onde, sempre fragilizado por sua saúde, morreria pouco antes da queda de Rosas.

O ponto de partida dessa mobilização foi o Salão Literário fundado em 1837 com vistas a debater as novidades trazidas da França. No entanto, seus participantes anunciavam o compromisso de refletir sobre essas referências à luz da realidade argentina, buscando conciliar os elementos em confronto e estabelecer as bases para a identidade nacional.

Do Salão Literário nasceria, em 1838, a Associação Secreta Jovem Argentina (inspirada na Jovem Europa de Mazzini), cujos principais integrantes, Estéban Echeverría, Juan María Gutiérrez e Juan Bautista Alberdi, publicaram, em 1º de janeiro de 1839, em Montevidéu, o manifesto *Creencia*, em 1846 reeditado, sob autoria de Echeverría, com o título *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo*, “precedido de una Ojeada Retrospectiva sobre el Movimiento Intelectual en el Plata desde el año 37”.

O documento definia os horizontes da comunidade política argentina. Para Sarlo e Altamirano, organizadores do volume

da Biblioteca Ayacucho dedicado ao escritor, “um dos seus atributos foi o de codificar temas que estavam no ar intelectual desses anos. A crítica tem indicado o quanto esse texto deve à leitura de certos livros, de certos autores, de certas revistas” (apud Echeverría, 1991, p.XXX).

Muitos dos autores caros a Echeverría – como Guizot e Lammenais, para destacar apenas dois – eram colaboradores assíduos da *Revue des Deux Mondes*, conhecida, segundo Sarlo e Altamirano, “no âmbito da cultura letrada rioplatense”, formando parte do *millieu* intelectual dos jovens universitários desde a década de 1830 (ibidem, p.XXXIX).

A *Revue*, dentre outras leituras importantes de seu repertório, ofereceu-lhe conceitos, maneiras de pensar e informações estratégicas para ler e projetar a realidade argentina à luz do mundo.

ESTÉBAN ECHEVERRÍA, PHILARÈTE CHASLES E ALCALÁ GALIANO

Um exemplo dos lugares ocupados por leituras dessa natureza encontra-se na conclusão da *Ojeada Retrospectiva*:

Ao concluir-se a impressão deste escrito, lemos nos números 234, 35 e 36 de *El Comercio del Plata* um artigo intitulado “*Considerações sobre a situação e o futuro da literatura hispano-americana*”, no qual o senhor Alcalá Galiano, literato espanhol, assegura que a literatura americana “*se halla todavía en mantillas*”; e explicando esse fenômeno com considerações que só revelam “uma suma ignorância do verdadeiro estado social da América, o senhor Galiano atribui o problema ao fato de os americanos terem ‘renegado seus antecedentes e esquecido sua nacionalidade de raça’, aconselhando-os a ‘voltar à tradição colonial’” [...].

Como, a despeito da vantajosa posição da Espanha, considerando-se suas belas tradições literárias e literatos de profissão que contam com meios abundantes de produção, e com um vasto

teatro para a manifestação do pensamento – vantagens de que carecem os escritores americanos –; como, apesar de tudo isso, nós não reconhecemos maior superioridade literária, no que se refere à originalidade, da jovem Espanha sobre a América, o senhor Galiano permitirá que lhe digamos que não nos achamos dispostos a adotar seu conselho, nem a imitar imitações, nem a buscar na Espanha nem em nada de espanhol o princípio engendrador de nossa literatura, que a Espanha não tem, e nem nos pode dar [...]. (Echeverría, 1991, p.205)

Nesse ponto, discutindo a tendência à imitação que marca a própria literatura espanhola, Echeverría faz referência a um escritor francês do século XIX e remete o leitor, em nota de rodapé, a um artigo de “Filarete Chasles” publicado pela *Revista de Ambos Mundos*, que versa sobre a literatura norte-americana.

Philarète Chasles, com efeito, foi por anos, até o seu rompimento com François Buloz, um assíduo colaborador da *Revue des Deux Mondes*, além de correspondente da revista na Inglaterra. “De la littérature dans l’Amérique du Nord”, artigo de sua autoria estampado na *Revue* em julho de 1835, é considerado um marco, por lançar luz sobre referências pioneiras acerca da literatura norte-americana (cf. Pichois, 1965). Outro artigo seu na *Revue*, de 1844, intitulado “Tendences littéraires en Angleterre et en Amérique”, chamaria pela primeira vez a atenção do público leitor de língua francesa para um autor que logo alcançaria grande repercussão – Ralph Waldo Emerson.

Embora a nota de Echeverría⁴ recomendasse a leitura de um artigo não especificado de Philarète Chasles sobre a litera-

4. Nesse caso, a nota é de autoria do próprio autor, e não de Juan María Gutierrez, organizador das obras completas de Echeverría. O esclarecimento é necessário, pois as muitas notas preparadas por Juan María Gutierrez também foram incorporadas à edição da Biblioteca Ayacucho com que trabalhei.

tura norte-americana – há outros sobre o assunto no intervalo entre os dois que destaquei e até o momento da redação da *Ojeada* –, a menção a esse escritor no corpo do texto se refere a um outro artigo não citado de Philarète Chasles, do ano de 1841, tomo 28, sobre os “Auteurs espagnols contemporains”.⁵

-
5. O tema da literatura norte-americana volta a aparecer mais adiante na *Ojeada Retrospectiva*, já que Echeverría (1991, p.208) rebate a interpretação “inadequada” que Alcalá Galiano apresenta dos argumentos do mesmo Philarète Chasles:

“O senhor Galiano, que diz pertencer à escola filosófica cujas doutrinas propaga, não deve ignorar que nas épocas de transição, como aquelas em que estão a Espanha e a América, raras vezes aparecem gênios criadores na literatura; porque o gênio, que não é planta parasita nem exótica, só pode beber a vida e a inspiração na fonte primitiva das crenças nacionais.

Com a chave, pois, das doutrinas de sua escola e o conhecimento do estado social da América, o senhor Galiano teria explicado o atraso de sua literatura mais facilmente, fazendo uma aplicação inadequada das visões de Chasles sobre a literatura norte-americana a uma sociedade que nada tem de análogo com aquela.

O senhor Galiano há de ter bem claro o que era a Espanha inquisitorial e despótica; pois bem: calcule o que seria a América colonial, filha espúria da Espanha e deduza daí se pode haver ponto de analogia entre a sociabilidade hispânica e anglo-americana.

O senhor Galiano sob a fé, sem dúvida, de *mister* Chasles, estabelece que a literatura norte-americana ‘vegeta em decente mediocridade’; mas se tal acepção é permitida a um escritor francês relativamente à literatura de seu país, não nos parece admissível em um literato espanhol; que nomes espanhóis modernos o senhor Galiano oporá aos de Franklin, Jefferson, Cooper, Washington, Irving, celebridades com sanção universal na Europa e na América?

É verdade que alguns ramos da literatura não prosperaram nos Estados Unidos; mas isso é porque lá se prefere realizar o pensamento e levar a melhora do bem-estar individual e social à atividade das faculdades que, na Espanha e em outros países, se desperdiçam em estéreis especulações

Trata-se de um artigo demolidor de Chasles acerca da literatura espanhola, que, a seu ver, após um curto período de genialidade, que remonta ao *Siglo de Oro*, teria perdido sua fecundidade, energia e nacionalidade em favor da simples imitação de modelos literários estrangeiros.

Encorajado por seus argumentos, Echeverría (1991, p.206) prossegue sua crítica a Galiano afirmando que, se este estivesse bem informado sobre as coisas americanas, “não ignoraria que o movimento de emancipação do classicismo e a propaganda das doutrinas sociais do progresso tiveram início na América antes do que na Espanha”; e que, no Prata, “esse movimento esteve quase paralisado desde o ano de 37 por circunstâncias especiais e por uma guerra desastrosa, em que estão precisamente confrontadas as tradições coloniais e as ideias progressivas”.

Teria visto, além disso, que uma fase desse movimento implica “o completo divórcio de tudo que é colonial ou, o que é a mesma coisa, de tudo que é espanhol” e, em contrapartida, a “fundação de *creencia*” sobre o princípio democrático da revolução americana: “trabalho lento, difícil, necessário”, conclui enfim, para que se possa constituir “cada uma das nacionalidades americanas”, trabalho preparatório “indispensável para que surja uma literatura nacional americana, que não seja o reflexo da espanhola, nem da francesa, como a espanhola” (ibidem).

No diálogo com Philarète Chasles, Echeverría encontrava argumentos para se contrapor à Espanha, respaldado por perspectivas universalistas que comparavam, mapeavam influ-

literárias; e essa tendência eminentemente democrática, e profundamente civilizadora da sociedade norte-americana, que em pouco tempo desenvolveu suas forças de modo tão colossal, se manifesta, ainda que em pequena medida, na América do Sul, pela natureza democrática de seus povos; e é outra das causas que o senhor Galiano poderia ter em vista para explicar a insignificância de sua literatura”.

ências e qualificavam diferentes literaturas nacionais. No que diz respeito ao artigo “Auteurs espagnols contemporains”, os contrapontos eram estabelecidos, sobretudo, com a literatura norte-americana.

Para Echeverría, o diálogo com os repertórios universalistas, entretanto, deveria abrir caminho à constituição da nacionalidade, à fundação de uma *creencia*.⁶ Aí se guardam as chaves para o alvorecer de uma literatura nacional original.

O mesmo ocorre no universo da política, como sublinham outras passagens da *Ojeada Retrospectiva*. Se Guizot ou Pierre Leroux assumissem a condução da Argentina, pouco contribuiriam para iluminar os fenômenos sociais de cuja compreensão depende o sucesso das ações governamentais, especula Echeverría (1991, p.195): “Nosso mundo de observação e de aplicação está aqui, apalpamo-lo, sentimo-lo palpitar, podemos observá-lo, estudar seu organismo e suas condições de vida; e a Europa pouco pode nos ajudar com isso”.

A nação não poderia nascer de ideias abstratas, mas de uma realidade argentina em que – como bem expressaram os textos literários de Echeverría, como *La cautiva* e *El Matadero* –, transbordavam os signos da barbárie. Os movimentos intelectuais do autor revelam a tensão entre a disposição para incorporá-la ou para destruí-la.

6. Em nota na conclusão da *Ojeada Retrospectiva*, Echeverría (1991, p. 206) esclarece: “Entendemos por *creencias*, não como muitos a religião unicamente, mas certo número de verdades religiosas, morais, filosóficas, políticas, enlaçadas entre si como elos primitivos de um sistema e que tenham para a consciência individual ou social a evidência incontestada do axioma ou do dogma”.

CONCLUSÃO: EMANCIPAÇÃO VERSUS PROJEÇÕES IMPERIAIS

Em 1884, quando os liberais há muito já haviam tomado as rédeas do país, um artigo da *Revue* assinado por Émile Daireaux, “La colonie française de Bueno Ayres”, constatava com orgulho a associação que se produzira entre a vitória do projeto civilizador sobre a “barbárie” argentina e a identificação desse projeto com o modelo francês. As revistas, argumentava Daireaux, haviam dado sua contribuição para esse desfecho.

Nesse sentido, reitero minha hipótese de que a *Revue des Deux Mondes* foi suporte para um amplo esforço de projeção imperial francesa, que encontrou espaço aberto, embora sujeito a filtros, em uma Argentina empenhada em remapear o território, a sociedade e o imaginário legados pelo colonizador. Os artigos aqui mencionados, dentre muitos outros que a *Revue* fez circular sobre o país, serviram de bússola para uma releitura da Espanha e para a definição de novas *creencias*. Serviram de bússola, também, para avaliar os diagnósticos da realidade local afinados com os referenciais ilustrados, liberais, românticos e, a despeito do afã emancipatório, imperiais.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- DAIREAUX, É. La colonie française de Buenos Ayres. *Revue des Deux Mondes*, 3^{ème} période, t.65, p.879-907, sept./oct. 1884.
- ECHEVERRÍA, E. *Obras escogidas*. Selección, prólogo, notas y bibliografía Beatriz Sarlo y Carlos Altamirano. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.
- MAZADE, C. De l'Américanisme et des Républiques du Sud. *Revue des Deux Mondes*, 2^{ème} période, t.IV, p.625, 1846.
- PICHOIS, C. *Philarète Chasles et la vie littéraire au temps du Romantisme*. Paris: Jose Corti, 1965.

- PRATT, M. L. Reinventando a América/reinventando a Europa. A automodelação crioula. In: _____. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, Edusc, 1999. p.295-335.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TERÁN, O. *Para leer el Facundo*. Buenos Aires: Editorial Capital Intelectual, 2006.

Voces y presencia europeas en México. Lecturas y publicaciones en el siglo XIX

*Laura Suárez de la Torre*¹

La problemática en torno a la creación de una cultura nacional es difícil de abordar y se vincula con múltiples factores que inciden en un proceso de larga duración. Sin embargo, la constitución paulatina de la cultura nacional se puede situar en momentos representativos de una nación. De esta manera las independencias se presentan como tiempos propicios para favorecer este proceso de transformación y creación cultural.

México puede bien representar este hecho y el siglo XIX se constituye en un periodo en el que, gracias a la necesidad de definición del Estado nacional, la elite política-cultural favoreció el desarrollo de una historia y una literatura nacionales, representaciones más inmediatas de la cultura nacional y en el que la circulación de publicaciones devino en un factor fundamental.

Correspondió a los intelectuales del movimiento político, plantear la diferenciación entre lo americano y lo español, en crear, paulatinamente, lo mexicano, en manifestar a la nación sus sentimientos, sus aspiraciones, sus afinidades, en una palabra, su imaginario. En este sentido, ubicamos esta fase del proceso en lo que Isaiah Berlin denomina conciencia nacional. (Suárez de la Torre, 2002, p.171)

1. Profesora-investigador, titular "C", Instituto Mora, México.

Muchas vías pueden ofrecernos ejemplos de este tiempo de configuración, sin embargo y por su marcada influencia, los impresos devienen en factores fundamentales para el desarrollo de esta imagen en construcción. La dimensión que toma este fenómeno no se circunscribe necesariamente a un ámbito local sino que paradójicamente trasciende y conlleva una fuerte carga de elementos foráneos que inciden y ayudan a construir la cultura nacional con rasgos característicos que se van descubriendo y definiendo, poco a poco. Desde esta perspectiva podemos afirmar, siguiendo a Anne-Marie Thiesse que así como se formaron en el siglo XIX las identidades nacionales europeas dentro de un marco de una intensa circulación transnacional de ideas, teorías, de “savoir-faire pratiques” y de experimentaciones estéticas, en México sucedió algo semejante pues se operó, dentro de sus propios límites, toda una influencia extranjera que favoreció este proceso al que vamos a dedicar las páginas siguientes.

En esta tarea constructiva en un momento específico de la vida nacional, los impresos adquieren una especial significación; penetran en el espíritu de los lectores-políticos-intelectuales coadyuvando a ofrecer ejemplos de desarrollo, modelos para escribir “a la manera de”, pintar “según la escuela tal” o concebir una literatura y una historia, siguiendo las pautas de los autores extranjeros. Ejercicios paulatinos² llevaron con el tiempo a proponer unas formas propias, convirtiéndose en lecturas e imágenes de una nación: caracterización que, como

2. En las librerías de la ciudad de México y en las bibliotecas particulares se encontraban ediciones hechas en ciudades como Amberes, Amsterdam, Bruselas, Colonia, Frankfurt, Lieja, Lovaina, Lyon, Nápoles, Padua, Turín, etc., por citar tan sólo algunas que hablan de la importancia del comercio del libro entre Europa y América desde España y que revelan también el conocimiento de otras lenguas.

señala Florescano, favorece la unidad de la población que – dispersa en un amplio espacio geográfico – logra integrarse, gracias al reconocimiento de estas fórmulas creadas para definir una identidad.

Si bien la historia de la imprenta en la Nueva España es una historia marcada por la censura y la vigilancia,³ no debemos dejar de mirar a esta etapa como un tiempo en que las ediciones provenientes de Europa estuvieron presentes entre los eruditos – eclesiásticos, estudiantes y políticos – del virreinato. No obstante esa presencia vigilada, a veces eludida, y la existencia de un comercio de libros importante, establecido a través de la metrópoli, dio como resultado la existencia de un mercado trasatlántico. La circulación de autores permitidos y prohibidos favoreció la existencia de una cultura letrada, aunque restringida a sectores muy localizados de la población, como señalé.

Al cambiar el estatus de virreinato a nación independiente, se dio un giro significativo en las actividades de imprenta al desaparecer la censura y el privilegio real, lo que imprimiría una nueva dinámica en el quehacer editorial. Ya no se tendría que solicitar permisos ni someter la lectura a un control. El proceso de independencia marcaría una ruptura con España y, consecuentemente, con viejas prácticas, en este caso con las relativas a la imprenta de la que podemos decir tenía un papel secundario frente a lo que provenía del exterior.

El siglo XIX mexicano es un siglo en el que la inestabilidad política será una de las facetas más conocidas y distintivas de esa centuria, provocada por la nueva situación de país independiente y, al mismo tiempo, por las ambiciones de los grupos políticos que llevaron a experimentar diversos sistemas de or-

3. Habría que señalar que la censura no tuvo el impacto que se ha querido dar, pues en la Nueva España llegó a ser letra muerta (cf. Pérez Marchand, 1945, p.60; Zúñiga Saldaña, 2005, p.163).

ganización – imperio, república (federal o central). Es necesario, sin embargo, ponderar este hecho, pues si bien México tardó en consolidar su gobierno, paradójicamente logró establecer una línea de continuidad a partir de la construcción de su propia imagen, del descubrimiento diario de su espíritu nacional, de la confección de un proyecto cultural propio y en esto la circulación de impresos tuvo un papel preponderante.

Debemos señalar que la elite alfabetizada al frente del poder fue la responsable de la estructuración de la idea de nación y debió abreviar en múltiples fuentes las influencias que le ofrecieron ideologías y pautas extranjeras para la conducción y la construcción nacional, al tiempo de recoger de su propia realidad los elementos “constitutivos” de su ser, resultado de las preguntas constantes hechas en torno a sí mismo.

Pero el estatus de país independiente también se correspondió con una nueva geopolítica. Justo es decir que con la conquista de la independencia de Iberoamérica, la región cobró importancia para Europa como un gran polo de atracción desde diversos ámbitos – político, económico y cultural –, y distintas potencias buscaron ejercer su hegemonía sobre los nuevos territorios que comenzaban frágilmente su vida independiente. México no fue la excepción. Europa se volvió hacia América y los hispanoamericanos miraron más allá de su antigua metrópoli en busca de referentes político-culturales que les ayudaran a diseñar el futuro de sus naciones. Francia e Inglaterra ejercerían una fuerte influencia desde un punto de vista cultural, e incluso la propia España estaría presente. En este contexto, los impresos serán la vía idónea para entablar un diálogo intercontinental en construcción continua.

Es importante señalar que este diálogo existía desde tiempos virreinales, pero en el XIX cobraría otra dinámica, más libre, más ágil, pues en la etapa colonial se encontraba controlado por las autoridades. A pesar de las censuras impuestas por

la Corona española, la lectura de autores prohibidos – Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Richer, Bossuet, Grégoire, Raynal – fue una práctica común entre las elites ilustradas de la Nueva España. Esta práctica marcó un precedente y simbolizó la sed natural de los novohispanos por conocer las propuestas de los países “civilizados”: Francia, Gran Bretaña, Países Bajos, Estados Unidos e incluso España – con la influencia de la ilustración francesa y del propio liberalismo español. El conocimiento de estos y otros autores y de las nuevas corrientes de pensamiento favorecería la idea de autonomía y, más tarde, la de independencia. Baste resaltar para ejemplificar lo aquí señalado, la cultura letrada de dos protagonistas de la independencia de México que revela el manejo de autores extranjeros, los libros de vanguardia, lecturas que proveyeron el bagaje de ideas y de referentes que llevaron a establecer un nuevo tiempo, el nuevo rostro de México.

Miguel Hidalgo, el iniciador del movimiento insurgente, muestra en su actuar y en su pensamiento la influencia de lecturas foráneas. Su biblioteca, compuesta de 62 libros de diversos autores y en ediciones originales o en traducciones, cobijaba a escritores franceses, italianos, españoles y novohispanos. Revela el espíritu inquieto de un hombre por poseer y leer obras de vanguardia, con marcado acento francés. Leyó a Descartes, Bossuet y Calmet. *El Código Napoleón*, como posible base para las leyes de México, la *Historia eclesiástica del Antiguo y Nuevo Testamento* de Alexandre Natal, cuya visión progresista de la Iglesia quizá le cautivó; la *Historia Antigua* de Rollin donde seguramente constató el fin de los gobiernos despóticos. Realizó la traducción de *Athalia* probablemente con el objetivo de mostrar las tiranías. Se acercó a Moliere, a las comedias de Racine, a las fábulas de La Fontaine, a *l'Encyclopédie*, obras todas que hablan de un interés por abreviar la cultura en su más amplio sentido, desde ámbitos diversos; una cultura enfocada en

las cuestiones de la Iglesia, con una clara orientación hacia las lecturas de avanzada (cf. Ramos, 2003), y de la vida política en construcción. Por eso se hablaba ya en 1810 de que:

Los impresos de México no eran como en otro tiempo, poesías fugitivas, anacreónticas, elegías, versos eróticos, disertaciones sobre teología, elogios de algún libro ascético o de un sermón, o en fin de relaciones de milagros: se hablaba ya sobre los principios del derecho social, sobre la soberanía del pueblo, sobre los límites de la autoridad, sobre los deberes de los gobernantes, y otras cuestiones que interesaban a los ciudadanos. Aun en las escuelas comenzaban a introducirse las reformas: la filosofía moderna, la física experimental, los principios luminosos de Newton, la lógica de Condillac, las doctrinas de Locke, penetraron hasta los umbrales de los claustros y de los colegios. (Zavala, 1985, p.9)

Otro claro ejemplo de lector y de la presencia de un circuito de lecturas y lectores y de comercio trasatlántico entre Europa y América, es Servando Teresa de Mier, fraile novohispano exiliado en Londres, que regresó a la Nueva España en 1817, justo en el momento en que la guerra insurgente recobró fuerza.⁴ Fue acusado por la Inquisición en razón de la posesión de textos prohibidos y cuando se le aprehendió tenía consigo tres cajones con un total de 113 libros. Entre las publicaciones incautadas se encontraron, dentre otras, la *Defensa del clero galicano* de Bossuet, la *Historia de la Revolución de Nueva España* y el *Congreso de Viena* del abate De Pradt, la obra de Raynal: la *Revolución de América*.⁵ Sus lecturas lo inclinaron

4. Una expedición formada por el español Xavier Mina y el fraile mexicano Servando Teresa de Mier otorgó nuevos bríos a la insurgencia mexicana en 1817, cuando la guerra estaba marcada por un impasse.

5. Estas obras no fueron las únicas que tenía en su haber. La independencia de la costa firme justificada por Thomas Paine de William Walton; *An*

hacia el jansienismo. Leyó a Henri Grégoire, dirigente del clero nacional francés; a Fleury, *Institution du droit ecclésiastique*, y la *Historia sobre la historia eclesiástica*, lectura que fue común entre aquellos representantes del clero ilustrado; fue partidario de la Iglesia nacional sin el reconocimiento papal. La posesión de estas obras muestra en este fraile el interés por poseer un bagaje cultural y por adquirir argumentos para reformar las estructuras existentes y emprender cambios en el país que visualizaba a futuro.

Pero más allá de estos dos ejemplos representativos, sin duda aislados, habría que señalar la importancia de la creación de la cultura nacional mexicana que posee un profundo carácter histórico; que se forjó en un largo proceso expresado en el siglo XIX, en un tiempo de definición: el de la edificación del Estado mexicano. En este largo proceso, los textos y las imágenes extranjeros ofrecieron, paradójica, pero al mismo tiempo lógicamente, parámetros para ayudar a constituir y a concretar la imagen de México y de los mexicanos.

Un factor que favoreció la asimilación de estas influencias foráneas, una vez obtenida la independencia, fue la transformación de la imprenta en México que se renovó y se convirtió en un oficio urbano redituable – por la proliferación de impresos, por las demandas de los lectores, por la necesidad de presencia de las nuevas autoridades, por el espíritu de competencia que privó entre los editores. Un cambio cualitativo y cuantitativo de los impresos sugiere una revolución a partir de las décadas inmediatas a la independencia – 1820-1840 –, en la que la proliferación de impresos nos habla a un mismo tiempo de su

expose of the dissertations on Spanish America; de John Adams; *Defensa de la Constitución y gobierno de los Estados Unidos*, así como una serie de lecturas relacionadas con los procesos de emancipación de la América española y del constitucionalismo hispano (cf. Gómez, 2001, p.297-314).

importancia, gracias a la libertad de imprenta, y a la nueva vida independiente, etapa en la que se percibe también el interés por parte de la elite lectora por abreviar nuevas ideas, por conocer lecturas extranjeras, por recrearse en obras mundanas, etc., prácticas que conllevaron un proceso de asimilación, adaptación y recreación de fórmulas extranjeras que reeditaron en la ampliación del ámbito cultural y del comercio trasatlántico.

Podemos señalar como un primer ejemplo la gran influencia que ejercieron los ideólogos europeos y americanos en la discusión generada para definir las políticas públicas y adoptar las formas ciudadanas de otros países. En este sentido debemos reconocer la gran influencia ejercida por los pensadores ilustrados quienes marcaron la senda hacia la cual se debía orientar a la nueva república. Los derechos del hombre, las conquistas liberales, los sistemas de organización, por ejemplo, no fueron una creación propia, sino que conllevó fuertes representaciones foráneas que se tomaron para la construcción, por ejemplo, del Estado mexicano. De esta manera, los pensamientos y propuestas de Montesquieu, Constant, Condorcet, Condillac, Considérant, Lamennais, Burke, Locke, Bentham, Tocqueville, Paine, Rousseau, entre otros, estuvieron en el ambiente mexicano. Sus proposiciones fueron leídas ya en su idioma original, provenientes del exterior, introducidas al país, vía las librerías o a través de las redes que se tejieron entre mexicanos y extranjeros para acceder a las publicaciones de vanguardia, o bien en traducciones mexicanas hechas, en ocasiones, al vapor por los impresores-editores de distintas plazas, con el fin de poner en manos de los nuevos ciudadanos mexicanos las novedades literarias de autores extranjeros, los ejemplos de prácticas nuevas de política – parte esencial de la nueva condición de país independiente –, las imágenes representativas de una identidad, impresos que contribuirían a la definición de una cultura propiamente nacional.

En este proceso de reconocimiento y de ensayos previos, la escritura de una literatura y una historia propias representa la existencia de una necesidad para establecer un discurso a través del cual se reconocía el pasado y se creaban los valores que permitirían establecer puntos de unión entre los nuevos ciudadanos. No obstante esta necesidad natural, emprendida por un puñado de mexicanos, es importante enfatizar aquí que las experiencias foráneas fueron un inicio para establecer las pautas de la escritura nacional. Señalemos, por ejemplo, que en el año de 1824, tan sólo a tres años de proclamada la independencia, se publicaron en un periódico provinciano unas lecciones de historia que supuestamente había escrito el mexicano Lorenzo de Zavala,⁶ lecciones que representaban una aportación al conocimiento teórico de la historia, lecciones que coincidían con las aspiraciones de quienes detentaban la administración pública, interesados en elaborar una historia nacional, indispensable para el nuevo proyecto del México independiente. Este hecho no representaría ninguna relación al tema que nos ocupa si no se hubiera descubierto apenas en los años 90 del siglo XX que la autoría de dicha obra correspondía a un autor francés y no al mexicano que, en realidad, había plagiado la obra y le había hecho algunas adaptaciones con el fin de acomodarla a México. En realidad, se trataba de las *Leçons d'Histoire* del conde Volney que habían llegado a las manos del político mexicano en un viaje por Europa. Su espíritu inquieto lo llevó a darlas a conocer en México, bajo su nombre. Este plagio que podría parecer inusual nos habla de la sed de conocimiento que tuvieron los intelectuales mexicanos frente a la escritura de vanguardia y de

6. Lorenzo de Zavala ejerció diversos cargos políticos: diputado, gobernador del Estado de México y ministro de Hacienda. Colaboró en la independencia de Texas y fue partidario de la incorporación de ese territorio, otrora mexicano, a los Estados Unidos.

la importancia del periodismo en tanto fórmula para la circulación de ideas. No hay que perder de vista que la prensa logró un gran desarrollo en el México decimonónico, respecto de su antecedente colonial y fue una más de las vías a través de las cuales se constata la presencia de lecturas extranjeras. Si bien Zavala se autoproclamó el autor de las mismas, lo importante aquí es mirar las vías diversas por de las cuales se accedió al conocimiento de escritores y propuestas extranjeras.

A lo largo del siglo XIX se confeccionaron diversos ejercicios de escritura de la historia con el fin de encontrar los elementos constitutivos del nuevo país y en las que encontramos influencias diversas, provenientes del exterior que ayudaron a confeccionar la historia mexicana. La visión que ofreció, por ejemplo, el barón de Humboldt, despertó entre los mexicanos el interés por recrear la realidad de su país y reconocer su propia grandeza.⁷ Las teorías de Montesquieu, Smith, Jovellanos, Chateaubriand sirvieron de apoyo a nuevas formas de presentar una historia mexicana. La obra histórica de Tadeo Ortiz de Ayala revela inspiración basada en las propuestas naturalistas, liberales, ilustradas y románticas de estos autores.⁸ Lucas Alamán, en su *Historia de Méjico*, encontró, en el norteamericano William Prescott – autor de la *Historia de la conquista de México* – argumentos convincentes para esclarecer y respaldar su propia visión en torno a ese acontecimiento (Plascencia, 2001, p.311). Asimismo, basó su postura conservadora en los

7. Fray Servando Teresa de Mier, en sus escritos históricos, apeló a las descripciones de Humboldt para convencer de la grandeza de su país. Asimismo lo hicieron Tadeo Ortiz de Ayala, Mariano Otero, Lucas Alamán.

8. Las propuestas estadísticas revelaban toda una novedad e informaban de la realidad del nuevo país (cf. Ortiz de Ayala, 1822; Covarrubias, 2001, p.257-76).

planteamientos de Edmund Burke. Mariano Otero, por su parte, se nutrió del pensamiento de

[...] Chateaubriand, Lord Byron y Víctor Hugo. Con Lamennais concilia catolicismo y liberalismo; pero la influencia definitiva es la de Madame de Staël y el grupo de Coppet que ella encabeza, a través tanto de Benjamín Constant como, y sobre todo, Sismonde de Sismondi. De la Staël recoge una de sus ideas fundamentales: la perfectibilidad del hombre, la fe en el progreso ininterrumpido del espíritu humano, del progreso ilimitado del espíritu a través de la libertad. (Noriega Elío, 2001, p.280)⁹

Muchos otros políticos mexicanos como José María Luis Mora, Luis de la Rosa, Manuel Gómez Pedraza mostraron inquietudes similares a las aquí expresadas y se dieron a la tarea de escribir en torno a la problemática mexicana. La guerra con los Estados Unidos, por ejemplo, marcaría otro momento de definición. Después de la derrota surgió lógicamente la inquietud de emprender un levantamiento de la realidad nacional. Siguiendo la pauta establecida por el *Diccionario Universal de Historia y de Geografía* de Francisco de Paula Mellado, 1846, que a su vez se había inspirado en el francés del mismo título de Marie Nicolas Bouillet, 1842, los mexicanos una vez más encontraron en las lecturas extranjeras una manera para allegarse modelos y poder contribuir a la creación de proyectos culturales propios (Pi-Suñer, 2000). Entre 1853 y 1856 se publicó el *Diccionario Universal de Historia y de Geografía*, – cuyo apéndice se conformó con los elementos constitutivos de la realidad nacional, geográficos, zoológicos, históricos, biográficos – representó la primera obra enciclopédica y uno de los más ambiciosos proyectos culturales basado en lecturas extran-

9. La literatura de Madame de Staël fue ampliamente difundida en México.

teras, empresa cultural que conjugó a un grupo de ilustrados mexicanos y al editor catalán Rafael de Rafael.¹⁰

Estos ejemplos, seleccionados al azar, representan la aspiración de quienes se dieron a la tarea de construir los primeros esbozos de la idea de México y en los que las lecturas extranjeras representan una gran aportación al sustentar con una serie de principios los anhelos de quienes estaban reconociendo y construyendo su propia historia. Pero no únicamente la historia encontró auxilio en las publicaciones francesas, fueron también los ojos de extranjeros los primeros en delinear a los mexicanos y fueron ellos los que favorecieron paradójicamente la creación y el descubrimiento de los rasgos característicos de los mexicanos por los mismos mexicanos a través de la litografía y del costumbrismo.

UNA IMAGEN EN CONSTRUCCIÓN

Pero si la historia de México fue el resultado de las expectativas forjadas por un grupo de mexicanos que entendieron el momento de cambio que vivían y del que eran protagonistas, también debe mencionarse aquí que estuvo en correspondencia con la circunstancia europea al tener como un sustento impor-

10. El título de esta obra refiere bien esta presencia extranjera y su adaptación mexicana: *Diccionario Universal de Historia y de Geografía*, obra dada a luz en España por una sociedad de literatos distinguidos, refundida y aumentada considerablemente para su publicación en México con noticias históricas, geográficas, estadísticas y biográficas sobre las Américas en general y especialmente sobre la República Mexicana. Los primeros cuatro tomos se editaron en la tipografía de Rafael y Vila. Según refiere Antonia Pi-Suñer (2000, v.III, p.vii), “debido a las conmociones políticas por las que atravesó el país entre 1854 y 1855, Rafael tuvo que abandonar el país a principios de este último año. A su salida, el pie de imprenta de los seis volúmenes restantes correspondió a José María Andrade”.

tante el ejemplo de autores franceses, principalmente que dieron pautas a seguir en México. La historia, parte constitutiva de la cultura nacional, sirvió para definir procesos y reconocer valores comunes. La historia fue un factor indispensable e indiscutible en la construcción de la idea de México, pero otros muchos elementos ayudaron a construir una identidad, como lo fueron las imágenes grabadas o litografiadas que representaron la grandeza natural, los paisajes, la gente, los vestigios de un pasado histórico, etc.

La llegada a México de los exiliados italianos Claudio Linati y Gaspar Franchini en 1826 abrió grandes posibilidades a la comprensión del espíritu nacional a través de la imagen. Responsables de la introducción de la litografía en México, estos artistas extranjeros lograron poner su mirada en ciertos rasgos que llegarían a reconocerse como representativos del ser nacional: los personajes típicos. Las imágenes que reprodujeron conllevaron los rasgos que con el tiempo definirían las peculiaridades de quienes serían tipos característicos de la población mexicana a los ojos de los extranjeros, pero, en cierta forma, también de los mexicanos.

Las litografías de tema mexicano que desarrolló Linati revelan un fuerte espíritu de observación y le permiten diseñar a diversos pobladores de México, quizá los más alejados de los patrones europeos, “los léperos, las tortilleras, el aguador, el vendedor de aves, la vendedora de dulces o el pulquero”, quienes formaban asimismo parte de México. ¿Para qué dibujar personajes que podían pertenecer a cualquier sociedad europea? Por ello, sus ojos centraron la atención en los “otros”, los habitantes de un país, los ignorados por los mexicanos, devinieron, gracias a la mirada extranjera, representantes de la sociedad mexicana, o mejor dicho, representantes de la mexicanidad. Las litografías con los tipos mexicanos de Linati, hechas por un extranjero para un público foráneo, causaron impacto en Europa, mas ellas

servirían a la postre para impulsar y empujar a los mexicanos a crear y representar la imagen de sí mismos a través de aquellos “otros personajes” que resultaban ser los representativos de la sociedad.¹¹ Tendrían que pasar muchos años antes de que fueran los propios mexicanos los encargados de recrear su personalidad (cf. Pérez-Salas, 2005).

En 1854 se publicó la obra *Los mexicanos pintados por sí mismos*, inspirada en la obra española y francesa de similar título, que bien puede ejemplificar lo aquí señalado; representa una empresa cultural impulsada por un editor mexicano, dedicada a los mexicanos con la intención de dibujar a la sociedad capitalina y definir los aspectos de la misma. La publicación resultó pequeña, en comparación con las europeas de similar temática, con sólo treinta y cinco personajes descritos y retratados; significó la conjunción de diversos actores mexicanos en un intento por encontrarse a sí mismos – el editor, el impresor, los litógrafos, los autores de textos y los modelos. Representó un medio para descubrirse y para difundir, más allá de las fronteras nacionales, la idea de los mexicanos. De hecho, el texto señala que: “en Europa se tiene una idea tan pobre de nuestro país que nos miran como unos degradados, cobardes e ignorantes, incapaces de formar un cuerpo de nación. Con una obra como la nuestra, vendrán abajo estas pueriles preocupaciones” (Linati, 1956, p.7). La frase resulta significativa si tomamos en consideración las aspiraciones de los diferentes actores culturales comprometidos con la idea de nación e interesados en ofrecer obras que pudieran contribuir a la definición de la cultura nacional.

Las imágenes contenidas en esta obra son incluyentes: los diversos sectores de la población están presentes y tratan de

11. Las litografías se publicaron en el libro *Costumes civils, militaires et religieux du Mexique, dessinées d'après nature par C. Linati*, Bruselas, 1828.

reflejar a los distintos personajes constitutivos de la sociedad, desde una perspectiva distinta a la que inspiró a Linati, es decir, en ésta, “los mexicanos aparecen todos, ellos y ellas, muy planchaditos, muy catrines; abundan los sombreros de copa – *haut de forme* –, y solo un tipo, ‘el Tocinero’ puede ser equiparado con el inmundo ‘lépero’ de Linati” (Toussaint, 1956, p.8). No obstante, debe decirse que en la galería que se presenta “el número de tipos eminentemente nacionales, resulta limitado [y se puede] reducir a ‘La China’, ‘La Chiera’, ‘El Aguador’, ‘El Pulquero’, ‘El Arriero’” y “El Ranchero” (Pérez-Salas, 1998, p.192). Si bien pudiera pensarse que el número de ilustraciones representativas es reducido para definir una identidad, debe reconocerse que en ellas priva el interés por mostrar a los diferentes miembros de la sociedad mexicana e impactar a los mexicanos, quienes estaban en proceso de descubrirse a sí mismos.

Pero si dibujar los tipos característicos de la sociedad resultó una iniciativa extranjera, lo mismo podemos decir del paisaje y los monumentos. La presencia de litógrafos y pintores franceses, ingleses y alemanes favoreció también el desarrollo de escuelas mexicanas que supieron aprovechar las enseñanzas de quienes estaban en el país, respondiendo a distintos intereses y reconocer las grandezas de México, gracias al descubrimiento que de ellas se hicieron en lienzos y en papel, en pintura, grabado y litografía los artistas extranjeros. Fue ésta otra vía en la que las lecturas extranjeras hechas sobre la realidad nacional estimularon en los mexicanos el deseo de manifestar su propio ser, no únicamente a través de los tipos característicos, sino en aquellos otros símbolos distintivos del país.

La presencia del ya mencionado Linati, de Daniel Thomas Egerton, Carlos Nebel, John Philips, Juan Moritz Rugendas, Pedro Gualdi, Pingret, Johann Salomón Hegi, Gros, John Phillips, resultó fundamental para alimentar el espíritu nacional; llegaron al país atraídos por los relatos de exuberancia y exotismo

que circularon en Europa, y en torno a él realizaron diversas obras pictóricas y litográficas. Ellos encontraron en estas tierras magníficos temas de inspiración; ellos, a su vez, inspiraron y alentaron a los mexicanos con sus imágenes y cooperaron al descubrimiento paulatino de México y su grandeza. Estos extranjeros “develaron”, de alguna manera, los monumentos del pasado a los mexicanos; ellos se convirtieron en lectores de la realidad nacional y en “mediadores culturales” hacia los mexicanos. Su visión, sus temas, y sus técnicas contribuyeron a formar una escuela mexicana, en donde el pasado y el entorno natural y arquitectónico fueron seleccionados como temas, según los parámetros que “los otros”, “los extranjeros” habían estipulado.

Baste mencionar aquí, por ejemplo, el *Voyage pittoresque et archéologique dans la province de Yucatán (Amérique Central)* publicada en París en 1838 del alemán Waldeck o el *Viaje pintoresco y arqueológico sobre la parte más interesante de la República mexicana* de Karl Nebel de 1836 o los *Mexico illustrated in twenty-six drawings* del inglés John Phillips de 1846, obras que circularon ampliamente y que despertaron el interés por las grandezas prehispánicas, por los valiosos edificios coloniales, por los paseos, por los habitantes de estas tierras.

Ellas muy pronto dieron lugar a producciones hechas en México, en las que se combinaron las manos y visiones mexicanas y extranjeras, las de los editores y los litógrafos; ellas fueron concebidas con una misma finalidad: recoger los vestigios y las singularidades del nuevo país que se creaba día con día. *Monumentos de Méjico, tomados al natural y litografiados por Pedro Gualdi* de 1842, obra pionera salida del taller de Masse y Decaen, puede considerarse como el antecedente de *México y sus alrededores* (1855-1856), proyecto emprendido por Decaen y en el que participaron litógrafos mexicanos – Casimiro Castro, José Campillo, L. Auda y C. Rodríguez – quienes

abrevaron las enseñanzas de los maestros franceses y quienes reconocieron en elementos naturales y populares algunos de los rasgos característicos o que se volverían definitorios de la cultura mexicana.

Aprovechase de las litografías de extranjeros como las del viajero Karl Nebel, impulsó a editores mexicanos a realizar empresas únicas. El *Viaje pintoresco y arqueológico de México*, publicación originada en París, presentaba diversas muestras del país. Ampliamente difundida en Europa, cumplió con su propósito original de dar a conocer a México en el extranjero.¹² Sin embargo, estas imágenes hechas para los europeos también circularon en México. Las litografías inspiraron al editor mexicano, Vicente García Torres, a imprimir en México una versión nacional que dio la oportunidad a sus compatriotas de entrar en contacto con las pirámides prehispánicas, los trajes mexicanos, las escenas de campo o los paisajes de diversos espacios de la República Mexicana, descubriendo ante sus ojos una realidad difícil de estar al alcance de todos. Fue por ello que la obra logró la acogida del público y causó un fuerte conflicto entre el editor mexicano y su autor original, pues Nebel reclamó propiedad intelectual sobre la obra (Celis de la Cruz, 2001). Este hecho revela el impacto de la publicación y la circulación que alcanzó tanto en Europa como en México; manifiesta cómo los editores mexicanos se valieron de las novedades editoriales para ofrecer nuevos impresos y de cómo ellos representaban la posibilidad de ganancias seguras en el mercado mexicano. No obstante este punto, hay que reconocer que los impresores-editores y librerías de México, en general, contribuyeron a dar a conocer ediciones europeas y versiones mexicanas en las que se conjugó la

12. El impresor Vicente García Torres fue quien se dio a la tarea de publicar esta obra, misma que le causó severos problemas ya que el propio Nebel demandó la propiedad intelectual...

belleza de las imágenes con la literatura, páginas que ayudaron a forjar una idea de México y que coadyuvaron a construir una cultura nacional.

En todo este diseño de México el romanticismo constituyó una corriente fundamental para describir el pasado, los tipos y las bellezas del país. Puede decirse que los extranjeros fueron los primeros que hicieron una lectura de la realidad nacional vertida en imágenes, misma que fue aprovechada por los artistas mexicanos para diseñar algunas de las partes constitutivas de la cultura nacional. Los trabajos de los litógrafos mexicanos Hipólito Salazar, Plácido Blanco, Hesiquio Iriarte, Joaquín Heredia, Andrés Campillo reflejan el diálogo establecido con las lecturas y los artistas extranjeros y muestran, al mismo tiempo, la conformación de una escuela mexicana de litógrafos que supieron recoger imágenes que devendrían representativas de la mexicanidad. Las imágenes sobre México y los mexicanos resultaron fundamentales en este proceso de reconocimiento de si mismos; la actividad de los literatos al lado de las litografías contribuyó a moldear y a describir, con mayor detalle, las costumbres y los caracteres de los mexicanos.

¿EUROPA PUNTO DE PARTIDA?

Las imágenes resultaron ser un punto de partida para un reconocimiento de si mismos, y revelan claramente las formas de contacto que se establecieron entre Europa y la América española, ya independizada, a través de los impresos. Representan una forma de apropiación de la realidad nacional y muestran claramente los circuitos culturales entablados entre los dos continentes. No obstante la importancia que tienen, no fueron la única vía de acercamiento y contacto con Europa. Los políticos del México decimonónico fueron también los hombres de letras que se lanzaron a crear una literatura nacional. Una

literatura que empezara a recoger la realidad mexicana y que, al mismo tiempo, a través de ella se lograra la expresión de lo nacional.¹³ Para llegar a ello, implicó el ejercicio cotidiano de escribir en periódicos, en revistas literarias, en calendarios y en folletos. Este aprendizaje en la marcha obligó a buscar referentes en la literatura extranjera, de ahí que las traducciones se convirtieran en una presencia constante entre los impresos publicados en México en el siglo XIX. Leer literatura europea, con preferencia francesa, se volvió algo cotidiano. En los folletines de los periódicos, en artículos para revistas, en pasajes en los calendarios, los autores extranjeros estuvieron presentes. Eugene Sue, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Jules Verne, Émile Zola, Johann Wolfgang von Goethe, o Honoré Balzac lograron espacios en los impresos mexicanos con la publicación de sus novelas o con fragmentos de sus obras o sentencias traducidas¹⁴ que invitaron, de alguna manera, a los escritores mexicanos a seguir sus huellas. Por ello fueron también las traducciones de obras literarias o históricas las que influyeron en la escritura de los mexicanos tomando pautas de cómo escribir y sobre qué temas insistir. Es muy interesante poder leer en distintos momentos el interés de los mexicanos por conocer las literaturas de otros países y reconocer en ellas fuentes de inspiración para llegar a crear una literatura nacional. Ello denota la lectura y la

13. Un ejemplo muy representativo es el que hace Luis de la Rosa en su escrito en torno a la "Utilidad de la literatura en México" en el que señala las obras que "frecuentemente se encuentran en las bibliotecas o gabinetes de lectura de los sabios una novela de madame De Staël o de la duquesa de Abrantes al lado del *Digesto* y las *Pandectas*; un *Quijote* y un *Gil Blas*..." (Rosa Oteiza, 1997, p.379).

14. Por ejemplo, escenas de *El Fistol del Diablo* de Manuel Payno bien pueden remitir a lecturas religiosas como el jardín de Getsamaní, al pacto de Fausto, en la versión romántica de Goethe, Balzac o Espronceda, según revela el estudio de Marlene Schmitt sobre esta obra (cf. Schmitt, 2001).

presencia continua de obras provenientes del mercado europeo por distintas vías: lógicamente a través del comercio legal, pero también por medio del contrabando o vía las redes establecidas con personajes mexicanos en Europa o entonces con ciudadanos de otros países que allegaban las publicaciones a los mexicanos en idioma original y que, en ocasiones, eran ellos mismos quienes emprendían la traducción con el objetivo de poner en circulación alguna obra que representara una novedad digna de ser considerada en la república de lectores.¹⁵ Desde otro contexto debemos señalar la importancia que cobraron las obras de corte político-filosófico en la construcción de Estado mexicano y que circularon ampliamente entre quienes se asumieron responsables de los destinos de México. De ahí que no fuera extraño encontrar ediciones mexicanas y españolas de autores como Edmund Burke, Benjamín Constant, Felicité Robert de Lamennais, Chateaubriand, por citar algunos ejemplos representativos.

Me gustaría señalar aquí la labor fundamental que realizaron en México los impresores-editores y libreros, así como los lectores atentos a las novedades editoriales provenientes de Europa. Gracias a ellos se pudo tender una relación comercial, pero sobre todo cultural, entre América y Europa. Fue así que estos mediadores culturales ampliaron el horizonte de las lecturas y contribuyeron a ofrecer referentes constantes que contribuyeron a la construcción paulatina de una cultura mexicana y a la creación de una identidad nacional.

Más allá de un comercio de libros, lo que privó en el siglo XIX fue un verdadero circuito cultural que involucró a distintos actores nacionales y extranjeros, como hemos podido ver,

15. Resulta muy revelador, por ejemplo, el hecho de que fueran los propios estudiantes universitarios quienes realizaban las traducciones de obras de vanguardia para estar al día en los adelantos científicos.

pertenecientes naturalmente a una elite ilustrada encargada de ampliar el horizonte cultural, en este caso de México que buscaban romper con el Antiguo Régimen. Si bien en la etapa colonial se hizo la lectura de autores europeos, en el siglo XIX se dio un acento y una presencia mayor y sin cortapisas de los escritores clásicos y de los de vanguardia. Los distintos mediadores culturales – impresores, editores, libreros, artistas, lectores – constituyeron la elite ilustrada que entendió las necesidades de una sociedad en cambio. Esta elite contribuyó a edificar una cultura propia y favoreció la existencia de continuidad en el proyecto de nación, a pesar de los vaivenes políticos que caracterizaron a la nación mexicana.

En el ejercicio cotidiano de leer y escribir concurrieron múltiples actores: los que podríamos nombrar intelectuales y artistas, siempre inquietos por conocer las novedades filosóficas, políticas, artísticas que supieron traducir y circular; los impresores-editores que entendieron un nuevo negocio redituable a partir de la publicación de autores extranjeros y nacionales; los libreros cuyas mercancías novedosas estaban vinculadas al mercado extranjero; y los lectores interesados en las publicaciones diversas y novedosas que el nuevo tiempo ofrecía. A ello habría que agregar la importancia que adquirió el gobierno en tanto promotor de planes educativos y proyectos culturales, en donde la letra impresa se volvió indispensable. Todos estos actores crearon sociabilidades a partir de los impresos; coincidieron en la importancia de buscar referentes con una determinada orientación cultural y, en esta búsqueda, Europa, especialmente Francia, Inglaterra y España, ofreció materiales diversos que fueron adoptados y adaptados en México. La erección de un circuito cultural establecido entre Europa y América favoreció las transferencias de culturas entre los dos continentes; involucró a los particulares en tanto mediadores, quienes, a través de los impresos, lograron establecer diálogos y hacer presentes a los

autores más renombrados, entre las dos orillas del Atlántico, aprovechando el tiempo de libertad que caracterizaría a la imprenta en la primera mitad del siglo XIX.

REFERENCIAS DOCUMENTALES Y BIBLIOGRÁFICAS

- CELIS DE LA CRUZ, M. La propiedad literaria: el caso Nebel contra Vicente García Torres (1840). In: SUÁREZ DE LA TORRE, L. (Coord.) *Empresa y cultura en tinta y papel. 1800-1860*. México: Unam, Instituto Mora, 2001. p.489-504.
- CONAUGHTON, B. Voces europeas en la temprana labor editorial mexicana. 1820-1860. *Historia Mexicana*, n.219, ene./mar. 2006.
- COUDART, L.; GÓMEZ, G. Las bibliotecas particulares del siglo XVIII: una fuente para el historiador. *Secuencia*, v.56, mayo/ago. 2003.
- COVARRUBIAS, J. E. Tadeo Ortiz de Ayala. In: ORTEGA, J. A.; CAMELO, M. y R. (Coord.) *El surgimiento de la historiografía nacional*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001. v.III, p.257-76.
- GIRON, N. (Coord.) *La construcción del discurso nacional en México: un anhelo persistente (siglos XIX y XX)*. México: Instituto Mora, 2007.
- GÓMEZ, C. Lecturas perseguidas: el caso del padre Mier. In: SUÁREZ DE LA TORRE, L. (Coord.) *Empresa y cultura en tinta y papel (1800-1860)*. México: Instituto Mora, Unam, 2001. p.297-314.
- LINATI, C. *Trajes civiles, militares y religiosos de México (1828)*. México: Instituto de Investigaciones Estéticas, Unam, 1956.
- NORIEGA ELÍO, C. Mariano Otero. In: ORTEGA, J. A.; CAMELO, M. y R. (Coord.) *El surgimiento de la historiografía nacional*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001. v.III.
- OLEA FRANCO, R. (Coord.) *Literatura mexicana del otro fin de siglo*. México: El Colegio de México, 2001.
- ORTIZ DE AYALA, T. *Resumen estadístico del Imperio mexicano dedicado a la memoria del señor D. Agustín I, Emperador de México*. México: Imprenta de doña Herculana del Villar, 1822.

- PÉREZ MARCHAND, M. L. *Dos etapas ideológicas del siglo XVIII en México a través de los papeles de la inquisición*. México: El Colegio de México, 1945.
- PÉREZ-SALAS, M. E. Genealogía de los mexicanos pintados por sí mismos. *Historia Mexicana*, v.XLVIII, n.2, oct./dic. 1998.
- _____. *Costumbrismo y litografía en México: un nuevo modo de ver*. México: Instituto de Investigaciones Estéticas, Unam, 2005.
- PI-SUÑER, A. (Coord.) *México en el Diccionario Universal de Historia y de Geografía*. México: Unam, 2000. v.I-III.
- PLASCENCIA, E. Lucas Alamán. In: ORTEGA, J. A.; CAMELO, M. y R. (Coord.) *El surgimiento de la historiografía nacional*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001. v.III.
- RAMOS, R. *Libros que leyó Don Miguel Hidalgo y Costilla*. Guanajuato: Archivo Histórico del Estado de Guanajuato, 2003.
- ROSA OTEIZA, L. de la. *Obras*. Periodismo y literatura. Recopilación, prólogo, introducción y notas Laura Suárez de la Torre. México: Instituto Mora, Unam, 1997.
- SCHMITT, M. Notas acerca de la reedición de *El Fistol del Diablo*. In: OLEA FRANCO, R. (Coord.) *Literatura mexicana del otro fin de siglo*. México: El Colegio de México, 2001. p.311-26.
- SUÁREZ DE LA TORRE, L. (Coord.) *Empresa y cultura en tinta y papel 1800-1860*. México: Instituto Mora, Unam, 2001.
- _____. Las empresas editoriales en la formación de la identidad nacional en industrias culturales e identidad en América Latina. In: CONGRESO AHILA, 2002, Porto.
- _____. (Coord.) *Constructores de un cambio cultural: impresores-editores y libreros en la ciudad de México 1830-1855*. México: Instituto Mora, 2003.
- TOUSSAINT, M. Prólogo. In: LINATI, C. *Trajes civiles, militares y religiosos de México (1828)*. México: Instituto de Investigaciones Estéticas, Unam, 1956.
- ZAVALA, L. de. *Ensayo histórico de las revoluciones de México desde 1800 hasta 1830*. México: Fondo de Cultura Económica, Instituto Cultural Helénico A. C, 1985. t.I.
- ZÚÑIGA SALDAÑA, M. Licencias para imprimir libros en la Nueva España 1748-1779. In: _____. *Del autor al lector, historia del libro en México*. México: Editorial Porrúa, 2005.

Diálogos e circuitos entre os intelectuais latino-americanos: olhares sobre Cuba nas revistas *Plural* e *Vuelta*

Sílvia Cezar Miskulin¹

As revistas mexicanas *Plural* e *Vuelta*, dirigidas por Octavio Paz, constituíram um importante espaço de circulação de ideias entre intelectuais latino-americanos ao longo dos anos 1970 e 1980. Nessas publicações, importantes reflexões críticas foram editadas sobre a Revolução Cubana. *Plural* e *Vuelta* expressaram manifestações dos intelectuais mexicanos e cubanos que formularam um pensamento crítico em relação ao desenvolvimento da Revolução em Cuba.

A revista *Plural*, suplemento cultural mensal do jornal *Excelsior*, foi lançada em outubro de 1971, por iniciativa do diretor do diário, Julio Scherer García. Octavio Paz retornava ao México depois de ter sido professor em universidades estadunidenses e europeias. Ao receber o convite de Scherer para dirigir um suplemento cultural semanal de *Excelsior*, Paz aceitou a proposta desde que a revista tivesse periodicidade mensal.

Assumir a direção de *Plural* era para Paz a concretização de um antigo sonho que havia surgido em 1965, por ocasião da intervenção dos Estados Unidos em Santo Domingo. Naquele momento, Paz sentiu a necessidade e idealizou a criação de

1. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Este texto faz parte da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Departamento de História da USP, com bolsa de estudos da Fapesp.

uma revista com amplitude latino-americana, mas, por diversas razões, não conseguiu levar adiante. Em sua concepção, era necessário pensar “os problemas e dramas da América Latina” e recriar uma “comunidade literária” que reagrupasse os escritores e seus países que estavam dispersos (Paz, 2001a, p.16).

A revista foi concebida para ter uma função crítica, que não se dedicasse exclusivamente à literatura, mas que fosse um espaço onde a “política, história e moral tivesse um lugar primordial” (ibidem). O nome da revista foi escolhido por Octavio Paz em sintonia com Julio Scherer García (2001, p.3), que declarou que “a pluralidade no país era já uma exigência da época”.

Octavio Paz convidou diversos intelectuais e conformou um grupo que colaborava com a revista: o primeiro secretário de redação no início foi Tomás Segovia, sucedido por Kazuka Sakai, José de La Colina e Danúbio Torres Fierro. Kazuka Sakai também foi diretor artístico e deixou sua marca nesse aspecto da publicação. No ano de 1975, algumas alterações foram feitas na equipe dirigente de *Plural*, que passou a contar com um conselho de redação, que foi constituído por José de La Colina, Salvador Elizondo, Juan García Ponce, Alejandro Rossi, Tomás Segovia e Gabriel Zaid.

Em uma entrevista publicada no jornal *Excelsior* em 1972, Octavio Paz (2001b, p.8-9) definiu precisamente o escopo da revista:

Yo diría que Plural es una revista latinoamericana desde México y abierta al mundo. México es un país ensimismado, vertido hacia dentro – lo contrario de Argentina. De ahí que, en nuestro país, en materia de cultura, lo primero que hay que hacer es abrir ventanas. Por eso hemos publicado poemas y textos representativos de corrientes universales de la literatura y el pensamiento contemporáneo. [...] Ventanas abiertas hacia el pasado y el presente, hacia Europa y Asia, pero igualmente hacia América Latina.

Plural tinha em média 88 páginas e possuía algumas seções fixas, como “Compuerta”, escrita por Daniel Cosío Villegas, que analisava a política mexicana contemporânea e tinha grande destaque na publicação, já que Cosío Villegas era professor de economia da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), criador da editora Fondo de Cultura Económica e membro do Colégio de México (Monsiváis, 1994, p.1415). Com sua morte em 11 de março de 1976, a publicação rendeu-lhe importante homenagem e reconhecimento de sua decisiva participação na publicação e na intelectualidade mexicana.²

Outra seção relevante de *Plural* foi “Cinta de Moebio”, de autoria de Gabriel Zaid, que se centrava sobre economia. “Reseñas breves” e “Libros” foram duas seções em que se reseñaram os últimos lançamentos de livros. Por último, “Letras, letrillas, letrones”, que trazia coberturas de filmes, exposições de arte, músicas e literatura, além da parte “Actualidades” dessa seção, com comentários de diversos acontecimentos da América Latina e do panorama internacional.

O primeiro número da revista teve uma grande repercussão no meio intelectual mexicano, já que Octavio Paz tinha, naquele momento, uma obra amplamente reconhecida e contava com a simpatia política de amplos setores sociais. Paz abandonou sua carreira diplomática, ao renunciar à embaixada na Índia, em razão do massacre ordenado pelo governo de Gustavo Díaz Ordaz, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), em 2 de outubro de 1968, na Praça de Tlatelolco. O presidente Díaz Ordaz enviou as forças repressivas para liquidarem com o movimento estudantil mexicano, sendo responsável pela prisão e pelo assassinato de centenas de manifestantes, às vésperas dos XIX Jogos Olímpicos que se realizariam na cidade do México

2. Ver también “En torno a la cultura SEP. Daniel Cosío Villegas” (1976), Krause (1976) e Paz (1976b).

(cf. Miskulin, 2008a). A renúncia de Paz trouxe muito prestígio intelectual ao diretor de *Plural*.

Os colaboradores de *Plural* foram bastante marcados pelos acontecimentos de 1968, momento-chave para entender a ruptura entre os intelectuais e o poder no México (Paz; Ríos, 1999, p.21). Esse episódio marcou não apenas uma forte cisão entre os intelectuais críticos e os sucessivos governos do PRI, mas também provocou um debate entre os colaboradores de *Plural* sobre a relação entre os intelectuais e o Estado mexicano ao longo dos anos 1970. O detonante dessa polêmica foi o artigo de Carlos Fuentes, editado em agosto de 1972, em *Plural*, em que defendia a participação no governo de Luís Echeverría, sucessor de Díaz Ordaz na presidência e que, na época da repressão de 1968, era secretário de governo. Em resposta ao artigo de Fuentes, a revista publicou artigos de Gabriel Zaid e de Octavio Paz, além de todo o suplemento 13, do número 13, intitulado *Los escritores y la política* (cf. Zaid, 1972; Paz, 1972; Fuentes et al., 1972).

No início dos anos 1970, o México estava sob a presidência de Luís Echeverría, que, apesar de ter sido secretário do governo anterior, de Gustavo Díaz Ordaz, buscava implementar após o massacre de 1968 uma aparente “abertura democrática”. No entanto, o governo de Echeverría logo mostrou seus limites, quando ocorreu a intervenção no jornal *Excelsior*, ao qual *Plural* achava-se vinculada. Em 8 de julho de 1976, pressões internas e externas, entre elas a governamental, fez que o editor-chefe e mais seis membros do jornal fossem expulsos.

Na visão de Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer (2000, p.279), foi uma perda irreparável para a publicação: “Com eles saiu praticamente todo o grupo de jornalistas e editorialistas que havia feito do jornalismo o instrumento polêmico, informativo e crítico que era”. Segundo o estudo de Julio Labastida Martín del Campo (1990, p.314), a intervenção do governo me-

xicano no jornal *Excelsior* relacionava-se com a acusação de que o periódico estaria conduzindo uma campanha contra a figura presidencial.

Como forma de protesto, Octavio Paz e todos os demais colaboradores da revista renunciaram da organização e direção de *Plural*, após a publicação do número 58, em julho de 1976 (Montoya Ramírez, 1989, p.119). Como declarou muitos anos depois Octavio Paz (2001a, p.21), na redação da revista restaram apenas os móveis e a máquina de escrever. *Plural* continuou a ser editada com outra equipe, sob a direção de Roberto Rodríguez Baños. Já Julio Scherer e outros colaboradores de *Excelsior* publicaram um manifesto contra seu desligamento do jornal, fizeram uma campanha financeira e um ato público, quando anunciaram a criação de uma nova revista semanal de política e informação, *Proceso*, que circula no México até os dias de hoje sob a direção de Julio Scherer García.³

A declaração dos membros do conselho de redação de *Plural* no semanário *Siempre!*, em 28 de julho de 1976, deixou claro o repúdio da censura em *Excelsior* e de seu significado de avanço do autoritarismo:

Sólo un periodico independiente como Excelsior, hecho y escrito por hombres libres, podía publicar una revista con vocación crítica como Plural. De ahí nuestra indignación ante la forma en que se ha procedido contra Excelsior y sus dirigentes. Es indudable que este ataque no ha tenido otro objeto que acabar con una isla de independencia crítica. ¿El monolitismo político quiere también convertirse en monolitismo ideológico?

-
3. Segundo Octavio Paz (2001a, p.21), ele não assinou esse manifesto contra a expulsão dos jornalistas de *Excelsior*, pois não aceitaram que outros membros do conselho de redação de *Plural* também o fizessem. O fato de não mencionarem no ato público o apoio político de *Plural* aos desligamentos em *Excelsior* afastou ainda mais os dois grupos de intelectuais.

¿Las poderosas burocracias políticas y económicas que nos rigen se proponen acallar las pocas voces libres que quedan en nuestro país? (apud Paz et al. 2001, p.157)

Já em dezembro de 1976, Paz fundava outra revista, *Vuelta*, com a participação da maior parte dos colaboradores de *Plural*: José de La Colina como secretário de redação, Alejandro Rossi como diretor suplente da publicação e Abel Quezada Rueda como diretor artístico. Faziam parte do conselho de redação José de La Colina, Salvador Elizondo, Juan García Ponce, Alejandro Rossi, Kazuka Sakai, Tomás Segovia e Gabriel Zaid.

No primeiro número de *Vuelta*, Octavio Paz (1976a, p.4) mostrou como a nova publicação surgia após o desaparecimento da revista *Plural* e pontuou o significado de seu nome:

Vuelta quiere decir regreso al punto de partida y, asimismo, mudanza, cambio. ¿Dos sentidos contradictorios? Más bien complementarios: dos aspectos de la misma realidad, como la noche y el día. Damos vueltas con las vueltas del tiempo, con las revoluciones de las estaciones y las revueltas de los hombres; al cambiar, como los años y los pueblos, volvemos a lo que fuimos y somos. Vuelta a lo mismo. Y al dar la vuelta, descubrimos que ya no es lo mismo: el que regresa es otro y es otro a lo que regresa. [...] Plural desapareció, la publicación que circula por ahí ni siquiera es una caricatura: es una falsificación – y ahora reaparece: ya no es Plural, aunque no renuncia a la pluralidad de voces, sino Vuelta. El mismo y el otro.

Vuelta compartilhou não só da mesma equipe de direção de *Plural*, mas também da mesma vocação de abertura para o mundo e para a América Latina, em questões culturais e políticas. Para Octavio Paz (2001a, p.21), a novidade de *Vuelta* na história do México era ser uma revista independente financiada exclusivamente pelos seus leitores, assinantes e pelos anúncios. A revista tinha aproximadamente 66 páginas e também algu-

mas seções fixas, com as mesmas denominações de *Plural*: “Libros” e “Letras, letrillas, letrones”. Além dessas, introduziu-se uma nova seção, “Vocabulário político”, de autoria de Rafael Segovia, em que se comentavam aspectos da política mexicana, uma vez que já não se podia mais contar com Daniel Cosío Villegas para fazer essas análises.

Apesar de as duas revistas terem sido criadas como publicações culturais, temas políticos foram sempre abordados, o que revelava uma concepção ampla de cultura de seu diretor e da equipe de direção. Muitos anos depois, em sua obra autobiográfica, Paz (1993a, p.51) definiu o perfil das duas publicações:

Concebimos a Plural y después a Vuelta como revistas primordialmente literarias e artísticas, pero abiertas al aire del tiempo, atentas a los problemas y temas de la vida y la cultura de nuestros días, sin excluir a los asuntos públicos. En materia política, nuestra crítica se desplegó en varias direcciones: el sistema político mexicano, fundado en un excesivo presidencialismo y en la hegemonía de un partido hechura del Estado; el sistema totalitario soviético con sus satélites y el chino con los suyos; las dictaduras, especialmente las de América Latina; la política de las democracias liberales del Occidente, en particular la de los Estados Unidos.

As revistas *Plural* e *Vuelta* abordaram, em suas páginas, a temática da Revolução Cubana com base em publicação de análises de intelectuais latino-americanos e europeus. O posicionamento de Octavio Paz e demais intelectuais mexicanos agrupados nessas publicações representou a formulação de um olhar diverso da Revolução Cubana, pois não se alinhou nem com as orientações do comunismo cubano e soviético, nem com os ideais do liberalismo e do capitalismo.

O artigo “Polvos de aquellos lodos”, publicado na revista *Plural*, em março de 1974, traz um bom exemplo das reflexões

políticas do diretor de ambas as revistas sobre o tema. Octavio Paz criticou claramente a burocratização do processo cubano, comparou-o com os acontecimentos ocorridos na União Soviética e localizou o problema da burocratização na existência de um único partido revolucionário. De acordo com Paz (1974, p.23):

Ese partido tiende a convertirse fatalmente en una casta, apenas conquista el poder. La historia del siglo XX nos ha mostrado una y otra vez la inexorable transformación de los partidos revolucionarios en despiadadas burocracias. El fenómeno se ha repetido en todas partes: dictaduras del Partido comunista sobre la sociedad, dictadura del Comité Central sobre el Partido comunista, dictadura del César revolucionario sobre el Comité Central. El César se puede llamar Brejnev, Mao ou Fidel: el proceso es el mismo.

Para o diretor da publicação, Cuba e muitos outros países que se denominavam socialistas encontravam-se imersos em “ditaduras burocráticas comunistas” (ibidem, p.25). Estas se caracterizavam por campos de trabalho forçado, burocracia policial que os administrava, prisões sem processo, julgamentos a portas fechadas, tortura, intimidação, autoacusações, confissões e espionagem generalizada.⁴ Para Paz, tratava-se de consequências da ditadura do partido único e, dentro deste, da ditadura de um grupo e de um homem. A opressão que o partido único exercia sobre a sociedade era reproduzida no interior do partido, com a destruição dos opositores políticos, rivais e dissidentes, além da supressão da democracia interna, segundo analisou

4. Sobre os campos de trabalho forçados em Cuba, mais conhecidos como Unidades Militares de Apoio à Produção (Umaps), ver Almendros e Jimenez-Leal (1984). Há também o testemunho do escritor José Mario Rodríguez (1969a, 1969b). Para um testemunho sobre a polícia política e o mundo da espionagem em Cuba, ver Fuentes (1999).

Octavio Paz. Em Cuba, desde 1965, com a fundação do Partido Comunista Cubano, estabeleceu-se o regime de partido único na ilha.

Paz (1974, p.26), entretanto, esclareceu que seu rechaço à “ditadura burocrática comunista” não implicava a aceitação do imperialismo norte-americano, do racismo, da bomba atômica ou ainda das injustiças do sistema capitalista. Suas críticas se dirigiam aos países da América Latina e do Ocidente, com suas desigualdades, explorações, assassinatos, torturas e prisões, mas não fechavam os olhos para o que ocorria com os dissidentes russos, chineses ou cubanos. Paz reivindicava a fraternidade, a justiça, a igualdade e as liberdades formais, de opinião, de expressão, de associação, de movimento e de “poder dizer não ao poder”, como desejos fundamentais da aspiração humana.

Esse e muitos outros artigos críticos de Octavio Paz trouxeram posicionamentos sobre Cuba e outros países do bloco socialista, o que gerou grandes polêmicas no meio intelectual mexicano.⁵ Segundo recordou Paz (1993a, p.51), muitos escritores padeciam de “intoxicação ideológica” e não aceitavam as críticas feitas nas revistas aos países denominados socialistas.

Outros intelectuais também publicaram suas inquietações sobre Cuba nas revistas *Plural* e *Vuelta*. Essas publicações também abriram espaço para questionamentos sobre o desenrolar da Revolução em Cuba e de sua política cultural. A revista *Plural* surgiu justamente em 1971, ano em que ocorreu o “caso Padilla” em Cuba. O posicionamento de Octavio Paz e muitos outros intelectuais agrupados na revista nos anos 1970 foi o de distanciamento crítico em relação a Cuba, sobretudo após a prisão do escritor cubano Heberto Padilla. A prisão e confissão de Padilla, em março e abril de 1971, marcaram o

5. Ver também Gimferrer (1974).

fim da “lua de mel” entre a intelectualidade internacional e o governo cubano.

Heberto Padilla foi obrigado a redigir uma autocrítica, em que declarou ter “conspirado contra a Revolução”, envolvendo sua esposa Belkis Cuza Malé e muitos outros escritores cubanos. Padilla foi utilizado como bode expiatório pelo governo cubano para provar o alinhamento de Cuba com a política cultural soviética, além de abafar qualquer pretensão de uma política cultural mais aberta e eclética. As restrições aos intelectuais em Cuba foram explicitadas não só quanto à liberdade de criação e de expressão, mas também em relação ao controle de sua conduta pública e privada na ilha. Em contraposição à explosão criativa revolucionária dos anos 1960, a década de 1970 em Cuba ficou conhecida como anos cinzentos (*años grises*).

A posição de muitos intelectuais mexicanos e de outros países da América Latina em relação à Revolução Cubana foi decisivamente alterada. O caso ganhou repercussão internacional. A primeira carta de protesto dirigida a Fidel Castro contra a prisão de Padilla, assinada pelos escritores mexicanos do Pen Club do México, foi publicada em 2 de abril de 1971, no jornal *Excelsior* (cf. Padilla, 1998, p.122). Tratava-se da mesma publicação da qual surgiu a revista *Plural*. Os intelectuais mexicanos Octavio Paz, Carlos Fuentes e Juan Rulfo, entre outros, manifestaram nessa carta sua desaprovação quanto à prisão do escritor e enfatizaram a importância do “direito da crítica intelectual” e da liberdade, para Cuba não cair em um ato “repressivo” e “antidemocrático”.⁶

6. No México, as outras adesões a essa carta foram de José Álvaro, Fernando Benítez, Gastón García Cantú, José Luis Cuevas, Salvador Elizondo, Isabel Fraire, Juan García Ponce, Vicente Leñero, Eduardo Lizalde, Marco Antonio Montes de Oca, José Emilio Pacheco, Carlos Pellicer, José Revueltas, Jesús Silva Herzog, Ramón Xirau, Gabriel Zaid.

Muitos outros escritores de esquerda europeus e latino-americanos, simpatizantes da Revolução Cubana, assinaram outras duas cartas enviadas a Fidel Castro, quando questionaram primeiramente a prisão e posteriormente a autoconfissão pública de Padilla. A carta publicada no jornal *Le Monde*, em 9 de abril de 1971, alertava como a prisão de Padilla poderia abalar o “símbolo” e o “estandarte” que a Revolução Cubana representava para os intelectuais latino-americanos.⁷ Octavio Paz foi um dos intelectuais que firmaram essa carta. A outra carta dirigida a Fidel Castro foi publicada em 21 de maio no jornal *Madrid* e também em Paris, em que sessenta intelectuais condenavam os métodos que haviam sido utilizados para obter a confissão de Padilla, que muito se assemelhavam aos “momentos mais sórdidos da época stalinista”. Os intelectuais também apelavam para que Cuba voltasse a ser um modelo dentro do socialismo e evitasse o “obscurantismo dogmático, a xenofobia cultural e o sistema repressivo que impôs o stalinismo nos países socialistas”.⁸ Octavio Paz não assinou essa carta, pois se sentia “alheio à decepção que a motivava”. O escritor mexicano aclarou em 1993 que na época “não havia compartilhado das excessivas esperanças com que a maioria de meus colegas viu o

-
7. A carta foi assinada por Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Italo Calvino, Marguerite Duras, Carlos Franqui, Juan Goytisolo, Alberto Moravia, Octavio Paz, Hans Magnus Enzensberger, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Jorge Semprún, Carlos Barral, Maurice Nadeau, Rossana Rossanda, entre outros (cf. Padilla, 1998, p.123).
 8. Assinaram essa carta Nathalie Sarroute, Susan Sontag, Pier Paolo Pasolini, Alain Resnais, André Gorz, Rodolfo Hinostroza, Juan Rulfo, José Agustín Goytisolo, entre outros, além da maioria dos intelectuais que subscreverem a carta anterior, publicada no *Le Monde* (cf. Padilla, 1998, p.160-1).

movimento cubano” (Paz, 1993b, p.171),⁹ ou seja, suas críticas a Cuba eram anteriores a esse episódio.

O “caso Padilla” foi um tema recorrente em vários artigos das duas revistas mexicanas, *Plural* e *Vuelta*. Alguns artigos do escritor cubano Guillermo Cabrera Infante editados nas revistas são bem significativos e deixam bem claras suas divergências com o governo e a política cultural oficial na ilha. Ao responder a uma entrevista a Alex Zisman, Cabrera Infante (1974, p.58) analisou o significado do “caso Padilla” como uma forma de a “tirania cubana” acabar com a “oposição tímida” realizada por Heberto Padilla por meio de seus poemas. Para Cabrera Infante, muitos intelectuais que na ocasião firmaram manifestos fizeram a associação de Fidel Castro como “Stalin barbado”. Mas, em sua opinião, o que faltou nessa polêmica foi uma avaliação literária mais atenta da obra poética de Padilla.

A publicação dessa entrevista em abril de 1974, na revista *Plural*, tinha também o significado de apresentar para o público leitor a trajetória de Guillermo Cabrera Infante, que vivia em Londres, reconhecido internacionalmente pela obra *Así en la paz como en la guerra* e mais ainda pelo romance premiado *Los tristes tigres*, objeto de muitas perguntas do artigo (ibidem, p.57-60).

No terceiro número de *Vuelta*, Guillermo Cabrera Infante publicou um ensaio sobre sua relação com o escritor José Lezama Lima, por ocasião da morte deste em 1977. Nesse artigo, Cabrera Infante (1977, p.48) também não podia deixar de criticar o “caso Padilla” quando alertou que a confissão de Padilla havia sido “copiada de outras instâncias da história totalitária” e destacou a valente posição de José Lezama Lima, que se negou a assistir e tomar parte do evento oficial da União Nacional de

9. Ver também texto de Octavio Paz em Padilla (1998, p.171).

Escritores e Artistas Cubanos (Uneac), no qual Padilla teve que fazer sua autoconfissão.

A publicação em 1973 do livro *Persona non grata*, do escritor chileno Jorge Edwards (1991), não passou despercebida no círculo cultural mexicano, sobretudo porque as revistas estavam em constante diálogo com os principais intelectuais e acontecimentos da América Latina. Mario Vargas Llosa e Emir Rodríguez Monegal editaram resenhas em *Plural*, destacando a importância da publicação daquela obra, em que o escritor chileno narrou sua estada na ilha como diplomata no início dos anos 1970, justamente no período que antecedeu o “caso Padilla”. Jorge Edwards viajou a Cuba em 7 de dezembro de 1970, como funcionário diplomático do governo de Salvador Allende, destinado a reatar as relações diplomáticas entre os dois países, que estavam rompidas desde 1962, quando houve a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Edwards era encarregado de negócios e representante do governo da Unidade Popular do Chile em Cuba.

O escritor peruano Mario Vargas Llosa (1974, p.74) chamou atenção em seu artigo, em *Plural*, de que a publicação de *Persona non grata* pelo intelectual chileno rompia um tabu entre os intelectuais de esquerda na América Latina, pois a Revolução Cubana era tida como “intocável”, ou seja, não era passível de críticas sem que seu autor se tornasse “cúmplice da reação”. Apesar de o contexto político de ditaduras da América Latina ser bastante desfavorável nos anos 1970, com muitas críticas feitas a Cuba por governos de direita, os questionamentos de Edwards faziam parte da “liberdade da crítica” dentro de uma “tradição socialista”. Vargas Llosa esclarecia que o relato de Jorge Edwards constituía a visão de um intelectual de esquerda, que havia aderido profundamente à Revolução e ao socialismo, e que inclusive havia sido expulso do serviço diplomático chileno pelo governo de Pinochet, além de ter visto sua obra ser proibida de circular em seu país.

Segundo a resenha de Vargas Llosa, os problemas de Jorge Edwards em Cuba surgiram por sua dupla condição de escritor e diplomata. A relação de Edwards com certos escritores como Heberto Padilla, que possuíam uma atitude crítica e independente e eram malvistos pelo governo, trouxe primeiramente “desconfiança” e posteriormente “hostilidade oficial”. Os problemas de Heberto Padilla em Cuba vinham desde a publicação no suplemento cultural *El Caimán Barbudo*, em 1967, de artigo em que elogiava o livro *Três tristes tigres*, do escritor exilado e premiado Guillermo Cabrera Infante, em detrimento do romance *Pasión de Urbino*, de Lisandro Otero, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura. Na época, a publicação desse artigo polêmico fez rolar as cabeças de Jesús Díaz e sua equipe de escritores, que foram destituídos da direção do suplemento.¹⁰ Em 1968, a edição do livro de poemas de Padilla, *Fuera del juego*, premiado no IV Concurso Literário da Uneac, acirrou os ânimos dos debates, gerando críticas na Uneac e na revista *Verde Olivo*, das Forças Armadas.¹¹

Persona non grata relatava uma grande confusão política literária, que demonstrava o fechamento das possibilidades de oposição quando se instalou em Cuba um sistema de “intolerância” e “controle pleno”, segundo a resenha de Vargas Llosa. Na avaliação de Vargas Llosa (1974, p.76):

[...] *el escritor de vocación auténtica queda inmediata y brutalmente afectado, no sólo, como la mayoría de sus conciudadanos, en una parte importante de su actividad social, sino en el centro mismo de su vocación, que es alérgica por esencia a la coacción, a la que unas dosis mínimas de libertad y disponibilidad son*

10. Para mais detalhes sobre o polêmico artigo de Padilla em *El Caimán Barbudo* e o fim da primeira época da publicação, ver Miskulin (2009).

11. Sobre a premiação de Padilla em 1968 e as reações no meio político e intelectual cubano, ver Miskulin (2008b).

tan vitales como el aire y el agua a las plantas. Esa es la razón por la que los escritores y los artistas están generalmente en la primera fila de la batalla por la democratización del sistema en los países socialistas.

Jorge Edwards teria testemunhado em Cuba a substituição do escritor pelo funcionário como “personagem principal” da vida literária nos anos 1970. Na análise de Vargas Llosa (1974, p.77), Edwards fazia um chamado a favor da reconciliação entre “liberdade intelectual” e “poder socialista”, já que se tratava da crítica feita por um amigo da Revolução, mesmo ponto de vista no qual se colocava Vargas Llosa,¹² o autor da resenha, que havia estado até aquele momento cinco vezes na ilha:

Nunca antes de la Revolución Cubana sentí un entusiasmo y una solidaridad tan fuertes por un hecho político y dudo que lo sienta en el futuro. Cuba significó para mí la primera prueba tangible de que el socialismo podía ser, al mismo tiempo que una justa distribución de la riqueza y la instalación de un sistema social humano, un régimen compatible con la libertad.

-
12. Mario Vargas Llosa já havia apoiado publicamente a Revolução, quando publicou nos anos 1960 muitos artigos favoráveis a Cuba, em jornais de destaque como o *Le Monde*. Durante o episódio da Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, publicou “Em Cuba, país sitiado” e “Crónica de la Revolución”, mostrando toda a mobilização e tensão vividas na ilha, ante a ameaça de um conflito nuclear, que envolvia os Estados Unidos, a União Soviética e os mísseis russos que estavam sendo instalados na ilha (cf. Morejón Arnaiz, 2004, p.33). Entretanto, a posição de Mario Vargas Llosa em relação a Cuba havia mudado após o “caso Padilla”. Ele assinou as cartas de protesto, juntamente com inúmeros outros intelectuais latino-americanos e europeus, que foram publicadas em importantes jornais europeus, contrárias à prisão e confissão do escritor Heberto Padilla em 1971, em Cuba.

Uma outra resenha de Emir Rodríguez Monegal (1974) foi publicada no mesmo número de *Plural*, também sobre *Persona non grata*. Rodríguez Monegal (1974, p.78) destacou como, no período de três meses e meio em que Jorge Edwards passou em Cuba, presenciou a experiência de viver em uma sociedade “absolutamente centralizada” e escreveu seu testemunho da vivência no “labirinto do poder”.

O artigo do crítico uruguaio Rodríguez Monegal¹³ retoma a trajetória de Jorge Edwards, que havia estado em Cuba pela primeira vez em 1968, quando foi jurado do Concurso de Contos de Casa de las Américas. Edwards foi um dos jurados que, com o argentino Rodolfo Wash, premiaram o polêmico livro *Condenados del condado*, de José Norberto Fuentes.¹⁴ Nessa época, estabeleceu ainda relações com muitos escritores cubanos, como Heberto Padilla e Antón Arrufat, que já naquele momento receberam também premiações duramente criticadas¹⁵ e

13. Emir Rodríguez Monegal foi um importante intelectual uruguaio, que atuou como crítico literário, jornalista e professor. Participou e dirigiu relevantes publicações como *Marcha* e *Mundo Nuevo*. Entre 1968 e 1985, foi professor no Departamento de Espanhol da Universidade de Yale. Durante esse período, publicou diversos artigos em *Plural* e *Vuelta* sobre o *boom* da literatura latino-americana (cf. Ministério de Educação e Cultura, 1987).

14. *Condenados del condado* relatava por meio de contos o episódio que ficou conhecido como “luta contra bandidos”, no qual se combateram grupos contrarrevolucionários nas montanhas de Escambray, entre 1960 e 1966. O escritor Norberto Fuentes fez a cobertura do conflito como jornalista, mas a obra foi considerada polêmica e o autor permaneceu no ostracismo na vida cultural cubana durante quinze anos. Ver Fuentes (1999).

15. Em outubro de 1968, Heberto Padilla e Antón Arrufat ganharam o IV Concurso Literário da Uneac, com as obras *Fuera del Juego* (poesia) e *Los siete contra Tebas* (teatro), respectivamente. Apesar de premiadas por um júri composto de intelectuais cubanos e estrangeiros, as obras foram con-

começaram a ser hostilizados por alguns setores do meio cultural e do meio militar por meio de ataques publicados na revista *Verde Olivo*, das Forças Armadas.

Quando Jorge Edwards chegou a Cuba como funcionário diplomático em 1970, ocorreram certos episódios curiosos e marcantes, como não ser recebido oficialmente pelo governo cubano no aeroporto ou ainda ser instalado em um apartamento no Hotel Habana Libre com problemas de ar condicionado. Rodríguez Monegal comparou o percurso de Edwards em Havana com os passos vividos por Joseph K. em *O processo*, de Franz Kafka. Edwards havia sido julgado antes de chegar a Havana, e o governo cubano esperou o momento oportuno para revelar a sentença: declará-lo *persona non grata* e expulsá-lo da ilha em 22 de março de 1971, momento em que Padilla encontrava-se preso e se desenrolava o “caso Padilla”.

Entretanto, nessa resenha, Rodríguez Monegal¹⁶ pontuou uma crítica a Jorge Edwards que, como tantos outros intelectuais latino-americanos e europeus, nunca teria criticado a Revolução Cubana até meados de 1968. Para Rodríguez Monegal (1974, p.80), tratava-se de uma “cegueira política” comum entre os intelectuais latino-americanos ao longo dos anos 1960:

Legítimamente impresionados por la revolución Cubana, dejaron de ejercer su capacidad crítica al examinar los mecanismos de un régimen que, por justificado que esté en su total

sideradas pela direção da Uneac “politicamente conflituosas” (cf. Miskulin, 2008b).

16. Emir Rodríguez Monegal dirigiu a revista *Mundo Nuevo* entre 1966 e 1971 e travou, nesse período, uma intensa polêmica epistolar com Roberto Fernández Retamar, diretor da revista cubana *Casa de las Américas*. *Mundo Nuevo* fazia parte do projeto cultural do Congresso pela Liberdade da Cultura e foi acusada de receber financiamento da CIA pelo governo cubano (cf. Morejón Arnaiz, 2004).

militarización, absoluta centralización del Poder y del espionaje político, no deja de ser un régimen falible. [...] En su esfuerzo por denunciar y vencer a una derecha corrompida y victoriosa en la insolencia de su Poder, la izquierda casi siempre ha abandonado (hay excepciones, es claro) el ejercicio de la crítica y de la lucidez.

No caso de Edwards, ele silenciou sobre muitos conflitos de Cuba, segundo a visão de Emir Rodríguez Monegal. Suas críticas somente tornaram-se públicas em 1968, quando, além das polêmicas premiações literárias, teve também o apoio do governo cubano à invasão soviética para abafar a Primavera de Praga, na Checoslováquia,¹⁷ o que trouxe tensões e foi um marco em relação a muitos intelectuais internacionais de esquerda. A visão entre os intelectuais de que Cuba poderia construir um socialismo libertário com liberdade de criação e de pensamento caiu por terra, pois o governo cubano deu mostras de seu grande alinhamento com a União Soviética.

Nesse ponto, Emir Rodríguez Monegal (1974, p.80) destacou a importância e o papel do intelectual crítico quando passava a mostrar questionamentos em relação ao poder, primeiro em privado, depois em público, até tornar-se em “*un crítico*

17. A Primavera de Praga, movimento que reivindicou “um socialismo com rosto mais humano”, foi duramente reprimida pelos tanques da União Soviética em 21 de agosto de 1968. Nos primeiros dias da repressão, a imprensa cubana noticiou o episódio, solidarizando-se com os manifestantes em Praga, já que havia uma simpatia na ilha com relação ao movimento checo. O discurso de Fidel Castro em 23 de agosto acabou por definir a posição oficial do governo cubano, e seu apoio à invasão soviética a Praga surpreendeu não só muitos cubanos, como também grande parte da intelectualidade de esquerda internacional, que era simpática a Cuba e à “nova esquerda” (cf. Fornés-Bonavía Dolz, 2003, p.242; Verdès-Leroux, 1989, p.506-7).

muy vocal y audible". No caso do governo cubano, nos anos 1970 o dissentimento entre os intelectuais não foi tolerado: os intelectuais indesejados foram "excluídos" ou "esmagados" (como o que aconteceu com Jorge Edwards ou ainda com outros estrangeiros, como K. S Karol, René Dumont e Hans Magnus Enzenberg, citados por Padilla em sua autoconfissão e acusados de agentes da CIA¹⁸), além da vítima do "castigo exemplar" que foi Heberto Padilla.

Como continuação desse debate iniciado nas páginas de *Plural*, Jorge Edwards colaborou posteriormente para a revista *Vuelta*, enviando colaborações e cartas em que reportava a situação política e cultural no Chile. No entanto, não podia deixar de mencionar o "caso Padilla", sobretudo no artigo intitulado "Un hueco para Heberto Padilla". Sua intenção era explicar ao poetas jovens da sua língua o ocorrido com Padilla, alvo do "*stalinismo criollo*", que foi preso e obrigado a se confessar como traidor e contrarrevolucionário. Edwards (1980a, p.44-5) explicou ainda que Padilla teve que acusar muitos amigos escritores que faziam a sua defesa:

El problema era que Heberto, a través del procedimiento inquisitorial de la autocrítica, se había convertido en esos momentos en una no persona. Sus defensores y sus amigos de Europa y América quedaron perplejos, y no tuvieron más remedio que guardar silencio. [...] Lo grave del caso, el aspecto diabólico del tratamiento policial a que había sido sometido Padilla, es que todos doblamos la página y lo consideramos muerto, sin pena ni gloria, para la literatura.

Jorge Edwards, no entanto, comunicou a seus leitores que, apesar das dificuldades, Padilla continuava escrevendo, pois ha-

18. Ver Padilla (1989, 1998) e Edwards (1991, p.186-8).

via publicado alguns poemas traduzidos para o inglês no *New Yorker Review of Books*. Edwards (1980a, p.45) estava bem impressionado, pois Padilla não havia perdido o seu “humor provocativo” que era uma marca característica de seus poemas, mostrava-se como um “bufão”, com presença incômoda, e poderia sempre surgir a qualquer momento com “verdades molestas”. Alguns números depois, *Vuelta* publicou os mesmos poemas de Padilla (1980) citados por Edwards na revista, dando uma oportunidade para o público leitor acompanhar de perto a continuidade da criação literária do escritor cubano, que havia se exilado recentemente nos Estados Unidos.

Uma outra colaboração de Jorge Edwards em *Vuelta* foi redigida em forma de uma carta, escrita em Santiago do Chile, em 19 de dezembro de 1979, e publicada na revista mexicana em abril de 1980. Nessa carta, o escritor chileno esclareceu que havia escrito sua “própria confissão em *Persona non grata*”. O livro havia sido censurado em muitas circunstâncias: foi proibido no Chile em 1974 pelo governo militar de Pinochet, mas circulou de forma clandestina. Um editor italiano revelou ao autor ter gostado muito da obra, mas que não podia publicá-lo por causa de suas relações com Fidel Castro (Edwards, 1980b, p.47). Edwards revelou que uma censura implícita pairava também sobre sua outra obra *Los convidados de piedra*. Mas o que mais incomodava o escritor era sua condição de dupla censura no exílio, tanto pela direita de Pinochet como pelos esquerdistas pró-Fidel: “*Mi conclusión personal fue que el exilio no constituye una escapatoria suficiente. Vivi en el exilio una experiencia de censura doble, unida a la sensación, que para mí es incómoda, casi paralizadora, de una soledad elemental*” (ibidem).

Nessa carta, Jorge Edwards não esclareceu a censura que certamente seu livro *Persona non grata* sofreu em Cuba, pois tratar do “caso Padilla” havia se tornado tema tabu na ilha. No

entanto, deixou bem claro como passou a ser perseguido tanto pela direita chilena como por aqueles que não aceitavam críticas à Revolução Cubana.

A confirmação do cerceamento à liberdade de expressão em Cuba foi registrada na revista *Plural*, no número 50, de novembro de 1975, em uma nota intitulada “Censura política y económica”, parte da seção “Letras, letrillas, letrones-Actualidades”. Lá os editores apontavam muitos países da América Latina em que a publicação era proibida de circular por motivos de censura, entre eles Cuba, além do Chile, da Argentina e do Uruguai, que viviam sob forte repressão das ditaduras militares:

Plural no ha encontrado trabas a auténticas barreras en muchas partes de América Latina (Argentina, Uruguay, Chile, Cuba). Para que la revista no circule se encuentran diversos procedimientos: obstáculos aduanales, largas arancelarias, almacenamiento sin límite de tiempo en bodegas inadecuadas, donde los ejemplares se deterioran, costas de importación inexistentes o reducidas al mínimo, clausura de la libertad de expresión. La gama, como pode verse, va de la censura política (Uruguay, Chile, Cuba) a una hipócrita censura económica (Argentina). Es evidente que allí donde el pensamiento crítico es concebido como un peligro para la situación establecida, Plural resulta maldita. (“Censura política y económica”, 1975, p.90)

Plural e *Vuelta* editaram muitas contribuições literárias de importantes intelectuais cubanos exilados, como Guillermo Cabrera Infante (1972, 1973, 1976, 1980a, 1980b, 1981), Carlos Franqui (1981), Severo Sarduy (1971, 1972, 1973, 1974, 1977, 1980, 1982) e Reinaldo Arenas (1982),¹⁹ fato que certamente desagradou o governo cubano. Além disso, as visões críticas da Revolução Cubana publicadas nas revistas mexicanas fizeram que o governo cubano colasse-as no rol das revistas proibidas de

19. Ver também Mario Santi (1980).

circular na ilha. O pesquisador cubano Carlos Espinosa (2005) mostrou como a revista *Vuelta* figurou no índice da biblioteca Casa de las Américas elaborado pela diretora Marta Ferry, e que as publicações desse índice só podiam ser consultadas por “razões estritas de trabalho”.

As revistas *Plural* e *Vuelta* constituíram um importante espaço de posicionamento crítico em relação à Revolução Cubana. Essas publicações tornaram-se importante espaço de manifestação e reflexão dos intelectuais latino-americanos que não estavam alinhados com a política do governo cubano nos anos 1970 e 1980, mas tampouco faziam coro à política liberal dos Estados Unidos e ao capitalismo.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR CAMÍN, H.; MEYER, L. *À sombra da Revolução Mexicana*. História mexicana contemporânea, 1910-1989. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2000.
- ALMENDROS, N.; JIMENEZ-LEAL, O. *Conducta impropia*. Madrid: Playor, 1984.
- ARENAS, R. Carta abierta a las Ediciones del Norte. *Vuelta (México)*, n.65, abr. 1982.
- CABRERA INFANTE, G. Minotauromaquias. *Plural (México)*, n.5, feb. 1972.
- _____. Textos. Exorcismos de estilo. Vista del amanecer en el trópico. *Plural (México)*, n.27, dic. 1973.
- _____. 30 respuestas para Alex Zisman. *Plural (México)*, n.31, abr. 1974.
- _____. La plus que lente. *Plural (México)*, n.53, feb. 1976.
- _____. Encuentros y recuerdos con José Lezama Lima. *Vuelta (México)*, n.3, feb. 1977.
- _____. El presentador presentado. *Vuelta (México)*, n.38, ene. 1980a.
- _____. Vida para leerlas. *Vuelta (México)*, n.41, p.4-16, abr. 1980b,

- CABRERA INFANTE, G. El actor como político y el político como actor. *Vuelta (México)*, n.57, p.14-7, ago. 1981.
- CENSURA política y económica. *Plural (México)*, n.50, nov. 1975.
- EDWARDS, J. Un hueco para Heberto Padilla. *Vuelta (México)*, n.38, ene. 1980a.
- _____. Carta de Chile. *Vuelta (México)*, n.41, abr. 1980b.
- _____. *Persona non grata*. Barcelona: Tusquets, 1991.
- EN TORNO a la cultura SEP. Daniel Cosío Villegas. *Plural (México)*, n.55, p.3, abr. 1976.
- ESPINOSA, C. (H)ojeando revistas. Encuentro en la red, 24 oct. 2005. Disponível em: <<http://cubaencuentro.com>>. Acesso em: 1º mar. 2008.
- FORNÉS-BONAVÍA DOLZ, L. *Cuba cronología*. Cinco siglos de historia, política y cultura. Madrid: Verbum, 2003.
- FRANQUI, C. Castro y los escritores. *Vuelta (México)*, n.54, p.14-7, mayo 1981.
- FUENTES, C. Opciones críticas en el verano de nuestro descontento. *Plural (México)*, n.11, p.3-9, ago. 1972.
- FUENTES, C. et al. México 1972. Los escritores y la política. *Plural (México)*, n.13, p.21-8, oct. 1972. Suplemento 13.
- FUENTES, N. *Dulces guerreros cubanos*. Barcelona: Seix Barral, 1999.
- GIMFERRER, P. Reconocimiento y revelación. *Plural (México)*, n.30, p.73, 1974.
- KRAUSE, E. Daniel Cosío Villegas, el empresário cultural. *Plural (México)*, n.55, p.7 -17, abr. 1976.
- MARIO SANTI, E. Entrevista con Reinaldo Arenas. *Vuelta (México)*, n.47, p.18-25, oct. 1980.
- MARTÍN DEL CAMPO, J. L. Da unidade nacional ao desenvolvimento estabilizador (1940-1970). In: GONZÁLEZ CASANOVA, P. (Org.) *América Latina*. História de meio século. Trad. Marcos Bagno. Brasília: Editora UnB, 1990.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Homenaje a Emir Rodríguez Monegal*. Montevideu: Ministério de Educação e Cultura, 1987.

- MISKULIN, S. C. As repercussões do movimento estudantil de 1968 no México. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. *Anais...* Vitória: Ufes, 2008a. Disponível em: <<http://www.anphlac.org>>. Acesso em: 05 ago.2008.
- _____. O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural. *Esboços (Florianópolis)*, n.20, p.47-66, 2008b.
- _____. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, Fapesp, 2009.
- MONSIVÁIS, C. Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX. In: COSÍO VILLEGAS, D. (Org.) *Historia general de México*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 1994. v.2.
- MONTOYA RAMÍREZ, E. (Org.) *Octavio Paz*. La Semana del Autor Octavio Paz. Madrid, 9-12 de mayo de 1988. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, Ediciones de Cultura Hispánica, Agencia Española de Cooperación Internacional, 1989.
- MOREJÓN ARNAIZ, I. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- PADILLA, H. Poemas (“Por la borda”, “Autorretrato del otro”, “Los últimos recuerdos de Sir Walter Raleigh en la torre de Londres”, “Entre marzo y abril está mi mes más cruel”). *Vuelta (México)*, n.46, p.104, sep. 1980.
- _____. *La mala memoria*. Barcelona: Plaza & Janes, 1989.
- _____. *Fuera del juego*. Miami: Ediciones Universal, 1998.
- PAZ, M.-J.; CASTAÑÓN, A.; TORRES FIERRO, D. (Org.) *A treinta años de Plural (1971-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PAZ, O. La letra y el cetro. *Plural (México)*, n.13, p.7-8, oct. 1972.
- _____. Polvos de aquellos lodos. *Plural (México)*, n.30, mar. 1974.
- _____. *Vuelta*. *Vuelta (México)*, n.1, dic. 1976a.
- _____. Daniel Cosío Villegas: las ilusiones y las convicciones. *Plural (México)*, n.55, p.74-80, abr. 1976b.
- _____. Itinerário. In: _____. *Obras completas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993a. v.9.

- PAZ, O. Nota introdutória a “Las confesiones de Heberto Padilla”. In: _____. *Obras completas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993b. v.9.
- _____. La autohumillación de los incrédulos. In: PADILLA, H. *Fuera del juego*. Miami: Ediciones Universal, 1998.
- _____. História e prehistoria de *Vuelta*. In: PAZ, M.-J.; CASTAÑÓN, A.; TORRES FIERRO, D. (Org.) *A treinta años de Plural (1971-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001a.
- _____. Octavio Paz: política, literatura, moral. In: PAZ, M.-J.; CASTAÑÓN, A.; TORRES FIERRO, D. (Org.) *A treinta años de Plural (1971-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001b.
- PAZ, O.; RÍOS, J. *Solo a dos voces*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- RODRÍGUEZ, J. M. 2279: ¿definitivamente? *Exilio, Revista de Humanidades (Nova York)*, año 3, n.1, p.33-7, 1969a.
- _____. El stadium. *Mundo Nuevo (Paris)*, n.36, p.46-52, jun. 1969b.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, E. Joseph K. en la Habana. *Plural (México)*, n.39, dic. 1974.
- SARDUY, S. Gran mandala de las divinidades irritadas y detentoras del saber. *Plural (México)*, n.3, p.14-6, dic. 1971.
- _____. Big Bang. Para situar en orbita maquinas de Alejandro. *Plural (México)*, n.14, nov. 1972.
- _____. Los instrumentos del corte. *Plural (México)*, n.19, abr. 1973.
- _____. Big Bang/steady state. *Plural (México)*, n.28, p.11-4, 15 nov. 1974.
- _____. Tremenda. *Vuelta (México)*, n.2, p.16-23, ene. 1977.
- _____. Para un amigo Indio. *Vuelta (México)*, n.49, dic. 1980.
- _____. Cabeza colosal Olmeca. *Vuelta (México)*, n.65, p.6-12, abr. 1982.
- SCHERER GARCÍA, J. Un testimonio. In: PAZ, M.-J.; CASTAÑÓN, A.; TORRES FIERRO, D. (Org.) *A treinta años de Plural (1971-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- VARGAS LLOSA, M. Un franco tirador tranquilo. *Plural (México)*, n.39, dic. 1974.
- VERDÈS-LEROUX, J. *La lune et le caudillo. Le rêve des intellectuels et le régime cubain (1959-1971)*. Paris: Gallimard, 1989.
- ZAID, G. Carta a Carlos Fuentes. *Plural (México)*, n.12, p.52-3, sep. 1972.

PRODUÇÃO CULTURAL E
DILEMAS POLÍTICOS



A experiência brasileira e sul-americana de David Alfaro Siqueiros

*Carlos Alberto Sampaio Barbosa*¹

O objetivo deste texto é discutir a importância da experiência sul-americana e mais especificamente da brasileira na formação das propostas estéticas e políticas de David Alfaro Siqueiros (1896-1974). Procuro focar a atuação do artista e intelectual mexicano e sua relação com artistas, intelectuais e políticos brasileiros. Esta pesquisa se insere em um projeto mais amplo de verificar a repercussão dos desdobramentos culturais e políticos da Revolução Mexicana na América Latina, com especial atenção ao Brasil.

Nas décadas de 1920 e 1930, ocorreu intensa circulação de artistas e intelectuais no ambiente latino-americano. Para pensarmos especificamente o México e o Brasil, lembremos que José Vasconcelos, um dos principais incentivadores e patrocinadores do movimento muralista, esteve no Brasil em 1922, por conta das festividades do centenário da independência. Viagem que rendeu a publicação do livro *Raça cósmica*, em 1925 (Vasconcelos, 1966). Logo em seguida, numa tentativa de maior aproximação diplomática e cultural entre México e Brasil, Alfonso Reyes foi

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de História da América no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

designado embaixador mexicano, entre os anos de 1930 e 1938. Antonio Caso, outro destacado e importante intelectual mexicano, visitou a região e ministrou conferências no Rio de Janeiro, em Montevidéu, Buenos Aires e Santiago, entre 1921 e 1924.

Do lado brasileiro, alguns intelectuais visitaram aquele país, como Ronald de Carvalho, que esteve no México a convite de Vasconcelos. Essa viagem resultou na publicação do livro *Toda a América* em 1926 (Carvalho, 2001). Érico Veríssimo (1978), trinta anos depois, visitou o país dos astecas, de onde trouxe rico material que culminou na edição, em 1957, do livro *México*, no qual publica uma entrevista com Vasconcelos, além de outros escritores, como Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, que também tiveram contato e trocaram correspondências com Alfonso Reyes.

Cabe ressaltar que ecos da Revolução atingiram a imprensa brasileira. Jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte acompanharam os acontecimentos em terras mexicanas (Dias, 2009). No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, Manoel Oliveira Lima, importante diplomata, historiador e intelectual brasileiro, acompanhou com atenção os desdobramentos revolucionários em terras mexicanas, embora muito preocupado com o Brasil (cf. Barbosa, 2006, 2007). Lembremos também que a imprensa operária deu amplo destaque para as notícias que chegavam do México (Sousa, 2010), assim como, em outra perspectiva, a revista católica *Vozes* acompanhou com preocupação a perseguição de católicos ao longo da década de 1920 durante o governo de Plutarco Elías Calles.

A hipótese geral deste trabalho é que, em que pesem as dificuldades de comunicação, houve uma importante circulação de artistas, intelectuais e ideias culturais e políticas entre o México e o Brasil. A Revolução Mexicana e seus desdobramentos políticos e culturais são emblemáticos. Julgamos que houve uma forte repercussão desses acontecimentos em território brasileiro.

Para realizar essa proposta, para além de analisar a produção artística, também se fez necessário utilizar outras fontes, como diários, manifestos, cartas, documentos em gerais e livros produzidos por artistas e intelectuais dos dois países. A imprensa – tanto a cultural e ilustrada como a grande imprensa – também é muito importante nessas relações. Acredito que, por meio dessa documentação, podem-se vislumbrar as propostas culturais, estéticas e políticas difundidas em ambos os países e verificar os ecos dessa produção entre os artistas e intelectuais mexicanos e brasileiros.

No caso da relação de Alfaro Siqueiros, existiram dois momentos de contato mais intensos: a fase das palestras, durante a década de 1930, e a das bienais, entre 1950 e 1960.

FASE DAS PALESTRAS

Talvez um dos primeiros contatos de Siqueiros com o Brasil e os brasileiros foi durante sua estada na Europa (França, Itália e Espanha), mais precisamente em Paris, como adido militar e bolsista do governo mexicano entre 1919 e 1921. Foi por intermédio de um brasileiro, provavelmente Correia de Araújo, pintor carioca, que Siqueiros (1934) foi apresentado a Picasso (“David Alfaro Siqueiros...”, 1934).

Desde esse momento, Siqueiros entendia que arte e política caminhavam juntas. Essa vinculação ficou explicitada desde cedo, pelo manifesto redigido por ele e intitulado “Tres llamamientos de orientación actual a los pintores y escultores de la nueva generación de América” (Siqueiros, 1990), datado de 1921 e publicado em Barcelona. Dois anos depois, ele ingressava no Partido Comunista Mexicano, tornando-se rapidamente uma de suas principais lideranças. Em 1929, por conta dessa vinculação, participou como secretário-geral da Confederación Sindical Unitaria do Congresso Sindical Latinoamericano, rea-

lizado em Montevideu. Na sua volta ao México, ficou preso na cidade de Taxco. Voltou à América do Sul passando por Buenos Aires e Montevideu em 1933. Nesse mesmo ano, proferiu algumas conferências em Buenos Aires a convite de Victoria Ocampo e, a seguir, passou rapidamente pelo Brasil. Visitou São Paulo, onde proferiu uma conferência no Clube de Arte Moderna (CAM), e o Rio de Janeiro, onde estabeleceu contatos com vários intelectuais brasileiros.

Reproduzo aqui as recordações de Flávio de Carvalho (1939) sobre a palestra de Siqueiros no CAM, um personagem dos mais atuantes no meio cultural paulista daquele momento, Apesar de um pouco longa, é muito loquaz e uma excelente descrição do impacto das ideias do pintor mexicano em terras paulista:

Entre os acontecimentos mais interessantes do Clube se destaca a palestra do pintor mexicano David Alfaro Siqueiros. Siqueiros fez parte do grupo de renovação mexicana, o grupo de Rivera (antes de brigar com Rivera)... aquele grupo que pintava afrescos nas paredes externas da cidade do México.

Tipicamente artista, alto, mestiço, cabeleira negra, era – coisa pouco comum entre os artistas – grande orador, falava horas inteiras com um improviso vigoroso e imaginativo e sem cansar o público... Siqueiros empolgava a assistência, formava um verdadeiro campo magnético no auditório e conservava esse campo magnético com o mesmo potencial durante as horas que duravam as suas orações, nunca em nenhum momento esmorecia, como costuma acontecer com os altos e baixos do orador normal.

Ele era mais exuberante como orador que como pintor, tinha-se a impressão que a sua oratória emanava da sua pintura, era uma conseqüência e uma continuação da pintura, vinha como o sublime acabamento da pintura. Ele não falava para explicar mas sim para acabar uma coisa que ele havia começado plasticamente. A oratória era em Siqueiros o fim de uma luta, o último ato de um espetáculo, mas evidentemente uma “finale” que não podia ser expressa plasticamente, que só era visível em palavras.

Siqueiros era político e o seu vigor em oratória provinha das suas condições políticas; o ambiente irreverente, irresponsável e livre, do Clube o inspirava. Ele sentia-se bem entre nós.

As suas idéias políticas só uma ou outra vez afetaram a cor e a forma dos seus argumentos – coisa rara entre elementos radicais.

A forma da sua oratória se parecia com a forma da sua pintura: grande imaginação, grande exuberância, dantesca em tonalidade, forte e definida em emoção.

A assistência imóvel hipnotizada, sem o menor sinal de cansaço, escutou Siqueiros durante quatro horas. (Carvalho, 1939, não pag.)

Depois de São Paulo, Siqueiros seguiu para o Rio de Janeiro onde passou rapidamente para proferir outra conferência. Teve a oportunidade de passear pela cidade: caminhou pela Avenida Copacabana, foi ao bairro boêmio do Mangue, comprou um exemplar de *Cacau*, de Jorge Amado, e bebeu num botequim. Na palestra, foi apresentado por Di Cavalcanti e falou por duas horas. Segundo o editor da revista *Rumo*, “Começou a falar e virou mil [...]. No fim as idéias dele estavam rodando dentro da cabeça de cada um, feito transfusão de sangue” (“David Alfaro Siqueiros...”, 1934).

Nesse mesmo número, a revista publica um artigo-síntese de sua conferência denominada “Revolução técnica da pintura” (Siqueiros, 1934). Entre os redatores dessa revista, temos Carlos Lacerda – então comunista – em parceria com Evandro Lins e Silva e Moacyr Werneck de Castro.

Talvez uma das marcas mais indeléveis da passagem de Siqueiros em terras brasileiras tenha sido deixada em Oswald de Andrade. Na década de 1930, temos um engajamento político de Oswald. Essa postura militante vai se refletir em sua proposta de uma “prosa de tese” consubstanciada em seu romance experimental *Marco zero* (Andrade, 2008). Obra de caráter

monumental realizada na forma de colagem ou de montagem cubofuturista foi produzida entre 1933 e 1945 e permaneceu inconclusa. Entre os volumes projetados, estavam *Revolução melancólica* e *Chão*. A proposta dessa experiência era denominada “romance mural”, em que se podem vislumbrar as influências de Siqueiros e dos muralistas mexicanos. Essa obra seria uma crítica à burguesia paulista, uma aristocracia em decadência por causa da especulação financeira pós-*crack* da Bolsa de Nova York e da revolução constitucionalista.²

O que mais nos chama a atenção no romance é o debate sobre a teoria da arte, quando estabelece uma discussão teórica e estética entre dois personagens que seriam Jack de São Cristovão, um arquiteto (muito provavelmente Flávio de Carvalho), e Carlos de Jaert, um pintor (possivelmente Lasar Segal), a propósito de uma conferência proferida no CAM.

Oswald de Andrade (1972, p.103), em uma conferência na década de 1944, lembra: “Precisamente nessa época, creio que em ‘34, passava por São Paulo um dos mestres da pintura mexicana, David Alfaro Siqueiros”. Oswald (apud Olea, 2007), em seu romance, enfatiza esse comentário anterior assinalando: “Enquanto isso, nas ruas, há os gestos dos homens, as máscaras dos homens, e há mais, existe a luta de classes que o México soube fixar nos murais, com a técnica mais avançada de nossos dias”. Em outro trecho do romance mural *Chão*, Oswald (apud Olea, 2007) reconhece: “Hoje, dez anos depois dessa cena ficcional que expressava o que sucedia aqui em São Paulo em 1934, as sugestões de David Alfaro Siqueiros tomam corpo”.

Essas teorias plásticas e políticas foram colocadas em prática por Siqueiros nos trabalhos realizados em Buenos Aires, de onde acabara de vir. Lá procurou, pela primeira vez, adaptar e

2. Devo muito dessa relação entre Oswald de Andrade e os muralistas ao texto de Olea (2007). Ver também Ferreira (1991, 1997).

aliar pintura e arquitetura no que ficou conhecido como *Ejercicio plástico*, organizado por ele e uma equipe que incluía o argentino Antonio Berni. Ambos vão trabalhar na abóbada de uma adega de um magnata argentino nas cercanias de Buenos Aires.

E estão presentes, no romance experimental de Oswald, tanto a retórica social, e diríamos socialista, como certo teor futurista decorrente de suas técnicas de expressão como a “descontinuidade cênica” ou sua prosa cinematográfica com tons da pintura, do cinema e das discussões da época, como bem assinalou Antonio Candido (1945). Sem dúvida, Siqueiros também compartia desse tom futurista de “arte ação” – a contragosto – e do uso de planos fílmicos ou da fotografia.

Como toda certeza, as propostas estético-políticas de Siqueiros calaram fundo no modernista:

[...] a pintura contemporânea persiste porque toda ela é a revolução. Revolução na técnica, revolução no espírito, revolução no sortilégio, revolução no material e no plástico. [...] onde possa esconder-se o espírito da reação e do passado contra a irrupção da cidade nova, anunciada plasticamente pela pintura mural mexicana, pela pintura mecânica de Léger e pela pintura popular do *douanier* Rousseau. (Andrade apud Olea, 2007)

No Brasil, alguns artistas seguirão esse caminho da chamada segunda dentição da antropofagia: Tarsila do Amaral, com seus quadros *A negra* e *Abaporu*, Candido Portinari, Emiliano Di Cavalcanti e, é claro, Lasar Segal.

Enquanto isso, Siqueiros, nos anos seguintes, vai participar da Guerra Civil Espanhola. De retorno ao México nos anos 1940, continua com seus experimentos plásticos e na política envolve-se com o grupo que levou a cabo o assassinato de Leon Trotski. Preso novamente, exila-se no Chile com a ajuda de Pablo Neruda, onde permaneceu até 1943. Durante esse período, viajou para

o Peru, Equador, Colômbia, Panamá e Cuba. Posteriormente, retorna ao seu país onde executa importantes murais.

FASE DAS BIENASIS

Na década de 1950, continua com seus experimentos como os relevos policromados com mosaicos, que denomina escultopinturas, primeiro numa fábrica e depois no edifício da reitoria da Universidade Autônoma do México (Unam). Inicia seu mural mais conhecido denominado *Do porfirismo à Revolução* no Castillo de Chapultepec, transformado em Museu Nacional de História. Essa obra foi interrompida diversas vezes, em alguns casos por causa das prisões.

Nesse período, troca uma série de correspondências com várias personalidades do meio cultural e político brasileiro. Com sua prisão, essa correspondência passa a ser feita por sua mulher, Angélica Arenal, com militantes comunistas, simpatizantes e instituições de nosso país ao longo dessa década e da seguinte.³

Dessa correspondência, merece destaque uma série de cartas da Fundação Bienal de São Paulo, assinadas em sua maioria por Francisco Matarazzo Sobrinho, Arturo Profili e Antonio Bulhões, tratando da participação de Alfaro Siqueiros e outros artistas mexicanos na primeira e segunda bienais de São Paulo. O que acaba não acontecendo.

Emilio Di Cavalcanti escreve uma carta na qual aventa a possibilidade de reservar um espaço no edifício da Bienal para a execução de um mural de Siqueiros, enquanto Pietro Maria Bardi lhe escreve para convidá-lo a executar um mural ou no edifício do Museu de Arte de São Paulo ou dos Diários Associa-

3. Todas as correspondências citadas neste texto se encontram no acervo da Sala de Arte Público Siqueiros, na pasta Brasil.

dos. Essas tratativas, de acordo com a correspondência, estavam bem adiantadas, pois, em uma das cartas de Alfaro Siqueiros para Chateaubriand, o primeiro discute qual seria o tema da obra, bem como o seu custo. O mural seria sobre a história do México, e não sobre o Brasil ou a imprensa, como se supôs num primeiro momento.

Um detalhe importante é que muitas das cartas tentam rebater um possível boicote de artistas mexicanos à Bienal. Esse boicote seria em virtude de uma conclamação de “pintores brasileiros de esquerda” liderados por Candido Portinari que consideravam a Bienal um evento de “manifestação de um decrépito capitalismo”.

A participação efetivamente somente veio a ocorrer na III Bienal em 1955, que teve Sérgio Milliet como diretor artístico da mostra. Milliet organizou salas especiais para Candido Portinari no andar térreo do Pavilhão das Nações, com uma série de estudos para os painéis de *Guerra e paz* encomendados pelo governo brasileiro para a Organização das Nações Unidas em Nova York. No mesmo andar, havia a sala especial para Lasar Segal, com o importante panorama de sua pintura e esculturas. No segundo andar, reservado às delegações estrangeiras, obras de Orozco, Tamayo, Rivera e Siqueiros representavam um importante panorama do muralismo mexicano e foram um dos destaques daquela bienal.

É interessante perceber que os debates estéticos políticos da década de 1930, descritos por Oswald de Andrade em seu romance mural, continuam presente na fase das bienais. Candido Portinari e Lasar Segal representavam os “clássicos” do modernismo ou os que defendiam a arte figurativa em contrapartida aos “novos” modernos, como Waldemar Cordeiro, Lygia Clark e Abraham Palatnik que defendiam uma arte abstrata.

Esse debate marcou a década de 1950 e opôs os defensores da arte figurativa ou realista aos que defendiam uma arte mais

abstrata. Os que defendiam a arte figurativa atribuíam aos abstracionistas a responsabilidade por um esvaziamento do valor social e militante da arte.

Esse debate transcendeu o terreno da arte para o da política no debate entre esquerda e direita ou, dito de outra forma, entre os que se consideravam vinculados a uma função social da arte ou contrários. A questão do uso pelos norte-americanos da arte abstrata como uma pretensa propaganda política surgiu nesse embate. No período da guerra fria, o construtivismo geométrico começava a ocupar um espaço importante em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Colômbia. O abstracionismo informal, que teve como figura mais conhecida a pintura do norte-americano Jackson Pollock,⁴ era promovido pelo Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York e patrocinado pelo Departamento de Estado americano e apresentado como “a mais legítima expressão de liberdade individual, alheia a qualquer constrangimento social ou político. Aos olhos da esquerda, entretanto, essa pintura não passava de uma arte alienada e alienante” (Milliet, 2001 apud Alambert; Canhête, 2004, p.45).

Para combatê-lo, os artistas e intelectuais de esquerda brasileiros lançaram o Manifesto Consequência em que acusavam a Bienal de ser uma “infame propaganda da arte abstrata desligada de nossa vida e das nossas tradições”. Vilanova Artigas afirmava que era “expressão da decadência burguesa” e de que fora financiada pelos tubarões da indústria paulistana e criticava a influência norte-americana. Ataques prontamente respondidos por Mario Pedrosa que afirmava que esses “escritas do stalinismo crioulo, papagaiando os burocratas do Kremlin, condenam a

4. Ironicamente, Jackson Pollock havia participado de oficinas de pintura mural dirigidas por Alvaro Siqueiros durante sua estada em Nova York (cf. Azuela de la Cueva, 2008, p.138).

arte abstrata como degenerada e burguesa”. Pedrosa argumentava que esses intelectuais de esquerda desconheciam a história da arte, pois fora a Rússia revolucionária o lócus de um dos maiores momentos de experimentação abstrata, ademais de terem sido apoiados por Lenin. Afirmava ainda que a arte abstrata era herdeira legítima e revolucionária do modernismo.⁵

Devemos, entretanto, deixar essa discussão para outra oportunidade. No caso da relação Siqueiros e intelectuais brasileiros, em 1957 Érico Veríssimo visita o México. Ele se encontra com Siqueiros “com quem fez boa camaradagem”. Almoçam e visitam alguns de seus murais. Encontram-se na casa de Vianna Moog. Essencialmente discutem pintura e a experiência muralistas, afinal, para Veríssimo, o México é sinônimo da palavra mural. Para Veríssimo (1978, p.215-28), nenhum dos muralistas possui como Siqueiros o espírito dessa pintura, o sentido plástico do monumental.

Em 1960, Siqueiros é preso preventivamente e, depois de dois anos, foi declarado culpado de “dissolução social” e condenado a oito anos de prisão. Entre as provas do seu delito, é arrolado o conteúdo de sua pintura. Desse período, encontra-se uma constante correspondência recebida por Siqueiros referente a contatos políticos de membros da esquerda brasileira, principalmente do Partido Comunista Brasileiro. Essas mensagens, depois de agosto de 1960, aumentam por causa de sua prisão pelas autoridades mexicanas. Assim, várias cartas foram enviadas por Angélica Arenal, sua esposa, a artistas e intelectuais brasileiros em busca de solidariedade e apoio para realizarem uma campanha pela sua libertação.

Foram enviadas cartas para Candido Portinari, Jorge Amado, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Também foram enviadas para

5. Para mais informações, ver o excelente livro de Alambert e Canhête (2004, p.47).

instituições, meios de comunicação, universidades e museus, tais como: Edgard Roge dos Santos (reitor da Universidade da Bahia), Calmon Muniz de Betencourt (reitor da Universidade do Brasil), Marta Elba Miranda (da Universidade de Brasília), Carlos Seliar (revista *Senhor*), Alípio Correa Neto (reitor da Universidade de São Paulo), Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Francisco Nelson Chaves (diretor do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes – CPC-UNE), Orlando Bonfin Junior (revista *Novos Rumos*) e Mauricio Grabois (*A Causa Operária*). Como resposta, um abaixo-assinado foi organizado por artistas e intelectuais brasileiros e enviado para o governo mexicano em protesto contra a prisão do pintor.

CONCLUSÃO

Podemos afirmar que houve uma intensa e importante circulação de artistas, intelectuais, ideias culturais e políticas entre o México e o Brasil. Julgo que houve uma forte repercussão desses acontecimentos em território brasileiro, fato confirmado pela intensa troca de correspondência entre Siqueiros e intelectuais de nosso país não apenas restritos às redes de solidariedade vinculadas ao universo das diversas instituições do Partido Comunista. A possibilidade de ele realizar um mural no Brasil – apesar de isso não ter sido concretizado – é um dado desconhecido do público brasileiro. Ao pesquisar e fazer as primeiras análises da produção artística, mas também de outros materiais como diários, manifestos, cartas, documentos e livros produzidos por esses artistas e intelectuais, acredito que podem-se vislumbrar propostas culturais, políticas e identitárias que romperam fronteiras e circularam pelas Américas.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, F.; CANHÊTE, P. *Bienais de São Paulo: da era do museu à era dos curadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMARAL, A. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira 1930-1970*. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ANDRADE, O. de. Aspectos da pintura através de *Marco zero*.... In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p.103-10.
- _____. *Marco zero*. São Paulo: Globo, 2008.
- AZUELA DE LA CUEVA, A. Militancia política y labor artística de Siqueiros. *Estúdios de Historia Moderna y Contemporânea de México*, n.35, p.119-40, ene./jun. 2008.
- BARBOSA, C. A. S. A repercussão da Revolução Mexicana na imprensa brasileira. *Patrimônio e Memória*, v.2, n.1, p.1-12, 2006.
- _____. *20 de novembro de 1910 – A Revolução Mexicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Lazulli, 2007.
- BELLUZZO, A. M. de M. (Org.) *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, Memorial da América Latina, 1990.
- CANDIDO, A. Estouro e liberação. In: _____. *Brigada ligeira*. São Paulo: Livraria Martins, 1945
- CARVALHO, F. de. Recordações do Clube dos Artistas Modernos. *Revista Anual do Salão de Maio (São Paulo)*, n.1, 1939.
- CARVALHO, R. de. *Toda a América*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2001.
- DAVID ALFARO Siqueiros – pintor revolucionário. *Rumo (Rio de Janeiro)*, ano 2, n.2, jun. 1934.
- DIAS, N. V. *O México como “lição”*: a Revolução Mexicana nos grandes periódicos brasileiros e argentinos (1910-1915). Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- FERREIRA, A. C. História que se fragmenta: Oswald de Andrade, *Marco zero*. *História (São Paulo)*, v.10, p.25-40, 1991.
- _____. América: murais nas artes plásticas e na literatura da década de 1930. In: BESSONE, T. M.; QUEIROZ, T. A. (Org.) *América Latina: imagens, imaginação e imaginário*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997. v.1, p.351-60.

- OLEA, H. *La antropofagia cultural*. Disponível em: <http://www.siqueiros.inba.gob.mx/argentina_frames.html>. Acesso em: 11 jan. 2007.
- SIQUEIROS, D. A. Revolução técnica da pintura. *Rumo (Rio de Janeiro)*, ano 2, n.2, jun. 1934.
- _____. *Me llamaban El Coronelazo*. México: Grijalbo, 1977.
- _____. Tres llamamientos de orientación actual a los pintores y escultores de la nueva generación de América. In: BELLUZZO, A. M. de M. (Org.) *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, Memorial da América Latina, 1990. p. 240-9.
- SOUSA, F. S. *Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1920)*. Assis, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.
- TIBOL, R. (Selección, prólogo y notas). *Palabras de Siqueiros*. México: FCE, 1996.
- VASCONCELOS, J. *La raza cosmica: mision de la raza iberoamerica. Argentina y Brasil*. México: Espasa-Calpe Mexicana, 1966.
- VERÍSSIMO, É. *México* 8.ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

Vozes da nação: a *folclorização* da música popular no Brasil e Chile, nos anos 1940 e 1950

Tânia da Costa Garcia¹

Surgidos na Europa do século XIX, os estudos folclóricos estiveram relacionados à necessidade de constituição de uma identidade para a nação. Nesse ambiente, os folcloristas elegeram o povo, entendido aqui como camponeses analfabetos, e sua cultura oral – poesia, melodias, danças, festas, costumes e crenças das populações rurais –, como o único representante legítimo da nacionalidade. Fixou-se um tempo e um lugar de origem como repositório dessa identidade concebida por esses estudiosos como quintessência. Quanto mais próximo à natureza, menos vulnerável se estaria às influências estrangeiras que, havia algum tempo, contaminavam a população urbana. O diverso era traduzido como conflito, e a possibilidade de renovação dessa identidade, inexistente, inaceitável.²

Assim, na operação de *folclorização*, o popular foi transformado em tradição (Canclini, 1998). Para *tradicionalizar* o popular, foi necessário primeiro atribuí-lo ao passado – lugar onde supostamente era encontrado em estado puro – e em se-

-
1. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Franca.
 2. A despeito das polêmicas internas entre os folcloristas, foi, basicamente, essa concepção de folclore que alcançou o século XX, norteando os debates em torno dos critérios para definir a cultura nacional.

guida fixá-lo, *museificá-lo*, com base em critérios ideologicamente constituídos no presente.

No campo da música popular, a constituição e seleção de um repertório definido como autêntico representante da identidade nacional implicaram um processo de inclusão e exclusão, no qual “os elementos que compunham a tradição, sua invariabilidade, repetição e permanência” (Hobsbawm, 1997) foram eleitos tendo como referência o seu contrário, o diverso, a descontinuidade, a ameaça de mudança.

Se, por um lado, esse discurso pode hoje ser facilmente tachado de conservador, quando não de reacionário, por outro, faz-se necessário entendê-lo historicamente. Foram os folcloristas os primeiros a se preocupar com a definição de um “caráter nacional”, pautados em conceitos e argumentos científicos.

Nessa direção, concordo com o antropólogo Luis Rodolfo Vilhena (1997, p.29) que propõe, antes de condenar e descartar os estudos folclóricos, a seguinte indagação:

[...] por que foi e em que medida o foi, importante para segmentos significativos de intelectuais, em diferentes contextos nacionais e institucionais, focalizar a cultura popular, mesmo que vista por um sem número de vieses deformantes, e tomá-la como fonte de respostas para os seus anseios de compreender e definir o caráter nacional?

O final da Segunda Guerra Mundial constitui um desses contextos em que os estudos folclóricos ganharam novamente relevância, em particular em países latino-americanos como o Brasil e Chile. Se tal período, por um lado, foi marcado pelo desejo de progresso, pela ambição de uma nação autônoma e independente em termos econômicos; por outro, o intenso fluxo migratório em direção às cidades, invertendo a lógica de ocupação do espaço e a maior dinâmica do mercado, aberto às transformações tecnológicas, provocou, em seus contemporâ-

neos, um estranhamento, manifestado num “*desenraizamento do tempo presente*” (Saliba, 2003). O apego ao passado e a revalorização das tradições constituíram uma das formas de reação a essa nova ordem.

O CONCEITO DE FOLCLORE E MÚSICA FOLCLÓRICA

Antes de adentrar especificamente nas discussões acerca da preservação e perpetuação de um determinado repertório, institucionalizado como a música folclórica nacional, é importante situar o lugar ocupado pelos estudos folclóricos relacionados à música, tanto no Chile como no Brasil. Isto é, como em cada lugar esse movimento se constituiu e se institucionalizou.

As primeiras iniciativas no campo dos estudos folclóricos no Chile datam do século XVIII. Trata-se de descrições e notações de danças como a *cueca*, o *pericón* e o *cielito*. Na segunda metade do XIX, viajantes e escritores *costumbristas* registram suas impressões sobre a música e a dança presentes no cotidiano dos chilenos. No começo do século XX, ter-se-ia, de fato, a consciência da disciplina como tal, fomentada pela criação e pelo desenvolvimento da Sociedad de Folklore Chileno, fundada por Rodolfo Lens em 1909, a primeira em seu gênero surgida na América Latina (Dannemann, 1960). Entretanto, para que a música, dentro dos estudos folclóricos, recebesse a devida atenção, teria que se esperar até o início da década de 1940. Nesse momento, seria criado o Instituto de Investigações Folclóricas que, em 1944, integrava-se à Universidade do Chile, passando, em 1947, a ser denominado Instituto de Investigações Musicais. Tal fato garantiu aos estudos folclóricos o *status* de disciplina acadêmica, sem, contudo, estabelecer-se como carreira universitária. Desde então, as investigações e a organização do campo expandiram-se. Mapeou-se a distribuição geográfica do folclore musical chileno, organizou-se um arquivo folclórico, foi regis-

trado pela RCA Victor o álbum *Aires tradicionales y folklóricos de Chile*³, e, criaram-se ainda a biblioteca e a discoteca folclóricas. A produção desse álbum constituiu a primeira ação efetiva no sentido de selecionar, elaborar e registrar a música folclórica chilena, cabendo àqueles que estiveram envolvidos com o processo a construção e definição de um repertório dado como representante da música popular nacional chilena. A seleção desse material, embora tenha sido justificada pelos seus idealizadores como a referência histórica das manifestações sonoras populares do Chile, era integrada substancialmente pelos ritmos da região central do país, concebida como a área mais representativa da identidade nacional. O Vale Central foi o centro dinâmico de onde o país expandiu-se, conquistando e subjugando as zonas extremas do sul e do norte que, por sua vez, informavam uma escassa porcentagem étnica à formação da nacionalidade (Torres, 2005, p.10). Tal seleção, como bem observa o musicólogo Rodrigo Torres (2005, p.10), significou a exclusão das expressões culturais indígenas da identidade chilena.

Outra iniciativa importante para a consolidação e difusão dos estudos folclóricos foi a criação da *Revista Musical Chilena*, cujo primeiro número data de maio de 1945.

Segundo seus organizadores, a criação da revista respondia a dois propósitos essenciais. Primeiro, oferecer um panorama mensal de todas as atividades musicais do Chile em resenhas,

3. Esse produto, datado de dezembro de 1944, traduz-se em um álbum composto por dez discos duplos, contendo 27 músicas, com folheto explicativo e a melodia das canções em notação musical. Os intérpretes responsáveis foram escolhidos entre aqueles que apresentavam, na medida do possível, “a forma mais autêntica do cantar tradicional e campesino, sem afetações teatrais”. Essa coleção foi reeditada pela primeira vez em maio de 2005, pelo Centro de Documentação e Investigações Musicais da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Chile.

críticas de concertos, informações de cursos, conferências e demais eventos ocorridos no país. Depois, abrir um espaço capaz de impulsionar o desenvolvimento da música chilena douta, promovendo o diálogo com a tradição folclórica, sem perder de vista as referências internacionais. Embora predominassem os artigos dedicados à música erudita nacional e estrangeira, eram recorrentes os trabalhos sobre o folclore e a música folclórica, relacionada ou não à música douta. Tal presença demonstra que esse campo de investigação possuía relevância *per se*. Os estudos do folclore no campo musical eram realizados com a intenção de dar a conhecer o patrimônio cultural chileno, além de preservá-lo e difundi-lo na sua forma “original”. A *Revista Musical Chilena*, em circulação até os dias de hoje, ditou, desde então, as diretrizes da pesquisa no campo da música douta e folclórica.

Algumas das concepções, definições e sistematizações em torno do folclore musical no Chile estão presentes nestes dois artigos: “Posición del folclore musical en lo folclore en general” (Dannemann, 1962) e “Consideraciones sobre el folclore en Chile” (Pereira Salas, 1959). A despeito da cronologia, considerando que a distância entre um e outro é de apenas três anos, privilegiou-se a forma no tratamento do tema.

Em 1962, o especialista Manuel Dannemann, em “Posición del folclore musical en lo folclore en general”, tece considerações sobre o fenômeno folclórico e o folclore musical. Com esse propósito, faz a distinção entre os objetos da etnografia e do folclore. De acordo com o autor, a primeira dedica-se exclusivamente à cultura primitiva, isto é, ao aborígene. O folclore, por sua vez, estuda o avanço da civilização e os desdobramentos desse processo, o qual produz uma diversidade de estratos, regimes, com seus consequentes intercâmbios e deslindes relevantes. Dessa distinção, tem-se que o objeto do folclore é a cultura híbrida. Daí afirmar que o “etnográfico se folcloriza”

por meio de transculturações, assimilações e transplantes (Dannemann, 1962, p.31-2). Na perspectiva do autor, o folclore seria uma espécie de pré-história da civilização moderna em vias de ser extinta pelos seus próprios avanços. Preservá-lo significaria garantir uma identidade comum, um laço, uma unidade recém-constituída e imediatamente ameaçada de extinção – a nação. Daí a necessidade de recompor o passado. Assim, a modernidade, representada pelo instável, pelo transitório, pelo efêmero, é também marcada por uma preocupação sistemática com o passado.

Ainda de acordo com Dannemann (1962, p.37), “entende-se por folclore o estudo do comportamento integral de uma comunidade, manifestado *funcionalmente* na prática de bens comuns”. Tal definição engloba a ideia de *função* como satisfação de necessidade e a importância da incorporação dessa necessidade pela comunidade, atendendo à coletividade. Assim, para estudar a música folclórica, deve-se examiná-la dentro de “um quadro básico que ofereça as melhores oportunidade para aprender sua *função* de acordo com a participação que lhe cabe no comportamento integral da comunidade”. Segundo Dannemann, o pesquisador deve basear seu estudo no cruzamento de dois eixos: um eixo cronológico de comportamento funcional – por exemplo, as canções evocadas num velório – e outro de coordenação dos fenômenos musicais com os não musicais, isto é, a música ocorre geralmente associada a elementos como o texto e a dança. Aí se encontra, para Dannemann (1962, p.38), o folclore musical.

“Consideraciones sobre el folclore en Chile”, artigo assinado por Eugenio Pereira Salas em 1959, merece destaque pela distinção concebida pelo autor entre etnomúsica, folclore *criollo* e música popular. A etnomúsica é aquela produzida “no norte pelo atacameños, no centro do país pelos araucanos e no extremo sul pelo onas, yganes e alacalufes, desde antes da con-

quista". O folclore *criollo* é definido como a "aculturação dos elementos ocidentais e hispânicos pelas gerações que conviveram na área geográfica deste largo país". E a música popular é, segundo Pereira Salas (1959, p.83), "aquela composta por autores individualizados dentro da linha, das estruturas melódicas e da prosódia da música tradicional".

Em comum com as opiniões de Dannemann, há a necessidade de se estabelecerem diferenças entre o que se entende por folclore e o que não é folclore. Nesse sentido, inclui, exclui, classifica, desclassifica, qualifica e desqualifica segundo determinados critérios.

Assim, mesmo sem ter um conceito científico de folclore – como bem afirma Dannemann (1962) –, delimita-se o objeto, afirmando o que este detém de particular em relação aos outros. Cria-se, nesse caso, uma identidade para a música folclórica e, ao mesmo tempo, procedimentos para classificá-la ou desclassificar aquela que não é folclore.

No Brasil e Chile, os estudos folclóricos mobilizaram intelectuais desde antes do século XX. Coube a Silvio Romero, no final do XIX, o pioneirismo nessa área. Os escritos de Romero – *Cantos populares do Brasil* (1883), *Contos populares do Brasil* (1885) e *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1888) – teriam sido um dos responsáveis pelo "despertar de um sentimento de identidade, mesmo que ainda tênue" (Martins apud Vilhena, 1997, p.81). Todavia, as primeiras iniciativas a fim de criar uma sociedade devotada a esse objetivo datam da década de 1920, efetivando-se, de fato, nos anos 1930, com a criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, chefiado por Mario de Andrade. O Departamento de Cultura foi responsável, por sua vez, pela organização do Clube de Etnografia ou Sociedade de Etnografia e Folclore que representou o Brasil, em 1937, no Congresso Internacional de Folclore, em Paris.

Entretanto, no Brasil, diferentemente do Chile, a relação do movimento folclorista com a universidade foi sempre aquém do almejado. Apesar de seus membros reconhecerem a importância de garantir ao folclore o *status* de ciência e aos seus estudiosos a credibilidade e o respeito da comunidade acadêmica, o folclore conquistou espaço como disciplina somente nos conservatórios de música, restringindo-se, nas universidades, a ser mais um dos objetos de estudo etnográficos e antropológico. Em 1947, com a criação da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), a fragilidade do campo seria parcialmente superada. Sob a proteção do aparato estatal, a Comissão organizou museus e exposições e promoveu entidades cujo objetivo era a preservação da cultura popular. Desde então, “constituiu-se uma vasta rede centralizada no Rio de Janeiro e que se estendia pela maioria dos estados brasileiros” (Vilhena, 1997, p.94). O folclorista e musicólogo Renato Almeida foi o responsável pela organização e obtenção de recursos que viabilizaram a existência da Comissão.

Com abrangência nacional e contando com apoio financeiro da União, a CNFL passou a realizar os congressos folclóricos, desde sempre ambicionados por Mario de Andrade (*ibidem*, p.95-9). O movimento tinha o propósito de congregar intelectuais das diversas regiões do país, a fim de construir uma imagem unívoca da nação brasileira.⁴ Caberia aos folcloristas a “missão” de evitar que as transformações decorrentes da modernidade corrompessem a cultura nacional.

4. Vale lembrar que Câmara Cascudo, à época um dos folcloristas mais influentes do país, fundador da Sociedade Nacional do Folclore em 1941, teve pouca participação no movimento, caracterizando uma disputa em torno do campo (cf. Vilhena, 1997).

No período que vai de 1947 a 1963, a partir dos encontros organizados⁵ pelos folcloristas, definiu-se o conceito de folclore dentro das especificidades da cultura brasileira e o lugar da música popular dentro dos estudos folclóricos.

Assim, no primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, delineou-se o conceito de *fato folclórico*, documentado na Carta do Folclore Brasileiro, reconhecendo como tal as manifestações da cultura popular não necessariamente tradicionais, de aceitação coletiva anônima ou não (ibidem, p.140). A concepção de *fato folclórico*, contida na Carta de 1951, era conflitante, portanto, com o clássico conceito europeu que “negava a qualidade de folclore a todo fato que não tivesse *tradicionalidade*”.

No Congresso Internacional do Folclore transcrito em São Paulo, em 1954, polemizando com os folcloristas estrangeiros, a Comissão insistiu no documento de 1951, não isolando o conceito de *popular* do de *folclore*.⁶ Entretanto, nesse congresso, a música popular urbana permaneceu excluída dos estudos folclóricos por não possuir tradição, ser de criação espontânea e selecionada pela coletividade. Sobre o assunto, não se alcançou consenso entre os folcloristas.

A definição do que deveria ser e não considerado música folclórica pelos congressistas esteve baseada, em grande medida, nos estudos de Mario de Andrade e Renato Almeida sobre o tema.

5. Semana Nacional do Folclore (1948, 1949, 1950, 1952), Congresso Brasileiro de Folclore (1951, 1953, 1959, 1963) e Congresso Internacional de Folclore (1954).

6. As posições conceituais divergentes resultaram, mais tarde, no Movimento Folclórico Latino-Americano em oposição aos folcloristas europeus e norte-americanos, registrando sua concepção de folclore na Carta do Folclore Americano, em 1970.

Um dos primeiros escritos preocupados com a definição de uma música nacional brasileira data de 1928. Em *Ensaio sobre a música popular brasileira*, Mario de Andrade (2006), embora não se declare um folclorista, afirmando que tais referências só lhe interessavam na medida em que serviriam de matéria-prima para a criação de uma música culta nacional,⁷ sempre esteve atento às sonoridades populares, buscando registrar a melodia dos cantos,⁸ fossem provenientes do campo ou da cidade, nesse último caso, com maiores restrições.

Em “A música e a canção populares no Brasil”, artigo escrito em 1936, Mario de Andrade (2006) refuta o conceito etnográfico de canção popular, já que não haveria elementos no país para atestar que tal melodia tem mais de um século. Desse modo, a tradição não seria, aqui, um critério definidor do que é folclore. Também admite o autor, a despeito da diferença do Brasil em relação aos países do velho continente europeu – local de origem das teorizações sobre o tema –, a existência de um folclore urbano, como algo característico das nações mais novas.

Nesse trabalho, considera Mario de Andrade (2006, p.133-4) as dificuldades americanas com relação ao estabelecimento da fronteira entre o urbano e o rural, como critério para definição do que seja ou não a “autêntica cultura popular”:

As condições de rapidez, falta de equilíbrio e de unidade do progresso americano tornam indelimitáveis espiritualmente,

-
7. “Uma arte nacional não se faz com escolhas discriminatórias e diletantes de elementos: uma arte nacional já está feita na inconsciência do povo. O artista tem só que dar pros elementos já existentes uma transposição erudita que faça da musica popular, música artística, isto é, imediatamente desinteressada” (Andrade, 2006, p.13).
 8. Os folcloristas brasileiros, até então, só se preocupavam em registrar as letras.

entre nós, as zonas rural e urbana. [...] Nas maiores cidades do país, no Rio de Janeiro, no Recife, em Belém apesar de todo o progresso, internacionalismo e cultura encontram-se núcleos legítimos de música popular em que a influência deletéria do urbanismo não penetra. [...] Manifestações há, e muito características, de música popular brasileira, que são especificamente urbanas, como o Choro e a Modinha. Será preciso apenas ao estudioso discernir no folclore urbano, o que é virtualmente autóctone, o que é tradicionalmente nacional, o que é essencialmente popular, enfim do que é popularesco, feito a feição do popular, ou influenciado pelas modas internacionais.

Essa fronteira porosa e elástica, que define qual repertório da música popular urbana é folclórico e qual é estritamente comercial, emprestará legitimidade ao discurso dos editores e colaboradores da *Revista da Música Popular*, periódico de grande circulação publicado no Brasil entre 1954 e 1956, com a pretensão de elevar um determinado repertório da música popular urbana ao *status* de folclore, reclamando sua preservação.

O musicólogo e folclorista Renato Almeida (s. d.), na segunda edição de seu livro *Compêndio de história da música brasileira*, constrói uma narrativa sobre a origem da música popular, relacionada à formação do povo brasileiro. Nas primeiras linhas, Almeida deixa claro que concebe a música popular como expressão da síntese das três raças, composta de elementos que caracterizam perfeitamente a mescla que dá identidade à nação.

Tal perspectiva, como se verá mais adiante, será recuperada pelos colaboradores da *Revista de Música Popular* a fim de fundamentar uma narrativa em torno do cancionário popular urbano, atribuindo-lhe o *status* de folclore.

Renato Almeida, evidentemente, não foi o único a fazer tal relação, Mario de Andrade também entendia a música popular, o folclore, como o melhor caminho para perceber a presença dos três grupos formadores da nacionalidade.

Almeida (s. d., p.16) defendia ainda o conceito de “funcionalidade” como característico do folclore:

[...] a música folclórica tem tantas formas quantas são as que o povo utiliza para a sua vida – música para reza e música para trabalhar, música para a diversão, música para a bebida, música para várias condições e épocas da vida, mas sempre acompanhamento, que jamais o povo a utiliza em solo, instrumental, coral ou individual. A música está infrangivelmente ligada ao verso ou à dança.

Seguindo esse raciocínio, ao dissertar sobre a distinção entre a música folclórica e música popular, embora reconheça que estas apareçam muitas vezes fusionadas, “devido à intimidade do contínuo *folc-urbano*, sobretudo nas cidades modernas”, Almeida (s. d., p.28) defende que a diferença é clara, afinal:

[...] ninguém confundirá o caráter de uma moda-de-viola ou de um ponto de macumba com o de uma marchinha de carnaval ou de um samba-canção. Aquelas são criações folclóricas de aceitação coletiva e transmissão oral, enquanto estas são obras individuais e popularizadas.

Almeida (s. d., p.28) reforça sua posição com a definição de música folclórica estabelecida pelo II Congresso Brasileiro de Folclore de 1953:

Música folclórica é aquela que, criada ou aceita coletivamente no meio do povo, se mantém por transmissão oral, transformando-se, variando, ou apresentando aspectos novos e destinada à vida funcional da coletividade; música popular é criada por autor conhecido, dentro de uma técnica mais ou menos aperfeiçoada e se transmite pelos meios comuns de divulgação musical.

Todavia, a despeito de afirmar a distinção entre música folclórica e música popular, Almeida (s. d., p.31) conhecia e valo-

rizava o repertório urbano, destacando, nessa obra, os nomes dos compositores que considerava mais representativos – Chiquinha Gonzaga, Eduardo Souto, José Barbosa da Silva, Noel Rosa, Zequinha de Abreu, Marcelo Tupinambá, Ataulfo Alves, Vadico, João de Barro, Ari Barroso, Herivelto Martins e Dorival Caymmi – e ainda dois intérpretes de sua preferência: Carmen Miranda e Francisco Alves.

Em comum, dentre os critérios elencados para classificar uma música como folclórica tanto nos artigos acadêmicos publicados na *Revista Musical Chilena*, quanto nos escritos produzidos por Mario de Andrade (2006) e Renato Almeida (s. d.), para além da tradição, da criação coletiva e da funcionalidade, o folclore é definido pelo seu contrário, por aquilo que não é. Os autores que conceituam a música folclórica sempre o fazem afirmando sua diferença. Não é a música popular urbana, nem a dos índios pré-colombianos, tampouco o batuque dos negros. No Brasil e Chile, considerou-se a música folclórica expressão da mestiçagem, resultado da fusão entre ibéricos – espanhóis ou portugueses – e a população nativa – no caso do Brasil, também do negro – constituindo a síntese da identidade nacional.

A despeito dos limites traçados entre música popular urbana e rural, cabendo exclusivamente a esta última o *status* de folclore, no Brasil, o samba, música popular oriunda da cidade, veio, a partir dos anos 1930, participar das disputa das representações em torno da identidade nacional. Diferentemente do Chile, onde a música folclórica possui um valor *per se*, como expressão de um cultura popular que necessita ser preservada e difundida,⁹ entre nós a música popular de origem rural recebeu um tratamento diferente. Sem o mesmo espaço de difusão nos

9. No Chile, diferentemente do que ocorreu no Brasil, não houve uma música originária do meio urbano capaz de concorrer com as *cuecas* e *tonadas*, migradas para a cidade. Será, portanto, essa música folclórica a

meios de comunicação de massa e identificação com o público, foi apropriada pela música erudita brasileira como elemento constitutivo da identidade nacional e posteriormente, nos anos 1960, pela MPB, com o mesmo fim identitário.

A APROPRIAÇÃO DO TERMO FOLCLORE PELA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Nos anos 1950, tanto no Brasil como no Chile, encontra-se, na imprensa especializada de grande circulação – a revista chilena *Écran* e a brasileira *Revista da Música Popular* – a denominação “música folclórica”, referindo-se a uma música presente no meio urbano, composta por autor conhecido e difundida pelo rádio e pelo disco. Para além dos critérios estabelecidos pelos folcloristas para definir um repertório como representante da autêntica música popular nacional, assiste-se, então, a novas apropriações do termo. A reafirmação da identidade nacional extrapolava, no período, o restrito campo dos estudos folclóricos, sem, no entanto, abrir mão do discurso folclorista, a fim de *tradicionalizar* um repertório popular veiculado pelos meios de comunicação.

A revista *Écran* tem início em abril de 1930, sua periodicidade é quinzenal, mas logo se torna semanal, assim permanecendo até seu desaparecimento em 1969, totalizando, então, 2.005 números. Nessa época, possuía em torno de 40 páginas e era publicada pela Editora Zig Zag.

Embora o assunto principal seja o cinema, as notícias do rádio e do mundo musical ocupavam um bom espaço da revistas em todas as suas edições. Nos anos 1950, por exemplo, o periódico trazia seções que tratavam da programação das emissoras, como “Control Radial”. Nessa página, elegia-se um programa

base de uma música midiaticizada – nomeada, aqui, como música popular urbana.

de uma determinada emissora para fazer a crítica, ressaltando aspectos positivos ou negativos, conforme a ocasião. Em “Frente a Frente”, Marina Navasal entrevistava um músico popular de destaque e, de forma introdutória, escrevia breves comentários sobre a vida e a obra do seu personagem.

“Mosaico Radial”, outra seção dedicada ao rádio, apresentava rápidos comentários sobre a programação das emissoras, desde as músicas mais tocadas até os intérpretes mais populares; trazia também notícias sobre músicos estrangeiros contratados pelas emissoras chilenas e chilenos que se destacavam no exterior. “Discomania” era outro meio de informar ao leitor os últimos lançamentos das gravadoras de discos. Essa seção, assinada pelo editor, era “dedicada especialmente aos colecionadores de discos”. No fim de cada mês, era publicada uma seleção dos discos mais populares, segundo a opinião dos respeitados colecionadores e com base na venda registrada pelos selos de origem. A indústria fonográfica e o rádio foram os principais meios de difusão da música popular chilena, diferentemente do Brasil onde a televisão teve também um papel fundamental, sobretudo na época dos festivais.

Assim, em *Écran*, é possível acompanhar os caminhos trilhados pela música folclórica. Nota-se, em suas páginas, que, de meados dos anos 1940 a meados dos anos 1950, os conjuntos de Música Típica Chilena – denominação que recebia os grupos de música folclórica massiva, desde a década de 1920 –, mesmo concorrendo com ritmos estrangeiros, tanto latinos como norte-americano, teriam espaço garantido nas emissoras de rádio. Em 1940, surgiam os primeiros programas dedicado ao gênero: *Cantares chilenos*, *Chile, su gente, su musica*, *Mañanitas campesinas* e *Folklore de Chile* (Gonzalez; Rolle, 2003, p.417).

Num balanço dos programas radiofônicos dedicados à música folclórica, veiculado pela revista em 1950, é confirmada a permanência dessa tendência:

As emissoras se preocuparam este ano em apresentar, de forma mais ou menos permanente, espaços que destacam valores do nosso folclore. Queremos aqui destacar os programas organizados com este fim [...]: *Asi Canta asi és*, programa de criação e esforço da Rádio Agricultura. *Terturia Chilena* (22 horas), na Rádio Pacífico. E nos espaços de setembro, *Tradiciones Chilenas* na Minería e *Alma Chilena* na Cooperativa. (*Écran*, 1950, p.18)

Ainda de acordo com *Écran*, nos anos seguintes, entre 1952 e 1954, a música folclórica massiva alcança seu período de maior veiculação, nas rádios, com novos programas: *Cantos e hechos de Chile* (Radio Corporacion, janeiro de 1953), *Esta es la fiesta chilena* (Radio Corporacion, dezembro de 1952), *Cantares de Chile* (Radio Minería, setembro de 1953) e *Chile lindo* (Radio Cooperativa, abril de 1954). Entre os denominados conjuntos folclóricos mais populares do período, estavam Los Baqueanos, acompanhados ou não de Silvia Infanta, Duo Rey Silva, Los Cuatro Hermanos Silva, Los Hermanos Lagos, Sonia e Miriam, e, a partir de meados dos anos 1950, integrou também esse time o grupo Los De Ramon. Entre os solistas, destacaram-se Esther Soré, Mirta Carrasco, Eliana Moraga e Raul Gardy.

Esses intérpretes apresentavam uma música folclórica estilizada, adaptada à escuta do público urbano, diversa daquela “autenticamente folclórica”. Contudo, os critérios para ser considerado folclórico no ambiente massivo eram bastante flexíveis. Os integrantes de Los Baqueanos, ao serem indagados sobre a autenticidade de seu trabalho, argumentaram que, para eles, “se o folclore é um conjunto de tradições, poemas canções, danças e lendas populares de um país, só pode ser o reflexo da vida deste. E se esta vida evolui, não há razão para que o folclore, que é sua expressão viva, não evolua também” (*Écran*, 1958, p.14-5). Sem purismos, comentam que estão preocupados com a tradição, porém reconhecem que antes dela vem o público.

A estilização dos conjuntos não ficava só nos arranjos de vozes ou no instrumental, avançava também sobre o figurino e a criação do cenário, onde era evidenciado o típico. Como atesta um dos articulistas de *Écran* (1959, p.30), referindo-se a Silvia Infanta e Los Baqueanos, artistas que se apresentavam muito no exterior:

Uma das características mais destacadas da atuação do conjunto é o esforço por dar a qualidade que merece a música chilena. Supervisionam os cenários de suas apresentações e dão atenção especial ao vestuário feminino. Pode-se dizer que o traje da folclorista chilena não existia e Silvia o inventou.

Na opinião dos músicos, um dos sintomas do profissionalismo podia ser notado na preocupação justamente com o traje (de *huaso* e *china*), cada vez mais alinhado.

Também sobre a forma de dançar a *cueca*, os artistas midiáticos apresentavam variações em relação à “forma original” difundida pelos grupos de projeção folclórica.¹⁰ A cantora Mirta Carrasco, ao ser indagada numa entrevista à *Écran* (1953, p.18) sobre o que era preciso para dançar a *cueca*, respondeu sem constrangimentos: “Picardia e sentimento. As *cuecas* que eu bailo não se parecem em nada com as de Margot Loyola,¹¹

10. De acordo com Dannemann (1998, p.18): “A projeção, num sentido estrito, se circunscreve à difusão, a demonstrações de expressões folclóricas, quase sempre coreográficas e musicais com ou sem complementação cenográfica, por parte de uma ou mais pessoas, o que, em alguma medida, poderia ser considerado imitação da cultura folclórica, realizada com maior ou menor acerto”. O termo projeção visa ressaltar a artificialidade do espetáculo apresentado por artistas fora de seu ambiente natural.

11. Margot Loyola, também pesquisadora e intérprete do folclore, era uma espécie de representante oficial da autêntica música chilena, participando

por exemplo, que se atém a um estilo clássico. Bailo de forma própria, à minha maneira”.

Algumas das reações a esse processo de massificação da canção popular folclórica estão registradas no periódico acadêmico *Revista Musical Chilena*, cujo perfil comentou-se anteriormente.

Sob o título “Función de los grupos de difusión del folclore musical”, datado de 1962, período em que do dia para noite surgiram e também desapareceram muitos grupos de música folclórica, veiculados pelo disco e pelo rádio, segue o artigo assinado por autor indeterminado que se identifica como “Agrupación Folklórica Chilena”. No artigo, esse autor apresenta uma avaliação dos grupos que praticam o folclore musical, fazendo a distinção entre o que chama de “autenticamente folclórico” e o “tipicamente chileno”. Em sua abordagem, analisa os conjuntos existentes nos seguintes aspectos: componentes, repertório, personagens, vestuário, ambientação, excursões, investigação, difusão e assessoria, e, finalmente, objetivos. Destes, detenho-me, aqui, somente naqueles itens que sintetizam a ideia central do autor.

Sobre o vestuário, após criticar o fato de as personagens representadas se resumirem ao *huaso* e à *china*,¹² comenta os trajés masculinos e os penteados femininos:

intensamente de programas veiculados pelo governo nas emissoras de rádio, sobretudo durante as festas com características patrióticas.

12. Nos conjuntos de música típica, a figura masculina era representada pelo *huaso*. Trajado com sua roupa de montaria, o *huaso* constitui uma imagem clássica da identidade chilena, simbolizando a virilidade e o poder dos grandes proprietários de terra da zona central do país. Conjuntos, como Los Cuatro Huasos, seguidos por Los Huasos Quincheros, intérpretes de *cuecas* e *tonadas*, divulgaram e fixaram massivamente essa personagem no imaginário nacional e internacional, contribuindo também para a difusão e perpetuação dessa tradição. À *china*, parceira dos *huasos*

Uma nota chocante por sua falta de acordo com a realidade, constitui o vestuário de alguns conjuntos que inclui detalhes como o excessivo adorno do traje masculino; a impropriedade do penteado das mulheres [...]. Tudo se refere quase exclusivamente ao campesino da zona central, não se vendo, salvo exceções em apresentações de divulgação como das que nos ocupam, a manta comprida, o poncho, nem a manta de castilla, de uso corrente nos climas mais ao sul e outras mostras de vestuário próprio de outras zonas. (Agrupación Folklórica Chilena, 1962, p.72)

Independentemente dos purismos, tem razão nosso autor quando reclama da ausência de personagens e trajes de outras regiões, como o poncho que seria muito utilizado pelos músicos da *Nueva Canción*. Entretanto, fazia tempo que a zona central havia sido definida como a mais representativa da cultura chilena. A cidade de Santiago, aí localizada, era o centro político-administrativo, econômico e cultural do país. Da capital da República emanavam as representações de uma identidade comum para todo o território nacional.

Outro aspecto que incomoda o nosso autor é “a falsa identidade” propagada por esses grupos folclóricos no exterior. Ao tratar do item “turnês”, observa que o “autenticamente folclórico” é substituído por formas estilizadas, pelo “tipicamente chileno”. Ataca, ainda, o que chama de desconhecimento da música folclórica, manifestado na introdução demasiada de instrumentos, nas harmonizações indevidas e na insistência no canto coral em detrimento da simplicidade musical, à base de violões e do canto individual ou de duplas, mais comuns no meio rural.

Ao distinguir o “típico” e o “autêntico”, reivindica o autor a difusão do que entende pelo “verdadeiro folclore”, desconsi-

na dança, caberia um papel secundário de pouco destaque – todo o seu movimento é no sentido de valorizar a *performance* do *huaso*.

derando que este é também uma construção, uma tipificação construída a partir de seleções, interpretações e representações possíveis dessa realidade para fora de seu meio. Não concebe o autor que a “deturpação desta autêntica música folclórica” possa ser considerada uma releitura, possibilitando sua reprodução e perpetuação no meio urbano.

No item “objetivo”, olhando para o cenário político mundial polarizado da guerra fria, o nosso folclorista explana sobre a provável razão que teria intensificado essa valorização da “autêntica” música folclórica chilena. Ao agrupar diferentes países em apenas dois blocos distintos, essa nova ordem teria descaracterizado as culturas nacionais, provocando reações afirmativas.

O momento atual, que agrupa as diversas nacionalidades em campos comuns, com fins econômicos, políticos, culturais e outros, que as solidarizam e as unem, tende por reação a marcar o nacional. Isto explica o interesse pelos estudos folclóricos e o aumento dos grupos que o cultivam. (Ibidem, p.74)

Membro de um grupo de “difusão do folclore musical”, conclui o nosso autor que os grupos folclóricos deveriam estar comprometidos com uma função pedagógica, “contribuindo para a formação de uma consciência folclórica”. E para tal função faz-se necessária uma capacitação, o que significaria seguir um determinado “manual” que lhes permitisse apreender “o verdadeiro conceito de folclore musical”. A arte, aqui, à moda dos governos de ideologia fascista, é apreendida como um instrumento para *forjar consciências*.

Entretanto, se, por um lado, a música folclórica interpretada por esses conjuntos de música típica não agradava aos mais puristas, que insistiam em selecionar e fixar no tempo o que deveria representar a verdadeira música popular nacional, por outro, o rádio, o disco e a imprensa escrita, ao veicularem e registrarem as releituras realizadas da música folclórica por esses

grupos de música típica, permitiram que esse repertório *museificado* ganhasse vida, perpetuando-se e propagando-se nacional e internacionalmente

Posteriormente, na década de 1960, ante os novos fenômenos musicais, como o neofolclore e a *Nueva Canción Chilena*, será essa música típica, formatada e perpetuada pelos meios de comunicação, reivindicada como referência da autêntica da música folclórica chilena, atualizando a tradição.

Nos anos 1950, o espaço das rádios brasileiras era ocupado menos pelo samba e mais pelo samba-canção, pelo bolero e *jazz*, e, no final da década, pelo *rock*. Nessa época, eram populares as cantoras Emilinha Borba, Marlene, Linda e Dirce Batista, Dalva de Oliveira, Doris Monteiro, Angela Maria, Nora Ney, Elizete Cardoso. Dentre os homens, fizeram sucesso Cauby Peixoto, Orlando Silva, Francisco Carlos, Nelson Gonçalves, Jorge Goulart, Carlos Galhardo e Silvio Caldas.

É nesse cenário que a *Revista da Música Popular* (RMP) surge com o propósito de fixar e perpetuar o samba carioca da década de 1930, como representante da tradicional música popular brasileira. É importante ressaltar que a intenção da RMP não era ser a *vitrine* dos últimos sucessos do rádio e tampouco trazer a notícia sobre o circuito musical de seu tempo. Seu objetivo, claramente, era estabelecer os cânones, as balizas para se diferenciar a dita música popular de “qualidade” daquela cada vez mais massiva, veiculada pelos meios de comunicação e aplaudida pelos fãs ouvintes. As páginas da RMP dedicavam-se a explicar, legitimar e difundir essa proposição, buscando, para isso, os argumentos disponíveis no período, sobretudo o discurso folclorista.

Vale notar que a *Revista da Música Popular*, surgida no Brasil em 1954 e em circulação até 1956, com edições mensais ou bimensais, era destinada a um público restrito de colecionadores e aficionados da música popular carioca das primeiras décadas do século XX.

Diversos foram os colaboradores da RMP, entretanto, durante os dois anos que durou a publicação, poucos foram aqueles que contribuíram assiduamente, o que resultou numa revista sem muitas seções fixas. Dentre as que persistiram até o final da publicação, figuravam “História social da música popular”, coluna de Marisa Lira; “Música dentro da noite”, Fernando Lobo; as crônicas de Pêrsio de Moraes, dentro da seção “Um tipo da música popular”; e “O rádio em trinta dias”, de Nestor de Holanda. Relativamente constantes foram também as seções que tratavam da produção discográfica, fazendo uma seleção que visava direcionar o consumo desse produto pelos interessados na música popular brasileira de “qualidade”: da autoria de Lúcio Rangel era “Disco do mês”; organizada por Cruz Cordeiro, figurava a “Discografia mensal da música brasileira”; e partilhada por diferentes profissionais era a seção “Discografia completa”, trazendo a obra integral daqueles considerados membros do clube seleta da autêntica música popular.

Do universo de artigos escritos pelos colaboradores da RMP, destaco alguns excertos de autoria de Marisa Lira e de Cruz Cordeiro, relacionados diretamente à *folclorização* do popular.

Marisa Lira foi integrante da Comissão Estadual do Folclore, dedicando-se a estudar a música popular urbana. Seus artigos, na revista, atestam o embasamento da autora nos estudos sociológicos e etnográficos a fim de dar sustentação às suas proposições. Em seus escritos, decidida a referendar o samba carioca como *folclore urbano*, Lira desenvolve uma narrativa que relaciona essa música à formação do caráter nacional. O samba carioca seria, assim, a melhor expressão da mestiçagem. Em “A música das três raças”, como é notório pelo próprio título, Lira (1955, p.6-7, 39) lança mão de uma digressão que busca no século XIX as raízes desse cancionero:

Só no século XIX começaram a evidenciarem-se as tentativas mestiças de nacionalização. As festas populares, notadamente as do Espírito Santo, que o povo de antigamente tanto apreciava, eram alegradas por um conjunto de negros escravos, que exerciam outras funções, na maioria de barbeiro, e que por isso passou a ser conhecida como “música de barbeiro.

[...]

Tocavam as músicas em voga e com uma certa liberdade. Os lundus, as tiranas, os fados e fandangos eram executados barulhentos, em verdadeiros requebros sonoros.

[...]

A música dos barbeiros foi o ponto de partida da nacionalização da música popular. Essa maneira provocante de tocar foi dominando o gosto popular e em breve foram surgindo outros grupos que, para se tornarem queridos, foram imitando a música dos barbeiros. Os lundus satíricos, registros sonoras da vida popular, iam surgindo aqui e ali. [...] E, como sempre, havia uma divisão social: a modinha terna, dolente ficava nos salões entre a aristocracia da época. Os grupos que passaram a dominar os arrasta-pés das estalagens e das pagodeiras dos capadócios eram os de segunda categoria, transformando-se em “choros”, tão chorosas eram as interpretações dos chorões [...]. O “choro” é uma canção autenticamente carioca.

Os chorões tiveram sua época de glória. Os verdadeiros choros compunham-se de flautas, violões, cavaquinho, entrando quase sempre o oficleide e o trombone. Os choros eram indispensáveis às festas juninas, casamentos aniversários e batizados.

[...]

Catulo, Sátiro, Bilhar, Ovale e até o grande Vila Lobos foram grandes chorões cariocas que precederam a essa turma do nosso tempo comandada por Pixinguinha, figura ímpar na música popular carioca que, com Joaquim Antonio da Silva Calado e Patápio Silva, formavam a tríade magnífica dos flautistas brasileiros.

Dos Chorões aos sambistas foi apenas um passo. E a música popular enriquecendo-se cada vez mais, encerra uma história romaneada que promete grandes surpresas ao pesquisador.

A folclorista, na sua exposição, tece relações e transposições que levam de um gênero ao outro, da música dos negros escravos, o lundu, às criações autorais do choro e termina afirmando que o samba tem a mesma raiz evolutiva. A autora ainda situa os gêneros por classe social e localiza as comemorações em que esses ritmos se faziam presente. A monumentalização dos músicos responsáveis pela evolução do cancionário urbano, mais especificamente dos chorões, ganha destaque na sua narrativa. Os artigos de Marisa Lira reunidos na RMP apresentam, em capítulos, uma breve história das origens do samba carioca a fim de *tradicionalizar* o popular urbano.

Ainda em outros dois artigos publicados na RMP, Marisa Lira escreve sobre a modinha e sua evolução. Em um deles, atribui a Catulo da Paixão Cearense o ressurgimento da modinha no século XX. Além de Catulo, a autora destaca também Eduardo das Neves como outro grande modinheiro. Traçando novamente uma linha evolutiva, a folclorista coloca Vicente Celestino como o “último trovador de rua. [...] É um ótimo cantor de modinhas”. Na sequência, destaca Francisco Alves e Silvio Caldas como interpretes do gênero. E por fim afirma:

Depois surgiu a canção brasileira, sem dúvida a forma mais estilizada da modinha. E como tudo que é moderno abafa o antigo, a canção fez esquecer a modinha. [...] Os compositores famosos fazem canções que conservam as características gerais das antigas modinhas: lirismo e romance. Mas de qualquer modo é música dolente, sentimental, e encantadora, modinha de ontem, canção de hoje, que a alma brasileira extravasa na música o sentimentalismo da raça. (Lira, 1956, p. 40)

Inventando personagens e destacando gêneros, a folclorista urbana aponta para duas raízes da música popular. Uma, mais ritmada, oriunda da música negra e que seria responsável pela

origem do samba, e outra de características melódicas que daria origem às modernas canções brasileiras.

Numa narrativa próxima à de Marisa Lira, recorrendo aos argumentos cientificistas do discurso folclórico, Cruz Cordeiro (1955), redator e editor da primeira publicação brasileira sobre música, a revista *Phono-Arte* (1928-1931), publica, na edição número 7 da RMP, o artigo “Folcmúsica e música popular brasileira”, no qual enfoca a diferença entre folkmúsica e música popular. Tema caro aos que pretendiam legitimar a canção popular urbana como manifestação folclórica. Vale aqui a longa reprodução de alguns excertos do artigo, a fim de seguirmos o raciocínio do autor que atribui as origens da canção popular carioca à folkmúsica.

Folclore: [...] ciência que trata de tudo que é ou se tornou tradicional (transmitido de geração em geração, oralmente ou não), funcional (de cerimônia ou festividade coletiva), e típico (próprio ou característico de um povo).

Folkmúsica: (do anglo-saxão *folk music*, música do povo) a qual faz parte, em consequência, do folclore, significa também, em consequência, a música que é tradicional, funcional e típica num povo, num país ou região.

Música Popular: significa a folkmúsica ou não que se popularizou, quer dizer, que foi aceita pelo povo, coletivamente num país ou região. Exemplifiquemos:

Se uma Congada, um Reisado, um Bumba-meu-boi, são tradicionais ou típicos de certas regiões do Brasil, já um frevo, de Pernambuco, ou uma escola de samba do Rio de Janeiro, por serem criações relativamente modernas do nosso povo, isto é, sem tradição propriamente dita, são apenas típicos, mas em ambos folkmúsica brasileira e, portanto, do folclore brasileiro. (Cordeiro, 1955, p.6)

Após definir folclore e folkmúsica, Cordeiro passa, em seguida, a particularizar algumas manifestações como o frevo e

as escolas de samba que, por serem criações relativamente modernas, não possuiriam tradição, mas nem por isso deixariam de ser folclore brasileiro.

O autor se apropria das proposições contidas na Carta do Folclore Brasileiro de 1951 que, ao definir *fato folclórico*, reconhece como tal as manifestações da cultura popular não necessariamente tradicionais. Também Mario de Andrade (1963, p.279-81) havia atribuído valor folclórico para os sambas que descem do morro carioca, “mesmo quando não sejam tradicionais e apesar de serem urbanos”.

Para Cordeiro (1955), é válida a proposição de que a folkmúsica pode ser considerada popular desde que seja acolhida pelo povo, mesmo *sem ser por ele produzida*.

Na sequência, Cruz Cordeiro (1955) continua discorrendo sobre tema e passa ilustrar, com exemplos, cada caso. Nessa perspectiva, o frevo é classificado pelo autor como folkmúsica, afirmando que o termo frevo teria aparecido pela primeira vez no Carnaval de 1909, esse seria o caso também da marcha carnavalesca: “que substituiu o Zé Pereira, o carnavalesco zambubar de bombos e tambores da época de D. Pedro II, o qual era folcmusica de origem lusa” (ibidem, p.7). O samba-maxixe é nomeado pelo folclorista como música de transição. Do samba-maxixe teria se originado o samba, música popular, confirmando como data oficial, 1917, com “Pelo telefone”, de Ernesto dos Santos (Donga). Entende Cordeiro que essa música ainda era samba-maxixe ou amaxixado: “Pois a história do samba, folkmúsica brasileira, é bem outra, como passaremos a ver”.

Em seguida, passa à narrativa dos encontros e das fusões musicais que desembocariam no samba carioca (música popular), iniciando pelo choro e pelo samba de batucada, na sua concepção, também músicas de transição.

Para Cordeiro, o Carnaval funcionaria como propiciador dos cruzamentos entre o choro e a batucada do samba de mor-

ro. Essa mestiçagem, nas palavras do autor, teria originado algo novo, qual seja: uma música popular urbana.

Numa conclusão parcial da sua análise, a festa carnavalesca era a responsável pela perpetuação da folkmúsica no espaço urbano.

Essa valorização do Carnaval atravessava outras páginas da RMP.¹³ Em comum, concebia-se o Carnaval como uma festa popular, como uma manifestação espontânea, coletiva, com caráter funcional, portanto tipicamente folclórica. E mais, relacionavam o Carnaval à música popular urbana, construindo uma narrativa que parte de antecedentes como o Zé Pereira e a Festa da Penha para chegar aos nomes de Sinhô, Pixinguinha, Donga e à denominada Velha Guarda da canção popular carioca. Nessas conexões, há claramente a intenção de buscar uma raiz folclórica para o samba urbano, uma raiz que homologue sua autenticidade.

Mas, de volta ao artigo de Cruz Cordeiro, seus argumentos foram postos em dúvida por um leitor que se atreveu a enviar uma carta à redação, questionando a competência do autor para tratar do assunto. Da resposta de Cordeiro ao leitor, evidenciam-se as referências teóricas que estariam respaldando seu discurso, como o *Dicionário brasileiro de folclore*, no qual constavam as definições rudimentares de música folclórica e de música popular; os já citados I Congresso Brasileiro de Folclore

13. De janeiro de 1955, é o primeiro artigo sobre o tema. Assinado por Claudio Murilo, o texto se preocupa em historicizar a origem da Escola de Samba Portela, desde 1922. Em fevereiro desse mesmo ano, Marisa Lira escreve sobre as origens do Carnaval no Brasil. Jota Efegê também escreve sobre o Carnaval carioca na edição de setembro de 1955, a partir da Festa da Penha, que constitui, na sua concepção, prelúdio do Carnaval carioca. Da edição de abril de 1956, já que entre janeiro e março a revista não circulou, data o outro artigo de Claudio Murilo, agora sobre a história da Mangueira.

de 1951 e o Internacional de 1954; a *História da música brasileira*, de Renato Almeida e seu artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 5 de dezembro de 1954, no qual trata das fronteiras existentes entre a música folclórica e a popular.

Com tais citações, Cordeiro demonstrava estar totalmente respaldado “cientificamente”, a par das discussões em torno do assunto. Embora não fosse um folclorista, estava pronto para se apropriar dessas referências não só para defender a preservação e perpetuação do que entendia ser a autêntica música popular brasileira, mas também para estabelecer certos cânones, visando evitar seu desvirtuamento. Esse nacionalismo musical objetivava evitar as “novidades” – samba-bolero, mambo, jazz – decorrentes dos avanços tecnológicos e da intensificação das trocas comerciais que acentuavam os intercâmbios culturais. Era preciso que os compositores e intérpretes mais recentes da canção popular pautassem suas criações pela tradição. Tanto que a RMP não se furtava a elogiar os cartazes da época que, na concepção de seus editores, estavam comprometidos com o samba “de raiz”, como Elizete Cardoso, Araci de Almeida (que nos anos 1950 era ativíssima nas boates cariocas e paulistas), Dircinha Batista, entre outros. Era necessário que os ouvintes rejeitassem os formatos alienígenas, e, para tanto, era preciso educar a escuta do público. Se esse nacionalismo pode soar xenófobo nos dias de hoje, quando a ideia de fusão cultural atravessa como tendência da produção artística contemporânea, nos anos 1950, logo após duas grandes guerras e em plena guerra fria, ser nacional era uma condição de afirmação no cenário político mundial.

Embora a *Revista da Música Popular* tivesse um propósito diverso da chilena *Écran*, pode-se afirmar que ambas contribuíram para a fixação de um determinado repertório como representante da música popular nacional. Se a RMP lutava contra a degeneração do samba autêntico promovida pelas interferências sonoras alóctones veiculadas pelos meios de comunicação de massa, não deixava,

todavia, de reconhecer como genuinamente popular um repertório formatado, desde sempre, pelos suportes midiáticos. O samba dos anos 1930 popularizou-se primeiro pelo disco e depois no rádio. A revista *Écran* não teve a preocupação de fazer a defesa da genuína música folclórica nacional, mas colaborou, ao lado de outros periódicos de grande circulação, para a difusão da denominada música típica chilena, que, em seguida, se tornaria referência de autenticidade perante as novas tendências que surgiam. Ambos os periódicos, cada um à sua maneira, contribuíram para a reinvenção e fixação de uma tradição ao elegerem um determinado repertório da música popular midiaticizada como a música folclórica nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos folclóricos na América Latina, particularmente no Chile e Brasil, estiveram, desde sempre, relacionados à ideia de preservação de um passado em vias de extinção como elemento constitutivo das identidades nacionais. A música, pelo seu caráter de cultura oral, foi, logo de início, um objeto caro aos estudos folclóricos. Entretanto, a música eleita por esses estudiosos não seria aquela dos povos primitivos, dos aborígenes – objetos dos estudos etnográficos –, mas uma música capaz de representar uma identidade mestiça de nação.

No Chile, essa música mestiça – *cuecas* e *tonadas* – foi localizada na região central do país, área economicamente ativa e centro político-administrativo. Esses ritmos campesinos, *folclorizados* pelos estudiosos que pretendiam fixar um formato para sua expressão, há pelo menos duas décadas, já conviviam no espaço urbano, adequando-se aos suportes midiáticos e a um público citadino, isto é, já haviam sofrido modificações substanciais, o que, entretanto, não inibiu o trabalho de preservação dos folcloristas. Ao contrário, era preciso demarcar uma fronteira entre o que era de fato a autêntica música popular chilena e aquela cada

vez mais corrompida pelo mercado. A solução encontrada para a definição desse repertório foi a gravação de um disco contendo o mais característico da música popular chilena.

No Brasil, esse processo de *folclorização* do popular fora mais complexo por causa da concorrência com uma música popular urbana veiculada pelos meios de comunicação de massa, primeiro o disco e depois o rádio, desde o início do século.¹⁴ Coube à nossa música propriamente folclórica, aquela de origem campesina, restringir-se ao seu regionalismo ou integrar-se à nossa música culta como elemento constitutivo da nacionalidade. Desse modo, a despeito da eterna polêmica entre os estudiosos do assunto sobre considerar ou não essa música popular urbana como representante da música nacional, tendendo em regra a excluí-la, prevaleceu no Brasil esse repertório como representante de nossa nacionalidade.

Na década de 1950, jornalista e folcloristas se uniram na publicação idealizada por Lúcio Rangel, a *Revista da Música Popular*, a fim de legitimar o samba carioca das primeiras décadas do século XX como a música folclórica brasileira. Para tanto, houve um trabalho de seleção e *monumentalização* de compositores e intérpretes relacionados ao período. Esse repertório deveria ser *museificado* a fim de garantir que se preservasse o genuíno, o autêntico, a essência de nosso cancionário popular.

Com tal propósito, nota-se, nas páginas da RMP, um esforço concentrado da parte desses estudiosos brasileiros para “encontrar” uma raiz folclórica, leia-se rural, para tais manifestações urbanas, a fim de *tradicionalizá-las*.

A particularidade desse movimento em prol da defesa de uma música popular genuinamente nacional, leia-se folclórica,

14. A Casa Edison, de propriedade do Fred Figner, tem suas primeiras gravações datadas de 1902. Dentre elas, estão modinhas, maxixes, polcas, lundus e o primeiro samba gravado, “Pelo telefone”, em 1917.

nos anos 1940 e 1950, foi o lugar que esse discurso ocupou nos meios de comunicação de massa, apesar de muitas vezes dirigir-se contra os próprios. Guardadas as diferenças quanto à origem dos repertórios integrados às representações da identidade nacional no Brasil e Chile, em comum, nos dois países, a perpetuação desse simbólico sonoro dependeu de sua larga veiculação e difusão pelos meios de comunicação.

Assim, o Chile dos anos 1950 assistiu à eleição de um folclore massivo, não por acaso também denominado música típica chilena, como representante da identidade sonora da nação. Tal fato pode ser atestado por aqueles que entendiam as novas tendências como desvio da tradição: os detratores do neofolclore e depois a nova canção tinham como referência de autenticidade essa música folclórica formatada e propagada pelos meios de comunicação.

Nessa mesma época, no Brasil, o samba dos anos 1930 era *folclorizado*, reivindicado como tradição pelas páginas da *Revista da Música Popular*. Nascido na cidade e difundido pelos meios de comunicação, o samba carioca das primeiras décadas do século XX foi apropriado pelos folcloristas urbanos como o mais “autêntico” representante de nossa identidade mestiça de nação. O repertório propriamente folclórico – aquele oriundo do meio rural – não alcançou, aqui, o *status* de representante da identidade nacional, limitando-se a ser uma expressão de nossos regionalismos. À semelhança do Chile, os detratores das novas tendências musicais que surgiram nos 1950 e 1960 – a bossa nova e depois o tropicalismo – tinham no samba da “época de ouro”¹⁵ sua referência de autenticidade.

15. Expressão cunhada pelos intelectuais dedicados a transformar o samba dos anos 1930 em representante da música popular brasileira e acatada pelas sucessivas gerações de estudiosos do assunto, corroborando a tradição inventada.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- AGRUPACIÓN Folklórica Chilena. Función de los grupos de difusión del folclore musical. *Revista Musical Chilena*, n. 79, p.70-74, ene./mar. 1962.
- ALMEIDA, R. *Compêndio de história da música brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp. Editores, s. d.
- ANDRADE, M. Música doce música. In: _____. *Obras completas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1963.
- _____. *Ensaio sobre a música popular brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CORDEIRO, C. Folcmúsica e música popular brasileira. *Revista da Música Popular*, n.7, maio/jun. 1955.
- DANNEMANN, M. Los problemas de la investigación del folclore musical chilenos. *Revista Musical Chilena*, n.68, mayo/jun. 1960.
- _____. Posición del folclore musical en el folclore en general. *Revista Musical Chilena*, n.79, ene./mar. 1962.
- _____. *Enciclopédia del folclore en Chile*: Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998.
- ÉCRAN, n.1040, 26.12.1950; 15.3.1953; set. 1958; 20.1.1959.
- GONZALEZ, J. P.; ROLLE, C. *História social de la música popular em Chile, 1850-1950*. Santiago: Universidad Católica de Chile, Habana, Casa de las Américas, 2003.
- HOBSBAWM, H. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LIRA, M. A música das três raças. *Revista da Música Popular*, n.11, nov./dez. 1955.
- _____. História social da música popular carioca: a modinha. *Revista da Música Popular*, n.13, jun. 1956.
- PEREIRA SALAS, E. Consideraciones sobre el folclore en Chile. *Revista Musical Chilena*, n.68, sep./nov./dic. 1959.
- SALIBA, E. *Utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- TORRES, R. (Ed.) *Aires tradicionales y folkóricos de Chile*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, Facultad de Bellas Artes, 2005.
- VILHENA, L. R. *Projeto e missão, o movimento folclórico brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

Vanguardia, cultura de masas y resistencia cultural en San Pablo y Santiago en los años ochenta

Juan Pablo González¹

Desde su consolidación en la década de 1920, la cultura de masas había permanecido al margen de las vanguardias artísticas. Si bien hay una primera señal en la utilización de productos de la industria como objetos de antiarte con el dadismo, en la relación del arte con el cabaret y en la atención medial otorgada a la generación beat, fue en los años sesenta, con su impulso de innovación, reforma y revolución, cuando se produjo un acercamiento mutuo. Por un lado, la vanguardia artística se acercaba a la cultura de masas – con el *pop art*, por ejemplo –, y por el otro, la cultura de masas se acercaba a la vanguardia, – con la música *beat* y la tropicalia. En ambos casos, estamos frente a fenómenos de desterritorialización del lenguaje, que cuestionan las divisiones entre arte *superior* y cultura popular *inferior*, consolidadas con el advenimiento de la burguesía. Al expresar una relación irreverente y creativa con el legado cultural europeo, el concepto modernista de antropofagia, por ejemplo, también expresa la irreverencia con la propia dicotomía entre alta y baja cultura.

En América Latina, el modelo segregacionista burgués, se reprodujo sin tanto éxito que en Europa, pues nuestra sociedad

1. Académico del Instituto de Música de la Pontificia Universidad Católica de Chile.

mestiza no permitía instalarlo de la misma manera. Parodiando a Alejo Carpentier, los aportes musicales más originales latinoamericanos han llegado del campo, del estudio de grabación o de la sala de conciertos.

Los cuestionamientos de los años sesenta al orden estético imperante, surgían del incremento del diálogo entre las artes y la búsqueda de renovación estética mediante la incorporación del cotidiano urbano e industrial a la creación artística. Andy Warhol expresaba la banalidad y el vacío de la sociedad estadounidense mediante su producción industrializada de arte; sus largas películas sin argumento; y su *decadente* banda de *rock* Velvet Underground. Un poco más tarde, Caetano Veloso *resonaba* con la falta de sentido de la modernidad en dictadura en algunas canciones de sus LPs *Araçá azul* (1973) y *Jóia* (1975). En estas canciones, posibles de catalogar como *antisistémicas*, se manifiesta la ruptura de la tendencia orgánica, integradora y dialogante de la cancionística de fusión de fines de los años sesenta, destruida por la interrupción de las utopías durante el reinado de las dictaduras militares en América del Sur.

Los cruces entre cultura popular y vanguardia en nuestra región, se han producido, paradójicamente, tanto en contextos de libertad como de falta de libertad. En ambos casos, se trata de prácticas culturales, que si bien celebran su propia condición contracultural, también ponen en juego el sinsentido y la violencia de la cultura de masas de la cual se alimentan. De este modo, la integración de lenguajes promovida por la fusión de fines de los sesenta, se transformó en choque; el diálogo devino en discusión; lo obvio se volvió extraño; y lo especial se hizo cotidiano.²

2. Como señala Omar Corrado (1999), la canción se transformó, finalmente, en una operación crítica del conocimiento.

En dos canciones del LP *Jóia*, Damián Rodríguez (1999, p.404) destaca la sistemática anulación de la relación causa y efecto que domina el discurso convencional de la canción. Sin una dirección definida, la canción parece deambular, carente de un discurso lineal o progresivo. Todo esto, dentro de la gran economía de recursos propia del minimalismo.

Con la generación de relevo de los años ochenta, aumentaba el rango de influencias y cruces, muchos de ellos aparentemente contradictorios. Estamos ante la formación de un nuevo puente entre lo vulgar de la cultura de masas y lo elitista de la cultura artística. La coexistencia de lenguajes opuestos en esta nueva producción popular de vanguardia – que podemos llamar de contrafusión –, producirá fricciones con la industria musical, por un lado, y con el mundo del arte – especialmente el Conservatorio – por el otro. Es desde esta fricción que se construye el campo contracultural de la vanguardia ochentera y que se producen las condiciones de su propia disolución. El Conservatorio se cerrará sobre su tradición bicentenaria y la industria musical absorberá las divergencias – como siempre lo ha hecho – cubriéndolo todo con el manto conciliador del *pop*.

El Cono Sur de América, pródigo en dictaduras militares en los años ochenta, también fue pródigo en música de contrafusión, con aportes de Arrigo Barnabé y Premeditando o Breque, entre otros, en San Pablo; Leo Masliah en Montevideo; Liliana Herrero en Rosario; y Fulano y Electrodomésticos en Santiago.

Este estudio comparado de las vanguardias musicales mediatizadas de San Pablo y Santiago en los años ochenta, considera tres elementos centrales de análisis estético: la administración del género musical por negación, travestismo o contrafusión; la articulación de prácticas estéticas y sociales opuestas, tanto musicales como literarias – dodecafonía/*funk*, Stravinsky/música caipira; comics/tropicalia, radio/poesía; y la

búsqueda en las letras de crítica a la cultura de masas, nihilismo, erotismo, violencia, y, por sobre todo, ironía y sátira. Será el desmontaje desde el humor de las convenciones y clichés de la cultura dominante – algo ya practicado por la tropicalia – una de las características centrales de la crítica realizada por la contrafusión de los años ochenta (Ramos, 1995, p.228).³

ESCENA CONTRACULTURAL

Tanto en Santiago como en San Pablo, la escena musical de vanguardia de masas, estará ligada a otras manifestaciones de avanzada, en especial el teatro y las artes visuales, y contará con espacios administrados desde el interior de la propia escena contracultural. Se destacan como epicentros de este fenómeno los teatros Lira Paulistana de San Pablo y Trolley de Santiago, que son los nuevos Cabaret Voltaire, de los dadístas de los años diez.⁴

Lira Paulistana (1979) era un teatro pequeño, de 200 localidades, lo que facilitaba el montaje de producciones independientes de vanguardia, con poco capital que arriesgar. El público tenía un alto grado de complicidad con lo que allí se ofrecía y se adaptaba sin protestar a posibles problemas de producción o cambios de último minuto en la programación (Fernandes de Oliveira, 2002, p.19-21). En el discurso brasileiro, se destacará el carácter *independiente* de estas producciones; concepto que, como afirma Maria Martins, destaca tanto el autofinanciamiento como el control total del proceso de producción por parte del artista (*ibidem*, p.62).

3. Escuchar “Diversões eletrônicas” en *Clara Crocodilo* de Arrigo Barnabé.

4. La primera celebración dadaísta en el Voltaire (5.2.1916), consistió en un espectáculo de variedades con canciones francesas y alemanas, música rusa y negra y exposiciones de arte. Disponible en: <<http://es.wikipedia.org/wiki/Dadaísmo>>. Acceso en: 13 abr. 2009.

Si bien este tipo de producciones han existido antes en la industria discográfica tanto brasilera como chilena – con músicos y productores que no forman parte de los sellos que los editan –, en los años ochenta se intensifica un discurso por la demanda de independencia, mientras se busca radicalizar la propuesta estética e ideológica desde la práctica.

Fieles a su naturaleza antisistémica, los músicos que frecuentaban la Lira Paulistana no se consideraban parte de un movimiento, incluso algunos de ellos se sentían restringidos en sus aspiraciones de masividad por el propio concepto de vanguardia. Allí tocaban músicos como Itamar Assumpção, Vânia Bastos, los grupos Prememeditando o Breque, Rumo y Sossega Leão, y asistía, aunque no tocaba, el compositor y pianista de vanguardia Arrigo Barnabé. La prensa especializada fue la que los definió como parte de un movimiento paulistano de vanguardia. Esto ocurría a partir de los LPs conceptuales de Arrigo Barnabé, *Clara Crocodilo* y *Tubarões voadores*, que mezclan música de rasgos stravinskianos y dodecafónicos con *funk*, locuciones radiales e historietas, es decir, lo elitista con lo vulgar.

A pesar de la resistencia de estos músicos por considerarse parte de un movimiento articulado de vanguardia, ellos poseen rasgos comunes desde el punto de vista generacional, ideológico, estético y artístico, que permiten aglutinarlos como *vanguardia paulista*. Entre estos rasgos comunes sobresalen la actitud irreverente hacia la *alta cultura*; la búsqueda de lenguajes integrados al interior de las artes; un impulso casi intuitivo hacia la vanguardia como ruptura con el orden represivo; la independencia de los sellos discográficos; y su radicación territorial en el barrio de Pinheiros y en la propia Lira Paulistana.

En Santiago, los años setenta se despedían con John Travolta y sus imitadores en cines y radios y con las canciones de Violeta Parra en las frágiles peñas folklóricas. Todo esto, bajo un rígido toque de queda que hacía que la *fiebre de Sábado por*

la noche, chocara contra los muebles de la casa (Contardo; García, 2005, p.190). Las universidades chilenas, tal como las brasileras, brindaban cierta protección a la actividad cultural juvenil, de modo que los estudiantes podían organizar festivales de la canción, café conciertos y peñas folklóricas con alguna libertad. Esta experiencia demostraba que la canción popular permitía conquistar espacios propios en dictadura. La generación de relevo de los años ochenta, construyó una identidad propia por oposición a las tendencias culturales y también contraculturales de la década anterior.

A mediados de 1983, Pablo Lavín, un diseñador chileno que regresaba al país luego de trabajar nueve años en Londres, fundaba el teatro y sala de fiestas El Trolley (1983-1986), en la sede sindical de los ex trolebuseros, ubicada en la periferia norte del centro de Santiago. Hay aquí una diferencia importante con Lira Paulistana, ubicado en un barrio con alta presencia de estudiantes, artistas e intelectuales como Pinheiros y el *territorio libre* de Vila Madalena, un sector de alta producción cultural. Este hecho no sólo asegurará un público conocedor e interesado en nuevas propuestas artísticas, sino que le permitirá a los dueños del teatro crear un centro de promociones culturales, que incluía productora, editorial, grabadora, diseño gráfico y venta de producciones culturales independientes.⁵

En este caso, la Lira Paulistana se alimenta y alimenta una práctica (contra)cultural que habita un lugar determinado de la ciudad y conjuga un sentido de pertenencia a ella, formando parte de la sociabilidad urbana que allí se desarrolla. El Trolley, en cambio, se inserta en un barrio ajeno a la naturaleza de su propuesta, adscribiéndose más a la idea de intervención del espacio urbano desarrollado por las artes visuales. Esta prácti-

5. Entrevista a Flavio Dias en Fernandes de Oliveira (2002, p.50). Ver también Fernandes de Oliveira (2002, p.58).

ca posee cierto grado de violencia, pues irrumpe e interrumpe un estado de cosas ajenas a ella. El Trolley estaba en un barrio donde convergen los prostíbulos, la cárcel y el cuartel central de la policía en dictadura, lo que lo sitúa en los límites de la sociabilidad urbana. Los estudiantes, artistas e intelectuales no viven allí, están dispersos en una ciudad también dispersa, separados en barrios según su origen social, en un Santiago muy segregado socialmente.

Al diseñador y fundador de El Trolley, se asociaba Ramón Griffero, un sociólogo y dramaturgo chileno que regresaba de su exilio en Bélgica. El objetivo era financiar con fiestas sus montajes teatrales para la Compañía Fin de Siglo, especialmente fiestas de año nuevo y recitales bailables. Los grupos invitados provenían de las dos escenas predominantes del *rock* chileno de los ochenta: la *new wave*, con bandas como Los Prisioneros, y el *punk*, con grupos como Los Pinochet Boys. Esta es una diferencia importante con la Lira Paulistana, que si bien igualmente incluyó bandas *punk* en sus últimos años de existencia, la prioridad la tenían los grupos de contrafusión, pues no funcionaba como sala de fiestas o de baile. El Trolley, en cambio, se legitimaba artísticamente con sus montajes teatrales, mientras que las fiestas – y sus sorpresivas *performances* artísticas y desfiles de modas –, le daban un aire contracultural (Fernandes de Oliveira, 2002, p.36; Contardo; García, 2005, p.196).

En San Pablo, el trabajo de músicos como Arrigo Barnabé y Premeditando o Breque, contaba con la experiencia otorgada por los festivales universitarios de la canción y con el referente de la tropicalia que, como corriente de vanguardia al interior de la cultura de masas, había logrado legitimidad tanto en la industria musical como en la crítica especializada. Sin embargo, ahora se trataba de iniciar una actividad profesional, fuera de los recintos universitarios y de producir mayores innovaciones estructurales en la canción popular, no solo en la letra y en sus

comienzos y finales, como sucedía con la tropicalia y el *beat* (Fernandes de Oliveira, 2002, p.27-64).⁶

MÚSICA CONTRACULTURAL

Surgido en 1976 de una práctica musical informal de estudiantes de música de la Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo, Premeditando o Breque – Premé – llegó en 1980 a la Lira Paulistana. Su capacidad como músicos, les permitía clonar cuanto lenguaje musical estuviera a su alcance, ya fuera Strawinsky, los comerciales de la TV, Frank Sinatra, la música caipira o el *chôro*. Al momento de distribuir sus producciones independientes, la propia industria discográfica se encontraría, más tarde, en dificultades para definir el producto: “*o estilo do grupo, de difícil classificação, oscila entre o pop underground e a vanguarda paulista. De punk rock a baladas e sambas, passando por blues e ‘releituras’ de clássicos sertanejos [...]*”.⁷

Esta capacidad clonadora, también produce entre los seguidores de Premé cierto goce estético por el virtuosismo de la clonación, que ocurría justo cuando ingresábamos a la era de la clonación digital y genética. Estamos también frente al gesto de la academia de apropiarse y administrar un *conocimiento universal*, aunque en el caso de Premé, se trata de un conocimiento *corrompido* por la cultura de masas, como seguramente pensaban los profesores de la USP.⁸

6. Ver entrevista a Arrigo Barnabé en *Veja*, n.745, 1982.

7. Disponible en: <<http://cliquemusic.uol.com.br>>. Acceso en: 5 abr. 2009.

8. La discografía de Premê está formada por los LPs *Premeditando o breque* (1981), *Quase lindo* (1983), *O melhor dos iguais* (1985), *Grande coisa* (1986), *A voz do Premé* (1986), *Alegria dos homens* (1991), y el CD *Vivo* (1996).

Es así como Premé no se ubica en ningún lugar en particular, sino que en todos a la vez. Desde una máxima desterritorialización y travestismo, la banda establece sus propios cruces, equívocos, mutaciones, y contrafusiones. Algo similar es lo que hace el grupo Fulano en Chile, aunque con menos travestismo y más eclecticismo, como veremos luego.⁹

Los rasgos fuertemente contrastantes del campo musical establecido por Premé, se aprecia al comparar sus piezas "Chôro do manga" (1983) y "Nunca" (1981). En la primera, se observa un tratamiento orgánico de un género clásico de la música popular brasilera, claramente modernizado, pero donde impera el sonido instrumental, la estructura de frases y la *suadade* del género carioca. Sin embargo, al escuchar "Nunca" (1981), grabada dos años antes, parece que estuviéramos frente a otro grupo, que hace canciones en base al choque de opuestos. En "Nunca", Premé clona por un lado una canción caipira de texto intrascendente, y por el otro cita un fragmento de la "Escena del Sacrificio" de la *Consagración de la Primavera* de Igor Strawinsky. Ambos momentos de la canción son enlazados por un disonante ostinato rítmico-vocal, que corresponde, de cierto modo, a una síntesis de las dos partes contrastantes. Estos tres elementos chocan entre sí, no se integran; nos llevan y nos traen violentamente de mundos totalmente ajenos entre ellos. La violencia de esta oposición de lenguajes nos hace escuchar una música desde la perspectiva de la otra, transformando lo vulgar en interesante y vulgarizando lo artístico.

A comienzos de los años ochenta, el paisaje humano de Santiago empezaba a cambiar, y los jóvenes de cabellos largos y coloridas ropas de lana de las peñas folklóricas, cambiaban a

9. Algunas de las letras satíricas y de humor crítico de Premé fueron censuradas durante el gobierno militar, lo que más que constituir un freno a su trabajo, constituía todo un orgullo para ellos.

jóvenes de pelo corto y ropas de telas sintéticas, donde predominaba el negro impuesto por la *new wave*. En ese contexto aparece el sexteto Fulano, formado a fines de 1984 en Santiago como resultado de un taller independiente de creación musical, abierto a diversas corrientes estéticas. Si bien la banda no alcanzó a tocar en El Trolley, que cerraba sus puertas cuando Fulano comenzaba su actividad pública, el grupo es heredero de la escena contracultural santiaguina de los años ochenta y protagonista de la rearticulación de la sociedad civil, que lograba, desde 1987, cierto grado de organización interna para oponerse al régimen de Pinochet.¹⁰

Cuando Fulano comienza a tocar, los espacios públicos empezaban a ser reconquistados, albergando expresiones independientes con mayores niveles de producción que los alcanzados a fines de los años setenta. Existía un público ávido de expresarse culturalmente, y el interés por grupos como Fulano canalizaba una nueva forma de disconformidad, sin oponerse directamente al régimen, sino que dándole la espalda; pretendiendo ignorarlo y de ese modo negarlo.

Los miembros de Fulano sumaron sus experiencias musicales previas tan diversas como el *jazz-rock*, el *folk-rock*, el canto nuevo, la música renacentista y la música contemporánea, haciendo canciones de textos antimilitaristas y existencialistas, llenos de ironía y erotismo. Estos textos son declamados y cantados en forma frenética por Arlette Jacquier, quien, con la fuerza expresiva del *rock*, utiliza su voz como un instrumento más del grupo, realizando complejas vocalizaciones y explotando al máximo sus capacidades interpretativas dentro de un amplio rango de dinámica, tesitura, interválica y expresividad. Ella es la equivalente chilena a Vânia Bastos, alumna de ciencias

10. Ver biografía de Fulano en www.dcc.uchile.cl/~cmaluend/fulano/fulano.html.

sociales en la USP, e integrante de las bandas de Arrigo Barnabé e Itamar Assumpção.¹¹

Fulano desarrolla una práctica musical ecléctica y posmoderna de clonación de lenguajes, aunque en forma menos virtuosa que Premé, limitándose a los lenguajes que ellos manejan por sus prácticas musicales previas. Además, estos músicos poseen cierto vínculo afectivo y estilístico con la fusión de los años setenta, especialmente con la vertiente del *jazz-rock* latinoamericanista practicada en Chile, de modo que están estilísticamente un poco más anclados que Premé, como lo demuestra su “Suite Recoleta”, por ejemplo. Lo preponderante, será el uso de estos materiales en forma segmentada y fuera de su contexto original. Como cita y montaje.¹²

Dentro de las primeras propuestas de vanguardia de Fulano, se destaca “Maquinarias” (1987) de Cristián Crisosto para flauta, saxo soprano, saxo alto, clarinete, contrabajo, piano y voces. Se trata de una pieza de simplicidad compleja, creada en base a ostinatos polimétricos (8/8, 7/8, 10/8) de ámbitos melódicos estrechos y notas repetidas – similares a los *riffs* del *rock* y a la escritura rítmico-melódica de Stravinsky – que son tratados tanto en progresiones como en forma superpuesta. La aparente heterogeneidad de la pieza es unificada con constantes repeticiones y anticipaciones formales. Procedimientos del *jazz* contemporáneo se funden con acompañamientos de folklore (6/8 + 3/4), creando un sonido local y moderno a la vez. “Maquinarias” fue incluida en el primer álbum de la banda, *Fulano* (1987), que llegó a los primeros lugares de venta en Chile en

11. Vânia Bastos graba *Clara Crocodilo y Tubarões voadores* con Barnabé.

12. Esto ocurre con el uso de patrones rítmicos y recursos del canto indígena, y las polimetrías y gritos de animación del folklore.

septiembre de 1987, señalando la excepcional situación de la masificación de una propuesta de vanguardia.¹³

PALABRAS FINALES

El punto de escucha híbrido que demanda una música popular de vanguardia como la descrita, nos entrega un sentido de modernidad que puede resultar más completo que el ofrecido por un arte contemporáneo socialmente aislado o por una música popular artísticamente desinformada, pues nos permite ser conscientes de una totalidad cultural articulada en el presente. Si la fusión nos habla de intentos integradores de una sociedad dividida en alta y baja cultura, la contrafusión nos revela el choque de tal división; si con la fusión escuchamos la síntesis que produce el encuentro entre ambos segmentos, con la contrafusión enfrentamos la antítesis surgida al escuchar un segmento desde la perspectiva del otro. De este modo, los fenómenos de fusión y contrafusión en la música latinoamericana constituyen no sólo mecanismos de respuesta e interpretación de la realidad, sino que también de construcción y deconstrucción de ella.

La desterritorialización de los lenguajes practicada por músicos brasileños y chilenos en los años ochenta, establece un espacio de cruces, equívocos, mutaciones, y contrafusiones que participa de lo más avanzado de la escena musical popular latinoamericana de la época. El goce estético que genera esta contrafusión y sinsentido, corresponde a una de las características

13. Las líneas melódicas avanzan mediante paralelismos al unísono, enriqueciendo el color instrumental, y por segundas mayores, enrareciendo la armonía, reducida al enlace de dos tríadas: Mi mayor con tercera y novena, y Re con quinta y novena, y que también es ensuciada por los ostinatos.

receptivas de la posmodernidad, presente en sectores juveniles ilustrados de América Latina en los años ochenta. Finalmente, desde la fricción producida por la contrafusión genérica y el sinsentido lírico, músicos y audiencias se hacían cargo de la violencia de los regimenes militares del Cono Sur y su deshumanizado proyecto de modernización.

REFERENCIAS DOCUMENTALES Y BIBLIOGRÁFICAS

- AHARONIÁN, C. Desafíos para un análisis de las vanguardias en la música popular uruguaya en *Música Popular en América Latina*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO IASPM, 2., 1999, Santiago. *Actas...* Santiago: Rama Latinoamericana IASPM, 1999. p.418-30.
- ARTE EM REVISTA. São Paulo: Centro de Estudos de Arte Contemporaneo, n.6/8, 1984.
- CONTARDO, O.; GARCÍA, M. *La era ochentera*. Tevé, pop y under en el Chile de los ochenta. Santiago: Ediciones B, 2005.
- CORRADO, O. Estrategias de descentramiento: la música de Liliana Herrero en *Música Popular en América Latina*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO IASPM, 2., 1999, Santiago. *Actas...* Santiago: Rama Latinoamericana IASPM, 1999. p.410-17.
- FERNANDES DE OLIVEIRA, L. *Em um porão de Sao Paulo*. O Lira Paulistana e a produção alternativa. São Paulo: Annablume, 2002.
- GONZÁLEZ, J. P. Fusiones y contrafusiones: música popular y vanguardia en América Latina. *Entreartes (Cali)*, v.3, 2005
- _____. Tradición, identidad y vanguardia en la música chilena de la década de 1960. *Aisthesis*, v.38, p.194-214, 2005.
- LEITURA. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado, v.10, n.117, 1992.
- MONJEAU, F. El hombre de los cocodrilos. *todaVÍA*, v.7, 2004. Disponible en: <www.revistatodavia.com.ar> Acceso en: 5 abr. 2009.
- NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira*. Utopia e massificação (1950-1980). São Paulo Contexto, 2004.

- RAMOS, J. M. O. *Televisão, publicidade e cultura de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- RODRÍGUEZ KEES, D. "Jóia", necesidad y factibilidad del análisis de la música popular en Música Popular en América Latina. In: CONGRESO LATINOAMERICANO IASPM, 2., 1999, Santiago. *Anais...* Santiago: Rama Latinoamericana IASPM, 1999. p.399-409.
- SALAS, F. Un casete histórico. *Cauce*, v.125, p.34, 1987

Na sintonia *bananorítmica*: cinema e cultura política durante a Era da Boa Vizinhança

Ana Maria Mauad¹

“Estamos prontos para abandonar o agradável e lucrativo caminho do entretenimento para nos envolvermos com propaganda?” (Production Code Administration, memorando interno, dezembro de 1938)

“Será que os filmes contam mesmo a verdade ou nossa juventude tem razão em dizer que eles estão sendo enganados pela propaganda?” (*Manual de informações governamentais para a indústria cinematográfica*, junho de 1942²)

Ambas as perguntas, feitas no contexto do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, revelam a ambiguidade da indústria cinematográfica na sua relação com o poder político. Entretenimento e propaganda política pareciam atividades que não se cruzavam, e o que de fato se constata, quando nos debruçamos sobre os períodos em que o esforço de

-
1. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da UFF e do CNPq
 2. No original: “*Are we ready to depart from the pleasant and profitable course of entertainment to engage in propaganda? [...] Does picture tell the truth or will the young of today have reason to say they were misled by propaganda?*” (apud Koppes; Black, 1990, p.17, 48).

mobilização da opinião pública norte-americana se faz necessária, é uma complementaridade.

Por meio de diferentes estratégias, a indústria cinematográfica dos Estados Unidos coordena o esforço de convencimento político a uma estratégia de mercado que transforma todo o discurso de poder num produto lucrativo a ser consumido. Entretenimento e lucro são as faces da moeda política que a indústria cinematográfica cunha. No entanto, no jogo político das relações internacionais, entram em concorrência diferentes sujeitos e suas expectativas e suscetibilidades, revelando que nem sempre o que convence a opinião pública dos Estados Unidos convence também a dos demais países.

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre Brasil e Estados Unidos, através do cinema, durante a política da Boa Vizinhança. Tal política foi implementada durante o governo de Frank Delano Roosevelt (1939-1946) e tinha como propósito o controle do Hemisfério Ocidental, especificamente “as outras repúblicas americanas”, como eram denominados pelas autoridades governamentais dos Estados Unidos os países que compunham as Américas Central e do Sul, incluindo o México, nessa geografia simbólica. Neste trabalho, avaliam-se as estratégias políticas implementadas na produção cinematográfica pela indústria e sua relação com a regulamentação imposta pelos órgãos de controle e censura do governo dos Estados Unidos. Além disso, analisa-se a recepção dos filmes através dos comentários publicados na imprensa do período e do posicionamento das autoridades brasileiras. Buscamos apontar a capacidade do cinema em gerar emoções e reações diferenciadas, sem jamais passar despercebido, sendo, portanto, um tema fundamental para os estudos sobre cultura política.

POLÍTICA E CINEMA NA ERA DA BOA VIZINHANÇA

No processo de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, foram colocados em jogo importantes elementos simbólicos para a construção de um cartograma cultural que ratificasse a hegemonia “US americana” no cone sul. No entanto, o caminho entre as Américas deveria ser uma avenida de mão dupla. Por um lado, os brasileiros tinham de ser convencidos de que o *american way of life* era o ideal da democracia, e, por outro, os norte-americanos acreditariam nos brasileiros como inofensivos amantes do samba e das mulatas. Ratificavam-se assim emblemas de uma cultura que se internacionalizava, contando, para tal, com todos os recursos da mídia disponíveis na época – cinema, imprensa e publicidade – para divulgar valores e criar modas. Dentre estes, foi a produção cinematográfica que mais conseguiu mobilizar interesses e paixões.

O PARENTESCO “BANANORÍTMICO”: A GUERRA DE IMAGENS

Hollywood, quando invade a fronteira mexicana, ou qualquer país sul-americano, torna-se absolutamente impenetrável. Há uma incapacidade fundamental em Hollywood para arrancar qualquer coisa de boa de um caráter hispano-americano. Lançam-se mãos de cactos, *haciendas* coloniais, *lovely señoritas*, *masterful hidalgos*, *guapos caballeros*, que ao se despedirem gritam-se com uma originalidade de dar calafrios na espinha: “Adios Amigo!”. Dança-se o tempo todo, fandangos, rumbas, congas, sambas. Há sempre uma serenata de guitarra onde algum nostálgico *muchacho* canta uma “Paloma” qualquer sob um fatídico *balcony* enlurado. Tivesse o cinema a desgraça de ser, além de falado, sensível ao olfato, e haveria cheiros de jasmim e de estrume fresco embriagando o ar. É tudo capitoso, pesado de langor e exaspero sexual, embora uma *señorita* nunca ceda ao seu bem amado senão unida pelos sagrados laços do *matrimonio*. E no fim de tudo um pouco de

swing para mostrar como se está a par do que vai por Hollywood. A linha Havaí-México-Rio-Buenos Aires tem esse parentesco bananorítmico. Só nos resta esperar que um melhor conhecimento da vida ensine a Hollywood certas verdades da nossa civilização [...]. (Vinicius de Moraes apud Calil, 2001, p.81)

Nos anos 1940, Vinicius de Moraes ensaiava a sua pena de poeta fazendo crítica cinematográfica, que era publicada regularmente nos jornais cariocas, apesar das reiteradas reclamações dos distribuidores que absolutamente não concordavam com suas bravatas. Dentre elas, a mais famosa foi se posicionar completamente contra o cinema falado ou como Hollywood denominava os *talkies*.

No trecho citado, a raiva do poeta recai contra a folclorização nas representações visuais da América Latina. Vinicius escreve o texto em agosto de 1941, na verdade dias antes de Walt Disney ser flagrado pelo fotógrafo da revista *Careta* (23.8.1941), na chegada do seu *tour* de boa vizinhança. Essa viagem foi muito importante para Disney, que produziu, em 1943, o desenho animado *Alô, amigos*, o qual, apesar da plena aceitação pelo público brasileiro, está repleto de *lovely señoritas, masterful hidalgos, guapos caballeros*, com um Pateta travestido de gaúcho cantando “Paloma” e danças típicas, reunindo Chile, Argentina e Brasil num parentesco verdadeiramente *bananorítmico*.

Aliás, as bananas também foram imortalizadas na célebre cena em que Carmen Miranda (*The gang's all here*, 1943), dirigida por Busby Berkeley, sustentava verdadeiro andor de bananas na cabeça. O exotismo da natureza tropical, aliado a uma espécie de arqueologia do pitoresco, ansiosa por vestígios tipicamente latino-americanos, transformava o que era próprio de cada país numa espécie de estereótipo de si mesmo. Numa operação clássica de etnografia colonialista, “Hollywood não representa etnias nem minorias, mas as cria, fornecendo à audiência

a oportunidade de experimentá-las – existem como criações cinemáticas” (Lopez, 1993, p.68).

A necessidade de compartilhar do universo cultural hegemônico aponta para a existência de uma guerra de imagens, que se dava entre os defensores de uma cultura própria, aberta aos contatos internacionais, e os que acreditavam que só estaríamos no mundo se compartilhássemos os valores da cultura burguesa ocidental, sintetizados nesse momento pelo cinema de Hollywood. De um lado, há o nosso Vinicius de Moraes cuja crítica à incapacidade hollywoodiana de apresentar “as verdades da nossa civilização” não arrefeceu a sua admiração por Orson Welles (como veremos adiante). De outro lado, está um Gilberto Souto (1941, p.20) excitado ao escrever sua crônica, como representante da revista *Cinearte* em Hollywood, sobre o primeiro dia de Carmen Miranda nos estúdios da 20th Century Fox:

Eu era bem garoto quando vi um filme chamado, “Hollywood”... Acho que foi essa a primeira vez que eu vi Hollywood e os seus segredos; como se fazia um filme e como nascia uma estrela. É pensando nesses filmes, por excelência, e em todos os outros que têm mostrado a vida de Hollywood, o trabalho de uma estrela e o “glamour” da cidade mais célebre do mundo que escrevo essa primeira nota sobre Carmen Miranda dentro do *studio* da 20th Century-Fox. Vendo-a trabalhar, vendo-a preparar-se, rodeada do homem da maquilagem, da costureira, da cabeleireira e de toda a corte que Hollywood dá às suas estrelas, pela minha mente passavam memórias de histórias lidas, relatos de outros tempos, visões de filmes que detalhavam o aparecimento de uma estrela... A primeira brasileira em Hollywood! [...] E como faz bem ao coração de brasileiro, vê-la trabalhando e agradando de um modo espantoso!

De um lado, há o “imperialismo sedutor” (Tota, 2000), e, de outro, a antropofagia brasileira transmutando o estrangeiro

e tipicamente nacional. No entanto, a ideia de recriação cultural realizada a partir do contato com bens culturais estrangeiros, num momento historicamente marcado pela redefinição geopolítica internacional, deve, no mínimo, ser contextualizada para dimensionar claramente o papel político desempenhado tanto pela resistência à assimilação quanto pela aceitação incondicional, isso porque toda escolha cultural implica uma escolha política (Moura, 1988).³

No âmbito da Política da Boa Vizinhança e da consequente construção da hegemonia norte-americana nas Américas, a recriação cultural brasileira, como queria Pedro Tota (2000), a partir da “deglutição” de elementos da cultura norte-americana (não de outra qualquer, como a italiana ou alemã), significava um claro posicionamento político num mundo cindido pela guerra entre regimes democráticos e totalitários. Aceitar elementos da cultura norte-americana para serem “misturados” com as “coisas nossas” significava assumir uma identidade política reconhecida pela democracia e pela liberdade individual, só para citar os valores supremos.

Nesse processo, dois problemas se colocam como fundamentais:

- a redefinição do quadro político brasileiro a partir de 1930 e o papel que a produção cultural assume nesse bojo;
- a política assumida pelo governo norte-americano, por meio de suas agências governamentais e seus contatos com o mundo da produção cultural, notadamente os grandes estúdios de Hollywood, em relação aos estrangeiros – principalmente latino-americanos.

3. O livro de Moura (1988) é precursor no tratamento do tema da elaboração de uma cultura política no Brasil a partir da crescente influência cultural norte-americana.

Em relação ao primeiro ponto, tendo em vista a quantidade significativa de trabalhos que tratam do tema, vale somente registrar que o novo projeto político que se instaura, nos anos 1930, estaria ligado aos ideais de modernização e de elaboração de uma identidade propriamente nacional. O que se poderia chamar de face “cultural” desse projeto é definido pela implementação de uma política educacional e cultural, por parte do Estado, e pela tentativa de setores mais intelectualizados da sociedade civil em pensar a cultura brasileira, que passa a contar com atributos como nacional e popular.

Portanto, o período que engloba as décadas de 1930, 1940 e 1950 pode ser caracterizado pela redefinição do papel do Estado no âmbito da cultura, atuando no sentido da elaboração de uma identidade nacional (Ortiz, 1989). Entretanto, elabora-se uma nova relação entre sociedade política e sociedade civil, entre esfera pública e esfera privada, na construção de uma imagem de Brasil associada a uma nova cultura política. Esta passa a se definir na vida urbana, no binômio modernização e industrialização e no acesso ao consumo ampliado de mercadorias, entendido como elemento de participação social. Este último item contou com um poderoso aparato publicitário que tomou conta do cotidiano, ordenando o dia a dia pelas ondas do rádio e nas páginas das revistas ilustradas.

O segundo problema interfere de maneira direta na forma como as identidades nacionais foram redefinidas e atualizadas no bojo do processo de internacionalização da cultura durante e após a Segunda Guerra Mundial, estando, assim, intimamente ligado ao projeto político dos anos 1930 e 1940.

Entre apocalípticos e integrados, o fundamental é analisar como, no terreno político das relações internacionais, na Era da Boa Vizinhança, as estratégias cinematográficas são apropriadas pelos diferentes agentes sociais – políticos, empresários, artistas, intelectuais ligados à imprensa –, tanto do ponto de vista do

agenciamento da propaganda quanto da criação de uma estética da alteridade, para ser consumida pelas audiências latinas, no caso estudado, a brasileira, bem como pelos cidadãos comuns dos Estados Unidos.

O CINEMA NA POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA

Comecei a visualizar uma atitude completamente nova em relação às outras repúblicas americanas com base num desejo sincero e honesto, no sentido, primeiro de remover de suas mentes todo o medo em relação a uma agressão americana – territorial ou financeira – e construir uma espécie de parceria hemisférica na qual nenhuma das repúblicas teria vantagem em relação às demais. (Wood, 1961, p.130-1)

Depois de ganhar a eleição em 1932, Franklin Delano Roosevelt definia assim uma nova era de relação entre as Américas. A Política da Boa Vizinhança, inaugurada pelo presidente norte-americano, pretendia uma solidariedade hemisférica definida a partir de uma interpretação atualizada dos princípios do pan-americanismo.

Em termos históricos, o pan-americanismo foi inaugurado pela Doutrina Monroe expressa pela primeira vez em 1823, a qual defendia a autodeterminação dos povos americanos contra o imperialismo europeu. O princípio de uma “América para os americanos” foi repetidamente defendido pelos governos dos Estados Unidos, ao longo do século XIX, contra as novas tentativas de colonização europeia nas Américas.

Já nas primeiras décadas do século XX, esse princípio passou a atribuir aos Estados Unidos, por meio da política implementada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1901-1909), o papel de única potência com direito a intervir em qualquer ponto do hemisfério. Toda vez que os capitalistas norte-americanos se sentiam ameaçados quanto à manutenção

de seus privilégios econômicos, principalmente na região do Caribe, o governo dos Estados Unidos era chamado a intervir militarmente.

O fundamento da *realpolitik* de Franklin Delano Roosevelt, como explica o historiador Frederick Pike (1996), envolvia duas frentes: a primeira implicava refrear o imperialismo britânico por meio de uma espécie de “*pax americana*”; já a segunda investia no fortalecimento na crença da superioridade moral do *american way of life*. Naturalmente, segundo tal concepção, os latino-americanos iriam reconhecer as vantagens – econômicas, culturais e principalmente morais – da base de valores dos Estados Unidos. Entretanto, para atingir tal patamar de desenvolvimento cultural e moral, segundo a doutrina de Franklin Delano Roosevelt, as “outras repúblicas americanas”, como o presidente e seus agentes denominavam os países latino-americanos, deveriam ser orientadas. Toda a Política da Boa Vizinhança esteve pautada por este último princípio, uma atualização “mediática” da doutrina do destino manifesto. Investiu-se, então, na elaboração de uma nova cultura política cujos contornos visuais definiam-se pelos novos ícones do pan-americanismo: as estrelas de cinema. Uma espécie de *franchise* dos valores fundamentais da nação americana – liberdade individual e democracia –, mas tudo isso temperado pelo sabor latino.

Nesse sentido, a parceria entre a indústria cinematográfica e o Departamento de Estado dos Estados Unidos conseguiu definir uma política de aproximação que envolveu negócios, lucro e censura. Um conjunto de *bureaus*, *officies* e *sections* foi criado com o propósito de implementar esse plano de ação, no entanto a convivência entre as diferentes instâncias não era absolutamente pacífica.

A guerra dividiu Hollywood entre os defensores da doutrina do “puro entretenimento” e os intervencionistas favoráveis a uma tomada de posição clara por parte da política dos grandes

estúdios. Ambos estavam sendo pressionados pela administração Roosevelt, para transformarem os filmes em veículos de propaganda antinazista. O conflito entre governo e grandes estúdios, bem como a eventual colaboração entre ambos, moldou a opinião pública durante e após a guerra (Koppes; Black, 1990, p.16).

De 1939 a 1941, multiplicaram-se as agências de informação e os escritórios governamentais com o objetivo de gerenciar as relações entre a indústria cinematográfica, a imprensa e o Departamento de Estado. Cada agência ou escritório ficava a cargo de um nome importante do campo político, mas sempre com fortes relações com o mundo dos negócios ou da mídia. Somente depois do ataque a Pearl Harbor, com a criação do Office of War Information (OWI), a política de informação e propaganda em relação à guerra foi centralizada. Somente dois órgãos mantiveram sua autonomia: o chefiado por Willian “Wild Bill” Donovan – Office of Strategic Service (OSS) –, que era uma espécie de embrião da Central Intelligence Agency (CIA), e o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (Ciaa) (cf. Rowland, 1946, p.69; Koppes; Black, 1990, p.50-60).

Criado, em 16 de agosto de 1940, inicialmente para garantir e ampliar as bases das relações comerciais entre as Américas, o Ciaa recebeu vários nomes: Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, Office of the Coordinator of Inter-American Affairs e Office of Inter-American Affairs. Esse órgão foi mantido até o seu fechamento em 20 de maio de 1943. As mudanças de nome traduzem as redefinições em relação à forma como a política internacional norte-americana deveria se estabelecer com o restante das Américas, ampliando sua ação intervencionista para diferentes áreas além da estritamente comercial.

Sob a tutela do milionário do petróleo, Nelson Rockefeller, a partir de 1941, o Ciaa foi o responsável pela definição das diretrizes e implementação da Política de Boa Vizinhança para

as Américas. Sua autonomia era tão completa que, ao ser ventilada a possibilidade de se tornar um setor do OWI, Rockefeller ameaçou abandonar o cargo com a seguinte afirmação: “Nunca quis ser vice-presidente de coisa alguma” (Koppes; Black, 1990, p.58).

O Ciaa não era simplesmente uma extensão dos programas de ajuda e colaboração já existentes que atuavam em diferentes áreas da América Latina, era, sim, uma agência coordenadora de esforços, antes dispersos, ligada à segurança nacional dos Estados Unidos. Já no ano de sua criação, mesmo antes de os Estados Unidos haverem entrado na guerra (1941), o Ciaa já coordenava a compra de excedentes da produção e materiais latino-americanos, organizava programas ligados à saúde pública e nutrição e concentrava esforços no campo da informação para estruturar uma rede de meios de comunicação de massa no sul do continente.

Como uma espécie de laboratório político, o Ciaa contava com uma verba significativa – estima-se que, em seus seis anos de existência, tenha gasto cerca de US\$ 140 milhões. Empregava, no auge de sua atividade, cerca de 1.100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no estrangeiro, distribuídas entre as agências que o Ciaa possuía em 20 países da América Latina. Sua estrutura de funcionamento orientava-se a partir de quatro grandes áreas: comunicação, relações culturais, saúde e comércio de finanças. Cada uma dessas áreas comportava seções específicas: a de comunicação englobava rádio, cinema, imprensa, viagens e esporte; a de relações culturais, arte, música, literatura, publicações, intercâmbio e educação; a de saúde coordenava o tratamento de problemas de saúde pública e de saneamento; por fim, a área comercial era responsável pelos negócios em geral, ou seja, exportação, transporte, finanças e desenvolvimento (Moura, 1988).

No Brasil, o Ciaa contava com o apoio das grandes empresas norte-americanas para o financiamento de suas atividades.

Entre as que compunham a diretoria do escritório brasileiro do Ciaa, estavam: General Electric, Standard Oil of Brasil, Light and Power Co., Panair do Brasil, National City Bank of New York, tendo Frank Irwin como secretário-executivo. No Brasil, o escritório central do Ciaa localizava-se no centro da Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, mas possuía filiais em São Paulo, Salvador, Recife e Natal.

A extensão e o impacto das atividades do Ciaa no Brasil já foram amplamente estudados em trabalhos anteriores,⁴ no entanto, no âmbito deste estudo, vale aprofundarmos sobre o investimento do Ciaa na produção audiovisual comercial e não comercial. Base na qual se moldou o imaginário visual sobre a América Latina.

Um pequeno catálogo intitulado *The American Republics in Films: a List of 16 mm. motion films on South and Central America and where they can be secured*, publicado pelo Ciaa, manifestava, logo na sua introdução, a importância política dos recursos audiovisuais:

O futuro de paz no mundo depende imensamente de como os povos de várias nações se conhecem e se compreendem. O Office of the Coordinator of Inter-American Affairs foi criado pelo governo dos Estados Unidos para promover e acelerar esse entendimento entre os povos das repúblicas do Hemisfério Ocidental. Um dos programas do Office é voltado para promover integralmente nos Estados Unidos o conhecimento das demais repúblicas americanas. Centros interamericanos foram criados para coordenar e reforçar regionalmente os programas interamericanos, tanto nos aspectos culturais como comerciais. A ênfase recaiu na estratégia de exibição de filmes, reconhecendo parti-

4. Além dos estudos já citados de Pedro Tota (2000) e Gerson Moura (1988), vale a pena ver Mendonça (1999), Mauad (2001, 2002), Freire-Medeiros (2002, 2004).

cularmente esse meio como uma poderosa e efetiva ferramenta de ensino. A Divisão de Cinema está produzindo muitos filmes na América do Sul e América Central voltados para ensinar mais sobre os Estados Unidos aos nossos vizinhos do sul. Igualmente o Office vem disponibilizando para diferentes públicos nos Estados Unidos um número crescente de filmes sobre a vida, os costumes, as tradições, os hábitos, a educação, a ciência e a arte das demais repúblicas americanas. Para esse tipo específico de filmes as páginas que seguem estão voltadas para municiar escolas, clubes, igrejas e grupos afins dentro dos Estados Unidos de informação sobre os tipos de filmes e como estes podem ser encontrados.

A iniciativa apontava o caminho de mão dupla na produção visual: se, em relação a nós, os latino-americanos, a pedagogia do olhar estaria voltada para o reconhecimento da supremacia comercial e cultural dos Estados Unidos, a eles, os norte-americanos, mostrar-se-iam a nossa beleza natural e o nosso potencial para o progresso, num patamar inferior da escalada do progresso.

Dentre os títulos que seriam distribuídos gratuitamente nos Estados Unidos, um dedicava-se a uma apresentação geral da América latina, intitulado sugestivamente de *American All*; outro realizado em parceria com a Disney Estúdios era um desenho animado ensinando as vantagens da vacinação como *Defense against invasion*, de acordo com o título dado; e três relacionavam-se diretamente ao Brasil. O primeiro deles, um curta de 11 minutos, com cópias coloridas e em preto e branco, chamava-se *Brazil*, descrito como “um belo passeio pelo Rio de Janeiro e por várias cidades e portos do Amazonas”; o segundo, *Brazil's fishing school*, com duração de 18 minutos e cópias em preto e branco, narrava a história “do projeto favorito do presidente Getúlio Vargas, sobre a escola de pesca da Marambaia, dedicado a treinar jovens na arte de pescar”; o último, denominado *Brazil gets the news*, com duração de 10 minutos e cópias em preto e branco, acompanhava o processo inteiro da produção e distribuição de

um jornal em São Paulo, “uma prova viva de que a América do Sul é moderna e empreendedora”; o último dos títulos.

Em geral, a produção de filmes em 16 mm enfatiza as riquezas naturais e as capacidades produtivas em cada país – do pitoresco ao informativo, destaca-se o que de cada um pode interessar à audiência dos Estados Unidos –, o típico de cada país: a Argentina destaca-se pela industrialização; o México, pela beleza natural, pelo folclore e pela urbanização; a Colômbia, pelo petróleo, numa geografia pitoresca que apontava as áreas estratégicas para os Estados Unidos.

A produção de curtas para distribuição não comercial dentro dos Estados Unidos e na América Latina era apenas uma das muitas atividades da Motion Picture Divison (MPD). Criada como uma seção da Divisão de Comunicação, em outubro de 1940, a MPD foi entregue à direção de John Hay Whitney, que, além de amigo pessoal de Rockefeller, pertencia ao meio cinematográfico, sendo um dos produtores de *E o vento levou*. Além de assumir a direção da MPD, Whitney era vice-presidente do Museum of Modern Art (MoMa) de Nova York e presidente da Biblioteca de filmes do MoMa, e seus serviços eram doados ao governo na base de um dólar por ano (Rowland, 1946, p.67).

Por conta dessa ligação, a Biblioteca do MoMa, sob contrato com o Ciaa, ficou encarregada de uma série de atividades associadas à distribuição dos filmes produzidos pelo Ciaa para fins não comerciais. Entre essas atividades, destacam-se a organização de catálogo e sua distribuição, a dublagem para o português e castelhano de filmes sobre os Estados Unidos, e a edição e promoção de filmes sobre o quadro político (ibidem, p.71).

Já como parte integrante da Divisão de Informação, depois que a de Comunicação foi extinta, a MPD era composta por um pessoal reduzido, sendo boa parte do trabalho realizada em parceria com a indústria cinematográfica. A produção de filmes comerciais e não comerciais era gerenciada pela mesma direção

que se dividia por dois escritórios, um em Washington e o outro em Nova York. O primeiro ficava encarregado de estabelecer as diretrizes políticas do setor e coordenar o relacionamento com as demais agências governamentais. O de Nova York já possuía atribuições executivas e era dividido em três seções:

- A seção de produção e adaptação responsável pela seleção, dublagem para o português e castelhano e distribuição para a América latina de material adequado produzido pelas demais agências governamentais, pela indústria cinematográfica e pela iniciativa privada em geral. Além disso, cabia a essa seção definir os temas, estruturar os roteiros e supervisionar os filmes de 16 mm produzidos pelos produtores independentes dos Estados Unidos.
- A seção de cinejornais era responsável pela inclusão semanal de assuntos relevantes para as relações interamericanas no circuito de cinejornais comerciais produzidos pelas grandes companhias, dentro e fora dos Estados Unidos. Durante o ano de 1942, por meio de acordos com as principais agências de cinejornais dos Estados Unidos – Paramount, Pathe, Universal, Fox-Movietone e News of the Day –, o Ciaa conseguiu montar uma infraestrutura de produção e distribuição de cinejornais sobre a América Latina. O primeiro projeto dessa seção garantiu a cobertura completa da conferência pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942.
- A seção de distribuição era encarregada de organizar e supervisionar a distribuição de filmes de 16 mm nas “outras repúblicas americanas” e averiguar se a embaixada norte-americana e os escritórios locais do Ciaa possuíam equipamentos adequados para exibição e divulgação gratuita do material. Cabia também a essa seção distribuir, dentro dos Estados Unidos, filmes de interesse para as relações inter-

americanas. No final do ano de 1943, aproximadamente 61 curtas, com temas ligados à guerra e às relações interamericanas, já haviam sido produzidos (ibidem, p.68).

Na avaliação do Ciaa, o grande investimento na produção filmes estava vinculado à capacidade desse meio em atingir largas audiências, principalmente no caso da América Latina, onde boa parte do público-alvo era analfabeta. Portanto, a educação visual fazia parte do projeto civilizatório, e os Estados Unidos se empenhavam em alavancar a América Latina do seu patamar de desenvolvimento. Nesse sentido, um dos investimentos foi a organização de uma frota de 200 caminhões que percorriam as cidades do interior dos países da América Latina, para atingir pessoas que normalmente não iam ao cinema e, sendo assim, não eram atingidas pela propaganda do Ciaa. No caso do Brasil, como aponta a documentação do Ciaa, não foram enviados caminhões, mas apenas 61 projetores de filmes de 16 mm, o que indica uma possível parceria do Ciaa com o governo brasileiro.

Além dos dois escritórios mencionados, o Ciaa também mantinha representações em Hollywood, para garantir a produção adequada de filmes comerciais. O relacionamento com a indústria cinematográfica se estabelecia por intermédio de Willian Harrison (Will) Hays, o *big-boss* do mundo cinematográfico, diretor do poderoso grupo Motion Picture Producers and Distributors of America, conhecido simplesmente como *Hays office*, e o responsável pelo principal mecanismo de controle e censura das indústrias cinematográfica, a Production Code Administration (PCA).

A PCA foi criada nos anos 1920 para fazer frente às demandas da direita cristã em defesa da moral e dos bons costumes da família americana, contra a amoralidade expressa nos filmes de Hollywood. A pressão de boicote contra os estúdios ganhou repercussões políticas, obrigando a criação de um código de con-

duta para regular a produção de filmes, a PCA. No entanto, a sua manutenção acabou atuando como um elemento-chave na relação entre política e produção cinematográfica.

Em 26 de março de 1942, Hays anuncia, numa conferência de imprensa em Nova York, que Adison Durland estava assumindo junto com Joseph Breen a PCA. Tal anúncio foi recebido pelo Ciaa como mais um passo da indústria cinematográfica no sentido de cooperar para a solidariedade hemisférica. Isso porque Durland, além de ser diretor da divisão hispânica da NBC, falava espanhol fluentemente, sustentava um diploma da Universidade Nacional de Cuba (Woll, 1980, p.55) e era considerado nos cinematográficos um *expert* em América Latina. Com o apoio dos grandes estúdios, o Ciaa poderia garantir a elaboração de uma política visual que fosse, além de educativa e edificante, entretenimento e lucro.

Portanto, os estereótipos e clichês empregados pela produção visual dos Estados Unidos para figurar “as outras repúblicas americanas” foram resultado de um constante diálogo entre os três principais agentes da Política da Boa Vizinhança (O’Neil, 2000):

- Os grandes estúdios de Hollywood foram encarregados da produção das imagens e seleção dos tipos adequados à *mise-en-scéne* das diversidades, de acordo com os critérios ditados pela PCA, sob a direção de Addison Durland, responsável por censurar aspectos que depreciassem a América Latina, garantindo um padrão de representação social adequado às diretrizes da Política da Boa Vizinhança.
- As agências governamentais norte-americanas foram encarregadas de determinar diretrizes e enquadrar as propostas com as demandas da política internacional – com destaque para o Office of the Coordinator of Interamerican Affairs (Ciaa) que contava com assessoria de diplomatas e jornalistas brasileiros sediados nos Estados Unidos, e com

o aconselhamento da editoria da revista *National Geographic*. Todos voltados para compor uma imagem fiel da América Latina.

- Por fim, as classes dominantes latino-americanas que, em seu projeto político, imaginavam uma nação, de cujo passado colonial fosse subtraída a mancha da escravidão, e que no presente estivesse plenamente integrada ao concerto internacional das nações modernas. Composto com esse grupo, estava a grande imprensa ilustrada, empenhada em transformar os filmes do período em assuntos de Estado.

Num período de intensiva invenção de tradições, Orson Welles, Walt Disney e Carmen Miranda atuaram como agentes, mais ou menos polêmicos, na elaboração da nova cultura política interamericana.

LOSTRES CABALLEROS: ORSON WELLES, WALT DISNEY E CARMEN MIRANDA

O mesmo Vinicius de Moraes que criticou Hollywood pela incapacidade de entender certas “verdades da nossa civilização” vibra com a chegada de Orson Welles ao Brasil. Em crônica de 9 de dezembro de 1941, noticiava um pouco reticente: “Orson Welles vem ao Brasil. Convenhamos que o fato se reveste da maior importância para os apaixonados do cinema”. Dois meses depois, após um encontro com o artista no Copacabana Palace, o crítico dá vazão à sua alma de poeta e exclama:

Welles é um meninão, cheio de sonhos [...]. Só tenho vontade de pegá-lo e levá-lo a ir comer um tutu com lingüiça na casa da gente, apresentá-lo à família, ficar amigo dele. Esquece-se

mesmo a grandeza de sua missão artística por isso que nele é mais humano – a sua natureza viva e moça fundamentalmente votada à pureza. (apud Calil, 2001, p. 61)

Depois de uma vivência de alguns meses juntos, com Vinícius ciceroneando Welles pela cidade, o artista assume a própria síntese da interamericanidade:

Achei Orson Welles esplêndido. E que energia, que vitalidade, que ubiqüidade há nesse brasileiro! Brasileiro, sim; Orson Welles começa a conhecer o Brasil, ou pelo menos um lado importante da alma do Brasil, melhor que muito sociólogo, que muito romancista [...]. Falar a verdade, é difícil saber exatamente o que vai ser esse filme seu. Mas de qualquer modo será um documentário da maior importância sobre nossa verdadeira vida e nossos verdadeiros costumes, que eu acho não devem envergonhar ninguém. (apud Calil, 2001, p.61-6)

A vinda de Welles ao Brasil só foi possível porque uma das diretrizes do Ciaa garantia a possibilidade de parceria de capitais privados e governamentais. O projeto de fazer um filme sobre a América Latina surgiu da visita que Whitney, diretor da Motion Picture Division, fez ao Brasil em outubro de 1941. Nessa ocasião, Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), demonstrou vivo interesse que o Ciaa produzisse um filme “que representasse a saga das outras repúblicas americanas, organizado em torno de quatro episódios dramáticos com temas diversos, mas de apelo universal” (Rowland, 1946, p.78-9).

Welles ficou encarregado não só de escrever, dirigir e produzir, mas também de atuar no filme. O acordo feito seguiu o modelo deste tipo de operação cinematográfica: o Ciaa adiantou o dinheiro para o empreendimento, a RKO Radio Picture, e assinou com Welles um contrato de roteiro, direção e

produção de um longa-metragem, que a RKO concordou em distribuir como um filme classe “A”. O Ciaa também aceitava indenizar a RKO caso o filme não alcançasse 30% dos investimentos por ela realizados. O que de fato ocorreu: Welles chega ao Brasil, fica cinco meses filmando em várias locações, para no final, já em maio de 1943, se desentender com a RKO e abandonar o projeto, que imediatamente perde o apoio governamental.

Da passagem de Welles pelo Brasil, ficaram as boas lembranças de Vinicius de Moraes, alguns rolos de filmes rodados⁵ e a sensação de que, quando somos representados de forma sensível,⁶ o discurso não é bem-aceito pelo regime dominante na política de representações.

Uma iniciativa semelhante à de Welles, mas bem-sucedida, foi o já mencionado “*tour da boa vontade*” realizado por Walt Disney e seus assistentes em 1941. Essa viagem também foi financiada pelo Ciaa com o propósito de tanto encontrar temas para futuros filmes como para reafirmar a efetividade da solidariedade hemisférica. Como os desenhos animados da Disney eram famosos e populares por aqui, não havia melhor prova de amizade do que o próprio enviá-lo para que a América Latina também pudesse figurar com os Estados Unidos no território mágico dos desenhos animados.

Os anos que sucederam seu retorno foram bastante produtivos. Além do desenho animado *Alô, amigos* (1943) e os *Tres*

5. Catherine Benamou, associada ao setor de American-Latin Film and Video Studies da Universidade de Michigan, vem desenvolvendo projeto sobre a atuação de Welles no Brasil, tendo recuperado já boa parte do trabalho por ele feito aqui.

6. Sobre representações alternativas do Brasil durante a Política da Boa Vizinhaça, ver Mauad (2004) e Levine (1998).

caballeros (1944),⁷ os estúdios Disney renovaram o contrato com o Ciaa, aproveitando o seu método de representação visual para a produção de curtas educacionais e filmes de propaganda para serem distribuídos por todo o hemisfério. Alguns deles foram aproveitados por outras divisões do Ciaa, particularmente no campo de saúde pública, saneamento, abastecimento e educação. Apesar de toda a produção da Disney ter sido projetada, originariamente, para fins não comerciais, alguns dos filmes foram exibidos também em circuito comercial, gerando uma receita significativa que não apenas cobriu completamente os gastos contratuais, como também rendeu lucro para o governo dos Estados Unidos (Rowland, 1946, p.78-9).

Uma nova geografia hemisférica era delineada pelas produções Disney, cuja química de cores, tipos humanos e música transformava pobreza em prodigalidade, desfazendo todas as possibilidades de conflito social, num verdadeiro paraíso latino. Por sua vez, os documentários educativos reafirmavam a retórica rooseveltiana da natural superioridade dos Estados Unidos e de sua capacidade instrutiva.

Se Welles foi embora sem ter conseguido apresentar ao mundo a verdadeira alma do povo brasileiro e Disney conseguiu render bons lucros à indústria do entretenimento educativo, foi Carmen Miranda quem incorporou o símbolo mais controverso da boa vizinhança.

“Broadway brinda a estrela brasileira. Carmen Miranda fala pouco o inglês, mas consegue o que quer”, proclamava a manchete do jornal *Washington Post*, no dia 2 de julho de 1939, ao anunciar a estreia de Carmen Miranda nos palcos de Nova York. Recebida com interesse e curiosidade pela imprensa nor-

7. Para uma análise desses dois desenhos animados, ver Freire-Medeiros (2004).

te-americana, a Pequena Notável chegou aos Estados Unidos, em 1939, para uma temporada na Broadway.

O sucesso do musical abre as portas do mundo dos espetáculos norte-americanos para Carmen Miranda, na época já famosa e muito querida no Brasil. Sua trajetória brasileira tomou rumo com o sucesso da música “Pra você gostar de mim”, de Joubert de Carvalho, que ficou mesmo conhecida como “Taí”. Nos idos anos 1930, Carmen conseguiu a marca de 35.000 discos vendidos em somente um mês. Graças a essa façanha e ao seu inegável talento de artista, a Pequena Notável, apelido dado pelo locutor César Ladeira, da Rádio Mayrink Veiga, ganhou o Brasil e a América do Sul, apresentando-se em *shows* na Argentina e no Uruguai.

Na época, o *grand monde* brilhava nas noites do Cassino da Urca, famosos pelos seus *shows*, onde se definia a cultura do nacional-popular ancorada num forte apelo comercial, da ainda incipiente indústria cultural. No cassino, projetavam-se carreiras, fechavam-se negócios e tramava-se a política nacional, tudo regado a champanhe francês.

Foi também no cassino que os astros de Hollywood Tyrone Power e Sonia Henje conheceram Carmen Miranda. Fascinados pela estilizada baiana, recomendaram-na para o empresário Lee Shubert que a convida para participar do musical *Streets of Paris*, montada no Broadhurst Theatre, no coração da Broadway, em que Carmen contracenaria com Abbott & Costello e o cantor francês Jean Sablon.

O convite foi prontamente aceito, e, com a ajuda do ministro Oswaldo Aranha, Carmen Miranda e o Bando da Lua, seus inseparáveis músicos, rumam para os *States*. Com o financiamento de parte do conjunto, o governo brasileiro garante a apresentação de Carmen no pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York, definindo juntamente com o café, as frutas tropicais e a arquitetura moderna a imagem do Brasil no exte-

rior. Carmen foi a embaixatriz da Política da Boa Vizinhança, “fadada a fazer mais pela solidificação das boas relações entre os Estados Unidos e a América do Sul do que os próprios diplomatas”, como prenunciava Leo Shubert no programa de *Streets of Paris*.

Para Carmen, ser a embaixatriz da Boa Vizinhança era uma responsabilidade e tanto, que assumiu com um certo *glamour*. Além de participar de *shows* de caridade, apresentava-se com frequência em eventos oficiais, como o próprio aniversário do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, sendo prontamente identificada com o Brasil.

Logo ao chegar, aluga um apartamento duplex na região nobre do Central Park, concede entrevistas coletivas e conquista o público com seu jeito espontâneo. Na cobertura sobre sua chegada, as reportagens fornecem o perfil da futura *bombshell*:

Ela fala somente 20 palavras em inglês e sabe o significado de metade delas. [...] Logo na chegada, Miss Miranda disse que poderia falar com a ajuda de um “interruptor”, que logo demonstrou ser um jovem de sua banda que sabia falar inglês e atuou como seu intérprete! [...] Quando canta, revira os olhos e move os quadris com um *élan* tão expressivo, encantando de tal maneira a plateia, que a saúda em público, com apelidos simpáticos. (*Washington Post*, 2.7.1939)

A simpatia e o talento por parte da artista, a boa vontade da plateia e o investimento empresarial foram ingredientes fundamentais para tornar Miss Miranda completamente *fashion*. As lojas da Quinta Avenida ficam repletas de referências à baiana internacional: braceletes, colares, broches, turbantes, óculos etc. Um conjunto de adereços de matiz tropical identificava o Brasil, através de Carmen, como um lugar a ser desejado. Para se ter uma ideia da popularidade que a artista conquistou, basta encontrar sua imagem, juntamente com as mais prestigiosas

atrizes de Hollywood, nas coleções de bonecas de papel, uma verdadeira febre de consumo que durou mais de vinte anos.

Do teatro para o cinema, foi um pulo, uma consequência. Contratada pela 20th Century Fox em 1940, Carmen Miranda aparece pela primeira vez no filme *A serenata tropical* (*Down Argentine way*, 1940). Esse filme foi exibido em todo o circuito latino-americano e desagradou tanto à audiência de Buenos Aires que verdadeiros motins foram organizados, obrigando a Fox a realizar modificações substantivas no filme (Woll, 1980, p.64).

Tudo por conta do pouco cuidado, tanto em apresentar a diversidade latino-americana como em desconhecer as diferenças que engendravam rivalidades culturais históricas. O *affair* portenho foi o sintoma mais evidente da falta de sensibilidade e da ignorância dos produtores de Hollywood, pois confundir tango com rumba ou conga é no mínimo deselegante. Ao mesmo tempo que misturar o decantado clima europeu de Buenos Aires com as *noches callientes* de Havana ou Rio de Janeiro é resvalar na geografia cultural que se desenhava abaixo do Rio Grande.

Por conta desses incidentes, os filmes realizados durante esse período passaram a encenar o contexto histórico segundo as diretrizes da Boa Vizinhança. Na sua abertura musical, eram indicados os papéis simbólicos de cada personagem na dinâmica das relações internacionais. No entanto, o restante da história do filme guardava a marca do folhetim que garantiria o sucesso de público. Nesse modelo, inserem-se pelo menos três dos vários filmes em que Carmen atuou: *Uma noite no Rio* (*That night in Rio*, 1941), *Aconteceu em Havana* (*Week-end in Havana*, 1941) e *Entre a loura e a morena* (*The gang's all her*, 1943).

Carmen Miranda foi, por muitos, considerada o emblema da americanização, sendo foco de represálias dentro do próprio Brasil, como se constata no incidente ocorrido no dia 15 de julho de 1940, quando, ao saudar a plateia do Cassino da Urca com um "*Good night, people*", a cantora recebeu um "sono-

ro” silêncio em resposta, gerando um constrangimento e tanto. Dois meses depois, a Pequena Notável deu a resposta com o samba de Vicente Paiva e Luiz Peixoto: “Disseram que eu voltei americanizada”.

Uma crítica publicada na revista *O Cruzeiro*, de 22 de novembro de 1942, reclamava da *performance* de Carmen Miranda em seu segundo filme, enfatizando que a forma de apresentá-la era realmente depreciativa, só servindo para valorizar a protagonista do filme, a loura Alice Faye. Dizia o crítico denominado Grock:

Ora, com Carmen Miranda, cantando coisas detestáveis, com um péssimo “maquillage”, vestindo fantasias incrivelmente feias e “dirigida” como se fosse uma alucinada, não vai bem... Enquanto isso, lucra Alice Faye... A garota, com o mesmo diretor, e no mesmo filme, veste-se com elegância, é ajuizada, está linda e canta coisas deliciosas.

As críticas se desdobravam em pesquisas de opinião, em enquetes com os fãs, em um verdadeiro caso de comoção nacional com direito à formação até de dois partidos: carmistas e anticarmistas. Em 1943, a revista *Scena Muda* leva adiante uma enquete por meio da qual se pode medir o clima de disputa política entre os que defendiam a verdadeira Carmen, não fazendo a mínima concessão para a sua estilização norte-americana, e os que defendiam que, para fazer fortuna e fama internacional, vale qualquer acordo.

A crítica dos filmes e a disputa em torno da imagem de Carmen Miranda servem tanto de medida para avaliar a efetividade da estratégia da Política da Boa Vizinhança na sua vertente cinematográfica quanto para refletirmos sobre que elementos estavam em disputa na conformação de uma imagem de país e de continente, num contexto de acelerada redefinição do panorama internacional.

A caricatura de Carmen/Brasil/América Latina, elaborada pelas demandas da Boa Vizinhança, compôs um quebra-cabeça continental com peças que não se encaixavam, sendo, por conta disso, rejeitada por uma parte do público. Afinal, o Brasil nunca foi Cuba, e a Bahia tampouco é o Brasil. Carmen é baiana. A necessidade dos fãs de que Carmen Miranda reabilitasse a sua imagem, voltando para o Brasil “para recuperar as simpatias maiores do nosso público”, como defendia alguns fãs da revista *Scena Muda* (1º.6.1943), ou ainda buscando papéis mais adequados, apontava a possibilidade de um lugar para o Brasil na criativa geografia cinematográfica. Afinal de contas, o sistema de representações que se moldou com base nas referências culturais dos Estados Unidos exerceu e ainda exerce forte influência no imaginário cultural latino-americano.

A partir dessa dupla referência, aparentemente contraditória, avalia-se a demanda do público por uma autoimagem de país mais adequada ao padrão dominante da cultura ocidental. “Uma Carmen sem balangandãs” seria uma possível saída, tal como escreveu o crítico da revista *Scena Muda*, em 14 de outubro de 1941, Renato Alencar: “Uma Carmen vestida com elegância, uma Carmen social e distinta, interpretando papéis mais sérios e decentes, eis o que muitos de seus fans desejam ver na tela”.

Uma Carmen sem balangandãs era a redenção de um país que se imaginava alegre, sim, mas elegante, social e distinto. No entanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, toda a aspiração de o povo brasileiro ser tratado com distinção pelo regime de representação definido pelos filmes de Hollywood foi por água abaixo. O fim do excesso de latinidade, imposto aos pacatos cidadãos norte-americanos, durante o conflito mundial, foi celebrado por Betty Garret em *Call me Mister* (1946), cantando “South America, take it away”, cujos refrãos conclamavam aos latinos que levassem suas rumbas, seus mambos e sambas, pois

suas costas estavam doendo de tanto balançar e tremer (Woll, 1980, p.67).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALIL, C. A. (Org.) *O cinema dos meus olhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FREIRE-MEDEIROS, B. *The Travelling City: U.S. Representations of Rio de Janeiro in Films, Travelogues and Scholarly writing (1930s-1990s)*. New York, 2002. Thesis (Doctorate) – Binghamton University, State University of New York.
- _____. Diplomacia em celulóide: Walt Disney e a Política de Boa Vizinhança. *Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos (Rio de Janeiro)*, v.3, p.60-79, 2004.
- KOPPEL, C. R.; BLACK, G. D. *Hollywood goes to war: how politics, profits and propaganda shaped World War II movies*. Berkeley, LA: University of California Press, 1990.
- LEVINE, R. M. *The Brazilian Photographs of Genevieve Naylor. 1940-1942*, Durham, London: Duke University Press, 1998.
- LOPEZ, A. M. Are all Latins from Manhattan? Hollywood, ethnography and cultural colonialism. In: LOPEZ, A.M. et al. *Mediating two worlds: cinematic encounter in the Americas*. London: Routledge, 1993.
- MAUAD, A. M. A América é aqui: um estudo sobre a influência cultural norte-americana no cotidiano brasileiro (1930-1960). In: TORRES, S. (Org.) *Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- _____. As três Américas de Carmem Miranda: cultura política e cinema no contexto da política da boa vizinhança. *Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos (Rio de Janeiro)*, v.1, p.52-77, 2002.
- _____. Genevieve Naylor, impressões de viagem (Brasil, 1941-42). In: SEMINARIO INTERNACIONAL EN CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES: "VIAJEROS, CIENTÍFICOS Y MIGRANTES: LA CONSTITUCIÓN DE UNA COMUNIDAD MUNDIAL DE INTELLECTUALES", 10., 2004, Santiago de Chile.

- MENDONÇA, A. R. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MOURA, G. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- O'NEIL, B. The demands of authenticity: Addison Durland and Hollywood's Latin Image during World War II. In: BERNARDI, D. J. (Ed.) *Classic Hollywood, Classic Whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PIKE, F. B. *FDR's Good Neighbor Policy: sixty years of generally gentle chaos*. Austin: University of Texas Press, 1996.
- ROWLAND, D. W. *A History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Washington, DC: State Department, 1946.
- SOUTO, G. Carmem em filmagem. *Cinearte*, ano XVI, n.543, 15 jan. 1941.
- TOTA, P. A. *Imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WOLL, A. L. *The Latin Image in American Films*. Los Angeles: Ucla Latin American Center Publications, 1980.
- WOOD, B. *The making of the good neighbor policy*. New York: Brace and Company 1961.

As redes de resistência mundiais ao neoliberalismo: intelectuais e engajamento na América Latina contem- porânea

*Antonio Carlos Amador Gil*¹

“Que fazer? Da literatura à ecologia, do efeito estufa, do tratamento do lixo aos congestionamentos do tráfego, tudo se discute neste nosso mundo. Mas o sistema democrático, como se de um dado definitivamente adquirido se tratasse, intocável por natureza até à consumação dos séculos, esse não se discute. Ora, se não estou em erro, se não sou incapaz de somar dois e dois, então, entre tantas outras discussões necessárias ou indispensáveis, é urgente, antes que se nos torne demasiado tarde, promover um debate mundial sobre a democracia e as causas da sua decadência, sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social, sobre as relações entre os Estados e o poder econômico e financeiro mundial, sobre aquilo que afirma e aquilo que nega a democracia, sobre o direito à felicidade e a uma existência digna, sobre as misérias e as esperanças da humanidade, ou, falando com menos retórica, dos simples seres humanos que a compõem, um por um e todos juntos. Não há pior engano do que o daquele que a si mesmo se engana. E assim é que estamos vivendo.”

(Saramago, 2003, p.113-4)

Este texto é uma tentativa de aproximação aos movimentos e às redes de sociabilidade intelectual na América Latina

1. Professor de História da América do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

contemporânea, que formulam a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica alternativa. Movimentos sociais e intelectuais que tentam estruturar uma nova utopia crítica, ou seja, uma crítica radical da realidade vigente dominada pelo neoliberalismo.

Já há algum tempo, desenvolve-se, por exemplo, o movimento neozapatista em Chiapas. Diversos autores consideram o movimento neozapatista e os famosos encontros internacionais pela humanidade como um marco de mudança nos difíceis anos 1990, não o único, certamente, para a construção dessas novas redes de sociabilidade intelectual. As comunidades indígenas têm construído um movimento de resistência diante das ameaças de destruição de seu modo de vida e cultura. O movimento neozapatista tem se posicionado contra o processo de marginalização dos indígenas e representa, de maneira mais ampla, um movimento contra o processo de exclusão social que se desenvolve na América Latina e no mundo contemporâneo e, desde o seu surgimento, tem ampliado a discussão sobre os problemas enfrentados pela América Latina na conjuntura atual. Sua influência não tem se restringido à região de Chiapas, na medida em que também conclama os mexicanos e os latino-americanos a se posicionar criticamente, canalizando para si o apoio de diversos segmentos sociais com interesses políticos distintos.

Não podemos considerar esse movimento que ocorre no México como um fato isolado, mas sim dentro de um contexto mais amplo e significativo. A revolta neozapatista deve ser contextualizada dentro do movimento de contestação ao neoliberalismo que está ocorrendo em diversas partes e países do mundo, principalmente na América Latina, onde tem assumido características peculiares. Com base em nossas leituras e análises do movimento neozapatista, percebemos que o movimento é fruto de um “coquetel” de influências muito significativas, como a

experiência indígena, a tradição revolucionária marxista e as iniciativas de uma parte da Igreja Católica que esteve ligada inicialmente à Teologia da Libertação.

Temos hoje um novo discurso étnico elaborado a partir dos anos 1990. Podemos dizer que há uma reinvenção da questão indígena por parte dos próprios dirigentes e movimentos indígenas. Estamos falando não mais de comunidades isoladas que a antropologia tradicional estudava havia décadas, senão de uma realidade complexa de relações urbanas e rurais em que há uma permanente confrontação entre tradição e modernidade. Em sua proposta de uma sociedade multiétnica e multicultural, os indígenas não somente questionam sua própria situação de pobreza e marginalidade, como também as relações de dominação da sociedade latino-americana, a discriminação racial e a intolerância étnica. Os indígenas questionam as bases dos Estados republicanos latino-americanos, construídos sobre a ideia de um só povo, uma só nação, um só Estado.

Diversos grupos étnicos mexicanos mantêm, atualmente, formas renovadas de identidade étnica, rechaçando a ideia de nação imposta pelas elites mexicanas por meio das políticas indigenistas. Contestam os mecanismos de modernização que impõem a adoção de uma cultura plenamente ocidental e adotam formas alternativas de modernidade em que valorizam a manutenção ou a criação de identidades étnicas centradas nos valores éticos de solidariedade, de autonomia e vida comunal.

A discussão da democracia pelos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos passa exatamente pela discussão da tradição nacional francesa que fundamenta a democracia na ligação direta, não mediatizada por grupos, entre o cidadão e o Estado (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.17). O exercício do poder nas comunidades autônomas zapatistas demonstra exatamente que essas comunidades, que preservam os valores comunitários, querem negociar a forma como serão aceitas na

comunidade nacional. As comunidades existentes na selva Lacandona são um exemplo dessa modernidade alternativa. Os grupos maias, que migraram para a selva, passaram a conviver com outros grupos indígenas e mestiços, redefinindo e reinventando a sua identidade étnica e cultural. O resultado é uma cultura plenamente moderna que mantém combativamente seus valores autonômicos e comunitários. Os grupos indígenas, ao se modernizarem, querem ter direito de escolher as formas de interação que sejam menos prejudiciais à manutenção de seus traços culturais diferenciadores, seus símbolos significativos de identidade étnica e seus valores comunitários.

Um problema que se coloca no processo de formação das nacionalidades e que tem repercussões na história até os dias atuais é que, enquanto as sociedades modernas se estruturam a partir da desigualdade, o processo de formação das nacionalidades tendia a homogeneizar e unificar a sociedade em torno de interesses comuns. A constituição da nação moderna se baseou na instauração de formas universais e homogeneizantes, contudo isso ocorre em sociedades que são divididas por diferenças econômicas, sociais, culturais, étnicas, religiosas. A fórmula única por meio da qual se tentou definir a nacionalidade, principalmente pelo fortalecimento do Estado, tem se mostrado insuficiente, e diferentes povos, que antes se viram unidos, hoje tentam um caminho inverso, tentando definir seus espaços de autonomia.

Nesse contexto, o papel do intelectual como um ator social e político, produtor de representações e inserido no contexto social, que participa no processo de circulação de propostas políticas e culturais é de extrema importância. Jean-François Sirinelli (1996, p.242) demonstra que todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, e podemos trabalhar com duas acepções que não são excludentes: uma ampla que engloba os criadores

e “mediadores” culturais, e a outra mais estreita relacionada à noção de engajamento. Ambas possuem uma natureza socio-cultural que contribui para que os intelectuais tenham suas atividades reconhecidas por seus pares e pela sociedade em que vivem. Reconhecimento que legitima sua intervenção nessa mesma sociedade. Com base nessa concepção, pensamos os intelectuais como criadores e mediadores culturais e como atores do político, relativamente engajados na vida contemporânea (Sirinelli, 1996, p.231-2; Gontijo, 2005, p.263).

Sirinelli (apud Chauveau; Tétart, 1999, p.29) afirma também que a história dos intelectuais é, em essência, uma história de forte teor ideológico, ainda mais quando se pode ler nela, em filigrana, um relato das grandes paixões. Nem por isso o perigo deve proibir uma reflexão. Uma história serena não significa uma história asséptica. Assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la. A análise que podemos empreender da historicidade desse caminho é, como afirma Jean-Pierre Rioux (1999, p.50), um *vibrato* do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas.

Há um processo em gestação de tomada de consciência. Diversos intelectuais e líderes políticos têm articulado várias propostas políticas e culturais em encontros internacionais, visando à mobilização de forças críticas ao neoliberalismo. Esse é o caso dos Encontros Americanos pela Humanidade e contra o Neoliberalismo e do Fórum Social Mundial em suas diversas edições. Nesses eventos, pudemos constatar a participação de diversos intelectuais engajados.

A conjuntura política dos anos 1990 era extremamente desfavorável ao surgimento de movimentos antissistêmicos. Naquele início dos anos 1990, podemos considerar o levantamento guerrilheiro zapatista como a primeira revolução

antineoliberal que ocorreu na América Latina. Os zapatistas usaram e usam a revolta armada para buscar novas formas de fazer política. Sua preocupação não é a tomada do poder, mas a criação de um novo homem e um mundo novo. Esse posicionamento é profundamente criticado pelos grupos de esquerda tradicionais que não conseguem dissociar as revoluções das tomadas de poder. Sem dúvida nenhuma, a política zapatista é extremamente inovadora. Para os zapatistas, a criação de um mundo novo requer a abolição das relações de poder e não a tomada do poder. Os zapatistas defendem a construção de um poder comunitário que não usaria a força, mas sim a democracia.

John Holloway (2003) criticou, em um de seus últimos livros, *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*, o discurso revolucionário dos anos 1960 que colocou no partido, o sujeito-guia, o organizador da mudança. Segundo esse autor, alguns pontos críticos dessa visão seriam a vontade de pretender transformar a sociedade por meio do Estado e colocar no partido a solução do problema da revolução. Holloway, portanto, aponta o que para ele seriam as inconsistências de um discurso socialista que foi dominante no pensamento da esquerda do século XX. Para ele, não se pode pretender transformar a sociedade por meio do Estado, por ser essa estrutura uma forma política própria da sociedade capitalista que se quer transformar.

Como afirmou Holloway, os zapatistas não querem construir uma nova relação de poder entre os homens, senão de desarticular cotidianamente o poder do capital. Ou melhor, construir novas formas de relacionamento humano que permitam recuperar o controle sobre suas próprias vidas, rompendo com a alienação. Para os zapatistas, não adianta estabelecer como objetivo a tomada do poder sem antes construir novas relações sociais.

Há, portanto, uma luta pela construção de uma nova forma de relacionamento social e pela recuperação da condição humana. Como afirmou Rhina Roux (2008), esta é a luta pela construção daquilo que Marx visualizava como uma comunidade real e verdadeira: uma associação política fundada na liberdade, na plena realização da individualidade concreta e no reconhecimento recíproco como pessoas.

Um dos mais importantes líderes zapatistas, o subcomandante Marcos,² usa uma metáfora bastante reveladora. Marcos pede para se tirar o estanho dos espelhos ou pede para se quebrar o vidro para passar para o outro lado. Ora, se o discurso colonizador é etnocêntrico e especular, Marcos, como representante de um grupo que foi para a selva no intuito de construir uma guerrilha revolucionária, mais do que um dos seus chefes militares, seria o intérprete ou o porta-voz dos índios revoltados. Marcos atravessou o espelho e descobriu o “Outro” (cf. Le Bot, 1997, p.14-5). Marcos resolveu ouvir o que os índios diziam e também o que não diziam, ou seja, o seu silêncio. Ele não quis se transformar em um índio, tornou-se uma janela, uma ponte entre dois mundos. Sua figura como guerrilheiro e intelectual Marcos (subcomandante Marcos) é bastante significativa. Ele escreveu artigos, poemas, discursos e cartas. Em 2005, escreveu uma novela, *Mortos incômodos*, em parceria com o escritor Paco Ignacio Taibo II. De 1994 a 2006, escreveu mais de 200 ensaios e publicou 21 livros, num total de 33 edições.

2. O governo de Ernesto Zedillo afirmou ter descoberto a identidade do subcomandante Marcos. Ele seria Rafael Sebastián Guillén Vicente e teria, naquela ocasião, 37 anos. Nasceu em Tampico, no Estado de Tamaulipas, em 19 de junho de 1957, filho de dono de uma loja de móveis, de uma família de classe média e formado em Filosofia na Unam. Teria morado alguns anos na Nicarágua onde trabalhou com os sandinistas (cf. Fuser, 1995, p.181).

Como Marcos, diversos outros intelectuais têm dado suporte a redes de sociabilidades intelectuais que contribuem para o fortalecimento, por exemplo, do movimento de apoio às autonomias e identidades étnicas indígenas.

Podemos fazer uma genealogia do “movimento antimundialização neoliberal”, buscando o marco inicial do movimento no Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) realizou esse encontro nas montanhas do sudeste de Chiapas, entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996, que ficou conhecido como a *Internacional da Esperança* ou *I Encontro Intergalático*, com a presença de representantes de mais de 40 países. Na carta de convocação para o encontro, o subcomandante Marcos afirmava que era necessário construir uma nova cultura política em contraposição aos governos neoliberais que:

*En lugar de humanidad nos ofrecen índices en las bolsas de valores, en lugar de dignidad nos ofrecen globalización de la miseria, en lugar de esperanza nos ofrecen el vacío, en lugar de vida nos ofrecen la internacional del terror.*³

Outras iniciativas se sucedem rapidamente. Entre 1997 e 2001, momento do surgimento do Fórum Social Mundial, houve uma crescente mobilização. Em 1997, ONGs, intelectuais e movimentos sociais articulam uma campanha em protesto contra o Acordo Multilateral de Investimentos; de 26 de julho a 3 de agosto de 1997, ocorre o II Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Barcelona, que de-

3. Primera Declaración de La Realidad. Contra el Neoliberalismo y por la Humanidad. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_01_01_b.htm>. Acesso em: jul. 2007.

liberou pela colocação em marcha da Ação Global dos Povos. No final desse mesmo ano, a crise econômico-financeira que atingiu a Ásia, a América Latina e a Rússia deu início a protestos contra os ajustes econômicos encarados como responsáveis por essa situação.

Em 1998, por iniciativa do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, é criada a Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Benefício dos Cidadãos (Attac) que defende a criação de um imposto sobre as transações financeiras com base na proposta do Prêmio Nobel de Economia James Tobin; de 15 a 18 de abril de 1998, realizou-se, em Santiago do Chile, a Cúpula dos Povos das Américas em paralelo à II Cúpula Presidencial das Américas convocada para avançar nas negociações da Alca. Essa Cúpula dos Povos inscreveu-se nas atividades desenvolvidas pela Aliança Social Continental. Por ocasião das reuniões do G7, são proclamados, em 1998 e 1999, o primeiro e o segundo “Dia de Ação Global dos Povos”; em 12 de outubro de 1999, é realizado, em diversos países da América Latina, o primeiro “Grito Latino-Americano dos Excluídos”, em defesa do trabalho, da justiça e da vida (Seoane; Taddei, 2001, p.107-11). De 6 a 11 de dezembro de 1999, ocorreu o III Encontro Americano (Intercontinental) pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Belém do Pará.

O momento considerado culminante e catalisador foi o conjunto de manifestações em Seattle, Estados Unidos, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 1999. Foi em Seattle que os choques de rua, resultantes de um aparato policial impressionante, começaram a chamar mais a atenção da mídia internacional. Houve a participação de mais de 50 mil pessoas, e os protestos conseguiram interromper as negociações no segundo dia da cúpula. Em 4 de junho de 2000, houve diversos protestos diante da reunião da Organização dos Estados Americanos

(OEA) em Windsor, Canadá, e, em 12 de junho de 2000, uma delegação do Grito dos Excluídos, integrada por personalidades da América Latina, apresentou um documento à Assembleia Geral das Nações Unidas e realizou uma mobilização pelo centro de Nova York. Em 26 e 27 de fevereiro de 2001, durante a reunião do Fórum Econômico Mundial que teve lugar em Cancún, México, realizaram-se protestos organizados que se iniciaram com uma caravana no dia 23 de fevereiro. As mobilizações se concentraram na sede do encontro e foram reprimidas pelas forças de segurança.

Todos esses acontecimentos mobilizados pelo movimento antineoliberal e que culminam no Fórum Social Mundial fazem parte de um momento de alargamentos conceituais em relação ao âmbito das relações políticas e lutas sociais. Há também um alargamento da escala, que podemos definir em três escalas distintas: local, nacional e global. Todas as escalas envolvidas se interpenetram, e hoje há um predomínio crescente da escala global.

Boaventura de Sousa Santos (2006) traça o processo de surgimento do Fórum Social Mundial (FSM). Para ele, o FSM surge como crítica da governação neoliberal, como uma política e legalidade cosmopolita subalterna.

Se fizermos uma análise do processo de surgimento da governação neoliberal, poderemos definir o ponto de mutação em 1975, quando a Comissão Trilateral publicou o seu relatório sobre a crise da democracia (ibidem, p.404). O relatório de autoria de Crozier, Huntington e Watanuki afirmava que a democracia estava em crise, mas não pelos motivos clamados pelo movimento estudantil que questionava radicalmente o conteúdo social e democrático do contrato social dos países ditos de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial. Para o movimento estudantil, juntamente com os movimentos feminista e ecológico, as ideias de soberania do povo e de

participação popular “havia sido seqüestradas por formas elitistas de governo democrático” (ibidem), sendo, portanto, uma crise de legitimidade. Para a Comissão Trilateral, havia de fato uma crise da democracia, não “por haver democracia a menos, mas, pelo contrário, por haver democracia a mais. As democracias estavam em crise porque se encontravam sobrecarregadas com direitos e reivindicações e porque o contrato social era demasiado inclusivo” (ibidem). Como terapia, propunham-se a retração do Estado e a domesticação da participação popular. Em meados dos anos 1980 e a partir de então (a década de 1986 a 1996 foi o ponto alto do neoliberalismo), tornou-se claro que as recomendações da Trilateral tinham sido plenamente aceitas e aplicadas, visto que três grandes regras se tornaram os pilares do neoliberalismo: a privatização, a mercantilização e a liberalização (ibidem, p.405). Foi nessa conjuntura que a governação neoliberal surgiu como matriz social e política nova. Nessa matriz, há vários silêncios que têm sido trabalhados por meio de uma história das ausências: as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e os conflitos sociais (ibidem, p.406). Nesse contexto, a democracia, privada do seu potencial redistributivo, tornou-se plenamente compatível com o capitalismo.

Hoje vivemos um momento em que variados movimentos sociais se levantam contra os efeitos do neoliberalismo. Diversas experiências eleitorais demonstram que a maioria da população, pelo menos na América Latina, escolheu forças políticas que proclamaram sua crítica ao receituário neoliberal. Isso pode ser destacado a partir de diversas vitórias eleitorais na América Latina. A conjuntura atual, apesar da persistência de diversas políticas neoliberais, foi uma resposta ao período de completo domínio do ideário neoliberal nos anos 1990. Naqueles anos, o neoliberalismo avançou consideravelmente na América Latina.

A política neoliberal foi implementada em diversos graus, nos diversos países do continente.

Mas, afinal, como podemos definir o neoliberalismo? Não podemos deixar de destacar a polissemia desse termo. Podemos arrolar aqui diversos significados para o conceito. Podemos trabalhar o neoliberalismo como uma corrente de pensamento que se traduz numa ideologia. Muitos autores o retratam como um movimento intelectual organizado, visto que, ainda nos anos de predomínio do Estado de Bem-Estar Social, os intelectuais afiliados a essa corrente de pensamento se reuniam regularmente para discutir a teoria e fazer uma crítica dos rumos do capitalismo keynesiano. Contudo, encontraremos, mais regularmente, a referência ao neoliberalismo como um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, principalmente os de Margaret Thatcher e Ronald Reagan no início dos anos 1980. Alguns ainda lembrarão que a primeira experiência de adoção de políticas neoliberais aconteceu na América Latina, especificamente no Chile, depois do golpe de Estado de Augusto Pinochet.

Muitos afirmaram que, após a consolidação e multiplicação das experiências neoliberais, houve, a partir dos anos 1990, a hegemonia ideológica do neoliberalismo. Robert Kurz (1999) defende que o capitalismo, absoluto no final do século XX, criou uma lei que não pode ser mais transgredida. Para ele, vivemos num período de mercado total ou, melhor dizendo, um período de totalitarismo econômico. Os indivíduos e a natureza no “livre mercado mundial” são presas de uma cega dinâmica de crescimento que é alheia a esses mesmos indivíduos e natureza, e é proclamada pelos ideólogos neoliberais como “processo objetivo da natureza e da história”.

Na tradição marxista e gramsciana, o conceito de hegemonia supõe que os subordinados interiorizam, e passam a considerar como seus, os códigos políticos, éticos e culturais

dos grupos dominantes. Pierre Bourdieu (2003) e sua equipe, numa de suas últimas pesquisas em que trataram da miséria do mundo, realizaram entrevistas para documentar o cotidiano de vida de centenas de operários, imigrantes, desempregados, jovens de bairros pobres e aposentados. Ali, os pesquisadores encontraram pouca resignação, conheceram histórias doloridas e muita inconformidade com a situação vivida. Eles demonstraram que muitos que vivem em situação de miséria, mesmo não sabendo que caminhos seguir, põem em prática uma ferrenha resistência, e, portanto, não há ali a vitória do propagado “pensamento único” neoliberal. O neoliberalismo tem dificuldades de construir uma hegemonia, visto que não possui um projeto de inclusão da maioria da população. Apesar disso, a conjuntura mundial ainda é extremamente favorável aos interesses dos grandes conglomerados econômicos e ao grande capital, os principais beneficiados com a criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) e de vários outros tratados de livre comércio. Os acordos internacionais de comércio e os mecanismos de negociação da dívida externa visam legalizar o desmonte de cadeias econômicas internas e enfraquecer as “antigas” e inconvenientes referências de legitimação: o Estado e a identidade nacional. Ora, como o Estado atual pode manter os mecanismos de consenso se essas referências de legitimação estão sendo enfraquecidas? Percebemos que, nos tempos atuais, o uso da força tem se tornado um recurso de gestão cotidiana (López Monjardin, 2003). O incremento das guerras e dos orçamentos militares nos últimos anos demonstra o papel destacado da indústria bélica nesse processo. Muitos autores se referem às guerras atuais como “novas guerras”. Para Mary Kaldor, as novas guerras se desenvolvem num contexto de globalização, cujos autores são uma variedade de grupos tais como unidades paramilitares, forças policiais, grupos mercenários e também exércitos regulares. Os conflitos internacionais con-

temporâneos podem ser classificados como conflitos sociointernacionais (Kaldor, 1999 apud Romeva i Rueda, 2003, p.36-7). A guerra é um recurso cada vez mais utilizado. No México, por exemplo, vemos um processo de consolidação de uma guerra de desgaste contra os movimentos indígenas. Vicente Fox, ainda durante a sua presidência entre 1º de dezembro de 2001 e 30 de novembro de 2006, chegou a afirmar que a guerra era uma coisa do passado (Elvira Vargas, 2005). Ora, o discurso de Fox quis esconder o estado de beligerância, a situação de guerra contínua e de coerção em que vivem as populações indígenas de Chiapas. Paulina Fernández Christlieb (2003, p.213) aponta que a negativa do Estado mexicano em garantir constitucionalmente os direitos dos povos indígenas está ligada aos interesses das corporações transnacionais. Além disso, constata que o governo federal mantém, apesar de negar, uma guerra de baixa intensidade⁴ contra as forças zapatistas e as comunidades que as apoiam. Christlieb (2003, p.215) demonstra o estreito vínculo que há entre militarização e paramilitarização nas regiões que se tornaram ou são potencialmente estratégicas para a expansão do livre fluxo de capitais. Ela descreve o processo de assentamento e distribuição dos postos militares, policiais e paramilitares em diversas regiões de Chiapas.

A guerra de contrainsurgência, como se vê, está efetivamente acontecendo, e a coerção dos povos indígenas continua apesar da dissimulação do governo. Tanto a suspensão das negociações após os acordos de San Andrés quanto a proposta de solução da crise da Comisión de Concórdia y Pacificación (Cocopa) não aceita pelo governo, a reforma constitucional

4. Preferimos o uso da expressão “guerra de desgaste”, visto que os conceitos de “guerra de baixa intensidade” ou “guerra psicológica” minimizam seus efeitos destrutivos sobre a população afetada (cf. Lópes y Rivas, 2003, p.97).

aprovada em abril de 2001 e rechaçada pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral (CCRI-CG) do EZLN⁵ e o Plan Puebla-Panamá⁶ fazem com que o movimento zapatista opte, depois de um período de silêncio e organização, pela criação de suas próprias opções, independentemente das instituições oficiais, radicalizando a proposta de autonomia. As juntas de bom governo criadas em meados de 2003 têm como alguns de seus objetivos cuidar do desenvolvimento equânime dos municípios autônomos e comunidades, intermediar os conflitos que possam surgir e supervisionar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, estejam em vigor nos municípios zapatistas (Christlieb, 2003, p.253).

As ditas políticas neoliberais partem do pressuposto de que qualquer tipo de regulação econômica é prejudicial ao desenvolvimento e ao aumento da riqueza, ou mais claramente, ao desenvolvimento do capitalismo. Os teóricos neoliberais fazem um ataque e uma crítica ferrenhos a todas as formas de regulação econômica que surgiram no decorrer do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de Bem-Estar Social, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.

Os neoliberais pregam um retorno a um modelo ideal que teria existido no período do liberalismo clássico em que teria havido o domínio do dito “livre mercado”. Esse período era o do capitalismo concorrencial dominado primordialmente pela

-
5. O comunicado afirma que a reforma é uma traição aos acordos de San Andrés e à iniciativa da Cocopa, visto que não garante, entre outras coisas, a autonomia e a livre determinação e o uso e desfrute dos recursos naturais (cf. Christlieb, 2003, p.247).
 6. O Plan Puebla-Panamá é um enorme projeto de construção de infraestrutura planejado para agradar às grandes empresas, numa área que compreende nove Estados do sul e sudeste mexicano e os sete países centro-americanos.

economia inglesa, que saiu na dianteira no processo de Revolução Industrial. O predomínio do liberalismo clássico ocorreu no século XIX, num momento em que diversas regiões do planeta tiveram que se adequar a essa nova fase do capitalismo. Na América Latina, por exemplo, os governos constituídos após as independências se proclamaram constitucionalistas liberais. Ainda em meados do século XIX, os diversos países latino-americanos foram levados a fazer diversas reformas, batizadas de reformas liberais, com o objetivo de adequar a sua estrutura econômica e financeira à entrada do capital inglês. Aquele era um período em que o capitalismo precisou exportar capitais para a sua reprodução.

Tanto na Europa como na América Latina, os governos e Estados que se proclamaram liberais adotaram políticas conservadoras em termos de participação política. A lógica liberal era bastante perversa. Na luta contra o Antigo Regime e contra a divisão estamental que definia o lugar político e social pelo nascimento, os liberais, representantes de uma nova classe, a burguesia, proclamavam que todos eram iguais perante a lei, bradando o lema da Revolução Francesa: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Sabemos que essa igualdade era puramente jurídica, e, no caso dos países europeus e latino-americanos, o sufrágio eleitoral passou a ser exercido por um grupo muito pequeno e restrito, ou seja, o exercício do voto era bastante limitado. A lógica perversa era a seguinte: todos eram iguais perante a lei, mas nem todos tinham ainda condições de exercer esse direito. Essa lógica fez com que os governos liberais daquele momento adotassem políticas restritivas, utilizando-se, na maioria das vezes, do voto censitário. Essa lógica estava a serviço das classes dominantes que não queriam a participação da “massa popular”. Esse conservadorismo político por meio da limitação do acesso e do âmbito do voto permitia que não houvesse a politização da vida econômica. A participação po-

lítica eleitoral popular só entraria em cena muito mais tarde, fruto do avanço dos movimentos sociais e das transformações econômicas, fazendo que o discurso liberal passasse a absorver elementos democráticos.

Os teóricos do neoliberalismo, dentre os quais podemos destacar Hayek (2007), combateram toda a regulação econômica e todos os elementos que impediam o livre fluxo dos capitais. Nesse sentido, todos os movimentos que reivindicavam políticas redistributivas foram vistos com desconfiança. Os defensores do neoliberalismo veem os sindicatos e centrais sindicais como sabotadores das bases da acumulação privada, visto que fariam parte dos segmentos que estimulam o crescimento parasitário do Estado. Na ótica neoliberal, o Estado, por meio de diversas políticas de controle e regulação, teria alcançado um tamanho desproporcional, desenvolvendo-se sob forma parasitária, sugando as rendas dos setores produtivos, impedindo o verdadeiro desenvolvimento da riqueza e do capital. As políticas redistributivas, até então desenvolvidas, seriam políticas paternalistas e desastrosas, e, por isso, as diretrizes neoliberais preconizam a privatização e a desregulamentação.

Há uma questão muito importante a ser resolvida pelos neoliberais. Como enfraquecer a ação do Estado e impedir que os anseios redistributivos da maioria da população excluída se viabilizem por meio da disputa política e eleitoral? A resposta a esse questionamento é fundamental para que entendamos a lógica perversa do neoliberalismo. Ora, os movimentos trabalhistas lutaram a partir de inícios do século XX para conquistar o direito ao voto e o direito de organização, mas essas conquistas hoje se veem ameaçadas. Por um lado, vemos uma flexibilização do mundo do trabalho e, por outro, uma restrição do espaço de ação e intervenção política.

Em relação ao mundo do trabalho, assistimos a um processo de flexibilização que gera uma maior dependência dos tra-

ballhadores. As tentativas de implantar contratações flexíveis, a diminuição dos postos de trabalho nos setores industriais e financeiros com a crescente automação e mecanização, a vinculação do salário com o desempenho e a individualização das remunerações fragilizam a força dos trabalhadores e do movimento sindical, num contexto de amplo e crescente desemprego. Percebe-se que uma parcela significativa da força de trabalho não será mais absorvida pela economia formal. Também assistimos ao desenvolvimento de uma ideologia privatizante dos benefícios sociais como a previdência e a seguridade social. A noção de seguridade é absorvida pelo mercado, e cada vez mais assistimos à multiplicação de organizações não governamentais e instituições privadas encarregadas de prover os mecanismos de assistência social, médica e previdenciária. Isso associado com a queda de qualidade dos serviços públicos.

Em relação ao poder do Estado, sua ação é cada vez mais enfraquecida tanto em nível descendente como em nível ascendente. Cada vez mais, os mecanismos de controle financeiro internacional, com os acordos da dívida firmados com organismos internacionais, e os mecanismos de controle da Organização Mundial do Comércio e de entidades similares impedem que os poderes executivos nacionais tenham uma grande possibilidade de manobra no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas. Além disso, as políticas neoliberais tentam fazer uma “restrição do político”.

O processo a que assistimos hoje é, a nosso ver, um dos mais perversos efeitos da política neoliberal da qual, infelizmente, a maioria dos governos recentemente eleitos na América Latina não consegue se desvencilhar efetivamente. Cada vez mais presenciamos um processo de “esterilização” do voto. Para as classes dominantes aliadas ao capitalismo transnacional, é urgente barrar a vulnerabilidade do mundo político. Se, no século XIX, o sufrágio era limitado e garantia o controle

político de uma pequena parcela, a universalização do voto trouxe sérios riscos, visto que pode ocorrer, conforme dizem os neoliberais, a influência “perniciosa das massas pobres, incompetentes e malsucedidas”. Essa tentativa de controle se operacionaliza de diversas maneiras. Uma delas ocorre por meio do papel importantíssimo da mídia impressa e, principalmente, televisiva na construção de uma “opinião pública” dócil aos interesses dos grandes grupos empresariais e financeiros. Florestan Fernandes (1981) já nos tinha alertado sobre a existência de uma “opinião pública” e de uma “vontade coletiva” ativamente construídas pela minoria de privilegiados que controlam o aparato institucional do Estado-nação, ou seja, há um consenso que as fundamenta, e esse consenso é majoritariamente fabricado, como também nos alerta Noam Chomsky (cf. Chomsky; Herman, 2002). Ao analisar a propaganda e os meios de comunicação, Chomsky constata que esses meios de comunicação mobilizam o apoio para os interesses que dominam o Estado e as atividades privadas. O conformismo ganha relevo nessa “ditadura do consenso”. Podemos dizer que o neoliberalismo possui duas armas poderosíssimas: o fatalismo e o *marketing* (López Monjardin, 2003).

Outra tentativa de controle é a crescente privatização do Estado, que leva à sua diminuição, e a redução de seu universo político de autonomia e alcance. A privatização dos bens públicos, a criação de mecanismos que emulem o mercado em setores estratégicos e a criação de agências reguladoras que se pretendem autônomas em relação à política governamental são exemplos claros dessa política. Cada vez mais, o governo tem menos condições de interferir nas tarifas, no planejamento e no investimento. Paulatinamente, também assistimos a uma tentativa de diminuição da participação extraeleitoral, e as reformas constitucionais atuais tentam diminuir as conquistas populares e os direitos dos trabalhadores. Assistimos hoje a um processo

de esvaziamento do espaço da política, restringindo o voto da população a um caráter meramente plebiscitário, que legitima as ações da administração, esvaziando, ou melhor dizendo, fragilizando a democracia formalmente implantada.

As estratégias de restrição do espaço político respondem ao temor de qualquer descontrole das classes e dos setores dominados, ainda mais quando as diversas políticas redistributivas sofrem um ataque constante. As políticas neoliberais excludentes incrementam as chances desse descontrole social. Para que isso não aconteça, as políticas neoliberais não deixam de preconizar a necessidade do estabelecimento de políticas públicas, contudo elas adquirem características especiais e distintas em relação às políticas implementadas anteriormente. As políticas públicas no neoliberalismo consistem, muitas vezes, na distribuição de benefícios com alvos precisos e delimitados. Há uma completa focalização da ajuda, privilegiando o socorro à pobreza absoluta. No intuito de reduzir os custos dessas políticas, há uma racionalização da política de clientela e uma distribuição discricionária de recursos no intuito de impedir a criação de direitos universais que possam ser estendidos ou generalizados. Ou seja, as políticas públicas neoliberais são descentralizadas e privatizadas, e os que recebem os benefícios não os recebem como um direito, mas como um socorro humanitário, individualizado e emergencial que não ataca as verdadeiras causas da pobreza absoluta.

Quanto ao poder do Estado, é cada vez mais enfraquecido em suas instâncias deliberativas, contudo, paradoxalmente, esse mesmo Estado, cada vez mais, dispõe de uma força de repressão nunca antes imaginada, ou seja, o seu aparato de controle é cada vez mais concentrado e poderoso. Se há uma perda de autonomia em termos de planejamento econômico, há, pelo contrário, um aumento do controle policial e coercitivo, devido ao receio do levantamento das massas dominadas e, cada vez mais, excluídas dos benefícios do sistema. O neoliberalismo proclama que no “livre

mercado” prevalecerão os mais aptos, contudo, nesse mundo das finanças e das grandes empresas, os que se dizem mais aptos são também aqueles que mais dependem dos privilégios, dos monopólios, da corrupção e de leis que se ajustem aos seus interesses.

Quais são as perspectivas de luta e de resistência às políticas neoliberais que explicitamos de maneira geral? A luta é uma confrontação política que, para ser efetiva, deve realizar-se com meios políticos. Estamos falando de uma luta para construir novas regras de organização da vida social e de fortalecimento do espaço público. A luta contra o novo poder incontrolável do capital global não passa por uma negação da política, mas sim por uma recuperação da política, olhando, por exemplo, as múltiplas formas que adota a política autônoma dos diversos grupos sociais, como a política autônoma zapatista. É preciso fortalecer os movimentos de resistência local e incentivar as conexões desses movimentos no plano internacional. Os diversos movimentos sociais e suas entidades representativas, por exemplo, devem estar atentos às lutas locais sem, contudo, perder de vista que a luta hoje é uma luta em escala mundial e que, portanto, deve-se procurar fortalecer as ligações com os movimentos sociais e sindicais do mundo inteiro. Da mesma forma que o capital hoje não respeita mais fronteiras, a luta contra a exploração do capital hoje é uma luta que não tem mais fronteiras.

As últimas experiências eleitorais na América Latina demonstram que os povos latino-americanos não querem mais seguir o rumo das políticas neoliberais implementadas nos anos 1990. Muitas são as possibilidades de mudança, alguns países latino-americanos têm demonstrado que isso é possível. Contudo, a manutenção das políticas macroeconômicas neoliberais demonstra exatamente o poder do capital e a força do esquema de erosão dos poderes executivos dos países dependentes.

Nesse contexto, a experiência zapatista é muito enriquecedora. Jérôme Baschet, medievalista e professor da Escola de

Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, que alterna sua docência entre Paris e a Universidade de San Cristóbal de Las Casas em Chiapas, afirmou em entrevista:

Eles [os zapatistas] convidam à defesa da consciência histórica mas de uma maneira diferente da modernidade clássica. Ao invés de conceberem a evolução histórica como uma linha única e reta, eles apostam em improváveis conjunções de temporalidades; por exemplo, por meio de pontes que fariam o passado e o futuro se reencontrar ou se unir como na espiral de um *escargot*. Não para voltar ao passado, mas para se apoiar nele para projetar um futuro diferente do presente. (cf. Liudvik, 2006, p.4)

Apesar de a globalização neoliberal continuar a ser a forma dominante de globalização, temos hoje a confrontação com outra forma de globalização – a globalização contra-hegemônica, alternativa, solidária, “a partir de baixo” (Santos, 2006, p.474). Há, portanto, o surgimento de uma legalidade cosmopolita, subalterna e insurgente decorrente das práticas dos movimentos sociais e das organizações não governamentais agrupados no FSM, e, segundo hipótese de Boaventura de Sousa Santos (2006), no seio dessa globalização contra-hegemônica alternativa está sendo gerada outra matriz de governação: uma governação contra-hegemônica, insurgente.

O Fórum Social Mundial constitui uma das mais consistentes manifestações de uma sociedade civil global contra-hegemônica e subalterna em vias de surgimento. Em sua definição mais ampla, o FSM é um conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e organizações não governamentais, onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global travadas contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal (ibidem, p.415).⁷

7. Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>.

Na prática, o FSM é o conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais e locais – que se organizam de acordo com a Carta de Princípios. O Fórum construiu sua trajetória com diferentes formatos, metodologias e preocupações trazidos por movimentos, povos e culturas mobilizados. Foram quatro edições em Porto Alegre (Brasil – América do Sul) – 2001, 2002, 2003 e 2005 –, uma em Mumbai (Índia) – 2004, uma policêntrica realizada em Caracas (Venezuela – América do Sul), Karachi (Paquistão – Ásia) e Bamako (Mali – África) – 2006, uma em Nairóbi (Quênia – África) – 2007. Em 2008 foi organizado, em 26 de janeiro, o Dia de Mobilização e Ação Global, que aglutinou as diferentes atividades planejadas por entidades, movimentos ou redes e/ou manifestações espontâneas por todo o planeta, articulando suas conexões nacionais e internacionais.⁸ E em 2009, ocorreu a última edição em Belém do Pará.

O FSM é um novo fenômeno político. Apesar de se apresentar como agente da mudança social, o FSM rejeita o conceito de um sujeito histórico privilegiado, o que equivale a dizer que não confere prioridade a nenhum ator social específico nesse processo de mudança.

Uma nova utopia crítica se desenvolve e pressupõe o ressurgimento de uma crítica radical da realidade vigente e aspiração de uma sociedade melhor. A dimensão utópica consiste em afirmar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica.

Há diversos grupos de sociabilidade intelectual que se engajam em redes de resistência que formulam uma globalização

Acesso em: jun. 2004.

8. Cf. Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=2395&cd_language=1>. Acesso em: out. 2008.

contra-hegemônica alternativa. Nesse contexto, ressalto, por exemplo, os intelectuais reunidos em alguns grupos de trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). O Clacso é um organismo internacional não governamental que agrupa diversos pesquisadores e centros de pesquisa e pós-graduação no campo das ciências sociais em diversos países da América Latina e do Caribe. Destacamos, por exemplo, o Grupo Hegemonias e Emancipações no século XXI, dirigido por Ana Esther Ceceña, que tem como preocupação contribuir para a reapropriação conceitual, uma vez que, ao mesmo tempo que repensa velhas categorias, cria outras novas ou novos modos de entender e interpretar a realidade. Destacamos também o grupo que estuda os movimentos indígenas na América Latina, dirigido por Pablo Dávalos, que tem como objetivo central: abrir um espaço de discussão e debate sobre a constituição de um sujeito político e histórico, o movimento indígena no continente.

Vimos, neste texto, que a força do zapatismo se embasa na defesa da identidade e das reivindicações específicas dos índios de Chiapas ao mesmo tempo que lança um apelo universal contra o neoliberalismo e luta pela criação de um movimento mundial que começou a se concretizar no primeiro encontro “intergalático” do verão de 2006 (Aguiton, 2002, p.210). Esse encontro foi um elemento importante, mas não o único, para o desenvolvimento de redes de sociabilidades intelectuais construídas a partir de Chiapas, Seattle, Gênova e Fóruns Sociais Mundiais, ou seja, para um movimento no plano mundial, que permite oferecer um outro quadro de respostas que não os dos recuos nacionalistas.

Para os intelectuais contemporâneos, é possível escolher ser um democrata no sentido pleno da palavra e se posicionar a partir de um ponto de vista contra-hegemônico ou se posicionar a partir do ponto de vista da utopia conservadora do neoliberalismo. O segundo caminho oferece ricas recompensas, em vista

da situação de riqueza, privilégio e poder. O primeiro caminho é de luta, muitas vezes de derrota, mas também de recompensas. É nesse caminho, o de “outra globalização”, que reside a esperança de um mundo mais justo e mais seguro para os povos latino-americanos e todos os povos do planeta (ibidem, p.212).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- AGUITON, C. *O mundo nos pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- AYERBE, L. F. *Neoliberalismo e política externa na América Latina*. Uma análise a partir da experiência argentina recente. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- CHOMSKY, N.; HERMAN, E. S. *Manufacturing consent: the political economy of mass media*. New York: Pantheon, 2002.
- CHRISTLIEB, P. F. El EZLN y la GBI en Chiapas: derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales (México)*, ano XLVI, n.188-189, mayo/dic. 2003.
- DOMINGUES, J. M. *Do Ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOSSIÊ LIBERALISMO/NEOLIBERALISMO. *Revista USP*, n.17, mar./abr./maio 1993.
- ELVIRA VARGAS, R. Fox: hoy en Chiapas, ni abandono ni represión. *La Jornada*, 13 ene. 2005.
- FERNANDES, F. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FIORI, J. L. *60 lições dos 90*. Uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FUSER, I. *México em transe*. 2.ed. São Paulo: Scritta, 1995.
- GONTIJO, R. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, R. (Org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005,

- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, F. A. *The road to serfdom: texts and documents – the definitive edition*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica do neoliberalismo. Trad. Ana Barradas. Lisboa: Terramar, 1999.
- KALDOR, M. *New and old wars*. Organized violence in Global Era. Stanford: Stanford University, 1999.
- KURZ, R. Totalitarismo econômico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 ago. 1999. Caderno Mais!.
- LE BOT, Y. *O sonho zapatista*. Trad. Pedro Baptista. Porto: Edições ASA, 1997.
- LIUDVIK, C. De Paris a Chiapas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 set. 2006. Caderno Mais!.
- LÓPES Y RIVAS, G. Contrainsurgencia y paramilitarismo em Chiapas en el gobierno de Vicente Fox. *Chiapas*, n.15, 2003.
- LÓPEZ MONJARDIN, A. El neoliberalismo: de la hegemonía al marketing. *Alai, América Latina en Movimiento*, 17 jun. 2003. Disponível em: <http://alainet.org/active/show_text.php3?key=3918>. Acesso em: 24 ago. 2003.
- MORAES, R. *Neoliberalismo*. De onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.
- PASSET, R. A ilusão neoliberal. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Trad. Ana Maria Ruediger Naumann et al. Blumenau: Ed. Furb, 1999.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. Seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996.

- RIOUX, J.-P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD P. (Org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.
- ROMEVA I RUEDA, R. *Guerra, posguerra y paz*. Pautas para el análisis y la intervención en contextos pósbélicos o postacuerdo. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.
- ROUX, R. Dominación, insubordinación y política. Cambiar el mundo sin tomar el poder. Notas sobre el grito de Holloway. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=80>>. Acesso em: ago. 2008.
- SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SARAMAGO, J. Este mundo de la injusticia globalizada. In: ABIN, C. et al. (Org.) *Porto Alegre (Foro Social Mundial 2002)*. Una asamblea de la humanidad. 2.ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.
- SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, UFRJ, 1996.
- SOIHET, R. (Org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- TOURAINÉ, A. *Como sair do liberalismo?* Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 1999.
- TOUSSAINT, E. *A bolsa ou a vida. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, CADTM, 2002.
- WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS

América indígena e América africana –
uma divisão problemática?¹

*Barbara Weinstein*²

Na área da história latino-americana, uma das tensões em curso é a relação entre a América espanhola e a portuguesa, e, até que ponto, estas constituem, juntas, um objeto de estudo coeso, chamado América Latina. Os brasilianistas nunca se cansam de reclamar da hegemonia dos mexicanistas – particularmente na área da história – e da relutância da maioria dos hispano-americanistas em integrar o Brasil inteiramente em seus cursos e bases teóricas transnacionais. E não é só um problema dos historiadores. Nunca vou esquecer aquele momento quando um bem-intencionado mas ingênuo estudante de graduação que, fazendo um Ph.D. em literatura latino-americana, me perguntou se o Brasil tinha produzido uma obra literária de algum valor de ser lida. Fiquei genuinamente horrorizada, se não completamente surpresa, ao perceber que esse “latino-americanista” nunca tinha ouvido falar sobre Machado de Assis e, certamente, nunca lido nenhum dos seus romances.

A razão da difícil posição do Brasil na área dos estudos latino-americanos em geral, e da história latino-americana em particular, não é especialmente um mistério – apesar de o

1. Agradeço a Paula Halperin a tradução deste texto.

2. Professora do Departamento de História da Universidade de Nova York.

Brasil ser a maior, mais populosa, rica, industrializada etc. de todas as nações da América Latina. Há o pequeno problema da diferença linguística, como da dessemelhança do império colonial com suas próprias lógicas e culturas, mais do que a idiossincrática experiência pós-colonial do Brasil, caracterizada pela sua relativa coesão regional, pela intensificação da economia de plantação baseada na escravidão e por sua medianamente estável monarquia constitucional durante os 65 anos após a independência. Além do mais, em muitos sistemas universitários, a expansão dos estudos latino-americanos tem sido alimentada pelo crescimento das comunidades latinas, mas os imigrantes brasileiros são uma minoria distintiva entre os latinos (e não é totalmente claro que possam ser contados como latinos). Desse modo, o sistema Cuny da cidade de Nova York tem muitos mais acadêmicos que trabalham sobre Porto Rico ou República Dominicana que sobre o Brasil; mesmo na Califórnia seria difícil encontrar um programa que não tenha diversos mexicanistas, e os estudos sobre o Brasil permanecem opcionais.

É desnecessário dizer que isso origina considerável ressentimento e murmúrio entre os brasilianistas, mas podemos argumentar que, intelectualmente, há uma determinada justificação da “relativa” exclusão ou segregação do Brasil, dada sua trajetória histórica divergente: ao menos até o século XX, sua distintiva tradição literária e linguística, a sua própria composição étnica e racial, e assim por diante. A insistência de que o Brasil seja proporcionalmente reconhecido e investigado na área dos estudos latino-americanos é articulada particularmente como um reclamo político ou profissional, não como demanda intelectual. Mas, se apontarmos novamente para uma condição específica distintiva (a própria composição racial e étnica do Brasil), pode-se identificar outra – e talvez mais estimulante – “tensão” na área dos estudos latino-americanos, em que o

processo de inclusão e exclusão assente questões muito mais essenciais. Certamente, essa seria a tendência de dissociar a América Latina em regiões que têm uma forte presença indígena, tanto no presente como historicamente, daquelas que – principalmente o Caribe e o Brasil – são associadas com a diáspora africana. Não somente essas “áreas separadas” persistem: o trabalho de um dos lados da divisória raramente informa ao outro os progressos da investigação.³

Compelida a pensar mais sistematicamente sobre o problema – ou ao menos sobre o que eu identificaria como um problema –, li um conjunto de ensaios que apareceram eventualmente na coletânea *After Spanish Rule*, editada por Mark Thurner e Andrés Guerrero (2003). O volume – inovador e influente – surgiu de um congresso chamado à discussão da relativa exclusão da América Latina da área acadêmica dos estudos pós-coloniais. Constrangidos pela omissão ou supressão da experiência latino-americana colonial/pós-colonial dos mais candentes trabalhos sobre os impérios e seus efeitos, os editores e colaboradores de *After Spanish Rule* procuraram demonstrar que não somente o conceito proteico de “pós-colonial” pode iluminar os acadêmicos na área da América Latina, mas também que outras histórias colônias/pós-coloniais (da África, Ásia ou do Oriente Próximo) são menos inteligíveis se o império espanhol e suas antigas colônias não são considerados. Contudo, uma vez que é colocada a questão da inclusão como um princípio organizador, seria razoável para os leitores considerar o que foi excluído desse volume, o porquê e quais as consequências. O que percebi como exclusão poderia ser descrito de duas formas: em termos geográficos convencionais, o Brasil e o Caribe; e em termos te-

3. Para uma discussão sobre essa divisão profunda nos estudos latino-americanos, ver Wade (1997, p. 25-39).

máticos, a diáspora africana nas Américas.⁴ Isso me leva a apresentar duas perguntas:

- Por que foram omitidas essas áreas e culturas?
- E a dita inclusão não teria fortalecido o reclamo dos autores sobre a centralidade da América Latina no domínio dos estudos pós-coloniais?

Insisto que o propósito aqui não é reclamar essencialmente que o país no qual me concentro tenha sido omitido. Depois de tudo, a coletânea é intitulada, inequivocamente, *After Spanish Rule*, e não *After Iberian Rule*. Certamente, incluir apenas por causa da inclusão não é um argumento muito coerente. O problema não é a quase total ausência do Brasil *qua* Brasil.

Em vez disso, creio que, intelectualmente, tenha mais valor questionar a frequente ausência do Brasil e da diáspora africana nas discussões sobre o pós-colonial na América Latina.

É claro que essa não é uma preocupação nova ou original. Quase uma década atrás, Peter Wade (1997) persuasivamente criticou a tendência dos cientistas sociais de analisar negros e índios por separado, tanto como a propensão de tratar os primeiros como um assunto racial e/ou referente a relações raciais, e os segundos como uma questão de etnicidade. Embora Wade (1997, p.36, 39) reconheça que negros e índios têm, historicamente, “se ajustado” de diversas maneiras ao que ele denomina “estruturas de alteridade”, isso nos insta a não nos circunscrevermos às distinções criadas pelas regras coloniais, sustentando que “é necessário enquadrar negros e índios na mesma base

4. Devo assinalar que o congresso original e as comunicações nele surgidas – as quais provocaram os presentes comentários – não incluíram o excelente artigo da Marixa Lasso sobre os afro-colombianos, que foi publicado posteriormente no volume

teórica ou de referência, reconhecendo, ao mesmo tempo, as diferenças históricas que existem entre eles, e as consequências destas do ponto de vista político”.⁵ Concordo plenamente com os argumentos de Wade sobre o assunto, porém creio que subsiste uma consideração adicional sobre a divisão convencional criada pela maneira como temos organizado o conhecimento histórico sobre a América Latina. A separação linguística e pedagógica da América espanhola da portuguesa e a associação do império espanhol com índios tributários e do império português com escravos africanos têm intensificado essa separação conceitual em conferências, livros, cursos básicos e pesquisas acadêmicas.

É certo que, se limitássemos a categoria de subalterno a pessoas descendentes de índios e se restringíssemos a evidência a situações pós-coloniais nas quais os índios fossem definidos como o “problema” populacional para as nações emergentes, teríamos um maior nível de coerência e unidade temática nas discussões sobre pós-colonialidade. O elaborado regime de leis imperiais e regras que regularizaram a “República de Índios” durante o período colonial – que provou ser tão difícil de desarticular tanto no discurso liberal sobre cidadania como na prática cotidiana – tem significado que a “América indígena” proporciona um terreno especialmente produtivo na exploração dos paradoxos e desafios pós-coloniais enfrentados pelos novos Estados latino-americanos em formação (cf. Larson, 2004). Talvez mais facilmente que no caso das antigas colônias, onde a escravidão foi a instituição central da ordem colonial –

5. Não surpreende que um antropólogo, cujo lugar mais importante de pesquisa tem sido a Colômbia, seja o mais insistente defensor dessa posição. A Colômbia não possui apenas grandes populações indígenas e africanas, mas ambos os grupos têm sido cada vez mais “visíveis” nas lutas políticas das últimas duas décadas.

com as crescentemente privatizadas relações de poder⁶ –, sejam as regiões densamente indígenas da América Latina as que nos possibilitem, nas palavras de Gyan Prakash (1995, p.5), “reconhecer outra história da agência e do conhecimento vivo no peso morto do passado colonial”.

Argumentaria, entretanto, que precisaremos pensar no que perdemos ou suprimimos se definirmos – e, portanto, limitarmos – a ordem colonial/pós-colonial dessa maneira: ou seja, equiparando a América Latina pós-colonial àquelas sociedades em que os subalternos são descendentes de indígenas. Não tenho conhecimento de nenhum acadêmico/pesquisador que tenha alegado que a teoria pós-colonial – ou melhor, os *insights* oferecidos pelo conceito teoricamente informado de “pós-colonialidade” – se aplique somente às nações da América Latina com extensa população indígena. Agora, restringindo a discussão do pós-colonial às sociedades da América espanhola com populações indígenas significativas, reiteramos a divisão profundamente problemática entre indígenas e a América africana, num momento no qual existe a tendência incipiente rumo a reverter essa divisão.⁷ Além do mais, essa divisão evidenciamos

-
6. Pesquisas recentes mostram crescente intervenção eclesiástica e legal no relacionamento entre mestres e escravos (cf. Bennett, 2003; Owensby, 2005; Fuente, 2007). O trabalho de Fuente (2007) é especialmente revelador, pois trata parcialmente de Cuba no apogeu do *boom* do açúcar do século XIX.
 7. Há, na verdade, indícios de que as fronteiras estão começando a se corroer, talvez até mesmo a colapsar. Temos assistido, nos últimos cinco anos, a um aluvião de publicações que exploram o tema da escravidão, pessoas livres descendentes de africanos, e a questão da negritude, sempre em contextos que tinham recebido escassa atenção. Não podemos omitir as relações entre povos descendentes de índios e africanos (cf. Andrews, 2004; Restall, 2005; Helg, 2003; Sanders, 2004; Appelbaum, 2003; Gumderson, 2004). Na historiografia brasileira, Stuart Schwartz (1978)

se particularmente incongruente com os objetivos dos estudos pós-coloniais, os quais incluem, certamente, a aversão às categorias e aos limites tradicionais.

No presente texto, examinarei as implicações da divisão das histórias subalternas com base em três perspectivas. Em primeiro lugar, analisarei algumas analogias entre a América espanhola e a portuguesa em termos dos dilemas relacionados à cidadania e à identidade nacional colocados pela situação pós-colonial. Em segundo lugar, explorarei as maneiras como o diálogo com a teoria pós-colonial permite consolidar tendências novas e estimulantes na historiografia sobre o Brasil. Finalmente, apresentarei uma pós-colonialidade latino-americana (e não somente hispano-americana) que inclua tanto os escravos e homens livres de cor como os índios e mestiços na conceitualização do subalterno latino-americano; ao mesmo tempo, sustentarei que um segundo volume denominado *After Iberian Rule* poderá fortalecer as demandas sobre a inadiável necessidade de um caso latino-americano para o campo dos estudos pós-coloniais.

Muitas das preocupações que guiam os artigos em *After Spanish Rule* podem ser encontradas também nas pesquisas recentes sobre o Brasil pós-colonial, levadas a cabo por acadêmicos enfocados em descendentes de africanos, tanto livres como escravos. Por exemplo, o ensaio provocativamente escrito por Hebe Maria Mattos (2000), sobre escravidão e cidadania nas décadas seguintes à independência do Brasil, cria um ajustado paralelo com aspectos da discussão de Andrés Guerrero sobre o “regime de cidadania consuetudinária” no Equador pós-colonial. O argumento de Mattos (2000) não se centra no habitual elenco de personagens brasileiros – mestres e escravos –, mas

insiste longamente na necessidade de estudar indígenas e africanos com a mesma base teórica.

nos libertos e em suas tentativas (similares aos mestiços na história de Guerrero) de se distanciar daqueles “brasileiros” cuja condição de escravos os excluía da categoria de cidadãos, claramente marcando o limite exterior da filiação nacional. Nessas investidas, foi crucial a insistência na “desracialização” da escravidão – isto é, a desvinculação do *status* de escravo da cor da pele. Num clássico ato liberal, a Constituição brasileira de 1824 (estendendo reformas da era pombalina que se igualaram àquelas do período borbônico da América espanhola) fez da raça ou da cor da pele assuntos completamente irrelevantes aos direitos formais de cidadania. Mattos alega que as pessoas livres de cor zelosamente se preocuparam com o menor intento de reviver e recodificar as hierarquias coloniais baseadas na raça, cor ou “mancha de sangue”. De fato, essa autora vai além e argumenta que as elites brasileiras se contiveram em defender a escravidão baseada em fundamentos raciais (em agudo contraste com seus homólogos do sul dos Estados Unidos), justamente porque enfureceria as pessoas de cor livres, muitas dos quais estavam ativamente implicadas na vida política da nova nação, incluindo um segmento significativo de proprietários e homens de prestígio/*status*.

Ao mesmo tempo, Mattos insiste que a militância dos homens livres de cor em tais assuntos não necessariamente teve implicâncias na própria instituição da escravidão, a qual permaneceu longamente incontestável até pelo menos a segunda metade do século XIX, nem nas distinções baseadas na renda ou propriedade. Assim como os mestiços do Equador rejeitaram violentamente as taxas/tributos porque isso os reduzia ao mesmo *status* da população indígena – não objetando de modo algum o fato de os índios continuarem a pagar o tributo –, os homens de cor insistiram em seus direitos como cidadãos e resistiram à racialização do seu *status* político, ao mesmo tempo afirmando, ou reconhecendo, os limites da cidadania na insti-

tuição da escravidão.⁸ Em ambos os lugares, o surgimento de uma categoria “intermediária” fez pouco por enturvar os limites da estratificação na nova nação.

Indagar sobre os grupos que poderiam se afirmar como atores políticos legítimos nos permite também reconsiderar as rebeliões regionais que abalaram o Brasil durante a década seguinte à abdicação de Dom Pedro I (1831), examinando as características em comum com outras rebeliões na América Latina. Em estudo sobre a Rebelião da Balaiada (1838-1841), no Estado de Maranhão, Matthias Röhrig Assunção (1999) não apenas enfatiza a intensa participação dos setores populares – certamente reconhecida por estudos anteriores sobre a revolta –, mas também insiste no fato de que os líderes populares articularam suas demandas de acordo com o discurso liberal dos direitos à cidadania. E foram muito cautelosos em formar alianças que poderiam ter sido vistas como transgressão aos limites políticos aceitáveis. Numa sub-região, libertos se aliaram aos quilombolas, que tinham estado ativos na área durante um tempo, mas deram esse passo somente como um último recurso, uma vez que ficou claro que a elite liberal não concederia ao movimento legitimação política. Essa aliança estratégica entre os rebeldes e os quilombolas, contudo, possibilitou que as elites regionais denunciassem a rebelião como algo além dos limites da (civilizada) política nacional e, portanto, merecedora somen-

8. Concordo com Mattos que a militância política das pessoas de cor livres (muitas das quais foram donas de escravos) não implicou uma crítica à instituição da escravidão nas décadas posteriores à independência, mas realmente creio que podemos detectar alguns signos de sentimentos incipientes de abolicionismo, especialmente nos ataques ao tráfico transatlântico. Na minha própria pesquisa, constato que houve um considerável deslizamento do comércio de escravos à escravidão no discurso dos adversários do tráfico (cf. Weinstein, 2001).

te da repressão armada, sem negociação política: resposta que iguala acontecimentos similares nos Andes.⁹ Se abordarmos a abrangente e sugestiva interpretação oferecida no ensaio de Mattos (2000) ou o mais empiricamente fundamentado estudo de caso de Assunção (1999), poderemos observar processos muito similares àqueles destacados em *After Spanish Rule*. Assim, tanto nas terras andinas do Equador como na região de Oaxaca, no México há grupos subalternos que lutam por uma profunda descolonização, o que significa a supressão de qualquer traço de “mancha de sangue” que possa reforçar as hierarquias coloniais. Eles expressam suas demandas numa linguagem liberal capaz de reproduzir outros binômios (escravo e livre; proprietário e não proprietário), com o propósito de estabelecer os limites da inclusão na cidadania e construir “novas” bases para os direitos políticos fundados nos conceitos de civilização e capacidade política derivados do período colonial. Além disso, quando traçamos uma analogia adicional ao caso andino, podemos argumentar que o Estado liberal/conservador no Brasil, após 1840, embora tenha evitado a reaparição de certas distinções da era colonial, apoiou-se crescentemente na suposta “esfera privada” para dirigir as populações (livres) subalternas por meio de uma rede elaborada de relações patrono-clientelares e “chefismo” político. Desse modo, a obra de Richard Graham (1990) sobre as relações de patronagem e clientela no império sugere um declínio nos atos coletivos, nas primeiras décadas após a inde-

9. Estudos recentes sobre a Revolta da Cabanagem (1835-1840), no amazônico Estado do Pará, têm contestado retratos anteriores da revolta como um levantamento social espontâneo. Em vez disso, esses trabalhos enfatizam a complexidades das alianças políticas e as influências ideológicas subjacentes à revolta e as maneiras como a linguagem racializada foi usada para deslegitimar o governo rebelde (cf. Pinheiro, 2001; Ricci, 2007).

pendência, em favor de estratégias individuais para evitar, por exemplo, o serviço militar no Segundo Império.¹⁰

Casos semelhantes surgem de uma pesquisa de recente investigação histórica sobre o Brasil pós-colonial. Apesar da ausência do tipo inca ou asteca que aparece preminentemente no trabalho de Mark Thurner, *Genealogies of history and nation* [*Genealogias da história e da nação*], as elites brasileiras ansiosamente procuraram construir um passado indígena glorioso que os distinguisse dos colonizadores portugueses e, ao mesmo tempo, os distanciasse dos cultural e racialmente “problemáticos” africanos habitantes da nação.¹¹ Várias famílias brasileiras da elite adotaram de forma ostensiva sobrenomes indígenas durante a era da independência: de acordo com Hendrik Kraay (1999), o caboclo era colocado em primeiro plano, como o arquétipo do brasileiro, nas celebrações da Bahia de 2 de Julho – feriado regional da independência – apesar da esmagadora população regional africana/afro-brasileira.¹² No início do século XX, “letrados” congregados no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo assiduamente identificaram vínculos linguísticos, genealógicos e culturais entre a sociedade paulista pós-colonial e os habitantes Tupi da região,

10. Isso não implica que não houve protestos coletivos depois de 1840 ou redes patrono-clientelares anteriores a esse momento, mas permite-nos indicar aquilo que tendia a ser o típico meio de evadir o recrutamento num determinado momento.

11. Sobre os romances “indianistas” de José de Alencar, ver Sommer (1991).

12. A representação do “caboclo”, uma figura de índio aculturado/camponês, é realmente muito diferente dos retratos romantizados de Iracema e Irapuã, de Alencar. O caboclo pode parecer, à primeira vista, comparável à imagem do “índio miserável”, da imaginação pós-colonial peruana, mas, no contexto da sociedade de plantação baiana, ele representava uma clara figura independente, não europeia, mas, ao mesmo tempo, não africana.

negando qualquer influência da ainda significativa população afrodescendente (Ferreira, 2002, p.141-7).

Os trabalhos de Assunção (1999), Mattos (2000) e Kraay (1999) representam uma importante transformação em relação à pesquisa prévia na área da pós-independência brasileira, a qual tendeu a enfatizar uma transição amena e pacífica rumo à nação e a reprodução da ordem colonial na nova nação, apresentando os levantamentos de 1830 como um aberrante interlúdio radical-liberal, pontuado por explosões pré-políticas isoladas.¹³ Essa narrativa provou ser notavelmente duradoura: uma década atrás, apresentei um trabalho a uma plateia brasileira, no qual descrevia o (então) desenvolvimento da literatura sobre a Hispano-América pós-colonial. Na ocasião, citei a influência dos estudos subalternos e o conceito de “formas cotidianas de constituição estatal” (“*everyday forms of state formation*”) e especulei a razão pela qual haveria tão pouca repercussão dessas questões na historiografia brasileira. Na ocasião, atribuí esse silêncio ao “senso comum” acadêmico, que costuma afirmar que as elites brasileiras pós-coloniais suprimiram qualquer participação política popular e conflitos ideológicos significativos. Tal suposição histórica, embora duvidosa, serviu como elemento de dissuasão para se envolver com as novas tendências historiográficas (Weinstein, 1997). Um levantamento sobre a mais recente pesquisa histórica revelaria que esse sentido já não é tão “comum” e que muitos estudantes da história brasileira têm ido além da premissa de que as elites pós-coloniais sufocaram as vozes discordantes, tendo adotado questões e interpretações

13. Para uma visão mais convencional da transição brasileira da colônia à nação, ver Barman (1989).

que indicam uma considerável convergência com as tendências historiográficas recentes sobre a Hispano-América.¹⁴

De fato, creio que não há melhor exemplo que o Brasil pós-colonial para demonstrar o problemático das alegações polêmicas de Jorge Klor de Alva (1994), segundo o qual a transição rumo à independência conduziu ao poder um subgrupo da elite colonial, concluindo que a América Latina não tem tido ainda seu momento pós-colonial. Embora esse autor apresente uma perspectiva crítica sobre a dominação da elite na política latino-americana, a principal consequência de sua posição é a reprodução de uma narrativa ultrapassada e improdutiva sobre a história política da América Latina, na qual os grupos subalternos são marginais, e as elites, quase onipotentes. Nessa narrativa, as oposições binárias de cor e classe, colonizador e colonizado, são definidas como inexoráveis e impostas de forma eficiente.

À primeira vista, a transição da colônia à nação, junto à ida da família real para o Rio (1808) como o episódio central – e com a luta armada quase ausente – parece ser o exemplo *par excellence* do argumento de Klor de Alva (1994). Depois de tudo, não foram somente os representantes da locais do império que tomaram o poder, mas a própria população da América portuguesa foi colocada no (temporário) epicentro do império. Aliás, como Kirsten Schultz (2001) mostra em seu importante trabalho sobre a Coroa portuguesa no Rio, a mudança da capital imperial da Europa para América compreendeu algo a mais que a realocação física. A mudança levou a questionar a própria base do sistema imperial e da autoridade monárquica, a qual não podia simples e facilmente se reconstituir no cenário do Novo Mundo, criando um contexto instável no qual a ideia de uma monarquia constitucional – com a transformação implícita

14. Além dos estudos já citados anteriormente, ver também Ribeiro (2002), Grinberg (2002), Lima (2003), Souza (1998) e Kittleson (2005).

dos sujeitos em cidadãos – se tornou cada vez mais possível em ambos os lados do Atlântico. Correndo o risco de excesso de simplificação, poderíamos argumentar que a mudança da Corte manifestou, assim mesmo, as ambiguidades do binômio “colonizador/colonizado”. O argumento de Klor de Alva (1994) – “trocando uma elite por outra” – poderia dificilmente dar conta dessas tensões e rupturas, e, se suas afirmações não se aplicam ao caso brasileiro, o seu valor interpretativo pareceria ainda menos persuasivo para a América espanhola.

O trabalho de Schultz (2001), além dos estudos de Mattos (2000), Kraay (1999) e Assunção (1999), tem reforçado um processo de reelaboração da pós-independência do Brasil, desafiando a narrativa de uma transição tranquila rumo à nação, num procedimento orquestrado pela elite, com os setores populares sendo submetidos por uma rede patrono-clientelar ou manifestando agência histórica somente em erupções pré-políticas e espontâneas de violência. A pesquisa de Mattos (2000) nos fornece um novo terreno no qual se pode explorar a surpreendente e duradoura noção do Brasil como “democracia racial”. Em vez de ser o resultado de uma especial disposição para a mistura racial ou uma tentativa da elite para mascarar continuamente a discriminação racial e minar a militância afro-brasileira, podemos traçar suas origens – ao menos parcialmente – na campanha pós-colonial das pessoas livres de cor que “desracializaram” a escravidão e expurgaram os últimos traços da ideologia da mancha de sangue da era colonial, para fazer valer seus plenos direitos à cidadania e estigmatizar qualquer tentativa da elite de justificar a escravidão numa base puramente racial como ressurgimento de práticas coloniais.¹⁵

Enquanto narrativas anteriores tenderam a valorizar o que era excepcional e idiossincrático na experiência histórica

15. Ver também Castro (1995).

brasileira,¹⁶ as novas tendências historiográficas podem ser descritas como a reinserção do Brasil na mais ampla historiografia latino-americana. Porém, essa é ainda uma iniciativa relativamente nova e frágil, que depende não somente de formas inovadoras de pesquisa e interpretação, mas também da construção de novas redes acadêmicas de produção e intercâmbio. Sob essas circunstâncias, a exclusão do Brasil das discussões sobre a América Latina pós-colonial tem consequências que vão além dos lamentos sobre a falta de inclusão, que poderiam levar a fortalecer o conceito de excepcionalismo brasileiro.

Tendo retrocedido na maior parte deste trabalho, apesar dos meus protestos em contrário, aos limites do meu país de especialização, quero retornar agora a meus comentários anteriores sobre o que podemos compreender melhor se não separarmos os subalternos indígenas dos subalternos africanos/afro-latinos. Um episódio potencialmente ilustrativo de tal divórcio é a omissão que *After Spanish Rule* faz sobre a Revolução Haitiana (que só mereceu uma breve referência na introdução do bosquejo inicial). Ora, sabemos que a rebelião escrava em Santo Domingo e a criação do Estado haitiano tiveram repercussões muito além do império francês e do Caribe, e que os autodefinidos “brancos” e os latifundiários nas Américas usaram o Haiti, de várias formas, para cunhar noções de cida-

16. Mesmo sendo um agudo observador dos processos históricos, Benedict Anderson (1991) entrou nessa tendência quando interpretou o “sucesso” do Brasil em permanecer intacto após a independência de Portugal (à diferença da fragmentação ocorrida nos vice-reinados da América espanhola). Esse autor prontamente aprova os argumentos sociológicos de José Murilo de Carvalho sobre como a socialização das experiências partilhadas das elites brasileiras em Coimbra produziu uma identidade uniforme e, conseqüentemente, a capacidade de permanecer como nação unificada, uma base bastante fraca para o excepcionalismo.

dania e nacionalidade “civilizada”, com o país desempenhando frequentemente o papel, na imaginação da elite, da “nação impossível”. A deslegitimação do protesto coletivo entre certos grupos étnicos na América Latina pós-colonial como “guerra racial” provavelmente se deve mais à construção histórica da Revolução Haitiana que aos levantamentos andinos no final do século XVIII.¹⁷ Depois de tudo, no caso de Santo Domingo/Haiti, as forças designadas da barbárie e desordem ganharam de fato a guerra e tomaram o poder.

Muitos desses trabalhos citam a mudança nas ideias e atitudes sobre a raça (de fato, a invenção do próprio conceito de raça), no referente ao acesso dos povos indígenas aos direitos à cidadania, porém essa mudança é ininteligível sem fazer referência à questão da escravidão e à emancipação no Novo Mundo. Grande parte da história do tempo da emancipação trata essa transformação conceitual como ocorrida independentemente das campanhas contra a escravidão, como se fosse simplesmente produto da má sorte que a abolição da escravidão, no seu último remanescente reduto no Novo Mundo, coincidissem com o apogeu do racismo científico (Skidmore, 1993; Schwarz, 1993).¹⁸ Contudo, a história da “raça” como discurso e o papel desempenhado por ela no segundo período do imperialismo foram inseparáveis da história da escravidão e emancipação no Novo Mundo. Acredito ainda que noções racializadas sobre os povos indígenas da América Latina não podem ser compreendi-

17. Para uma narrativa clássica que transforma uma rebelião política em uma “insurgência racial”, ver Raiol (1970). Para uma análise do processo pelo qual demandas políticas indígenas de longa data se reinterpretaram como “guerra racial”, ver Platt (1987).

18. Skidmore (1993) e Schwarz (1993) focam acertadamente as adaptações “científicas” do debate sobre a raça no Brasil, porém nenhum dos dois historiza o surgimento da ciência racial em si mesma.

das sem referência às construções preexistentes de negritude e branquitude, mesmo nas áreas onde a escravidão africana tenha sido relativamente uma característica menor da empresa colonial (Wade, 1993, cap. 2).

Embora possamos certamente visualizar um processo de “racialização” acontecendo nas atitudes e políticas dos brancos com relação aos indígenas durante o curso do período colonial e pós-colonial, o processo complicou-se continuamente por causa da dificuldade de construir um binômio branco/índio que permitisse eixos claros de separação e exclusão. O grau de não branquidade indígena (na falta de uma melhor expressão) precisa sempre ser entendido em referência à racialização da africanidade como negritude.¹⁹ Segundo Peter Wade (1993, p.31), durante o período colonial tardio, o Conselho das Índias estabeleceu, por meio de acordo, que o matrimônio entre brancos e índios deveria ter o consentimento dos pais, mas não poderia ser ativamente impedido “em razão de sua origem que não é vil como a de outras castas”. De modo mais geral, Wade argumenta que os indígenas ocuparam uma posição relativamente “privilegiada” nas nações-Estado, na América Latina, derivada do seu *status* colonial anterior, como membros da república de índios. Mesmo depois da abolição, “existiu uma nítida diferença entre as imagens dos negros e índios nos debates sobre a identidade das novas nações”, e os índios eram percebidos como mais assimiláveis e reformáveis (Wade apud Larson, 2004, p.19). (Essa visão pode ser observada também na famosa ode à mestiçagem, de José de Vasconcelos, *A raça cósmica*, em que os índios são descritos como uma boa “ponte” para se misturar com os brancos, em claro contraste com os negros nos Estados Unidos.) Essa relativa “preferência” pelos indígenas pode ser vista também na estética dos escritores viajantes. É interessante notar que um

19. Sobre a racialização da etnicidade indígena, ver Wade (1997).

européu que visitasse Lima, fascinado com as mulheres semive-ladas, conhecidas como as *tapadas*, não receava flertar com uma mulher que poderia revelar-se mestiça ou índia, mas que poderia revelar-se como africana (Poole, 1997).²⁰ Em outras palavras, o deslocamento, na visão do índio na América Latina, não pode ser entendido, no século XX, sem referência à mudança e a cada vez mais negativa representação da negritude.

Finalmente, a inclusão do Brasil e Caribe numa discussão da pós-colonialidade na América Latina poderia remediar uma das debilidades que percebo em muitos trabalhos recentes sobre a América Latina pós-colonial: na ânsia de reposicionar debates sobre o colonial e pós-colonial na esfera do político e do cultural, e não no âmbito social e econômico, os acadêmicos estão tão exclusivamente enfocados em temas sobre cidadania e formação da nação, que virtualmente ignoram a questão do trabalho, e em como isso se intersecta a essas outras questões. Há um par de referências breves ao recrutamento de trabalho forçado e à invocação problemática de práticas coloniais em *After Spanish Rule*, mas virtualmente não existe nenhuma consideração sistemática da forma como as elites e os subalternos conceitualizaram a relação pós-colonial dos cidadãos com a esfera material (um silêncio que parece tanto mais surpreendente dado que muitos dos historiadores fundadores da escola de estudos subalternos estabeleceram seus trabalhos nas questões do trabalho e da produção).²¹ Mesmo o excelente trabalho do próprio Andrés Guerrero, sobre o “regime de cidadania consuetudinária-

20. Poole (1997) indica como o gênero e a sexualidade intersectam diferentemente com as identidades racializadas dos índios e africanos.

21. Ver, entre outros, Prakash (1990) e Chakrabarty (1989). Mrinalini Sinha (1995) argumenta coerentemente que separar o discurso colonial dos interesses materiais tende a des-historizar o imperialismo e a reforçar as construções “universais” do Oriente.

ria” no Equador, trata das relações laborais coercivas como um artefato de disciplinamento político das populações subalternas, e não no sentido inverso.

Poderíamos, todavia, argumentar que foi precisamente a suposição difundida entre as elites e os setores médios de que certos grupos “raciais” se recusariam a fazer trabalho rotinizado (e, por sinal, receber baixos salários), sem coerção, que eliminou os grupos da consideração plena como cidadãos e participantes da nação, e fez a sua inclusão ainda menos provável, desde que ameaçou a capacidade da elite em coagir os trabalhadores, em ausência de um pleno mercado “livre” de trabalho.²² Desse modo, a questão do trabalho pode ser dificilmente acidental ou externa ao domínio do discurso político, mesmo quando tende a ser tratada dessa maneira em muitos dos trabalhos recentes na nova história política. Em contraste, historiadores que estudam o discurso colonial/pós-colonial em sociedades escravistas e pós-emancipação habitualmente não podem ignorar a questão da oferta/suprimento de trabalho e suas implicações em referência à cidadania, desde que foi tão central nos debates e nas políticas durante as décadas finais da escravidão e do período da pós-emancipação. Quando se escreve sobre povos indígenas, parece mais simples se valer inteiramente das categorias de sujeito e cidadão, e subsumir suas identidades como produtores e trabalhadores dentro dessas categorias. Quando se escreve sobre escravos e ex-escravos, é muito mais difícil ignorar ou obscurecer seu *status* como mão de obra.²³

22. Alguns trabalhos têm considerado aspectos econômicos, como Larson (2004) e Grandin (2000).

23. Bennett (2003), um estudioso da diáspora africana, tem criticado os historiadores pelo fato de estes terem enfatizado o *status* dos africanos como trabalhadores (escravizados) ao discutirem os africanos e seus descendentes na América Latina.

Cooper, Holt e Scott (2000) observaram as maneiras como o discurso sobre o trabalho livre foi implementado, modificado ou suprimido nas sociedades durante a pós-emancipação, e suas implicações em questões de raça e cidadania. Holt (2000), por exemplo, traça o colapso da iniciativa pós-colonial de garantir às pessoas libertas em Jamaica direitos plenos como sujeitos/cidadãos coloniais. Tendo apoiado a campanha contra a escravidão, com base na suposição de que o trabalho livre era moral, esclarecido e natural, as autoridades britânicas imaginaram, inicialmente, uma rápida transformação das pessoas libertas em um proletariado contente. Mas as contradições e ambiguidades do binômio trabalho forçado/trabalho livre, no próprio espírito da ideologia burguesa, tornaram-se logo aparentes, e no entanto as pessoas libertas procuraram evitar o (mal pago) trabalho assalariado a tempo integral, e os empregadores reverteram as várias formas de coerção para superar essa relutância. O resultado foi a noção intensificada dos afro-jamaicanos como “inadequados/incapazes” não somente para o trabalho livre, mas também para o exercício dos direitos de cidadania. Holt (2000) conclui que o “despotismo beneficente”, que as autoridades britânicas desejavam exercer sobre essas “crianças desobedientes da família humana”, constituiu a original “carga do homem branco” e um modelo para os projetos posteriores civilizatórios coloniais.²⁴

Talvez o ensaio de Frederick Cooper (2000) seja ainda mais interessante. Ele considera o impacto da ideologia do trabalho livre e a linguagem do contrato desenvolvidas durante as so-

24. Segundo Holt (2000), uma flagrante contradição nas políticas britânicas em consideração às pessoas livres foi a ênfase discursiva na constituição de bons lares burgueses, com a separação entre a esfera pública e a privada, enquanto os plantadores recorreram a uma variedade de estratégias agressivas para manter o acesso ao trabalho das mulheres liberadas.

iedades escravistas/pós-emancipação no Novo Mundo, nos empreendimentos colônias europeus (especialmente franceses) na África. Ao implantarem a superioridade moral e econômica do trabalho livre como a justificação primordial pela tutela europeia sobre os africanos (que, em termos de relações produtivas, ainda dependiam do que os europeus julgavam ser trabalho forçado), as autoridades francesas logo descobriram que os seus sujeitos coloniais evitavam, frequentemente, o trabalho assalariado sob contrato e preferiam trabalhar sob arranjos/disposições baseados no costume ou restaurar certas opções como a agricultura camponesa. Essa evasão ou recusa conduziu ao discurso da “peculiaridade do africano” e a uma rápida modificação na definição das formas aceitáveis e inaceitáveis de recrutamento laboral (de novo, não pelo fato de que o trabalho livre não fosse a forma preferida e superior, mas porque os africanos, segundo os oficiais e colonizadores franceses, eram racial e culturalmente incapazes de compreender sua superioridade).

No final das contas, essas contínuas transgressões coloniais da ideologia do trabalho livre serviram como instrumento discursivo para um emergente movimento trabalhador africano, o qual expressou suas demandas por iguais salários e condições de trabalho na linguagem liberal do trabalho livre, tornando formas desiguais de exploração equivalentes à coerção. E ainda proporcionaram uma emergente liderança política africana com um discurso estratégico altamente eficaz para questionar as intenções francesas na África. Félix Houphouët, da Costa do Marfim, declarou no Parlamento francês: “Milhões de homens nos dirigiram aqui com um preciso mandato: lutar com toda a nossa força para abolir a escravidão, a qual ainda é praticada na África negra pelos homens, civis e servidores civis, que traíram a França e sua nobre missão civilizadora” (apud Cooper, 2000, p.138). Em abril de 1946 (aproximadamente cem anos depois da abolição da escravidão no Novo Mundo), a França proibiu definitivamente o

trabalho forçado em suas colônias africanas e, no mês seguinte, aboliu a distinção entre sujeitos e cidadãos, manifestando a conexão entre formas de trabalho e direitos de cidadania.

A Jamaica britânica e a África colonial francesa se estendem muito além dos limites da mais generosa definição da América Latina. Contudo, mencionei esses ensaios e os argumentos desenvolvidos com a finalidade de ilustrar a maneira como as questões laborais podem estar estreitamente vinculadas – algumas vezes de forma fundamental – às lutas sobre direitos de cidadania e aos amplos movimentos de (re)interpretação do discurso liberal dos subalternos não somente em toda a América Latina e no Caribe, mas também através do Atlântico, conjugando preocupações materiais com demandas sobre cidadania.

Novamente, meu objetivo não é demandar que um volume sobre pós-colonialismo na América Latina incorpore todos os diferentes territórios/regiões e sujeitos aludidos na discussão precedente. Procuo, antes, chamar a atenção para o que perderíamos se a diáspora africana, ou o Brasil e o Caribe, ou a escravidão e a emancipação fossem omitidos da discussão. Não somente nos privaria da compreensão de certos aspectos da experiência pós-colonial da América Latina, mas também poderia obscurecer a “contribuição” do conhecimento sobre o colonialismo na América Latina para a ordem colonial e pós-colonial na África e na Ásia: um conhecimento que continuou a ser produzido e disseminado no século XX.

Depois de tudo, ao menos uma sociedade ibérica – Portugal – continuou a ser um poder colonial depois de que toda a América Latina tinha garantido a sua independência. Como conclusão, vale a pena mencionar as ironias pós-coloniais na noção de lusotropicalismo de Gilberto Freyre – a suposta excepcional inclinação do colonizador português a se misturar e coexistir com o Outro, citado como o responsável pela capacidade peculiar do Brasil em formar uma “democracia racial” –, ideia que

se tornou crucial para o nacionalismo brasileiro após 1930. Foi também avidamente apregoadado na Lisboa de 1940 durante a Exposição do Mundo Português como a maior justificação/apologia pelo contínuo domínio colonial português na África.²⁵ É conveniente observar quão facilmente um passado construído em parte para reforçar representações de um Brasil superior nas esferas moral e cultural – *vis-à-vis* o desafio neocolonial norte-americano – pôde ser organizado como prova da moralidade e da benevolência da persistência do colonialismo português. Em outras palavras, se o objetivo é fazer da América Latina um local indispensável para os estudos pós-coloniais, demonstrando a instabilidade e fluidez das identidades na divisão colonizador/colonizado, a inclusão do Brasil e Caribe na discussão seria um ato muito produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVA, J. J. K. de. The postcolonization of the (Latin) American experience. In: PRAKASH, G. (Ed.) *After colonialism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p.241-75.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London, New York: Verso, 1991.
- ANDREWS, G. R. *Afro-Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- APPELBAUM, N. P. *Muddied waters: race, region, and local history in Colombia, 1846-1948*. Durham: Duke University Press, 2003.
- ASSUNÇÃO, M. R. Elite politics and popular rebellion in the construction of post-colonial order. The case of Maranhão, Brazil (1820-1841). *Journal of Latin American Studies*, v.31, p.1-38, 1999.

25. Para uma discussão sobre a presença de o Brasil nessa exposição, ver Williams (2001). Sobre o lusotropicalismo, ver Freyre (1959).

- BARMAN, R. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1989.
- BENNETT, H. L. *Africans in Colonial Mexico: absolutism, christianity and afro-creole consciousness, 1570-1640*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- CASTRO, H. M. M. de *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHAKRABARTY, D. *Rethinking working-class history: Bengal, 1890-1940*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.
- COOPER, F. Conditions analogous to slavery. COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. *Beyond slavery: explorations of race, labor, and citizenship in postemancipation societies*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2000. p.107-49.
- COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. *Beyond slavery: explorations of race, labor, and citizenship in postemancipation societies*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2000.
- FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica, 1870-1940*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FREYRE, G. *New world in the tropics: the culture of modern Brazil*. New York: Alfred Knopf, 1959.
- FUENTE, A. de la. Slaves and the creation of legal rights in Cuba. *Hispanic American Historical Review*, v.87, n.4, Nov. 2007.
- GRAHAM, R. *Patronage and politics in 19th century Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.
- GRANDIN, G. *The blood of Guatemala: a history of race and nation*. Durham: Duke University Press, 2000.
- GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUDMUNDSON, L. Firewater, desire, and the Militiamen's Christmas Eve in San Gerónimo, Baja Verapaz, 1892. *Hispanic American Historical Review*, v.84, n.2, p.239-76, May 2004.
- HELG, A. *Liberty and equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

- HOLT, T. C. The essence of the contract. In: COOPER, F.; HOLT, T. C.; SCOTT, R. J. *Beyond slavery: explorations of race, labor, and citizenship in postemancipation societies*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2000. p.33-59.
- KITTLESON, R. A. *The practice of politics in postcolonial Brazil: Porto Alegre, 1845-1895*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.
- KRAAY, H. Between Brazil and Bahia: celebrating Dois de Julho in Nineteenth-Century Salvador. *Journal of Latin American Studies*, v.31, p.255-86, 1999.
- LARSON, B. *Trials of nation making: liberalism, race, and ethnicity in the Andes, 1810-1910*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LIMA, I. S. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- OWENBY, B. P. How Juan and Leonor won their freedom: litigation and liberty in seventeenth-century Mexico. *Hispanic American Historical Review*, v.85, n.1, p.39-80, Feb. 2005.
- PINHEIRO, L. B. S. P. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001.
- PLATT, T. The Andean experience of Bolivian liberalism, 1825-1900: roots of rebellion in 19th Century Chayanta (Potosí). In: STERN, S. J. (Ed.) *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean Peasant World*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987. p.280-323.
- POOLE, D. *Vision, race and modernity: a political economy of Andean photography*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- PRAKASH, G. *Bonded histories: genealogies of labor servitude in colonial India*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Introduction. In: _____. (Ed.) *After colonialism: imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- RAIOL, D. A. *Motins políticos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v.3.

- RESTALL, M. (Ed.) *Beyond black and red: african-native relations in colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005.
- RIBEIRO, G. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo (Niterói)*, v.11, n.22, p.5-30, 2007.
- SANDERS, J. E. *Contentious republicans: popular politics, race, and class in nineteenth-century Colombia*. Durham: Duke University Press, 2004.
- SCHULTZ, K. *Tropical versailles: empire, monarchy, and the portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York: Routledge, 2001.
- SCHWARTZ, S. Indian labor and new world plantations. *American Historical Review*, v.83, n.1, p.43-79, 1978.
- SCHWARZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SINHA, M. *Colonial masculinity: The "Manly Englishman" and the "Effeminate Bengali" in the Late 19th Century*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1995.
- SKIDMORE, T. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Durham, NC: Duke University Press, 1993.
- SOMMER, D. *Foundational fictions: the national romances of Latin America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1991.
- SOUZA, I. L. de C. *A pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- THURNER, M.; GUERRERO, A. (Ed.) *After Spanish rule: rethinking history and the postcolonial in the Americas*. Durham, NC: Duke University Press, 2003.
- WADE, P. *Blackness and race mixture: the dynamics of racial identity in Colombia*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- _____. *Race and ethnicity in Latin America*. London: Pluto Press, 1997.

- WEINSTEIN, B. *As novas tendências historiográficas nos Estados Unidos e a pesquisa sobre a América Latina*. São Paulo: Cedhal, 1997. (Seminários de pesquisa, 4).
- _____. The decline of the progressive planter and the rise of subaltern agency: shifting narratives of slave emancipation in Brazil. In: JOSEPH, G. (Ed.) *Reclaiming the political in Latin American history*. Durham, NC: Duke University Press, 2001. p.81-101.
- WILLIAMS, D. *Culture wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham, NC: Duke University Press, 2001.

El “otro” en el centro de lo “propio”:
visiones de la alteridad en los nacionalismos
iberoamericanos tempranos

*Guillermo Palacios*¹

Durante los años inmediatos a las revoluciones de independencia en la América española comenzó a circular una serie de ideas y nociones relacionadas con la cuestión de las identidades colectivas (o la suma de las identidades individuales) que a partir de esos momentos era necesario construir, enfrentar, depurar y consolidar como instrumentos auxiliares de la erección de los Estados nacionales. Este trabajo busca discutir ese proceso y señalar el conjunto de estereotipos que se establecen desde épocas tempranas de las sociedades emancipadas del dominio colonial en tanto que fundamentos de la nueva “historia nacional”, y que lo hacen como resultado de conflictos de orden político (con relación a fronteras, recursos naturales, posiciones estratégicas, etc.). Se trata de abundar sobre la formación de visiones del “otro” y su papel en la constitución de las nacionalidades y de los nacionalismos de primera época.² Parto de la premisa de que estos elementos vitales de la “nación” derivan de pugnas necesarias a la diferenciación y a la formación de identidades “nacionales”, basadas tanto en la apología de lo

1. El Colegio de México.

2. Sobre nacionalismos, consúltese Gellner (1991), Hobsbawm (1991), Hall (2000) e Smith (2001). Para Hispanoamérica, dentro de una pléyade de obras, cf. Chiaramonte (2004).

“propio” (tan recientemente construido) como en el miedo elaborado en torno al “próximo transfronterizo” recién desconocido (antes ignorado).

Una de las cuestiones que llama la atención de manera poderosa para quien se interna en el estudio de los procesos de formación de entidades “nacionales” en los antiguos espacios de los imperios ibéricos en América, es la rapidez con que, a partir *grosso modo* de la segunda década del siglo XIX, se elabora y enuncia una serie de discursos que busca cohesionar la población de un determinado territorio a base de impregnarla de ideas y nociones nuevas que llevan en su centro la figura de la “nación”, si bien no siempre con esa ya definida denominación.³ Pero comienzan a aparecer en varios puntos del continente lo que el aún no “mexicano”, José María Morelos, uno de los novohispanos que tomaron el liderazgo de la insurgencia contra el tambaleante dominio español, llamó el despliegue de “los labios de la Nación para reclamar sus derechos con espada en mano para ser oída” (si bien en uno de los artículos previos de su famoso *Sentimientos de la Nación* se había referido al territorio ya sin nombre – pues ya no era propiamente Nueva España y aún no era México, sino algo vagamente llamado de “América” – como “el reino”).⁴

Los instrumentos para configurar ese nuevo imaginario – instrumentos que se construyen paso a paso con el proceso de construcción del Estado – están basados en la confección de un conjunto de visiones estereotipadas puestas a circular por los intelectuales de los grupos criollos que toman la delantera en

3. No cabe aquí discutir la cuestión del protonacionalismo tardocolonial y/o las teorías de la preexistencia de la “nación” en el Antiguo Régimen. Para eso véase, entre otros, el famoso texto de Anderson (1993). También es ilustrativo el artículo de Quijada (2003).

4. El texto de Morelos puede ser consultado en Flores (1978).

los movimientos de autogobierno y reasunción de la soberanía, primero, y de emancipación o independencia después. Luego de siglos de haber sido parte, como provincias, reinos o capitanías, de una entidad imperial cuya mayor definición, en términos propios, llegó a ser "españoles de América" o "portugueses americanos", en cuestión de años esas provincias, reinos o capitanías entran en un violento proceso de reconfiguración territorial y demarcación de "límites" y "fronteras". Un espacio donde no había existido hasta esos momentos mayores esquemas de jurisdicción geográfica – a no ser, claro está, en los confines australes de los imperios español y portugués – se convierte en una colcha de retazos. La imprecisión de los límites entre las antiguas unidades político-administrativas coloniales, que en el contexto de la pertenencia a un mismo imperio no tenía mayor importancia, estalla como un problema capital cuando esas viejas unidades de un todo se fragmentan y tratan de definir sus espacios de soberanía.

Ya en la década de 1820, quizás antes, comienzan a aparecer términos que singularizan de manera agresiva la fragmentación de las antiguas jurisdicciones. Lado a lado con la catarsis de nuevos conceptos que llegan con el liberalismo gaditano, centrados por el conocido y (sobre) estudiado *corpus* compuesto por "nación", "soberanía", "representación", "ciudadano", etc.,⁵ aparece otro que va a funcionar como un eje de cohesión. En efecto, en el proceso de definición de las nuevas entidades soberanas, se atribuye a las nuevas "naciones" – ese término de la más pura abstracción –, la característica de ser portadoras de "intereses", o sea, seres dotados de la capacidad de *interesarse* por algo y de atribuirle a ese algo el sacrosanto adjetivo

5. Las obras canónicas de este campo, por lo menos en lo que respecta a Hispanoamérica, son, sin duda, las de Guerra et al. (1993).

“nacional”.⁶ Estamos, pues, en presencia de “intereses nacionales” que, como tales, se sobreponen – o deben sobreponerse – a cualquier otro interés. Y, además, esos intereses se convierten de manera paulatina, pero con una inexorabilidad dramática, en los elementos que le dan a las nuevas abstracciones una consistencia casi material en el momento en que se traduzcan en activos físicos, productivos, territoriales, etc. Es un campo, el de los “intereses nacionales”, cuyo estudio en la Iberoamérica del siglo XIX es necesario profundizar, pues ellos son determinantes de un conjunto crucial de otros elementos del cimiento de la idea de “nación” y de sus correlatos nacionalismos y nacionalidades. Hay que estudiar cómo esos “intereses” se definen, qué modelos siguen, si es que lo hacen, elaborar catálogos y cronologías de su enunciación, etc.⁷ Porque, por otro lado (no muy lejano), ellos van a funcionar como la base para la construcción de un ser constituido por la identificación del otro como una amenaza. Se transfiere a la nueva situación el antiguo binomio “oriundo” y “extranjero”.

LAS NACIONALIDADES COMO FUNCIÓN DE LOS CONFLICTOS

Esto nos lleva a la cuestión de las “nacionalidades” en los primeros años de la etapa posindependiente, y, de paso, a los adjetivos que cada una de ellas van a portar para quien las ob-

6. El *Diccionario de Autoridades* de la Real Academia de la Lengua, publicado en 1732 pero aún vigente, por medio de varias reimpressiones, en las primeras décadas del siglo XIX, define “interesarse” como “Sacar interés o provecho de alguna cosa”. Sobre el ejercicio de esos “intereses nacionales” en la Hispanoamérica de esa época, véase Olivera (2006).

7. Sobre los cambios semánticos del término “interés”, véase el admirable librito de Hirschman (1973).

serva a distancia. Esto es algo que ya se ha discutido hasta la saciedad en la bibliografía especializada: el paso de españoles/portugueses americanos, a americanos simplemente, y después la desagregación de este término genérico en los gentilicios "chileno", "brasileño", "mexicano", "peruano", etc. Pero esas denominaciones son apenas el germen de lo que vendrán a ser en el futuro verdaderas "nacionalidades". Por lo pronto son tan sólo artificios de cohesión y de identidad colectivas al interior de un territorio, activados con frecuencia sin el requisito de haber nacido en él, sino únicamente con el ser residente y "defender la causa de la independencia", aunque se hubiera nacido en Alemania, en algún reino de la península itálica, o en la misma España.

Así, en una muestra de la tenuidad del concepto de "nacionalidad" en esos momentos, Vicente Rocafuerte había nacido en Guayaquil pero representaba a México ante la corte británica en 1823. Miguel Santa María había visto la luz en la Nueva España pero era el enviado colombiano al México de esa década. Andrés Bello era oriundo de la Capitanía General de Venezuela pero fue senador chileno y fundador y rector de la Universidad de Chile. Abreu Lima, de rancia cepa pernambucana, se convirtió en un famoso general del ejército venezolano. Para no hablar de la sagrada trinidad de los comandantes en jefe de las guerras de independencia en América del Sur, Bolívar, Sucre y San Martín, nacidos en una región y operadores políticos de primera importancia en tantas otras. Son nacionalidades "abiertas", que se encuadran tanto en las pautas discutidas en las Cortes de Cádiz en 1812 como en las propuestas de Bolívar cuando de la convocatoria del Congreso de Panamá en 1825.

En el ya citado *Diccionario de Autoridades* de la Real Academia Española de la Lengua, el término "nacionalidad" se definía en 1732 como "Afección particular de alguna Nación, o propiedad de ella". Líneas arriba, "Nación", en su segunda

acepción, correspondía a “La colección de los habitantes en alguna Provincia, País o Reino”. Ambas se encontraban íntimamente relacionadas con el primer sentido de “Nación”: “El acto de nacer. [...] De nación, en lugar de Nacimiento”. Sin embargo, la cuestión de las “nacionalidades” en la primera mitad del siglo XIX no corresponde ya a esos contenidos, pero tampoco conlleva el significado moderno del término: “Condición de perteneciente a una nación”. “Nación”, por su vez, mantiene la acepción vinculada tanto al acto de nacer como a una comunidad étnica con lengua y tradiciones comunes.⁸

Como ya se dijo, los estudios recientes sobre la independencia y la formación de las naciones en los antiguos territorios de los imperios ibéricos en América abundan sobre el tema de la metamorfosis de las antiguas nociones de “nacionalidad”. Es una transición que va definiendo al mismo tiempo una nueva forma de identidad en torno de la idea de nación como un espacio cerrado, auto-contenido, diferente del espacio exterior que, luego de siglos de haber sido el territorio común de un imperio, se convierte en una tierra ajena y, cada vez más, peligrosa y enemiga.

Las identidades “nacionales”, como es del conocimiento común, se forjan por oposición a un “otro” que se construye en paralelo a la construcción de la propia nacionalidad. Pero, como muchos otros elementos de la antigua cultura política que se vuelven constitutivos de los regímenes políticos decimonónicos, ellas, las identidades “nacionales”, conviven durante buena parte del siglo XIX con una identidad supra-nacional, pautada en la vieja idea de la pertenencia a un imperio de grandes dimensiones. De allí se deriva la persistencia de la identidad “his-

8. Sobre esto, véase Guerra (1993, 2003).

panoamericana", de la identidad de pertenecer a la "América antiguamente española".⁹

Las "nacionalidades", desde su inicio, sin exclusión de otras definiciones más completas y elegantes, pueden ser consideradas conceptos fundados en tres condicionantes centrales: en primer lugar, como un requisito puntual, en la residencia en un territorio dado que se conforma de acuerdo a los requisitos de una "nación" (cuyo sistema de gobierno es el que "otorga" la nacionalidad), o, como ya se dijo, en aquellos tiempos de inagotable solidaridad transnacional anteriores a la definición estricta de los "nacional", por atributos relacionados con el servicio a los "intereses" de una "nación" determinada; en segundo, y esta vez en el terreno del imaginario colectivo, en participar de una (vaga) percepción de cultura, lengua y costumbres comunes. Ambos elementos, adicionados por el encomio de las riquezas y bondades del territorio englobado en la nueva "nación", se encuentran en los relatos de los naturalistas ilustrados del siglo XVIII y fueron reinterpretados por los ideólogos de la época posterior a la independencia. Pero me parece que hay un tercer elemento, de naturaleza "moderna", que fundamenta la nacionalidad y que es el conflicto constante con el *nuevo* vecino, con el que ahora está más allá de las nuevas fronteras que se trazan conforme el vago *utis possidetis* de las últimas décadas del imperio español en América. Así, podemos afirmar, con algo de simplificación, que la historia de las relaciones entre los Estados que resultan de la fragmentación de los imperios iberoamericanos es la historia de sus conflictos y de la instrumentalización de esos conflictos para la consolidación de la unidad nacional,

9. La documentación referente a las convocatorias para las conferencias americanas de Lima (1847, 1864, 1870) está llena de referencias a denominaciones semejantes (cf. Perú, 1938).

de la nacionalidad, de la idea de nación. En otras palabras, el conflicto resulta constitutivo de la identidad nacional.

Hasta ahora, la mayor parte de los estudios sobre la conformación de la nación y de las nacionalidades en Iberoamérica se ha centrado en los elementos clásicos de constitución interna, muchas veces según el modelo de la primera nación moderna, Francia, y de la revolución que le dio una vida y una superestructura simbólicas, un aspecto que ha recibido recientemente una atención desmesurada en la historiografía latinoamericana. Son estudios que discuten los discursos, los emblemas, los panteones, los rituales cívicos, las fiestas, etc., de gran utilidad y de los cuales hemos aprendido mucho. Pero me parece que una vía poco explorada – si bien no carente de algunas buenas investigaciones – para estudiar desde otro ángulo la formación de las nacionalidades en Iberoamérica es la de los conflictos intra-regionales, y su papel en la consolidación de la nación como una fortaleza defensiva construida con patriotismos y nacionalismos. Y digo intra-regionales porque, como ya lo han observado varios estudiosos, muchos de esos conflictos no son “inter-nacionales”, porque al no haber aún “naciones” en cuanto tales – territorios definidos, Estados legitimados en control del espacio y detentores de la soberanía, poblaciones unificadas en torno a una identidad colectiva, etc.–, ni, por consiguiente, fronteras inter-naciones, muchos de esos conflictos son en realidad guerras civiles al interior de una misma población.

El conflicto es esencial para, entre otras cosas, construir la identidad nacional ante la amenaza del otro. Hay casos, como el chileno, en el que el concepto de “nación” sólo se implanta firmemente en las mentes y corazones de los habitantes del más austral de los territorios americanos después de la victoria sobre la Confederación Perú-Boliviana, cuando, entre otras cosas, se considera que, al fin, ya hay materia suficiente para escribir una “historia nacional” llena de heroísmo y gloria, cosa que no

sucedía antes de la derrota de las tropas del general Santa Cruz (cf. Sagredo, 2009). Al contrario, pero en el mismo sentido, la humillación resultante de la pérdida de la guerra (y de la mitad del territorio) contra Estados Unidos en 1848 construyó un sentimiento de "unión nacional" en México que el federalismo separatista anterior no había permitido, y la "historia nacional" comenzó a ser escrita y difundida en las escuelas para, entre otras cosas, explicar y justificar la derrota, y tratar de evitar la desintegración completa del país (Vera, 2001).

El conflicto da lugar a un proceso de ensalzamiento del "yo" y de demonización del "otro", de construcción de estereotipos en el imaginario popular pero también en el de las elites y de los propios operadores del aparato del Estado, dirigidos a cimentar la noción de justicia y grandeza de los reclamos propios y de ambición, perversidad y avaricia en las posiciones del otro, mientras de paso se atribuyen y distribuyen características positivas y negativas de acuerdo al lugar del enunciado. Como ya lo mostré en otro lugar, José Mariano Michelena, el enviado mexicano a Londres en la primera mitad de la década de 1820, fue calificado por sus colegas brasileños como un "demócrata exaltado", muy próximos de los preocupantes republicanos que pululaban por varias regiones de Brasil – estamos cerca del estallido de la Confederación de Ecuador. Por su parte, el segundo enviado mexicano, Vicente Rocafuerte, ya liberado del efímero Imperio de Iturbide, resaltó negativamente en la correspondencia con su cancillería el título nobiliario del ya ministro brasileño, Manuel Rodrigues Garneiro Pessoa, que indicaba todo lo contrario de la supuesta igualdad republicana (cf. Palacios, 2008, p.22-5).¹⁰ Parece una cuestión anecdótica, y sin duda lo es en parte, pero es también un elemento que se convierte en base de un imaginario institucional que va a ayudar a nortear las

10. El recién obtenido título era el de barón de Itabaiana.

relaciones entre Estados y gobiernos a lo largo de buena parte del siglo XIX: México como un país de “demócratas exaltados” y Brasil como un país conservador y anti-republicano. De esa manera, la intervención francesa en México fue vista por la diplomacia brasileña como una consecuencia de esa “democracia exaltada”, causa principalísima de la anarquía que prevalecía en gran parte de América del Sur y que sólo el orden monárquico, augusto y severo, podría curar. Pero también el gobierno chileno, republicano, pero igual de augusto y severo que el imperio, y su sempiterno aliado, justificó íntimamente la intervención por motivos semejantes: los “desafueros” practicados por el gobierno de Juárez contra las potencias interventoras; “desafueros” más tarde convertidos en “desorganización social” de acuerdo al reporte de Francisco Adolfo Varnhagen, ministro brasileño en Santiago de Chile. El fusilamiento en 1867 de Maximiliano de Habsburgo, primo hermano de D. Pedro II, fue naturalmente calificado como un “*ato de insigne atrocidade que dá a medida da barbárie daquele povo*”,¹¹ y cimentó la imagen de México como un país sanguinario y violento, y de la violencia como sinónimo de “república”. Una imagen, por cierto, producida por el primer enviado brasileño a México, Duarte da Ponte Ribeiro, el barón de la Ponte Preta, quien en su primer informe a Rio de Janeiro en 1834 declaraba, como preámbulo: “*Toda esta república está hoje em revolução*” (sin prever lo que se le vendría encima al Imperio en esa misma década....).¹² La revolución mexicana, que siguió a un periodo de “orden y progreso” coman-

11. Leonel M. de Alencar, encargado interino de negocios del Imperio de Brasil en Venezuela, a Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro de Negocios Extranjeros. Caracas, 25 de julio de 1867. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), 208/03/06.

12. Duarte da Ponte Ribeiro a Bento da Silva Lisboa. México, 23 de junho de 1834. AHI 221-1-1.

dado por un grupo de "científicos positivistas", será otro de los puntos altos del "México bárbaro".

Lo que más sorprende de todo esto, y debo repetirlo, es la velocidad con que se forjan esos sentimientos nacionales de rechazo en medio de las fiebres nacionalistas de la primera mitad del siglo XIX, los nacionalismos sin nación, como ha dicho Marie-Danielle Demelás, que equivalen, en nuestro tema, también, a identidades nacionales desprovistas aún de un substrato de nación (Demelas, 1990). "Naciones" o proyectos de nación que se forjan defendiendo involuntariamente el modelo renano de fines de siglo, cuando Europa comienza a forjar sus propios ejemplares. Aquí, contra lo que sugiere Renan (ca.1996), y tal vez su famosa conferencia también consideró la historia de América Latina en las décadas anteriores a 1880, los agravios no se olvidan, ni al interior ni al exterior; por el contrario, se alimentan como instrumentos de cohesión ya sea de clase, etnia, o de nacionalidad e identidad nacional.

LOS JUEGOS DE LAS IDENTIDADES

Pero, como dije líneas arriba, hay una "identidad", anterior a la "moderna", a la "nacional", que sobrevive con apariencias nuevas y que, de haber sido una identidad imperial se transforma, para sobrevivir, en una mal dibujada identidad transnacional, puesto que ahora es de "naciones", por más indefinidas que sean, de lo que estamos hablando. Esta última forma de identificarse al interior de las antiguas posesiones iberoamericanas es uno de los elementos que empujan durante todo el siglo XIX – por lo menos hasta 1890 – la idea de la "unión continental", del "congreso americano", de la "familia americana", etc., a lo que me referiré más adelante. Es un intento por recuperar lazos intra-territoriales, que obedece a diversas motivaciones (delirios de una grandeza perdida, paranoias de recon-

quista monárquica, amenazas reales de expansionismos neo-imperialistas, etc.) y que tal vez debido a esa falta de unidad de fundamentos y objetivos, fracasa una y otra vez, aunque más importante es sin duda la variedad de los intereses nacionales ya consolidados y sus maneras de expresarse y de considerar la situación geopolítica general del espacio iberoamericano. Pero lo que interesa para efectos de este texto es el juego “dialéctico” entre las identidades nacionales y la persistencia de la idea de la re-uniión continental, del Congreso Americano, delineado inicialmente por William Burke en su *Derechos de la América del Sur y México*, publicada en entregas por la *Gazeta de Caracas* entre 1810 y 1811. O mejor, y esto es importante para el tema, la curiosa propuesta de Burke (1959) reflejada en el título de su obra de *dos congresos americanos*, uno para América del Sur y otro para México.

Era una perspectiva geopolítica que se transmutaría con frecuencia en los años por venir en “la América Meridional” y la “América Septentrional”: es obvio que Burke no está solo. Morelos, en su ya citado *Sentimientos de la Nación*, de 1813, se refiere también a un “Supremo Congreso Americano” que recuerda la idea de Burke de establecer un “Gobierno General”. Antes de Burke y de Morelos, el caraqueño Francisco Miranda ya se había referido a un “continente colombiano” y, desde luego, Bolívar tratará de concretar algo en torno a la idea mediante su convocatoria para el famoso y fracasado Congreso de Panamá. Pero Burke es el promotor público de la idea (ciertamente compartida en los círculos de las elites criollas) que por ahora interesa dejar establecida: la temprana noción de dos Américas de origen ibérico, y no se trata, como estamos acostumbrados a pensar, de la española y de la portuguesa, sino de las “españolas” del norte y del sur del continente.

La percepción burkiana de “dos Américas”, la Meridional o México, y la Septentrional, que él identifica con los espacios que

considera ya independizados y que corresponden a Venezuela, Colombia y Argentina, está basada en el reconocimiento de dos realidades geopolíticas diversas ya definidas en 1810. Pero dos espacios geopolíticos que, en su opinión, pueden reunificarse a partir de raíces históricas y culturales comunes, que constituyen la base de esa segunda "identidad", la supra-nacional, en este caso supra-regional. Pero aquí se conforma un problema que va a perdurar durante buena parte del siglo XIX, y ese problema se llama Brasil. En efecto, como sabemos, los documentos relativos a los proyectos de "unión americana" o de "asamblea continental" están puntuados de referencias a "la América antiguamente española" y otras denominaciones con igual sentido, entre las que sobresale la noción de la "reunión de familia". De cierta manera, el uso del término "antiguamente española" hace renacer el de "antiguamente portuguesa" y revive el viejo conflicto inter-imperial, cuanto más por el sistema de gobierno monárquico que adopta el Brasil independiente. Pero, por otro lado, el Imperio no sólo está plenamente convencido de su americanidad, sino que su ministerio de asuntos extranjeros intercambia con el mexicano afirmaciones mutuas de la grandeza del otro: Brasil no duda de que México será la potencia en América Meridional y México no duda de que Brasil lo será en la América Septentrional (cf. Palacios, 2008, p.21). Pero Brasil, más que de origen portugués, es una monarquía, y eso representa un acertijo que hay que resolver. Ya en 1831, cuando una misión mexicana "ante las Repúblicas de América del Sur y al Imperio del Brasil" se establece en Lima con la única tarea de convocar a una nueva asamblea americana en México, las diplomacias mexicana y chilena discuten cómo hacer para invitar a Brasil sin que esa actitud abra la puerta a un invitado que para algunas cancillerías resulta un poco incómodo: Estados Unidos de América del Norte. Nuevamente en 1847, en vísperas de la asamblea limeña convocada para ese año, con México enfrascado en su desastrosa guerra contra Estados Unidos,

se desarrolla un intenso juego entre las cancillerías sudamericanas sobre las maneras de incluir a Brasil en reuniones de la “familia hispana”.

Esta pugna sorda, y por lo pronto meramente discursiva, inclusive retórica, por establecer hegemonías basadas en cuestiones cuantitativas (tamaño del territorio, riquezas supuestas o conocidas, etc.), es el prelude de intentos prácticos por definir dominios espaciales y áreas de influencia política y económica. En este sentido, no es ocioso pensar que el mantenimiento de la unidad de la antigua posesión portuguesa en América y su conversión en un imperio centralizado de dimensiones colosales, ayudó a promover la idea de recuperar la grandiosidad equivalente de los viejos territorios españoles, lo que también jugó en diversas circunstancias como una pretensión de dominio al interior de estos mismos espacios.

En efecto, a lo largo de los primeros años de formación de las naciones en América Ibérica es notable la celeridad con que cada una trata de convertirse en el coloso hegemónico de la región: así lo hizo Perú, que consideraba que su jurisdicción se extendía al sur hasta Chile (haciendo caso omiso de la reforma que transfirió el Alto Perú al Virreinato del Río de la Plata), y al norte hasta las fronteras con la Nueva Granada; lo hizo Buenos Aires, que también trató de recomponer su espacio tardo virreinal; se lo propuso de la misma manera la Gran Colombia y México miró como suya la región de América Central. Todavía en 1878, el enviado mexicano a Santiago de Chile informaba que México era considerado en América del Sur como el país más “rico y poderoso” de todas las repúblicas hispano-americanas, a pesar de haber perdido ya la mitad del territorio – pero no sus fuentes tradicionales de riqueza.¹³ Curiosamente,

13. “Nuestro país tiene en Sud-América la fama de ser el más rico y poderoso de las repúblicas españolas [...]”. Sierra a Ávila, oficial mayor encar-

esa declaración pública de grandeza y de aspiración hegemónica no la hizo Chile, por lo menos de manera explícita, tal vez porque sus clases dirigentes consideraban que el país carecía de credenciales espaciales para eso, pues su territorio, antes de 1838, era prácticamente la mitad de lo que será al final del siglo, una vez que hubiera incorporado las regiones araucanas al sur y las bolivianas y peruanas al norte; y, sin embargo, fue ese Estado-nación el que efectivamente construyó una hegemonía regional indiscutible en el Pacífico a partir de la guerra de 1879-1883.¹⁴ Pero no olvidemos que esa lucha por la construcción de representaciones hegemónicas de las nuevas naciones esconde también tentativas efectivas de establecer los límites territoriales de las nuevas entidades nacionales, y que esto va a ser uno de los principales motivos, si no el principal, de la onda de conflictos y guerras que se desarrollan en América del Sur durante todo el siglo XIX. Este fenómeno, que, como ya fue dicho, corresponde en varios casos a una tentativa de recomposición de los espacios virreinales, va a ser un tercer obstáculo "identitario" a las propuestas discursivas de unión continental, pues presupone proyectos expansionistas basados, a imagen y semejanza del Brasil unificado, en territorios de gran extensión, en "grandes naciones".

La cuestión de la identidad "hispanoamericana", combinada con la identidad "sudamericana" de origen español excluye de algún modo – de una manera básicamente discursiva – a Brasil. Digo discursiva porque la presencia física del imperio de Brasil en Sudamérica es evidente e inobjetable; pero hay otra

gado del Despacho. Santiago, 13 de diciembre de 1878. AHGE, L-E-1864, Exp. 8, f. 255-259 (apud Brading, 1995, p.4).

14. La bibliografía sobre la Guerra del Pacífico es extraordinariamente abundante, si bien predominan los ensayos justificativos y la compilación de testimonios. Entre los más recientes, véase Cluny (2000).

identidad, ésta de naturaleza geopolítica y no “étnica”, la “sudamericana”, que se construye en América del Sur, que incluye Brasil y que excluye definitivamente a México, con el agravante de que en este caso la exclusión va más allá de los discursos y se afirma sólidamente sobre el problema territorial. Por eso, por su lejanía física del continente sudamericano, donde se concentra la mayoría de la población americana de herencia española, México es el principal promotor de la consolidación de una identidad basada en cuestiones de “raza” y de orígenes culturales centrados en lo español para defenderse de las amenazas expansionistas de Estados Unidos. México es un país perfectamente consciente de su aislamiento geográfico, en lo que se asemeja un poco al caso chileno.

La idea de la “reunión de familia”, de la “familia de hermanos”, que busca la convergencia de todos los países de habla hispana en un acuerdo general, surge de la cancillería mexicana en los años inmediatos a la consumación de la Independencia (cf. Alamán, 1971).¹⁵ La restricción a lo “español” se explicaba evidentemente por un pasado imperial común, pero conforme avanzaba el proceso de configuración y reconfiguración de los territorios en el continente y se proyectaban asambleas y congresos americanos, dicha reserva dejaba de apoyarse en el pasado imperial, y, al dirigirse de manera implícita a Brasil, lo hacía argumentando su falta de raíces culturales – y no necesariamente políticas – hispánicas. Sin embargo, los vericuetos geopolíticos sudamericanos fueron siempre más realistas en el ejercicio de los “intereses nacionales” que la postura un tanto cuanto utópica

15. Alamán fue el primer secretario de Relaciones Exteriores del México republicano. La primera misión mexicana a los países de América del Sur, encabezada por Juan de Dios Cañedo, se estableció en Lima en 1831 y su principal propósito era convocar a una “reunión de familia” que juntase a todas las naciones hispano-hablantes (cf. Palacios, 2008, p.49-59).

mexicana, de reivindicar alianzas multilaterales en nombre de la "raza" y de la cultura comunes. Así, Chile, permanentemente amenazado por Argentina en el Estrecho de Magallanes y por Perú en el Pacífico del sur, sin más frontera que el océano, la cordillera y una nación – Bolivia – que no acababa de conformarse, buscaba mucho más la identidad sudamericana entendida como la necesidad de una alianza firme con Brasil, que otro tipo de identificación que no ofrecía eficacia alguna.

De esa manera, los proyectos de "unión continental" chocaban con la más clara de las realidades enarboladas por los "intereses nacionales" que ya se traducían en conflictos y que comenzaban, por su vez, a concretarse por cuestiones de límites, de esferas de influencia, de pretensiones hegemónicas, de tentativas de reconstituir el ámbito de la nación soberana sobre el mapa de los antiguos territorios virreinales, etc. Hacia 1880, Iberoamérica ya tenía una historia de conflictos interregionales digna de cualquier espacio "moderno", si bien, como lo han señalado algunos autores siguiendo a Miguel Ángel Centeno (ca. 2002), no se trataba de guerras y conflictos de unificación, como parece haber sido el caso europeo occidental. No obstante, me parece que nuestros conflictos, aun cuando no hayan servido para unificar Estados modernos lograran implantar elementos de identidad nacional que posteriormente servirían para una unificación de otra naturaleza. De cualquier manera, esas colisiones, que en un principio se vieron como evitables, transitorias y lamentables rupturas de los tejidos de sociedades "hermanas", hacia mediados del siglo XIX, comenzaron a considerarse, en tanto que encarnación de determinados intereses nacionales, como las bases de la acción diplomática y de la red de relaciones que se establecían entre las diferentes naciones de Iberoamérica.

La puntilla del "americanismo" post-independentista la dio la Guerra del Pacífico que enfrentó a Chile contra Perú y

Bolivia por los riquísimos depósitos de salitre y otros minerales, con los resultados conocidos. Así, ante la inminencia de la declaración de guerra en febrero de 1879, el enviado mexicano Santiago de Chile preguntaba a su cancillería, que insistía en la visión de la “unión continental”,

Desde que [...] el eje de todo convenio ulterior [a la guerra] reposará sobre el precedente de la humillación de Bolivia o el aniquilamiento de Chile, ¿qué palabras de fraternidad y de americanismo pueden ser oídas? Ya el gobierno chileno, en notas oficiales, ha expresado su arrepentimiento de haber cedido alguna vez a consideraciones “de americanismo”. Los periódicos hablan del “*ensueño ilusorio* de la confraternidad americana”.¹⁶

Por otro lado, el juego de identidades que operó, o que se trató de hacer que operara, durante la mayor parte del siglo XIX, comenzó a ser sustituido por una versión cada vez más concreta y evidente de los intereses nacionales, esto es, por la penetración del capital europeo y estadounidense en las economías latinoamericanas y su reproducción. Se trata de un proceso que produce, entre otras cosas, la concreción de la “idea nacional” y de la “identidad nacional” en defensa de ventajas y privilegios de las elites locales a la luz de la re-inserción del subcontinente en la economía internacional a finales del siglo. Hacia esos años los vínculos de los países de América Latina con los centros de expansión del capital financiero e industrial son mucho más importantes y eficientes como mecanismos de articulación transnacional que cualquier noción de identidad cultural, histórica, étnica, etc. El propio Sierra afirmaba:

16. Sierra a Ávila, oficial mayor encargado del Despacho de Relaciones Exteriores de México. Santiago de Chile, 28 de febrero de 1879, en AHGE, 6-19-38, f. 8 y 9 (apud Brading, 1995, p.70).

En los días de la independencia latino-americana, una era la causa que desde California hasta el río de la Plata proclamaban los patriotas, los ejércitos y los pueblos, uno el enemigo, una la aspiración a cierta forma de gobierno, y una en fin la esperanza de la unión; pero frustradas las tentativas de alianza general por la incuria con que se trataron y por las nuevas preocupaciones que después del triunfo surgieron en cada localidad, se ha dado tiempo a que los intereses de cada grupo se definan y desenvuelvan en un sentido altamente egoísta, a que los lazos morales se relajen, y que los materiales del comercio se sujeten a la atracción inevitable de los grandes mercados europeos.¹⁷

Así, aun antes de la Guerra del Pacífico, los intereses comerciales que re-articulaban a las naciones iberoamericanas al mercado mundial ya habían reconfigurado la geografía del continente y dado al traste con las identidades decimonónicas. Colombia y Venezuela navegaban por las Antillas y el Caribe hacia los mercados europeos y estadounidenses, dándole prácticamente la espalda al resto de América del Sur. No olvidemos que Caracas rechazó varias convocatorias a los congresos de Lima argumentando que sus intereses estaban mucho más afincados en Europa que en América del Sur. Las cuatro naciones del Pacífico Sur, esto es, Chile, Bolivia, Perú y Ecuador, separadas del resto por la cordillera de los Andes, veían la geografía de una manera completamente distinta, y se desarticulaban del núcleo continental para re-articularse a lo largo de la costa oceánica hacia los tremendamente dinámicos mercados del oeste estadounidense. Argentina, ya constituida como una nación unificada, reafirmaba su vocación europeísta y comenzaba, como también lo hacían Brasil y Uruguay, a establecer

17. Sierra a Ávila, oficial mayor encargado del Despacho de Relaciones Exteriores de México. Santiago de Chile, 19 de diciembre de 1878. AHGE, L-E-1864, exp. 8, f. 260-263 (apud Brading, 1995, p.45).

lazos cada vez más firmes con las economías europeas a través de intensas corrientes de inmigración.¹⁸

En cuanto eso, los gobiernos de México se aferraban casi desesperadamente a una supuesta y cada vez menos efectiva, identidad hispanoamericana que les permitiera sentirse parte de una entidad mayor, una “América antes española”, que le protegiese y apoyase. Era una lucha sin gloria: la condición perversa de estar cerca de Estados Unidos y lejos – no tanto de Dios, como dice la frase atribuida a Porfirio Díaz, sino de América del Sur, singularizaba de manera dramática su situación y la hacía un paradigma de aislamiento y soledad. México era la única nación realmente amenazada por el expansionismo estadounidense, mientras que, con excepción de los pequeños Estados de Centroamérica, el resto de América Latina, esto es, sus elites y clases políticas, recibían ya muchos más beneficios que perjuicios de sus relaciones con los yanquis, como se les decía entonces. Por eso, los intentos mexicanos de agarrarse a la identidad “hispanoamericana” como una muralla defensiva ante el enemigo del norte se estrellaron crecientemente con la definición de intereses nacionales individuales para los cuales ese enemigo no existía, mucho por el contrario.

18. Sierra a Ávila, oficial mayor encargado del Despacho de Relaciones Exteriores de México. Santiago de Chile, 13 de diciembre de 1878. AHGE, L-E-1864, exp. 8, f. 255-259 (apud Brading, 1995, p.39-40).

REFERENCIAS DOCUMENTALES Y BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMÁN, L. *El reconocimiento de nuestra Independencia por España y la Unión de los Países Hispano Americanos*. México: Porrúa, 1971.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BRADING, C. W. (Ed. y Comp.) *Santiago Sierra: la diplomacia mexicana en América del Sur y la Guerra del Pacífico, 1878-1879*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1995.
- BURKE, W. *Derechos de la América del Sur y México*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1959. 2v.
- CENTENO, M. Á. *Blood and debt: war and the nation-state in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University, 2002.
- CHIARAMONTE, J. C. *Nación y Estado en Iberoamérica*. El lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- CLUNY, C. M. *Atacama*. Ensayo sobre la Guerra del Pacífico, 1879-1883. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- DEMELAS, D. *Nationalisme sans nation? La Bolivie aux XIXe-XXe siècles*. París: CNRS, 1990.
- FLORES, J. R. (Comp.) *El pensamiento político en las etapas sobresalientes de nuestra historia*. Morelia: Gobierno del Estado de Michoacán, 1978. 32p.
- GELLNER, E. *Naciones y nacionalismo*. México: Alianza, 1991.
- HALL, J. A. (Ed.) *Estado y nación*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- HIRSCHMAN, A. O. *Las pasiones y los intereses: argumentos políticos a favor del capitalismo antes de su triunfo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- HOBBSAWM, E. *Naciones y nacionalismos desde 1780*. Barcelona: Crítica, 1991.
- OLIVERA, M. V. ¿Repúblicas hermanas? En pos de una política hacia América Latina. In: SCHIAVON, J. A.; SPENSER, D.; OLIVERA, M. V. (Ed.) *En busca de una nación soberana*. Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX. México: Cide, Secretaría de Relaciones Exteriores, 2006. p.63-90.

- PALACIOS, G. *Intimidades, conflitos e reconciliações*. México e Brasil, 1822-1993. São Paulo: Edusp, 2008.
- PERÚ. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Congresos americanos de Lima*. Recopilación y prólogo de Alberto Uilloa. Lima: Torres Aguirre, 1938. 2 v.
- QUIJADA, M. ¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano. In: ANNINO, A.; XAVIER-GUERRA, F. (Coord.) *Inventando la nación*. Iberoamérica. Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.287-315.
- RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation? Et autres écrits politiques*. Paris: Imprimerie Nationale, ca. 1996.
- SAGREDO, R. De la historia natural a la historia nacional. *La historia física y política* de Claudio Gay y la nación chilena. In: PALACIOS, G. (Ed.) *La nación y su historia*. México: El Colegio de México, 2009.
- SMITH, A. D. *Nationalism*. Theory, ideology, history. Malden, MA: Polity, 2001.
- VERA, E. R. Les origines de l'histoire nationale au Mexique. Les premiers manuels scolaires (1852-1894). In: BERTRAND, M.; MARIN, R. (Dir.) *Ecrire l'histoire de l'Amérique latine, XIXe-XXe siècles*. Paris: CNRS, 2001. p.107-30.
- XAVIER-GUERRA, F. Mutaciones y victoria de la nación. In: XAVIER-GUERRA, F. et al. *Modernidad e independencia*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993. p.319-50.
- _____. Las mutaciones de la identidad en América hispánica. In: ANNINO, A.; XAVIER-GUERRA, F. (Coord.) *Inventando la nación*. Iberoamérica. Siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.213-20.
- XAVIER-GUERRA, F. et al. *Modernidad e independencia*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993.

Para além das barreiras das fronteiras geopolíticas
na construção historiográfica: a região platina no sul
da América do Sul

Heloísa Reichel¹

“‘Histoire contemporaine’: ce terme désigne généralement l’histoire d’un espace de temps appartenant a un passé très proche [...] Mais si l’on voulait penser ou s’exprimer avec une extrême rigueur, on ne devrait qualifier de contemporaine que l’histoire qui prend immédiatement naissance de l’acte que s’accomplit: la conscience même de l’acte.”

(Croce, 2000, p.28-9)

Se levarmos em consideração a afirmação de Benedetto Croce de que toda a historiografia é contemporânea porque o historiador escreve influenciado pelo presente em que vive, poderíamos esperar que, no mundo globalizado dos dias atuais, as fronteiras das histórias nacionais, construídas a partir do viés dos nacionalismos, estivessem esmaecidas e houvesse uma abertura maior à percepção de dinâmicas econômicas, sociais e culturais que ultrapassassem as fronteiras nacionais. Contraditoriamente, na atualidade, defrontamo-nos com uma intensa vitalidade das histórias/historiografias nacionais neste mundo que se diz globalizado.

A crise e a revisão dos paradigmas científicos que impregnaram a construção historiográfica das últimas décadas tam-

1. Professora do Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

bém ajudaram a agravar a fragmentação da história – cada vez mais “nacional” – em temas, objetos, métodos e escolas. Perante a crise generalizada que afetou por igual a teoria e a prática da história, abandonou-se a pretensão de construir uma visão global do passado, e a microescala passou a ganhar destaque. Porém, algumas respostas para essa fragmentação da história e suas consequências já têm surgido.

Em 2000, o 19º Congresso Internacional de História das Ciências procurou recuperar o tema da “história global”, discutindo a definição possível de uma história pensada em escala mundial, ainda que sem a antiga pretensão de construir uma versão totalizante.² Buscava-se, segundo Chartier (2001, p.119), um dos participantes do evento, identificar diferentes espaços ou “regiões” – no sentido braudeliano do termo –, independentemente da soberania estatal correspondente, e resgatar a unidade histórica de uma sociedade com suas relações e mudanças. O que importava, segundo as posições a favor dessa perspectiva, era a escolha de um marco de estudo no qual se tornassem visíveis as conexões históricas em relação às populações, às culturas, às economias e aos poderes, atendendo, entre outros, à circulação de homens e bens e à mistura dos imaginários.

Em 2001, a revista *Annalles* dedicou um dossiê à “história global”, dando-lhe o título de *Pensar o mundo*. Maurice Aymard e Roger Chartier (2001, p.3-4), seus organizadores, afirmaram, na introdução, que não se tratava somente de propor um certo “nível de generalidade”, mas de superar os limites de uma entidade particular para estudar as conexões e as circulações que caracterizam todo o processo histórico. Ao considerarem ser necessário romper com os limites territoriais estabele-

2. Realizado em Oslo, o congresso debateu o tema “Proceedings/Actes Perspectives on Global History: concepts and methodology”.

cidos pelas histórias nacionais, Aymard e Chartier (2001, p.3, tradução nossa) escreveram:

Os Estados modernos só são o que são pelo momento em que nasceram, não por sua superioridade intrínseca sobre construções culturais anteriores. De fato, as identidades nacionais se impuseram às culturas preexistentes e a história não fez mais do que responder ao pensamento hegemônico ao desconhecer um passado comum que definia a identidade e o processo de construção das identidades.

Com base nesse novo paradigma, parece-nos que a história regional afirma-se com grandes potencialidades para romper com uma tradição historiográfica fortemente arraigada: a de construir uma história nacional encerrada nos limites do Estado-nação consolidado em fins do século XIX, a qual cerceia, entre outras coisas, a possibilidade de chegar ao conhecimento da riqueza e do dinamismo que encerram as áreas de fronteira, entendidas como verdadeiros espaços construídos socialmente em processos históricos de média e longa duração.

A HISTÓRIA REGIONAL – DE QUE HISTÓRIA REGIONAL SE ESTÁ FALANDO?

Ao contrário da história regional que se confunde com as divisões geopolíticas existentes no interior dos Estados nacionais, a história regional de que falamos tem sua origem no conceito de região formulado pela *geografia crítica*. Busca, pois, a compreensão dos processos sociais que se estruturam em um tempo e um espaço particulares e a reconstrução das relações entre os sujeitos sociais que marcam a especificidade de suas manifestações. Essa perspectiva incorpora a variável espacial, entendendo a região como o resultado de um processo de estruturação social que articula tempo e espaço e condensa di-

ferentes processos sociais que implicam o desenvolvimento de uma territorialização das relações histórico-sociais. Na *geografia crítica*, homem e natureza formam um conjunto, estando em permanente interação. Sendo assim, o seu objeto de estudo é a produção humana nos espaços e o uso desta pela sociedade. Com esse sentido, privilegia a organização do espaço terrestre que passa a ser visto como obra do trabalho e morada do homem.

Mais recentemente, o conceito de região passou a absorver posicionamentos trazidos da história sociocultural. Nesse sentido, considera que ela é formada a partir de relações sociais fundamentadas em experiências sociais concretas, vividas pelos homens, as quais fazem deles produtores de cultura. Em outras palavras, as vivências, as ideias, os sentimentos que os homens desenvolvem nas relações com outros homens compõem, em um espaço delimitado, a cultura de uma região. Em síntese, o agente preferencial desse posicionamento teórico que integra a geografia e a história passou a ser a sociedade que é quem organiza tais espaços, os quais expressam uma combinação de capital, de trabalho, de tecnologia e de realizações humanas.

A REGIÃO PLATINA

O espaço geográfico que denominamos de *região platina* corresponde a uma grande extensão de terras que, atualmente, compreende as áreas da *campanha* de três países, respectivamente, da Argentina, do Uruguai e do Brasil.³ Nele, encontra-

3. Elementos geográficos e históricos permitem a configuração, ali, de um espaço regional. Os geográficos são: a bacia do Rio da Prata e as terras planas, férteis e com abundante pasto que compõem a planície *campanha* ou *pampa*. Os históricos, por sua vez, relacionam-se com a formação econômica, social e cultural da *região*. Consideramos que ela se formou

mos uma peculiaridade: a presença de fronteiras internas. No período colonial, as indefinidas e constantemente alteradas fronteiras dividiam os impérios português e espanhol, e após a independência, as fronteiras nacionais foram se delimitando gradativamente por meio de conflitos ou acordos diplomáticos. Nesse contexto, o conceito fronteira ganha importância, sendo necessário que se defina seu duplo significado. O primeiro consiste na fronteira-linha, que separa, define territórios; o segundo, na fronteira-zona, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas, culturais.

Nossa investigação em relação a esse espaço geográfico tem visado realizar uma releitura do tratamento que a historiografia lhe dá. Na medida em que os estudos historiográficos estão fortemente marcados pelo viés do nacionalismo, desviamos-nos desse enfoque, desenvolvendo outro que rompe com os limites político-geográficos nacionais que se configuraram na bacia do Prata ao longo do século XIX. Enquanto as historiografias nacionais identificam sentimentos de ser e pertencer, ou seja, a existência de sentimentos de nacionalidade desde o período colonial, nas populações de cada um dos países envolvidos na região platina, afirmamos que, durante aquele período, como até os dias de hoje, apesar de forma menos visível, as fronteiras

a partir da colonização quando o contato do europeu com o habitante e a introdução do gado bovino e cavalar na planície pampeana estabeleceram novas formas de produção econômica, fundamentadas em novas relações de trabalho e de organização da produção. A presença da fronteira entre dois impérios coloniais e a rede fluvial que se abria às terras do interior possibilitavam o acesso de navios, estimulando, por sua vez, a prática do comércio, principalmente via contrabando, entre os moradores da *região*. A partir daí, estruturou-se uma sociedade com relações sociais específicas, as quais geraram um universo próprio de valores culturais, um cotidiano e um imaginário peculiares.

existentes no interior do espaço platino atuaram no sentido de fronteira-zona e de fronteira-linha.⁴

ALGUNS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÕES REALIZADAS COM BASE NO CONCEITO REGIÃO PLATINA

A região platina se configura e se desenvolve ao longo do período colonial.⁵ Marcela Tejerina (2004), em sua obra *Luso-brasileños em el Buenos Aires virreinal*, considera que essa região, do ponto de vista comercial, sofreu forte impacto em 1807, por causa da invasão francesa na Península Ibérica e das consequentes alterações provocadas por esse acontecimento na vida colonial. O intercâmbio comercial intrarregional viu-se afetado ainda mais após a formalização da ruptura com a metrópole, decretada pelo Cabildo de Buenos Aires em 1810. Entretanto, se olharmos pela ótica dos intercâmbios fronteiriços, como os negócios que envolviam terras e gado ou a circulação de pessoas e ideias, todo o século XIX ainda se mostrou extremamente dinâmico para experiências sociais, econômicas e culturais comuns no espaço da região platina.

Observando o período protoindependente, por exemplo, constatamos que o governo de Juan Manuel de Rosas (1829-1852) na província de Buenos Aires gerou repercussões em toda a região platina. Além de se envolver, em muitos momentos, nas guerras civis que se desenrolavam em solo uruguaio, envolvimento que se fazia presente também entre os pecuaristas e políticos do Rio Grande do Sul, a ditadura por ele imposta

4. Chesneaux (1972, p.180-91) apresenta a teoria da fronteira-zona como área de aproximação e contatos econômicos, sociais e culturais, em oposição à fronteira-linha, forma tradicional de tratar a fronteira, ou seja, como limite que demarca território e divide populações.

5. Essa tese foi desenvolvida por Reichel e Gutfreind (1996).

gerou uma forte oposição, liderada por intelectuais da Geração de 37. Exilados, muitos foram para o Uruguai, de onde publicaram panfletos e jornais que circulavam em toda a região platina. Eduardo Scheidt (2000, 2004) e Maria Medianeira Padoin (1999) demonstraram que, no contexto da Revolução Farroupilha, a circulação de ideias republicanas e o federalismo se inspiravam nos ventos que sopravam, vindos do Rio da Prata. E mais, os próprios sujeitos dessa tarefa de circular ideias, os intelectuais periodistas, reconheciam fatores culturais comuns que possibilitavam não apenas o intercâmbio, mas também a receptividade das ideias republicanas e federalistas no Rio Grande do Sul.

A persistência da região platina pode ser atestada mais tarde, ainda no século XIX. A identificação de que 70% dos pecuaristas do norte do Uruguai eram brasileiros, de que o governo uruguaio se viu obrigado a promover uma reforma educacional que definia o espanhol como língua oficial, de que havia a preferência pelo comércio de trânsito, realizado desde o porto de Montevideu pela população da metade oeste do Rio Grande do Sul e motivo de conflito entre as praças comerciais de Rio Grande e da fronteira (Santana do Livramento e Uruguiana), sem falar no contrabando, são exemplos que atestam que as fronteiras continuavam permeáveis tanto do ponto de vista econômico quanto social e cultural.

A queda de Rosas, em 1852, promoveu o fim do bloqueio à navegação internacional no trecho argentino dos rios que formam a bacia do Rio da Prata. Com isso, operou-se a recuperação imediata do comércio que se realizava entre portos interiores do Brasil, da Argentina e do Paraguai desde o período colonial, denominado circuito comercial platino. Esse circuito comercial se viu revigorado pela construção de ferrovias ao final do século XIX e inícios do XX. Algumas ligaram novamente as campanhas do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul, e estas aos portos de Montevideu e Buenos Aires, caracterizando no-

vamente a presença econômica e cultural da região platina. Em sua dissertação, Marcelo Henrique Dias (1997) demonstrou o esforço da sociedade fronteiriça sul-rio-grandense, apoiada pela argentina e pela uruguaia, para impedir a nacionalização da economia do Rio Grande do Sul, promovida por Borges de Medeiros. Entre jogos de poder, demarcados por grupos de pressão e políticos, pelo lado do setor pecuarista e pelo governo estadual, que aplicava uma política comercial e de infraestrutura de transportes que favorecia o porto de Rio Grande, a saída encontrada continuou a ser, como o próprio Borges reconheceu em seu discurso de final de governo, o contrabando.

DÍALOGOS HISTORIOGRÁFICOS NA HISTÓRIA AGRÁRIA REGIONAL

O intercâmbio entre as historiografias que vêm sendo produzidas nos e sobre os subespaços que compõem a região platina é uma das mais importantes conquistas dessa história regional. A história da região platina não apenas tem possibilitado a oxigenação das histórias nacionais, mas, o que nos parece extremamente importante, também tem propiciado um rico diálogo historiográfico. Vamos exemplificar com o que ocorreu no campo da história agrária.

A renovação por que passou a história agrária argentina ao final da década de 1980 possibilitou o *start* dessa nova história regional. Em 1989, Juan Carlos Garavaglia publicou o texto fundamental para a nova concepção da história rural da *campanha*. Sob o título de “Ecosistemas y tecnologia agrária: elementos para una historia social de los ecosistemas agrários rioplatenses (1700-1830)”, publicado na *Revista Desarrollo Económico*, Garavaglia (1989) estudou os ecossistemas produtivos encontrados na província de Buenos Aires. Identificou três modelos distintos: cinturões agrícolas que se formaram ao

redor de Buenos Aires, compostos de pequenas e médias propriedades que se dedicavam ao plantio de hortaliças e de grãos exclusivamente; uma área mais distante da zona urbana, onde existiam pequenas e grandes propriedades que realizavam uma produção combinada de produtos agrícolas e pecuários. Apenas nas regiões mais afastadas de Buenos Aires, encontrou propriedades dedicadas exclusivamente à produção pecuária.

As pesquisas iniciaram tomando, como microespaço, a província de Buenos Aires e, como microtemas, a produção, o trabalho e o tamanho das propriedades. Também, do ponto de visto de tempo, o período estudados era o breve vice-reinado do Prata (1776-1810). Todos os estudos se inscreveram no âmbito restrito da história econômica inicialmente, tendo se formado um sólido grupo de pesquisadores que se dedicava à história colonial rural rio-platense. Hoje, há pesquisadores que usam da mesma metodologia e levantam problemas semelhantes em todo o território pampeano (sul da província de Buenos Aires), ao sul do Brasil e no Uruguai, mostrando que o recorte ou “grandeza” regional, ou seja, a “região”, não segue critérios arbitrários ou institucionalmente definidos, mas é uma dimensão que se constrói e se forma histórica e espacialmente.⁶

No que tange à história dessa história rural que se confunde com história regional nesse momento, a passagem mais importante que se operou foi a do tratamento estrutural do desenvolvimento agrário, no qual a estância aparecia como protagonista secundário, para estudos cada vez mais micros, com análises de novas fontes e centrados em estudos em que as unidades agrárias de produção – estâncias, chácaras etc. – eram vistas como verdadeiras unidades de análise. Avançou-se, assim, no que diz respeito a temas do mundo econômico, como a coexistência da

6. Na historiografia brasileira, destacamos as contribuições de João Fragoso e, na sul-rio-grandense, de Helen Osório e Fábio Kuhn.

agricultura e da pecuária, a interdependência de mercados regionais, a presença das pequenas e médias propriedades ao lado dos latifúndios, a complementaridade do calendário das atividades da agricultura e da pecuária que permitia o uso de uma mesma mão de obra, a presença da mão de obra escrava nas unidades pecuárias etc.

A partir dos anos 1990, quando já estava consolidada a renovação da história agrária colonial e se reconhecia a existência de um mundo colonial distinto daquele que a historiografia tradicional apresentara, a pergunta que os historiadores passaram a fazer foi: “O que aconteceu com toda essa estrutura depois do processo de independência?”. Mais detalhadamente, as pesquisas foram avançando sobre a primeira metade do século XIX, com o objetivo de explicar as alterações na produção, como a estagnação da produção agrícola, a presença de uma produção pecuária ovina importante, a concentração da terra e principalmente como estava se dando o processo de privatização e concentração da terra.

Entretanto, essa história rural que, até os anos 1980, fora essencialmente considerada um ramo da história econômica sugeriu aos historiadores questionamentos de ordem social, cultural e até política. Era necessário compreender a articulação entre os diferentes setores da sociedade rural para dar conta da complexidade do mundo rural. Um dos primeiros problemas levantados dizia respeito à população. Os novos conhecimentos sobre a produção tornaram evidente que a campanha não era um território com “muita terra e pouca gente”, como se pensava. Os estudos sobre a população constituíram-se, assim, em um dos elementos que mais contribuíram para alterar sensivelmente a visão tradicional da história agrária da região do pampa. Longe de achar um gaúcho solitário, vagando livre no campo, os censos e registros paroquiais mostraram uma realidade que, em alguns aspectos, se assemelhava à do resto do

mundo rural ibero-americano e, em outros, diferia claramente. Assim, no lugar do deserto, descobriu-se uma sociedade.

A REGIÃO PLATINA ANTE AS HISTÓRIAS NACIONAIS

Pela peculiaridade de ser um espaço transnacional, a região platina convive historicamente com os dois tipos de fronteira anteriormente citados. No passado colonial e protocolonial independente, a fronteira-zona se sobrepunha à fronteira-linha. Atualmente, a situação é claramente inversa. Sendo assim, a pergunta que orienta a investigação que atualmente realizamos como grupo de pesquisa é a seguinte: “O que aconteceu com a região platina a ponto de a fronteira-zona ter se tornado praticamente invisível ou difícil de ser percebida na atualidade?”.

Na tentativa de responder a essa questão, que, ao contrário do que vimos até o momento desenvolvendo, preocupa-se em compreender as razões da aparente desintegração da região platina, selecionamos alguns temas importantes que marcaram as histórias dos subespaços regionais em diferentes momentos históricos, tais como a construção das identidades, a estruturação de economias sob a égide do nacional-protecionismo, a disputa pela hegemonia na América do Sul, entre outros.

Considerando que o imaginário social desempenha um papel importante na forma como as sociedades percebem a realidade em que vivem, um dos temas diz respeito à construção das identidades e da memória coletiva nos subespaços que compõem a região platina. Em trabalhos anteriores, já focalizamos a peculiar contradição de todos apresentarem o gaúcho como personagem/representação característico de cada subespaço. No artigo “A identidade sul-riograndense no imaginário de Érico Veríssimo” (Reichel, 1999), referimos que os intelectuais desempenharam um importante papel nesse trabalho de construção de identidades. No caso do Rio Grande do Sul, contribuíram para

que se afirmasse a identidade sul-rio-grandense, representando o Estado como sendo essencial e unicamente brasileiro. Para tal, empenharam-se na criação do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (1920) e na interpretação historiográfica que rompia com a visão separatista da Revolução Farroupilha. Escreveram obras literárias e historiográficas que destacavam a alteridade do gaúcho sul-rio-grandense em relação ao gaúcho platino. O romance *Ana Terra*, primeiro da trilogia *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, publicado em 1950, enquadra-se nessa situação. Nele, a origem lusitana do Rio Grande do Sul foi confirmada por meio do assentamento dos tropeiros paulistas que desceram em busca de gado e pelo “castelhano”, representado como o invasor, o agressor, o malfeitor que assassinou a família de Ana Terra.

Atualmente, motivados pelo contexto que ora vivenciamos, ou seja, o das comemorações do bicentenário da emancipação das colônias hispânicas na América, optamos por analisar o processo de construção de identidades na sociedade platina em dois momentos distintos: o primeiro corresponde ao período do desenrolar dos movimentos de independência no Rio da Prata, e o segundo, às comemorações do centenário dessas emancipações, nas primeiras décadas do século XX. Focalizamos, especificamente, os subespaços Uruguai e Rio Grande do Sul, destacando que eles são separados por uma linha fronteira oficialmente reconhecida de cerca de 700 km. Geograficamente, porém, as terras de ambos os lados da fronteira são contínuas, constituindo, assim, uma fronteira seca.

Por ocasião dos movimentos de independência no Prata, a situação vivida nessa área de fronteira foi bastante peculiar. Por um lado, a mobilização de tropas luso-brasileiras garantiu a invasão portuguesa na Banda Oriental. Por outro, as constantes incursões das tropas artiguistas em território sul-rio-grandense, principalmente na área das antigas missões jesuíticas, eram

justificadas pela necessidade de recuperar terras do antigo vice-reinado do Prata. Havia, assim, linhas de fronteira que eram defendidas por uns, atacadas por outros, encontrando-se em instável definição.

Nesse contexto, porém, mesmo considerando os antagonismos existentes, constata-se a predominância da fronteira-zona. Grupos sociais da sociedade platina foram se unindo, contraindo alianças familiares, de negócios e/ou políticas a fim de defender seus interesses. Nesse sentido, pecuaristas orientais trataram de passar o gado de suas estâncias para o Rio Grande do Sul e/ou emigraram para o outro lado da fronteira, ameaçados que estavam pelas reformas artiguistas. Os pecuaristas do Rio Grande do Sul, por sua vez, expandiram suas propriedades para o lado da Banda Oriental após a derrota de Artigas e povoaram suas estâncias com o gado oriental, expandindo a produção das charqueadas. Entre os setores mais pobres da população, houve a deserção e a fuga de homens jovens de ambos os lados da fronteira e, principalmente, a adesão de índios e negros luso-brasileiros à causa artiguista. Foi um momento em que o intercâmbio comercial, a circulação de pessoas, as alianças e a identidade de interesses de grupos sociais falaram mais alto do que o sentimento patriótico e a identidade nacional (Reichel, 2008).

Ao contrário, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo incremento e pela difusão do sentimento patriótico, bem como pela afirmação de identidades geopolíticas nas comunidades envolvidas. Nesse momento, é possível identificar que a fronteira-linha já está frequentando os imaginários sociais com mais intensidade, fazendo que os cotidianos vivenciados sejam vistos de forma paralela e não tão integrada pela população de cada um dos subespaços.

Um dos temas investigados pelo grupo de pesquisa que coordenamos está relacionado ao processo de identificação e definição do mito fundador das histórias do Uruguai e do Rio

Grande do Sul e ao envolvimento das sociedades desses subespaços com a construção da memória histórica.⁷

A análise da documentação, principalmente centrada na produção de intelectuais e de matérias publicadas na imprensa, tem permitido acompanhar o processo e, o que é mais importante, identificar como se deu a apropriação do passado pelos diferentes grupos políticos e sociais que compunham as sociedades focalizadas. Como os jornais daquele período, em sua grande maioria, se caracterizavam por ter e assumir um forte vínculo político-partidário, a imprensa tem se mostrado como uma importante fonte para estudarmos as lutas de representações pela memória histórica e pela identidade, travadas em ambas as sociedades.

Os textos escritos pelos intelectuais, por sua vez, são fundamentais para a construção dos mitos fundadores de cada subespaço e para que estes fossem incorporados ao imaginário social. Intelectuais como Francisco Bauzá, Eduardo Acevedo e Juan Zorrilla de San Martín contribuíram para a heroicização de Artigas, enquanto, pelo lado sul-rio-grandense, podemos destacar Joaquim Francisco de Assis Brasil, João Cezimbra Jaques, Alfredo Ferreira Rodrigues, entre outros. Observando as obras desses autores, entretanto, identificamos que os dois mitos fundadores aqui citados são dotados de características comuns, como a de guerreiro, de aglutinador de pessoas, de líder preocupado com o bem comum e, principalmente, de líder de “gaúchos”, homens que viviam no campo, que prezavam a liberdade. Descrevem uma paisagem social e cultural muito semelhante para construir identidades que querem dizer específicas e singulares. Para exemplificar, selecionamos dois trechos, cujos autores, um de cada nacio-

7. Merece destaque o trabalho de Fuão (2009), em que o autor analisa a edificação de monumentos que consagram os mitos fundadores da nacionalidade uruguaia e do regionalismo sul-rio-grandense.

nalidade, descrevem o ambiente típico da região platina, no qual se geraram os heróis e mitos fundadores aqui focalizados. Assim, mesmo investigando a fragmentação do espaço, ainda as forças agregadoras, centrípetas, se faziam presentes.

Con esos elementos, amigos artistas, tenéis el ambiente de que há de estar compenetrado héroe nacional: colina ilimitadas y solitárias, bajo um cielo de esplendente azul; bosques en las corrientes; ganados innumerables em las laderas verdes, inmensas yeguas, que recorren las sinuosas llanuras; rebaños de ovejas, y, dominándolo todo, “el hombre domador de caballos”, como llama Homero al héroe troyano, El alma de aquella expresiva naturaleza, el hombre fuerte, capaz de pensar sin apearse del corcel, y de oír su propia voz interna em médio del ruido de las grandes voces. (Zorrilla de San Martín, 1963, p.69)

A alimentação no Rio Grande do Sul é sólida, suculenta, abundante e absolutamente isenta de princípios ativos à saúde. [...] O gado vaccun é tão abundante, existe espalhado por toda a província com tão grande prodigalidade – que é indistintamente do rico e do pobre este ótimo alimento. [...] genuíno churrasco, esse típico manjar do gaúcho. Depois de cada refeição, e a toda hora, ingerem-se, um após outras, algumas dúzias de cuias de mate amargo, chimarrão. (Assis Brasil, 1882, p.36-7)

Para concluir, queremos registrar a importância de pensar a história para além das fronteiras nacionais. Ao se realizar esse exercício historiográfico, não se deve negar a especificidade que cada sociedade adquiriu e vivenciou a partir do momento em que se organizou como um Estado nacional autônomo. Mas as experiências das sociedades não se limitam apenas às determinações que se originam a partir de seus limites territoriais ou de sua existência como Estado-nação. As interferências do contexto político, econômico ou cultural internacional, a circulação de ideias, pessoas e conhecimentos, os contatos e intercâmbios

fronteiriços e a existência de espaços transnacionais se constituem em alguns exemplos de variáveis que devem ser consideradas na análise historiográfica. No caso específico da região platina, temos atestado o quanto a cultura que se produziu nesse espaço, desde o período colonial até a exacerbação dos nacionalismos, ainda afeta, nos dias atuais, as sociedades dos subespaços que a compõem. Por fim, não podemos deixar de reiterar ainda a contribuição que o exercício de romper as barreiras da história nacional traz à construção historiográfica nacional. Esse olhar para além das fronteiras possibilita a renovação de problemas, de temas e de metodologias à historiografia, mesmo quando ela se diz estritamente nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS BRASIL, J. F. de. *A guerra dos farrapos* (História da República rio-grandense). Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1882.
- AYMARD, M.; CHARTIER, R. Une histoire à l' échelle globale. *Annales HSS*, n.1, p.3-4, jan./fev. 2001.
- CHARTIER, R. La conscience de la globalité (commentaire). *Annales HSS*, n.1, p.119, jan./fév. 2001.
- CHESNEAUX, J. *Hacemos tabla rasa del pasado?* México: Siglo XXI, 1972.
- CROCE, B. Théorie et histoire de l'historiographie. In: NOIREL, G. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 2000.
- DIAS, M. H. *O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: permanência ou desarticulação durante a 1ª República?* São Leopoldo, 1997. 228p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- FUÃO, J. R. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas.* São Leopoldo, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

- GARAVAGLIA, J. C. Ecosistemas y tecnología agrária: elementos para una historia social de los ecosistemas agrários rioplatenses (1700-1830). *Revista Desarrollo Económico (Buenos Aires)*, v.28, n. 112, ene./mar. 1989.
- PADOIN, M. M. *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- REICHEL, H. J. A identidade sul-riograndense no imaginário de Érico Veríssimo. In: GONÇALVES, R. P. (Org.) *O tempo e o vento – 50 anos*. Santa Maria: Editora da Universidade de Santa Maria; Bauru: Edusc, 1999. v.1, p.207-16.
- _____. Fronteiras em tempo de guerra: os intercâmbios entre a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: CONGRESO INTERNACIONAL: CIENCIAS, TECNOLOGÍAS Y CULTURA – DIÁLOGO ENTRE LAS DISCIPLINAS DEL CONOCIMIENTO. MIRANDO AL FUTURO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2008, Santiago de Chile. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 2008.
- REICHEL, H.; GUTFREIND, I. *As raízes históricas do Mercosul. A região platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.
- SCHEIDT, E. *Concepções de República na região platina à época da Revolução Farroupilha*. São Leopoldo, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- _____. *Representações de nação por periodistas italianos na região platina (1827-1860)*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.
- TEJERINA, M. Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal. In: _____. *Trabajo, negocios, intereses en la plaza naviera y comercial*. Bahía Blanca: Editorial de La Universidad Nacional del Sur, 2004.
- ZORRILLA DE SAN MARTÍN, J. *La epopeya de Artigas*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1963. t.I. (Colección Clásicos uruguayos, 37).

Novas aproximações entre “centro” e “periferia”:
intelectuais e ativistas norte-americanos pensam
a América Latina

Cecília Azevedo¹

Desde já há alguns anos, os historiadores têm procurado tratar as relações entre Estados Unidos e América Latina de novo modo, tomando como referência as teorias pós-coloniais. Elas nos ensinaram a evitar as dicotomias centro *versus* periferia, estrangeiro *versus* nativo, norte-americano *versus* latino-americano, reconhecendo a heterogeneidade dos encontros, as múltiplas situações e disposições de seus agentes. Em termos dos processos culturais, a teoria pós-colonial reconhece a associação, mas não a determinação mecânica ou a necessária cumplicidade com a lógica de dominação militar, política e econômica. Os empreendimentos de conhecimento vêm sendo tratados como modalidades de encontros próximos, por meio dos quais se percebem não fluxos unilaterais, mas intercâmbios e apropriações simbólicas. Nesse sentido, as redes intelectuais e acadêmicas têm se mostrado um campo privilegiado para análise daquilo que Mary Louise Pratt (1999, p.5) chamou de zonas de contato, negociação e empréstimos culturais, que alteram de modo significativo as partes envolvidas. Estabeleceu-se assim a compreensão de que as culturas não são homogêneas, que a dinâmica e os conflitos internos são reforçados pelos fluxos ex-

1. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ternos, o que, no limite, impede o traçado de fronteiras e sentidos estáveis.

Essa nova perspectiva teórico-metodológica do pós-colonialismo, apresentada em 1995 na Universidade de Yale e difundida, entre outros, no livro *Close encounters of empire*, publicado em 1998, já completou dez anos. No entanto, aparentemente, esses dez anos não foram suficientes para gerar uma discussão mais ampla desses novos paradigmas no Brasil que pudesse mudar uma cultura histórica² muito difundida entre nós a respeito das relações Estados Unidos-América Latina. Parece ainda muito difícil enxergar a sociedade norte-americana em toda sua complexidade e considerar a possibilidade de *engagement* – de situações de encontro entre norte e latino-americanos nos quais a identidade e a subjetividade de uma parte não sejam reduzidas aos seus próprios termos.

Para ilustrar esse ponto, dedicarei um primeiro momento deste trabalho à análise do livro do cientista político e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), João Feres Jr. O livro, publicado em 2005, pela Edusc e pela Anpocs, que lhe concedeu em 2004 o prêmio de melhor manuscrito em Ciência Política, é uma versão revisada da tese de doutorado defendida por Feres Jr. em 2003, na Universidade da Cidade de Nova York, cidade onde viveu por oito anos. Trata-se, portanto, de alguém que reúne credenciais acadêmicas sólidas e vivência bastante considerável em instituições universitárias norte-americanas. O próprio livro não pode deixar de ser considerado um produto do ambiente acadêmico norte-americano, embora seu autor seja brasileiro. É muito audacioso da minha parte, portanto, iniciar este texto com uma crítica de um livro tão bem recebido pelos cientistas políticos brasileiros e

2. Sobre o conceito de cultura histórica, ver Abreu, Soihet e Gontijo (2007) e Soihet et al. (2009).

que certamente tem o mérito de explorar o universo intelectual norte-americano e a trajetória institucional dos *Latin American Studies*, ainda pouco conhecida entre nós, reunindo dados muito importantes.

Desde o prefácio, o autor declara sua filiação à história dos conceitos e à semântica histórica, afirmando também que as relações internacionais e a história dos Estados Unidos estão presentes em sua narrativa. Portanto, o autor reivindica, com todas as letras, o estatuto de história para o seu trabalho, autorizando-nos a cobrar dele esse compromisso. No mesmo prefácio, Feres Jr. (2005, p.10) sintetiza o sentido geral do livro com as seguintes palavras: “Minha tese principal é a de que *Latin America* tem sido definida no inglês americano, tanto na linguagem comum quanto nos textos especializados, como oposto de uma auto-imagem glorificada de América”. Ainda no prefácio, o autor recupera a raiz racial do termo *Latin America*, afirmando, no entanto, que esse sentido teria deixado de ser assumido explicitamente, e acrescenta “Uma tese auxiliar desse trabalho é a de que o discurso das ciências sociais contribuiu para esse ocultamento” (ibidem, p.13).

O primeiro capítulo, de caráter teórico-metodológico, intitula-se “Tipologia das formas de desrespeito”. É muito significativo que o autor opte pelo “estudo da negação do reconhecimento e não de sua atribuição positiva” (ibidem, p.29) e justifique essa opção ao afirmar estar escrevendo num contexto marcado pela heteronomia, tanto nas relações internacionais quanto no interior das nações. Por conta disso, Feres Jr. declara seu afastamento da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que inclui uma modalidade de reconhecimento baseada no “princípio das diferenças igualitárias”, ou seja, na possibilidade da diferença sem hierarquia, que abre caminho para reciprocidade. O autor afirma então sua opção pelos contraconceitos assimétricos concebidos por Koselleck para com-

preender as formas linguísticas de inferiorização e exclusão de grupos. O estudo se justificaria pelo fato de que tais formas linguísticas constituiriam um horizonte de expectativas que predisporia à interpretação de “evidências empíricas como sinais que confirmam [seus] ‘preconceitos’” (ibidem, p.39). É importante sublinhar que Feres Jr. afirma, nesse ponto, que se interessa não pelo caráter histórico, mas pela estrutura modelar dos pares contraconceituais de Koselleck, que teriam a capacidade, em suas próprias palavras, de “moldar o futuro” (ibidem, p.46, 63).

Na minha avaliação, o paradoxo do livro de Feres Jr. é justamente este: restringir a análise às formas de desrespeito e tomar como premissa e fio condutor a identificação da estereotipia nos latino-americanistas norte-americanos, sem perceber que esse ponto de partida condiciona o seu olhar e constitui, ele mesmo, um estereótipo, ou seja, “sinais que confirmam seus preconceitos”. Sua grade teórica efetivamente o aprisiona. Feres Jr. percebe as oposições assimétricas, ou seja, os reflexos invertidos da própria autoimagem, como tendo um sentido necessariamente desrespeitoso, posto que o polo negativo estaria sempre com o outro. A possibilidade inversa, ou seja, enxergar a América Latina como alternativa positiva aos Estados Unidos, não é considerada. Um ponto cego que advém de uma postura política assumida explicitamente. Ao apresentar a tipologia que ele próprio constrói a partir de Koselleck – qualificando as oposições assimétricas por seu cunho racial, cultural e temporal –, Feres Jr. (2005, p.49) afirma que seu objetivo é “resistir às formas de desrespeito, criando ferramentas úteis ao embate político”. É evidente que a identificação e crítica do desrespeito ou preconceito na linguagem e na pesquisa científica devem ser uma preocupação de todos nós. O que pretendo questionar é a generalização indevida e a ideia de que o condicionamento do olhar, ou seja, o preconceito, está apenas no “outro”, no caso,

nos latino-americanistas norte-americanos ou mesmo nos norte-americanos, tomados como um conjunto indiferenciado.

No segundo capítulo “*Latin America* na linguagem cotidiana”, o autor faz um inventário da retórica pública relacionada à América Hispânica e à América Latina, listando as célebres invectivas depreciativas e preconceituosas, em geral de cunho racista, proferidas por presidentes e outros representantes do governo norte-americano ao longo da história das relações interamericanas. O livro de charges *Latin America in caricature*, do latino-americanista John Johnson, é apresentado a seguir. As charges, que cobrem o período que vai do final do século XIX à década de 1970, são vistas como exemplares da visão da elite norte-americana, nas quais se poderiam flagrar os três tipos de oposição assimétrica. É significativo, no entanto, que nenhum comentário seja feito em relação à posição desse historiador no âmbito dos estudos latino-americanos.³

Para fechar o capítulo, Feres Jr. apresenta o resultado da pesquisa do *Office of Public Opinion*, de 1940, aliás recorrentemente citada, imagino, pelo impacto que ela produz no leitor. Thomas Skidmore e Peter Smith (2001), no livro *Modern Latin America*,⁴ e também Lars Shoultz (2000), em

-
3. John Johnson presidia a reunião da Latin American Studies Association (Lasa) em 1970 quando historiadores, que depois se reuniram sob a denominação de Union of Radical Latin Americanists, demandaram mudanças na organização da conferência e radicalização na crítica à política externa norte-americana. A manifestação ruidosa dos integrantes da Ura comprometeu a continuidade dos trabalhos e foi criticada por Johnson. Esse episódio traduz a intensa mobilização e a diversidade de perspectivas acadêmico-políticas dos latino-americanistas norte-americanos.
 4. Feres Jr. (2005), no último capítulo do livro, critica essa pretensão. A apresentação do etnocentrismo e do racismo como marca indelével, sem considerar mudanças e modulações, foi um dos problemas do livro de Shoultz (2000) identificado por Barbara Weinstein (2003), que aliás apre-

seu livro *Estados Unidos: poder e submissão*, se valem desse recurso, mas, na minha opinião, com objetivos diferentes: os primeiros, como eles próprios afirmam, para ilustrar um estereótipo sobre a América Latina que deveria ser ultrapassado por uma leitura científica da realidade; o segundo, para cancelar, como também pretende Feres Jr., a ideia do gritante desrespeito como marca do discurso e do imaginário⁵ sobre a América Latina. A dita pesquisa de opinião pública apurou, na descrição mais minuciosa de Shoultz (2000, p.347), que os adjetivos mais frequentemente selecionados para qualificar os latino-americanos eram

[...] “de pele escura” (77% dos respondentes), seguido por “genioso”, “emocional”, “atrasado”, “religioso”, “vagabundo”, “ignorante”, “desconfiado” e então finalmente, o primeiro traço inequivocamente positivo: 28% diziam que os latino-americanos eram amistosos. Estes eram apenas 1% a mais dos que disseram que eles eram sujos.⁶

sentam um panorama dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos que em nada se parece com o desenhado por Feres Jr. O artigo privilegia a produção recente, mas parte da crítica da produção dos anos 1960 sobre as relações Estados Unidos-América Latina, com base nas teorias do imperialismo e da dependência. Weinstein (2003) considera que, embora tenham tido um caráter progressista, do ponto de vista político, e tenham se mostrado claramente simpáticos em relação aos latino-americanos, seriam muito limitados em termos teóricos e metodológicos.

5. Esse termo, mais corrente hoje na história cultural, não é utilizado pelo autor. Talvez a expressão *outillage mental* (utensilagem mental), proposta por Lucien Febvre, ou o termo mentalidade, lançado posteriormente por Jacques Le Goff, estejam mais próximos da concepção de Feres Jr., justamente por sua resistência e longa duração (cf. Le Goff; Nora, 1988).
6. Feres Jr. (2005) apresenta esses resultados na forma de uma tabela na página 75.

Depois de identificar a presença e a contaminação de sentido entre as oposições assimétricas racial, cultural e temporal presentes nas associações estabelecidas por essa pesquisa, Feres Jr. dá por concluída a tarefa de mapear a história semântica do conceito de *Latin America* na linguagem cotidiana. Assim, com essa pesquisa de 1940, fica definitivamente estabelecido pelo autor o contorno do imaginário coletivo sobre a América Latina. Não há contraponto e nenhuma alusão a mudanças ao longo do tempo. Feres Jr. não percebe que a crítica quase generalizada que dirige aos latino-americanistas norte-americanos pelo fato de estes pensarem a América Latina como imune à passagem do tempo, vivendo uma situação de paralisia histórica, é muito visível também em seu próprio trabalho como norte-americanista, como se pode verificar no exemplo citado.

Embora o autor apresente, por meio da seleção e agrupamento de autores e obras, quatro correntes historiográficas das décadas de 1960 e 1970 – a teoria da modernização, a teoria da estabilização política, os estudos da dependência e os estudos do corporativismo, reservando o último capítulo para a análise dos livros mais largamente utilizados hoje nos cursos de introdução aos estudos latino-americanos nas universidades norte-americanas –, suas conclusões relevam as diferenças significativas entre elas de modo a realçar uma base comum.

Feres Jr. admite que, nos anos 1960, tenha emergido uma orientação mais radical nos estudos latino-americanos, expressa na condução mais politizada da Latin American Studies Association (Lasa), criada em 1966, no surgimento dos periódicos *Latin American Research Review* e *Latin American Perspectives*, e também da North American Congress on Latin America (Nacla) – mencionada apenas nesse breve trecho pelo autor. Mas é surpreendente, em função da perspectiva ideológica assumida por ele, que os historiadores de esquerda que adotaram

a teoria da dependência, com exceção de Gunder Frank, que não era norte-americano, tenham sido avaliados negativamente. A principal objeção de Feres Jr. (2005, p.189) é dirigida à suposta “propensão” de esses autores, em geral pertencentes a uma nova geração de latino-americanistas, buscarem reconhecimento acadêmico e se dedicarem a “cruzadas científicas”,⁷ em prejuízo de seu comprometimento político. Vale recuperar as palavras do autor:

Durante o período em que os estudos de dependência começaram a ser recebidos, muitos jovens latino-americanistas tornaram-se conscientes das implicações políticas de seu trabalho [...]. Contudo esse novo grupo de latino-americanistas apostou, mais do que a geração anterior, na excelência do discurso acadêmico, ao passo que continuou dependente das mesmas fontes de financiamento para suas atividades profissionais. Quer dizer, por causa do contexto conservador de sua profissão, a ênfase no acadêmico proporcionou aceitação e estabilidade institucionais.

Aceitação e estabilidade institucionais só podem ser conquistadas através de um maior envolvimento institucional, e isso traz conseqüências. A profissão sempre dependeu de recursos e fundos controlados por instituições governamentais e privadas com interesses concretos ou indiretos em Latin America [...]. [...] os adeptos da dependência preferiam focar o escolasticismo, deixando a estrutura institucional florescer ao longo do mesmo padrão de relações estreitas entre financiamento e interesses constituídos. (Feres Jr., 2005, p.192-4)

Tal avaliação me parece tão inadequada e grave quanto seria afirmar que a credibilidade científica do Cebrap, do Iuperj e da própria Anpocs estaria comprometida pelo fato de todas essas instituições terem sido financiadas em grande medida pela

7. O caso analisado mais particularmente é o de Merle Kling.

Fundação Ford durante os anos da ditadura militar brasileira.⁸ Às acusações de academicismo e busca de projeção institucional, Feres Jr. acrescenta ainda a de que os dependentistas não eliminaram as oposições assimétricas favoráveis aos Estados Unidos de seus textos e ainda replicaram o raciocínio sinedóquico, ou seja, a reunião de diferentes sujeitos numa designação genérica – a de América Latina –, expressão que, em si mesma, representaria uma forma de desrespeito, mesmo quando apresentada em termos meramente geográficos.⁹ Trata-se, portanto, de críticas muito distintas e, em alguns pontos, opostas às feitas pelos teóricos do pós-colonialismo à teoria da dependência.¹⁰

-
8. Contra esse tipo de maniqueísmo político, vale lembrar que a Fundação Ford concedeu bolsas a professores brasileiros expulsos das universidades brasileiras pela ditadura e que financiou pesquisas de norte-americanos em Cuba e viagens de historiadores cubanos aos Estados Unidos para participar de encontros acadêmicos, por meio da Task Force on Scholarly Relations with Cuba, da Lasa. Ver Cuzán (1994) que, por assumir posição extremamente crítica da condução “radical” da Lasa, parece insuspeito no que diz respeito a essa informação. Sobre a Fundação Ford e o universo acadêmico brasileiro, ver Miceli (1990).
 9. O uso da sinédoque desconsideraria as especificidades nacionais, enquanto a definição geográfica teria também embutida uma percepção assimétrica. Ao comentar o livro *Modern Latin America*, de Skidmore e Smith (2001), Feres Jr. (2005, p.240) considera que o limite do Rio Grande ao norte e do extremo sul da América do Sul embute uma percepção assimétrica, já o limite norte corresponde à divisão política, estabelecida pelos norte-americanos, enquanto a do sul é natural.
 10. No artigo teórico introdutório ao já citado livro *Close encounters of empire*, Gilbert Joseph (1998, p.12-15) faz uma rápida apreciação dos elementos positivos e negativos na teoria da dependência produzida por latino-americanos. Entre os aspectos negativos, aponta a perspectiva bipolar, relacionada à teoria do imperialismo, e o fato de que raramente aprofundaram suas pesquisas para dar conta do contexto cultural em que as alianças da dependência operavam. Entretanto, elogia alguns textos em

Já Richard Morse, apresentado como culturalista weberiano precursor da corrente do corporativismo, é acusado de enunciar a assimetria histórica sem nenhum pejo. Os adeptos do corporativismo, numa posição diametralmente oposta à dos teóricos da modernização, afirmam efetivamente a singularidade cultural, a diferença dos latino-americanos em relação aos padrões de desenvolvimento norte-americano. Mas isso não implica necessariamente uma atribuição de valor negativo ao polo latino ou hispano-americano. Aliás, essa era a posição defendida por livros célebres que se tornaram “clássicos” do pensamento social brasileiro, como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre,¹¹ que certamente exerceram influência sobre Morse, cuja obra não pode ser dissociada dos diálogos que estabeleceu com intelectuais brasileiros, aspecto inteiramente desconsiderado por Feres Jr.¹² Vale sublinhar também que Feres Jr. se baseia em artigos de Morse das décadas de 1950 e 1960 e não

que está presente a percepção das interações entre agentes externos e internos e a diferenciação entre as várias situações de dependência vividas pelos diversos países da América Latina. Nesse sentido, Joseph afirma que os estudos reunidos na coletânea, em muitos casos, pretendiam refinar a teoria da dependência, antes do que rejeitá-la.

11. Além de *Casa grande e senzala*, merece menção o livro *Novo mundo nos trópicos*, que enaltece as heranças luso-brasileiras e os contrastes com os Estados Unidos, especialmente no que diz respeito às relações raciais. Este livro foi publicado em português em 1969, depois da publicação em inglês em 1963, e nele foram incorporadas as conferências proferidas por Freyre na Universidade de Indiana, em 1944, que deram origem ao livro *Interpretação do Brasil*.
12. Sobre a trajetória e obra de Morse, ver Candido (1992), Carvalho (1992), Campos (1992), DaMatta (1992), Morse (1989) e Bomeny (2001). Sobre o pensamento social brasileiro do período e a atribuição da condição de “clássico” a *Casa grande e senzala*, entre outros livros, ver Gontijo e Franzini (2009).

faz nenhuma menção ao *Espelho de Próspero*, seu livro mais célebre, significativamente publicado no Brasil e não nos Estados Unidos, embora, segundo Morse, tenha sido dirigido para o público norte-americano. É bem verdade que o livro é da década de 1980, mas não poderia ser ignorado porque, desde o título, propõe justamente a inversão do espelho, partindo da ideia de que os Estados Unidos, já tendo perdido toda sua reserva de idealismo, teriam que buscar inspiração na América Hispânica, última esperança no continente americano desencantado. Do mesmo modo, não foram mencionados por Feres Jr. os acalorados debates que Morse travou com Simon Schwartzman por conta do *Espelho*, nos quais o brasileiro, e não o norte-americano, glorificava os Estados Unidos.¹³ Culturalista weberiano ou não,¹⁴ Morse, como outros arielistas norte-americanos, não pode ser compreendido e ter sua obra reduzida à simples identificação de oposições assimétricas, sem uma apreciação mais profunda de seu sentido. A inclusão de Morse num grupo de historiadores que, segundo Feres Jr., “teve em geral uma relação mais indireta, porém não menos significativa, com os imperativos da política externa dos EUA” também é extremamente injusta com o autor.

Interrompo aqui a crítica ao livro de Feres Jr. (2005, p.284), acrescentando apenas que a condição acessória que o autor atribui à história social em relação à história conceitual ou o efetivo divórcio entre as duas me parece seu maior equívoco. A articulação entre linguagem cotidiana e linguagem científica serve para o autor apenas para demonstrar a sobredeterminação de um *mindset*, uma estrutura mental cuja força, impreg-

13. Sobre isso, ver Oliveira (2000).

14. Na entrevista concedida à revista *Estudos Históricos* em 1989, Morse assinala que Foucault, a Escola de Frankfurt e os historiadores franceses das mentalidades também exerceram grande influência sobre ele.

nação, impermeabilidade e, portanto, longa duração marcariam indelevelmente o conjunto dos *Latin American Studies*, independentemente do contexto de sua produção. Tal conclusão revela-se claramente contraditória, a meu ver, com uma análise semântica que se pretende histórica.

Uma alternativa à abordagem de Feres Jr. para o estudo do lugar da América Latina na produção acadêmica norte-americana exigiria levar em conta dois elementos interligados: o ambiente social, político e cultural e a dinâmica das estruturas de sensibilidade e representações coletivas. Em relação a este último fator, é fundamental considerar, como defende Baczko (1985), as rebeldias simbólicas, os conflitos entre simbologias concorrentes que emergem do diálogo constante entre crenças e práticas sociais. Desse modo, o universo mental se apresenta não como algo que flui inalterável através do tempo, mas como o resultado da reorganização e atualização permanente das representações sociais (ibidem, p.296-332).

Em relação ao primeiro fator, é preciso incorporar à análise a rede de relações sociais, políticas, institucionais e pessoais complexas em que se inserem os intelectuais. Restringi-la a conceitos ou ideias “puras” ou a esquemas simplificadores limita e pode mesmo distorcer extremamente a interpretação da produção intelectual sob análise. Não é gratuita a atenção crescente que historiadores da chamada nova história política – que têm retomado os intelectuais como objeto de estudo – tem dado às redes de sociabilidades, ao “microclima” e às estruturas de sensibilidade que permitem visualizar motivações e influências, não apenas intelectuais, e associá-los a determinadas culturas políticas.¹⁵

15. Sobre redes de sociabilidade intelectual, ver Sirinelli (1996), Gontijo (2005) e Gontijo e Franzini (2009). Sobre o conceito de cultura políti-

No caso em questão, a rede de sociabilidade dos latino-americanistas norte-americanos quase sempre extrapolava e extrapola os Estados Unidos, sendo, portanto, um aspecto fundamental a ser considerado. Suas viagens, vivências e interações nos diversos países em que estudaram e pesquisaram, muitas vezes por longos anos, devem ser avaliadas pelos seus efeitos na sua representação de mundo e perspectiva política e teórica.

Nesse sentido, Joseph menciona, por exemplo, o intercâmbio e a identidade forjados nos anos 1920 e 1930 entre intelectuais e artistas de esquerda norte e latino-americanos, como Diego Rivera, Frida Kahlo, Tina Modotti, Edwardo Weston, Bertram e Ella Wolfe, Frank Tannenbaum, Joseph Freeman, entre outros. A historiografia brasileira sobre o período da Boa Vizinhança também já tem trabalhado com viagens e intercâmbios intelectuais e artísticos entre os Estados Unidos e o Brasil, como foi o caso, do lado norte-americano, de Orson Welles, Waldo Frank e da fotógrafa Genevieve Naylor.¹⁶

Nos anos 1950, conforme defende Medovoi (2005), a imagem dos três mundos e não de dois – que o discurso conservador procurava inculcar – estimulou projeções utópicas associadas à América Latina. A chamada geração *beat* via a América Latina como um espaço de liberação, onde seria possível viver sem o sentimento de claustrofobia que os Estados Unidos lhes pro-

ca, ver Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), Bernstein (1998) e Dutra (2002).

16. Entre outros, vale citar Mauad (2008) e Tota (2000). Em minha pesquisa sobre a experiência de norte-americanos que serviram como voluntários da paz no Brasil entre 1960 e 1980, também percebi impacto significativo em suas identidades, que levou, em muitos casos, à crítica da perspectiva etnocêntrica que orientava as ações da organização e do governo dos Estados Unidos e o envolvimento em diferentes movimentos de dissenso nos Estados Unidos, quando do seu retorno (Azevedo, 2007).

vocavam. Não é à toa, por exemplo, que a última viagem descrita no *On the Road*, de Jack Kerouak, seja para o México ou que tenha sido entre imigrantes mexicanos que o personagem/narrador Salvatore, *alter ego* do autor, tenha experimentado a sensação de acolhimento e plenitude que buscara em tantos lugares das costas leste e oeste.

Frederick Pike (1992) segue a mesma linha ao examinar as representações da América Latina desde o século XIX, explorando não apenas o discurso político, mas também e fundamentalmente o universo cultural. O autor registra fórmulas e projetos diferenciados cultivados por intelectuais, artistas e ativistas, identificados ou não com o *establishment*. Mesmo deixando clara sua rejeição aos movimentos de esquerda, o autor não deixa de apontar a potência de uma contracultura, tomada num sentido mais amplo que o usual, circunscrito aos anos 1950, 1960 e 1970. Nessas décadas em que o movimento pelos direitos civis ganhou proeminência, a ideia da combinação, da mistura, da comunhão entre as raças teria se manifestado, por exemplo, por meio da apologia do sexo interacial, no romance *The white negro*, de Norman Mailer, e na apoteótica peça *Hair*.

Tal como os negros e índios, os latino-americanos, especialmente os camponeses, foram enaltecidos por sua suposta relação mais harmônica e intensa com a natureza, com a sexualidade, com os sentidos, constituindo um exemplo de modernidade alternativa. Essa cadeia semântica adquiria um sentido positivo e era usada para fins políticos nada parecidos com os que animaram os darwinistas de outrora ou os liberais adeptos da teoria da modernização que cercavam Kennedy e que pensavam em resgatar a América Latina e o Terceiro Mundo do subdesenvolvimento por meio da exportação de capital, tecnologia, racionalidade e ética puritana do trabalho.

Negros, gays, índios, pacifistas e outros integrantes de organizações que se constituíram no período tomaram os latino-

americanos como aliados numa luta comum contra a Amerika (com k), a “Babilônia racista”. Para esses, havia poucas esperanças de salvar – não a América Latina dos comunistas ou de seus próprios grilhões culturais – os Estados Unidos de si mesmos. Por isso, a demonização do seu país, a busca de aliados fora dele e de uma identidade cultural independente e mesmo dissociada da afirmada pelo discurso dominante sobre a nação. Documentos do período ilustram à farta esse ponto. Em carta datada de janeiro de 1967, Stokeley Carmichael, o líder do Students Nonviolent Coordinating Committee (SNCC), clamava por uma unidade afro-norte-americana e porto-riquenha; em um manifesto de 1971, o *Third World Gay Liberation* advogava a união entre os povos do Terceiro Mundo, os gays e as mulheres em prol de uma revolução internacional; a plataforma dos *Young Lords Party*, do final da década de 1960, pregava a união de latinos, asiáticos, negros e índios; um panfleto anônimo de uma organização clandestina, identificada simplesmente como “A pulga”, distribuído nas ruas de Nova York, datado de maio de 1968, tratava as revoluções no Terceiro Mundo como lutas comuns (cf. Cohen, 1969; Gosse, 2005).

A nova esquerda cultivou uma efetiva utopia terceiro-mundista, projetando nos países recém-independentes da África e Ásia e na América Latina a virtude e a sabedoria que pareciam ter se esgotado não apenas na massificada sociedade norte-americana, mas também no enrijecido sistema soviético. Assim, religião e filosofia orientais eram adotadas por *beats* e *hippies*, os movimentos de libertação na África serviam de exemplo para o movimento *Black Power*, a vanguarda católica latino-americana, que ganhou maior visibilidade depois do Encontro de Medellín, em 1968, estimulava a esquerda cristã norte-americana. Os padres católicos latino-americanos pareciam desafiar o sistema social, político e religioso tanto quanto os radicais anabatistas do século XVI, reivindicados pelos herdeiros

ros do *Social Gospel* protestante, que nos anos 1960 buscaram na Bíblia um guia para desobediência civil e uma simbologia revolucionária (Gish, 1970).

Entre todos esses processos, a revolução cubana não pode deixar de ser destacada. Foram os acontecimentos em Cuba que justificaram a mudança de curso na política externa norte-americana, reolocando a América Latina numa posição de grande destaque na agenda de Kennedy, que lançou a Aliança para o Progresso e a política de contrainsurgência. Se não eliminada ou vencida, a revolução cubana precisava ser contida e isolada.

Para movimentos e intelectuais da nova esquerda, no entanto, a revolução cubana deveria ser imitada. Cuba passou a representar um novo modelo de socialismo, que conciliava materialismo marxista com uma perspectiva mais subjetivista e humanista, encarnada por Guevara, com sua juventude, impetuosidade e desapego, inclusive da própria pátria.

Ninguém melhor que C. Wright Mills para exemplificar o apelo que a revolução cubana representou para intelectuais e ativistas de esquerda, reforçando sua percepção de que os movimentos que tinham curso nos Estados Unidos teriam que adotar uma perspectiva e dimensão mais ampla, internacional (Geary, 2008).¹⁷ Para a nova esquerda, a necessidade de construção de redes internacionais justificava o papel dos intelectuais – estudantes, professores, jornalistas, clérigos, artistas – como agentes

17. Essa perspectiva internacionalista seria reforçada posteriormente com a criação da Organização de Solidariedade entre os Povos da Ásia, África e América Latina (Ospaaal), a partir da convocação da Conferência Tricontinental em Havana, em 1966. A Mensagem à Tricontinental de Che ficaria célebre por sua convocação à insurgência armada, para que se criassem “dois, três, muitos Vietnãs”. Nos Estados Unidos, na edição de março de 1967, o *Nacla Report*, que será apresentado com mais detalhe a seguir, publica uma nota anunciando a criação da Tricontinental.

fundamentais da mudança social. E esse foi justamente o papel que Mills procurou encarnar em suas viagens à América Latina, incluindo Brasil, México e finalmente Cuba, em 1960. Envaidecido com a notícia de que Fidel Castro lera seu livro *The power elite* ainda em Sierra Maestra, Mills vê a revolução cubana como fruto da relação de uma *intelligentsia* jovem e os pobres de Cuba. Ao regressar aos Estados Unidos, depois de entrevistar o próprio Fidel e cidadãos comuns, publica o libelo *Listen, Yankee*, na forma de uma série de cartas endereçadas ao público norte-americano por um fictício revolucionário cubano que denuncia o histórico de intervenções dos Estados Unidos e demanda uma avaliação e tratamento justos do público e do governo norte-americano à sua revolução. *Listen, Yankee* vendeu 400 mil cópias ao ser lançado nos Estados Unidos e logo foi traduzido para o espanhol pela Editora Fondo de Cultura Económica. Para intelectuais latino-americanos de esquerda, como Carlos Fuentes, Mills representava o renascimento do radicalismo norte-americano, que poderia fomentar “aquele núcleo de opinião democrática nos Estados Unidos que está em posição de apoiar nossos movimentos de libertação” (apud Geary, 2008, p.733).

Vale dizer que também em 1960 surge a organização Fair Play for Cuba Committee (FPCC) que alcançou a marca de 7.000 membros, distribuídos em 27 seções e 40 conselhos estudantis. É significativo que o FPCC tenha organizado uma recepção a Fidel Castro no Harlem, em setembro de 1960, quando de sua participação no encontro das Nações Unidas. A conexão entre opressão racial nos Estados Unidos e os movimentos do Terceiro Mundo contra o imperialismo parece, portanto, ter se estabelecido desde então.

Como interpretar tais representações da América Latina? Exóticas, radicais, exceções que confirmam a regra, ou seja, as formas de desrespeito identificadas por Feres Jr. na “linguagem comum” ou acadêmica? Esse tipo de percepção, a meu ver, só

contribui para manter nas sombras, como quer um certo discurso conservador, uma longa tradição de dissenso na história norte-americana. No mesmo movimento, deixam de ser valorizadas experiências de encontro e de diálogo muito significativos com os movimentos culturais e políticos latino-americanos e também a influência da própria população de imigrantes latinos e seus descendentes na sociedade e na cultura norte-americana.

Há poucos anos, James Green (2003), provocado por um brasileiro que questionou o envolvimento político dos brasilianistas, conseguiu recuperar a construção de uma rede de intelectuais, entre eles alguns brasilianistas de peso, religiosos, ex-voluntários dos Corpos da Paz, exilados e ativistas de organizações diversas como a *Friends of Brazil*, que se articularam para denunciar a tortura como prática rotineira da ditadura brasileira. Norte-americanos e brasileiros produziram artigos para imprensa, encenaram peças e conseguiram disseminar informações até então fora do alcance da opinião pública norte-americana.

Anos mais tarde, a Lasa, respondendo a pressões da União dos Latino-Americanistas Radicais (Urla), iria aprovar diversas resoluções, entre elas a que tratava da repressão na América Latina e a cumplicidade dos Estados Unidos, estabelecendo também uma comissão responsável por preparar relatórios sobre direitos humanos e liberdade acadêmica a serem distribuídos entre órgãos de imprensa, membros do governo, além dos seus próprios associados.¹⁸

18. "On Repression in Latin America and United States Complicity." Essa resolução foi aprovada no encontro da associação de 1973, em Madison, Wisconsin, pelo Comitê Executivo, composto por seis representantes eleitos, o presidente e o vice-presidente eleitos e o seu antecessor imediato. Uma vez aprovada, a resolução, conforme exige o regimento interno, foi submetida à aprovação dos associados. O resultado – 402 a favor e 340

Uma experiência que articulou produção intelectual e ativismo, mas que infelizmente até hoje não parece ter sido objeto de nenhuma investigação, é a da Nacla, que como já dito, mereceu apenas uma breve menção de Feres Jr. A Nacla foi criada em 1966 em Nova York por estudantes da *New Left* interessados em denunciar e inibir as ações do governo e das grandes corporações norte-americanas na América Latina. A intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965 e o aumento dos efetivos norte-americanos no Vietnã causavam grande impacto, e alguns dos fundadores da Nacla estiveram especialmente vinculados à República Dominicana nesse período.

No *site* da organização, explica-se a origem do termo “congresso” pela aproximação com o Congress of Unrepresented People, organismo que integrava pacifistas, ativistas vinculados a lutas pelos direitos civis, sindicalistas e outros, numa alusão ao não reconhecimento das instituições nacionais e do discurso dominante sobre a identidade nacional norte-americana.

Os primeiros momentos da organização foram marcados pela divisão entre os que defendiam uma perspectiva mais militante e ativista, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e pressionar no sentido de reformas na política externa americana para a América Latina, participando e interferindo em debates, comissões parlamentares e campanhas políticas, e uma linha mais acadêmica, dedicada a produzir pesquisas e reunir informações sobre a região. De certo modo, as duas vertentes foram conciliadas. Além da promoção de conferências e *workshops*, em 1967 a organização iniciou a publicação de um boletim um tanto rudimentar, que, em 1971, se transformou numa revista impressa e ilustrada – o *Nacla Report on the*

contra – indicou muito mais uma divisão em relação à propriedade de a associação manifestar-se sobre assuntos políticos do que um questionamento do mérito da própria resolução.

Americas, que afirma ser o mais lido periódico de língua inglesa sobre a América Latina. Muito embora os responsáveis pela revista tivessem formação acadêmica, a ideia era construir um produto que não fosse um periódico acadêmico pesado, tampouco uma mera reportagem de ocasião. Para compor dossiês temáticos ou *country studies*, seus redatores viajavam para colher dados e estabelecer contatos com organizações, movimentos e intelectuais nos diferentes países da região, convidando-os muitas vezes a escrever na revista, que também publicava artigos ou discursos de líderes políticos e lideranças religiosas de esquerda, e depoimentos de vítimas de tortura, mantendo-se o anonimato com vistas a preservar suas vidas (Oliveira, 1967; "Testimony of an Argentine...", 1967; "Public talk...", 1967; "US Committee for Justice...", 1967).

A Nacla e sua revista efetivamente se transformaram numa referência para estudantes, jornalistas e interessados na região. Com frequência, seus integrantes eram chamados a participar em debates em instituições de ensino, programas de rádio e televisão, confrontando muitas vezes funcionários do Departamento de Estado e outros representantes do governo. Um dos episódios mais realçados na história da organização é a afirmação de Allende, em entrevista à imprensa depois do famoso discurso nas Nações Unidas em 1973, de que se alguém quisesse saber o que estava acontecendo no Chile, deveria ler o *Nacla Report*.

Mas o ativismo da Nacla não se expressava apenas nas pesquisas e nos textos publicados na revista. Nos anos 1960 e 1970, foi muito importante a participação em comitês de solidariedade a presos políticos e imigrantes, como, nos anos 1980, o empenho na campanha de solidariedade a Nicarágua e El Salvador, enfatizando uma vez mais a necessidade de combater a política e o discurso governamental sobre a América Latina.

Desde o princípio, a Nacla congregou grupos bastante diversos, como pode demonstrar o relato de um encontro ocorrido

em fevereiro de 1967, com a presença de 85 pessoas.¹⁹ Além de professores e jornalistas, estavam presentes militantes de grupos como American Friends Service Committee (AFSC),²⁰ Movimento Cristão Universitário, Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade, Clubes Du Bois,²¹ Student NonViolent Coordinating Committee (SNCC),²² Students for Democratic Society (SDS),²³ grupos pacifistas diversos, representantes de organizações sindicais e ex-voluntários da paz na América Latina. É importante mencionar que estudantes e professores latino-americanos também estavam presentes. Significativamente, o encontro foi encerrado com a fala de Dom Helder Câmara.

19. Esse encontro é descrito e comentado em Goff (1967) e Tyson (1967).

20. O American Friends Service Committee é uma organização que, embora criada por religiosos da denominação *quacker*, admitia indivíduos de qualquer credo dispostos a realizar trabalho social.

21. O grande intelectual e líder negro William Du Bois, um dos fundadores da National Association for the Advancement of Coloured People (NAACP), uma das mais importantes organizações voltadas para os direitos civis dos afro-americanos, já havia morrido em 1963, em Gana, depois de abdicar da cidadania norte-americana e adotar a de Gana, desiludido com a possibilidade de integração dos negros.

22. O SNCC foi criado por estudantes negros do sul, inspirados pela Southern Christian Leadership Conference (SCLC), organização presidida por Martin Luther King Jr. O SNCC iniciou os primeiros atos de ocupação (*sit ins*) de estabelecimentos comerciais, como o famoso caso de Greensboro, quando quatro estudantes negros sentaram-se numa lanchonete da loja de departamentos Woolworth em fevereiro de 1960. Centenas de ativistas se juntaram a eles e acabaram forçando a integração desse espaço. Ao longo da década, o SNCC, como outras organizações da nova esquerda, radicalizou e trocou o princípio da não violência pelo do poder negro.

23. A SDS foi criada no início dos anos 1960, na Universidade de Michigan, e se tornou um dos grupos mais importantes da nova esquerda durante a década, envolvendo-se intensamente na luta pelos direitos civis e nas manifestações contra guerra do Vietnã.

O empenho em criar laços com intelectuais e ativistas latino-americanos não era objeto de questionamento, mas havia clara rejeição da perspectiva salvacionista, considerando-se que, antes de ajudar os revolucionários latino-americanos, os norte-americanos deveriam aprender com eles para tentar mudar o seu próprio país. Alguns defendiam que o êxito das revoluções na América Latina dependeria de mudanças nos Estados Unidos, da capacidade de mobilização contra o chamado complexo industrial militar e suas conexões nas universidades. Era fundamental esclarecer e demonstrar para alguns setores – especialmente o movimento sindical – os fatores sistêmicos e as conexões entre os problemas internos e externos.²⁴ Àquela altura, quando nem mesmo a retórica da Aliança para o Progresso era utilizada pelo governo, temia-se a “vietnamização” da América Latina, ou seja, o aumento do uso da força militar – de forma direta ou indireta – para manter o *status quo* e os interesses norte-americanos na região. A despeito desse temor, a utilização da violência como instrumento de luta provocava polêmica, como de resto acontecia em outras organizações de esquerda dentro e fora dos Estados Unidos nesse momento.

Em diferentes registros e nas memórias posteriores dos fundadores da organização,²⁵ fica claro que os estudantes eram a força principal e que a participação anterior ou concomitante de um segmento significativo em organizações religiosas – católicas e protestantes – teve bastante influência nos rumos da Nacla, que registrou e se posicionou, pelo *Nacla Report*, em

24. A partir da metade dos anos 1970, o foco nas questões internas aumentaria.

25. Fred Goff era filho de missionários presbiterianos e não abandonaria sua identidade e perspectiva religiosa; Richard Shaull havia sido missionário presbiteriano na Colômbia e no Brasil; Brady Tyson integrava a SCLC; Margaret Flory era ligada ao Movimento Cristão Universitário; organizações cristãs canadenses também são citadas em Shapiro (1981).

relação às diferenças e aos dilemas dos democratas-cristãos e dos cristãos marxistas latino-americanos.

Com a experiência do Chile, os democratas-cristãos e a perspectiva confessional na política passaram a enfrentar a oposição dos que se apresentavam como socialistas e defensores da participação em partidos e movimentos de esquerda seculares. O exemplo do padre colombiano Camilo Torres que criou uma Frente Popular e depois, decepcionado, se integrou à luta armada, morrendo numa emboscada, foi enaltecido pela *Nacla*.²⁶ Assim, surgiu o “camilismo” na República Dominicana e na Argentina – onde os “padres do Terceiro Mundo” foram alvo da violenta repressão pelo governo militar e os “Cristãos pelo Socialismo” do Chile tiveram líderes entrevistados e documentos transcritos pelo *Nacla Report* (“Latin American Christians...”, 1972). Vale mencionar que a revista reproduziu também trechos de um discurso proferido por Fidel Castro para 140 padres no Chile por ocasião de sua famosa visita a Allende, considerando que os cristãos revolucionários eram aliados fundamentais na luta pelo socialismo na América Latina e que qualquer revolução na região sem a sua participação seria parcial (*ibidem*, p.16).

26. Camilo Torres ficou conhecido como o “Che do catolicismo”. Depois de se ordenar sacerdote em 1954, Camilo foi enviado pela Cúria de Bogotá para estudar Sociologia na Universidade Católica de Louvaine, na Bélgica. Ao retornar à Colômbia, já assumindo um ideário político mais radical, funda com o historiador Orlando Fals Borda, na Universidade Nacional da Colômbia, o primeiro curso de Sociologia. Em 1965, pede exoneração de suas obrigações sacerdotais e ingressa no Exército de Libertação Nacional. Depois de morto na selva pelos militares colombianos, seu corpo desapareceu e apenas recentemente foram revelados detalhes do destino que lhe foi dado. Para obter mais informações, consultar <http://www.elnuevoherald.com/ultimas-noticias/v-fulstory/story/424627.html>, acesso em: 13 abr. 2009.

Desse modo, fica nítido que a Nacla acompanhava a radicalização da esquerda latino-americana²⁷ e também da esquerda cristã latino-americana, o que reforça a ideia de que os movimentos de esquerda, nesse contexto, tinham uma feição e uma dimensão efetivamente internacional. O intercâmbio entre militantes de organizações diversas de diferentes países fomentou a reconfiguração de alianças e identidades com base em referências nacionais, religiosas e políticas. Em termos teóricos, a partir do início dos anos 1960, o marxismo e, especificamente, as teorias da dependência e do imperialismo, já presentes anteriormente, se transformaram em paradigma, em grande parte pela influência de autores latino-americanos.²⁸

Nesse sentido, é importante mencionar a manifestação do economista brasileiro Paul Singer, registrada na avaliação do encontro já mencionado, em favor da adoção de uma perspectiva sistêmica e não fragmentada dos problemas da América Latina. Esse intelectual brasileiro, como outros militantes de outras

27. Em relação ao Chile, a revista se colocou inclusive ao lado do MIR e integrantes de outros movimentos que apoiavam a radicalização e não a via mais moderada de Allende. De todo modo, importava defender a experiência chilena da intervenção norte-americana. Depois do golpe, a revista dedicou números inteiros a denunciar a participação direta dos Estados Unidos, a denunciar o *lobby* conservador na mídia norte-americana e a dar voz a líderes da esquerda chilena (“Chile and socialism”, 1972; “Facing blockade”, 1973; “The story behind the coup”, 1973; “Chile: the people...”, 1975; “Chile lobby...”, 1977).

28. É significativo que, em 1971, o *Nacla Newsletter* tenha passado a se chamar *Latin America & Empire Report*. Em fevereiro desse ano, foi publicado o artigo “Dependency: a Latin American view”, que discutiu as diferentes linhas teóricas a respeito do desenvolvimento e da dependência. Posteriormente, nomes importantes da teoria da dependência, como Theotônio dos Santos (1977) e Rui Mauro Marini (1977), tiveram artigos publicados pela revista.

organizações dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na América Latina, utilizava de maneira no mínimo instrumental a ideia de América Latina, justificando-a não apenas em termos teóricos, mas políticos.²⁹

Se não é possível concordar que o *Nacla Report* enxergue a região “com olhos de latino-americanos”, conforme reivindicavam seus criadores, não se pode negar que o uso dessa expressão/categoria expressava uma identificação política e reconhecimento dos latino-americanos, tanto no plano discursivo quanto na prática, como iguais-equivalentes. O caso da *Nacla* expressa, no meu ponto de vista, aquela modalidade de reconhecimento que Feres Jr. exclui liminarmente de sua análise, baseada no “princípio das diferenças igualitárias”, na possibilidade da dife-

29. O National Council of La Raza e a Coalición Latinoamericana de Empleos, criados, respectivamente, em 1968 e 1972, defendiam o uso da expressão latino-americano, associando-a à ideia de raça cósmica de José Vasconcelos. Há que se considerar que a identidade racial e étnica tinha grande protagonismo nos movimentos sociais e reconhecimento legal na Lei dos Direitos Civis de 1964. O documento de fundação da Coalición defendia o uso da expressão latino-americano da seguinte forma: “O objetivo da Coalizão é nos unirmos para uma melhor comunicação, conquistas e desenvolvimento em termos políticos e econômicos. [...] Devemos parar de nos enxergar como mexicanos ou porto-riquenhos. Devemos nos identificar como latinos [...] já que sofremos juntos as mesmas necessidades e a falta de representação dos latinos nesse país. [...] Na aurora do nascimento de uma sociedade pluralista, a América Latina encontra-se em movimento pela riqueza de sua própria diversidade. Ele não é apenas latino – embora latino se encontre no núcleo do seu ser. Ele não é apenas americano – embora a americanidade afete todos os pontos de sua vida. Ele é latino-americano. Isso significa a inter-relação de duas histórias, muitas nações, duas culturas, duas línguas, convergindo, colidindo, fundindo-se, abraçando-se, dependendo da posição específica no interior da geografia humana que se desenvolveu ao longo de um século e meio de interação” (apud Gutiérrez, 1995, p.7-8).

rença sem hierarquia, que abre caminho para reciprocidade. É verdade que a identificação pode não ter eliminado inteiramente o etnocentrismo e a vitimização dos latino-americanos. Mas de todo modo abriu caminho para encontros e experiências que desafiaram conceitos e assimetrias, ajudando a desconstruir estereótipos e mitos, conforme se propunha a organização no seu documento de criação.³⁰

O estudo dessa experiência pode contribuir, portanto, para a construção de uma história cruzada, transnacional, nos moldes defendidos por Thomas Bender e Maurício Tenório Trillo (cf. Trillo, 2001), na medida em que realça tramas, redes que envolvem movimentos, organizações, intelectuais e ativistas das Américas.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- AZEVEDO, C. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. *Anthropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p.296-332.
- BERNSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J.-F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, C. Cultura política. In: _____. *Dicionário de política*. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 1992. v.1

30. As pesquisas a serem desenvolvidas pela organização seriam usadas, conforme o documento para “*demythologizing Americans present understanding of Latin America*” (Shapiro, 1981, p.45). Vale mencionar artigo de Sherry Keith (1979) que sintetiza pesquisa sobre imagens da América Latina nos livros didáticos norte-americanos usados da 1ª à 8ª série.

- BOMENY, H. Sempre Dr. Morse – em celebração. Richard Morse (1922-2001). *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.27, p.3-7, 2001.
- CAMPOS, H. de. Richard Morse: um ângulo americano no trópico (Entrópico). In: CANDIDO, A. et al. *Um americano intranquilo*. Homenagem a Richard Morse. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992.
- CANDIDO, A. Young Mr. Morse. In: CANDIDO, A. et al. *Um americano intranquilo*. Homenagem a Richard Morse. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992.
- CANDIDO, A. et al. *Um americano intranquilo*. Homenagem a Richard Morse. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992.
- CARVALHO, J. M. Richard Morse e a América Latina: ser ou não ser. In: CANDIDO, A. et al. *Um americano intranquilo*. Homenagem a Richard Morse. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992.
- CHILE and socialism. *Nacla Report*, May 1972.
- CHILE LOBBY: right wing gorillas. *Nacla Report*, Sept. 1977.
- CHILE: the people will not forget their victories nor pardon their assassins. *Nacla Report*, May 1975.
- COHEN, R. (Org.) *Rebelión em Estados Unidos: antologia documental*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- CUZÁN, A. G. The Latin American Studies Association vs. the United States: the verdict of history. *Academic Questions*, v.7, n. 3, June 1994
- DAMATTA, R. Antropologia da saudade. In: CANDIDO, A. et al. *Um americano intranquilo*. Homenagem a Richard Morse. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992.
- DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas – definições, usos e genealogias. In: _____. *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História da Fafich, UFMG, 2002. p.13-28
- FACING blockade. *Nacla Report*, Jan. 1973.
- FERES JR., J. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005.
- GEARY, D. “Becoming international again”: C. Wright Mills and the emergence of a global new left, 1956-1962. *The Journal of American History*, v.95, n.3, p.710-36, Dec. 2008.

- GISH, A.G. *The New Left and Christian Radicalism*. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans, 1970.
- GOFF, F. February 11th Nacla meeting. *Nacla Newsletter*, v.1, n.2, Mar. 1967.
- GONTIJO, R. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. S. (Org.) *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Faperj, Mauad, 2005. p.259-84.
- GONTIJO, R.; FRANZINI, F. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, R. et al. (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GOSSE, V. (Org.) *The Movements of the New Left – 1950-1975: a brief history with documents*. The Bedford Series in History and Culture. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- GREEN, J. Clergy, exiles and academics: opposition to Brazilian military dictatorship in United States, 1969-1974. *Latin America Politics and Society*, v.45, n.1, p.87-117, Spring 2003.
- GUTIÉRREZ, R. A. *The political legacies of Columbus: ethnic identities in the United States*. Discovering the Americas, 1992, Lecture Series, Working Papers n. 16, Department of Spanish and Portuguese, University of Maryland, College Park, 1995.
- JOSEPH, G. M. Toward a new cultural history of U.S. In: JOSEPH, G. M.; LEGRAND, C. C.; SALVATORE, R. (Ed.) *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S*. Durham, London: Duke University Press, 1998.
- JOSEPH, G. M.; LEGRAND, C. C.; SALVATORE, R. (Ed.). *Close encounters of empire: writing the cultural history of U.S*. Durham, London: Duke University Press, 1998.
- KEITH, S. Warped images: Latin American images. *Nacla Report*, Nov. 1979.
- LATIN AMERICAN Christians in the liberation struggle. *Nacla Report*, Mar. 1972.
- LE GOFF, J.; NORA, P. As mentalidades: uma história ambígua. In: _____. (Org.) *História novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

- MARINI, R. M. A new face for CounterRevolution. *Nacla Report*, p.3-5, July 1977.
- MAUAD, A. M. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). In: _____. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.
- MEDOVOI, L. The age of Three Worlds. In: _____. *Rebels: youth and the cold war origins of identity*. Durham, London: Duke University Press, 2005.
- MICELI, S. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MORSE, R. Depoimento. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, n.3, p.87, 1989.
- OLIVEIRA, A. Letters from a Brazilian woman. *Nacla Report*, Feb. 1967.
- OLIVEIRA, L. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- PIKE, F. B. *The United States and Latin America: myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin: University of Texas Press, 1992
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- PUBLIC TALK by the archbishop Dom Helder Camara of Recife, Brazil. *Nacla Report*, Feb. 1967.
- SANTOS, T. dos. Brazil: unmasking the miracle. *Nacla Report*, July 1977.
- SHAPIRO, H. Nacla reminiscences: an oral history. *Nacla Report*, Sept./Oct. 1981.
- SHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.
- SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p.231-69.
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. *Modern Latin America*. New York: Oxford University Press, 2001.
- SOIHET, R. et al. (Org.) *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- TESTIMONY of an Argentine revolutionary. *Nacla Report*, Feb. 1967.
- THE STORY behind the coup. *Nacla Report*, Oct. 1973.
- TOTA, P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRILLO, M. T. Caminhando para “desestadunização” da história dos Estados Unidos: um diálogo. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, n.27, p.9-30, 2001.
- TYSON, B. Nacla as coalition. *Nacla Newsletter*, v.1, n.2, Mar. 1967.
- US COMMITTEE for Justice to Latin American Political Prisoners. *Nacla Report*, Mar. 1967.
- WEINSTEIN, B. Repensando a história das relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural? *Textura (Canoas)*, n.9, p.11-20, abr./out. 2003.

IMAGINÁRIOS E TRADIÇÕES

Imagens da nação no Museu Nacional da Colômbia

*Camilo Mello Vasconcellos*¹

INTRODUÇÃO

Sempre relacionada e referida pela mídia nacional e internacional à questão do narcotráfico e da guerrilha que colocam o país em uma encruzilhada ante o seu futuro, a Colômbia e sua história acabaram constituindo-se em uma nova e instigante descoberta acadêmica.

Da mesma maneira que há dezesseis anos conhecia a realidade museológica mexicana, nos três últimos anos pude conhecer alguns aspectos da interessante história da Colômbia, a partir do contato com as suas instituições museológicas e também como professor convidado do recém-criado curso de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Nacional desse país.

Nesta reflexão, abordo três aspectos que definem a estrutura do texto: no primeiro, são traçadas algumas considerações em torno da discussão do tema patrimonial e museológico do ponto de vista da pesquisa histórica; no segundo, meu foco está voltado para a história do Museu Nacional da Colômbia (a principal instituição museológica do país); e, finalmente, no

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP) na área de Museologia.

terceiro, analiso uma das mais emblemáticas obras presentes em seu acervo: a pintura a óleo *Alegoría de la nación*, do pintor colombiano Silvano Cuéllar, realizada em 1938.

O objetivo é descrever e interpretar as ambiguidades e tensões dessa instituição e revelar o seu papel na construção e estruturação de um espaço material de representação cultural e social na América Latina.

O MUSEU COMO OBJETO DE ESTUDO

O patrimônio cultural que pode estar representado em diversos locais encontra nos museus um cenário ideal para ser exibido. Para que esse patrimônio possa representar a legitimidade das forças políticas que o construíram e que dele vêm se apropriando, é necessário que ele tenha visibilidade permanente.

Como afirma García Canclini (1990, p.151-2):

É necessário colocá-lo em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus. [...] A teatralização do patrimônio é o esforço por simular que há uma substância fundante, em relação com a qual deveríamos atuar hoje. O fundamento filosófico do tradicionalismo se resume na certeza de que há uma coincidência ontológica entre realidade e representação, entre a sociedade e as coleções de símbolos que a representam. O que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional.

Particularmente na América Latina, onde os índices de analfabetismo são consideráveis, não é de causar surpresa o peso enorme que a cultura visual alcançou em toda a história desse continente.

Durante muito tempo, e mesmo nos dias atuais, o museu foi visto como local de depósito de objetos, um lugar muito

pouco atraente e frequentado apenas por uma elite econômica à procura de reforçar seu *status* social e perpetuar seus valores. Herdeiros do ato de colecionar, os museus, como fenômenos institucionais, remontam ao século XVIII.

Com a ascensão da burguesia na Europa, após a Revolução Francesa, uma nova concepção foi incorporada ao universo museal: a noção de patrimônio, pela qual os museus dos príncipes e dos reis passaram a ser museus de nações. A partir daí, as instituições museológicas refletiram, até hoje, seus padrões políticos, estéticos e de organização, trazendo para dentro delas os seus valores e as suas concepções de mundo.

Tivemos então a consagração definitiva dos museus como instituições que devem garantir a preservação de bens culturais dos estratos que detêm o poder e cujo objetivo maior – essencialmente durante o século XX – é servir de referencial básico para que os seus visitantes se identifiquem com esse patrimônio e sintam-se herdeiros dele. Aqui temos a função ideológica do museu consagrada e extremamente articulada com os conceitos de nação e identidade nacional.

É justamente nesse contexto de surgimento/afirmação das nações recentemente tornadas independentes de suas metrópoles que foram criados, durante o século XIX, os museus nacionais dos principais países latino-americanos, dentre os quais a Colômbia, que será o alvo desta reflexão.

Os museus, numa concepção contemporânea, são instituições sociais dedicadas à recuperação, preservação, pesquisa, restauração e exibição de objetos que possuem valores artístico, histórico, científico ou tecnológico. São instituições que têm por finalidade resguardar e colocar ao alcance da sociedade que as sustenta referências patrimoniais que devem estar relacionadas aos seus mais distintos públicos.

Além disso, o museu é um produtor de sentidos para a sociedade. Seu campo específico são os objetos e as imagens, do-

cumentos que possuem uma forma bi e/ou tridimensional. Por isso, mantém um modo próprio de comunicar seu conteúdo, por intermédio das exposições.

Por trabalhar com o social, o museu inevitavelmente traz consigo representações que podem ser percebidas, por exemplo, na constituição de seu acervo e nas exposições que realiza. Nesse sentido, o museu pode ser visto como um objeto de estudo do historiador, pois explicita uma determinada maneira de produzir e veicular representações da e para a sociedade. Meneses (1992a, p.4-5) esclarece:

Os museus históricos são aqueles que devem estar voltados para os problemas históricos, e essa categoria deve ser entendida como a articulação de fenômenos que permitam conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade. [...] Uma de suas principais funções e o melhor potencial de um museu histórico referem-se ao entendimento da construção, usos e reciclagens da memória nacional.

É importante ressaltar também a ideia de que os museus de história possibilitam compreender o passado como construção do presente e para atender às demandas, às expectativas e às problemáticas que o momento presente traz.

É necessário citar alguns autores fundamentais no processo de pesquisa a respeito da questão da memória, tais como Maurice Halbwachs com o conceito de memória coletiva na primeira metade do século passado, Pierre Nora (1984) com o conceito de “lugares da memória” ou Jacques Le Goff (1994) com as distinções entre história e memória. Porém, para o interesse deste texto, considero fundamental, mais uma vez, a reflexão do Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992b, p.22-3), para quem:

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da iden-

tidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é a forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. [...] Entretanto, é possível continuar fixando balizas claras para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela Memória: a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História.

Para finalizar esta parte, gostaria de citar a contribuição fundamental de dois autores nos quais me baseio para pensar o museu como uma instituição que produz imaginários e representações, e neste caso, a respeito da especificidade da nação colombiana: Bronislaw Baczko (1985), com o conceito de imaginário social como um sistema de representações que trazem junto de si ideologia, aspirações, valores, mitos e projetos que legitimam a ordem estabelecida, e, finalmente, Roger Chartier (1990), para quem os imaginários sociais, assim como as representações, não são meros reflexos de uma realidade que existe fora delas, ao contrário, são parte constitutiva dessa realidade.

O MUSEU NACIONAL DA COLÔMBIA: UMA HISTÓRIA ENCARCERADA EM BUSCA DE UMA NOVA DIREÇÃO

Em dezembro de 1821, Simón Bolívar, presidente da República, enviou para a Europa o vice-presidente Francisco Antonio Zea em busca de apoio econômico e reconhecimento internacional para o novo Estado colombiano.

Em primeiro de maio de 1822, Zea visitou em Paris o barão Cuvier para solicitar “um estabelecimento consagrado ao estudo da natureza, da agricultura, das artes e do comércio como

fontes de progresso". Com o mesmo propósito, entrevistou-se com o barão Alexandre von Humboldt e Francisco Arago. Dessa maneira, foram designados os franceses Jean-Baptiste Boussingault para criar uma divisão de química, François-Désiré Roulin para atuar em fisiologia e anatomia, Justin-Marie Goudot em zoologia e Jacques Bourdon como elo entre o futuro Museu Nacional e a Academia de Ciências de Paris. A direção do estabelecimento recaiu sobre o peruano Mariano Eduardo de Rivero. O governo da nascente República esperava, mediante a contratação desses homens, dar continuidade ao trabalho científico da *Expedição Botânica*, interrompida na época da reconquista espanhola.

Tudo estava traçado como um programa positivista dirigido aos recursos naturais. No entanto, em 12 de fevereiro de 1825, menos de dois anos depois de fundado e menos de um ano depois de inaugurado o museu, o Congresso expediu um decreto para que se cunhasse uma medalha para a chegada do Libertador com a finalidade de comemorar o triunfo de Junín e Ayacucho. Na inscrição, rodeada de uma coroa de laurel, é possível ler: "A Simón Bolívar libertador da Colômbia e do Peru, o Congresso da Colômbia, ano de 1825".

Esse foi o primeiro artefato da coleção de história que selaria o destino desse museu como uma instituição que teria, nas coleções de história, uma de suas mais importantes referências no país.

Pouco tempo depois de fundado, seus dirigentes começam a mencioná-lo como um Museu Nacional e desse modo o antigo Museu de História Natural foi se transformando, até que em 1881 já existiam também obras de pintura de caráter religioso em seu acervo, ao lado das importantes coleções arqueológicas e etnográficas.

O Museu Nacional ocuparia desde a sua fundação até 1842 a antiga *Casa Botânica*, construída ainda no século XVIII, para

alojar a escola criada pelo naturalista espanhol José Celestino Mutis e seus alunos, para desenvolverem a grande empreitada científica conhecida como *Real Expedição Botânica do Novo Reino de Nova Granada*.²

Entre 1845 e 1913, o Museu Nacional ficou instalado no primeiro andar do edifício denominado *Las Aulas* (atual *Museu de Arte Colonial*, localizado no centro histórico de Bogotá), dividindo essa sede conjuntamente com a *Biblioteca Nacional*, esta funcionando no segundo andar. Nessa época, o museu já divide as suas coleções em duas seções principais: zoologia e gabinete de mineralogia, e aquela relacionada aos objetos históricos, arqueológicos e artísticos.

Após várias transferências de sede e desmembramentos de seus acervos, o Museu Nacional da Colômbia finalmente acabou assumindo o perfil que o acompanha até os dias atuais, ou seja, um museu de ciências humanas e de artes, enquanto as coleções de zoologia, botânica e mineralogia acabaram doadas à Universidade Nacional.

A partir de 1948, o museu passou a ocupar a sede atual no edifício da antiga Penitenciária Central de Cundinamarca conhecida como Panóptico, e o edifício acabou sendo totalmente restaurado e adequado para receber a partir dessa data não mais presidiários, mas objetos que deveriam assumir o papel de contar uma nova história e uma nova função: a de “guardião da pátria” e de fomentador da identidade nacional colombiana.

2. Ambicioso projeto de pesquisa da segunda metade do século XVIII (1783-1813), que foi concebido com a finalidade de registrar todas as espécies botânicas da faixa sul-americana situada ao norte da linha do Equador, em uma área de 8.000 km, tendo como eixo central o Rio Magdalena. Alguns membros dessa expedição acabariam tomando parte do movimento independentista do início do século XIX na Colômbia.

É interessante notar que a data escolhida para a inauguração do museu nesta nova sede foi 9 de abril de 1948, data que coincidiu com os trágicos acontecimentos ocorridos após a morte do político do Partido Liberal Jorge Eliécer Gaitán e que levaram ao famoso episódio do *Bogotazo*. Em razão disso, o museu foi inaugurado somente em 2 de maio de 1948.

Deve-se notar também que, até 1989, a narrativa histórica desse museu cobria apenas o período da conquista espanhola até o processo de independência

Em 1989, iniciou-se uma reestruturação geral do Museu Nacional onde foram revisados os roteiros expositivos, e, pela primeira vez, propunha-se que houvesse uma narrativa que partisse da chegada do homem ao território colombiano há 12 ou 13 mil anos e que pudesse ser estendida até 1989.

Essa intenção não se confirmou, pois a última sala histórica termina em 1948, com o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán,³ episódio que nos é apresentado por meio de um rádio que “narra” simbolicamente a tensão daquele dia 9 de abril de 1948 e que traria novos rumos para a Colômbia contemporânea.

Atualmente, o museu passa por um interessante processo de discussão de seu papel a partir de um Plano Estratégico 2000-2010, com diversas propostas de novas exposições e de um museu mais voltado para a inserção dos grupos étnicos e culturais que possam também estar representados em seus discursos expositivos. Tal proposta visa apostar na perspectiva do reconhecimento da diversidade cultural colombiana e no maior cuidado em relação à representação dos grupos indígenas e afro-colombianos que integram a formação étnica da nação colombiana contemporânea.

3. A esse episódio, o discurso do museu refere-se como sendo o episódio do 9 de abril e não de Bogotazo, tal como nos referimos frequentemente a esse acontecimento de grande importância para a história da Colômbia.

A REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO COLOMBIANA – O QUADRO *ALEGORÍA DE LA NACIÓN* (SILVANO CUÉLLAR, 1938)

Diferentes imagens a respeito dos museus foram realizadas por escritores e intelectuais ao longo dos séculos XIX e XX. Paul Valéry, por exemplo, comparava o museu com “ilhas enclausuradas que possuíam algo de templo e de salões de recepção, algo de cemitério ou de escola”; para Theodor Adorno “os museus são como sepulcros familiares das obras de arte”; um escritor alemão descreve o museu como um “lugar onde cada objeto separado assassina outro objeto e todos estes juntos ao visitante”; Ana Stroulia, antropóloga e arqueóloga grega, define o museu “como uma *prisão* de seres onde os objetos são chamados a representar” (apud Ochoa Gautier, 2001, grifo nosso).

Nessas imagens, a que mais me chamou a atenção foi a da prisão justamente porque ela traz consigo a história desse monumento que, antigamente chamado de *Panóptico*, nos fornece algumas pistas para pensarmos esse museu que, como já referido anteriormente, funcionou como uma prisão até 1946.

O adjetivo panóptico refere-se a um lugar ou a um ponto a partir do qual se permite ter a visão de todas as partes ou elementos. Ou ainda um local ou edifício construído de modo que, desde a sua parte interior, se possa observar desde um só ponto. Se o museu é um edifício que faz do olhar para o objeto a sua razão de ser, tanto nesse local como no panóptico, o olhar, portanto, determina e vigia.

Quando entramos em um museu, somos preparados para o olhar, da mesma forma que o objeto, ao entrar no museu, deve ser olhado e observado, isto é, representar algo em lugar de.

Nesse sentido, selecionei uma obra emblemática do Museu Nacional da Colômbia que representa *a nação colombiana*, a partir da pintura de Silvano Cuéllar de 1938, e que ocupa um lugar central no discurso narrativo dessa instituição. Creio

que vale a pena observá-la e interpretá-la, pois, a partir da observação desse quadro, pode-se ver uma das mais importantes representações da nação e da identidade nacional colombiana, segundo a visão e o contexto vivido por Cuéllar.



Figura 20.1 – *Alegoría de la nación*, Silvano Cuéllar.

Nesse contexto, essa obra deve ser entendida como um documento visual que remete a um determinado contexto político em que foi realizada e está carregada de uma simbologia que deve ser analisada cuidadosamente.

Silvano Cuéllar – nascido em 1873, em Bogotá, e considerado um dos mais destacados pintores e escultores de tradição academicista de finais do século XIX e princípios do XX – foi também professor de escultura na Escola de Belas Artes de Bogotá e realizou diversas obras pela capital colombiana.

Nessa obra, o artista constrói uma espécie de Olimpo que preside a liberdade rodeada de musas e símbolos pátrios.

No centro da cena, de pé, Bolívar se dirige à nação, representada por seus filhos mais ilustres, que o escutam divididos em dois grandes grupos:

- À esquerda, os presidentes da República desde Antonio Nariño – o precursor do movimento independendista – até Enrique Olaya Herrera – presidente liberal da Colômbia no período de 1930 a 1934 e que pôs fim à hegemonia de quase cinquenta anos do Partido Conservador no poder.
- À direita, vemos os primeiros habitantes do território colombiano (os indígenas), os conquistadores (inclusive Cristovão Colombo), os representantes do clero, os escritores, os cientistas e demais pensadores.

Os personagens encontram-se rodeados pela natureza e arquitetura, onde estão representados: a palma de cera – árvore nacional colombiana –, as palmas de bayoneta típicas do Parque da Independência, as *guacamayas* (espécie de papagaio da Colômbia e da América Central), o Congresso Nacional, a Igreja de San Agustín, a sede do governo do departamento de Cundinamarca e o templo (quiosque) que está localizado junto ao Parque dos Jornalistas.

Nesse quadro, podemos realizar uma análise de diferentes pontos de vista. Vou me ater àquela que considerarei a mais significativa em termos do tema da representação da nação e do seu significado simbólico expresso em suas entrelinhas.

Considero que a metáfora mais adequada para interpretá-lo seja a de que a nação colombiana é, na verdade, a representação de uma grande família. Podemos ver o “pai fundador”, que reúne todos ao seu redor e sempre tem algo a nos falar, aconselhar ou ser seguido como exemplo e modelo – aqui representado pela figura “heroica” de Bolívar como fundador do Estado independente e da nova nação que se formara.

O significado da palavra patrimônio evoca a imagem de herança que pertence ao campo semântico familiar, em que se encontra reunido o conjunto de objetos e bens – carregados de conteúdo emocional – que se transmite de pais para filhos. Aqui há que se notar a ausência do elemento negro, tão importante para a formação étnica da nação colombiana.

Há também nessa representação algo de solene, como se estivéssemos unidos por laços de sangue com os fundadores de nossa genealogia, de nossos antepassados, aos quais devemos honra e agradecimento.

Busca-se produzir, nos olhares de seus admiradores e visitantes, uma atitude semelhante a que em nossa cultura se tem, por exemplo, diante da tumba de um antepassado distante. É preciso uma atitude de reverência, de veneração, que se acata e não se deve discutir, pois, na família, não se permitem discordâncias. Aceita-se ou estamos fora dela.

Nessa metáfora da nação como uma família unida e forte, com elos inquebrantáveis e de hierarquia, alguns membros são mais importantes que outros, e a ilusão de uma continuidade é fundamental. Continuidade que se quer presente até os nossos dias. Como em toda família, existem pontos de vista diferentes e que se transformam com o passar do tempo.

A nação colombiana assistia, a partir de 1930, a um período de reconstrução e de euforia, afinal, com a vitória do candidato liberal Enrique Olaya Herrera, terminava a hegemonia do Partido Conservador após um período de quase cinquenta anos no poder.

O Partido Liberal havia começado a introduzir, muito timidamente, algumas mudanças, sobretudo no campo educacional, com a abertura de novos espaços que tinham a nítida intenção de combater a força da Igreja Católica, com maior incremento ao pensamento laico em uma sociedade em que o catolicismo sempre foi muito forte.

Nesse sentido, havia uma grande dissensão em curso e que, pela primeira vez, poderia colocar em xeque a visão de uma história que aprisionava por aquela que poderia ser traduzida, nos limites dessa obra de Cuéllar, com tintas de liberdade e de novas esperanças.

Creio que esse museu e essa obra representam a síntese de uma história que ainda está para ser reescrita nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACZKO, B. Imaginação social. In: ROMANO, R. (Org.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v.5.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas – estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.
- MENESES, U. T. B. de. Para que serve um museu histórico? In: _____. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1992a.
- _____. A história: cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, n.34, 1992b.
- OCHOA GAUTIER, A. M. Arte y etnografía: los insoportables extremos del ser nacional. In: LÓPEZ BARBOSA, F. (coord.) *La arqueología, la etnografía, la historia y el arte en el Museo*. Memorias de los coloquios nacionales. Bogotá: Museo Nacional de Colombia, 2001.

Tradições barrocas e emergência iluminista:
questões políticas e culturais em tempos de transição
na América hispânica (XVIII-XIX)

*José Alves de Freitas Neto*¹

Abordar períodos de transição é uma forma de remeter aos artifícios e às arbitrariedades da definição dos marcos cronológicos que dividem os períodos. No século XIX, durante e após o período das independências na América espanhola, os discursos produzidos pelos líderes políticos e escritores americanos delinearam identidades e fronteiras temporais em relação ao passado colonial, às suas tradições e influências. A capacidade de enunciar propósitos libertadores em um ambiente de disputas de legitimidade política impressiona ainda hoje pela força das ideias e pela projeção que alcançaram no imaginário das sociedades americanas, fazendo supor uma unidade que presidia a ação de líderes como Bolívar, San Martín, Hidalgo, Morelos ou Artigas, para citar apenas alguns dos próceres das lutas de independência.

A produção de discursos uniformizadores para acentuar rupturas e términos de ciclos de qualquer ordem evidencia o caráter ordenador de seus produtores. A influência ilustrada, por exemplo, foi capaz de transmitir alguns conceitos como soberania, povo e progresso. Ideias tão solidificadas e amplas que foram utilizadas como categorias atemporais, pois serviam a todos os

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

países e a todos os líderes em suas batalhas discursivas para estabelecer o momento da ruptura com as práticas coloniais. Essas mesmas noções foram incorporadas ao vocabulário da historiografia hispano-americana oitocentista, como forma de argumentação do Estado-nação. Entretanto, os discursos de matriz ilustrada conviviam com práticas políticas e instituições tradicionais.

Se, ao pensarmos os esforços para romper com as heranças do período colonial, estabelecermos como marco cronológico as reformas borbônicas do século XVIII, identificaremos resistências e resultados contraditórios, indicando que as sociabilidades produzidas no mundo hispano-americano eram diversificadas. As medidas que visavam à uniformidade administrativa e ao pleno domínio da Coroa sobre a América tiveram desdobramentos na reconfiguração do mapa político da região, nas nomeações de intendentes, no papel das elites *criollas*, no Exército e na Igreja, mas estiveram longe de significar respostas padronizadas por parte dos habitantes americanos. As longas distâncias dentro dos vice-reinados e os costumes políticos arraigados nas cidades, com uma autonomia que remontava às origens da presença espanhola no continente, sugerem como as medidas borbônicas não poderiam ter os mesmos resultados em Lima, México ou num pequeno povoado nos Andes.

Mesmo que as mudanças não tenham ocorrido de forma homogênea, o pressuposto da administração borbônica era de padronização. A incorporação das medidas não foi algo ignorado pelos hispano-americanos. Os fundamentos da legislação para o governo das Índias pressupunham certa autonomia para províncias e cidades, que, sob a égide dos Bourbons, passou a ser restringida.

A referência à modernização do século XVIII é um daqueles momentos fundadores que alimentaram debates historiográficos sobre os alcances e as interferências em processos subsequentes. Aspectos econômicos, políticos e culturais, como a

necessidade de industrialização, a liberação comercial nas colônias, as críticas ao modelo educacional excessivamente controlado por ordens religiosas, a censura à circulação de ideias revolucionárias e a insatisfação de *criollos* com seu *status* diante da Coroa, são alguns temas constantemente revisitados pelos estudiosos nas abordagens sobre o término do período colonial.

Os posicionamentos da historiografia oitocentista nos países independentes, assim como suas demandas políticas na análise da passagem entre o domínio espanhol e o surgimento da nova ordem política, foram sintetizados com precisão por José Carlos Chiaramonte (2007). Para Chiaramonte (2007, p.22), os partidários da tese do rompimento radical com o passado colonial construíram uma abordagem que

[...] empeñada desde sus comienzos en fortalecer el rumbo independiente de los nuevos países hispanoamericanos, enalteció la Ilustración por considerarla causa central de la Independencia. Como lo escribió Sarmiento en su estilo sin vacilaciones: “el carácter, objeto y fin de la revolución de la independencia en toda Iberoamérica” habrían sido los mismos y provenientes del mismo origen “a saber, el movimiento de las ideas europeas”. Para esta perspectiva, la etapa hispanocolonial solía ser considerada algo equivalente a la “negra noche del pasado”, y la crítica ilustrada de esa realidad el peranuncio de la eclosión de las nuevas naciones.

Os opositores da visão liberal recordam-se da presença cristã e da língua espanhola como características da cultura americana, e também dos mecanismos de funcionamento da sociedade colonial.

[...] la historiografía hispanófila que surgiera em reacción contra las primeras perspectivas de la historiografía liberal nacional, tendió a adoptar um criterio opuesto, enalteciendo los logros de la cultura del período colonial y juzgando los nuevos rumbos inicia-

dos con la influencia como lamentable desnaturalización de las raíces hispanoamericanas. (Chiaramonte, 2007, p.22)

Advertindo para a complexidade que uma síntese pode ocultar e os preconceitos que uma visão dualista tenta estabelecer, Chiaramonte localiza, nesse jogo binário, um dos pontos mais difíceis para interpretar o que ele designa como *novedades* na América setecentista. A proposta de matizar a incorporação do pensamento moderno nas últimas décadas de domínio colonial, como propõe o escritor argentino, permite compreender a aparente incoerência das diversas posições assumidas àquela época.

O debate sobre a presença da Ilustração no mundo hispano-americano, se ficar aprisionado a supostos conceitos absolutos e sem a atuação dos sujeitos históricos que nele intervieram, apenas expressaria, ainda em termos usados por Chiaramonte (2007, p.23), “*una arcaica polémica, que no sólo deforma su tratamiento en los libros de textos escolares sino también, com frecuencia, en la misma investigación histórica*”. Contudo, para ultrapassarmos o esquematismo que impediria uma visão mais analítica, poderíamos agregar às proposições anteriores a observação de que as temáticas sobre tradição/modernidade não são feitos exclusivos das Américas e tampouco mero exercício de divisão temática. Se estabelecemos uma ordem cronológica anterior para designar o que chamamos de *tradicional* ante o que será apresentado como *moderno*, é porque, nesse repertório, há uma gradual apropriação da tradição pela modernidade. Práticas e linguagens políticas, culturais, econômicas e sociais são assimiladas em meio a padrões instituições dominantes, mas não exclusivos. Portanto, abordar as significações dadas aos temas de que nos ocupamos neste texto, as tradições barrocas e a emergência iluminista, não significa reafirmar dicotomias, mas, antes, reconhecer elaborações que foram lidas como pre-valetentes em seus períodos históricos.

TRADIÇÕES BARROCAS

Uma das associações mais comuns na história da América é entre o barroco e a ordem colonial. Ultrapassando o conceito estritamente estético, muitos estudiosos das relações entre cultura, política e história abordaram as presenças do barroco na vida das sociedades americanas. Longe de querer definir os múltiplos significados atribuídos a esse conceito, interessa-nos perseguir questões propostas por Angel Rama (2008), em artigo de 1955, na tentativa de identificar por que o barroco sobrevive na cultura americana. Na abordagem do crítico uruguaio, o barroco deve ser compreendido extrapolando os seus limites históricos do século XVII.

O Barroco foi o projeto cultural da época, o que a casualidade histórica ofereceu ao processo colonizador, mas, ao mesmo tempo, também o primeiro empenho para entender e expressar a particular situação da América, dentro do panorama da civilização ocidental, que junto com ele surgia. Esse Barroco disse com autenticidade, pela primeira vez, como era o novo continente, e esse dizer ainda está nos governando, disfarçado de muitas maneiras. Ele subsiste na América até boa parte do século 18, em parte porque foi o melhor módulo expressivo – unitário – de um mundo complexo e contraditório, onde conviviam os inimigos extremos – uma supercultura européia atuando sobre um meio frágil – dentro de um quadro forte e jovem, transbordante de vitalidade e carente de uma ordem ideal dentro da qual se projetar.

O Barroco ofereceu à América esta ordem ideal para preencher o vazio espiritual no qual funcionava a colônia [...]. (Rama, 2008, p.83)

Por mais que a citação nos remeta a conceitos discutíveis como a força europeia diante da fragilidade americana, num discurso reiterado por muito tempo, interessa-nos ressaltar a peculiaridade da América na configuração barroca e dentro da

cultura ocidental. A vitalidade de uma sociedade complexa que procurava manifestar certa unidade não foi ignorada por Rama. Para ele, a concepção barroca americana ambicionava a universalidade sob a unidade religiosa católica. Para ilustrar esse princípio, o crítico nos remete à Sórora Juana Inês de la Cruz (1648 [?]-1695) em um de seus autos, *El divino Narciso*, no qual a religiosa entrelaça aspectos do catolicismo e da religiosidade indígena que deveriam fundir-se e afastar qualquer forma de interpretação degradada da “verdade” religiosa.

O processo de formação da sociedade mexicana, para citar apenas a região da monja escritora, enfrentava os “aspectos diversos e opostos” (Rama, 2008, p.85) daquela sociedade. Conscientes da diversidade que estava à sua frente, os *criollos* se esforçariam para corresponder a um exercício de coexistência das diferenças, permitida pelo barroco, mais do que a uma modernidade renascentista.²

Rama propõe ainda que o barroco, sendo universalista e abstrato, permitiu à colônia ultrapassar a condição de inferioridade em relação à Metrópole. As criações a partir de “opostos contraditórios” inseriam a América na tradição cultural ocidental, expressando sua vitalidade e suas tensões. Esse fato, no entanto, não deve ser visto como uma leitura ingênua que suponha um mundo colonial harmonizado. Contradições entre a pobreza da população e a riqueza de construções como igrejas e palácios, assim como a ambígua convivência entre o exercício intelectual refinado dos poucos homens letrados e a brutalidade e cobiça de muitos que subjugavam, exploravam e escravizavam um grande número de pessoas e povos.

2. Octavio Paz (1998) observou que, se olharmos para a história colonial no México, a partir de um ponto de vista moderno, veremos apenas uma história excêntrica e estereotipada. Para ele, não repousa na linearidade o caminho para pensar as organizações estabelecidas pelo Novo Mundo.

Com base no pressuposto de que as sociedades agregaram padrões culturais distintos e fragmentados, Janice Theodoro (1992, p.126) abordou outros aspectos da estética barroca e seus significados na sociedade colonial. Na América, segundo a historiadora, há um policulturalismo que não perde sua identidade diante do convívio intercultural, nem se reduz a uma compreensão do seu passado restrito às noções de conflito e destruição. Há uma América vivente que tem saberes ocultos e que dissimula contrastes sob uma aparência unificadora.

Por essa abordagem, o barroco é a expressão de uma sociedade que se reinventa após a “morte de significados” gerados pela imposição de uma língua, religiosidade e formas de organização dadas pelos espanhóis. Onde há destruição, há espaço para ressurgimento e reinvenção.

Os indígenas e *criollos*, viventes no período colonial, tiveram que se transformar a partir dos fragmentos de que dispunham. Um aspecto importante a ser observado é que essa reinvenção não foi uma tarefa da Coroa, mas da própria sociedade colonial. As tradições esfaceladas, na língua, nos códigos políticos, eram encenadas e ritualizadas de forma imprecisa, reelaborando memórias e se estabelecendo a partir de indícios reconhecidos tacitamente pelos grupos sociais:

Assistimos, durante a conquista e colonização, à criação de códigos visuais que passam a gerenciar as formas de percepção do mundo e de estruturação do poder. O indígena define sua ação, vincula-se a um grupo de poder, civil ou religioso, escolhe um protetor, participa do culto, aparentemente respeita o código imposto pelo conquistador em função do que seu olho pode captar. A linguagem pode auxiliá-lo nos contatos mais superficiais, mas sua sobrevivência depende de sua conduta de vida, sua habilidade de ver muito, ouvir atentamente, falar pouco e concordar sempre com a autoridade constituída, sem que a *palavra* do interlocutor venha a ter para ele a significação do que foi dito. (Theodoro, 1992, p.127)

Outro elemento para a composição barroca que entrelaçou as culturas indígenas e europeia, citando Jacques Lafaye, é a “justaposição de elementos e não a heterogeneidade” (ibidem, p.141). Os significados dessa justaposição ultrapassam a noção de miscigenação, que tantas vezes é usada para explicar o barroco e as formas de organização na América. De forma um pouco distinta da exposta por Rama (2008), Janice Theodoro (1992) afirma que a pretensão de unidade barroca só teria validade se os códigos e signos culturais fossem assimilados de forma única. Porém, ao negarem a simetria, os significados não possuem a mesma correspondência entre grupos culturais distintos. A convivência entre indígenas e europeus, mais uma vez, apontava para algo mais complexo do que uma suposta fusão de elementos culturais. O silêncio indígena e a ação de imitar os espanhóis em gestos e rituais seriam demonstrações de uma estratégia dos nativos para mover-se dentro de um código que seguramente não era partilhado da mesma forma pelos colonizadores. O culto à Virgem de Guadalupe, por exemplo, seria uma prova cabal da multiplicidade de significados justapostos na sociedade mexicana.

Enfatizando as vinculações entre o exercício político e o legado cultural, Rubem Barboza Filho (2008) também defende as premissas de que nem tudo é incorporado pelo barroco, assim como a diversidade de significados que ele possui. O autor agrega às suas análises a artificialização da tradição. A Coroa ibérica teria utilizado uma “linguagem de sentimentos”, na qual as ordens social e política estavam atreladas às vontades do soberano. Distantes das tradições ibéricas, as hierarquias desenraizadas estavam devidamente subordinadas.³ Essa encenação

3. “A vida social e política existe e se reproduz tão-somente pela gestualidade voluntarista e exagerada das cerimônias teatrais, que reúnem e interpelam periodicamente os homens. É nessa teatralização que os ibe-

política, segundo o autor, era um exercício da modernidade política espanhola, que adquiriu rumos diferentes de outras partes da Europa.

A *artificialização da tradição*, no entanto, não foi capaz de produzir a mesma configuração política, religiosa e cultural que havia na Península. O controle da Coroa, que a linguagem política barroca traduziria, não teria sido suficiente para impedir a realização de acordos e negociações que expressavam a dinâmica das relações coloniais.⁴ Nunca é ocioso recordar que a descentralização política,⁵ por exemplo, é uma das chaves para pensar os processos de separação com a Espanha à medida que

ro-americanos recolhem os arruinados pressupostos comunitaristas das antigas tradições – dos indígenas, dos africanos e dos europeus –, reinventam instituições já desfiguradas e fazem aparecer os precários fundamentos da ordem social, ultrapassando os limites ‘estruturais’ de sua organização” (Barboza Filho, 2008).

4. O barroco americano, para Barboza Filho (2008), tornou-se autônomo em relação à sua matriz europeia, transformando as próprias noções que o barroco ibérico tinha intenção de estabelecer: “a América foi se fazendo. Não pela tradição, pela religião, pela utopia ou pela economia. Mas foi se erguendo, e este é seu mistério, a sua particularidade. Se não podemos encontrar um momento fundador [...] certamente temos uma origem: um barroco destituído de metafísica, mistura de indeterminação ética, fragmentação real e fome de sentido. O que herdamos do barroco ibérico não foram as formas de vida e as crenças peninsulares, mas a linguagem do sentimento, com sua natureza estética, com sua capacidade de integrar antagonismos e diferenças, com sua veemência teatral e seu voluntarismo”.
5. O tema da descentralização tem merecido a atenção de grande parte da historiografia que estuda os processos de independência. De forma incisiva ou colateral, o tema aparece em trabalhos como os de François-Xavier Guerra (2003), Antonio Annino (1999), Túlio Halperin Donghi (2005), José Carlos Chiaramonte (2007), entre outros. A descentralização não deve ser compreendida como uma benesse da Coroa, mas considerada a

nos aproximamos do século XIX, além da aplicação, nas áreas coloniais, do princípio “*obedezco, pero no cumplo*”.

A decadência da ordem barroca, com seu discurso que aparentemente diz menos do que poderia, ocorre juntamente com a queda do modelo colonial. Evidentemente, ao tratarmos de períodos de transição, interessa-nos mais observar as simultaneidades do que as explicações sucessivas. O barroco, seja na arquitetura, na literatura ou na política, não foi extirpado da América como se um furacão varresse tudo o que havia sido erigido. Num continente em que tantos acidentes naturais acontecem e vários monumentos sobrevivem, mesmo os anteriores à chegada dos espanhóis, é de se supor que não seria tão simples fazer ruir uma ordem que, como disse Octavio Paz (1998), marcou pelo menos três séculos das sociedades americanas.

Nesse aspecto, podemos recorrer à presença de uma ordem barroca – com toda a polissemia que a palavra carrega – para observar que não há uma ruptura abissal, mas antes uma convivência entre antigas representações e a emergência de discursos iluministas que ganhavam impulso na América hispânica, desde o XVIII.⁶ O tema da modernização, como citado anteriormente, pode ser localizado durante as reformas borbônicas, na circulação de viajantes e de membros da elite *criolla*, por exemplo.

partir da longa tradição ibérica, assim como as especificidades do processo de colonização e ocupação da América.

6. Cornejo Polar (2000, p.36), ao analisar a ordem discursiva da literatura nas origens das repúblicas americanas, afirma que encontramos “frangas cronológicas de limites imprecisos” e identifica que a “oratória barroca era parte do espetáculo do poder e sua função consistia em reafirmá-lo e exaltá-lo como deslumbramento quase tautológico de sua grandeza”. Para o mesmo autor, a ordem discursiva iluminista pretendia encarnar, num gesto também autoritário, a “vontade geral dos povos”. Produzia-se um linguajar teleológico que superaria o suposto obscurantismo da ordem anterior.

EMERGÊNCIA ILUMINISTA

A circulação das ideias liberais na América, *grosso modo*, corresponde à presença das noções ilustradas europeias. A produção escrita dos liberais tinha um papel pedagógico e político que estabeleceu como meta definir o que seria a civilização a ser alcançada.⁷ Por meio dessa temática civilizadora, estabeleciam uma filiação à história universal capitaneada pelas discussões europeias que relacionavam civilização e progresso. Partindo de uma premissa teleológica de que haveria uma vitória do campo “civilizador”, políticos e intelectuais construíram um projeto de conquista de poder, como ocorreu nos discursos de libertadores e nas gerações que os sucederam na tarefa de construir as jovens nações.

Maria Ligia Prado (1999, p.53) registra de forma precisa a influência e a propagação dos ideais perfilados na defesa da independência:

Os defensores da independência das colônias espanholas da América demonstravam em seus escritos – panfletos, livros, memórias, discursos, jornais – sólido conhecimento das idéias liberais. Fundamentando-se nelas, ou seja, na crença da razão como guia das ações humanas, na centralidade do indivíduo no percurso da história, na defesa dos direitos naturais dos homens, entre eles a liberdade e a igualdade jurídica e a legitimidade da propriedade privada, armaram suas plataformas de ação e suas justificativas para a emancipação.

7. A pesquisadora Miriam Gárate (2001, p.32) registra a associação entre os bárbaros e a ignorância feita por Sarmiento na epígrafe do seu *Facundo* e observada por outros literatos como Ricardo Piglia, já no século XX, quando afirma um caráter igualmente violento da associação feita pelos “civilizados” em relação aos não leitores: registra-se “o triunfo das idéias sobre a degola, dos poderes letrados sobre a força”.

Na futura Argentina, por exemplo, o olhar dos “civilizados” portenhos em relação ao interior, visto como um extenso território, gerava a ideia de um mundo inacabado, no qual a solidão e a presença de grandes áreas desocupadas eram aspectos indissociáveis.⁸ Esse discurso, produzido à época, ignorava que existiam sociedades anteriores ou ainda considerava que as antigas formas de sociabilidades deveriam ser esquecidas, o que significava alijar os camponeses e os indígenas do processo de formação da nação.

Sem a presença de grande parte da população, construiu-se um dos grandes paradoxos das nações hispano-americanas. Ao mesmo tempo que determinados setores defendem ideias liberais que incluem a vontade dos habitantes para que haja legitimidade no exercício do poder capaz de se contrapor à ordem colonial espanhola, esse mesmo povo, alçado à condição de legitimador das decisões políticas, é retratado como inculto, analfabeto, cheio de superstições. Por essa visão, graças à preservação de determinados costumes e práticas culturais dos grupos populares, eles seriam incapazes de conduzir sua própria história.

Como salientou Mary Louise Pratt (1999) na abordagem sobre o que ela designou “automodelação crioula”, os desafios que as elites enfrentavam para legitimar-se eram algo que não tinha paralelo na Europa. Sair da condição de ex-colonizados e instaurar uma nova ordem política e cultural significou uma série de improvisos para os *criollos*, que, por um lado, defendiam sua autonomia e, por outro, mantinham valores europeus e da supremacia branca. As agitações no continente consistiam, efetivamente, na observação de que estavam diante de uma situação inédita:

8. Essa vastidão territorial foi tema de diversos trabalhos na Argentina. Entre eles, podemos Halperin Donghi (2005) e Scheines (1993).

[...] a América espanhola era de fato um Novo Mundo em movimento, num curso de experimentação social para o qual a metrópole europeia fornecia parcos precedentes. As elites encarregadas de construir novas hegemonias na América Latina foram desafiadas a imaginar muitas coisas que até então não existiam, incluindo a si mesmas enquanto indivíduos e cidadãos da América Latina republicana. (Pratt, 1999)

As dificuldades, evidentemente, não derivavam apenas da inadequação ou ausência de modelos a serem seguidos. Os problemas políticos que surgiam na resistência – aberta ou dissimulada – aos projetos liberais e na repressão a propostas radicais e populares indicam que, apesar da clareza da enunciação dos ideais de modernização política, havia mais incertezas e instabilidades no horizonte. A América, habituada às práticas gestuais, desconfiava dos desdobramentos das lutas de independência, e as hesitações, apesar de comuns, deveriam ser repreendidas pelas armas ou pelas letras.⁹

Em outra formulação, Elías José Palti (2005, p.42-3) observa que a independência mexicana apresentava dois problemas distintos, mas que chegaram a confundir seus contemporâneos. O primeiro era a quebra do vínculo colonial, o estabelecimento de novas legislações e princípios de governo: a mutabilidade instaurava-se como uma novidade nas práticas políticas. O segundo, que não tinha uma relação imediata com o anterior, foi o acelerado processo de decomposição do sistema político que

9. Muitos dos líderes do período das independências, como Mariano Moreno, e do pós-independência, como Echeverría, Alberdi e Sarmiento, na Argentina, dedicaram-se à divulgação dos seus ideais e à perseguição aos opositores da nova ordem política que procurava se instaurar. A publicação de gazetas e livros na América servia, mais do que ao convencimento da população, à definição de novos campos de batalha entre os líderes ilustrados e seus opositores.

quase chegou à desintegração do país em meados do século XIX. Os dois processos, afirma Palti, desafiaram os políticos mexicanos a encontrar respostas a questões que anteriormente não eram consideradas, como sobre a legitimidade da ordem política estabelecida.

Considerando que a tradição liberal oitocentista foi se consolidando em diferentes partes da América após as independências, os mecanismos para sua implantação devem ser compreendidos em sua especificidade. Os significados do liberalismo na Europa, como a definição de um modelo contratualista, supostamente baseado nas vontades individuais de cidadãos que reconhecem direitos equivalentes, não têm o mesmo significado na América hispânica. Essa observação, no entanto, não deve ser pensada como a reafirmação de uma tese bastante criticável de que, deste lado do Atlântico, “as ideias estão fora do lugar”. O fundamental é lermos, nas refrações às ideias liberais europeias, a existência de uma sociedade dinâmica e na qual o seu passado, por mais que se tente escondê-lo, manifesta suas continuidades e seus desdobramentos.¹⁰

10. Num outro texto em que discute os problemas de uma história intelectual e no qual se refere a importantes nomes que renovaram os estudos sobre o século XIX hispano-americano, como Leopoldo Zea, Richard Morse, Charles Hale e François-Xavier Guerra, Palti (2007) faz uma crítica ao teleologismo presente na história das ideias. Ao realizar uma crítica específica, que não é o objeto de nossa análise neste texto, Palti (2007, p.50) estabelece uma associação entre noções que nos ajudam a explicar o que acabamos de escrever no parágrafo: “*Esta perspectiva teleológica se encuentra, de hecho, ya implícita en la dicotomía, propia de la historia de ideas, entre ‘modernidad = individualismo = democracia’ y ‘tradicón = organicismo = autoritarismo’, sobre la cual pivotan las diversas vertientes revisionistas [...]*”. Muitas vezes, quando se realizam análises sobre os desdobramentos dos processos de independência, ignoram-se realidades

Gerar estabilidade em um contexto de refundação e quebra das ordens tradicionais, exclusivamente no campo da política, produziu tensões e dissensões nos diferentes projetos de independência.¹¹ As longas guerras desgastaram os próceres e alimentaram a ação de antigos sujeitos políticos, que, de forma heterogênea, continuavam influentes em suas sociedades. Famílias ricas, Igreja e letrados exerciam poderes informais e estimularam o prosseguimento das disputas no primeiro quartel oitocentista. O desencanto foi descrito por Prado (1999, p.68-9) nos seguintes termos:

Na concepção dos liberais, a liberdade, a justiça, o progresso, a riqueza deveriam florescer na América. Entretanto, a guerra nas colônias espanholas foi longa e cruel, e o sofrimento e o empobrecimento visíveis. Assistia-se ao espetáculo da ruína econômica e da devastação geral. Muitas das riquezas produzidas tinham sido destruídas: plantações, criação de gado, minas. Os tesouros públicos encontravam-se esgotados, os líderes políticos disputavam o poder, divididos em facções. De repente, tudo parecia ter sido em vão, especialmente para aqueles que haviam se empenhado tanto nas lutas.

O lamento de Bolívar na carta de 9 de novembro de 1830 ao general Flores¹² traduz a insatisfação dos que não conseguiram estabelecer de forma cabal o seu projeto para o continente. A projeção do futuro “civilizado”, inspirado nas tradições iluministas, fora apresentada e incorporada ao repertório político

e reafirma-se um modelo prévio, que acaba por desqualificar a historicidade americana.

11. As rupturas sociais e econômicas não foram objeto prioritário dos emancipacionistas.
12. Bolívar (1992, p.139) afirma: “1º) a América é ingovernável para nós; 2º) quem serve a uma revolução ara no mar; 3º) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar”.

do continente. Porém, esse discurso tinha o mesmo obstáculo daquele do período colonial: expressa um plano, mas ele é vazio. Compõe um artifício que fala a determinados grupos, mas que não é necessariamente assimilado. A prática política continuava gestual, onde a figura do “herói salvador”, encarnada na representação do libertador, permanecia viva. Mesmo que incompreendidos em um determinado instante, homens como Bolívar, San Martín, Artigas e Hidalgo converteram-se em verdadeiros símbolos que exercem uma função integradora nos momentos de consolidação dos novos Estados, anos mais tarde.

ORDENS QUE CONVIVEM

Há um ponto cego nas abordagens dos períodos de transição que é a apresentação das ideias liberais na América como reapropriação do discurso iluminista europeu. Como observou François-Xavier Guerra (2003), há desajustes entre a cultura local e os princípios liberais que circulavam ao final do XVIII. Os pressupostos da universalização europeia deparavam com as temáticas próprias da América e seus mecanismos de funcionamento político:

[...] el paso a la modernidad política se efectúa mediante otro debate, paralelo, sobre la naturaleza íntima de la nación: ¿está formada ésta por las antiguas comunidades políticas, con sus estamentos y cuerpos privilegiados o está compuesta por individuos iguales?, ¿es producto de la historia o resultado de una asociación voluntaria?, ¿está ya constituida o aún por constituir? (Guerra, 2003, p.134)

Por mais que os temas da soberania, próprios do discurso ilustrado, tenham sido incorporados entre os hispano-americanos, as

questões referidas por Guerra (2003) explicitam o difícil parto da lógica política americana às vésperas das independências.

A análise desses processos históricos e o impacto nas diferentes nações a partir de critérios como os de progresso, de cidadania ou qualquer derivação desse discurso liberal europeu não podem se sobrepor à riqueza e peculiaridade dos processos históricos protagonizados por esses povos. Tampouco se pode ignorar a presença das noções de soberania e autonomia que ainda são reivindicadas na América Latina e passaram a integrar o léxico político e cultural: elas integram as nossas demandas por uma identidade que se projeta na atualidade.

Analisar as vinculações entre tradição/modernidade com base no exposto aqui é pensar as imbricações entre ordens, seus riscos, apostas e temores, que convivem no mesmo espaço e tempo. Evidentemente, há um incômodo nesses processos que reside nos obstáculos que nunca são removidos ou ainda nas referências às propostas que não se concretizam. A América independente continua a ser repositório de tantas esperanças que dialogam com suas populações, mas que, ao mesmo tempo, expressam as desconfianças diante de projetos modernizadores.¹³

Ao repertório político acrescenta-se a noção de temporalidade que os adeptos da modernidade procuravam estabelecer. O compromisso com o futuro, as apostas na realização de projetos

13. Esse debate não é exclusivo dos tempos atuais. Chiaramonte (2007, p.30) assinala que, na discussão sobre as influências durante a independência, debatia-se se eram tributários de Rousseau ou de Suárez: "*Entre lo más arcaico de los enfoques sobre la cultura colonial [...] se encuentra el dilema si Rousseau o Suárez han sido los ideólogos de la Independencia*". O que fomentou tal debate foram as discussões em torno do pacto de sociedade ou pacto de sujeição, que poderíamos caracterizar como um modelo moderno e outro tradicional. Para Chiaramonte, as duas análises eram problemáticas, pois situavam os autores em um debate imediato e não consideravam a questão em aspectos mais amplos.

que sinalizassem outros tempos para a América hispânica, era recorrente nos discursos da época.¹⁴ A necessidade de romper com o passado colonial era mais complexa do que supostamente virar uma página da história. O amanhã era desconhecido, e, para grande parte da população, as experiências vividas ao longo do processo colonial eram algo a ser descartado. Um dos receios era exatamente este: na experiência mais concreta de modernização, nas reformas do século XVIII, o controle estatal tornara-se mais vigoroso e reduziu o espaço de alianças familiares, clientelismos, ordens religiosas etc. A autonomia obtida de forma gradual e precária ao longo do período colonial, usufruindo da porosidade das regras e dos costumes do mundo ibérico, estava ameaçada em nome de um projeto modernizador. Se a experiência anterior havia sido essa, por que apostar em um projeto ainda incerto? Ao mesmo tempo, as condições da antiga ordem já não eram vigentes e um descompasso entre americanos e peninsulares havia se estabelecido de forma irreversível.

Na convivência entre tradições barrocas e a instauração da modernidade iluminista, podemos observar o quanto a temporalidade é explicativa daqueles processos. A linearidade progressiva da tradição iluminista se confrontava com temporalidades cíclicas e religiosas que ainda marcavam as sociedades americanas.

Nos debates jurídicos do México independente, a distinção entre os conceitos de “justiça” e de “cidadania”, por exemplo, é muito vaga. Para os povos envolvidos nos processos de inde-

14. Na tradição iluminista europeia, a experiência da Revolução alterou a própria experiência do tempo: “Passado e futuro jamais coincidem [...] o iluminista conseqüente não tolerava qualquer inclinação para o passado” escreveu Koselleck (2006, p.55-6). Os nossos ilustrados americanos, seguramente, tinham a preocupação de reelaborar rapidamente o passado para inaugurar um novo tempo.

pendência, o conceito de justiça, que remete à tradição de um bem comum, é mais forte culturalmente do que o princípio da aplicação de direitos e deveres jurídicos de uma prática de cidadania. No tocante aos problemas agrários, “*justicia*” e “*ciudadanía*” não tinham os mesmos significados entre, por exemplo, indígenas e *criollos* (Annino, 1999, p.74). O universo “arcaico” indígena preservava saberes e reivindicações que desafiavam a nova concepção política. Clamava-se, prioritariamente, pelo princípio do que seja justo, não pelo que era legal. Os embates em torno da terra, da propriedade comunal, reverberavam esse tipo de questão.

A temporalidade americana não se encerra na perspectiva linear e progressiva. O imaginário de um passado, também idealizado, mas constitutivo das identidades de grupos populacionais importantes, não desaparece de forma tão simples. As desconfiças diante da modernidade e a invocação de memórias nostálgicas e fragmentadas emergem a cada levante popular. Ao fazermos essas ponderações, não queremos nos ater a uma visão de que não houve transformações importantes na ordem política do início do Oitocentos. Os espaços de enunciação como a imprensa, o circuito da formação de uma “audiência” (ou corrente de opinião), indicam algumas das transformações vividas no continente.

Queremos, no entanto, enfatizar que as ideias iluministas chegaram a um ambiente com práticas consolidadas e dinâmicas. O ideário iluminista não suplantou a antiga ordem. Mesmo com tantos esforços para dinamitá-la, ela não desapareceu abruptamente. Ironicamente, diante de uma realidade que não se curvava aos seus anseios, os detentores do discurso iluminista foram muito hábeis em apropriar-se da estrutura autoritária que denunciavam para implementar seus projetos.

As ideias revolucionárias conjugaram modernidade política e arcaísmo social, como atestam os processos históricos da formação

das nações. Em não poucos lugares, o discurso da transformação política foi utilizado para reprimir movimentos mais radicais. É possível afirmar ainda a circulação das ideias por meio da imprensa e de ilustrados americanos, mas também em demandas populares que reivindicam direitos mais amplos. A noção de soberania que emerge entre diferentes grupos e os mecanismos adotados na sua organização indicam que não há por que estabelecer um dualismo rígido entre “modernidade” e “tradição”, pois, na América, sempre que fugimos de modelos esquemáticos e lineares, somos capazes de ampliar nossa visão sobre ela própria.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ANNINO, A. Ciudadanía *versus* gobernabilidad republicana en México: los orígenes de um dilema. In: SÁBATO, H. (Coord.) *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: FCE, Colmex, FHA, 1999.
- ANNINO, A.; GUERRA, F.-X. (Org.) *Inventando la nación*. Iberoamérica, siglo XIX. México: FCE, 2003.
- BARBOZA FILHO, R. As linguagens da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (São Paulo)*, v.23 n.67, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/03.pdf>> . Acesso em: 28 mar. 2009.
- BOLÍVAR, S. *Escritos políticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CHIARAMONTE, J. C. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- CORNEJO POLAR, A. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- DE LA TORRE VILLAR, E. *La Independencia de México*. 2.ed. México: FCE Mapfre, 1992.
- GÁRATE, M. V. *Civilização e barbárie n'Os sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas: Mercado das Letras, Fapesp, 2001.

- GUERRA, F.-X. El ocaso de la monarquía hispánica. In: ANNINO, A.; GUERRA, F.-X. (Org.) *Inventando la nación*. Iberoamérica, siglo XIX. México: FCE, 2003.
- HALPERIN DONGHI, T. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-RJ, 2006.
- PALTI, E. J. *La invención de una legitimidad: razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX*. México: FCE, 2005.
- _____. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PAZ, O. *Sóror Juana Inés de la Cruz: as armadilhas da fé*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RAMA, A. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SÁBATO, H. (Coord.) *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: FCE, Colmex, FHA, 1999.
- SARMIENTO, D. F. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SCHEINES, G. *Las metáforas del fracaso: desencuentros y utopías en la cultura argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.
- SHUMWAY, N. *La invención de la Argentina: historia de una idea*. Buenos Aires: Emecé, 2005.
- SVAMPA, M. *El dilema argentino: civilización o barbárie: de Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, Imago Mundi, 1994.
- THEODORO, J. *América barroca: tema e variações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.
- ZEA, L. (Coord.). *América Latina y sus ideas*. México: Siglo XXI, 1986.

Identidade, heterogeneidade,
diferença e semelhança no
ocaso do mundo colonial

*Janice Theodoro da Silva*¹

Neste capítulo, a primeira questão refere-se à própria palavra *identidade*. A matéria é delicada porque, no “ocaso do mundo colonial” (século XIX), o significado dessa palavra resultava de duas vertentes: uma matriz aristotélica, que conformou o pensamento americano, a partir dos descobrimentos e da colonização,² e uma matriz moderna, que também poderia ser chamada de iluminista, representada pelo projeto de Simón Bolívar.³

-
1. Professora titular de História da América do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).
 2. Richard Morse (1988, p.41-2) afirma que “a virada espanhola para o tomismo no século XVI – isto é, para uma visão de mundo do século XIII, que só havia ganho adesões dispersas nos séculos intermediários – explica-se precisamente pela modernidade da situação histórica da Espanha, ou seja, pela exigência de conciliar uma racionalidade para um Estado moderno com as reivindicações de uma ordem ecumênica mundial, ou de adaptar os requisitos da vida cristã à tarefa de ‘incorporar’ povos não cristãos à civilização européia”.
 3. François X. Guerra (2001, p.319), ao analisar os pontos-chave da mudança cultural e política das sociedades ibero-americanas no momento das guerras de independência, fala de dois modelos de “nação”. O primeiro, próprio dos séculos XVI a XVIII, “faz referência às comunidades políticas, diversas e heterogêneas, resultado de uma longa existência em comum de

Do meu ponto de vista, mesmo no século XIX, grande parte da população americana ainda pensava de forma consoante com o pensamento de *matriz aristotélica*, embora alguns intelectuais e chefes revolucionários pertencentes à elite ilustrada – como Bolívar, por exemplo – já concebessem a identidade por meio de *um sujeito*, um agente transformador da história. Aliás, a visão que Bolívar tem de si mesmo, como agente transformador, explica grande parte da sua obstinação para realizar um projeto de dimensão continental. Diz ele em 1830: “Se minha morte contribui para que cessem os partidos e se consolide a União, eu baixarei tranquilo no sepulcro”.⁴

um grupo humano e da elaboração por parte das elites e do Estado de uma história e imaginários próprios”. O segundo modelo representaria “a nação moderna [que] faz referência a uma comunidade nova, fundada na associação livre dos habitantes de um país; essa nação já é, por essência, soberana, e, para os seus forjadores, identifica-se necessariamente com a liberdade”. Para Guerra (2001), a primeira é a constatação de um fato histórico, ao passo que a segunda é um projeto.

4. Carta ditada por Bolívar em Santa Marta, Colômbia, em 10 de dezembro de 1830 pouco antes de sua morte.

“Simón Bolívar, Libertador de Colombia.

A los pueblos de Colombia

Colombianos:

Habéis presenciado mis esfuerzos para plantear la libertad donde reinaba antes la tiranía. He trabajado con desinterés, abandonando mi fortuna y aun mi tranquilidad. Me separé del mando cuando me persuadí que desconfiabais de mi desprendimiento. Mis enemigos abusaron de vuestra credulidad y hollaron lo que me es más sagrado, mi reputación y mi amor a la libertad. He sido víctima de mis perseguidores, que me han conducido a las puertas del sepulcro. Yo los perdono.

Al desaparecer de en medio de vosotros, mi cariño me dice que debo hacer la manifestación de mis últimos deseos. No aspiro a otra gloria que a la consolidación de Colombia. Todos debéis trabajar por el bien inestimable de la Unión: los pueblos obedeciendo al actual gobierno

O desencanto de Bolívar, no final da vida, com os recentes governos americanos foi o resultado da percepção de que as estruturas político-sociais que caracterizaram a história das Américas dos séculos XVI e XVII, bem como as formas de pensamento, de relações sociais, os hábitos e costumes dos seus habitantes, encontravam-se conformadas a partir do direito natural. A sua desilusão era fruto da constatação palpável de que, apesar dos esforços e das guerras, a elite revolucionária não conseguiu transformar os vínculos comunitários, as estruturas desiguais e uma ideia de justiça ancorada na filosofia moral, bastante arraigada nos diversos estratos da sociedade, numa “nação moderna”, formada por indivíduos iguais – cidadãos – e vinculados apenas pelo consentimento livre e contratual manifestado numa Constituição.

As frases ditas por Bolívar, no final da vida, caracterizam o seu desencanto por não conseguir transformar a história do continente de acordo com o que ele considerava melhor para o conjunto: “a América é ingovernável para nós” ou “quem serve uma revolução ara o mar” e “este país cairá infalivelmente nas mãos de uma multidão desenfreada para depois passar a tiranos quase imperceptíveis de todas as cores e raças”.⁵

para libertarse de la anarquía; los ministros del santuario dirigiendo sus oraciones al cielo; y los militares empleando su espada en defender las garantías sociales.

¡Colombianos! Mis últimos votos son por la felicidad de la patria. Si mi muerte contribuye para que cesen los partidos y se consolide la Unión, yo bajaré tranquilo al sepulcro.

Hacienda de San Pedro, en Santa Marta, a 10 de diciembre de 1830.

Simón Bolívar” (disponível em: <<http://www.analitica.com/Bitblbio/Bolívar/ultima.asp>>).

5. Carta de Bolívar dirigida ao general Juan Flores em 9 de novembro de 1830: “*Mi querido general: Vd. Sabe que yo he mandado veinte años, y de ellos no he sacado más que pocos resultados ciertos: 1º la América*

Para quem se considera o motor da história, perder as ilusões é inevitável.

UM EXEMPLO

Para tornar mais clara a minha proposição com relação à ideia de identidade, opto por trazer à luz um relato produzido por um personagem que participou das lutas de independência. Trata-se de um trecho da autobiografia do general José Antonio Páez, em que ele conta um caso que pode servir de paradigma para a proposição em pauta:

Quando Bolívar viu pela primeira vez, se aproximou com muito afeto, e depois de congratular-se com ele por seu valor, disse:

– O que levou você a servir nas fileiras dos nossos inimigos?

O negro olhou em volta como se quisesse evitar a indiscrição que havia cometido, e disse:

– Senhor, a cobiça.

– Como assim? – perguntou Bolívar.

– Eu havia notado – continuou o negro – que todo o mundo ia à guerra sem camisa e sem um real e voltava depois vestido com um uniforme muito bonito e com dinheiro no bolso. Então eu também quis ir em busca da fortuna e conseguir pelos menos três estribos de prata, um para o negro Mindola, outro para Juan

é ingobernable para nosotros; 2° el que sirve una revolución ara en el mar; 3° la única cosa que se puede hacer en América es emigrar; 4° este país caerá infaliblemente em manos de la multitud desenfreada para después pasar a tiranuelos casi imperceptibles de todos colores y razas; 5° devorados por todos los crímenes y extinguidos por la ferocidad, los europeos no se dignarán conquistarnos; 6° si fuera posible que una parte del mundo volviera al caos primitivo, este sería el último período de la América" (apud Soriano, 1990, p.169).

Rafael e outro para mim. A primeira batalha que tivemos foi a de Araure: eles tinham mais de 1.000 homens, e, como eu dizia a meu companheiro José Felix, nós tínhamos muito mais gente e eu gritava que me dessem qualquer arma com que lutar, porque estava seguro que nós iríamos vencer. Quando acreditei que havia terminado a luta, subi no meu cavalo e fui pegar uma cascaca muito bonita de um branco que estava estendido e morto no chão. Nesse momento, veio o comandante gritando: “A cavalo”.

– Como é isso? – perguntei. A guerra não acabou?

– Nada disso, vinha tanta gente que parecia uma revoada de pássaros. (Paz, 1946, v.I, p.214-5)

Chama atenção no fragmento o uso que o narrador general Páez faz, ao colocar na boca do Negro Primeiro, a palavra *cobiça*. O uso do termo e a forma como está inserido no texto caracterizam a consciência (negativa) do negro com relação ao seu sentimento de “cobiça”. Afeito às suas paixões, ele age indiferente ao que seria, na época, um comportamento virtuoso. As origens dos sentimentos do Negro Primeiro e do narrador do texto nos remetem a uma tipologia de vícios e virtudes.⁶ O

6. Em 1596, saiu a segunda impressão do livro *Catorce discursos sobre la oración Del Pater Noster*, escrito pelo franciscano Balthasar Pacheco e difundido na América entre padres e confesores. Tratando sobre a gula, explica: “*Existen siete vicios capitales destructores de todo bien, llamados así porque son cabeza y raíces de donde nacen y proceden la multitud de pecados que hay en el mundo. Una de estas siete cabezas es la gula, la cual es la madre de seis feas y muy torpes hijas [...]. De tal madre, tales hijas y de tal raiz, tales ramos y de tal cabeza, tales miembros*” (cf. Corcuera de Mancera, 1994, p. 38). Os vícios capitais são: soberba, inveja, ira, preguiça, avareza, luxúria, gula. As sete virtudes correspondentes são: humildade, caridade, paciência, diligência, generosidade, castidade e sobriedade. Além disso, de acordo com a doutrina católica, existem as virtudes cardeais – prudência, justiça, fortaleza e temperança – e as teologais: fé, esperança e caridade.

Negro Primeiro explicita a sua lealdade para com seus amigos Mindola e Juan Rafael, aos quais se refere nominalmente, e expressa um juízo de valor ao qualificar como “ganância” a sua ânsia em obter alguns utensílios dos mortos no campo da batalha. Os seus desejos e a sua forma de agir confirmam, de acordo com o general Páez, que o seu objetivo não era a independência. Portanto, o Negro Primeiro é apresentado no texto como “instrumento animado”⁷ na mão de Bolívar, e cuja consciência é marcada por uma filosofia moral que não encontra ressonância no projeto do libertador.

Essa filosofia moral, que tem as suas raízes na *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles,⁸ e que, a partir dos séculos XII e XIII, passa a fazer parte da moral cristã, por meio do tomismo,⁹ é um dos principais instrumentos educativos utilizados pelos religiosos espanhóis na América do século XVI.¹⁰

7. Expressão utilizada por Aristóteles.

8. Essa relação encontra-se bem analisada em Rhonheimer (2000, p.266-424).

9. Segundo Pinckaers (2000, p.277-8), a *Prima Secundae* de Santo Tomás está estruturada de acordo com os seguintes princípios: estudo das ações humanas, distinção entre atos bons e maus e estudo dos princípios interiores das ações humanas (faculdades, lei e graça). A *Secunda Secundae* é dedicada à moral particular e segue a seguinte estrutura: estudo de cada uma das virtudes e das virtudes anexas às virtudes cardiais, estudo dos dons do Espírito Santo (sabedoria, inteligência, conselho, ciência, fortaleza, piedade e temor de Deus), estudo dos vícios e pecados, e estudo de cada um dos preceitos que se relacionam com cada uma das virtudes.

10. Depois da aprovação da Companhia de Jesus, o jesuíta Juan de Azor (1536-1603) seria o responsável pela sistematização do ensino para todos os membros da ordem, por meio do que é conhecido como *Ratio Studiorum*. A base dessa sistematização encontra-se na sua obra, publicada em Roma em 1600, *Institutionum moralium, in quibus universae quaestiones ad conscientiam recte aut prave factorum pertinentes breviter tractantur*

O fato de o narrador não nomear o personagem,¹¹ chamando-o de negro, negando o nome ao sujeito da ação, nos permite compreender o campo de significação da palavra *identidade*. Bolívar é o sujeito da ação, sua identidade é clara. O autor do fragmento, ao narrar os combates, se constitui também como sujeito da ação, mas o negro, caracterizado pela cor da pele (que o torna igual a muitos outros, sem individualidade), é a expressão de um segmento social considerado incapaz de responder às expectativas políticas dos patriotas, e a quem é reservado apenas um papel instrumental.

No “ocaso da sociedade colonial”, o texto sugere que existem grupos humanos (negros e índios) que, em razão do lugar que ocupam na sociedade, são percebidos pelas elites como incapazes de comandar, o que os torna apenas instrumento da ação. No caso citado, o Negro Primeiro obedeceu às ordens de Bolívar ao retornar ao cavalo. A relação descrita (Negro Primeiro *versus* Bolívar) corresponde, em Aristóteles, a considerá-lo como instrumento de ação (*órganon praktikón*), já que o papel que lhe é atribuído o aproxima de um escravo por natureza.

[*Sobre as instituições morais, tratadas brevemente, necessárias para formar uma consciência reta ou depravada*]. O próprio Azor afirmava ter estruturado o livro a partir da *Prima Secundae* de Santo Tomás, da seguinte maneira: 1. “Os atos humanos”, 2. “Sua distinção entre bons e maus”, 3. “As paixões e os afetos que nos inclinam ao bem ou ao mal”, 4. “Os hábitos”, 5. “As virtudes em geral”, 6. “Os pecados em geral, como infrações à lei e aos direitos”, 7. “As leis: humana, divina e natural” e 8. “Os mandamentos da Igreja como regras das ações humanas” (cf. Pinckars, 2000, p.316).

11. Negro Primeiro cujo nome é Pedro Camejo nasceu em San Juan de Payara, Venezuela, em 1790, e morreu no campo de Carabobo, em 1821. Foi escravo de Dom Vicente Alfonso e lutou, inicialmente, ao lado dos realistas e depois passou para o exército patriota, alcançando a patente de tenente.

Quanto a essa questão, é importante destacar dois aspectos extremamente significativos. Por um lado, não é apenas o Negro Primeiro que se encontra inserido numa percepção de vícios e virtudes, mas o próprio Símon Bolívar, como se pode verificar pela leitura atenta da carta de 10 de dezembro de 1830 (ver nota 4). Bolívar se autodefine como alguém *desinteressado, desprendido, destemido* e, inclusive, *disposto a aceitar a humilhação*. É alguém que *perdoa, que ama de maneira afetuosa* (“*mi cariño*”) e que pede até para que *as orações subam aos céus*. Ao mesmo tempo – e talvez seja isso que explique melhor as suas ambiguidades –, seu projeto nacional já é moderno, no sentido apontado por F. X. Guerra (2001): morre para que se consolide a União e a Pátria.

Por outro lado, essa relação “instrumental” com o Negro Primeiro lembra a disputa entre Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, em meados do século XVI, quando este último, tomando como referência precisamente Aristóteles,¹² defendia a tese de que os índios estavam configurados pela própria natureza para obedecer aos espanhóis. E era essa relação descrita com ironia pelo narrador Páez e talvez por Bolívar que confirma a hipótese.

Convém lembrar que Sepúlveda justifica a escravidão indígena em razão

[...] da barbárie dos índios, dos pecados dos índios contra a lei natural (antropofagia e sacrifícios humanos), por serem prisioneiros de outros índios que iriam executá-los em sacrifícios aos

12. O texto de Aristóteles (s. d., I § 4, p.12), em que essa questão é mais evidente, diz: “Há também por obra da natureza e para a conservação das espécies, um ser que ordena e um ser que obedece. Porque aquele que possui inteligência capaz de previsão tem naturalmente autoridade e poder de chefe; o que nada mais possui além da força física para executar, deve, forçosamente, obedecer e servir”.

seus ídolos e para preparar o índio para a pregação removendo pela força os obstáculos. (Sepúlveda; Las Casas, 1975, p. 399)

Esses argumentos foram questionados por Las Casas, o que não impediu que muitos conquistadores escravizassem os índios.

As considerações feitas com base em um fragmento apresentam ao leitor uma sociedade em que a questão da *identidade* deve levar em conta os diferentes significados da palavra em uma dada circunstância histórica. Todo cuidado é pouco para evitar a unidade de sentido entre os atores em questão (Bolívar, Páez e o Negro Primeiro), o que nos leva a retomar a tradição aristotélica para compreender os dilemas de uma sociedade que, em razão das independências, se integra na ordem dos Estados modernos.

IDENTIDADE PARA ARISTÓTELES

Identidade para Aristóteles é uma *unidade* de substância que vários sujeitos ou coisas têm entre si.¹³ Essa unidade de substância é muito importante no momento dos descobrimentos, quando ocorre o contato entre os indígenas e os europeus.

13. "Además de la identidad accidental, hay la identidad esencial. Se aplica, como la unidad en sí, a las cosas cuya materia es una, sea por la forma, sea por el número, sea genéricamente, así como a aquellas cuya esencia es una. Se ve, pues, que la identidad es una especie de unidad de ser, unidad de muchos objetos, o de uno solo tomado como muchos; por ejemplo: cuando se dice: una cosa es idéntica a sí misma, la misma cosa es considerada como dos" (Aristóteles, 1995, p.144).

A grande questão colocada naquela circunstância foi: “Os indígenas são homens,¹⁴ são servos por natureza?¹⁵”.

Se são servos por natureza, são homens que fazem parte de uma sociedade marcada pela desigualdade.

A discussão entre Bartolomé de Las Casas e Ginés de Sepúlveda (1490-1573) caracteriza bem o debate da época. Ambos se apoiam na ideia de natureza desenvolvida por Aristóteles na sua *Política*,¹⁶ contudo, enquanto Las Casas, com base nesse conceito, afirma que os índios têm uso de razão e podem

14. A bula *Veritas ipsa*, também conhecida como *Sublimis Deus*, publicada pelo papa Paulo III no dia 2 de junho de 1537, reconhece “que aqueles mesmos índios, como verdadeiros homens, não somente são capazes da Fé de Cristo, mas que acodem a ela, correndo com grandíssima prontidão segundo nos consta”, e conclui definindo solenemente: “determinamos e declaramos que os ditos índios e todas as demais gentes que daqui em diante vierem à noticia dos cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e não devem ser reduzidos à servidão; declarando que os ditos índios e as demais gentes hão de ser atraídos e convidados à dita Fé de Cristo, com a pregação da Palavra divina e com o exemplo de uma boa vida” (Hanke, 1988, p.112).

15. O documento pontifício parece estar preocupado em resolver duas questões decisivas: primeiro, se os índios são capazes ou não de receber a fé e, segundo, se são livres ou se podem ser reduzidos à escravidão. Em nenhum momento, o texto discute se os índios têm ou não alma humana. Por sua vez, Lewis Hanke (1974, p.41) se refere ao tema, defendendo a hipótese de que alguns teólogos e juristas pensavam que os índios eram animais e não homens: “El teólogo dominico Francisco Vitória, unos cuantos años después de haber sustentado sus clásicas conferencias ‘De Indis’ en la Universidad de Salamanca, em 1535 escribió una carta a su Hermano, el dominico Miguel de Arcos, donde sugeria que algunos de sus contemporáneos estaban realmente preocupados por definir si los indios eran humanos”.

16. Cf. nota 13.

conhecer a fé e a lei natural, Sepúlveda¹⁷ lançava mão da mesma categoria para defender que os seres inferiores deveriam se submeter aos superiores, justificando, com esse argumento, a servidão indígena.¹⁸

Por caminhos diferentes, ambos consideravam a relação desigual entre os europeus e os indígenas ao longo do processo de cristianização. A possibilidade do vínculo pressupunha a razão como atributo indispensável para a composição *de um único corpo social*¹⁹ formado por populações originárias de diferentes culturas.

O descobrimento da América e a sua integração num império espalhado no ultramar favoreceram o aprofundamento da discussão em torno do que é a essência humana e o que são seus acidentes. Em outras palavras, apesar das diferenças entre as culturas e os costumes “bárbaros”, que precisavam ser combatidos, prevalecia a essência definidora do homem como uma categoria universal. A *orbis* era vista como repleta de povos com

17. Ginés de Sepúlveda foi tradutor de Aristóteles.

18. Há um interessante debate entre os historiadores Hanke e O’Gorman que esclarece o ponto central de toda esta questão: segundo O’Gorman, “para estes homens do século XVI a humanidade é antes de tudo questão de possibilidade de salvação eterna, e o problema da razão é apenas uma questão de grau” (cf. Hanke, 1988, p.107-9). Portanto, para O’Gorman, seguindo o conceito de “identidade” aristotélico, há uma identidade essencial – tanto os índios como os espanhóis são homens – e uma questão de grau – que Aristóteles chamará de “identidade accidental” – por meio do qual haveria índios mais ou menos racionais.

19. Síntese hispano-americana de Juan Zapata: “*Sostengo, pues, como opinión absolutamente verdadera y universalmente aceptada, que es preciso admitir a todas las prebendas y dignidades eclesiásticas, servicios y cargos públicos, de acuerdo com las reglas de derecho común, a los índios que se han descubierto em aquel Nuevo Mundo Occidental [...]*” (Carta Magna de los índios... 1988, p.69).

diversos costumes, que se constituíam em apenas *uma* humanidade. Contudo, era necessário governá-la. Como fazê-lo?

Esse era o grande desafio que os romanos tinham conhecido bem.

Essa concepção de mundo se adequava à ideia de *imperium* que, de acordo com a tradição romana, englobaria diversas entidades jurídicas fiéis, de acordo com os seus costumes, a diferentes estatutos.²⁰ A viabilidade dessa estrutura decorria de um direito tripartite: *ius civile*, que era “o direito que cada povo constitui para si mesmo é o próprio da sua cidade e se chama direito civil”;²¹ *ius naturale* que era aquele que “a natureza ensinou a todos os animais. Portanto, esse direito não é próprio do gênero humano, mas de todos os animais que estão no céu, na terra e no mar,²² e o *ius gentium*, inspirado no direito natural, aplicava-se a todos os homens, mas não aos animais, e tinha sido “constituído pela razão natural entre todos os homens e

20. Síntese hispano-americana de Juan Zapata: “Sería, sin embargo, muy arriesgado discutir sobre el tema de su idoneidad, de su condición y cualidades morales; la índole y costumbres de cada hombre, de cualquier región que sea, son diversas, y sería muy temerario dar una regla general para todas las naciones de todo el reino, por más que se trate de hombres con capacidad así para la fe y costumbres. Si se encontrase a alguno de ellos (me refiro a los índios) bien formado, se le habría de juzgar muy digno de ser elegido” (Carta Magna de los índios..., 1988, p.73).

21. “*Nam quod quisque populus ipse sibi ius constituit, id ipsius proprium civitatis est vocaturque ius civile*” (cf. *Institutas de Justiniano*, I, II, 1, in Correia; Sciascia, 1951).

22. “*Ius naturale est quod natura omnia animalia docuit. Nam ius istud non humani generis proprium est, sed omnium animalium, quae in coelum, quae in terra, quae in mari nascuntur*” (cf. *Institutas de Justiniano*, I, II, 1, in Correia; Sciascia, 1951).

custodiado por todos os povos, esse era chamado de direito das gentes, que é quase o direito usado por todas as gentes”.²³

Em suma, essa concepção de direito pressupunha uma ordem ecumênica com o objetivo justificado de defesa do *bem comum*. Uma ordem que não reconhecia fronteiras, porque, sendo “de gentes”, aplicava-se indistintamente a todos os povos e homens.²⁴ O direito que estabelecia fronteiras era o “direito civil”, aquele que cada cidade dava-se a si própria. Os mecanismos de governo poderiam ser vários, mas a finalidade era uma só.

O maior desafio era construir uma estrutura jurídica capaz de conviver com estatutos jurídicos *desiguais*. Teoricamente falando, a questão pode parecer simples. Mas sua implantação é extremamente complexa, porque envolve a presença de diferentes comunidades frequentemente em processo de transformação, com limites territoriais e culturais nem sempre precisos,²⁵

23. “*Quod vero naturalis ratio inter omnes homines constituit, id apud omnes populos peraeque custoditur vocaturque ius gentium, quasi quo iure omnes gentes utuntur*” (cf. *Institutas de Justiniano*, I, II, 1, in Correia; Sciascia, 1951).

24. É interessante perceber a permanência dessa visão em juristas espanhóis dos séculos XVI e XVII. Por exemplo, Bermúdez de Pedraza (1633, p.19), tenta mostrar que, pelo fato de existirem diferentes normas e leis, mesmo assim continua sendo um mesmo direito e compara o direito com o ar, seguindo a clássica distinção aristotélica entre substância e acidentes: “o ar, com relação a si mesmo, é de uma mesma qualidade, mas muda pela variedade das províncias, porque é mais temperado na França do que na Alemanha e na Espanha, porém tudo é o mesmo ar que não muda em relação à substância, e sim em relação aos acidentes”.

25. Síntese hispano-americana de Juan Zapata: “*Una posible objeción, pues son muchos los que oponen múltiples reparos a esta tesis y no cesan de denostar a los hijos de esos reinos, no sé com qué intención: sólo se da aceptación de personas cuando se trata de cargos que suelen concederse únicamente a los miembros de una misma comunidad, ciudad o reino;*

respondendo, em última instância, a um governo central. O complexo processo de legitimação do poder conformava um pacto político construído a partir dos pontos de confluência das diferentes culturas. A elaboração desse tecido dependia da universalização de um código que garantisse a comunicação entre as populações. O primeiro instrumento para que se pudesse responder a esse desafio foi a língua.

OS DICIONÁRIOS E A IDENTIDADE ARISTOTÉLICA

O descobrimento da América propôs novos desafios para aqueles que pretendiam justificar a existência de um único corpo social. Entre eles, destaca-se a tradução que exige a confecção de dicionários com vistas à realização de um inventário das semelhanças. A publicação de gramáticas e dicionários foi um elemento fundamental na comunicação entre europeus e indígenas. A *Gramática castelhana*, de Antonio Nebrija, publicada em 1492, ano do descobrimento da América, serviu de modelo para a de nahuatl, elaborada por Andrés de Olmos e publicada em 1547. Ambas foram indispensáveis para a comunicação entre conquistadores e religiosos com a população indígena do México. Esse esforço repetiu-se com outros grupos indígenas americanos, favorecendo a expansão do império espanhol na América.

Esse esforço inicial voltado para as palavras resultou em analogias entre os costumes das diferentes culturas, possibilitando o convívio político das populações. O grande inventário das culturas indígenas resultou numa separação entre o que

y entonces, sino se da a los más dignos, se falta a la justiça distributiva. Porque la justicia distributiva sólo tiene lugar en los bienes comunes del pueblo, que se han de distribuir en la debida proporción entre los ciudadanos de ese mismo pueblo" (Carta Magna de los índios..., 1988, p.73).

caracterizava a condição humana e o que era apenas um acidente, uma forma específica de manifestação de uma determinada cultura. Esse objetivo foi perseguido pelos cronistas, especialmente religiosos, ao descreverem, com grande riqueza de detalhe, os costumes indígenas. A partir desses conhecimentos obtidos, segundo os autores da época, por meio da graça, da doutrina e da razão tornou-se possível a comunicação e a integração de muitos grupos indígenas em um único corpo social.

Bartolomé de Las Casas,²⁶ José de Acosta²⁷ (1540-1600), Bernardino de Sahagún (1499 ou 1500-1590),²⁸ Diego Durán (1537-1588),²⁹ entre outros, a partir das analogias e da filosofia

-
26. Bartolomé Las Casas nasceu em Sevilha em 1474 e morreu em 1566. Padre dominicano e teólogo, estudou em Salamanca e foi bispo em Chiapas. A sua obra mais conhecida, em que denuncia as violências contra os indígenas, é *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*.
27. José de Acosta foi jesuíta espanhol. De 1559 a 1562, morou no Colégio de Alcalá onde recebeu as ordens. Residiu um ano em Lima. No Peru, resolveu questões ligadas à Companhia, viajou para Cuzco (1573), Arequipa (1573), La Paz (1554), Chuquisaca (1574), Pilcomayo, na expedição do vice-rei Francisco de Toledo, e visitou as minas de Potosi. Em sua obra *Historia natural y moral de las Índias*, Acosta (1979) procura sistematizar, segundo a sua percepção, a história dos antigos mexicanos, seus costumes e sua religião.
28. Frei Bernardino de Sahagún estudou em Salamanca, entrou para a Ordem de São Francisco por volta de 1518 e foi um dos primeiros professores no Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco. Em 1540, iniciou seus estudos sobre os costumes do México antigo e, em 1565, com seus trabalhos bastante adiantados, começou a obra em castelhano. Faleceu em 1590 no Convento de São Francisco. Existem fortes suspeitas de que sua família tinha como antecedentes judeus conversos.
29. Diego Durán nasceu em Sevilha em 1537, chegou ao México em 1542-1544 e fez profissão na Ordem dos Dominicanos em 1556. Há indícios

moral, retomarão os costumes indígenas para construírem regras necessárias à organização do corpo social.

Podemos dar muitos exemplos das analogias feitas pelos primeiros cronistas da América em busca das semelhanças. Um exemplo paradigmático é a analogia feita por Bartolomé de Las Casas, no seu debate com Ginés de Sepúlveda, ao aproximar os sacrifícios humanos dos astecas ao sacrifício simbólico na missa.

Exceções à regra segundo a qual a igreja não tem jurisdição sobre os pagãos nem pode castigá-los.

Se, pois, a lei positiva não assinala um objeto concreto para ser imolado ou uma certa maneira de fazer sacrifícios, a cada qual é lícito sacrificar o que queira, o qual se prova pelo Gênesis, em que se diz que Caim ofereceu ao Senhor espigas e frutos da terra; e Abel que era pastor, as primícias de seu rebanho. Uma vez que o Senhor fez o pacto com Abraão e sua posteridade, prescreveu, por meio de Moisés, a classe de sacrifícios que se deviam oferecer, a saber dentre os quadrúpedes bois e ovelhas, e entre os voadores, rolas e pombas, como se vê no Gênesis 19 e em Levítico 1

Conclusão: Se não há lei positiva humana ou divina que proíba e se falta a graça ou a doutrina, os homens estão obrigados a oferecer ao Deus verdadeiro, o que consideram como verdadeiro, sacrifícios humanos. (cf. Sepúlveda; Las Casas, 1975, p.285)

Acosta (1979, p.265-6), cronista da América, também realiza esse caminho quando explica algumas cerimônias dos índios:

Inumeráveis cerimônias e ritos tiveram os índios, e muitos deles são semelhantes à lei antiga de Moisés; em outros casos, eles se parecem com aqueles utilizados pelos mouros, e alguns têm algo da lei evangélica, como os lavatórios que chamam de *opacuna*, que era banhar-se na água para ficarem limpos de seus

de que viveu em um *pueblo* não muito distante da cidade do México. Morreu em 1588.

pecados. Os mexicanos tinham também seus batismos com essa cerimônia.

O mesmo ocorre quando analisamos a obra de Bernardino de Sahagún (1985), que compara, por exemplo, Huitzlopochtli (p.31) e Quetzalcoatl (p.195) com Hércules.

Em suma, os critérios básicos e fundadores que presidiram as relações entre europeus e indígenas devem ser buscados em Aristóteles (1995, p.144-5). Segundo a sua proposição³⁰, a iden-

30. *“Identidad, heterogeneidad, diferencia, semejanza. Identidad (Ταυτα). Por lo pronto hay identidad accidental; y así lo hay entre lo blanco y lo músico, porque son accidentes del mismo ser; entre el hombre y el músico, porque el uno es el accidente del otro. Porque el músico es el accidente del hombre, y se dice: hombre músico.*

Esta expresión es idéntica a cada una de las otras dos, y cada una de éstas a aquélla; puesto que, para nosotros, hombre y músico son lo mismo que hombre músico, y recíprocamente. En todas estas identidades no hay ningún carácter universal. No es cierto que todo hombre sea la misma cosa que músico; lo universal existe de suyo, mientras que lo accidental no existe por sí mismo, sino simplemente como atributo de un ser particular. Se admite la identidad de Sócrates y de Sócrates músico, y es porque Sócrates no es la esencia de muchos seres; y así no se dice: todo Sócrates, como se dice: todo hombre.

Además de la identidad accidental, hay la identidad esencial. Se aplica, como la unidad en sí, a las cosas cuya materia es una, sea por la forma, sea por el número, sea genéricamente, así como a aquellas cuya esencia es una. Se ve, pues, que la identidad es una especie de unidad de ser, unidad de muchos objetos, o de uno solo tomado como muchos; por ejemplo: cuando se dice: una cosa es idéntica a sí misma, la misma cosa es considerada como dos.

Se llaman heterogéneas (Ετερα) las cosas que tienen pluralidad de forma, de materia, o de definición; y en general la heterogeneidad es lo opuesto a la identidad.

Diferente (Διαφορα) se dice de las cosas heterogéneas, que son idénticas desde algún punto de vista, no cuando lo son bajo el del número,

tificação (essência) entre todos os homens tornaria possível a criação de um espaço político, relativamente coeso apesar das diferenças ditadas pelo costume e consideradas como acidente.

A FILOSOFIA MORAL

Qual é o papel da filosofia moral quando se discute identidade? Estabelecido o rol das semelhanças, por meio da tradução e das analogias, é necessário atribuir sentidos que sejam equivalentes entre as duas culturas em contato. O primeiro instrumento utilizado pelos religiosos na América foi o dicionário como base para a construção do emprego e disposição dos termos para que pudessem exprimir significados e sentidos consonantes com o pensamento dos europeus. Uma parte importante na comunicação entre europeus e indígenas eram os exemplos que frequentemente tratavam dos vícios e das virtudes, com vista à conformação de uma tipologia necessária à vida em sociedade.

Bernardino de Sahagún (1985, p.578) é bastante explícito em diversos capítulos do seu livro *Historia general de las cosas de Nueva España*, com relação à necessidade da filosofia moral para o bom funcionamento da República:

sino cuando lo son bajo el de la forma, o del género, o de la analogía. Se dice también de lo que pertenece a géneros diferentes de los contrarios, y por último, de todo lo que tiene en la esencia alguna diversidad.

Las cosas semejantes (Ομοια) son las sujetas a las mismas modificaciones, entre las que hay más relación que diferencia, y las que tienen la misma cualidad. Y por contrarias que puedan aparecer, si el mayor número de los caracteres o los principales se parecen, sólo por esto hay semejanza.

En cuanto a lo semejante, se toma en todos los sentidos opuestos a lo semejante." (Aristóteles, 1995, p. 144-5).

1. Depois de haver escrito as habilidades e os ofícios que estes mexicanos naturais tinham no tempo de sua infidelidade e os vícios e as virtudes que depois adquiriram aqui [...].

7. Era essa maneira de reagir conforme à filosofia natural e moral, porque a temperança e a abundância dessa terra e as constelações que nela reinam ajudam muito a natureza humana a ser viciosa e ociosa, e muito dada aos vícios sensuais; e a filosofia moral ensinou por experiência a esses naturais que, para viver moral e virtuosamente, eram necessários o rigor, a austeridade e ocupações contínuas em coisas proveitosas à República.³¹

Cito aqui um exemplo, entre muitos, em que Sahagún se refere explicitamente à filosofia moral e à necessidade de se viver conforme às virtudes e em oposição aos vícios. As crônicas, ao narrarem a história indígena e da conquista, assumem um estilo pedagógico ao caracterizarem situações marcadas por cobiça, luxúria e inveja, vícios que devem ser combatidos, e ensinam, ao retratarem situações exemplares, a humildade, a temperança e a misericórdia, virtudes necessárias para a realização adequada do trabalho pastoral para com os indígenas e conquistadores.

31. *“1. Después de haber escrito las habilidades y oficios que estos mexicanos naturales tenían en tiempo de su infidelidad, y los vicios y virtudes que entre ellos eran tenidos por tales, parecióme cónsono a razón poner aquí los oficios y habidades, vicios y virtudes que después acá han adquirido [...].*

7. Era esta manera de regir muy conforme a la Filosofía Natural y Moral, porque la templanza y abundanza de esta tierra, y las constelaciones que en ella reinan, ayudan mucho a la naturaleza humana para ser viciosa y ociosa, y muy dada a los vicios sensuales; y la Filosofía Moral enseñó por experiencia a estos naturales, que para vivir moralmente y virtuosamente era necesario el rigor y (la) austeridad, y ocupaciones continuas en cosas provechosas a la república.”

Em suma, a identidade entre indígenas e conquistadores se constitui quando os protagonistas em questão desenvolvem a percepção de imperfeitas semelhanças, possíveis de ser razoavelmente compreendidas por meio de tipologia de vícios e virtudes. A linguagem da comunicação, portanto, do *pacto social* será tributária dessas categorias bastante imprecisas.³²

A CRÍTICA SOCIAL COM BASE NA FILOSOFIA MORAL

A confirmação de que os indígenas constituíram uma percepção com base nessas categorias (vícios e virtudes) pode ser observada na obra de Felipe Guaman Poma de Ayala (1987), tanto no texto quanto nos desenhos de sua autoria. Ele escreveu uma carta para Felipe III da Espanha, em 14 de fevereiro de

32. Não é matéria deste texto a polêmica entre os direitos hebraico e canônico, em suas diferentes versões (Tomasso de Vio Cayetano, teólogo dominicano, e Francisco Suarez, jesuíta, um dos fundadores do Direito Internacional). Mas convém ressaltar a ideia de *imprecisão* que expressa toda a discussão sobre o funcionamento do Estado. De acordo com Levi (2010), diversamente de autores hebreus islâmicos e mesmo católicos que, por diversos caminhos, tratam a analogia como um procedimento possível de precisão, Suares afirma o seguinte: “Deus transmite ao povo o poder soberano para instituir o poder. Esta soberania popular não é totalmente distinta da divina, nem totalmente idêntica a ela: é análoga por participação. Donde se conclui que o poder do Estado só será legítimo se o povo o reconhece”. Essa concepção não é consonante com a interpretação de Cayetano, interlocutor de Lutero, que remete a Deus para legitimar o poder político a partir de uma proposição precisa. Portanto, a tradição que funda a montagem da sociedade civil na América advém de uma imprecisa equidade natural, fruto das experiências cotidianas que podem ser indefinidamente revistas na confissão e capazes de conviver com certa indiferença perante aqueles que pregam um respeito estrito às normas ordenadoras do Estado.

1615, anunciando o envio de um manuscrito (com 1.189 páginas), onde expõe a sua percepção crítica sobre o funcionamento das instituições políticas no ultramar a partir de uma tipologia de vícios e virtudes.³³ O livro propõe um programa para o *bom governo* (virtude) que se caracteriza pela diminuição dos intermediários (como o corregedor) e termina por propor que os espanhóis vivam como bons cristãos para que prevaleça a virtude, portanto, no *bom governo*.

Os procedimentos defendidos na época e que seriam responsáveis pela constituição do corpo político eram adquirir e praticar as virtudes necessárias à construção de uma República. Ou seja, só é possível encontrar as semelhanças, ainda que imprecisas, se existe identificação com o Outro por meio da prática das virtudes. Entre os temas que são tratados com ênfase na *Nueva crónica e buen gobierno*, de Felipe Guamán Poma de Ayala (1987), destaca-se a tipologia de vícios e virtudes, vícios que muitas vezes marcam a conduta dos espanhóis, prejudicando o *bom governo*. Sahagún (1985) e Poma de Ayala (1987) separam, segundo seus critérios de consciência, o “bom espanhol” e o “bom índio”, de um lado, e o “mau espanhol” e o “mau índio”, de outro, independentemente da lei civil. Índios e espanhóis são, em parte, semelhantes, o que significa ser a identidade equitativa.³⁴ As virtudes se constituem no eixo do

33. “Frayle dominico:

Los dichos rrebrendos frayles son tan brabos y soberbiosos, de poco temor de Dios y de la justicia, el qual em la dotrina castiga cruelmente y se haze justicia. Todo su oficio es ajuntar las donzellas y solteras y biudas para hilar y texer rropa... Y ancí de tanto dano se ausentan los yndios y las yndias de sus pueblos [...] (Poma de Ayala, 1987, p.692).

34. “Imagem do justo que domina uma sociedade desigual, hierarquizada e corporativa, contudo justa segundo os princípios de uma justiça distributiva: a cada um segundo seu *status* social” (Levi, 2010)

pensamento de Poma de Ayala (1987) e levam ao *bom governo*.³⁵ Embora Poma de Ayala, como bem nos lembra Mercedes Lopez-Baral, se utilize de uma tipologia de vícios e virtudes, que era o caminho utilizado nessa época para fazer uma crítica aos abusos do poder, a sua questão central é a vida em sociedade, tanto dos indígenas como dos europeus, vivessem eles juntos ou separados. O princípio que lhe permite estabelecer equivalências entre o funcionamento político das sociedades indígenas e europeias é o direito natural que qualifica qualquer homem de qualquer cultura para reconhecer o bom, o belo, e o justo.

Não podemos, contudo, esquecer que estamos diante de sociedades

[...] desiguais e equitativas onde temos a presença da lei civil e religiosa que produz uma fragilidade nas instituições estatais e, ao mesmo tempo, dá lugar à formação de um sentido comum de justiça que muitas vezes entra em contradição com as regras jurídicas codificadas. (Levi, 2010)

Em suma, vivendo politicamente, ou seja, em pólis, europeus e indígenas dispunham de *um mesmo universo conceitual* para implantar o “bem comum”. Portanto, o conceito de identidade em pauta, do qual a história latino-americana é tributária,

35. “*Buen gobierno*.”

Don Carlos Monterrey (Gaspar de Zuniga y Acevedo), conde, El noueno bizzorrey, comensó a gouenar pacificamente em este rreyno. Y comensó a honrrar a los Yngas y demás caciques prencipales y índios deste rreyno y a los hijos de los conquistadores y soldados y seruidores de su Magestad. Y hazía muy mucha lismosna a los pobres y era muy buen cristiano, temeroso de Dios [...] Y castigaua a los corregidores y al encomendero y españoles que maltrataua a los yndios, y a los saserdotes. No consentia a que hicieses mal y daño, comensando este bien y seruicio de Dios y de su Magestad” (Poma de Ayala, 1987, p.480).

corresponde, no ocaso do mundo colonial, à proposição de Aristóteles vivida pelo Negro Primeiro.

A IDENTIDADE NO MUNDO MODERNO

A *identidade no mundo moderno* pode ser entendida como o conjunto de características de um indivíduo e as circunstâncias que o definem em relação à sua diferença com o outro, com vistas à individuação. A *identidade nacional*, por exemplo, é um fenômeno moderno que pressupõe a noção de sujeito, de alteridade³⁶ (o outro permite a definição do eu) e, principalmente, de *diferença*. A constituição do Estado nacional, diversamente do *imperium*, exige a clara definição de fronteiras, de um território em torno do qual se fabrica uma identidade com bases em um contrato social garantido pelo Estado. Na verdade, poder-se-ia falar que o Estado nacional transforma os limites citadinos em limites nacionais.

O momento das lutas de independência caracteriza-se pelo início de um processo de definição de grupos de poder que tenderão a se territorializar em meio a populações indígenas, mestiças e crioulas, cujos laços de solidariedade e de pertencimento a uma comunidade advinham mais de uma matriz aristotélica, apreendida de forma difusa, do que fruto de uma consciência de pertencimento a um Estado nacional moderno.

Quando Bolívar escreve em 9 de novembro de 1830 ao general Juan José Flores (1800-1864)³⁷ que “a América é ingover-

36. *Alter* prefixo latino que significa outro.

37. O general Juan José Flores foi o primeiro presidente constitucional do Equador, entre 1830 e 1834. Retornou novamente ao cargo de presidente entre 1839 e 1843 e 1843 e 1845. Em 1830, ano da morte de Bolívar, Flores convocou uma assembleia para proclamar a independência da República do Equador (antigos territórios da audiência de Quito). Os interesses re-

nável para nós”, que “aquele que serve a revolução ara o mar”, ele está sentindo, depois de anos de luta, que não existe, nas suas tropas e mesmo entre seus aliados de comando, uma consciência política que lhe permita obter constantes e amplos apoios para tornar o seu projeto vitorioso. A circunstancial tomada de partido entre a tropa e seus comandantes, na maior parte das vezes, responde a uma circunstância marcada por *um princípio de ordem moral*, fundado numa percepção pessoal e circunstancial da consciência do agente em relação ao que ele considera bem e mal e uma consciência difusa do projeto político ao qual está vinculado. Ou ainda, a ação desenvolvida (de clientelismo), fruto de interesses dos coronéis (“esse país caíra infalivelmente em mãos de uma multidão desenfreada para depois passar para as mãos de tiranetes quase imperceptíveis de todas as cores e raças” (cf. Soriano, 1990, p.169), como nos lembra Bolívar), responde a um código de reciprocidade e solidariedade no interior de uma comunidade dissonante em relação às expectativas de construção de um Estado moderno. Mas a pergunta mais surpreendente que Bolívar coloca, nessa sua carta utilizada com frequência para explicar a história da América Latina, refere-se ao fato de a América ser considerada por ele ingovernável. Por que ingovernável? Por que os espanhóis quando chegaram à América e se propuseram a integrar as terras de ultramar à monarquia católica não se referiram às dificuldades em se estabelecer um *bom governo*? A indignação de Bolívar se justifica em razão da natureza do pacto social que exige uma uniformidade do direito que, conforme nos lembra Giovanni Levi (2010), vai se distanciando de analogias bastante imprecisas “para se constituir num conceito exato de proporção”, ou seja, em um direito

gionais prevaleceram até mesmo para Flores, destinatário da carta citada escrita por Bolívar.

positivo que garanta a todos liberdade e igualdade perante a lei. E uma lei que considera todos cidadãos.

Bolívar, nas cartas de Jamaica de 1815, explicita a contradição em que vive a América entre a implantação da forma democrática e popular de governo que exige virtudes consolidadas (cidadão consciente de seus direitos e deveres perante o Estado) e o que para ele ainda é necessário: a proteção, ou seja, a tutela, de um Estado liberal capaz de desenvolver as virtudes.³⁸ Diz ele já em 1815:

Os acontecimentos em Terra Firme nos têm provado que as instituições perfeitamente representativas não são adequadas ao nosso caráter, costume e às luzes atuais. [...] E assim como a Venezuela tem sido a República americana que mais se adiantou em suas instituições políticas, também tem sido o mais claro exemplo da ineficácia da forma democrática e federal para os nossos nascentes Estados. [...] Enquanto os nossos compatriotas não adquirirem os talentos e as virtudes políticos que distinguem nossos irmãos do Norte, os sistemas inteiramente populares, longe de sermos favoráveis, temo muito que venham a ser nossa ruína. Desgraçadamente, essas qualidades parecem estar muito distantes de nós no grau que se requer, e, pelo contrário, estamos dominados pelos vícios que contraímos quando estamos sob a

38. *“Cuando los sucesos no están asegurados, cuando el estado es débil y cuando las empresas son remotas, todos los hombres vacilan, las opiniones se dividen, las pasiones las agitan y los enemigos las animan para triunfar por este fácil medio. Luego que seamos fuertes, bajo los auspicios de una nación liberal que nos preste su protección, se nos verá de acuerdo cultivar las virtudes y los talentos que conducen a la gloria; entonces seguiremos la marcha virtuosa hacia las grandes prosperidades a que esta destinada la América meridional; entonces las ciencias y las artes, que nacieron en el Oriente y han ilustrado la Europa, volarán a Colombia libre, que las convidará con un asilo”* (apud Soriano, 1990, p.84).

direção de uma nação como a espanhola, que só sobressaiu em frieza, ambição, vergonha e cobiça. (apud Soriano, 1990, p.75)³⁹

As relações sociais no ocaso do mundo colonial ainda eram fruto de uma sociedade desigual, hierarquizada e corporativa (Levi, 2010), sociedade que Bolívar conhecia bem e que o levou a redigir uma Constituição vitalícia, em 1825, por meio da qual ele pretendia evitar que as eleições favorecessem o esfacelamento das recém-formadas repúblicas, sempre ameaçadas, segundo ele, pela anarquia, pela tirania e pelo perigo dos governos populares. Esse é o desafio que, no final de sua vida, parece impossível de ser suplantado.

Do meu ponto de vista, o século XIX anuncia mudanças, ao mesmo tempo, profundas e lentas. A natureza da identidade no Estado-nação (século XIX) é fruto das formas jurídico-políticas consoantes com a presença de um sujeito abstrato, um cidadão, a quem o Estado deve garantir direitos iguais por meio de um contrato social, cuja crítica refere-se à natureza do contrato, independentemente da filosofia moral.

39. *“Los acontecimientos de la Tierra Firme nos han probado que las instituciones perfectamente representativas no son adecuadas a nuestro carácter, costumbre y luces actuales. [...] Y así como Venezuela ha sido la república americana que más se ha adelantado en sus instituciones políticas, también ha sido el más claro ejemplo de la ineficacia de la forma democrática y federal para nuestros nacientes estados. [...] Entanto que nuestros compatriotas no adquieran los talentos y las virtudes políticas que distinguen a nuestros hermanos del Norte, los sistemas enteramente populares, lejos de sernos favorables, temo mucho que vengán a ser nuestra ruína. Desgraciadamente estas qualidades parecen estar muy distantes de nosotros en el grado que se requiere; y, por el contrario, estamos dominados de los vicios que se contraen bajo la dirección de una nación como la española, que solo há sobresalido en fiereza, ambición, venganza y codicia.”*

Portanto, as sobrevivências das antigas formas de comunicação baseadas nos vícios e nas virtudes, na equidade e na desigualdade conformam ainda hoje as identidades no mundo latino-americano apesar do contrato social estabelecido pelo Estado moderno.

Mantiveram-se, ao longo de nossa história, um *pacto de associação*, um *pacto de sujeição* e, após a independência, um *contrato social*, conjunto complexo em que aqueles que pressupõem vícios e virtudes como categorias necessárias para o bom funcionamento da sociedade mantiveram a esperança, mesmo quando o solo arado era o mar.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA J. de. *Historia natural y moral de las Índias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Patricio Azcárate. 15. ed. Madrid: Espasa Calpe, 1995. (Colección Austral).
- _____. *Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Atena, s. d.
- BERMÚDEZ DE PEDRAZA, F. *Arte legal para estudiar la jurisprudencia nuevamente corregido y añadido en esta segunda edición*. Madrid: Francisco Martínez, A. Costa de Domingo González, 1633.
- CARTA MAGNA de los índios. Fuentes constitucionales (1534-1609). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.
- CORCUERA DE MANCERA, S. *Del amor al temor*. Borrachez, catequesis y control em La Nueva España (1555-1771). México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- CORREIA, A.; SCIASCIA, G. *Manual de Direito Romano*. São Paulo: Saraiva, 1951. v.II.
- GUERRA, F. X. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- HANKE, L. *La humanidad es una*. Estúdio acerca de la querella que sobre la capacidad intelectual y religiosa de los indígenas americanos sostuvieron em 1550 Bartolomé de las Casas y Juan Ginés de Sepúlveda. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- _____. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Madrid: Istmo, 1988.
- LEVI, G. Reciprocidade mediterrânea. Disponível em: <<http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/viewPDFInterstitial/19/37>>. Acesso em: 13 nov. 2010.
- MORSE, R. *O espelho de Próspero*. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988..
- PAZ, J. A. *Autobiografía del general José Antonio Páez*. Caracas: Ministerio de Educación Nacional, 1946. 2v. (Colección Andrés Bello).
- PINCKAERS, S. *Las fuentes de la moral cristiana*. Su método, su contenido, su historia. 2.ed. Pamplona: Eunsa, 2000.
- POMA DE AYALA, F. G. *Nueva crónica y buen gobierno*. Madrid: Historia 16, 1987.
- RHONHEIMER, M. *La perspectiva de la moral*. Fundamentos de la ética filosófica. Pamplona: Eunsa, 2000.
- SAHAGÚN, B. de (Frei). *Historia general de las cosas de Nueva España*. México: Porrúa, 1985.
- SEPÚLVEDA, J. G. de; LAS CASAS, B. *Apología de Juan Ginés de Sepúlveda contra Bartolomé de Las Casas y de Fray Bartolomé de las Casas contra Juan Ginés de Sepúlveda*. Madrid: Nacional, 1975.
- SORIANO, G. *Simón Bolívar: escritos políticos*. Madrid: Alianza, 1990.

A produção da memória: análise de um quadro jesuítico

*Leandro Karnal*¹

INTRODUÇÃO

Sob a coordenação da professora Janice Theodoro, reuniram-se, na Universidade de São Paulo (USP),² três pesquisadores – José Alves de Freitas Neto, Eduardo Natalino dos Santos e eu – que têm em comum o foco América como pesquisa no presente e a orientação de Janice como passado. Cada um de nós desdobrou um aspecto da preocupação da professora Janice Theodoro: as reflexões indigenistas (Eduardo Natalino), o eixo da elaboração dos Estados nacionais na América e seus desdobramentos políticos (José Alves de Freitas Neto) e a questão da catequese e das ordens na América colonial (Leandro Karnal).

A fala dos três pesquisadores deixou evidente que houve um projeto em torno da pesquisa da orientadora. O projeto envolvia conceitos e práticas como a desconfiança das explicações europeias sobre a América; o conceito cultural de barroco e de mestiçagem; a busca de fontes; a leitura da crônica colonial com

-
1. Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
 2. Agradeço à professora Maria Ligia Prado da Universidade de São Paulo o convite para falar no encontro e também para escrever neste livro. O encontro e o texto fazem parte do imenso esforço dela e da professora Maria Helena Rolim Capelato em torno do projeto temático sobre a América.

olhares novos; o cruzamento de áreas como literatura, arte e história; e recortes que excedessem os rótulos estritos dos polos como “colonizador” e “colonizado” ou “vencedores” e “vencidos”. Mas o mais importante e mais indefinível foi a transmissão de Janice de um novo olhar que ampliou a maneira de cada um ver a História e tratar dela. Com todas as idiosincrasias de cada um, esse olhar aparece nos textos.

Após suas teses, cada geração desses pesquisadores foi para uma universidade (dois na Unicamp e um na USP), e transmitiu-se aos alunos esse olhar adquirido nessa reunião. Hoje, nesse encontro, voltamos os três para de novo orbitar ao redor da estrela da Janice.



Figura 23.1 – Gonzalo Carrasco, *La conquista espiritual del Paraguay por medio de la música*.

PRIMEIRA PARTE: UM QUADRO E UMA MEMÓRIA

Já foi dito com frequência que a Companhia de Jesus é uma ordem de escritores, especialmente no sentido de escrita dado por Bouza (2001) no seu livro *Corre manuscrito*. A Companhia produziu muitas cartas e também inúmeras imagens. Tanto as cartas como as imagens pertencem a um esforço de produzir uma memória que seja favorável ao empenho missionário jesuítico. Se, por um lado, temos as clássicas artes mnemônicas³ (muito fortes no ensino da Companhia de Jesus), por outro, temos o próprio esforço de constituir uma memória corporativa inaciana que construa um fio histórico aceitável e apologético. O esforço é duplo: construir memória e associá-la a imagens claras, morais, didáticas e edificantes.

Quero enfatizar, nesse campo vasto da produção da memória, alguns aspectos de uma pesquisa em curso que realizo, que é a reinvenção da colônia na pena e no pincel de inacianos. Em outras palavras, como os autores finais da Companhia, antes da expulsão ou durante o exílio, e como os autores dos séculos XIX e XX da Companhia restaurada criaram a ideia de uma obra missionária unificada, sólida e mundial.

Não trabalho com o conceito clássico de ideologia, de uma memória utilizada para encobrir uma relação dominação, mesmo que essa dominação exista. Trabalho com um conceito de memória como combinação de elementos conscientes e inconscientes, pictóricos e de retórica tradicional, combinados ou fragmentados, que fundem, omitem, redefinem, aprofundam, alegorizam, metaforizam ou simplesmente criam uma visão

3. Ver a obra *A arte da memória*, em que Frances Yates (2007) analisa as muitas tradições da memória moderna, especialmente na ação de Giordano Bruno. Sobre os jesuítas e a memória e o caráter visual no empreendimento missionário, ver Spence (1986).

que estabeleça uma ponte orgânica e instauradora de sentido, combinando os documentos disponíveis com a necessidade institucional do momento. Em suma, utilizo memória num leque amplo de significados e funções, mas sempre garantindo que esses sentidos não remetam a conceitos de falso/verdadeiro. Mais do que o esforço do século XIX na busca do real sem véus, meu esforço é analisar como são constituídos mecanismos de memória que validem determinada visão do passado.

Começo com a análise de um quadro do padre Gonzalo Carrasco (1859-1936): *La conquista espiritual del Paraguay por médio de la música*. O quadro apresenta dimensão de pintura histórica (2,10 m x 1,38 m) e pertence à coleção da Companhia de Jesus do México.

A pintura é fruto do pincel do padre Carrasco, jesuíta atingido pelos ecos anticlericais das reformas de Benito Juárez, pela ação da revolução de 1911 e também pelas críticas racionalistas, especialmente norte-americanas, do início do século XX. O padre Carrasco deveria responder a uma série de ataques à memória jesuítica. Reinstalada no México e alvo de novos ataques, a Ordem deveria responder a esse repto diante da crescente onda de laicização e de proibição formal de símbolos, como o conhecido interdito da Constituição mexicana de 1917 sobre o uso de hábitos religiosos. O progresso do gigantesco irmão do Norte também lança um novo desafio na virada do século:

- Seria o atraso mexicano fruto da ação evangelizadora da Igreja?
- Qual seria o papel da Igreja no genocídio e na permanente *leyenda negra*, sempre com público fiel entre os protestantes?

Utilizando uma linguagem muito mais recente para as questões, como foi constituída a cidade das letras, a célebre ex-

pressão de Angel Rama (1985), e como esse círculo letrado foi impeditivo do pensamento crítico e racional nas Américas e, por consequência, do seu atávico atraso?

Há dois desafios a serem respondidos pelos jesuítas do México do século XX. Um diz respeito aos críticos internos da Companhia de Jesus no México, aos próprios mexicanos que, com zelo e empenho patrióticos, falavam de um indígena cada vez mais próximo de Zapata e cada vez mais distante de San Juan Diego. O outro desafio eram os intelectuais dos Estados Unidos que tentavam estabelecer, desde a época da noção de Destino Manifesto, a superioridade de Washington sobre o México, derivada, entre outras coisas, da visão que eles tinham de uma “liberdade protestante” diante da “opressão barroca católica”.

Bem, de alguma forma, todos esses desafios renovam nos jesuítas a vontade de reforçar uma determinada memória do passado. A questão em jogo é uma proposta estética, retórica e, enfim, de memória. As três instâncias remetem à defesa corporativa da Companhia de Jesus e de um certo ultramontanismo no México. Esse ultramontanismo ganhou força tanto nas reações liberais lideradas por Benito Juárez no século XIX, como em reação ao laicismo da Constituição mexicana de 1917.

Voltemos ao nosso quadro. No centro de uma balsa, deslizando no coração do Paraguai, jesuítas flutuam tranquilos, quase indiferentes à algazarra ao redor. O que mostra a obra?

- Os navegadores tocam instrumentos e olham para cima em busca do céu ou para a própria música que executam. O céu é um divisor do campo pictórico e flui luz desse rasgo claro ao centro do quadro. Os quatro jesuítas apresentam quatro idades e posições na Companhia. Parecem insinuar, pela presença ou não de capa de votos e pela tonsura, que estamos diante de um noviço, um filósofo, um teólogo e um professo. A balsa contém o microcosmo da Companhia.

O professo está de pé, com um crucifixo, elemento de guarda da tradição da Companhia. Busca inspiração direta no céu. Se não temos certeza absoluta de poder identificar o professo na figura, podemos falar de, ao menos, faixas etárias (e de experiência) distintas. Assim, poderíamos pensar tanto numa representação didática de etapas da formação inaciana como num jesuíta tendo memória de todos os seus momentos desde o noviciado.

- Os índios da balsa são convertidos. Um deles, com cocar mais típico dos indígenas dos Estados Unidos e mais afeito aos modelos plásticos da pintura romântico-indígena estadunidense do que à realidade guarani do Paraguai, está ajoelhado em pose clássica de convertido. A recepção da fé com a virtude da humildade representada em estar de *rodillas* é um tópico narrativo clássico. Um menino indígena segura a partitura, destacando o papel central da catequese infantil para o projeto da Companhia. Outros indígenas avançam, fascinados e desejosos de conversão, ilustrando tantos cronistas que destacaram essa real ou inventada disposição indígena para o cristianismo. Sempre foi importante conceber todo indígena como cristão *avant la lettre*. Quanto mais próximos da luz, mais parecem querer o cristianismo. Os mais afastados, mais próximos da barbárie da floresta, apresentam uma certa rejeição à cruz. Há um na esquerda do nosso campo de visão que veste uma pele de animal no modelo clássico mitológico de Hércules com sua pele de leão de Nemeia. É a selvageria do caçador, o indígena totalmente avesso às luzes da civilização e do cristianismo, tornadas um binômio amalgamado nessa obra. Cristianizar é trazer à luz e à civilização. Cristianizar é desligar da selva e “reduzir” o indígena.

- O instrumento de conversão é a música, bela e pacífica. É uma resposta clara à *leyenda negra*. A Igreja teria usado

instrumentos pacíficos no pincel do padre Carrasco. O cristianismo seduz pela cultura, pela arte, pela melodia e pelo atrativo osmótico do sublime. Não há violência, ainda que um olho mais iluminista pudesse identificar aqui um outro tipo de violência: os padres tocam e os indígenas remam. Mais do que uma divisão hierárquica, a balsa transmite a harmonia. Não há choques ou confrontos.

- A natureza é outro dado importante. A civilização vem pela luz, pelo rio, pela brecha no meio da selva escura. A flora do quadro destaca vegetais inexistentes no charco paraguaio, como pinheiros ao fundo e palmeiras à esquerda. Curiosamente, as imagens de Theodor de Bry já mostravam uma América como oásis do Saara, cheia de palmeiras de ascendência moura (cf. Andrä; Falcão, 1966). Perto da água, uma flor da África meridional e já comum neste hemisfério ilustra o imaginário do padre: copo-de-leite (*Zantedeschia aethiopica*). Uma natureza bela, densa, fechada, mais escura quando mais longe da balsa da Companhia, mais clara quanto mais próxima da nascente do rio. Elementos estranhos à flora da América e tipologia etnográfica distante do mundo guarani: tudo indica uma construção retórica cujo objetivo não passa pelo campo do naturalismo científico ou da etnografia crítica, mas da constituição da memória como principal foco.

Flutua na balsa a chance de conversão: gesto pacífico, de pleno consentimento dos candidatos ao catecumenato. Em posição à legenda negra, seria a legenda pastoril, paisagem arcade ou romântica, criação de uma gesta ao mesmo tempo ousada de padres músicos no coração das trevas do nosso Congo local, trazendo exclusivamente como armas um livro, uma harpa, um alaúde, um violino e uma cruz; com executantes metafísicos e com olhos postos no céu, de onde vem sua fonte, sua melodia e sua inspiração.

Seria um exagero de interpretação lembrar que esse quadro foi pintado num momento de crescentes críticas ao colonialismo na África e na Ásia e a sinais evidentes de seu ocaso? Seria uma forma indireta de afirmar que havia violência na Índia do fim do século XIX e início do XX, e, na América, que os jesuítas agiram só harmonias musicais?

A primeira etapa da produção da memória é a relativa uniformização que ela deve produzir nos fatos díspares. Toda a ação no Paraguai está concentrada numa imagem. A missiologia jesuítica foi muito variada, e, mesmo tendo ações identificáveis que possam nos fazer concordar com Lacouture (1991), a Companhia de Jesus é de fato uma ação global, mas com práticas locais.

O primeiro elemento a destacar é a insistência inaciana em ouvir para atingir os objetivos jesuíticos. Saber ouvir e ver é estimulado. Curiosamente, no quadro, não são vistos ou ouvidos nem indígenas, mas apenas a música, o céu e Deus. Claro que o céu sempre esteve ali sobre o Paraguai, mas o olhar jesuítico e a música induzem a uma nova e efetiva contemplação.

SEGUNDA PARTE: MISSIONÁRIOS DA MEMÓRIA

Para poder agir, os jesuítas herdaram uma missiologia que os franciscanos já tinham desenvolvido na América e no Oriente: o domínio de línguas. Porém, levaram adiante essa prática e podemos dizer que atingiram o perfeito bilinguismo em muitas ocasiões e lugares. Esse bilinguismo não era apenas a pronúncia correta e a entonação exata na língua do outro, mas, igualmente, nas circunstâncias e formas de elocução, de gestualidade e de escrita, como vemos no cultivo jesuítico da caligrafia chinesa.

Como, entretanto, detectar um bilinguismo nessa imagem que mostra, com evidência cabal, que a cultura indígena não era sequer vista? Como falar de bilinguismo num quadro imageti-

camente monoglota? Bem, uma das habilidades da Companhia de Jesus foi a capacidade de produzir quadros ou documentos específicos para públicos específicos. O quadro do padre Gonzalo Carrasco destina-se a um público branco, a admiradores urbanos da Companhia de Jesus e mesmo para jesuítas que, no início do século XX, já não tinham mais contato com esse universo missionário. Acima de tudo, a imagem dialoga com o México contemporâneo e institui personagens e narrativas compatíveis com esse público. Já dissemos que a missiologia jesuítica foi mundial com acentos locais. Isso implica não apenas mudar a estratégia de catequese em cada tempo e lugar, mas igualmente produzir memória dessa missiologia para cada público.

Em sociedades letradas como a chinesa, os jesuítas produziram um gesto de emulação do mandarinato, percebendo o prestígio que a roupa de seda e o conhecimento de Confúcio conferiam aos intelectuais das dinastias Ming e Manchu. Na América, caso notável, os jesuítas não buscaram a imitação de nahuatl ou do mundo tupi, pelo contrário. Permaneceram com o foco magnético do que supunham ser o projeto duplo evangelizador e europeizador. Mesmo levando-se em conta que utilizaram aproximações entre o mundo indígena e europeu (como no mito do apóstolo Tomé nas Américas ou as possíveis aproximações Quetzalcoatl-Jesus), houve menos concessões à cultura andina do que à chinesa, por exemplo. Quando se comparam as ações do padre Ricci na China, Acosta no Peru, Anchieta no Brasil e dos jesuítas na Califórnia ou na Nova França, é possível ver que em cada lugar a Companhia ajustou-se a um plano de adaptação cultural muito distinto. Na China Ming, o crucifixo com o Cristo sofrendo foi praticamente obliterado por ser um insulto a um mandarim refinado. Na Nova Espanha colonial, muitas vezes, as imagens nativas foram simplesmente despedaçadas. Veja-se um caso notável dessas adaptações locais: na Europa, o cardeal Roberto Belarmino, jesuíta, faz parte do pro-

cesso contra Galileu e é peça importante na repressão às ideias do astrônomo. Os mesmos jesuítas utilizam Galileu na China para promover, nos primeiros anos do século XVII, a gigantesca reforma do calendário chinês, produzindo o famoso calendário Chongzhou (Per. Terrenz) de 137 volumes. Seria simples maquiavelismo no sentido comum que os detratores da Companhia sempre imputaram? Para obter afirmação diante do papa, os jesuítas na Europa reprimem um pensador que, na corte chinesa, é fundamental para estabelecer uma ponta de lança na Cidade Proibida? Seria a dissimulação sofisticada que Voltaire imputou aos inacianos?

Acho que a questão vai mais além. Em sociedades menos urbanas e não letradas, os jesuítas foram mais rápidos e diretos na implementação de um projeto político mais abrangente. É o caso, por exemplo, da notável e pouco estudada ação missionária na Califórnia. Lá os jesuítas reorganizaram quase todo o universo indígena, inclusive o da concepção de tempo, refeito por toques de sinos. Os eixos do grau de adaptação parecem estar tanto no poder do Estado que acolhe a Companhia como no grau de urbanização e letramento das comunidades missionadas. Em suma: há uma percepção jesuítica de afastamento entre conteúdo e forma do cristianismo, mas essa percepção tem um limite que é a própria noção de civilização. O quadro deixa claro que, no Paraguai, só havia barbárie. Quando muito, havia sentimentos nobres entre bárbaros de joelhos a aceitar a cruz.

Nosso eixo, contudo, é a memória e a constituição dela. Voltemos a ele com uma obra do século XVIII. Feitas no exílio, as obras do padre Clavijero⁴ foram fundamentais para a ascensão do *criollismo* e constituição de uma determinada memória. Mas não apenas Clavijero correspondia ao nascente *criollismo*

4. Refiro-me às obras *Historia Antigua de México e Historia de la Antigua o Baja Califórnia*, do padre Francisco Xavier Clavijero, S. J.

mexicano agora exilado em Bolonha, mas à reconstrução do passado missionário e indígena com suas obras sobre a História Antiga do México e da Califórnia. No apagar das luzes do sistema colonial borbônico, os jesuítas empregaram recursos utilizados nos anos anteriores. As obras de cunho iluminista, de muitas formas combatidas pelas práticas pedagógicas dos inacianos, serviram de base para que o padre Clavijero pudesse redarguir as críticas de Buffon e construir uma memória gloriosa da natureza da América.

Esse esforço, talvez nascido do plano formativo da Companhia de Jesus, já que os exercícios permanentemente levam à separação entre o externo e o interno, entre essência e aparência, entre a ideia e sua representação, possibilitou essa “modernidade argumentativa” e seletiva para elaboração da memória.

Passados quase três séculos e meio da expulsão dos jesuítas da América hispânica, suas imagens e textos, cartas e *monumentas* continuam a embasar os fios da memória. Mais do que qualquer outra ordem, a Companhia de Jesus levou a sério a proposta historiográfica de que a memória é tão crucial como o ato em si, e, ao elaborarem um registro altamente qualificado e abundante sobre sua ação, os jesuítas parecem, até hoje, muito mais modernos e dinâmicos do que seus concorrentes. De forma quase unânime, identificamos um traço mais medievalizante à catequese franciscana no México, por exemplo, em relação ao traço mais moderno da ação jesuítica. De forma unânime, incorporamos a ideia de que o clero diocesano era imoral e com preparo intelectual inferior, quase sempre seguindo os escritos jesuíticos a esse respeito. Muito de acordo com nossa visão contemporânea, a existência de um projeto integrado, ou a sensação de que ele existia, facilita muito a visão sobre os inacianos na América colonial. Poucas vozes discordantes desse edifício majestoso foram ouvidas e poucos destacaram o envolvimento dos jesuítas com o tráfico de escravos, com o comércio de seda ou o lucro com

as boticas coloniais. A memória historiográfica da América ainda veste a roupeta inaciana. Desnudá-la vai além de fazer coro com o quase sempre tosco antijesuitismo do século XIX que via na Companhia de Jesus um obstáculo à modernidade racional. Pelo contrário, desnudá-lo significa observar como a própria modernidade pode ser constituída pela Companhia de Jesus, mas, acima de tudo, passar a ler a Companhia de Jesus na América colonial além das sedutoras e onipresentes fontes jesuíticas. Desnudá-lo também significa perceber os limites da visão dos jesuítas a bordo da balsa da única fé para eles possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÄ, H.; FALCÃO, E. de C. *Americae Praeterita Eventa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.
- BOUZA, F. *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- LACOUTURE, J. *Jésuits – les conquerants*. Paris: Seuil, 1991.
- RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SPENCE, J. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- YATES, F. *A arte da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

